



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DOUTORADO EM DIREITO

EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA

O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES:

A nomeação do feminicídio no campo da linguagem jurídica.

Brasília

2020

EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA

O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES:

A nomeação do feminicídio no campo da linguagem jurídica.

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Direito no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, sob orientação do Prof. Dr. Bruno Amaral Machado e coorientação da Profa. Dra. Camilla de Magalhães Gomes.

Brasília

2020

VILLA, Eugênia. **O silêncio murado do assassinato de mulheres:** a nomeação do feminicídio no campo da linguagem jurídica. / Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa. Brasília: UniCEUB, 2020.

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutora em Direito pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof. Dr. Bruno Amaral Machado.

Co-Orientadora: Prof. Dra. Camilla de Magalhães Gomes.

1. Gênero. 2. Linguagem jurídica. 3. Feminicídio. 4. Dispositivo da colonialidade. 5. Ambiente organizacional.

EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA

O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES:

A nomeação do feminicídio no campo da linguagem jurídica.

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Direito no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Amaral Machado

Coorientadora: Profa. Dra. Camilla de Magalhães Gomes

Brasília-DF, 15 de abril de 2020

Banca examinadora:

Prof. Dr. Bruno Amaral Machado
Orientador – Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Profa. Dra. Camilla de Magalhães Gomes
Coorientadora – Professora Associada do Programa de Pós-Graduação do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Prof. Dr. Antônio Henrique Graciano Suxberger
Membro Interno – Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Prof. Dra. Liziane Paixão Silva Oliveira
Membro Interno – Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Prof. Dra. Ana Lúcia Sabadell
Membro Externo – Faculdade Nacional de Direito – UFRJ

Prof. Dra. Soraia da Rosa Mendes
Membro Externo – Faculdade Mackenzie

Prof. Dr. Jefferson Carlos Carús Guedes
Membro Suplente - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

[...]
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
[...]
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado.
Mulheres, tamoios, mulatos.
Eu quero um país que não está no retrato
Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
[...]
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês¹.

¹ MIRANDA, Tomaz; DOMÊNICO, Deivid; FIRMINO, Danilo; MAMA, Sílvia; OLIVEIRA, Ronie; BOLA, Márcio. História pra ninar gente grande. Samba enredo Mangueira – Carnaval 2019.

À minha família, especialmente aos meus pais Adélman de Barros Villa e Maria Luzia Nogueira do Rêgo Villa (*in memoria*), sentido de minha vida, aos meus filhos Diana e Roberto, e ao meu neto, Pedro, extensões de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo o que me proporciona.

À minha família, pelo apoio incondicional aos meus estudos.

Ao meu Orientador Professor Dr. Bruno Amaral Machado, por me permitir desvelar mundo tão vasto de conhecimento, sem o qual esta tese não teria sido possível.

À minha Coorientadora Professora Dra. Camilla de Magalhães Gomes, por iluminar minha Tese;

Aos professores Antônio Suxberger e Soraia Mendes pelas importantíssimas contribuições dadas na banca de qualificação desta tese.

Às professoras Ana Lúcia Sabadell, Antônio Suxberger, Camilla Gomes, Soraia Mendes e Liziane Oliveira por terem me concedido a honra de aceitar participar da banca de defesa desta tese.

À coordenação do programa, na pessoa do professor Dr. Marcelo Varella, e a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Direito do UNICEUB, pelos ensinamentos no decorrer das aulas e seminários, em especial ao amigo professor Dr. Jefferson Carús Guedes.

Aos colegas de doutorado, em especial aos amigos e amigas Lucas Villa, Margarete Coelho e Naila, pelo acolhimento e inumeráveis diálogos e contribuições ao meu trabalho;

À amiga Lourdes Losane, pelo apoio incondicional nas imersões em campo.

Ao amigo João Marcelo e equipe pelas estatísticas criminais.

Às primas Carmélia Villa e Bruna Villa pelo acolhimento em Brasília.

À Kalina Rameiro, pelo toque artístico e mágico que deu à minha tese.

Às pessoas que participaram da minha pesquisa, cujos nomes não posso declinar, pelo acolhimento durante pesquisa de campo e ensinamentos.

Agradeço, enfim, ao policial Antônio Soares, Sueli e à equipe da SUGRIS.

RESUMO

Há assassinatos de mulheres, nominados na linguagem jurídica de Feminicídio, que não se referem à simples intenção de matar alguém. Eles possuem padrões comportamentais dotados de enunciados expressivos e orientados por exercício de poder que deita raízes em matrizes históricas, sociais e culturais que se enquadram em condições de instabilidade pelo fato das vítimas serem mulheres. A condição de instabilidade nominada pelo legislador brasileiro de “condição de sexo feminino” representa significante aberto que instiga empenho por esforços cognitivos em outras áreas do conhecimento, como Antropologia, Filosofia e Sociologia. A presente Tese delineou contornos teóricos, jurídicos e operacionais e deu significado a esses assassinatos. Para tanto, percorreu-se campos teórico e empírico em busca de formações discursivas que balizassem fechamentos. As formações funcionaram como linhas de contorno estabilizadoras e garantidoras de segurança mínima para imprecisões dos termos “menosprezo” e “discriminação” da qualificadora do feminicídio. No plano teórico foram aportados estudos desenvolvidos por Michel Foucault concernentes às formações discursivas ou “Episteme” e ao detalhamento dos dispositivos na perspectiva da Genealogia do poder. A Tese articulou ainda dispositivo com estudos sobre Colonialidade do Poder desenvolvidos por Aníbal Quijano e a perspectiva de gênero adotada por autoras latino-americanas, como: María Lugones, Marcela Lagarde e Rita Laura Segato. Aliou-se colonialidade com Episteme, e dispositivo com saberes/poderes, resultando no que se denominou por “dispositivo da colonialidade”: episteme emergente e hegemônica que está por detrás dos poderes instituídos, institucionalizados e operados no que se pode denominar de “circuito da colonialidade”. Trata-se de circuito instalado pelo dispositivo da colonialidade, que a Tese propõe seja considerado “chave de leitura” para o feminicídio e marco teórico para formação discursiva jurídica do feminicídio. O plano empírico compreendeu duas fases: a primeira disse respeito à territorialização do feminicídio no estado do Piauí e a segunda correspondeu à pesquisa qualitativa junto a sujeitos responsáveis pelo trabalho jurídico penal do feminicídio no Piauí. Cento e nove casos de feminicídio ocorridos no período de 10.03.15 - data da vigência da Lei - a 31.12.18, foram cartografados em mapas e tabelas, com dados relacionados às vítimas, autores e fatos. Na segunda fase, foram analisadas peças procedimentais - inquéritos policiais e processos - e aplicadas técnicas de coletas de dados consistentes em questionários, entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Em seguida, foram os dados transcritos, organizados e analisados através da metodologia de análise de conteúdo tomando-se por base enunciados teóricos desenvolvidos para interpretar unidades discursivas. A aliança entre achados empíricos e aportes teóricos consistiu base para elaboração de três categorias interacionais organizacionais nos planos jurídico, teórico e operacional, servindo a um só tempo, de modelagem para decisões organizacionais, e contorno para significantes abertos. Como resposta ao problema foram ofertadas categorias jurídicas, teóricas e operacionais que proporcionaram cenários de estabilidade e segurança jurídica à qualificadora Feminicídio.

Palavras-chave: Gênero. Linguagem jurídica. Feminicídio. Dispositivo da colonialidade. Ambiente organizacional.

ABSTRACT

There are murders of women, named in the legal language of Feminicide, that do not refer to the simple intention of killing someone. They have behavioral patterns endowed with expressive statements and guided by the exercise of power that takes root in historical, social and cultural matrices that fall under conditions of instability due to the fact that the victims are women. The condition of instability named by the Brazilian legislator as “female gender condition” represents an open signifier that instigates commitment to cognitive efforts in other areas of knowledge, such as Anthropology, Philosophy and Sociology. The present Thesis outlined theoretical, legal and operational outlines and gave meaning to these murders. For that, theoretical and empirical fields were searched in search of discursive formations that marked closings. The formations functioned as stabilizing contour lines and guarantee minimum security for inaccuracies of the terms “contempt” and “discrimination” of the qualifier of feminicide. At the theoretical level, studies developed by Michel Foucault concerning the discursive formations or “Episteme” and the detailing of the devices from the perspective of the Genealogy of Power were contributed. The Thesis also articulated the device with studies on Coloniality of Power developed by Aníbal Quijano and the gender perspective adopted by Latin American authors, such as: María Lugones, Marcela Lagarde and Rita Laura Segato. Coloniality was combined with Episteme, and a device with knowledge / powers, resulting in what was called “coloniality device”: an emergent and hegemonic episteme behind the instituted, institutionalized and operated powers in what can be called the “circuit of coloniality”. It is a circuit installed by the coloniality device, which the Thesis proposes is considered a “key to reading” for feminicide and a theoretical framework for the legal discursive formation of feminicide. The empirical plan comprised two phases: the first concerned the territorialization of feminicide in the state of Piauí and the second corresponded to qualitative research with subjects responsible for the criminal legal work of feminicide in Piauí. One hundred and nine cases of femicide that occurred in the period from 10.03.15 - date of validity of the Law - to 12.31.18, were mapped on maps and tables, with data related to the victims, authors and facts. In the second phase, procedural pieces were analyzed - police investigations and processes - and data collection techniques applied in questionnaires, semi-structured interviews and focus group were applied. Then, the data were transcribed, organized and analyzed using the content analysis methodology based on theoretical statements developed to interpret discursive units. The alliance between empirical findings and theoretical contributions was the basis for the elaboration of three organizational categories in the legal, theoretical and operational planes, serving at the same time, modeling for organizational decisions, and contouring for open signifiers. In response to the problem, legal, theoretical and operational categories were offered that provided scenarios of stability and legal security to the qualifier Feminicídio.

Keywords: Gender. Legal language. Femicide. Coloniality device. Organizational environment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - O CIRCUITO METODOLÓGICO	30
1.1. O TEMA DO FEMINICÍDIO NO PERCURSO DA PESQUISADORA	30
1.2. RELEVÂNCIAS DO TEMA FEMINICÍDIO	37
1.2.1. Assassinato de mulheres: um problema social	38
1.2.2. Necessidade de parâmetros e critérios jurídicos para tomada de decisão	43
1.3. PROCESSOS PARA DELIMITAÇÃO DO TEMA	46
1.3.1. Recorte da matéria no tempo e no espaço	47
1.3.2. As ferramentas metodológicas	48
1.3.2.1. TÉCNICA DE ANÁLISE DE DOCUMENTO ESCRITO	48
1.3.2.2. APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO	49
1.3.2.3. ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	50
1.3.2.4. GRUPO FOCAL	52
CAPÍTULO 2 - O “CIRCUITO DA MORTE” VIOLENTA DE MULHERES	55
2.1. BIOPOLÍTICA: EXPRESSÃO DO PODER SOBERANO.....	55
2.2. (RE) PENSANDO CATEGORIAS ANALÍTICAS.....	61
2.3. DISPOSITIVO DA COLONIALIDADE	64
2.4. MANDATO DA MASCULINIDADE	73
2.4.1. Corpos colonizados	73
2.4.2. As coordenadas da violência	74
2.5. PRECARIEDADE	80
2.5.1. A cor do feminicídio	82
2.5.2. Vidas que não merecem ser vividas.....	84
2.6. GESTOS SIMBÓLICOS	90
2.6.1. O vocabulário violento do feminicídio.....	90
2.6.2. “Excesso” como manifestação dos gestos simbólicos	94
2.7. A LINGUAGEM JURÍDICA	98
2.7.1. Discursos jurídicos penais com repercussão no feminicídio.....	98
2.7.2. Modelagem das normas internas e internacionais	106
2.7.3. Modelagem das decisões judiciais internas e internacionais	119

CAPÍTULO 3 - O CIRCUITO CARTOGRÁFICO DO FEMINICÍDIO NO PIAUÍ	122
3.1. CARTOGRAFIAS DO FEMINICÍDIO NO PIAUÍ	122
3.1.1. Territorialização do feminicídio no PiauÍ	123
3.1.2. Perfil biográfico das vítimas e autores	135
3.1.3. Mapas de categorias criminais	147
3.1.4. Mapas do trabalho jurídico-penal	156
CAPÍTULO 4 - O CIRCUITO ORGANIZACIONAL	162
4.1 MODELAGEM DO FEMINICÍDIO NA POLÍCIA CIVIL DO PIAUÍ	162
4.1.1. Metodologia investigatória do feminicídio no PiauÍ	163
4.1.2. Protocolo de mapeamento de riscos na investigação do feminicídio no PiauÍ	168
4.2. PROCESSO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CATEGORIAS DO FEMINICÍDIO NO TRABALHO JURÍDICO PENAL DA INVESTIGAÇÃO, INSTRUÇÃO, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS FEMINICÍDIOS NO PIAUÍ	173
4.2.1 Anamnese dos sujeitos da pesquisa	173
4.2.2. Arqueologia das falas dos sujeitos	182
4.2.2.1. ENTREVISTAS: ANÁLISE DOS DISCURSOS	186
4.2.2.2. GRUPO FOCAL: ANÁLISE DE CONTEÚDO TEMÁTICA	228
4.2.3. Discursos oficiais	246
4.2.3.1. CASOS DA CAPITAL	257
4.2.3.2. CASOS DO INTERIOR	273
4.3. PROCESSO PARA IDENTIFICAÇÃO DE SIGNIFICADOS DO FEMINICÍDIO NO TRABALHO JURÍDICO PENAL DA INVESTIGAÇÃO, INSTRUÇÃO, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS FEMINICÍDIOS NO PIAUÍ	314
4.3.1. Análise dos discursos jurídicos.....	315
4.3.2. Análise de unidades discursivas	317
4.4.PROPOSTA PARA NOMEAÇÃO JURÍDICA DO FEMINICÍDIO.....	324
4.4.1. Processos decisórios e polifonia das decisões	324
4.4.1.1. INTERAÇÕES ORGANIZACIONAIS POSSÍVEIS	324
4.4.1.2. FORMATAÇÃO DAS DECISÕES ORGANIZACIONAIS	326
4.4.2. Parâmetros operacionais possíveis	326
4.4.2.1. CATEGORIAS OPERACIONAIS JURÍDICAS	326
4.4.2.2. CATEGORIAS OPERACIONAIS ENUNCIATIVAS	327

CONCLUSÕES	331
BIBLIOGRAFIA	350
APÊNDICES	
A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	358
B – MODELO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS PELA INVESTIGAÇÃO POLICIAL DO FEMINICÍDIO – DELEGADO (A)	359
C – MODELO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS PELA INVESTIGAÇÃO POLICIAL – AGENTE E ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL.....	360
D - MODELO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS PELA INVESTIGAÇÃO POLICIAL – PERITO (A) MÉDICO (A) LEGAL.....	361
E - MODELO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS PELA INVESTIGAÇÃO POLICIAL – PERITO (A) CRIMINAL	362
F - MODELO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO – PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA	363
G – MODELO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO – ADVOGADO (A).....	364
H – MODELO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO – MAGISTRADO (A)	365
I – MODELO DE QUESTIONÁRIO JUNTO A RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO – DELEGADO (A), AGENTE, ESCRIVÃO E PERITO (A) CRIMINAL	366
J - MODELO DE QUESTIONÁRIO JUNTO A RESPONSÁVEIS PELA INVESTIGAÇÃO POLICIAL – PERITO (A) MÉDICO (A) LEGAL.....	369
K – MODELO DE QUESTINONÁRIO JUNTO A RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO – PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA E MAGISTRADO (A)	372
L – MODELO DE QUESTIONÁRIO JUNTO A RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO – ADVOGADO (A).....	375
M – CARTA DE ANUÊNCIA - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ	378
N – CARTA DE ANUÊNCIA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ.....	379
O – CARTA DE ANUÊNCIA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ.....	380
ANEXOS	

A – MODELO DE FORMULÁRIO DE RECOGNIÇÃO VISUOGRÁFICA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO DA POLÍCIA CIVIL DO PIAUÍ	381
B – MODELO RELATÓRIO RECOGNIÇÃO VISUOGRÁFICA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO DA POLÍCIA CIVIL DO PIAUÍ	396
C– MODELO REQUISIÇÃO DE EXAME PERICIAL EM LOCAL DE MORTE VIOLENTA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	400
D– MODELO DE REQUISIÇÃO DE EXAME PERICIAL CADAVÉRICO	402
E – MODELO DE REQUISIÇÃO DE EXAME PERICIAL TOXICOLÓGICO	403
F – MODELO DE REQUISIÇÃO DE EXAME PERICIAL DE MATERIAL BIOLÓGICO	404

INTRODUÇÃO²

A Tese se insere nos campos do gênero e linguagem jurídica, notadamente no assassinato de mulheres em decorrência de fatores específicos ligados à “condição de ser mulher” presente na qualificadora do artigo 121 do Código Penal brasileiro, denominada “Feminicídio”. O elemento impulsionador da Tese foi a inserção da mencionada qualificadora no ordenamento jurídico brasileiro em 10.03.15 provocando, na sociedade, debates sobre as condições dessas mortes baseadas em situações de controle e subordinação das vítimas a abusos perpetrados, em sua grande maioria, por companheiros, maridos e namorados.

A pergunta que norteou a presente Tese foi: considerando definição da qualificadora penal do Feminicídio por “condição de sexo feminino” como significante aberto, como é possível construir contornos estáveis para tal qualificadora que promovam rompimento com sentidos da colonialidade de gênero, fornecendo bases objetivas para interpretação do fenômeno pelos agentes do sistema de justiça criminal?

Dá-se a problematização porque a redação legal dada ao “feminicídio” possui aberturas que dificultam sua aplicação na praxis policial e processual, carecendo de elementos que lhe atribua conceitos objetivos. A qualificadora, do modo como está descrita na lei - “condição de sexo feminino” - é imprecisa, e o legislador, na tentativa de oferecer atributos a ela, o faz através de duas categorias igualmente abertas: “menosprezo” e “discriminação”.

A imprecisão jurídica do “feminicídio” motivou a pesquisadora na busca por categorias que possibilitassem fechamentos para essas aberturas e proporcionassem cenários de estabilidade para o feminicídio. O caminho eleito foi desenvolver arcabouço teórico e realizar pesquisa empírica em ambiente organizacional, ambos na perspectiva do feminicídio. No plano teórico, o estudo adotou gênero como categoria de análise decolonial, utilizada como um dos referenciais teóricos, além de aportes relacionados à genealogia do poder e arqueologia do saber.

A pesquisa de campo apresentou duas modelagens: análise de documentos e análise de discurso. Na primeira modelagem foram analisados conteúdos de peças de inquéritos policiais e processos judiciais físicos e eletrônicos de 109 casos de feminicídios ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 – data da vigência da lei do feminicídio (Lei nº. 13.104/15) a 31.12.18. A

² Utilizaremos na formatação desta tese regras de formatação de teses e dissertações do Programa de Mestrado e Doutorado do UniCEUB. Disponível em: <<https://www.uniceub.br/pdp/mestrado-e-doutorado/direito/mestrado-e-doutorado-em-direito>>. Acesso em: em 20 jan. 2020. Nos casos omissos, serão utilizadas normas da ABNT.

segunda modelagem alcançou sujeitos responsáveis pelo trabalho jurídico-penal do feminicídio na capital – policiais civis, promotor, advogado criminalista e magistrado. Foram aplicados questionários, realizadas entrevistas semiestruturadas, e grupo focal.

O estudo aplicou a categoria analítica gênero como força de poder presente no campo dos assassinatos de mulheres, servindo de base para fincar compasso no desenho do contorno/identificação da rubrica do feminicídio. A pesquisa adotou, portanto, como ponto de partida para modelagem do feminicídio, estudo das relações de poder contextualizadas social e historicamente, não se fixando na mera diferença sexual, como dado estável e permanente.

Na linguagem jurídica, os debates sobre Feminicídio no Brasil e na sociedade em geral, se iniciaram com a vigência da qualificadora do art.121, §2º, VI, do Código Penal brasileiro, dando visibilidade aos assassinatos de mulheres até então mascarados na rubrica dos homicídios em geral.

Nacionalmente, o caso “Ângela Diniz” suscitou amplos debates e manifestações na comunidade, sendo considerado um dos mais emblemáticos casos de feminicídio. A relevância se dera em razão de tese sustentada pela defesa do acusado que relacionava a motivação do assassinato à “legítima defesa da honra” do autor – Doca Street – argumento jurídico que propiciou inicialmente decisão absolutória. Porém, após manifestações populares, notadamente das mulheres, um segundo julgamento foi realizado, em sede de Apelação, e os jurados concluíram pela culpabilidade do autor. A repercussão do caso se dera em virtude de argumentos jurídicos sexistas expendidos pela defesa do autor com base em critérios de desqualificação moral da vítima, desvelando, desse modo, um Direito Penal patriarcal, cujos postulados se voltam contra a mulher assassinada em razão de sua conduta social e sexual estar em desacordo com o que se esperava de uma mulher submetida a regime de controle e precariedade.

Assim como no caso de Ângela Diniz, a sociedade brasileira visualiza casos de feminicídio em contextos interpessoais, mas ao se deparar com casos como o de Marielle Franco (Rio de Janeiro/2018) ou Danielle (Castelo do Piauí/2015), tem dificuldade de encontrar evidências de feminicídio. Considerando esse contexto de incompreensão do feminicídio em alguns aspectos, pretende-se, com o estudo, vencer *déficits* de compreensão do feminicídio, sob o ponto de vista jurídico, nos casos em que o autor mantenha ou não relações interpessoais afetivas com a vítima e que, por isso, podem estar relacionados a questões de

fundo, para além das relações domésticas ou de afetividade, desconstruindo argumentos do tipo “ciúme” e/ou “traição”, outrora suscitados pela comunidade jurídica.

Não se pretendeu com o estudo, esgotar possibilidades para compreensão do fenômeno investigado, nem tampouco restringi-lo ao campo jurídico, mas sim agregar contribuições das Ciências Sociais como Antropologia, Filosofia, Sociologia, Linguística e Criminologia, para relacioná-las ao tema feminicídio e auxiliar na tessitura de uma perspectiva jurídica ao novo tipo penal.

Considerando definição da qualificadora penal do Feminicídio por “condição de sexo feminino” como significante aberto, como é possível construir contornos estáveis para tal qualificadora que promovam rompimento com sentidos da colonialidade de gênero, fornecendo bases objetivas para a interpretação do fenômeno pelos agentes do sistema de justiça criminal - SJC?

Para tanto, pergunta-se, ainda, que sentidos são percebidos nos casos de feminicídio, objeto da pesquisa, que auxiliam nessa percepção, sob a indagação se o feminicídio por “condição de sexo feminino” é resultado de uma imposição colonial? E como a análise das práticas do SJC podem contribuir para esse preenchimento de sentido: em que medida os discursos dos agentes do SJC reproduzem sentidos hegemônicos e universais e, com isso, reforçam a leitura colonial dos crimes contra mulheres e em que medida seus discursos promovem rompimento com essa ordem? Por fim, como a leitura desses dois campos empíricos – os crimes em si e sua linguagem e a linguagem jurídica vertida sobre eles – podem fornecer aqueles enunciados estáveis para uma interpretação decolonial a respeito de referida qualificadora?

Enfatiza-se que a Tese não enfrentou outra espécie de violência contra a mulher, senão a do assassinato, na forma consumada, especificamente a qualificadora delineada no artigo 121, inciso VI, §2º-A e §7º, do Código Penal brasileiro, inserida pela Lei nº. 13.104/15. Foram, portanto, excluídos todos os demais crimes violentos letais intencionais – CVLI - femininos como estupro seguido de morte, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, porque diversos da tipificação penal eleita.

Os casos de feminicídio analisados restringiram-se ao estado do Piauí por três principais razões: 1) Territorial - a pesquisadora reside em Teresina e seu doutoramento se deu nessa localidade; 2) Acesso à informação - a pesquisadora é Delegada de Polícia Civil do

Piauí e por essa razão possui livre acesso aos sistemas informatizados da Polícia Civil de boletins de ocorrência, procedimentos policiais, monitoramento de crimes violentos letais intencionais (SISBO, SISPROCEP e SIMCVLI), assim como ao sistema da justiça estadual na rede *Themis Web*. Ressalte-se que o livre acesso aos sistemas não redimiu a pesquisadora de obter autorização do Secretário de Segurança, Presidente do Tribunal de Justiça, Procurador Geral de Justiça e Defensora Pública Geral do Estado do Piauí para acessar sistemas informatizados, aplicar questionários e realizar entrevistas junto a servidores das respectivas organizações; 3) Existência de órgão especializado na investigação do feminicídio - o Piauí é um dos únicos estados brasileiros a contar com órgão policial especializado na investigação do feminicídio, criado pela pesquisadora ao tempo em que assumiu titularidade da Secretaria de Segurança Pública, antes mesmo da vigência da Lei nº. 13.104/15, fato que vem contribuindo para investigações e estatísticas criminais do feminicídio e 4) Aplicação de metodologia investigatória na perspectiva de gênero desenvolvida pela pesquisadora e equipe ainda em 2015 e aplicada às investigações dos casos de feminicídio no Piauí há mais de quatro anos, constituindo relevante acervo para pesquisas.

A pesquisa foi do tipo documental e empírico. Documental porque identificou, a partir do levantamento e análise dos procedimentos policiais e judiciais, como se deram transcrições dos discursos dos sujeitos ouvidos nos processos de feminicídios, assim como conteúdo de laudos de exames periciais nos casos de feminicídio. Por fim, identificou como discursos policiais, processuais e judiciais delinearam questões atinentes às relações de gênero no âmbito das decisões adotadas nos processos de feminicídio.

As ferramentas metodológicas utilizadas dialogaram com campos empírico e teórico explorados. O campo empírico compreendeu documentos colacionados em inquéritos policiais e processos criminais coletados nos sistemas informatizados da Polícia Civil e Poder Judiciário. Os conteúdos foram desvelados através das técnicas de análise de documento escrito, aplicação de questionários mistos, realização de entrevistas semiestruturadas e aplicação de grupo focal com responsáveis pelo trabalho jurídico-penal do feminicídio no Piauí.

A Tese tomou como marco inicial para a pesquisa, data de vigência da Lei nº. 13.104, de 10.03.2015, que alterou o Código Penal e inaugurou no direito brasileiro, modulação jurídica intitulada “Feminicídio”. Sob a ótica da dogmática penal, seria temerário falar sobre Feminicídio no ambiente jurídico em data pretérita a esta.

O marco final delineado para a pesquisa empírica tomou por base série histórica do feminicídio no Piauí desenhada pelo Núcleo de Estatísticas e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública – NUCEAC, em 31.12.18, totalizando 3 (três) anos e 9 (nove) meses de pesquisa empírica ou 45 meses. Nesse período apurou-se ocorrência e investigação de 109 (cento e nove) casos de Feminicídio consumados no Piauí, dentre 219 (duzentos e dezenove) casos de crimes violentos letais intencionais femininos - CVLI, representando média de 49,77% das mortes violentas femininas ocorridas no Piauí, ou seja, quase metade das mulheres assassinadas no Piauí tiveram suas vidas interrompidas por razões da condição feminina. Dessa forma, foram analisados 109 (cento e nove) processos de feminicídios consumados, no período delimitado para mapeamento do feminicídio, e 26 (vinte e seis) casos dos 87 (oitenta e sete) em que foi possível acessar no sistema *Themis Web*.

O percurso metodológico teve por finalidade, no primeiro momento, promover aberturas no significante “feminicídio”, guiado pelo diálogo teórico, cotejo das práticas e fala dos atores do sistema de segurança e de justiça criminal. No segundo momento, como consequência do primeiro, restaram produzidos conteúdos semânticos aplicáveis ao feminicídio. Na terceira e última etapa promoveu-se integração dos conteúdos produzidos ao repertório cognitivo dos agentes policiais, de acusação, defesa e julgadores de feminicídio, como forma de dar-lhe significado e fincá-lo na concretude da realidade empírica. Ao final, foi possível apresentar categorias jurídicas, teóricas e operacionais para fechamento das aberturas da qualificadora feminicídio, em resposta ao problema da Tese.

Em síntese, o estudo possibilitou demonstrar que a qualificadora “feminicídio” constitui significante aberto, carente de significado, porém passível de ser referenciado pela categoria gênero e decifrado a partir de diálogos teóricos, cotejo de práticas dos atores que atuam no sistema policial e de justiça criminal e pela análise das falas de autores e testemunhas. A dinâmica permitiu construir categorias aplicáveis ao trabalho jurídico-penal a ele relacionado, na sequência: investigação policial – processamento – julgamento, possibilitando cenários de estabilidade conceitual interacional.

O percurso metodológico eleito possibilitou abordagem sociojurídica singular e original na medida em que buscou compreender o feminicídio nos campos teórico - de forma multidisciplinar - e empírico - dando voz aos sujeitos que participam do trabalho jurídico-penal, autores e testemunhas, além de perquirir práticas cognitivas associadas a esse trabalho, desde a investigação policial até julgamento dos casos.

A análise das falas, práticas cognitivas, narrativas, enunciados, normativas e demais artefatos colacionados no decorrer da pesquisa foram cotejados com bases teóricas que possibilitaram compreensão da dinâmica tanto do cometimento do assassinato quanto da operacionalização das investigações, processamento e julgamento desses assassinatos. O estudo partiu de referenciais teóricos desenvolvidos por Michel Foucault concernentes ao campo das formações discursivas por ele denominadas de “episteme” na obra “Arqueologia do Saber” e no detalhamento dos dispositivos do poder na perspectiva do que nomina por Genealogia do poder.

Uma vez articulados os dois eixos – episteme e dispositivo, o estudo promoveu debates com autores e autoras latino-americanas com a intenção de fazer entrelaçar categorias não vistas pelo autor, como gênero e raça, atributos que edificaram o pensamento crítico latino-americano aos conhecimentos produzidos por autores europeus inserindo perspectiva da colonialidade como marco teórico no Brasil e na América latina. Aliou-se colonialidade com episteme e dispositivo com saberes/poderes e se desenvolveu o “Dispositivo da Colonialidade”.

A categoria central em Foucault é saber/poder e, o dispositivo da colonialidade, estaria associado a episteme emergente e hegemônica situada por detrás dos poderes instituídos, institucionalizados, operados no que se pode denominar de “circuito da colonialidade”, instalado pelo dispositivo da colonialidade, que o estudo propõe seja considerado “chave de leitura” para o feminicídio.

Na organização dos capítulos, adotou-se em cada título, o termo “Circuito”, cunhado por Gabriela Atencio em alusão a assassinatos de mulheres como resultado de circuito de violência. Dessa forma, organizou-se a Tese em quatro “Circuitos” reportando-se à ideia de caminho e de trajeto eleito e percorrido pela pesquisadora para não desconhecer possibilidades outras. Esse posicionamento corrobora ideia de que nenhum estudo pode ter a pretensão de ser exaustivo, de encerrar debate sobre o tema, embora haja necessidade de se estruturar o trabalho de forma organizada, delineando início e final. Daí a ideia de circuito para delimitar alcance do objeto a ser estudado, particularizando-se e tecendo-se a pesquisa a partir do caminho eleito.

No primeiro capítulo, intitulado “O circuito metodológico”, se apresentou como o tema feminicídio ingressou no percurso da pesquisadora, relevâncias do tema, atual estado da arte do feminicídio nos cenários social e jurídico e detalhamento dos métodos de pesquisa

adotados. A primeira parte consistiu na contextualização da temática relacionada à violência perpetrada contra as mulheres, notadamente no assassinato de mulheres na perspectiva de relações de poder, como problema que atravessa fronteiras nacionais e afeta mulheres em múltiplos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, sendo reconhecido pela comunidade internacional como problema social, crime de estado, seja porque viola direito humano à vida, ou pela tolerância estatal diante da inércia de práticas voltadas à prevenção e enfrentamento do problema, especialmente a de um processo criminal eficaz.

Em seguida, passou-se à análise de normas de direito interno e internacional que versassem e/ou se correlacionassem com o tema, assim como jurisprudências pátrias e internacionais. Cotejou-se a qualificadora nacional com semelhantes dispositivos normativos internacionais, especialmente Tratados e Convenções em que o Brasil fosse signatário, e se revelou carências conceituais legais e jurisprudenciais que reclamam construção de parâmetros e critérios jurídicos para tomadas de decisão, desde o indiciamento formal do autor, acusação formal, defesa, pronúncia e *decisum*.

A segunda parte esboçou metodologia adotada para resolução do problema proposto pela Tese delineando ferramentas metodológicas necessárias ao desenvolvimento da pesquisa: 1. Técnica de análise de documentos escritos; 2. Aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas junto a 11 (onze) pessoas relacionadas ao trabalho jurídico-penal do feminicídio no Piauí que incluiu: 1 (um) Escrivão de Polícia, 3 (três) Agentes de Polícia, 2 (duas) delegadas, 2 (dois) Peritos, 1 (um) promotor de justiça, 1 (um) advogado e 1 (um) juiz e 3. Realização de grupo focal com 1 (um) escrivão - 2 (duas) delegadas e 1 (uma) perita criminal que atuam na área policial do feminicídio.

No segundo capítulo intitulado “O circuito da morte violenta de mulheres”, promoveu-se investigação teórica crítica, analisando-se conceitos chaves referenciados pela categoria gênero que dialogassem com o tema feminicídio. Inicialmente o estudo percorreu campo epistêmico com base em ensinamentos de Michel Foucault, tratando de reconhecer que não há neutralidade no material teórico eleito para a construção dos acontecimentos discursivos presentes na pesquisa, e que longe de ser um lugar tranquilo, a análise do conteúdo privilegia problematização e questionamento daquilo que o autor denomina por formas prévias de continuidade que devem ser mantidas em suspenso a fim de serem questionadas.

A teoria elaborada ao longo do circuito foi fincada em determinado campo de fatos que orientaram discursos com base em enunciados falados e escritos. Porém, o campo teórico

serviu como ferramenta para estabelecer primeira aproximação com o campo, tomando cuidado para não impor limitações ao domínio do conhecimento. Unidades de discursos foram preservadas, deixando o campo teórico livre a novas descobertas, para algo que pudesse ter permanecido oculto, em espaço invisível³. O campo dos fatos correspondeu ao da pesquisa empírica, às narrativas presentes nos inquéritos e processos criminais, falas dos entrevistados e diálogos no grupo focal.

Ainda na perspectiva da genealogia do poder, o estudo se voltou à compreensão da ideia de “dispositivo”, entendido por Michel Foucault, sobre três aspectos: primeiro, como rede que comporta infinidade de elementos heterogêneos ligados a instituições, discursos, proposições e enunciados. Segundo como plano de racionalidade que entrelaça elementos heterogêneos e permite justificar e mascarar determinada prática e terceiro, como função estratégica de singular momento histórico com fins de dominação. No dispositivo vê-se prevalência de plataforma estratégica baseada em dupla dinâmica: sobredeterminação funcional – positivo e negativo e perpétuo preenchimento estratégico. Imbricou-se episteme à ideia de dispositivo, porque além de estar inscrito em jogo de poder, relaciona-se com limites do saber, que nasce dele e também o condiciona. Nesse contexto, episteme foi tomada como dispositivo que permite separar o inqualificável cientificamente do qualificável⁴.

Com base nesse arcabouço teórico, desenvolveu-se o “dispositivo da colonialidade” como episteme que se agregou interseccionalidade na gestão política da colonização de seres humanos, fundando nova tecnologia de dominação/exploração. O dispositivo da colonialidade foi tratado como estratégia biopolítica com notações de racialidade presente até a atualidade.

A colonialidade foi tomada como padrão mundial capitalista que impôs ao mundo ideia de modernidade centrada no conhecimento e modo de vida europeu em contraposição ao tradicional, aos costumes locais, colocando ideia de racionalidade naquilo que vinha da Europa e, por conseguinte, tudo aquilo que escapava ao padrão europeu, era considerado primitivo, irracional e inferior. Logo, tradições, culturas, religiões e demais registros dos povos originários das Américas e dos que foram traficados do continente Africano para o continente Latino-americano não serviam ao poder hegemônico, sendo necessário esvaziar as referências.

³ FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 31.

⁴ FOUCAULT, Michel. Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Org. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 45 e 47.

Na esteira da análise crítica, o estudo demonstrou, com base em enunciados decoloniais, que boa parte do conhecimento produzido sobre a História da Colonização da América Latina ignorou a história dos povos tradicionais, porque o exercício do poder colonial se dera pelo desfazimento de registros históricos, sociais, religiosos e políticos de povos originários; imposição de modo de vida controlado e sujeição de pessoas em relação a determinados grupos⁵. Noções de Estado e família resultaram de dita racionalidade imposta pela modernidade. Tratou-se de poder constituído sob matriz comum, estruturada na ideia de colonialidade, padrão descontínuo, heterogêneo, contraditório e conflitivo no espaço e no tempo, relação de exploração/dominação/conflito entre trabalhadores considerando marcadores de raça, gênero e classe⁶.

Falar sobre decolonialidade requereu falar acerca de colonialidade, sobre como se processou essa técnica de poder engendrada pelo Continente Europeu na América Latina em determinada época, para atingir determinada finalidade com repercussão na atualidade. Não se pretendeu nessa pesquisa transformar estudos sobre colonialidade do poder em dispositivo, senão possibilitar viés do poder colonial na perspectiva biopolítica centrado no Continente Europeu. Poder orientado para controle e submissão de corpos humanos na América Latina, dando enfoque ao Brasil, notadamente na escravização de nativos indígenas e no tráfico e escravização de pessoas negras vindas do Continente Africano, como estratégias adotadas no processo de dominação e colonização das terras brasileiras. Referida estratégia nominada por “Missão Civilizatória”, implementada no Brasil, consistiu em “concertação” de forças heterogêneas voltada à formação e controle-sujeição de determinada massa de população (índios, negros, mulheres) orientada para uma racionalidade mercantilista como parte do programa da modernidade europeia.

⁵ “Lo que es realmente notable de toda estructura social es que elementos, experiencias, productos, históricamente discontinuos, distintos, distantes y heterogéneos puedan articularse juntos, no obstante sus incongruencias y sus conflictos, en la trama común que los urde en una estructura conjunta. La pregunta pertinente indaga acerca de lo que produce, permite o determina semejante campo de relaciones, y le otorga el carácter y el comportamiento de una totalidad histórica específica y determinada” (QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. In: Colonialismo; Modernidad; Capitalismo; Poder Político; Sociedad; Historia; Eurocentrismo; America Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 292. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020).

⁶ “No por acaso, mantener, acentuar y exasperar entre los explotados / dominados la percepción de esas diferenciadas situaciones, en relación con el trabajo, la raza y el género, ha sido y es un medio extremadamente eficaz de los capitalistas para mantener el control del poder” (QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. In: Colonialismo; Modernidad; Capitalismo; Poder Político; Sociedad; Historia; Eurocentrismo; America Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 316. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020).

Não se pretendeu, portanto, desconstruir arcabouço teórico desenvolvido sobre temática da colonialidade do poder e sua repercussão nos mais variados aspectos da vida social. Ao contrário, partiu-se da existência do poder da colonialidade como estratégia de dominação para expansão do sistema de controle e exploração de riquezas europeia e a consequente organização do mundo em civilizados/ primitivos; europeu/não europeu; moderno/colonial; racional/irracional; superiores/inferiores. Foi essa estratégia de poder que se nominou por “Dispositivo da Colonialidade”, cujos efeitos irradiam na atualidade e possibilitam compreender a necessidade de se diferenciar assassinatos de mulheres no Brasil em rubrica própria.

Como não se pretendeu analisar cenários de feminicídios alheios ao contexto do Estado/Nação, elemento da modernidade que pode se antagonizar com outras formas de arranjos sociais tradicionais, o Dispositivo da Colonialidade possibilitou estudar eventuais implicações das forças do poder colonial em superfícies orientadas por normas impostas pelo conquistador. É dizer, não constituiu objeto desta Tese analisar assassinatos de mulheres em sociedades tribais, com tradições que não dissessem respeito à ideia de Estado/Nação. O Dispositivo da Colonialidade serviu de foco para iluminar forças sociais produzidas pelo conquistador, invisíveis ao conhecimento por ele desenvolvido.

Sobre Feminicídio, autoras Latino-americanas, como a Etnóloga Marcela Lagarde, denunciam que a Revolução Francesa traiu as mulheres ao desconsiderá-las na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, castigando-as com perseguições, prisões e guilhotinas, dentre elas a revolucionária Olimpe de Gouche que proclamou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã em represália à retirada das mulheres. Inferiu-se, aos olhos de uma autora Mexicana, que o “Feminicídio inaugural” constituiu marca para surgimento do Estado ocidental na Europa com a exclusão das mulheres no exercício da cidadania e na vida política⁷.

O estudo propôs que o dispositivo da colonialidade possa vir a ser mais uma ferramenta analítica para a compreensão de cenários de opressão de pessoas com marcadores sociais de gênero, raça e classe social, impostos pela modernidade que impregnaram o imaginário social brasileiro e sedimentaram estruturas de poder alicerçadas na subjugação de mulheres, especialmente negras, que consoantes cifras nacionais e estaduais figuram como

⁷ LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Los cautiverios de las mujeres madresposas, monjas, putas, presas y locas. 2. ed. México: Siglo XXI Editores, 2015, p.36.

vítimas preferenciais de feminicídio. Portanto, longe de pretender desconstituir ou transformar ideias sobre colonialidade e decolonialidade do poder, tomando como base referências sobre as quais se insurgem, no caso a visão eurocêntrica do conhecimento, a pesquisa pretendeu compreender, pela lógica do conhecimento do “conquistador”, em que medida a transformação de seres humanos em não humanos (índios e negros), a imposição de modelo de família do tipo patriarcal e a classificação social influenciaram e influenciam até os dias de hoje relações intersubjetivas ao ponto de qualificarem alguns assassinatos à determinada condição: de ser mulher.

O debate decolonial traz à tona duplo processo forjado pela “Missão Civilizatória” europeia na América Latina: o de inferiorização racial e o de subordinação de gênero de seres humanos. Porém, restringindo o alcance da colonialidade a mulheres negras deixa à margem mulheres brancas que tiveram suas vidas historicamente reconhecidas como sendo de clausura, semelhantes às vivenciadas por mulheres de sociedades islâmicas⁸, que no Brasil tinha por objetivo assegurar pureza da raça branca dos descendentes e concentrar a riqueza no grupo dos brancos⁹. As mulheres ficavam confinadas em ambientes domésticos. O estudo debate a perspectiva da colonialidade do poder também em relação às mulheres brancas demonstrando que modelagens de “família” impostas pelo poder colonial alcançou, na perspectiva das mulheres, tanto negras quanto brancas, cenários diferenciados mas com um ponto convergente: subordinação ao homem branco escravocrata.

O “Dispositivo da colonialidade” possibilitou analisar o feminicídio pela ativação de coalizões orgânicas tecidas por multiplicidades de “fios”, diversidade de cores, modelagens, direções, desenhos e arranjos, associando e desassociando vínculos, traçando limites e fronteiras para um campo fluido e circular, energizado por redes que se estabelecem entre pessoas, lugares e coisas.

⁸A constrição imposta às mulheres serve como argumento para inibir eventuais políticas de igualdade que as coloquem em situação de vulnerabilidade, como se vê de passagem de obra escrita por autor muçumano, que trata da Família e revolução sexual: “Numa situação de liberdade sexual em que as consequências não são compartilhadas em condições de igualdade, a mulher sempre será a parte mais prejudicada, caso seja abandonada, se engravidar e tiver que abortar ou dar seu filho em adoção ou finalmente criá-lo sozinha, sem pai, para o resto de sua vida” (HATHOUT, Hassan. Viagem pela mente de um muçumano. USA: American Trust Publications, 2014, p. 130).

⁹Lugones conclui pela existência de uma “zona intermediária” e “ambígua”, aonde mulheres brancas não podem ser capturadas pelas lentes binárias de sexo, de gênero ou de raça. A autora se refere a mulheres brancas trabalhadoras, mineiras, lavadeiras, prostitutas, que seriam racializadas de forma ambígua, não na forma do binário brancas ou negras (LUGONES, María. Colonialidad y gênero. Bogotá, Colômbia: Tabula Rasa, n. 9: 73-101, Julio-diciembre, 2008, p. 99).

No plano teórico, com o dispositivo da colonialidade, termos como “gênero”, “sujeito”, “corpos” e “linguagem” foram analisados, entrelaçados e posteriormente imbricados aos casos de feminicídio na perspectiva da Colonialidade do Poder, visto como espécie de “necropoder” ou “necropolítica” imposta pelos colonizadores europeus por ocasião da tomada das terras brasileiras. Com o dispositivo da colonialidade, a pesquisa ampliou a perspectiva da colonialidade do poder para além dos debates decoloniais de raça, gênero e classe social, para alcançar cenários como os da linguagem normativa e ambientes organizacionais. A literatura latino-americana sobre feminicídio, e instrumentos normativos de Organismos Internacionais, expedidos pela Organização das Nações Unidas – ONU e Organização dos Estados Americanos – OEA, auxiliaram na composição da perspectiva teórica do feminicídio enraizado ao contexto brasileiro.

Ainda no plano normativo, foram colacionadas categorias jurídicas que se harmonizaram ao feminicídio para identificar eventuais conteúdos semânticos a ele atribuídos pela linguagem formal expressa em leis, tratados, convenções e decisões judiciais (jurisprudências). Do mesmo modo como ocorreu com o plano teórico, o dispositivo da colonialidade balizou enunciados que auxiliaram na compreensão da linguagem expressa em normas internas e internacionais afetas ao feminicídio, permitindo análises contextualizadas ao cenário piauiense.

Por fim, no plano empírico, a pesquisa revelou linguagem escrita e falada de pessoas que realizaram trabalho jurídico-penal na aplicação da qualificadora feminicídio no Piauí e identificou como a perspectiva das relações de poder vem sendo observada e tomada em consideração, assim como o reflexo dessa forma de observar por ocasião da prestação de serviços policiais, de acusação, defesa e jurisdicional. Assim como nos antecedentes, o dispositivo da colonialidade possibilitou conhecer artefatos de fala grafados por conteúdos impostos pela colonialidade do poder sinalizando práticas sociais com notações coloniais presentes na atualidade e replicadas pela cultura organizacional por ocasião dos trabalhos desenvolvidos pela Polícia, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Magistratura piauienses.

O dispositivo da colonialidade possibilitou identificar inferências que auxiliaram na compreensão do termo “condição do sexo feminino” constante do tipo penal feminicídio, sob a ótica das decisões organizacionais, leis, discursos, enunciados, proposições, articulando-os à categoria gênero como forma de se promover coalizão de singularidades sociais e históricas.

O estudo demonstrou que a adoção de conceitos universais equivale a processo de desterritorialização do conhecimento e retração da compreensão da realidade empírica, entendida como capacidade de generalização/universalização de conceitos desatrelados de experiências históricas locais.

Nesse contexto, o estudo partiu do entendimento de que o “Sujeito”, no caso “mulher”, constitui significante com significado atrelado ao oposto binário “homem” e, portanto, traduzida a partir de inferências a ele atribuídas (europeu-branco-heterossexual). Pretendeu-se, com isso, verificar que a ausência de significado possibilita posicionamentos de um sujeito em condições diferenciais em relação a outro sujeito tomando por base análise de deslocamentos e posterior encontro de conceitos universais atribuídos às categorias sexo e gênero, vindas do continente europeu para o Brasil.

A ativação de enunciados decoloniais desenvolvidos por teóricos (as) do Continente Latino-Americano auxiliou na compreensão de condições diferenciais que caracterizam povos colonizados desde a fundação de perspectiva histórica centrada no continente Europeu. Essas condições introduziram padrão mundial de poder baseado em dualismos do tipo: primitivo/civilizado; europeu/não europeu, cunhando a ideia de que a civilização humana e, portanto, o conhecimento, teria tido início e apogeu na Europa¹⁰.

Ao iniciar processo de territorialização do feminicídio no Brasil, o estudo se baseou no pensamento de Heleieth Saffioti segundo o qual “a violência não encontra lugar ontológico”, ou seja, a violência contra a mulher não é da essência do ser, mas proveniente de poderes de potência e de impotência, com notações patriarcais e de vigilância de corpos femininos, resultando no poder de acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres, cujas raízes estão fincadas na ordem patriarcal instituída por ocasião do processo de colonização do Brasil. Esse direito patriarcal dos homens sobre as mulheres brasileiras vige até a atualidade e aprisiona a mulher em silêncio murado denominado “família”, cujo capital se atribui à sua responsabilidade¹¹.

¹⁰ QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. In: Colonialismo; Modernidad; Capitalismo; Poder Político; Sociedad; Historia; Eurocentrismo; America Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 122. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

¹¹ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

O estudo demonstrou que o posicionamento da mulher em situação de sujeição ao homem, em ambiente privado, retira-lhe capacidade política de liberdade e se revela como local por onde ecoam sussurros da violência praticada contra a mulher. Ambiente murado, enquadrado na ideia de “sagrada família”, com notações patriarcais, visualizada por entre emolduramentos que asseguram acesso e controle de corpos femininos no sentido apontado por Heleieth Saffioti como pacto original norteado por duas espécies de contrato: sexual (acesso sistemático ao corpo feminino) e social (direito político dos homens sobre as mulheres), meios pelos quais se constitui o patriarcado moderno.

Nesse percurso, o estudo apresentou dois regimes propostos por Rita Laura Segato: o de “contrato” (horizontal) e o de “status” (vertical), formados por duas coordenadas normativas que se articulam e expressam a etiologia da violência contra a mulher baseada na arrecadação forçada, na apropriação do corpo feminino, fator que qualifica o homem a participar do “circuito de iguais¹²”. A análise dos cenários de assassinatos de mulheres revelou linguagem impressa pelo autor, deixada em local de crime, constituindo “alfabeto violento” que o diferencia dos assassinatos em geral. O alfabeto se traduz por gestos simbólicos representativos do desfazimento de atributos da mulher assassinada.

O terceiro capítulo, intitulado “O circuito cartográfico do feminicídio no Piauí”, referiu-se ao campo da realidade social com análise de 109 (cento e nove) casos de feminicídio ocorridos no Piauí desde a vigência da lei – 10.03.15 – que alterou o Código Penal brasileiro para incluir a qualificadora Feminicídio no tipo penal do art. 121 – Homicídio – até o dia 31.12.18.

A cartografia apresentou mapas do feminicídio contendo perfil biográfico das vítimas e autores; categorias criminais; distribuição territorial do feminicídio no estado por município e Territórios de Desenvolvimento; distribuição dos feminicídios por município graduados por quantidade de ocorrências; mapa de crimes violentos letais intencionais femininos; mapa temático do feminicídio por município; referência cruzada com variável instrumento e região e referência cruzada com variável cor da pele e região. Em seguida, apresentou-se cartografia do trabalho jurídico penal do feminicídio.

O quarto e último capítulo intitulado “O circuito organizacional” delineou estado da arte do feminicídio no âmbito da Polícia Civil do Piauí e seguiu para processo de identificação

¹² SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementares de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo libros, 2010.

de categorias do feminicídio no trabalho jurídico penal da investigação, processamento e julgamento dos feminicídios no Piauí.

Identificou-se como se deram os processos decisórios no ambiente organizacional da polícia e da justiça criminal no campo do feminicídio. A análise do conteúdo das decisões organizacionais possibilitou identificar nos discursos policiais, do Ministério Público, Defesa e judiciais, enunciados alinhados às perspectivas teóricas desenvolvidas pelas categorias propostas para fechamento de aberturas de significantes da qualificadora.

Foram analisadas peças investigativas (oitivas, autos de prisão em flagrante, laudos periciais, relatórios, recognições visuográficas), peças acusatórias (denúncias, cotas ministeriais, recursos), peças de defesa (defesas preliminares, recursos e demais manifestações) e decisões judiciais (pronúncias, decisões interlocutórias e sentença final). Ao final, os conteúdos foram analisados em perspectiva interacional, ou seja, investigou-se se a rotina cognitiva comunicacional entre as organizações dialogavam entre si ou se autorreferenciavam, nesse último caso, propôs-se enunciados interacionais para o feminicídio como forma de resolver problema inicialmente apontado de significante aberto que carece de significados com contornos estáveis.

A metodologia incluiu seleção de trechos de falas de autores, testemunhas, Delegados, Defensores e/ou Advogados, Promotores e Juízes, tomando por paradigma bases teóricas que deram sustentação à edificação da Tese, como por exemplo, discursos com vestígios de controle e submissão das vítimas. Em seguida, após mapeamento anterior, realizou-se novo recorte nos trechos outrora selecionados a fim de desvelar categorias subjacentes ao discurso passíveis de análises correlacionadas às bases teóricas. O mapa teve por finalidade iniciar processo de formação discursiva para o feminicídio. Por fim, desenvolveu-se enunciados teóricos, jurídicos e operacionais interacionais que orientassem processos decisórios a cargo das organizações policiais e da justiça no campo do feminicídio auxiliando fluxo de informações e comunicação entre elas, sem pretender exaurir o assunto.

Como resultado do conteúdo abordado nos itens precedentes e com base nos achados empíricos e teóricos identificados e analisados na pesquisa, foram oferecidos parâmetros teóricos, operacionais e jurídicos para capitular juridicamente o feminicídio dando-lhe contornos estáveis balizados por relações organizacionais interacionais entre Polícia, Ministério Público, Defesa e Justiça.

CAPÍTULO 1

O CIRCUITO METODOLÓGICO

A escolha do termo “Circuito”¹³, que abrirá cada capítulo do estudo, se reporta à ideia de caminho, trajeto, delimitando campo de abrangência eleito para esta pesquisa sem desconhecer possibilidade de existirem outros. Esse posicionamento corrobora ideia de que nenhum estudo pode ter a pretensão de ser exaustivo, de encerrar debates sobre o tema, embora haja necessidade de estruturar o trabalho de forma organizada, delineando início e final. Daí a ideia de circuito para delimitar o alcance do objeto a ser estudado, particularizando-se e tecendo-se a pesquisa a partir do caminho eleito.

O capítulo tem por objetivo demonstrar como o tema ingressou no percurso da pesquisadora, importância na atualidade, debates contemporâneos que se travam no âmbito social, político e jurídico e diagramação do percurso metodológico que norteou o primeiro circuito e energizou o trabalho, servindo de fio condutor para articulação dos argumentos posteriores.

1.1. O TEMA FEMINICÍDIO NO PERCURSO DA PESQUISADORA

Em 2001, um ano após concluir curso de Direito, passar em concurso público destinado ao provimento de vagas no cargo de Delegada de Polícia Civil do Piauí e concluir Curso de Formação na Academia de Polícia Civil, titularizei a Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente. Em 2002, fui convidada a assumir cargo de escalão médio na Polícia Civil, de Diretora da Gerência de Polícia Judiciária da Corregedoria da Polícia Civil. Minha atribuição consistia na interface com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública em assuntos de Polícia Judiciária. No desempenho das atividades, recebia inquéritos policiais produzidos por todas as unidades policiais da capital para fins de análise correcional e imediata remessa ao Distribuidor dos Feitos Criminais do Fórum Criminal. Os inquéritos vinham acompanhados de bens, armas, substâncias e tudo o quanto caracterizasse a investigação policial. No dia-a-dia recebia delegados, escrivães, agentes que entregavam inquéritos e acessórios. Muitas vezes, em virtude da quantidade exorbitante de requisições

¹³ Termo adotado por Gabriela Atencio, em artigo intitulado El circuito de la muerte em Tripla Jornada nº 61, setembro de 2003: jornada.unam.mx. (ATENCIO, Gabriela. El circuito de la muerte. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2003/09/01/articulos/61_juarez_circuito.htm> Acesso em: 26 dez. 2019).

periciais e do diminuto número de peritos, boa parte dos inquéritos policiais seguiam para a Justiça desacompanhados dos laudos periciais para que não se perdesse prazo processual da prisão em flagrante prescrito em dez dias pelo Código de Processo Penal. Naquela época inexistia Audiência de Custódia logo, o autuado permanecia preso provisoriamente, em regra, até que o inquérito chegasse às mãos do magistrado – dez dias portanto. Não era raro receber laudos despartados de inquéritos para encaminhamento à Justiça.

Em um desses momentos, um escrivão de polícia que tinha por alcunha “Cinco Estrelas”, por ser considerado muito eficiente, ingressou em minha sala, apresentou frasco transparente contendo matéria cor de pele humana, imerso em líquido igualmente transparente e indagou: “– Delegada, adivinhe o que é que tem dentro desse vidro?” Analisei o conteúdo, mas não me veio nada em mente. Sem muita paciência, respondi: “– Não sei Cinco Estrelas; me diz o que é”. Ele respondeu tranquilamente: “– Um pedaço de orelha de uma mulher que estou levando para o IML periciar”. Parei, olhei para ele, olhei para o frasco e pedi que me explicasse como foi que aconteceu aquilo. Ele não soube me traduzir. Inconformada, tratei de ir em busca de informações sobre o episódio da “orelha” e consegui obter resposta da Delegada da Mulher Danielle Leal Bezerra, responsável pela investigação do caso.

Danielle me explicou que se tratava de caso de violência interpessoal em que o companheiro da vítima exercia profissão que demandava ausências permanentes de casa, e teve notícia de que ela havia tido relações com outro homem e, por isso, passou a discutir com ela e lhe impôs “castigo” em virtude da “traição” como forma de compensar o mal que fez a ele. A delegada narrou a dinâmica: ele a colocou no Box do banheiro da residência, amorteceu a orelha com aplicação de gelo, pegou uma faca doméstica e retirou 2/3 de sua orelha, com a anuência dela. Ela, em sua oitiva, reconhecia-se “merecedora” do castigo. A leitura do depoimento me causou espanto e funcionou como “gatilho” para pensar que violência é essa que eu não vi nem na Faculdade de Direito, nem na Academia de Polícia, nem no Curso de Especialização, nem tampouco no Curso da Escola de Magistratura que havia acabado de concluir? Estávamos no ano de 2002 e, até então, não havia me deparado com fenômeno de violência contra a mulher com essa complexidade como a que me foi apresentada por “Cinco Estrelas”.

Meu percurso então se inicia em 2002 porque em virtude desse episódio, recomendei ao Corregedor que realizássemos pesquisa para delinear competências das Delegacias da Mulher com base em Instrumentos normativos internacionais, vez que inexistiam leis

nacionais à época. Tratei de pesquisar, na primeira oportunidade que tive, em 2005, sobre o tema em sede de Curso de Especialização pela Escola da Advocacia Piauiense em parceria com a Universidade Federal do Piauí. Friso que no Piauí, à época e até os dias atuais, em razão da carência de Mestres e Doutores em Direito, não nos eram oportunizados Cursos de Mestrado e Doutorado em Direito, daí minha permanência em Curso de Especialização. Como inexistia lei específica que tratasse da violência de gênero, investiguei a possibilidade de um tipo penal específico de gênero e concluí pela impossibilidade, dada a complexidade da categoria.

A pesquisa me proporcionou substrato para concorrer em processo seletivo de Mestrado Interinstitucional – MINTER da Universidade do Vale do Rio dos Sinos em parceria com uma Universidade local – FACID, em 2012. Concluí minha Dissertação em dezembro de 2014 com o título: “Gênero e biopoder: a ‘invenção’ da violência contra a mulher no discurso policial e nas práticas das delegacias da mulher de Teresina – PI”, aonde pude realizar imersão nas três delegacias da mulher de Teresina, em pesquisa quanti-qualitativa cujo resultado me proporcionou inferências para ingressar no Programa de Pós-graduação de Doutorado em Direito e Políticas Públicas do Centro Universitário UNICEUB.

Dentre muitas lacunas existentes nas práticas das Delegacias da Mulher de Teresina, duas vulnerabilidades foram apontadas como relevantes em minha pesquisa de Mestrado: a invisibilidade do estupro conjugal e a invisibilidade dos assassinatos de mulheres na perspectiva de gênero. Não por acaso, em 2015, ao assumir o cargo de Secretária de Segurança Pública do Estado do Piauí, criei e implementei Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência de Gênero e a primeira Delegacia do Feminicídio do Brasil, antes mesmo da inserção da qualificadora no Código Penal brasileiro¹⁴. Como nomeiei o Feminicídio? Com base nos enunciados de minha Dissertação de Mestrado.

¹⁴ “A SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ INTERINA, no uso das atribuições previstas no art.109, incisos I e II da Constituição do Estado do Piauí e art.8º, incisos I e II, da Lei Complementar nº28 de 09.06.03 e

Considerando ser dever da Administração Pública, zelar pelo aperfeiçoamento e eficiência das atividades desenvolvidas, proporcionando segurança à sociedade piauiense;

Considerando a necessidade de se reconhecer, por força da odiosa violência que acomete mulheres e meninas piauienses, a adoção de estratégias biopolíticas que privilegiem o enfrentamento à referida violência;

Considerando que o posicionamento artificial das mulheres em ambiente privado é corroborado pela ideia de patriarcado, importante instrumento de dominação masculina amparado em estratégias que vão desde o trabalho doméstico não remunerado, exclusão de postos de trabalho relevantes, atividades que envolvem menos habilitação, políticas públicas que privilegiam interesses patriarcais, até a heterossexualidade compulsória;

Ao iniciar estudos das investigações dos feminicídios no Piauí, estando à frente do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência de Gênero, verifiquei que os cenários desses crimes se diferenciavam dos homicídios em geral, havendo espaços de expressão que fugiam às regras convencionalmente prescritas para as investigações dos crimes violentos letais intencionais em geral. O exame dos casos concretos me levou à inquietude científica de perceber características comuns aos feminicídios que não se comunicavam com os homicídios em geral porque afetavam subjetividades femininas, como por exemplo, lesões nos órgãos

Considerando que o patriarcado atinge a mulher tanto no ambiente doméstico quanto no público consistindo o primeiro em uma relação de domínio privado, onde a mulher está sob o domínio de um homem específico, identificado e que com ela mantém relações interpessoais e o segundo, o domínio público, no ambiente da comunidade, que a segrega do poder e do *status*, embora inserida no mercado de trabalho e na política;

Considerando que Mulheres vivem rotineiramente a violência patriarcal orientada pela dominação dos homens, possuindo matizes que percorrem os campos do imaginário ou simbólico, do físico, psíquico, patrimonial, moral, social, institucional, dentre outros, sendo, porém, a mais visível, a violência física, dada a evidência aos sentidos humanos primários;

Considerando que o Código Penal brasileiro, no art.121, ao adotar como significado à conduta de destruição da vida humana alheia, o verbete homicídio, generaliza o ser humano ao vocábulo homem, e desconhecendo o sujeito mulher ou, ainda, subordinando-o àquela categoria, a torna invisível em face da sua absorção pelo vocábulo homem;

Considerando atuarem os policiais segundo uma rotina voltada à persecução penal, tendo o campo jurídico por campo léxico, dificultando-lhes a visualização e interação com campos outros que não aqueles ligados diretamente à atividade policial;

Considerando que a ideia de “feminicídio” perpassa por uma espécie de violência baseada nas relações de gênero e reconhecida na Convenção de Belém do Pará (latim *femina*, -ae, fêmea + *cídio*) como sendo a intencional destruição da vida de uma pessoa do sexo feminino (mulher) motivada por relações de gênero, ou relações de poder, que privilegiam a hegemonia masculina;

Considerando a especificidade desta violência a reclamar tratamento especial, por brotar de categoria que transbordando as modulações jurídicas, insere-se no contexto de um processo de violência envolto à dinâmica de posições, negociações e abusos de poder, relações intersubjetivas e relações patriarcais não compreendidos na atividade policial;

Considerando que a completa destruição da vida da mulher encerra um odioso ciclo de violência, constituindo-se a maior das violações dos direitos humanos das meninas e das mulheres,

RESOLVE:

1. **INSTITUIR, no âmbito das Diretorias de Ensino da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e da Academia de Polícia Civil, Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero** composto pelos (as) representantes daquelas instituições de ensino e pesquisa, por um(a) representante e respectivo(a) suplente de cada um dos setores de estatísticas e um(a) representante da Secretaria de Segurança Pública com atribuições atinentes à:

[...]

2. **INSTITUIR, no âmbito da Polícia Civil, Núcleo Policial Investigativo de Feminicídio, diretamente subordinado ao gabinete do (a) Secretário (a) de Segurança Pública com competência para apuração da violência intitulada “Feminicídio”, como sendo o assassinato de meninas, mulheres, travestis e mulheres transexuais baseado em relações de gênero.**

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Teresina, 02 de março de 2015. (os grifos são nossos)

(SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ. Gabinete da Secretária de Segurança. **Portaria nº. 064-/GS/2015, de 02 de março de 2015**, que institui, no âmbito das Diretorias de Ensino da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e da Academia de Polícia Civil e da Polícia Civil, **Núcleo Policial Investigativo de Feminicídio**, diretamente subordinado ao gabinete do (a) Secretário (a) de Segurança Pública com competência para apuração da violência intitulada “Feminicídio”, como sendo o assassinato de meninas, mulheres, travestis e mulheres transexuais baseado em relações de gênero” (**Diário Oficial do Estado do Piauí**, Poder Executivo, Teresina, PI, 02 mar. 2015. N. 41, p.3. Disponível em: <<http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php?dia=20150914>>. Acesso em: 10 jan. 2020).

genitais, seios, coração, face, além de gestos que representavam expressões de poder e de controle, como fazer sexo com cadáver, desfazer-se do cadáver em lixão ou arremessar meninas com vida após tortura e violação sexual por grupo de homens.

A investigação dos casos me levou à necessidade de realizar estudos que me permitissem compreender aqueles cenários dotados de singulares diferenças em relação aos homicídios em geral tendo que me socorrer da Filosofia, Antropologia e Sociologia como forma de ampliar a concepção do homicídio e fornecer entendimentos sobre violência que emergia em perspectiva inovadora para o campo jurídico: relações de poder versadas na produção de desigualdades e opressão das mulheres. Iniciei o estudo com aportes teóricos de Michel Foucault, concernentes ao campo das formações discursivas – “episteme” e nos dispositivos do poder – Genealogia do poder.

Ainda no decorrer das pesquisas, já em sede de Doutorado, ao examinar outros casos, alarguei meu olhar para outra dimensão particular: a violência impressa pelo poder masculino atingia não apenas áreas do corpo do cadáver dotadas de significado de feminilidade, mas também representava desfazimento de atributos identitários da vítima, como o caso de quebradeira de coco assassinada por seu marido com golpes de machado na cabeça, tal qual seu ofício; escalpe de vítima cabeleireira; coleira canina colocada em vítima que era psicóloga do autor.

Nesse sentido, referenciais teóricos de Michel Foucault relacionados à genealogia do poder, me auxiliaram a alargar essa visão especialmente no tocante à necessidade de ativação de saberes locais como forma de compreender contextualizadamente casos de feminicídio analisados. Um dos casos que me fizeram ancorar essa percepção da realidade local foi o assassinato de uma menina de três anos pelo padrasto, por asfixia quando o mesmo teria ameaçado a esposa e duas enteadas de morte caso não confirmassem versão de que a criança havia sido morta por um “barrão” – termo utilizado no interior do Piauí para significar porco grande. Outros dois casos que me chamaram atenção se deram no interior: assassinato de três mulheres em Congá, duas delas Mães de Santo, logo após rito de Candomblé e caso de mulher assassinada, tendo sido seu corpo colocado em freezer, são exemplos do que me deparei no percurso de delegada e como pesquisadora.

Não é demais acentuar que por ocasião de processo de seleção deste Doutorado, em abril de 2016, quando me propus pesquisar temática do Feminicídio no Piauí, fui entrevistada por Banca composta por três docentes, sendo uma mulher e dois homens. Um dos docentes,


do sexo masculino, me interpelou indagando se eu tinha ciência de que vestir camisa de determinado time de futebol tornava a pessoa mais vulnerável a assassinato no Brasil do que ser mulher. Respondi inspirada na película “La piel que habito” de Pedro Almodóvar: “– Professor, uma camisa de time eu tenho possibilidade de trocar, mas a minha pele eu não tenho”. E continuou o mesmo professor: “– E se você, ao final, chegar à conclusão de que não existe feminicídio”? Respondi: “– Chegarei a uma conclusão e, portanto, a uma Tese”. Friso que o outro professor e professora, ao revés, não me interpelaram com inferências sexistas, ao contrário, entenderam relevante meu objeto de pesquisa. Como pesquisadora não poderia deixar de mencionar esse fato inspirada no pensamento crítico de Mendes¹⁵ ao denunciar tratamento discriminatório dispensado às pesquisadoras no campo criminal. Portanto, com este estudo pretendo não apenas abrir um quarto, mas projetar e construí-lo para me fazer habitar não apenas com a escrivanhinha, mas com minha experiência teórica, abrindo portas e janelas, definindo cores e ornamentos abertos ao porvir.

No decorrer das aulas, leituras e pesquisas desenvolvidas no Doutorado, e considerando que minha função à época, como Diretora de Gestão Interna me conferia posição de liderança, tive oportunidade de implementar políticas de segurança pública orientadas à prevenção e enfrentamento ao feminicídio no Piauí, como forma de aplicar aprendizados e testá-los na prática. Criei e implementei arranjos institucionais como Delegacia do Feminicídio, Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero, Plantão de Gênero 24h, Departamento da Mulher e aplicativo Salve Maria¹⁶ destinado ao atendimento de mulheres em situação de violência flagrancial e não flagrancial pelas polícias civil e militar. Desenvolvi ainda, em colaboração com policiais civis sob minha coordenação, Metodologias Investigatórias inspiradas nas Diretrizes Nacionais Feminicídio, Protocolos operacionais para atendimento 24h, quesitações periciais, reconstituição visuográfica, mapeamento de riscos em local de morte violenta de mulheres, dentre outras estratégias cognitivas.

As políticas foram reconhecidas nacionalmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto AVON em dois anos consecutivos (2017 e 2018), tendo disso resultado oportunidade de participar de Missão Acadêmica no Reino Unido financiada pela Embaixada

¹⁵ MENDES, Soraia da Rosa. Processo penal feminista. São Paulo: Ed. Atlas, 2020, p. 11.



¹⁶  PIAUÍ. Lei Estadual nº. 7.268, de 04 de outubro de 2019. Institui, em todo o Piauí o aplicativo Salve Maria, como política de Estado permanente de enfrentamento e combate à violência contra a mulher e atendimento policial de meninas e mulheres em situação de violência flagrancial e não flagrancial. **Diário Oficial do Estado do Piauí** nº 189, de 04.10.19, p.2. Disponível em: <<http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php?dia=20191004>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Britânica em parceria com o FBSP e AVON, para apresentação de políticas locais e conhecimento das práticas da Scotland Yard no âmbito da violência contra as mulheres. Fui agraciada como “Destaque Laranja” pela ONU MULHERES em Dezembro de 2018, tendo sido também selecionada para participar do prêmio “VIVA”, iniciativa da Revista Marie Claire em parceria com o Instituto AVON, além de participar como conferencista em capacitações em todo o Brasil – Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo, difundindo enunciados teóricos desenvolvidos por ocasião dos estudos de Doutorado com ênfase no feminicídio. O reconhecimento também se dera pelo Conselho Nacional de Justiça por ocasião de evento ocorrido em 2018, intitulado XII Jornada Lei Maria da Penha do Conselho Nacional de Justiça, na sede do STF.

Atualmente exerço função de Superintendente do Sistema de Gestão de Riscos, órgão ligado à Secretaria de Segurança Pública do Piauí e desenvolvi, em parceria com equipe da Superintendência e da Agência de Tecnologia da Informação - ATI, formato eletrônico para Formulário Nacional de Avaliação de Riscos da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, política do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, instituída através de Resolução nº. 284/19. À versão original do CNJ, foram acrescentadas quesitações com vistas a contemplar realidade empírica piauiense e vencer lacunas relevantes atinentes à identidade sexual, orientação sexual e religião, além de complementações em inferências biográficas da mulher, agressor e na dinâmica de fatores de risco relacionados a fatos. Pretende-se, com a versão eletrônica, compreender cenários de risco e produzir informações que orientem políticas públicas para evitação de feminicídios com base em fatores de risco mensurados por cidade, região e estado, coalizando categorias como raça, religião, gênero e classe.

O formulário recebeu o nome de “Esperança”¹⁷ em alusão à Esperança Garcia, mulher escravizada em território piauiense, considerada primeira advogada piauiense pela Ordem dos Advogados do Brasil Seção Piauí – OAB/PI. O nome resultou dos estudos sobre poder colonial, aliado ao resultado dessa pesquisa que demonstrou prevalência de mulheres negras assassinadas no estado no período considerado. Iniciamos o processo de difusão do formulário



¹⁷ **ESPERANÇA** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ. Projeto de Lei Estadual nº. 222 de 20.11.19. Institui, em todo o Piauí, O Formulário Eletrônico de Avaliação de Riscos “Esperança Garcia, como política de Estado permanente de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar praticada contra meninas e mulheres. Disponível em: <http://www.alepi.pi.gov.br/noticiasConteudo_inc.php?idNoticia=9707>. Acesso em: 03 dez. 2019.

com política pública nominada por “Caravana Esperança”, consistente na instalação do formulário em unidades policiais civis e militares, sensibilização e capacitação desses policiais para multiplicarem conhecimento a outros profissionais ligados à Rede de saúde e educação que do mesmo modo integrarão a “Rede Esperança” a fim de vencer eventuais subnotificações e renovar compromisso com esperança de vida das mulheres piauienses. O formulário resultou de aberturas cognitivas na temática da decolonização de gênero, momento em que a categoria “raça” torna-se, em minhas pesquisas, relevante categoria analítica para compreensão do feminicídio.

Há, portanto, espécie de “concertação”¹⁸ entre minha jornada acadêmica e trajetória pessoal profissional na medida em que a cada novo passo em direção a aprofundados conhecimentos, associo à realidade empírica e promovo abertura de novos caminhos para que por eles trafeguem políticas de segurança e mostrem resultados no contexto local. À medida que as políticas se qualificam, demonstram a relevância do tema feminicídio e a necessidade de se aliar estudos teóricos à realidade empírica como fonte renovada de saber e de poder de transformação.

1.2. RELEVÂNCIAS DO TEMA FEMINICÍDIO

A expressão “feminicídio” possui registro em obra do século XIX de John Corry¹⁹ ao narrar assassinato de uma mulher²⁰ e adotada por Diana Russel em 1976, por ocasião da instalação do Tribunal Internacional de Crimes Contra Mulheres, Tribunal Popular que teve por objetivo dar visibilidade ao caráter sexista dos crimes ocorridos nas relações conjugais. O feminicídio é comumente considerado assassinato de mulher na perspectiva de gênero, por ser mulher. Porém, é possível assinalar possibilidades de assassinatos na perspectiva de gênero que tomem em consideração outras categorias que não a condição de ser mulher, como por exemplo, assassinatos de homens por mulheres e grafias como homicidas femininas ou homicidas masculinos em que se evidencia perspectiva de gênero, mas não têm o alcance que

¹⁸ Termo empregado por Michel Foucault para indicar um dado campo de forças suportando tipos de saber e suportadas por eles (FOUCAULT, Michel. *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Org. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 47).

¹⁹ CORRY, John. *A Satirical View of London*. London: Printed for R. Dutton, 1809. Disponível em: <<https://archive.org/details/asatiricalviewl01corrgoog/page/n12>>. Acesso em: 8 jan. 2020.

²⁰ RUSSEL, Diana E. H. Definición de feminicidio y conceptos relacionados. In: HUSSEL, Diana E. H.; ARMES, Roberta A. (ed.) *Feminicidio: una perspectiva global*. 1. ed. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006. p. 73-96. Disponível em: <<https://construcciondeidentidades.files.wordpress.com/2015/09/definicion3b3n-de-feminicidio-russell.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2020.

se pretende neste estudo. Nesse sentido, esses eventos podem ser agrupados nas perspectivas do assassinato, do assassino e do assassino e vítima²¹.

Na atualidade é possível apresentar-se atual estado da arte do feminicídio sob duas perspectivas: social e jurídica. O recorte social foi retratado com base em inferências extraídas de dados estatísticos e da literatura que trata do assunto no âmbito mundial, nacional e local (Piauí). No plano jurídico, o estudo delineou normatividade interna brasileira e internacional aplicável ao Feminicídio. O cenário jurídico foi cotejado para demonstrar que algumas normas internacionais, embora internalizadas há mais de duas décadas, permanecem ocultas nas decisões organizacionais. No entanto, como auxiliam no fechamento de aberturas de significantes do feminicídio serão retomadas com a finalidade de servirem de balizas para interpretação da qualificadora.

O estudo identificou ainda, com o auxílio de outras inferências, que o Feminicídio, por estar diretamente relacionado ao processo de colonização do Brasil, é tão antigo quanto o patriarcado, cujas raízes possibilitam compreender campo de forças que o caracteriza²² como problema social.

1.2.1. Assassinato de mulheres: um problema social

Informe do Observatório de *Igualdad de Género de América Latina y el Caribe* - OIG, das Nações Unidas, com base em informações oficiais de 15 países da América Latina e do Caribe, mostra que pelo menos 3.287 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2018²³. O Brasil, em números absolutos, conta com 1.206 casos a uma taxa de 1,1 a cada 100.000 mulheres, figurando em primeiro lugar no *ranking* dos números absolutos, seguido do México (898), Argentina (255), Honduras (235), El Salvador (232) e Guatemala (172). Porém, no *ranking* das taxas de feminicídio, o Brasil se posiciona em 9º lugar e El Salvador lidera com taxa estimada em 6,8/100.000 mulheres. Infere-se que 36,69% dos casos de assassinatos de mulheres por razões de gênero ocorridos na América Latina e Caribe se deram no Brasil, superando países como México (27,32%), historicamente reconhecido como sendo responsável por dar visibilidade mundial ao fenômeno ao desvelar, na década de noventa,

²¹ Diana Russel considera quatro padrões possíveis de assassinatos na perspectiva de gênero: 1) assassinato de homem contra homem; 2) assassinato de homem contra mulher (feminicídio e não feminicida); 3) assassinato de mulher contra mulher; e 4) assassinato de mulher contra homem.

²² ALMEIDA, Suely Souza de. Femicídio: algemas (in) visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998, p. 1.

²³ OBSERVATORIO DE IGUALDAD DE GÉNERO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (OIG). Feminicidio. Disponível em: <<https://oig.cepal.org/es/indicadores/feminicidio>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

centenas de cadáveres femininos mutilados, com visíveis sinais de violência sexual, na periferia de Ciudad Juárez, estado de Chihuahua, local denominado por Campo Algodonero²⁴.

De outro ângulo, a tipificação do feminicídio é fenômeno jurídico recente. O México foi o 7º país, em 2012, e o Brasil o 16º país da América Latina, em 2015, a aprovarem lei sobre feminicídio²⁵.

No Brasil, os assassinatos de mulheres por razões de gênero vieram a ocupar agenda política especialmente nos últimos cinco anos. A inserção da qualificadora Feminicídio no Código Penal brasileiro em março de 2015, representou dispositivo jurídico que deu visibilidade normativa ao assassinato de mulheres na perspectiva de gênero e propiciou surgimento de difusas ações envolvendo os Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário potencializando discursos dos Movimentos Sociais Feministas voltados ao enfrentamento da violência contra a mulher. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, foram 1.151 casos em 2017 e, em relação aos homicídios de mulheres, os feminicídios representaram 23,6% deles em 2017 e 29,4% em 2018²⁶. Desde a data da vigência da Lei nº. 13.104/15, casos de feminicídio aumentaram 62,7%. O Brasil sinaliza média de 3 assassinatos por dia, com crescimento em números absolutos de 4%, entre 2017 e 2018.

A temática relacionada à violência perpetrada contra as mulheres, notadamente o assassinato de mulheres na perspectiva de relações de poder, é problema que atravessa fronteiras nacionais e afeta mulheres em múltiplos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, sendo reconhecido pela comunidade internacional como problema social, crime de estado, seja porque viola direito humano à vida, seja pela tolerância estatal ante a inércia de práticas voltadas à prevenção e enfrentamento do problema, especialmente a de um processo criminal eficaz.

Mapas estatísticos de assassinatos de mulheres em âmbito mundial, nacional e local, no caso o estado do Piauí, demonstram atual estado da arte no tocante ao feminicídio, assim

²⁴ “Los masivos asesinatos de mujeres en la Ciudad Juárez en el Estado mexicano de Chihuahua, durante la década de los noventa, colocó en la opinión pública el tema y el término del femicidio. Estos crímenes por sus altos grados de violencia, sadismo, ensañamiento y crueldad se consideraron como un hecho inédito y dieron paso a la estereotipación de este tipo de crímenes pero también de sus víctimas” (PINEDA, Esther. Cultura feminicida: el riesgo de ser mujer en América Latina. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2019, p. 11).

²⁵ COMPROMISSO E ATITUDE. Legislações da América Latina que penalizam o feminicídio. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/legislacoes-da-america-latina-que-penalizam-o-femicidio/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

²⁶ FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. ano 13, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.

como casos emblemáticos que suscitaram e ainda suscitam debate mundial (cidade de Juárez/México), nacional (Ângela Diniz e Marielle Franco/Rio de Janeiro) e local (meninas de Castelo/PI).

Em estudo anterior, o caso mexicano foi descrito com base em decisão prolatada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 16.11.09, no processo intitulado “Caso González y otras (Campo Algodonero) VS. México”, com foco nos capítulos VI e VII que tratam das provas e da violência e discriminação contra a mulher (p. 29 – 112)²⁷.

No Brasil, caso de feminicídio de Ângela Diniz, ocorrido na década de 70, representou importante paradigma de análise porque o advogado do autor e companheiro de Ângela, Doca Street, sustentou tese da “legítima defesa da honra” pautada na desqualificação da vítima.

O fato ocorreu no dia 30 de dezembro de 1976, às 20h, na praia dos Ossos, Búzios, litoral do Rio de Janeiro, na casa de praia de Ângela Diniz. Consta ainda que após discussão

²⁷ A narrativa dos fatos se inicia a partir do registro do desaparecimento de 3 meninas no Ministério Público - Promotoria Especial para a Investigação de Desaparecimento e Homicídio de Mulheres: Laura Berenice Ramos Monárrez – 17 anos, desaparecida em 22.09.01; Claudia Ivette González – 20 anos, desaparecida em 10.10.01 e Esmeralda Herrera Monreal – 15 anos, desaparecida em 29.10.01. Os corpos foram encontrados no dia 06.11.01, em uma plantação de algodão e, no dia seguinte, foram descobertos mais cinco corpos de mulheres em local próximo, ainda dentro da plantação de algodão.

Segundo relato da decisão, “[...] los cuerpos de las jóvenes Herrera, González y Ramos fueron objeto de un particular ensañamiento por parte de los perpetradores de los homicidios. Los representantes añadieron que (1) forma en que fueron encontrados los cuerpos (de las tres víctimas) sugiere que fueron violadas y abusadas con extrema crueldad [...]”²⁷. A violência contra Esmeralda Herrera chama a atenção. A blusa e o sutiã estavam rasgados no lado superior direito, as duas alças levantadas por cima da região peitoral, deixando nu os seios, além da meia rasgada, mãos amarradas, cujo “[...] cordón rodeaba el cuerpo en su totalidad por la región abdominal [...]”. O documento ainda registra “[...] Ausencia de región mamaria derecha [...]” e “[...] Ausencia parcial de partes del pezón de la región mamaria izquierda [...]”²⁷.

Em relação à vítima Claudia Ivette González, não foram evidenciados no relato elementos que permitissem retirar inferências de violência na perspectiva de gênero. O documento narra, em relação à vítima Laura Berenice Ramos Monárrez, que tanto a blusa, quanto o sutiã estavam “[...] colocados ambos por encima de la región mamaria y se observaba en el pezón derecho herida plana de 5 mm que cercenó la punta del mismo [...]” com as extremidades “[...] superiores extendidas por encima de la extremidad cefálica [...]. El cráneo descarnado en su parte posterior [...]” e “[...] Cabello escaso con cortes irregulares [...]”²⁷.

A perícia de campo concluiu que as ações foram perpetradas no local em que os corpos foram encontrados e embora não tenham afirmado categoricamente que houve violação sexual, “[...] debido a las condiciones de semi desnudez en las que se [...] encontra, es posible establecer con alto grado de probabilidad que se trata de [...] crimen (es) de índole sexual [...]”. Quanto à vítima Herrera, concluíram que “[...] por el grado de dificultad que se apreciaba en el amarre que presentaba [...] de la cintura a sus extremidades superiores, (era) posible establecer que [...] llegó maniatada al lugar de los hechos [...] y que era factible suponer que la causa del deceso fuera por estrangulamiento [...]”. Em relação à jovem Ramos “[...] los peritos concluyeron que en base a los hematomas que se apreciaron en diferentes tejidos óseos era posible establecer que [...] fue severamente golpeada antes de su deceso [...]”²⁷. O caso foi entendido pela Fundação Getúlio Vargas SP como o mais emblemático da CIDH porque “[...] pela primeira vez a Corte Interamericana condenou um Estado pelo homicídio de mulheres pela condição de gênero”²⁷. Do mesmo modo, segundo Pasinato²⁷, o feminicídio “[...] ganhou espaço no debate latino-americano a partir das denúncias de assassinatos de mulheres em Ciudad Juarez – México [...]”, pela repetição de eventos e omissão do estado²⁷ (VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro; MACHADO, Bruno Amaral. Territórios da violência de gênero: normativa internacional e os casos “Campo Algodoeiro” (México) - “Morro do Garrote” (Brasil). Revista de Direito Internacional, v. 15, n. 2, 2018, p. 392-407).

entre Ângela e Doca, este a assassinou com três tiros no rosto e um na nuca. Consta que a empregada da casa já havia presenciado brigas entre o casal e que “[...] Doca explorava a vítima [...], obrigando-a a assinar cheques que utilizava na compra de roupas caras”, e vivendo exclusivamente à custa de Ângela, ficou desesperado com o rompimento e a consequente perda das regalias²⁸.

Por sua vez o autor narra da seguinte forma a dinâmica do crime:

Discutimos porque naquela manhã, depois de várias doses de vodca, ela convidara uma moça que vendia bolsas na praia para ir até nossa casa, para fazermos uma festinha. Em casa, durante a discussão, Ângela resolveu acabar com o nosso relacionamento e eu peguei minhas coisas, entrei no carro e parti. Mas na primeira esquina resolvi voltar, pois queria continuar vivendo com a mulher da minha vida.

Ao entrar novamente na casa, encontrei-a no corredor, sentada em um banco de alvenaria. Ajoelhei e pedi para continuarmos juntos. Eu a amava muito e não conseguiria viver sem ela. Não adiantaram os meus argumentos, ela dizia que eu era muito ciumento. Mas em certo momento, irritada, respondeu:

- Se quiser ficar comigo, vai ter que fazer suruba com homens e mulheres ...

Em seguida, pegou minha pasta de documentos, que estava ao seu lado, e a atirou em meu rosto. Depois de me atingir, a pasta caiu no chão e se abriu. Minha arma escorregou lá de dentro e eu, em vez de colocá-la de volta na pasta, comecei a atirar. Em seguida, horrorizado ao ver Ângela caída, saí com o carro em disparada e só parei em São Paulo²⁹.

No primeiro julgamento, Doca Street foi condenado à pena de dois anos de reclusão com *sursis*, sem necessidade de recolher-se à prisão. O advogado utilizou a tese da legítima defesa da honra, com excesso culposos. Em entrevista, Doca anunciou que matou por amor. Heleno Fragoso³⁰ atuou como Assistente de acusação no segundo julgamento cujo veredito se dera por 5 votos a 2 pela condenação de Doca por homicídio qualificado, a quinze anos de reclusão, não tendo sido reconhecido o fato de que agira em legítima defesa de direito algum. O caso foi alvo de protestos de movimentos feministas que manifestavam irresignação com o

²⁸ ELUF, Luiza Nagib. A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres de Pontes Visgheiro a Lindemberg Alves. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, p. 73 e 75.

²⁹ STREET, DOCA. Mea culpa. O depoimento que rompe 30 anos de silêncio. São Paulo: Editora Planeta, 2006, p.64-65.

³⁰ Fragoso em entrevista concedida ao Jornal do Brasil declarou: “O que está acontecendo em Cabo Frio é uma demonstração da desigualdade de nosso sistema judiciário, que é seletivo, opressivo e substancialmente injusto. Há todo um clima de festividade, um circo armado e programado para mostrar algo que merece ser condenado. Toda uma promoção que não atinge a milhares de crimes iguais” (ELUF, Luiza Nagib. A paixão no banco dos réus. Casos passionais célebres de Pontes Visgheiro a Lindemberg Alves. 4ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009 p.78).

slogan “Quem ama não mata”³¹”, em represália à fala de Doca, cuja defesa se alicerçara em padrão recorrente até a atualidade com o argumento de que a ação (ato de matar) se dera em momento de violenta emoção para legítima defesa da honra em razão de injusta provocação da vítima. Em outras palavras, o popularmente conhecido “crime passionai”, noção que nunca esteve presente no Código Penal brasileiro, tratando-se, portanto, de construção social de raízes patriarcais. O caso narrado e referenciado nacionalmente deixa invisível feminicídios ocorridos em face de mulheres negras sendo representativo de mulher branca, da alta classe social.

Porém, nem todos os casos de feminicídios se situam no âmbito das relações interpessoais. Na atualidade, o caso Marielle Franco pode ser considerado tipo de assassinato que instiga rediscussão do campo epistêmico do feminicídio para além do ambiente doméstico, porque ancorado em bases e paradigmas relacionados a marcadores sociais e políticos. O caso tornou-se emblemático nacionalmente porque envolveu mulher negra, ativista dos direitos humanos, lésbica, Vereadora, oriunda da periferia do Rio de Janeiro e até o momento, sem autoria definida. O fato pode ser narrado com base no Atlas da Violência 2018 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública:

O início do ano de 2018 foi marcado pelo assassinato de Marielle Franco, que chocou a população brasileira. Mulher, negra, mãe e moradora da favela da Maré, Marielle Franco era vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e, no dia 14 de março, foi morta em um atentado. Treze tiros atingiram o veículo onde ela estava. A comoção pública e a transformação de seu nome em símbolo de resistência são sinais de que a violência contra a mulher está deixando de ser naturalizada (Atlas da Violência 2018, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Rio de Janeiro, 2018, p.45).

No Piauí, caso emblemático ocorreu na cidade de Castelo, região norte do estado, no Território de Cocais. Em estudo anterior narramos o fato em que quatro meninas, uma delas com 18 anos e três adolescentes, foram até ponto turístico da cidade denominado “Morro do Garrote” para tirar fotografias. Nesse contexto, foram surpreendidas por quatro adolescentes e um adulto que as amarraram em um cajueiro, tiraram-lhe as roupas e passaram a abusar

³¹ “Esta bandeira de luta, levantada por setores do movimento feminista brasileiro no início dos anos 80, deu o tom da mobilização suscitada por assassinatos de mulheres de camadas médias pelos seus (ex) maridos ou (ex) companheiros” (ALMEIDA, Suely Souza de. Femicídio – algemas (in) visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998. p.9).

sexualmente de todas elas, arremessando-as uma a uma de despenhadeiro com aproximadamente dez metros de altura, sendo apedrejadas a seguir³².

O caso foi objeto de debates internos na Polícia, vez que não se amoldava ao critério de razões da condição de sexo feminino envolvendo violência doméstica e familiar. A dificuldade foi compreender o segundo critério pautado no menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

O inquérito teve resolutividade com atribuição das autorias na modelagem jurídica do feminicídio com base no artigo 2, alínea “b”, da Convenção de Belém do Pará. O caso de Castelo do Piauí foi considerado paradigma em razão da dificuldade para delinear contornos jurídicos do feminicídio que escapava da ideia de violência doméstica e familiar comumente aplicável à violência contra a mulher. Os estudos desenvolvidos pela pesquisadora, em sede de Mestrado, com aprofundamento nos Tratados e Convenções Internacionais, especialmente na Convenção de Belém do Pará, balizaram a investigação policial vez que além de inexistir à época qualquer jurisprudência ou doutrina aplicável ao caso, o conteúdo normativo da qualificadora carecia e carece de significado, alinhando-se à problematização dessa pesquisa consistente na necessidade de se construir parâmetros e se estabelecer critérios jurídicos para tomada de decisão a cargo dos responsáveis pelo trabalho jurídico penal do feminicídio.

1.2.2. Necessidade de parâmetros e de critérios jurídicos para tomada de decisão

Em breve percurso histórico-normativo, iniciou-se abordagem do feminicídio na Idade Média, com o *Malleus Maleficarum* – Martelo das Bruxas³³, atribuída sua escrita aos dominicanos Jacques Sprenger e Henger Institoris, em 1487, sendo considerado o primeiro tratado de demonologia inspirador de inúmeros outros, especialmente em Portugal. Embora as práticas de feitiçaria estivessem fora dos parâmetros fixados por ele, fora aplicado pelo Santo Ofício de Portugal a 43 feitiçeiros, sendo 17 homens (40%) e 26 mulheres (60%) condenados a degredo para o Brasil por bruxaria, feitiçaria e pacto com o Satanás³⁴.

Passagens da obra permitiram inferir que algumas mulheres foram consideradas feitiçeiras porque se insurgiram contra o mandato da feminilidade imposto pela normatividade

³² VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro; MACHADO, Bruno Amaral. Territórios da violência de gênero: normativa internacional e os casos “Campo Algodoeiro” (México) - “Morro do Garrote” (Brasil). Revista de Direito Internacional Volume 15, n.2, 2018, p.392- 407.

³³ PIERONI, Geraldo. Os excluídos do Reino. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 2006, p.177.

³⁴ Foram condenadas a degredo para o Brasil: Suzana Jorge: 10 anos; Luísa Maria: 5 anos; Marta: 7 anos Leonor Gonçalves: 3 anos e Úrsula Maria: 5 anos (PIERONI, Geraldo. Os excluídos do Reino. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 2006, p.172-176).

eclesiástica e pela sociedade organizada por normas patriarcais³⁵. Tais normas consistiam no temor de as mulheres dominarem os homens³⁶, responsabilidade atribuída às mulheres pela incapacidade de ereção do parceiro, obstrução da capacidade genital e demais disfunções sexuais masculinas.

Outro registro histórico diz respeito a desagravo à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, feito em 1792, por Olimpe de Gouche proclamando Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, fazendo ver ao mundo a exclusão das mulheres pelo poder revolucionário. Referida Declaração, ao privar mulheres da cidadania e do direito à Assembleia, estabeleceu o Feminicídio Inaugural na formação do Estado Ocidental. A Revolução Francesa não reconheceu a condição humana das mulheres e dessa forma obstaculizou a equivalência humana³⁷. O Feminicídio, para efeitos do estudo, foi tomado como categoria atribuída à modernidade, não sendo compreendidos assassinatos de mulheres em sociedades ou comunidades diversas da organização estatal.

Ainda no plano histórico normativo internacional, após um século e meio, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948, constituiu base para surgimento de inúmeras Convenções e Tratados voltados à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade, prescrevendo direitos e liberdades fundamentais, tal o caso da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW de 1979.

Há um espaço vazio correspondente a 31 anos – 1948 a 1979 - que coincide parcialmente com os 21 anos de Regime Militar brasileiro - março de 1964 a janeiro de 1985 - entre a Declaração dos Direitos Humanos e a ratificação da CEDAW pelo Brasil, que ocorrera 23 anos após, através do Decreto nº 4.377, de 13.09.02. A CEDAW constitui, até a atualidade,

³⁵“[...] pelo seu primeiro defeito de inteligência, são mais propensas a abjurar da fé, assim, como no segundo defeito de afetos e paixões exageradas, procuram, matutam e infligem diversas vinganças, seja por bruxaria ou outros meios. Pelo qual não é assombroso que existam tantas bruxas neste sexo” (H. S. Alex. Trad. Malleus Maleficarum. Brasil, 2007, p.54. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/marcospaulo/files/2013/05/malleus-maleficarum-portugues.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2020).

³⁶“[...] Pode ser chamado de livre um homem cuja esposa o governa, lhe impõe leis, lhe dá ordens e lhe proíbe de fazer o que deseja, de modo que não pode nem se atreve a lhe negar nada do que lhe pede? Eu não só o chamaria de escravo, senão, o mais baixo dos escravos, ainda que nascido na família mais nobre”.(H. S. Alex. Trad. Malleus Maleficarum. Brasil: 2007, p.54. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/marcospaulo/files/2013/05/malleus-maleficarum-portugues.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2020).

³⁷“[...] El poder revolucionario traicionó a las mujeres y las proscribió. Castigó con persecución, prisión y guillotina, entre otras revolucionarias, a Olimpe de Gouche. El *feminicidio* inaugural marcó el surgimiento del primer Estado moderno occidental. Mediante la represión, las mujeres fueron privadas de la ciudadanía y excluidas de la Asamblea (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Los cautiverios de las mujeres madresposas, monjas, putas, presas y locas. 2. ed. México: Siglo XXI Editores, 2015. p.36).

marco teórico normativo da violência contra a mulher no Brasil, estabelecendo, no art. 1º, que: “toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo [...]” configura discriminação contra a mulher³⁸.

Esse período foi marcado por assassinatos de mulheres que tiveram grande repercussão no Brasil, dentre os quais os de Ângela Diniz (1976) e Sandra Gômide (2000) suscitando à época debates e manifestações populares³⁹.

Em 1994, quinze anos após proclamação da CEDAW e antes de sua ratificação pelo Brasil, foi promulgada Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como “Convenção de Belém do Pará” - Decreto nº 1.973, de 01.08.94. A Convenção dotou o Sistema Interamericano de Direitos Humanos de instrumento internacional voltado ao enfrentamento da violência contra a mulher. Com ela, veio o conceito de violência contra a mulher como sendo aquela baseada em relações de gênero, orientando reformas legais de ordenamentos jurídicos de diferentes países da América Latina.

No Brasil, a Convenção de Belém do Pará fundamentou importantes reformas normativas, como lei que prevê notificação compulsória dos agentes de saúde nos casos em que se vislumbrem sinais de violência (Lei nº. 10.778/03) e Lei nº. 11.340/06, que trata da violência doméstica. Ambas normativas constituem importantes marcos conceituais para orientar argumentações e razões de decisões organizacionais no enfrentamento à violência contra a mulher. A mudança normativa é apenas uma das frentes, pois supõe também mudanças na forma de atuação organizacional. Segundo Guia de Estudo do Sistema Interamericano de Direitos Humanos - SIDH, “[...] as convenções que têm a finalidade de proteger os direitos humanos desfrutam de uma normatividade superior à legislação interna brasileira⁴⁰”.

No âmbito da jurisprudência internacional, pesquisa organizada por Herrmannsdorfer⁴¹ assinala prevalência de três categorias nas decisões sensíveis ao gênero:

³⁸ CEPIA. Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. Instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos. Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero, vol. 1, Rio de Janeiro, 2001, p. 35 – 51.

³⁹ BLAY, Eva Alterman. Assassinato de mulheres e direitos humanos. São Paulo: Editora 34, 2008, p. 46 e 68.

⁴⁰ “Devemos advertir que há enorme e diversificado debate no campo de estudos do gênero e das violências contra a mulher. Recomendamos, entre inúmeros outros textos, a leitura de Harding sobre ciência e feminismo (1996) e de Tubert (2008) sobre a origem do conceito de gênero, o impacto nas ciências sociais e a crise conceitual nos últimos anos” (VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro; MACHADO, Bruno Amaral. Territórios da violência de gênero: normativa internacional e os casos “Campo Algodoeiro” (México) - “Morro do Garrote” (Brasil). Revista de Direito Internacional Volume 15, n.2, p. 393).

⁴¹ HERRMANNSDORFER, Claudia. Balance de la jurisprudencia género sensitive de Tribunales nacionales en 13 países en America Latina y el Caribe. Comité de America Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos

identificação do patriarcado, distinção de construções sociais e linguagem sensível ao gênero. No Brasil, reconhece-se necessidade da utilização de parâmetros interpretativos na perspectiva de gênero tomando-se por base jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos⁴². Como forma de auxiliar Estados na compreensão da violência de gênero, a ONU lançou, em 2016, Diretrizes Nacionais Feminicídio para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres, tomando por base inferências do Modelo de protocolo latino-americano de investigación de las muertes violentas de mujeres por razones de género⁴³.

A hipótese neste estudo foi de que existem categorias teóricas, jurídicas e operacionais aplicáveis aos feminicídios resultantes de relações íntimas e não íntimas, tendo por motivação, em ambos os casos, a “condição de ser mulher”. O termo remete a categorias pautadas em relações de poder que se estabelecem socialmente e emolduram seres humanos, no caso mulheres, em estruturas verticais e horizontais de subordinação, colocando-as artificialmente em cenários que precarizam suas vidas e tornam consumíveis seus corpos.

O estudo contextualizou assassinato de mulheres no plano jurídico analisando presença e/ou ausência de normas de direito interno e de direito internacional que versassem e/ou se correlacionassem com o tema, assim como jurisprudências pátrias e internacionais. Deu-se ênfase à modulação prevista no Código Penal brasileiro com a pretensão de analisá-lo à luz do vocabulário jurídico e compará-lo com semelhantes dispositivos normativos internacionais, especialmente Tratados e Convenções em que o Brasil é signatário. Identificou-se aberturas em conceitos jurídicos constantes de leis e jurisprudências pátrias que reclamam construção de parâmetros e critérios balizadores para tomada de decisões, desde indiciamento formal do autor, acusação formal, pronúncia e *decisum*.

1.3. PROCESSOS PARA DELIMITAÇÃO DO TEMA

de las Mujeres – CLADEM, p.47. Disponível em: <<http://www.compromisoeatitudo.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/CLADEMbalancelegislaciongenerosensitiva.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

⁴² “Nesse contexto, faz-se necessária a utilização de novos parâmetros interpretativos, podendo o Supremo Tribunal Federal recorrer à jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que é marco referencial na proteção e promoção dos direitos das mulheres por ter reconhecido o gênero como um fator que agrava ainda mais a violação de direitos quando as vítimas são mulheres” (LOPES, Ana Maria D’Ávila; LIMA, Lorena Costa. A influência do fator gênero nas decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e do Supremo Tribunal Federal brasileiro: (des) protegendo os direitos fundamentais das mulheres, p.14. (Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4aec1b3435c52abb>>. Acesso em: 10 abr. 2020).

⁴³ ONU MULHERES. Modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio). Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo_feminicidio_publicacao.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

“Delimitar significa desenhar a linha de separação entre o que entrará no âmbito do estudo e o que será intencionalmente excluído⁴⁴”. O objeto da pesquisa cingiu-se à compreensão da tipificação do feminicídio na perspectiva de gênero para que se proponha categorias teóricas, jurídicas e operacionais que orientem processos decisórios tomando por base casos de feminicídio ocorridos no Piauí, desde a vigência da lei que incluiu a qualificadora “Feminicídio” no Brasil até o dia 31.12.18.

1.3.1. Recorte da matéria no tempo e no espaço

O estudo não enfrentará outra espécie de violência contra a mulher, senão a do assassinato na forma consumada, especificamente a delineada no artigo 121, inciso VI, §2º- A e §7º, do Código Penal brasileiro, inserido pela Lei nº. 13.104/15. Serão, portanto, excluídos demais crimes violentos letais intencionais – CVLI - perpetrados em face do sujeito mulher porque diversos da tipificação penal eleita, como estupro seguido de morte, latrocínio e lesão corporal seguida de morte.

Como a pesquisa será documental e empírica, faz-se necessário estabelecer *locus* em que se realizará. Elegeram-se o estado do Piauí por três razões: 1) Territorial - a pesquisadora reside em Teresina e seu doutoramento se dá nessa localidade; 2) Acesso à informação - a pesquisadora é Delegada de Polícia Civil do Piauí e por essa razão possui livre acesso aos sistemas informatizados da Polícia Civil de boletins de ocorrência, procedimentos policiais e monitoramento de crimes violentos letais intencionais (SISBO, SISPROCEPI e SIMCVLI), assim como ao sistema da justiça estadual na rede *Themis Web*; 3) sede de órgão especializado - o Piauí foi o primeiro estado do Brasil a contar com órgão policial investigatório de feminicídio, criado pela pesquisadora ao tempo em que assumiu titularidade da Secretaria de Segurança Pública, antes mesmo da vigência da Lei nº. 13.104/15, fato que vem especializando investigações e estatísticas criminais e 4) a pesquisadora desenvolveu metodologia investigatória na perspectiva de gênero que vem sendo aplicada a casos de assassinatos de mulheres no Piauí.

Na dimensão temporal elegeram-se, como marco inicial da pesquisa, data de vigência da Lei nº. 13.104, de 10.03.2015, que alterou o Código Penal e inaugurou no direito brasileiro a modulação jurídica intitulada “Feminicídio”. Dessa forma, sob a ótica da dogmática penal, seria temerário falar sobre Feminicídio no ambiente jurídico em data pretérita a esta. Para se

⁴⁴ MONEBHURRUN, Nitish. Manual de metodologia jurídica. Técnicas para argumentar em textos jurídicos. São Paulo: Saraiva, 2015, p.71.

delinear o marco final tomou-se por base série histórica do feminicídio no Piauí desenhada pelo Núcleo de Estatísticas e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública em 31.12.18, seguindo série já sedimentada, totalizando três anos e nove meses de pesquisa empírica ou 45 meses. Nesse período foram apurados no Piauí 219 (duzentos e dezenove) casos de crimes violentos letais intencionais femininos, sendo 109 (cento e nove) deles Feminicídios consumados, população que será tomada para análise no presente estudo.

O processo de análise dos 109 casos demandou utilização de ferramentas metodológicas para organização, classificação e interpretação de achados da pesquisa. As ferramentas serviram de balizas norteadoras para formulação de enunciados e possibilitaram análises de conteúdo pautadas em fundamentações teóricas propostas pelo estudo. As ferramentas viabilizaram aliança entre teoria e achados empíricos em concertação.

1.3.2. As ferramentas metodológicas

As ferramentas metodológicas utilizadas dialogaram com campos empírico e teórico que explorados pela pesquisa. O campo empírico compreendeu desenvolvimento de dados oriundos de documentos de inquéritos policiais e processos criminais visualizados em sistemas informatizados da Polícia Civil e do Poder Judiciário. Foram aplicados questionários semiestruturados, entrevistas mistas e grupo focal. Os dados foram transcritos, organizados e interpretados por meio da técnica de análise de conteúdo de documento escrito com abordagem temática do feminicídio. O resultado da interpretação possibilitou a elaboração de categorias teóricas, jurídicas e operacionais destinadas ao fechamento de aberturas de significantes da qualificadora feminicídio. As categorias servirão de ferramentas para tomada de decisão a cargo das organizações incumbidas pelo trabalho jurídico penal do feminicídio: Polícia Civil, Ministério Público, Defensoria Pública/Advocacia e Magistratura.

1.3.2.1. TÉCNICA DE ANÁLISE DE DOCUMENTO ESCRITO

Adotou-se técnica de análise de documento escrito por ser “[...] insubstituível em qualquer reconstituição referente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, [...] o documento [...] permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente⁴⁵.

⁴⁵CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p.295.

a) Objetivo: identificar, a partir do levantamento e análise dos discursos e rotinas cognitivas organizacionais policiais e processuais, a genealogia das decisões adotadas nos procedimentos. A interpretação das falas dos sujeitos ouvidos nos processos de feminicídio, assim como a análise do conteúdo dos laudos de exames periciais, possibilitaram identificar se e como enunciados policiais e processuais delinearam questões atinentes às relações de gênero. Ao final, foi possível comparar o resultado da análise das falas e discursos ao das decisões adotadas e identificar eventuais lacunas interacionais. A análise dos documentos possibilitaram desenvolver dados biográficos, criminais, procedimentais e organizacionais para formulação de categorias de fechamento de aberturas da qualificadora feminicídio adequadas ao SJC.

b) Documentos: foram analisados laudos periciais, autos de prisão em flagrante delito, oitivas, relatórios policiais, denúncias, defesas e decisões judiciais (decretação de medidas cautelares, pronúncia, impronúncia, desclassificação, absolvição sumária e sentenças).

1.3.2.2. APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO⁴⁶

Adotou-se questionário misto com predominância de perguntas fechadas relacionadas a características biográficas dos sujeitos entrevistados e afinidade com a temática do feminicídio na atividade laboral. O objetivo foi obter informações para traçar perfil dos responsáveis pela investigação, processamento e julgamento do feminicídio. Deu-se abertura na pergunta final para manifestação espontânea, analisadas com os mesmos critérios adotados para entrevistas⁴⁷.

Frequentemente, pesquisadores elaboram questionários com ambos os tipos de perguntas. As perguntas fechadas, destinadas a obter informação sociodemográfica do entrevistado (sexo, escolaridade, idade, etc.) e respostas de identificação de opiniões (sim –

⁴⁶“Questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. A informação obtida por meio de questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo. Por exemplo: sexo, idade, estado civil, nível de escolaridade, etc. [...] Frequentemente os pesquisadores elaboram os questionários com ambos os tipos de perguntas. As perguntas fechadas, destinadas a obter informação sócio-demográfica do entrevistado (sexo, escolaridade, idade, etc.) e respostas de identificação de opiniões e as perguntas abertas, destinadas a aprofundar as opiniões do entrevistador” (RICHARDSON, Roberto Jarry. Questionário. In: Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999, p.188, 193).

⁴⁷“Um questionário vai ao encontro de diferentes necessidades e de um problema de pesquisa, e isso faz com que o tipo de perguntas de cada estudo seja diferente. Às vezes, são incluídas somente perguntas fechadas, e outras apenas perguntas e, dependendo do caso, os dois tipos de perguntas. As perguntas fechadas são mais fáceis de decodificar e preparar para a análise [...] As perguntas abertas proporcionam uma informação mais ampla e são especialmente úteis em situações nas quais se deseja saber mais a respeito de uma opinião ou dos motivos de um comportamento” (SAMPIERI, Roberto H; COLLADO, Carlos H; LUCIO, Maria D. P.; Metodologia de pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 239).

não, conheço, - não conheço etc.), e as perguntas abertas, destinadas a aprofundar opiniões do entrevistador.

a) Conteúdo: o questionário compõe-se de 22 perguntas distribuídas em três partes:

1ª parte: relacionada ao perfil do sujeito, enfocando as variáveis: idade, gênero, raça, lotação, cargo, nível de escolaridade e tempo de serviço, totalizando 7 (sete) perguntas.

2ª parte: relaciona-se com a formação do sujeito nas categorias: 1. conhecimento de instrumentos normativos relacionados à violência contra a mulher; 2. instrumentos normativos que utiliza na atividade relacionada ao feminicídio; 3. Participação em eventos promovidos em face da violência contra a mulher e 4. Condições materiais de trabalho, totalizando 5 (cinco) perguntas.

3ª parte: composta por 10 (dez) perguntas, refere-se a atuação na área do feminicídio: 1. Em quantos casos atuou; 2. Algum chamou atenção; 3. O que chamou atenção; 4. Em local de crime, o que lhe chamou atenção; 5. O feminicídio envolve questões interpessoais? 6. Avaliação sobre o conceito legal do feminicídio; 7. Habilidades em questões de gênero; 8. Habilidades dos servidores do órgão em questões de gênero e 9. Conhecimento das Diretrizes Nacionais Feminicídio Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres.

Alguns quesitos foram adaptados para atender a diferenciações funcionais: ao Advogado se indagou tempo de atuação no Júri em substituição a tempo de serviço; O quesito 4 da 2ª parte foi adaptado para análise processual por se tratar de fase processual que envolvia Advogado, Juiz e Promotor. No campo da Perícia, o quesito 4 da 2ª parte perquiriu sobre exame do cadáver ao Perito Médico Legal e sobre local de crime à Perita Criminal.

b) Objetivo: desenvolver perfil dos responsáveis pelo trabalho jurídico penal do feminicídio no Piauí preparando para as próximas fases de desenvolvimento de dados: entrevista e grupo focal.

1.3.2.3. ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Foram realizadas 11 (onze) entrevistas semiestruturadas junto a 11 (onze) profissionais relacionados à dinâmica de apuração, processamento e julgamento do feminicídio - Agentes de Polícia, Escrivão, Peritos, Delegadas, Promotor de Justiça, Advogado e Magistrado. A Entrevista guiada é “[...] utilizada [...] para descobrir que aspectos de determinada experiência

[...] produzem mudanças nas pessoas expostas a ela⁴⁸”. Em sendo qualitativa, “[...] pode desempenhar um papel vital na combinação com outros métodos. Por exemplo, intuições provindas [...]” dela “[...] podem melhorar a qualidade do delineamento de um levantamento e de sua interpretação⁴⁹”.

A fala dos entrevistados auxiliou na compreensão de aspectos subjetivos que não constaram dos discursos oficiais registrados pela Polícia e pela Justiça. Os dados coletados foram registrados por meio de gravador digital de voz, transcritos e organizados em sete fases⁵⁰:

1. Conversão da fala em texto escrito;
2. Associação livre da transcrição feita, a variedades de significados como forma de acessar redes culturais, e posterior anotação;
3. Promover relações sistemáticas dos objetos em itens, normalmente assinalados por substantivos, no texto ou no trecho selecionado do texto;
4. Manter certa distância do texto, tratando-o como o próprio objeto de estudo, e não como algo a que pareça “referir-se”;
5. Relacionar, de modo sistemático, “os sujeitos” – personagens, pessoas, papéis – especificados no texto;
6. Reconstruir os direitos e as responsabilidades pressupostas dos “sujeitos” especificados no texto e
7. Mapeamento das redes de relacionamentos de acordo com os padrões. Esses padrões da linguagem são “discursos” e podem, então, ser situados em relações de ideologia, de poder e de instituições.

O objetivo foi promover “[...] a interação entre pesquisador (a) e entrevistado (a) e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando⁵¹”. Os personagens entrevistados foram: 3 Agentes de Polícia Civil, 1 Escrivão de Polícia Civil, 1 Perito Médico

⁴⁸ RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. Pesquisa social. Método e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Atlas, 1999, p.212.

⁴⁹ BAUER, Martin, W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2017, p.65.

⁵⁰ FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, p.304.

⁵¹ OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, p.86.

Legal, 1 Perito Criminal, 2 Delegadas, 1 Promotor de Justiça da Vara do Júri, 1 Advogado que atue na Vara do Júri e 1 Juiz da Vara do Júri.

1.3.2.4. GRUPO FOCAL

Foi realizado grupo focal com policiais civis que atuam na área de investigação do feminicídio – delegadas, investigador e peritos – por constituir técnica que permite revelar para a pesquisadora a forma com que eles “[...] criam um esquema ou perspectiva sobre um problema, por meio da interação⁵²”. No caso, as decisões que adotam nos casos de feminicídio por eles apreciados. O grupo focal possibilitou coleta de dados qualificada caracterizada por reuniões “[...] em que os participantes conversam sobre um ou vários temas em um ambiente tranquilo e informal [...]” permitindo “[...] gerar e analisar a interação entre eles”. Trabalha-se com o grupo “[...] em relação aos conceitos, as experiências, emoções, crenças, categorias, acontecimentos ou temas que interessam na formulação da pesquisa [...]” com a pretensão de “[...] analisar a interação entre os participantes e como os significados são construídos em grupo [...]”⁵³.

A pesquisa de campo se deu através da técnica de análise documental de aproximadamente 109 (cento e nove) inquéritos e processos de feminicídio; aplicação de questionário misto e entrevista semiestruturada junto a 11 sujeitos (2 delegadas, 3 agentes de polícia, 1 escrivão de polícia civil, 2 peritos, 1 promotor de justiça, 1 advogado criminalista, e 1 juiz), além de grupo focal com 4 agentes públicos da polícia civil.

Fecha-se o primeiro circuito - Circuito Metodológico – para se iniciar o segundo circuito conscientes do percurso da pesquisadora no campo do feminicídio. Coesão entre jornada acadêmica e experiência profissional com implementação de políticas de segurança estaduais em processo contínuo que envolve ciência e implementação de políticas públicas.

No plano histórico-social, casos como os de *Ciudad Juarez* no México e no Brasil casos de Ângela Diniz, Marielle Franco e Castelo, respectivamente no Rio de Janeiro e Piauí, demonstram que são múltiplos os cenários de assassinatos de mulheres. Porém, todos têm em

⁵² SAMPIERI, RH; COLLADO, C.F; LUCIO, M.P.B. Metodologia de pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013, p.432.

⁵³ O trabalho de campo é [...] uma porta de entrada para o novo, sem, contudo, apresentar-nos essa novidade claramente. São as *perguntas que fazemos para a realidade*, a partir da teoria que apresentamos e dos conceitos transformados em tópicos de pesquisa que nos fornecerão a grade ou a perspectiva de observação e de compreensão. Por tudo isso, o trabalho de campo, além de ser uma etapa importantíssima da pesquisa, é o contraponto dialético da teoria social” (MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora); GOMES, Sueli Ferreira Deslandes Romeu. Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012, p. 76).

comum circunstâncias baseadas em relações de poder pautadas em marcadores sociais, históricos, políticos, raciais, sexuais, de classe, dentre outros, assinalados pela categoria analítica gênero, tomada por esse estudo como categoria de análise para achados empíricos.

Esses assassinatos receberam mundialmente a nomeação jurídica de “Femicídio” ou “Feminicídio”, como adotada no Brasil em 2015. O estudo propõe que o *Malleus Maleficarum* represente ponto inicial para pesquisas jurídicas do feminicídio no Brasil. O Martelo das Bruxas, como é conhecido, foi instrumento normativo utilizado pelo Santo Ofício de Portugal para julgamento de mulheres portuguesas acusadas de práticas de bruxaria, feitiçaria e pacto com o Satanás, condenadas à pena de degredo para o Brasil.

No plano mundial o Feminicídio Inaugural se estabelece no mesmo instante que se inaugura o Estado Moderno, com exclusão das mulheres pelo poder revolucionário de 1792. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão constitui marco jurídico que se alinha ao dispositivo da colonialidade, estratégia de poder de gestão política de vidas, colonização e subjugação de pessoas, no caso, mulheres, engendrado por homens brancos, europeus, heterossexuais e católicos.

Os demais Tratados e Convenções que sucederam a Declaração, representam formas de reparação à violência fundante: CEDAW e Convenção de Belém do Pará⁵⁴. Leis internas sancionadas em decorrência de normativas internacionais também podem ser consideradas meios de reparação ao dano inaugural: Lei nº. 10.778/03 e Lei nº. 11.340/06, além das Diretrizes Nacionais Feminicídio para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres.

Por fim, traçou-se caminho para se atingir resolutividade ao problema a que se propôs o estudo, qual seja: desenvolver contornos jurídicos para fechamento de aberturas de significantes do feminicídio, conferindo-lhe estabilidade conceitual.

Propôs-se iniciar processo desenvolvendo arcabouço teórico com base na categoria analítica gênero para construir enunciados e interpretar unidades discursivas coletadas no campo empírico. Essa fase corresponde ao Capítulo 2 – O Circuito da Morte Violenta das

⁵⁴ Parafraseando Rita Laura Segato ao discorrer sobre projeto da FUNAI consistente em difusão da Lei Maria da Penha em Aldeias Indígenas e por outro lado, propunha projeto de lei criminalizando em infanticídio prática adaptativa tradicional indígena relacionada a crianças: “[...] el Estado entrega aquí con una mano lo que ya retiró con la otra: entrega una ley que defiende a las mujeres de la violencia a que están expuestas porque ya rompió las instituciones tradicionales y la trama comunitaria que las protegía” (SEGATO, La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018, p. 73).

Mulheres, preparatória para ingresso no Capítulo 3 – O Circuito Cartográfico do Feminicídio no Piauí e posteriormente no Capítulo 4 – O Circuito Organizacional.

Os enunciados teóricos a serem desenvolvidos no Capítulo 2 servirão de ferramenta de análise para achados empíricos cartográficos e organizacionais. A cartografia enraizará o fenômeno no Piauí proporcionando cenários especialmente concernentes à capital/interior. Os achados organizacionais resultarão de duas fontes: a primeira decorrente da aplicação de questionários, entrevistas e grupo focal junto a 11 sujeitos responsáveis pelo trabalho jurídico penal do Feminicídio em Teresina. A segunda fonte relaciona-se à análise de documentos de 109 casos de feminicídio ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 – data da vigência da Lei nº. 13.104/15 a 31.12.18, ambas constitutivas do Capítulo 4 - Circuito Organizacional.

CAPÍTULO 2

“O CIRCUITO DA MORTE” VIOLENTA DE MULHERES

2.1. BIOPOLÍTICA: EXPRESSÃO DO PODER SOBERANO

No plano jurídico objetiva-se conhecer a matéria em discussão a partir de textos jurídicos: normas de direito internacional, Constituição, leis e demais instrumentos positivados que contribuam como categorias de análise para o tema do estudo, além de jurisprudências nacionais e internacionais. Porém, antes de adentrar campo legal, o estudo pretende colocar o feminicídio no centro das relações de poder nas perspectivas da Biopolítica ou Biopoder, entendido como poder de gestão e controle da vida e, portanto, de corpos humanos. O estudo propõe analisar biopoder tomando em conta bases teóricas que conversem com a categoria feminicídio⁵⁵ e possibilitem compreender o termo “condição de mulher” ou “condição de sexo feminino”, cunhado pela lei penal brasileira, na perspectiva da gestão do poder da colonialidade proposta pelo Dispositivo da Colonialidade.

A Biopolítica possibilita compreender de que forma o sujeito “mulher” é tomado como ser pertencente à comunidade global e sujeito a normas jurídicas, políticas públicas e relações de poder no plano social, em consequência da administração, pelo Estado, da gestão da vida. Na dimensão micro, auxilia na compreensão dos discursos de autores de feminicídio e dos mecanismos de poder institucionais e culturais que “condicionaram” aquela mulher assassinada naquele contexto em particular. Na dimensão dos macro poderes, auxilia compreender eventuais relações de poder presentes em discursos oficiais de Delegados, Peritos, Agentes de Polícia, Promotores, Advogados, Defensores e Juízes, por ocasião da investigação, processamento e julgamento dos feminicídios que fundamentaram decisões organizacionais. Tenciona-se promover diálogos entre o poder de controle da vida e a “condição de sexo feminino” e/ou “condição de mulher” caracterizadora do feminicídio no plano dos micro e macro poderes.

O termo “biopolítica” foi desenhado com base na ideia de “biopoder”, ou poder que se exerce sobre corpos e posteriormente imbricado à política, tomou forma de “dispositivo da segurança⁵⁶”. Isso se deu porque se vislumbrou que algumas irrupções humanas se manifestavam independentemente de quaisquer comandos legais ou disciplinares. Essas

⁵⁵ Michel Foucault, Giorgio Agamben, Achille Mbembe, Judith Butler e Rita Laura Segato.

⁵⁶ Termo cunhado por Michel Foucault.

irrupções deveriam ser diagnosticadas, monitoradas e controladas pelo Estado para ingressarem em projetos políticos estatais e não impedirem pretensões do soberano no exercício de seus poderes.

O dispositivo da segurança demandou conhecer modos de vida das pessoas pela quantificação, classificação, cálculo e estatística da população através de categorias políticas, com vistas a conhecer processos de escolhas da população de bem viver, servindo de norte para sistemas de controle. Censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE representam ferramentas biopolíticas comumente utilizadas para propositura de políticas públicas, em justificativas de projetos de lei e de atos governamentais nacionais, estaduais e municipais – podendo atingir o terceiro setor.

Aliado ao dispositivo da segurança e antes mesmo de seu desenvolvimento, precedeu-lhe o “dispositivo da soberania⁵⁷”, como sendo exercício do poder soberano pela imposição da lei em determinado território, dirigido a determinada população. O dispositivo da soberania serviu de esteio para desenvolvimento de outra ferramenta de controle da vida: o dispositivo disciplinar no âmbito do cárcere e dos hospitais psiquiátricos, representando exercício de poder voltado ao disciplinamento de corpos “doentes”, docilizando-os através da técnica de vigilância e controle.

Em decorrência de estudos sobre relações de poder, verificou-se haver focos de poder que se formavam ao alvedrio da lei soberana e da disciplina, desafiando a figura do soberano, detentor do controle. Eram forças que emergiam “naturalmente” da vida humana e do convívio social e que deveriam ser controladas pelo estado. Essas forças ou nuances de poder tomaram a denominação de “dispositivo de segurança⁵⁸”.

O dispositivo de segurança se voltava ao “fazer viver e deixar morrer”, poder que se exerce sobre corpos humanos – biopoder – para tornar possível seu ingresso na política estatal. O dispositivo, em sentido amplo, correspondia ao ponto no qual se originava a fonte do poder, podendo advir da lei (soberania), de controlador (disciplinar) ou resultante de ato de decisão política (segurança).

⁵⁷ Termo cunhado por Michel Foucault.

⁵⁸ A nova arte governamental consome liberdade. Por consumir liberdade, é obrigada a produzi-la, é obrigada a organizá-la. A nova arte governamental vai então apresentar-se como gestora da liberdade, [...] sempre diferente, sempre móvel, entre a produção da liberdade e aquilo que, ao produzi-la, ameaça limitá-la e destruí-la. [...] Qual vai ser então o princípio de cálculo desse custo de fabrico da liberdade? O princípio de cálculo é [...] aquilo a que se chama segurança: [...] proteger o interesse colectivo contra os interesses individuais. E vice-versa: será necessário proteger os interesses individuais contra tudo o que pareça [...] usurpação pelo interesse colectivo (FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. Lisboa: Edições 70, 2010, p.94-95).

Em contraposição aos estudos sobre dispositivos, mas a partir de seus postulados, cunhou-se ideia de “campo”, como espaço desterritorializado formado por dispersão de forças não capturáveis por dispositivos. Ainda na perspectiva da biopolítica, a Tese abarca estudos contemporâneos sobre política da morte, necropolítica ou exercício do poder de matar, este último podendo ser nominado de “dispositivo da morte”, porque alinhado à ideia de dispositivo⁵⁹.

Por fim, ainda na perspectiva do controle de corpos observou-se outro campo ligado ao controle de vidas e que revelou mais um dispositivo: o da sexualidade, estabelecendo conteúdos e regulando condutas no plano sexual e da reprodução. O dispositivo da sexualidade corresponde ao exercício do poder de disciplinar corpos para atender às expectativas de controle estatal. A sexualidade passa a ser entendida como “estímulo controlado”, posto que delineado para legitimar e institucionalizar poder estatal sobre condutas, no sentido de discipliná-las e padronizá-las segundo discurso de dominação, permitindo controle institucional da sexualidade⁶⁰.

É possível tecer análises sobre o Feminicídio na perspectiva de todos os dispositivos desenvolvidos: soberania, disciplinar, segurança e sexualidade. O dispositivo da soberania pode ser vislumbrado com a previsão legal do feminicídio no Código Penal, constituindo matéria da presente pesquisa diante das aberturas de seu conteúdo linguístico. Os dispositivos disciplinar, da segurança e da sexualidade, embora se diferenciem, têm, na perspectiva do feminicídio, núcleo comum: disciplinamento de corpos femininos consoante regras que posicionam a mulher em situação de desigualdade social, política, econômica, atribuindo-lhe papéis sexuais, reprodutivos e de gerenciamento da família.

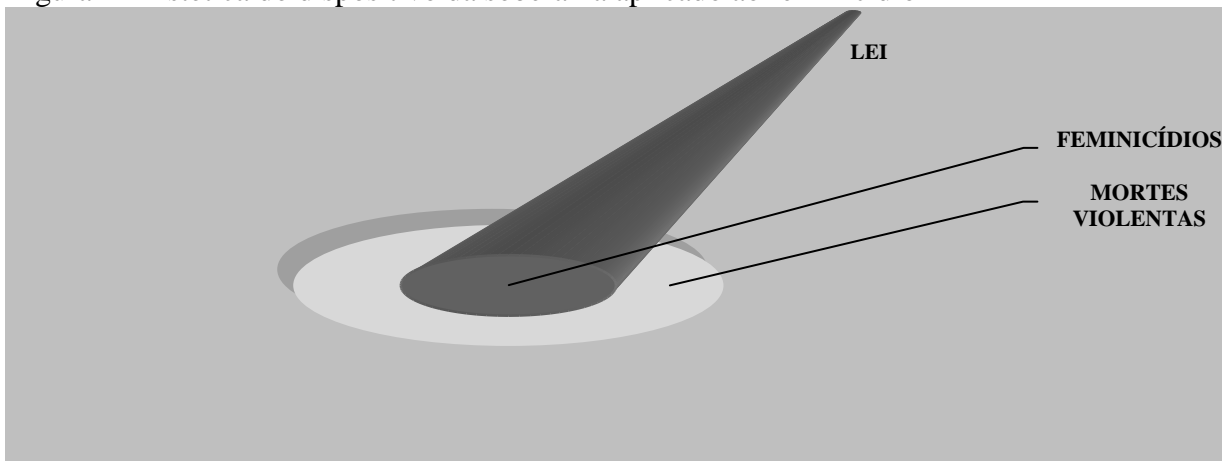
Nesse sentido, corpos femininos ingressam em política de gestão de utilidades sendo necessário controlar e modelar irrupções específicas desses seres viventes. São estratégias relacionadas ao controle da saúde sexual e reprodutiva da mulher - controle de natalidade, práticas contraceptivas, idade de casamentos, por exemplo, que ingressam em políticas de controle e disciplinamento de corpos gerenciados pelo estado. Essas políticas podem se dar tanto no plano normativo (soberania - edição de leis), quanto no plano das decisões administrativas (segurança - propositura de políticas públicas). Pode-se inferir que na perspectiva dos dispositivos, o feminicídio se caracteriza como categoria controlada pelo

⁵⁹ Estudos desenvolvidos por Giorgio Agamben e Achille Mbembe.

⁶⁰ SCHIOCCHET, Taysa. Marcos normativos dos direitos sexuais: uma perspectiva emancipatória. In: BRAUNER, Maria Claudia Org. Biodireito e gênero. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2007, p. 67.

estado, irradiando efeitos do alto (lei) capturando irradiações espontâneas para fins de controle (segurança) e ingressam em políticas de captura para a morte (necropoder).

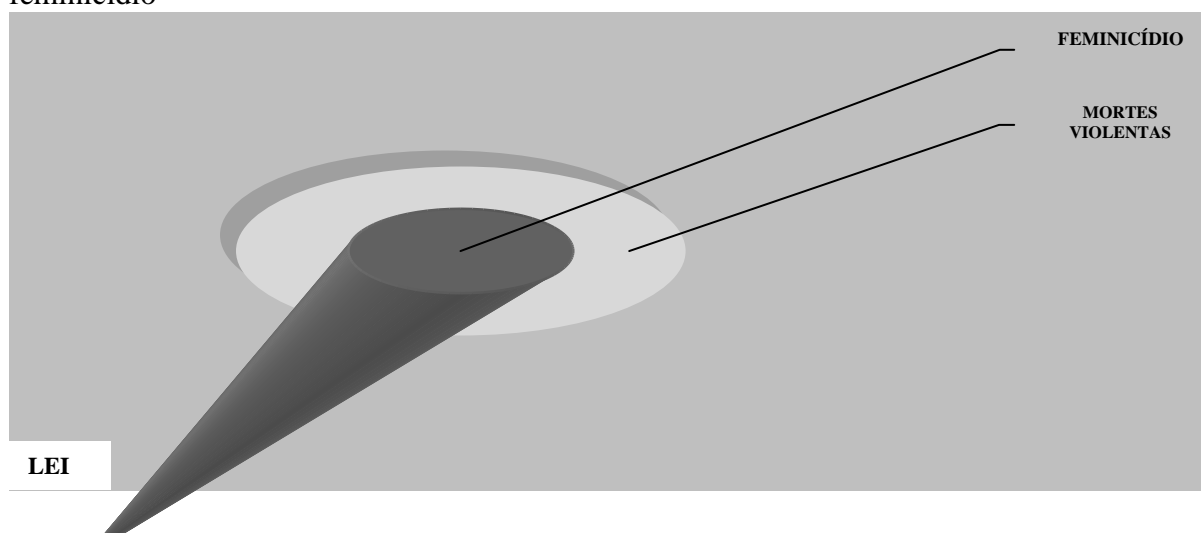
Figura 1 – Estética do dispositivo da soberania aplicado ao feminicídio



Fonte: elaborada pela autora.

Para ilustrar como poderia ser a estética do campo do feminicídio na perspectiva do dispositivo da soberania, o estudo apresenta a figura acima para demonstrar a incidência do dispositivo legal no plano empírico das mortes violentas de mulheres delineando campo legal de forças do Feminicídio relacionado aos assassinatos de mulheres: violência doméstica e familiar e discriminação e menosprezo à condição do sexo feminino.

Figura 2 – Estética do dispositivo da segurança aplicado ao feminicídio



Fonte: elaborada pela autora.

Na perspectiva do dispositivo da segurança o delineamento do campo de forças do feminicídio ficará a cargo do trabalho jurídico penal da Polícia, Ministério Público, Defesa Técnica, Justiça e Jurados. A força resultante do esforço desse trabalho atrai o corpo para o

centro – força centrípeta, pela captura de registros sensoriais dos responsáveis pelo trabalho jurídico penal do feminicídio, campo que o conteúdo legal não consegue delinear objetivamente e será capturado em processo que tem início com o indiciamento do autor, seguido da Denúncia, Pronúncia e Veredito.

Os dois dispositivos, soberania e segurança, forjados em base europeia, deixaram de cotejar a categoria raça, indispensável para qualquer estudo que se pretenda realizar na América Latina. E, em se tratando de feminicídio, alia-se a categoria gênero. Raça e gênero atraem estudos decoloniais e impulsionam a pesquisa para revisão de categorias analíticas forjadas no pensamento europeu para construção de novos horizontes que possibilitem leituras da realidade local.

Contemporaneamente, na perspectiva da biopolítica, vislumbra-se cenário diverso do ponto de controle centrífugo que irradia efeitos (soberania) ou atuando em movimento centrípeta que captura manifestações de poder (segurança). Estudos apontam campo formado por irradiações de forças com manifestações que interagem em modelagem difusa assumindo modelagem de “vida nua⁶¹”.

Em contraposição à ideia de dispositivo, mas partindo das suas premissas, “vida nua” representa o limiar entre poder soberano disciplinar (jurídico-institucional) e modelo biopolítico. Nesse conceito, feixes de poder adentram o corpo do sujeito promovendo ressignificação do ser vivente em consequência da interação de forças e inaugura espaço desterritorializado.

A ideia de exceção como algo desterritorializado desconfigura modelagem de poder ancorada na ideia de “dispositivo”, passando a ser inaplicável à análise de “campo⁶²”. Sendo campo entendido como espaço sem delimitação física, rompe-se nexo entre localização e ordenamento. O dispositivo incide em ambientes delimitados, locais por onde circulam

⁶¹ A partir de uma figura do direito romano arcaico, denominada *homo sacer*, ou “homem sacro”, “[...] na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão, (ou seja, de sua absoluta matabilidade) [...]”, Giorgio Agamben desenvolve teoria sobre a ideia de poder dissociada tanto do direito humano quanto do direito divino, revelando um ponto oculto “[...] de interseção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder”. De forma diversa de Foucault, Agamben entende que “[...] o ingresso da *zoé* na esfera da *pólis*, a politização da vida nua como tal, constitui evento decisivo da modernidade [...]”, mas não uma categoria por ela gerada. Explica que o Estado, colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, “[...] não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua [...]”. (AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer – o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 14).

⁶² Como sendo “[...] espaço absoluto de exceção, [...] topologicamente distinto de um simples espaço de reclusão” proposto por aquele autor. (AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer – o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 27).

relações de poder, tal o cárcere ou ambiente hospitalar. Já o “campo” se mostra como espaço “aberto”, localizado no limiar entre interno e externo, dentro e fora do ordenamento jurídico.

No “campo”, pessoas são excluídas no momento que são cadastradas em grupos específicos e destacadas da categoria população. A técnica governamental promove ingresso de pessoas em campo de invisibilidade normativa, tornando-as vulneráveis e sujeitas ao monopólio das decisões organizacionais. As decisões delineiam ingresso do sujeito no estado de exceção e evidenciam essência da autoridade estatal. Em outras palavras, o soberano delimita a superfície sobre a qual as normas jurídicas serão aplicadas. É dizer: a situação “normal” é forjada por decisões soberanas e não pelo ordenamento jurídico.

Porém, nem dispositivo, nem tampouco “campo”, vislumbraram exercício do poder do colonizador por ocasião da ocupação do Continente Latino-americano, razão pela qual florescem, especialmente nos Continentes Africano e Sul Americano, estudos voltados à descolonização de saberes impostos pela civilização europeia⁶³. Nova forma de compreender e assegurar culturas, tradições, modos de vida e soberania dos povos descobrindo categorias próprias encobertas pelos propósitos coloniais dos invasores⁶⁴. Nesse sentido, alia-se às biopolíticas anteriores viés não mais atinente à vida, mas à morte, ou seja, política estatal voltada para a morte, denominada “necropolítica”⁶⁵.

Necropolítica, política de expor à morte, pode de matar ou “necropoder”. Representa espécie de violência soberana e destrutiva que reduz sujeito a corpo biológico, desprovido de *status* político e social⁶⁶. O assassinato de mulheres, na perspectiva da “condição de ser

⁶³ “Sí, la civilización europea y sus representantes más calificados son responsables del racismo colonial” (FANON, Frantz. *Piel negra. Máscaras blancas*. Buenos Aires: Editorial Abraxas, 1973, p. 172).

⁶⁴ “A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição de novas relações espaciais (“territorialização”) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas de enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania” (MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N – 1 edições, 2019, p. 38 - 39).

⁶⁵ Termo cunhado por Achille Mbembe para representar “[...] formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte [...]” ou “[...] submissão da vida ao poder da morte [...]”. (MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N – 1 edições, 2019, p.71).

⁶⁶ “[...] arranjo espacial permanente, que se mantém continuamente fora do estado normal da lei” (MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N – 1 edições, 2019, p.124).

mulher”, pode ser considerado “campo” onde mulheres estão continuamente subordinadas a poder soberano⁶⁷ que ocupa e coloniza corpos femininos para fins de controle e reclusão.

O necropoder relaciona-se com a ocupação de corpos femininos pela retirada da soberania desses corpos ao restringi-los a técnicas de controle, vigilância e reclusão, reduzindo-os à condição de corpos colonizados ou ocupados, retirando-lhes exercício da liberdade, capacidade de agenciamento, em modelagem de *condicio inhumana*. Propõe-se que o processo de colonização de mulheres se estrutura em poder colonial orientado pela perspectiva de gênero: o direito soberano de matar, podendo esse terror colonial estar ou não desvencilhado das regras estatais.

Nesse sentido, o estudo passa a desenvolver arcabouço teórico baseado em estudos decoloniais para compreender espécie de “biopolítica colonial” instalada no Brasil por ocasião de processo de “colonização”. Os aportes subsidiarão processo de elaboração do Dispositivo da Colonialidade, compreendido como poder colonial de gestão política de vida para expansão do capitalismo europeu.

2.2. (RE) PENSANDO CATEGORIAS ANALÍTICAS

O processo permitiu revisitação de conceitos na perspectiva decolonial no intuito de demonstrar existência de modelo de gestão pautado no que se denomina por “poder colonial”, instalado no continente Latino-Americano, por ocasião de sua invasão. O Poder colonial equiparou-se, para efeito desse estudo, à espécie de “biopolítica colonial”, desconsiderada pelos estudos tradicionais cujos paradigmas se restringiram ao Continente Europeu. No plano epistêmico utilizou-se categoria analítica gênero como categoria de análise que possibilitou diálogos com a realidade empírica piauiense.

Adotar gênero como categoria analítica decolonial significa romper com sentidos de colonialidade de gênero e promover espécie de processo de revisitação de conceitos-chave elaborados por pensadores (as) europeus e estadunidenses em visão de mundo despartada do mundo dos fatos como os da realidade piauiense.

Estudos decoloniais apontam que o conceito da categoria gênero é parte integrante da organização social imposta pela colonialidade do poder, não sendo possível falar-se de gênero

⁶⁷ “[...] Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto”. Ainda: “[...] a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é” (MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N – 1 edições, 2019, p. 39 e 41).

sem que se invoque a categoria analítica raça. A Colonialidade não só instalou a sujeição das “mulheres de cor⁶⁸”, mas também impediu qualquer possibilidade de permanência de governos despojados de gênero, como ocorria dentre os *Yorùbá*, aonde não havia separação entre corpo e razão⁶⁹. O Sistema Colonial provocou destruição de tradições locais para implantação de modelo de governo pautado na hegemonia masculina branca, heterossexual, católica e europeia, com notações capitalistas. Do mesmo modo que o sistema da colonialidade retirou quaisquer possibilidades de modelagens “ginecráticas⁷⁰” de poder, impôs modelo de família patriarcal com submissão da mulher em ambiente familiar. O poder colonial confiscou todos os poderes originários das mulheres.

Na esteira da decolonialidade, acrescentando a categoria gênero, verifica-se que uma das maiores críticas do Feminismo Negro ao universalismo feminista imposto pela modernidade, centra-se na reivindicação da interseção entre classe, sexualidade e gênero. A crítica se dá porque mesmo no contexto da interseccionalidade, verifica-se que a mulher negra está ausente quando compreendida na categoria universal “negro”, aonde se operacionaliza lógica categorial da mulher branca como categoria visível e, assim, ver mulheres negras subverte essa lógica⁷¹.

O estudo pretende construir, com base em aportes teóricos sobre “colonialismo” – processo que se reporta a determinado período, e “colonialidade” – estratégia de exercício de poder, o “dispositivo da colonialidade” ou “matriz colonial de poder” consistente na classificação e posicionamento de pessoas em condições de rebaixamento social por

⁶⁸ Segundo Lugones, o termo “Mujer de Color” tem origem nos Estados Unidos e aponta para “[...] una coalición orgánica entre mujeres indígenas, mestizas, mulatas, negras: cherokees, puertorriqueñas, sioux, chicanas, mexicanas, pueblo, en fin, toda la trama compleja de las víctimas de la colonialidad del género” (LUGONES, María. Colonialidad y género. Bogotá, Colômbia: Tabula Rasa, n.º. 9: 73-101, Julio-diciembre, 2008, p. 75).

⁶⁹ “El desafío que representan las concepciones Yorùbá consiste en un mundo social basado no en el cuerpo sino en relaciones sociales. Esto confirma la posibilidad de reconocer los peculiares roles reproductivos de obìnrin y òkùnrin sin utilizarlos para la creación de clasificaciones sociales. En la lógica cultural Yorùbá, la biología se limita a los asuntos que conciernen directamente a la reproducción, como el embarazo. El hecho biológico esencial en la sociedad Yorùbá es que obìnrin procrea. Ello no conduce a una esencialización de obìnrin porque permanece èniyàn (ser humano), tal como lo es òkùnrin, en un sentido sin género” (OYÈWÙMÍ, Oyèronké. La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. En La Frontera. Bogotá, 2017, p.90. Disponível em: <<https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2019/06/a-invencao-das-mulheres-oyc3a8ronkeoyewumi.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2020).

⁷⁰ Termo atribuído a Paula Gunn Allen, ao caracterizar tribos de Nativos Americanos como ginecráticas, de uma “[...] intersubjetividad muy diferente en la que se produce el conocimiento que en la de la colonialidad del saber en la modernidad” (LUGONES, María. Colonialidad y género. Bogotá, Colômbia: Tabula Rasa, n.º. 9: 73-101, Julio-diciembre, 2008, p.89).

⁷¹ LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Florianópolis: Estudos Feministas, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014, p. 936-937.

marcadores sociais historicamente construídos pelo colonialismo: raça/etnia, gênero e classe social⁷².

Não se trata apenas de aliar categorias analíticas a determinada teoria, ou de tornar visível relações de poder agregadas, mas de esgarçar conceitos na perspectiva da colonialidade do poder para propor episteme que possibilite coalizão de multiplicidade de “sentidos” em espaço cognitivo aberto a saberes/poderes⁷³.

O estudo propõe “dispositivo de colonialidade” como estratégia de gestão política de seres vivos baseada na captura, exploração, dominação, escravização e submissão de pessoas por colonizadores vindos de países do continente europeu, impondo-lhes regras, línguas, religiões, modos de vida, costumes, vestes europeias em processo de desfazimento de identidades e culturas locais de forma cogente, cruel e violenta. Essa ocupação colonial ou processo de desumanização de seres vivos se derade modo especial em relação às mulheres nativas (índias) e negras (escravizadas), cujos corpos serviram à lascívia de homens brancos e à reprodução⁷⁴.

O propósito do Dispositivo da Colonialidade é servir como ferramenta teórica crítica na busca por respostas para tudo quanto foi perdido, especialmente pela escravidão⁷⁵ e pelo confisco das tradições dos povos através da irrupção de políticas de controle de vidas por elas impostas e vigentes até a atualidade com inovações morfológicas processualmente adequadas historicamente aos contextos vivenciados⁷⁶.

Inspirada nos dispositivos de poder, aliados à colonialidade do poder como biopolítica colonial forjada pelo homem branco europeu, é que se propõe o Dispositivo da Colonialidade como estratégia dominante voltada ao controle e sujeição da população Latino-Americana.

⁷² PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer decolonial: quando as teorias viajam. Rev. Contemporânea, v.5, n. 2, p. 411-437, Jul. - Dez. 2015, p.415.

⁷³ Do contrário, consistiria em mais uma proposta pautada na “[...] cegueira epistemológica cujo origen se radica en una separación categorial [...]” que inibe o florescimento de paradigmas contextualizados com a experiência empírica (LUGONES, María. Colonialidad y género. Bogotá, Colômbia: Tabula Rasa, nº. 9: 73-101, Julio-diciembre, 2008, p. 76).

⁷⁴ REZZUTTI, Paulo. Mulheres do Brasil. A história não contada. Rio de Janeiro: LeYa, 2018, p.48.

⁷⁵ “Uma análise correta dos padrões culturais que se tornam dominantes na sociedade brasileira, certamente com consequências até nossos dias, teria que se concentrar na escravidão, naquilo que ela tem de singular e de comum com outras sociedades escravocratas” (SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de Janeiro: LeYa, 2015, p.43).

⁷⁶ Nesse sentido, Segato ao se referir ao que denomina por *ciencia del otro* aduz que “[...] la tarea de la antropología no sería la de dirigir nuestra mirada hacia el otro con a finalidad de conocerlo, sino la de posibilitar que nos conozcamos en la mirada del otro, permitir que su mirada nos alcance e inclusive abra juicio sobre nosotros” (SEGATO, La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018, p.12).

Nessa perspectiva, o Dispositivo da colonialidade abrirá caminho para construção de categorias analíticas iluminadas por enunciados de gênero e colonialidade e possibilitará construção de categorias analíticas que auxiliem no fechamento de significantes abertos do feminicídio: Mandato da Masculinidade, Gestos Simbólicos e Precariedade.

2.3. DISPOSITIVO DA COLONIALIDADE

Como queijo gryuère⁷⁷, é dessa forma que Michel Foucault caracteriza estética da obra *História da sexualidade*, como local repleto de “furos” que permite alojar elementos heterogêneos, porém enlaçados em um mesmo contexto. De igual modo, inspirada no queijo *gruyère*, inicia-se percurso da ideia de dispositivo como sendo lugar por onde circulam poderes/saberes consistentes em discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões, leis, enunciados, proposições filosóficas, morais e estéticas. O conjunto de poderes/saberes formam concertação de forças heterogêneas que suportam saberes e são suportadas por eles. A esse conjunto nomina-se “dispositivo”⁷⁸.

Propõe-se como estética para o dispositivo da colonialidade campo organizado por forças decorrentes do processo de colonização da América Latina, tendo por eixo estratégia de diferenciação entre o que se poderia considerar “humano” e “não humano”. A parametrização se deu com base nas categorias políticas “raça”, “gênero” e “classe social”. Os três marcadores, provenientes de estudos sobre “colonialidade do poder”, posicionam raça como padrão inicial hegemônico de classificação consoante regime paramétrico adotado pelo continente europeu: homem branco, católico, heterossexual⁷⁹.

A ideia de colonialidade do poder promove associação das três categorias e as enlaça para demonstrar existência de projeto orientado ao controle - sujeição de pessoas reduzidas a “não humanas” como estratégia racional para imposição de um poder, no caso o poder colonial, baseado na supremacia do conquistador: homem branco, europeu, heterossexual e católico. Compreender o porquê e como essa coerção permanece na atualidade e porque os

⁷⁷“**Gruyère** (gruiér’). [Fr.] *S. m.* Tipo de queijo, de Gruyère (Suíça), chamado entre nós queijo suíço” (HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 708).

⁷⁸ “[...] É isto o dispositivo: estratégias de relações de forças suportando tipos de saber e suportadas por eles” (FOUCAULT, Michel. Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Org. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p.47).

⁷⁹ QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. In: Colonialismo; Modernidad; Capitalismo; Poder Político; Sociedad; Historia; Eurocentrismo; America Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: < http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf > Acesso em: 15 jan. 2020, p. 117.

homens colonizados aderiram a esse projeto de controle e colonização das mulheres⁸⁰ requer investigar existência de estabelecimentos de laços, manipulação de estratégias de forças, espécie de racionalidade concertada à sujeição, elementos que qualificam um dispositivo de poder.

Por essa razão, entende-se que o dispositivo da colonialidade, uma vez destacado com nuances interseccionais de raça e gênero, irradia efeitos em direção a infindáveis elementos que vão, no decorrer da tessitura da rede de forças em concerto, delinear campo aberto a novas irradiações de forma permanente. A potência irradia forças em direção a leis, discursos, arranjos, enunciados, proposições, instituições, estética, decisões, dentre outras perspectivas.

Elencar elementos que intervieram na racionalidade da colonialidade constitui primeira estratégia para apresentar o Dispositivo da Colonialidade. As regras que vigiam à época da invasão ao território brasileiro podem ser tomadas como marcos regulatórios desse poder. Elas consistiam em Ordenações do Reino (Ordenações Afonsinas, Ordenações Manuelinas e Ordenações Filipinas e os Regimentos do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal)⁸¹. Delas decorreram instituições, arquitetura, estética, enunciados, discursos etc., forças que emolduraram corpos femininos para fins de controle e sujeição, retirando-lhes quaisquer perspectivas de liberdade.

O “dispositivo da colonialidade”, pode ser entendido como exercício de poder não vislumbrado pelo pensamento eurocentrista porque dissociado do paradigma histórico, social e político peculiar ao continente latino-americano. A “Missão Civilizatória”, como ficou conhecida, consistiu na apropriação de terras, pessoas, culturas e religiões dos povos que tradicionalmente habitavam o continente, sendo suas vidas capturadas para ingressarem em projeto biopolítico de expansão do domínio europeu no mundo. Dessa forma, estudos desenvolvidos por autores latino-americanos e africanos auxiliam no desenvolvimento de aportes teóricos para o dispositivo da colonialidade.

⁸⁰ “[...] Históricamente, no se trata simplemente de una traición por los hombres colonizados, sino de una respuesta a una situación de coerción que abarcó todas las dimensiones de la organización social. La investigación histórica del por qué y del cómo de la alteración de la relaciones comunales con la introducción de la subordinación de la mujer colonizada en relación al hombre colonizado y el por qué y cómo de la respuesta del hombre a esa introducción forman una parte imprescindibles de la base del feminismo decolonial. La cuestión aquí es por qué esa complicidad forzada continúa aún en el análisis contemporáneo del poder” (LUGONES, María. Colonialidad y género. Bogotá, Colômbia: Tabula Rasa, n.º. 9: 73-101, Julio-diciembre, 2008, p. 76).

⁸¹ PIERONI, Geraldo. Os excluídos do Reino. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 2006.

O estudo propõe que o dispositivo da colonialidade possa vir a representar nova experiência, nova forma de pensar, articular e produzir conhecimento tomando por base estudos que demonstrem o quanto marcadores coloniais configuram categorizações engendradas pela máquina governamental colonizadora, com reflexos na atualidade e se encontram representadas nos cenários de feminicídio no Piauí.

Inicialmente é preciso discorrer, sem pretender esgotar o assunto, sobre o que se considera como dispositivo no presente estudo e para qual finalidade será ele aportado. Dispositivo é atribuído a Michel Foucault, mas Agamben retoma o termo na perspectiva do termo grego – *oikonomia*, atribuindo-o à gestão do *oikos*, ou gestão da casa⁸². A gestão da casa compreenderia ideia de força, controle e estratégia de poder; fenômeno que se liga a inúmeras formas de se estabelecer relações de forças em uma dada concertação levada a cabo pelo Estado. O termo, portanto, permite releituras contínuas da realidade servindo de ferramenta metodológica para compreensão de dinâmicas contemporâneas, como é o caso do feminicídio no Brasil ⁸³.

O dispositivo consistiria em concertação de forças de poder heterogêneas voltadas a uma função estratégica dominante. A estratégia pode assumir múltiplas nuances: controle/sujeição; justificção ou racionalização para determinada prática ou para responder em um determinado período histórico, a uma situação emergencial⁸⁴.

Ao longo da História, foram desenvolvidos dispositivos como os da soberania, disciplinar, segurança, sexualidade, informação, amoroso e materno. O dispositivo corresponderia à ideia de força, poder e controle: força de lei, força de correção, força de precaução, força sobre o sexo.

⁸² “[...] Agamben sucintamente nos descreve todo o procedimento com o qual *oikonomia* – termo grego para gestão do *oikos*, da casa – passa a ser traduzido para o ríspido latim dos padres da alta idade média como *dispositivo*. A partir desse levantamento, o filósofo italiano nos propõe uma leitura do termo *dispositivo* em Michel Foucault. [...] Dispositivo passa a ser [...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? & o amigo. Chapecó: Argos, 2014, p.39).

⁸³ Na obra intitulada “O que é um dispositivo & o amigo”, pode-se aprofundar a ampliação do conceito de dispositivo (AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? & o amigo. Chapecó: Argos, 2014).

⁸⁴ “[...] se trata aí de uma manipulação de relação de forças, seja para desenvolvê-las em uma direção, seja para bloqueá-las, ou para estabilizá-las, utilizá-las. O dispositivo está, então, sempre inscrito em um jogo de poder, mas sempre ligado, também, a um ou alguns limites de saber, que nascem dele, mas também o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de forças suportando tipos de saber e suportadas por eles” (FOUCAULT, Michel. Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Org. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 47).

O ambiente das Senzalas, a captura e o etnocídio praticado contra o povo indígena, o processo de escravização do povo africano que orientam a História do Brasil não foram vislumbrados por ocasião do processo de construção das teorias dos dispositivos porque desenvolvidas pelo paradigma do pensamento europeu, cujas teorias se concentram na realidade vivenciada pelo Continente Europeu, pelo olhar do conquistador.

No Brasil, estudos decoloniais da categoria gênero demonstram que conteúdos de narrativas de relações de poder presentes na literatura europeia e estadunidense silenciam historicidades da colonialidade do poder e requerem “traduções” que se conectem a marcadores sociais coloniais de raça. O estudo propõe que o dispositivo da colonialidade possa constituir relevante chave para leitura da “condição do sexo feminino” presente na qualificadora do feminicídio com representações simbólicas que reflitam o contexto brasileiro⁸⁵.

Os problemas que estão em jogo, no âmbito do assassinato de mulheres, podem se referir a questões tipicamente brasileiras relacionadas ao processo de colonização do país com marcadores de dominação e de controle de corpos de mulheres indígenas, posteriormente de mulheres brancas e, ao final, de mulheres negras, com a consequente estratificação social. Registro histórico de Pero Vaz de Caminha em carta endereçada ao Rei de Portugal simboliza visão primeva do conquistador em relação às mulheres indígenas que aqui habitavam terras brasileiras. Ao relatar ao Rei o que viu na nova terra e sobre seu povo, Caminha descreve as Índias de modo apartado dos Índios em geral, enfatizando a nudez de seus corpos e, particularmente a das mais jovens⁸⁶. A nudez das índias era encarada pelos colonizadores como meio de fácil acesso aos corpos femininos, culminando com política sexual de apropriação e colonização das mulheres⁸⁷.

⁸⁵ “[...] é uma operação que consiste em se desapegar do eurocentrismo e, no mesmo movimento em que se desprende de sua lógica e de seu aparato, abrir-se a outras experiências, histórias e teorias, abrir-se aos Outros encobertos pela lógica da colonialidade – esses Outros tornados menores, abjetos, desqualificados” (PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer decolonial: quando as teorias viajam. Rev. Contemporânea, v.5, n. 2, p. 411-437, Jul. - Dez. 2015, p. 415).

⁸⁶ “Ele chega a fazer trocadilhos e brincadeiras devido à falta de pelos no sexo das índias brasileiras. Chega a compará-las, por duas vezes, com as portuguesas: ‘Era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha [...] tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera a vergonha, por não terem a sua como ela’. Em outro trecho, ele diz que as ‘vergonhas’ das índias brasileiras eram ‘tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha’ (REZZUTTI, Paulo. Mulheres do Brasil. A história não contada. Rio de Janeiro: LeYa, 2018, p.26).

⁸⁷ O colonizador vislumbrou a nudez das mulheres nativas como sendo “[...] um oferecimento ao sexo fácil, logo, a relação entre elas e as prostitutas francesas, as mulheres públicas, de todo mundo, era a ligação mais lógica para deleitar os homens públicos [...]” (REZZUTTI, Paulo. Mulheres do Brasil. A história não contada. Rio de Janeiro: LeYa, 2018, p.35).

A História não contada da situação das mulheres na época colonial revela que elas não usufruíam dos espaços públicos livremente. As mulheres negras eram confinadas em senzalas e coagidas a trabalhos forçados nas Casas Grandes. As mulheres brancas, de classes mais elevadas, ficavam reclusas em ambiente doméstico – privado – aonde a arquitetura das casas cujas janelas, ornadas com muxarabis⁸⁸, lhes permitiam acompanharem, do alto das janelas, o cotidiano das ruas, sem que fossem avistadas⁸⁹.

Historiadores⁹⁰ relatam que mulheres brancas trazidas para o Brasil, de origem portuguesa, eram filhas órfãs de pais falecidos em serviço da Coroa, logo denominadas de “Órfãs da Rainha” e recolhidas em mosteiros destinados ao abrigo de órfãs nobres⁹¹. Para as mulheres, o casamento com colonizadores lhes permitia fugir do preconceito social e da vida enclausurada em Convento. Por outro lado, homens que se casassem com essas mulheres da Coroa gozariam da prerrogativa de destinação de melhores sesmarias a seus filhos.

Há registros históricos de envio à Colônia de mulheres condenadas a degredo para o Brasil por feitiçaria e pacto com o Demônio, pelo auto-de-fé de Lisboa (ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Livro 435)⁹². Segundo Geraldo Pieroni⁹³, a prática da feitiçaria em Portugal podia estar fora dos parâmetros definidos pelo *Malleus*

⁸⁸“**Muxarabiê**. [Do ár. Maxarabīya, ‘janela de arco’.] S. m. Balcão mourisco protegido, em toda a altura da janela, por uma grade de madeira, donde se pode ver sem ser visto. [Var.: muxarabi.]” (HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 964).

⁸⁹ REZZUTTI, Paulo. Mulheres do Brasil. A história não contada. Rio de Janeiro: LeYa, 2018, p.35.

⁹⁰ O objetivo era o de embranquecer a colônia, vez que os colonizadores portugueses “[...] além de terem relações com as escravas, [...], ainda tomavam as índias livres como mulheres e depois as abandonavam. E a desculpa [...] era que não havia mulheres brancas europeias para tomarem por esposas”. O autor, quando se reporta a escravas, se refere a escravas índias (REZZUTTI, Paulo. Mulheres do Brasil. A história não contada. Rio de Janeiro: LeYa, 2018, p.39).

⁹¹ “[...] De mulheres ditas “erradas”, os conventos portugueses estavam cheios. Uma mulher que tivesse entregado a sua virgindade antes do casamento, invariavelmente, estava “estragada”. [...] Ou ela seria trancada num convento, ou seria casada com alguém abaixo da sua posição social. Em troca da falta da virgindade, o futuro marido seria recompensado com uma certa ascensão social. [...] Além das mulheres “erradas”, aquelas que decidiram assumir o controle do próprio corpo e pagar por isso, os conventos também recebiam órfãs, além de mulheres solteiras, seja porque a família não tinha como pagar o dote para algum homem que quisesse casar com elas ou simplesmente porque ninguém se interessara. Ser mulher solteira era um estigma social tão grande quanto não ser mais virgem” (REZZUTTI, Paulo. Mulheres do Brasil. A história não contada. Rio de Janeiro: LeYa, 201, p.40).

⁹² PIERONI, Geraldo. Os excluídos do Reino. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 2006, p.164.

⁹³ PIERONI, Geraldo. Os excluídos do Reino. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 2006, p.170.

*Maleficarum*⁹⁴ e por outros manuais de demonologia, mas havia presença de alguns elementos sabáticos nos ritos de bruxaria dos degredados⁹⁵.

Às mulheres índias escravizadas ou incorporadas, somaram-se as mulheres brancas vindas para a Colônia – órfãs, solteiras e degredadas para fins de casamento e, por fim, as mulheres negras⁹⁶. Desumanizadas, capturadas e desenraizadas de sua história, cultura, família e bens, forçadas a trabalhar nos engenhos, canaviais e cafezais.

As mulheres negras circulavam tanto na Senzala quanto na Casa Grande, conectando dois mundos distintos, o dos negros e o dos brancos. Amamentavam crianças brancas, serviam como unidades reprodutoras, mães e mulheres para saciar a lascívia dos senhores e de seus filhos. Há relatos de que por causa dessa circunstância de servirem aos senhores, as sinhás nutriam por elas sentimentos de ódio, tratando-as de forma cruel⁹⁷. O preço cobrado para aquisição de mulheres negras era inferior ao dos homens porque o trabalho deles rendia mais lucro para o fazendeiro. Consta ainda que mulheres negras possuíam biografias de luta e liderança maior do que brancas e índias⁹⁸.

O processo de colonização que se instalou no Brasil trouxe consigo modos de vida e educação peculiares à sociedade europeia, contrastando com elevado grau de analfabetismo local, especialmente da população escravizada, pobre e mestiça, fato que acentuava e garantia exclusão dessa comunidade aos espaços de poder. No que pertine às mulheres brancas, eram educadas para desempenharem papel de mãe e mestra, com base em relações patriarcais,

⁹⁴ Na obra *Martelo das Feiticeiras (Malleus Maleficarum)* “[...] se estabelece uma relação direta entre a feitiçaria e a mulher a partir de trechos do Antigo testamento, dos textos da Antiguidade Clássica e de autores medievais (MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista. Novos paradigmas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p.21).

⁹⁵ “Na concepção dos inquisidores, as mulheres são bestas más (*malae bestiae*). Elas são seduzidas por Satanás, pois não são “da mesma terra de que Adão foi moldado”, e não são feitas à imagem de Deus. Para os juízes inquisitoriais, a mulher é naturalmente perversa, uma presa que, sem dificuldade, cai nas ilusões do Demônio” (PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do Reino*. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 2006, p.177).

⁹⁶ “As primeiras, ao se depararem com a marcha da colonização, foram escravizadas ou mortas, e uma parte menor acabou sendo incorporada, desde que se aculturasse, à nova sociedade que nascia. As brancas seguiam seus maridos ou vinham se casar e lutavam pelos seus bens e suas propriedades, tendo, por vezes, que assumir o papel legado ao homem. As negras foram obrigadas a vir para um cativeiro” (REZZUTTI, Paulo. *Mulheres do Brasil. A história não contada*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018, p.47).

⁹⁷ “Não são nem dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos das mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro de uma compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina nas dentaduras de escravas; ou mandavam-lhe cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. [...] O motivo, quase sempre, o ciúme do marido. O rancor sexual. A rivalidade de mulher com mulher” (FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2003, p.421).

⁹⁸ REZZUTTI, Paulo. *Mulheres do Brasil. A história não contada*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018, p.47.

disciplinando-as em ambiente doméstico e igualmente retirando-lhes dos espaços de poder⁹⁹. Quanto às mulheres negras, não tinham acesso a qualquer educação, a não ser aquela advinda da convivência na Casa Grande.

Ainda em relação às mulheres negras escravizadas, relatos históricos dão conta de que costumeiramente, a atividade de introduzir hastes de cana de açúcar em prensas para extração do suco era realizada por mulheres e referida atividade era de alto risco porque a maquinaria girava em alta velocidade e qualquer descuido poderia provocar mutilações no corpo, especialmente em uma das mãos ou até mesmo o braço ao serem capturados pelas prensas¹⁰⁰.

Os jesuítas, do mesmo modo, eram proprietários de escravos e escravas e participavam ativamente do comércio negreiro, havendo relatos de que eram celebrados casamentos entre cativos como forma de se instalar espécie de divisão sexual do trabalho, vez que enquanto os homens se dedicavam à atividade nas roças, as mulheres cuidavam das atividades domésticas¹⁰¹.

No Piauí, Esperança Garcia mulher negra e escravizada, representa símbolo de luta contra a escravidão tendo sido reconhecida, pela Ordem dos Advogados Secção Piauí – OAB/PI em 2017, como a primeira advogada do Piauí pela escrita de carta datada de 06 de setembro de 1770, dirigida ao governador da capitania considerada ação de *Habeas Corpus*¹⁰².

⁹⁹ “[...] a educação formal era uma maneira de distinção social, ao possibilitar a aquisição de conhecimentos e modos de conduta que diferenciavam os sujeitos sociais. [...] Quanto à educação da mulher, vislumbra-se tendência à reprodução de propostas de ordenação de disciplinamento social da época [...] caracterizada pelas relações patriarcais” (SILVA Camila Ferreira Santos; Fernanda Lopes RODRIGUES; Diomar das Graças MOTTA. Etiqueta, postura e “bom-trato”: a educação da mulher ludovicense na segunda metade do século XIX. In FERREIRA, Maria (Organizadora). Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro. REDOR, NIEPEM/UFMA, 2012, p.34, in Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro, Org. Maria Mary Ferreira, REDOR, NIEPEM/UFMA).

¹⁰⁰ “Segundo o relato do padre jesuíta André João Antonil, ‘o lugar de maior perigo que há no engenho é o da moenda, porque, se por desgraça a escrava que mete a cana entre os eixos, por força do sono, ou por cansada, ou por qualquer outro descuido, meteu [...] a mão adiante do que devia, arrisca-se a passar moída entre os eixos, se lhe não cortarem logo a mão ou o braço apanhado’. Por essa razão, era comum manter ao lado da prensa um facão afiado, que seria usado para amputar o braço ou a mão da escrava, impedindo que seu corpo inteiro fosse tragado e esmagado pela máquina” (GOMES, Laurentino. Escravidão. Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2019, p. 327).

¹⁰¹ “Alguns escravos destes, que comprei para a casa, são fêmeas, as quais eu casei com os machos e estão nas roças apartados todos em suas casas, e busquei um homem leigo, que deles todos tem cuidado e os rege e governa; [...] a causa por que se tornaram fêmeas é porque de outra maneira não se pode ter roças nesta terra, porque as fêmeas fazem a farinha, e todos os principais serviços e trabalhos são delas; os machos somente roçam, pescam e caçam e pouco mais” (GOMES, Laurentino. Escravidão. Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2019, p. 340).

¹⁰² “Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser

O resgate parcial da História das mulheres brasileiras revela necessidade de se cotejar assassinatos de mulheres na rubrica do feminicídio a enunciados que dialoguem com cenários de racialidade e classe social, elementos que possibilitam cravar ideias de relações de controle e posse de corpos femininos, e associação às categorias gênero/raça/estratificação social. Há de se promover, portanto, espécie de processo que privilegie territorialização dos corpos femininos para possibilitar investigação de percursos histórico, social e político das mulheres brasileiras¹⁰³.

Do processo de contextualização resultou desenvolvimento do “Dispositivo da Colonialidade” como estratégia de gestão política de seres vivos baseada na captura, exploração, dominação, escravização e submissão de pessoas por colonizadores vindos de países europeus. A estratégia impôs regras, línguas, religiões, modos de vida, costumes, vestes em processo de desfazimento de identidades e culturas locais de forma cogente, cruel e violenta. Essa ocupação se dera de forma especial em relação às mulheres, cujos corpos foram territorializados e anexados ao poder colonial do homem branco, heterossexual e católico.

O “Dispositivo da Colonialidade” se apresenta como *lócus* por onde circulam saberes/poderes consistentes em enunciados, discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões, leis, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, estéticas, formando concertação de forças heterogêneas que suportam saberes e são suportadas pelo poder da colonialidade na perspectiva de gênero. O estudo propõe que o “Dispositivo da Colonialidade” possa constituir chave de leitura e de escrita para contorno do feminicídio.

A concertação de forças do “Dispositivo da Colonialidade” vem moldada pela categoria analítica decolonial gênero e irradia, no plano teórico categorias como: Mandato da

cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordenando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda aonde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha (SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito. Teresina: EDUFPI, 2017, p.9).

¹⁰³ Registros históricos sinalizam que: “[...] As representações do feminino na sociedade brasileira, conservadora e patriarcalista do século IX, estavam relacionadas ao espaço privado, ou seja, ao ambiente doméstico. Já o homem pertencia ao espaço público, ao ambiente de trabalho e de intelecto. Essa sociedade de características patriarcais, onde o homem era o mandatário, o centro da família, também era o principal irradiador da imagem feminina, tornando a “mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela o fraco, ele o nobre, ela o belo” (SILVA Camila Ferreira Santos; Fernanda Lopes RODRIGUES; Diomar das Graças MOTTA. Etiqueta, postura e “bom-trato”: a educação da mulher ludovicense na segunda metade do século XIX. In: FERREIRA, Maria Mary (Organizadora). Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro. REDOR, NIEPEM/UFMA, 2012, p.34, in Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro, Org. Maria Mary Ferreira, REDOR, NIEPEM/UFMA).

Masculinidade, Precariedade e Gestos Simbólicos consistindo em ferramentas teóricas a serem utilizadas para leitura de unidades discursivas do feminicídio. No plano normativo, possibilita chaves de leitura para compreensão de enunciados jurídicos. Na seara organizacional promove mudanças na operacionalidade dos processos decisórios a cargo das organizações incumbidas do trabalho jurídico penal do feminicídio: Polícia, Ministério Público, Defesa e Justiça.

Entende-se que o feminicídio corresponde a processo de colonização porque envolve captura, territorialização e desfazimento do corpo colonizado, em outros termos, trata-se de exercício de poder que retira componentes como liberdade, dignidade e vida, tal como se dera por ocasião do processo de colonização das terras brasileiras, daí a adequação não só do termo, mas do significado de colonização à temática do estudo¹⁰⁴. A acepção é de que a categoria gênero, tomada como categoria de análise decolonial, molda o Dispositivo da Colonialidade e traz como efeitos Gestos Simbólicos, Precariedade e Mandato da Masculinidade.

O Dispositivo da Colonialidade é potência que, uma vez aplicada à perspectiva de gênero, se traduz como poder de gestão e monopólio de corpos femininos. No caso do feminicídio, esse monopólio é exercido pelos homens, através de forças sociais, políticas, jurídicas e religiosas que lhes confere espécie de mandato para controlar e limitar liberdades sociais e políticas das mulheres. O dispositivo coloniza e se apropria de corpos, retirando-lhe direito à liberdade e à personalidade, porque impõe modos de vida e de viver à pessoa colonizada conforme desejo do colonizador.

O “Dispositivo da Colonialidade”, portanto, representa nova experiência, nova forma de pensar, articular e produzir conhecimento tomando por base estudos decoloniais que possibilitem demonstrar de que forma marcadores sociais como gênero, raça e religião configuram categorizações engendradas pela máquina governamental colonizadora, peculiar espécie de poder pautado na expansão do domínio europeu no mundo.

¹⁰⁴ “El femicidio – práctica represiva garante del sostenimiento de los intereses y monopolio del poder de los hombres – también se instauró como un mecanismo para neutralizar las demandas y deseos de libertad de las mujeres; al igual que para castigar su resistencia a la violencia sexual, en el contexto de la esclavitud y la apropiación violenta de los cuerpos sexuados de las mujeres indígenas y africanas por parte de los europeos durante la colonización de América. Desde esta perspectiva es posible entonces hacer referencia a femicidios coloniales, en los cuales se asesinó por motivos de género y principalmente sexuales a las mujeres indígenas y africanas que se resistieron a los abusos sexuales de los colonos europeos y los amos en las haciendas e plantaciones [...]” (PINEDA, Esther. *Cultura feminicida: el riesgo de ser mujer en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2019, p.21).

Na perspectiva do feminicídio, o Dispositivo da Colonialidade permite compreender marcas expressivas em cenários de assassinatos de mulheres que ostentam relações de poder, diferenciando-os dos homicídios em geral. São forças que decorrem da resistência ao mandato de controle das liberdades, também denominado Mandato da Masculinidade, com a consequente precarização de quem resiste e deixa rastros representativos da perda da potência.

2.4. MANDATO DA MASCULINIDADE

Ao se agregar a categoria analítica gênero às forças da colonialidade, entende-se que será possível rastrear ponto inicial que deu origem à matriz estrutural do mandato da masculinidade nas coordenadas vertical – *status*, e horizontal – contrato, proposto por Rita Laura Segato¹⁰⁵. O mandato se inicia com a territorialização de corpos para fins de colonização, daí se abrir exposição da categoria “Mandato da Masculinidade” pelo enunciado “corpos colonizados” para em seguida traçar suas coordenadas.

2.4.1. Corpos colonizados

O termo “corpos territorializados” ou “corpos colonizados” remete à ideia de ocupação colonial de corpos humanos que ingressam em cenários de controle ficando à disposição do conquistador daquele território. Trata-se de postura analítica cuja pretensão é demonstrar em que medida corpos femininos ingressaram em processos de colonização balizados pela denominada “soberania vertical” ou “política de verticalidade” resultantes do exercício de poder sobre corpos humanos. O objetivo é conhecer peculiaridades do processo de territorialização de corpos femininos para desenvolver artefatos teóricos, jurídicos e operacionais que contribuam para fechamento de significantes abertos do feminicídio.

O termo “condição de sexo feminino” da qualificadora feminicídio é considerado por esse estudo como significante jurídico aberto que necessita de aportes teóricos para balizarem limites conceituais. Entende-se que embora o Código Penal brasileiro tenha atribuído dois sentidos à condição de sexo feminino - violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher, não delineou objetivamente que condição é essa.

¹⁰⁵ SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementares de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

“A violência não encontra lugar ontológico”¹⁰⁶, ou seja, não é possível atrelar o conceito de violência praticada contra a mulher como ruptura de integridades: física, psíquica, sexual, moral e patrimonial. Esse critério de avaliação se encontra no terreno da individualidade. O que subjaz à violência é o poder da potência e da impotência com notas de vigilância e de controle de corpos femininos, resultando no poder de acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O acesso se dá por meio da colonização de corpos, apropriação e controle.

Nas duas perspectivas – violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher, o processo de colonização de corpos permite compreender a etiologia da violência contra a mulher tanto nas relações interpessoais quanto nas relações comunitárias. A concertação envolve genealogia do poder, colonialidade do poder e gênero, resultando no Dispositivo da Colonialidade como chave de leitura para enunciados como Mandato da Masculinidade, Precariedade e Gestos Simbólicos.

Entende-se que a abertura do significante “condição de sexo feminino” permite ingresso de categorias relacionadas a percursos históricos, culturais e políticos dos sujeitos envolvidos, daí a adequabilidade do gênero como categoria de análise que problematiza conceitos preestabelecidos e possibilita construção de cenários por demanda¹⁰⁷.

2.4.2. As coordenadas da violência

Inicialmente se propõe processo de aglutinação de enunciados teóricos orientados pela perspectiva analítica de gênero e pelo poder da colonização de corpos caracterizados pelo Mandato da Masculinidade que regerá casos de feminicídio por demanda¹⁰⁸. O Mandato da Masculinidade é categoria analítica representada por estrutura composta por duas coordenadas – vertical e horizontal articuladas em eixo que suporta e articula coordenadas.

¹⁰⁶ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004, p. 47.

¹⁰⁷ “Se trata “de la articulación estructurada de diversas lógicas históricas en torno de una dominante [...]” y por lo tanto esta totalidad es “abierta”, y sus contradicciones se derivan de “todas las lógicas históricas articuladas en una heterogeneidad histórico-estructural” [...]. Y ese es su primer paso hacia el postulado de una Colonialidad del Poder, necesaria para que sea posible entender por qué, cómo y para qué categorías engendradas en el Norte se aplican como una verdadera Cama de Procusto para captar una realidad para la cual no fueron concebidas. La opresión categorial no es otra cosa que la consecuencia de la Colonialidad en el campo del Saber y de la subjetividad” (SEGATO, La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018, p. 40).

¹⁰⁸ “Lo que proponho es que nuestro antiguo “objeto” clásico sea hoy el que nos interpele, nos diga quien somos y qué espera de nosotros, y nos demande el uso de nuestra “caja de herramientas” para responder sus preguntas y contribuir con su proyecto histórico” (SEGATO, La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018, p. 14).

O eixo horizontal¹⁰⁹ orienta relações paritárias entre membros do mesmo sexo, no caso, entre homens, fazendo nascer ideia de aliança ou competição mediante termo que tem por objeto corpos femininos, destinados ao consumo para obtenção do *status* de masculinidade. O corpo feminino representa “tributo” necessário para aquisição do “mandato” da masculinidade. Equivale a ser reconhecido pelos pares de forma contínua reafirmando condição de masculinidade pela conquista e territorialização do corpo da mulher correspondendo à denominada “economia simbólica do poder” cujo signo é o gênero¹¹⁰.

O eixo vertical se diferencia do eixo horizontal pela existência de subordinação e desigualdade entre sujeitos. Neste caso, incide ou a entrega ou a expropriação do corpo da mulher. A entrega e a expropriação podem assumir *status* variados, aonde mulheres são classificadas e mensuradas por valores hierárquicos: raça, idade, profissão, estado civil, classe, religião etc. Ao contrário do eixo horizontal, inexistente competição no eixo vertical dado o caráter diferencial entre pessoas¹¹¹.

Os regimes de “contrato” (horizontal) e de “*status*” (vertical) representam duas coordenadas normativas ou duas economias simbólicas de poder cuja articulação, em um mesmo sistema, expressa etiologia da violência contra a mulher baseada na arrecadação forçada, que corresponde à “mais-valia”, aonde violação e apropriação do corpo feminino representam o “excedente”, fator que qualifica o homem a participar do “circuito de iguais”. Nessa economia simbólica de poder¹¹², a mulher corresponderia a “menos-valia”, ou um “ser - menos”, expropriada simbolicamente para servir de nutriente ao mandato da masculinidade. Nesse cenário, a categoria analítica gênero constitui elemento tanto das relações verticais quanto das horizontais porque posiciona e contextualiza social, política e historicamente mulheres.

¹⁰⁹ “[...] rige las relaciones entre categorías sociales o individuos que se clasifican como pares o semejantes [...]” (SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementares de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo libros, 2010, p.249).

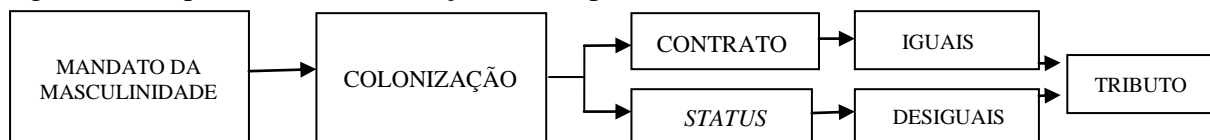
¹¹⁰ “[...] El tributo obtenido es la propia credencial que los miembros de este orden se exigen, unos a otros, para incluirse como semejantes [...]” (SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementares de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010, p.249 – 250).

¹¹¹ Porque nos “[...] estratos marcados por un diferencial jerárquico y por grados de valor, las relaciones son de exacción forzada o de entrega de tributo, en su forma paradigmática, de género, el tributo es de naturaleza sexual [...]” (SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementares de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010, p.250).

¹¹² Termo cunhado por Rita Laura Segato ao propor regime de exação forçada ou de entrega de tributo na forma paradigmática de gênero (SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementares de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010, p.250).

O Mandato da masculinidade pode ser representado esquematicamente, conforme figura a seguir delineada.

Figura 3 – Arquitetura da colonização dos corpos femininos



Fonte: elaborada pela autora.

A arquitetura proposta envolve estética que se inicia com o reconhecimento de forças de poder que interagiram no campo de ressignificação dos sujeitos homem e mulher e promoveram particular forma de análise das representações e comunicação pautadas em marcadores sociais coloniais. O homem passa a ser titular da exação de um tributo e a mulher representa o tributo. A força de poder corresponde ao Mandato da masculinidade auferido com a territorialização do corpo feminino mediante Contrato (eixo horizontal) ou por Exação (eixo vertical), em ambos os casos, incide o poder da masculinidade¹¹³.

No eixo vertical, a soberania pode ser exercida de duas maneiras: em território ocupado, controlado e não sujeito a qualquer norma formal: é o caso da violência interpessoal resultante do patriarcado privado que se estabelece pela opressão da mulher em ambiente doméstico. De outro ponto, no campo das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado pode se revelar com maior intensidade em estratégias que, a mercê de discursos oficiais voltados à proteção de pessoas, as colocam em territórios cujas linhas de fronteira acentuam ainda mais a condição de vulnerabilidade. É o caso da proteção integral dada à mulher somente em situação de violência interpessoal – Lei nº. 11.340/06 – desconhecendo cenários de violências outras ocorridas em espaços institucionais e públicos em que mulheres se vêem desprotegidas do aparato legal estatal. A redução da proteção ao espaço doméstico “aprisiona” a mulher em ambiente controlado pelo colonizador, ratificando perda do exercício de liberdade na comunidade¹¹⁴.

¹¹³ SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementares de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo libros, 2010.

¹¹⁴ Ao se promover diálogo entre Teoria do Mandato de Segato (economia simbólica do poder) e Necropolítica de Mbembe (poder de matar – necropoder), vê-se que “A forma resultante da soberania pode ser chamada de “soberania vertical”. Sob um regime de soberania vertical, a ocupação colonial opera por uma rede de pontes e túneis [...]. Nessas circunstâncias, a ocupação colonial não equivale apenas ao controle, à vigilância e à separação, mas também à reclusão. É uma “ocupação fragmentada” [...]” (MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N – 1 edições, 2019, p. 44 – 45).

A prática da violência nas relações interpessoais garante ao colonizador “selo” do mandato da masculinidade pelo controle do corpo feminino anexado ao seu território particular. A retirada da soberania individual corresponde à reificação da mulher, convertendo-a em tributo a ser exigido pelo “soberano”. Eventuais (a)tributos que a mulher venha incorporar em sua experiência de vida poderão vir a ser confiscados pelo colonizador por meio da imposição da “força” soberana.

Locais de crime de feminicídio analisados pela pesquisadora assinalam para campos de expressão de forças orientadas para desfazimento de “atributos” de vítimas como sujeitos históricos, sociais e políticos: lesões em áreas relacionadas ao labor, como coleira canina vestida em vítima psicóloga cujo autor era seu paciente; lesões na região da cabeça por instrumento cortocontundente (machado) em vítima quebradeira de coco que utilizava essa ferramenta de trabalho e escalpo em vítima cabeleireira. Os três achados da pesquisa empírica se adequam ao processo de desfazimento de “atributos” resultante do mandato da masculinidade.

No eixo horizontal, a soberania é exercida em relações travadas entre homens, nos espaços públicos, em que a mulher, ainda não colonizada, torna-se alvo ou fonte para exação do tributo. Essa relação tributária resulta de poder soberano que se estabelece para auferir o mandato de masculinidade entre pares. Do mesmo modo que nas relações interpessoais, pode se dar desfazimento de atributos, porém como inexitem relações interpessoais, os atributos são comumente relacionados a níveis mais abstratos, dentre eles se destaca a sexualidade reprodutiva e a erótica. No caso de Castelo, em que quatro adolescentes foram violentadas sexualmente e arremessadas de um barranco de dez metros de altura, vê-se configurada essa relação de afirmação do mandato entre autores que juntos colonizaram corpos femininos para auferirem o mandato.

Na perspectiva do trabalho jurídico penal realizado pelas organizações incumbidas de investigar, processar e julgar casos de feminicídio, a “condição de mulher” que funda o feminicídio no plano normativo, não possuindo contornos estáveis, poderá implicar em investigações, acusações, defesas e decisões desapartadas de referenciais teóricos que permitam compreender assassinatos de mulheres em perspectivas distintas das peculiares ao ambiente doméstico.

O estudo propõe como metodologia para compreender a “condição de sexo feminino” da qualificadora Feminicídio, processo analítico teórico que tome a categoria analítica gênero

como base formadora para o dispositivo da colonialidade, e proponha as seguintes categorias: mandato da masculinidade, precariedade e gestos simbólicos. Essa será a estrutura teórica a ser utilizada na análise do campo empírico representado pelas falas dos entrevistados, diálogos do grupo focal e narrativas presentes nos inquéritos policiais e processos que investigaram e julgaram feminicídios ocorridos no Piauí no período da pesquisa.

No campo empírico, após coleta, organização, mapeamento, categorização e contextualização dos 109 casos, serão parte deles analisados qualitativamente a fim de que se possa conhecer trajetórias de vida, condição pessoal de cada uma das mulheres para mapear forças que emolduraram a condição de mulher a ponto de precarizar vidas até o assassinato. Por fim, o estudo busca traduzir a linguagem do feminicídio com base em registros deixados nos locais de crime, na superfície dos corpos femininos e demais evidências deixadas pelo autor por ocasião de atos violentos. Esses atos, pelo excesso com que são praticados, passam a constituir enunciativos de “gestos simbólicos, sinais específicos que possibilitam conhecer parte da “condição do sexo feminino”, pelo modo como foi desfeito o sujeito mulher.

O conteúdo da qualificadora do §2º- A do artigo 121 do Código Penal brasileiro – CPb - permite agrupar feminicídios em dois níveis de poder: particular e abstrato. A violência doméstica e familiar constante do inciso I pode ser atribuída a agressor conhecido da mulher e que com ela mantenha ou haja mantido relações interpessoais, caracterizando-se como do tipo particular. O menosprezo ou discriminação à condição de mulher do inciso II pode ser enquadrado no nível de poder abstrato, mas também presente na particularidade. É dizer, na particularidade há possibilidade de se vislumbrar condição de situação específica de cada mulher, porque sitiada em determinado *lôcus*, personalíssimo e finito. Porém, o nível abstrato do inciso II exige maiores esforços teóricos para caracterizar a condição enquanto processo histórico afeto à mulher como ser social, moldada por relações de poder que a define, independentemente de sua vontade.

O estudo propõe que os dois níveis de poder – particular e abstrato - podem se relacionar ao sistema proposto em dois regimes: “*status*” (vertical) e “contrato” (horizontal). No regime de *status* a relação entre os sujeitos é desproporcional e desigual, prevalecendo o poder do homem em relação à mulher, com o controle da mulher em ambientes interpessoais, domésticos ou familiares. No regime de contrato, as partes devem estar em situação de paridade para firmar o pacto, logo, esse pacto dar-se-á entre sujeitos homens, com vistas a

afirmar e renovar compromisso com o mandato da masculinidade perante seus pares, fora do ambiente interpessoal, doméstico ou familiar.

Em ambos os regimes – *status* e contratual – a mulher é considerada “tributo” a ser auferido como resultado de operação feita através da exação forçada pelo emprego de técnicas de controle, vigilância e violência. A definição do tributo¹¹⁵ se dá com a definição do sujeito “mulher”, tomando por base emolduramentos políticos, jurídicos, sociais, culturais, religiosos, que delineiam seu conteúdo e permite exação forçada quando esses limites não forem observados.

A condição de sexo feminino - violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher, poderá então estar vinculada à inobservância de balizas que universalizam comportamentos femininos e inibem processos de desenvolvimento de “atributos” do sujeito mulher, desvencilhados da possibilidade de exação, subjugação ou concessão forçada por quem detenha o poder. Propõe-se que, no âmbito do feminicídio, “atributos¹¹⁶” são afetados por ocasião da prática dos assassinatos como forma de demonstração do poder de privação da liberdade. A afetação dos “atributos” pode ser reconhecida nos locais de crime, especialmente pelo exame do corpo da mulher, marcado por “gestos simbólicos” que excedem ao propósito racional da mera vontade de matar alguém.

O regime, formado por duas coordenadas normativas ou duas economias simbólicas de poder, se articulam em um mesmo sistema e expressam a etiologia da violência contra a mulher baseada na arrecadação forçada, e na “mais-valia”, aonde a violação e a apropriação do corpo feminino representa o “excedente”, fator que qualifica o homem a participar do “circuito de iguais”. Esse regime de apropriação de corpos femininos pode ser comparado ao processo de gestão política de apropriação e colonização de terras brasileiras para fins de exploração denominado Dispositivo da Colonialidade¹¹⁷.

¹¹⁵ “**Tributo.** [...] **3.** Aquilo que se concede por hábito ou necessidade. **4.** Aquilo que se é obrigado a sofrer [...]” (HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 1418)

¹¹⁶ “**Atributo.** [...] **1.** Aquilo que é próprio de um ser. **2.** Emblema distintivo; símbolo. **3.** *Estat.* Característica, qualitativa ou quantitativa, que identifica um membro de um conjunto observado. [...] **5.** *Filos.* Caráter essencial de uma substância. **6.** *Gram.* A qualidade atribuída ao sujeito. **7.** *Lóg.* Caráter afirmado ou negado de um sujeito; predicado” (HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 159).

¹¹⁷ “La ocupación depredadora de los cuerpos femeninos o feminizados se practica como nunca antes y, en esta etapa apocalíptica de la humanidad, es expoliadora hasta dejar solo restos” (SEGATO, La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018, p. 71-72).

As duas coordenadas que informam o Mandato da Masculinidade colocam a mulher em situação de vulnerabilidade social e política porque lhe são confiscados poderes de soberania e autodeterminação. São seres humanos emoldurados por forças sociais, políticas, religiosas, dentre outras. Referidas molduras “rotulam” comportamentos, “classificam” pessoas e “forjam” identidades para o sujeito mulher. Essas identidades emolduradas podem ser encontradas em locais de crime e representarem o significante “condição de sexo feminino” na categoria Precariedade¹¹⁸.

2.5. PRECARIEDADE

Uma vez demonstrado possíveis efeitos da desconsideração do colonialismo e da colonialidade – historicidade e matriz colonial de poder – a pesquisa se direciona para a perspectiva de “enquadramento epistemológico”¹¹⁹, mais precisamente para a capacidade de rompimento de molduras quando uma realidade empírica, aceita sem discussão, é colocada em xeque.

A ideia de emolduramento pressupõe estabelecer diferenças entre pessoas a partir de determinados marcos raciais e de classe, espécie de gradação colonizadora de corpos femininos, considerando matrizes indigenistas, portuguesas e negras¹²⁰. É dizer, haveria parametria, baseada na raça e na etnia, entre mulheres brasileiras que as catalogasse em patamares de controle diversos? A compreensão da categoria raça, na perspectiva das mulheres, estabelecidas no decorrer do processo colonizador do Brasil, explicaria por que as mulheres piauienses assassinadas são, em sua quase totalidade, pardas e pretas? Haveria campo específico afeto a uma espécie de assassinato, o feminicídio negro? As mulheres negras silenciam mais a violência do que as brancas? Esse silêncio resultaria do temor de que o algoz, em sendo negro, estaria imerso em processo de seletividade penal e, que, portanto, receberia “etiquetas” criminais com peso maior do que o etiquetamento de pessoas

¹¹⁸ “[...] é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros” (BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016, p. 15).

¹¹⁹ Termo cunhado por Judith Butler para designar “[...] mecanismos por meios dos quais os campos ontológicos são construídos” (BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016, p. 22).

¹²⁰ “Las mujeres están sujetas al cautiverio de su condición genérica y de su particular situación caracterizadas por la opresión. El cautiverio de las mujeres se expresa en la falta de libertad concebida como el protagonismo de los sujetos sociales en la historia, y los particulares en la sociedad y en la cultura” (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Los cautiverios de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas. 2. Ed. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 2018, p. 138).

brancas?¹²¹ Achados que a pesquisa de campo proporcionou indicam necessidade de estudos aprofundados em questões raciais, salientando não ter sido objeto da presente Tese, daí não se pretender esgotar o assunto, tão somente visibilizá-lo e abrir caminhos para pesquisas na seara do feminicídio¹²².

Outro dado que diz respeito a aspectos que vulnerabilizam vítimas de feminicídio é ocorrência majoritária em ambientes domésticos – residência da vítima e contextos familiares confirmando premissa de ser a unidade doméstica o local de maior risco para uma mulher sofrer violência. O precedente se alia aos altos índices de casos de violência doméstica registrados nas delegacias da mulher perpetrados por agressores que convivem ou conviveram com a vítima. Em estudos anteriores se enfatizou essa circunstância¹²³ e pesquisa realizada

¹²¹ O tema é complexo porque “O Direito tem sua dinâmica interseccional, misoginias e racismos institucionais e dá conta dos mesmos recursos administrativos responsáveis por obstruir às mulheres negras o direito de registrarem queixas, levando em conta discursos prévios sobre mulheres fáceis, raivosas, perigosas, sexualmente disponíveis. O descrédito das reivindicações das mulheres negras é consequência da interseção complexa do sistema moderno, atravessado por discriminações de raça e de gênero [...]” (AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Feminismos plurais. Coordenação Djamilia Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019, p.60).

¹²² A título de exemplo, passagens de obra de Angela Davis revelam que “Proporcionalmente mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas [...]” e dessa forma “[...] o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras”. A mesma autora afirma que as mulheres negras, relativamente aos homens negros, “[...] sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmea” (DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016, p.17 – 19).

¹²³ “Ao se promover o diálogo entre os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelas Delegacias do Feminicídio, Plantões 24h - destinados exclusivamente ao atendimento de mulheres em situação de violência - e Delegacias da Mulher, infere-se que na maior parte dos casos, do mesmo modo como se na pesquisa - 52% das mulheres que sofreram violência mantiveram-se inertes - também a quase totalidade das vítimas de feminicídio omitiram essa informação à Polícia. O alinhamento dos dados do feminicídio com os da pesquisa nos permite afirmar que as dinâmicas da maior parte dos casos de assassinatos de mulheres ocorridos no Brasil dialogam com a pesquisa, especialmente no tocante ao grau de intensidade da violência podendo ir da ofensa moral ao extermínio. Infere-se que as violências visíveis e invisíveis esboçadas pela pesquisa assemelham-se a degraus escalonados de uma espécie de violência cujo ápice é o feminicídio. As subnotificações expressas pela pesquisa de que 52% não fizeram nada em relação à violência sofrida e que 13% buscaram ajuda da família sinalizam para a necessidade de aproximação dos equipamentos públicos em relação às mulheres, especialmente o atendimento 24h/dia nas unidades policiais especializadas integrado com a Rede local de proteção. Em Teresina/PI, a experiência do Plantão Policial Metropolitano de Gênero tem demonstrado aumento substancial na procura por atendimento, sobretudo aos sábados e domingos, turnos noite e madrugada. Os registros de ocorrências e as representações por Medidas Cautelares de Urgência aumentaram mais que o dobro entre 2017 e 2018. Atualmente, a quantidade de atendimentos realizados nos meses de janeiro e fevereiro já superaram as marcas de 2017 e 2018, tendo o crime de Ameaça figurado em 1º lugar no *ranking* das estatísticas do Plantão. Os dados demonstram que a implementação de equipamentos especializados no atendimento a mulheres com protocolos e metodologias próprios, funcionando em qualquer dia da semana e a qualquer hora, amplia a procura por socorro e serve de *locus* de segurança, atraindo mulheres silentes. A tecnologia constitui outro forte aliado para vencer as subnotificações. No Piauí as chamadas no aplicativo Salve Maria mais que triplicaram no ano de 2018 e a violência física figura em 1º lugar do *ranking*” (VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro. Os desafios impostos pelos diferentes tipos de violência contra a mulher. In: Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 2. edição, São Paulo: Ministério da Justiça e Segurança Pública/FBSP/DATAFOLHA, 2019, p.37-41).

pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública demonstra que a casa se configura como principal local de ocorrência da agressão¹²⁴. Como a residência está fora do alcance público, a mulher torna-se alvo fácil, destituída de proteção, precarizada.

Duas outras categorias se aliam à precariedade: “cativoiro” e “dependência vital”¹²⁵ e demonstram que espaços de controle e opressão de mulheres possuem *layouts* cunhados pelos enunciados: emolduramento, dependência vital, servidão voluntária e corpo cativo. São forças negativas que posicionam a mulher em espaço orientado à perda do exercício da soberania confiscando-lhe direito à liberdade de conduzir sua vida. A precariedade, portanto, resulta de concertação de forças de opressão das mais variadas nuances: políticas, raciais, econômicas, religiosas, classistas, a serem identificadas por demanda¹²⁶.

2.5.1. A cor do feminicídio

Indagações acerca do “feminicídio negro” surgiram em decorrência de recorte racial realizado a partir de registros feitos por Médicos Legistas em exames de cadáveres femininos em Laudos de Exames Cadavéricos. Embora a inscrição da categoria “raça” não reporte qual metodologia foi adotada para catalogar a raça do cadáver¹²⁷, considerou-se narrativa espontânea dos médicos em discurso balizado pelo “senso comum” conforme tabela a seguir, agregando-se na categoria analítica “Negra” as categorias “preta” e “parda”¹²⁸.

¹²⁴ NEME, Cristina; SOBRAL, Isabela. Principais resultados. In: Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 2ª edição, São Paulo: Ministério da Justiça e Segurança Pública/FBSP/DATAFOLHA, 2019, p.17.

¹²⁵ Segundo a Etnóloga mexicana Marcela Lagarde y de Los Ríos, “Una explicación a la constante servidumbre voluntaria de las mujeres debe buscarse en la dependencia, que en sus más variadas formas y manifestaciones pressiona a las mujeres a vivir en cautiverio, sin libertad, bajo condiciones de opresión” LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Los cautiverios de las mujeres. Madrepasas, monjas, putas, presas y locas. 2. Ed. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 2018, p. 147).

¹²⁶ “La mujer está en el mundo a partir de la dependencia vital: es dependiente para vivir. Cualquiera que sea el contenido de su modo de vida, no hay autonomía ni maduración. En relación y con referencia al hombre es infantil. [...] La categoría dependencia vital permite descubrir y explicar la relación subordinada de mujeres independientes económica, jurídica o intelectualmente, pero que continúan cautivas, en relaciones de dependencia de diverso tipo, que impiden su despliegue y las mantienen sometidas” (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Los cautiverios de las mujeres. Madrepasas, monjas, putas, presas y locas. 2. Ed. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 2018, p. 152).

¹²⁷ “Um dos aspectos mais surpreendentes de nossa sociedade é o fato de a ausência de identidade racial ou confusão racial reinante ser aceita como dado de nossa natureza. Quando muito, À guisa de explicação, atribui-se À larga miscigenação aqui ocorrida a incapacidade que demonstramos de nos autotransclassificar racialmente. É como se a indefinição estivesse na essência de nosso ser. Seres transgênicos que escapariam de qualquer identidade conhecida, que nenhum atributo racial e étnico utilizado alhures poderia abarcar por tamanha originalidade. É assim para o senso comum, é assim para a maioria dos intelectuais. Diferentemente de outros lugares, a nossa identidade se definiria pela impossibilidade de defini-la” (CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011, p.63).

¹²⁸ “No termo “pardo” “cabem os mulatos, os caboclos e todos os que não se consideram brancos, negros, amarelos ou indígenas”. Todos os que não se desejam negros, amarelos ou indígenas encontram uma zona cinzenta onde possam se abrigar, se esconder e se esquecer de uma origem renegada. [...] Talvez o termo “pardo”

Tabela 1 – Mapa do feminicídio negro do Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Ano	Geral			Negro			%
	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	
2015	6	20	26	6	17	23	88,46
2016	4	26	30	4	22	26	86,66
2017	7	20	27	6	14	20	74,07
2018	9	16	26	7	14	21	80,77
Total	26	83	109	23	67	90	82,57

Fonte: elaborada pela autora.

A tabela possibilita recorte na perspectiva da raça negra, considerando somatório de registros da cor parda e preta atribuídas pelos Médicos Legistas por ocasião da autópsia dos corpos, desprovidos de protocolos uniformes que possibilitem aferir como se dá processo de eleição da cor da pele. Os dados, portanto, sevem apenas como balizas para visualização superficial de substrato que é político, conectado com perspectiva colonialista estratificadora de classes sociais a partir da categoria raça.

Os dados revelam que das 109 mulheres assassinadas no Piauí na rubrica do Feminicídio, 90 eram negras, ou 82,57% delas; 13 eram brancas (11,92%) e 6 casos em que não foram atribuídos registros de raça (5,50%). Na capital, das 26 mulheres assassinadas, 23 eram negras (88,46%) e apenas 3 delas (11,54%) eram brancas. No interior, das 83 vítimas, 67 eram negras (80,72%) e 16 eram brancas (19,28%).

O estudo, em esforço para promover diálogo entre raça dos autores e das 90 vítimas negras, conseguiu, a partir das fontes pesquisadas, apontar que 32 deles eram negros (35,95%); 4 brancos (4,5%) e os 53 restantes (59,55%) não constavam nenhum registro de raça.

Tabela 2 – Relação de raça entre autores e vítimas negras

Raça	Vítima	Autor	%
Negra	90	32	35,55
Branca	-	4	4,4
S/registro	-	53	58,89

Fonte: elaborada pela autora.

Como a taxa de subnotificação de raça dos autores de feminicídio supera mais da metade dos casos (58,89%), torna-se temerária qualquer análise que se pretenda realizar no tocante à seara masculina, porém, serve de escopo para que se promova políticas de

se preste apenas a agregar os que, por terem sua identidade étnica e racial destroçada pelo racismo, pela discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou, simplesmente, não desejam ser o que são” (CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011, p.64 e 67).

alimentação de banco de dados no quesito raça também em relação aos autores de feminicídios. O silêncio que cerca violências que antecedem feminicídios pode estar relacionado a políticas criminais seletivas de conteúdo raciais, acenando para necessidade de estudos específicos que possibilitem desenhos de políticas públicas voltadas à mitigação de eventuais lacunas. A auto referência da raça por parte do autor, poderá ser coletada ainda na delegacia por ocasião da primeira parte do interrogatório que trata da qualificação do indiciado em sede de Inquérito Policial. A medida possibilitará ampliar campo das políticas de prevenção do feminicídio no estado.

Ainda na perspectiva racial e considerando a cifra de 82,57% de mulheres negras assassinadas no estado, infere-se que essas vidas estão mais vulnerabilizadas do que as de outras mulheres, pela condição de serem mulheres negras, vidas precárias¹²⁹. Porém, a questão racial deverá ser estudada como categoria analítica própria¹³⁰, sob pena de se mascarar interseccionalidade com discursos de branquitude e racismo recreativo¹³¹.

2.5.2. Vidas que não merecem ser vividas

O termo remete à ideia de vida precária, vida que nunca terá sido vivida, vida que não será enlutada quando perdida porque nunca foi reconhecida como vida¹³². Implica na ideia da colonialidade, de que a vida da mulher está nas mãos de alguém que ela conhece ou não¹³³.

¹²⁹“Tanto o olhar de homens brancos quanto o de negros e quanto o das mulheres brancas confinaria a mulher negra a um local de subalternidade muito mais difícil de ser ultrapassado” (RIBEIRO, Djamila. *Feminismo negro para um novo marco civilizatório. In: Mulheres: mobilizações, conquistas e entraves*. São Paulo, n. 24, p.99-104, 2016, p. 103).

¹³⁰ “Mesmo a branquitude crítica [...] não deveria empregar interseccionalidade em benefício analítico próprio, quiçá, usar da gramática racial para reconhecer esse lugar, quando contextos forem neutralizados raça por classe, geração, escolaridade, religião, território, profissão dentre outros marcadores sociais, erroneamente agregados no lugar de raça” (AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade. Feminismos plurais*. Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019, p.42).

¹³¹ Termo cunhado por Adilson Moreira compreendido “[...] como projeto de dominação que procura promover a reprodução de relações assimétricas de poder entre grupos raciais por meio de uma política cultural baseada na utilização do humor como expressão e encobrimento de hostilidade racial. O racismo recreativo decorre da competição entre grupos raciais por estima social, sendo que ele revela uma estratégia empregada por membros do grupo racial dominante para garantir que o bem público de respeitabilidade permaneça um privilégio exclusivo de pessoas brancas. A posse exclusiva desse bem público garante a elas acesso privilegiado a oportunidades materiais porque o humor racista tem como consequência a perpetuação da ideia de que elas são as únicas pessoas capazes de atuar como agentes sociais competentes” (MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo. Feminismos plurais*. Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019, p.143-144).

¹³² BUTLER, Judith. *Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015, p. 33.

¹³³ “[...] capacidad de decidir sobre la vida del otro, en la intervención con hechos que obligan, circunscriben, prohíben o impiden. Quien ejerce el poder se arroga el derecho al castigo y a conculcar bienes materiales y simbólicos. Desde esa posición domina, enjuicia, sentencia y perdona. Al hacerlo, acumula y reproduce poder” (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres. Madrepasas, monjas, putas, presas y locas*. 2. Ed. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 2018, p. 139).

Seja colonizada pelo eixo vertical, seja pelo horizontal, sua vida está capturada, apreendida, tornando-se precária. “Enquadramento” dialoga a com categoria antropológica “Cativoiro”¹³⁴, proposta por pesquisadora latino-americana na perspectiva de mulheres com status de privação de liberdades em decorrência da imposição de forças sociais, culturais, religiosas, políticas etc.

O recorte racial demonstrou que mulheres negras estão mais vulnerabilizadas aos assassinatos. A moldura da colonialidade em corpos negros denota menor grau de reconhecimento a esses corpos como vidas em condição de serem vividas¹³⁵.

Emoldurar significa colocar moldura, destacar algo do todo. No Curso de Direito comumente se emprega o termo “enquadramento jurídico”, que significa, no âmbito criminal, enquadrar fatos da vida em determinado dispositivo legal, moldá-lo ao comando legal. A norma penal, portanto, estabelece previamente qual superfície pode ser emoldurada pelo dispositivo legal, retirando da moldura fatos da vida alheios àquele comando. A isso denomina-se redução da complexidade, ou seja, seleção dos fatos da vida que irão compor o cenário a ser emoldurado.

Essa redução da complexidade se dá no plano das decisões organizacionais ao se promover enquadramentos normativos: indiciamentos, acusações, pronúncias e sentenças. Por vezes, essa redução pode deixar de fora da moldura enunciados substanciais e dificultar ou impedir leituras de acontecimentos que ficaram criptografados na realidade empírica, até mesmo em documentos que subsidiaram decisões adotadas para determinado caso¹³⁶.

Propõe-se que a “condição de sexo feminino” ou “condição de mulher” da qualificadora feminicídio dialoga com ideia de “vida precária” segundo a qual certas vidas não seriam passíveis de serem vividas em virtude de enquadramentos forjados por forças

¹³⁴“Las mujeres están cautivas porque han sido privadas de autonomía, de independencia para vivir, del gobierno sobre sí mismas, de la posibilidad de escoger y de la capacidad de decidir” (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Los cautiverios de las mujeres. Madrepasas, monjas, putas, presas y locas. 2. Ed. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 2018, p. 137).

¹³⁵Segundo Sueli Carneiro, o mito da democracia racial com base no “ [...] intercuro sexual entre brancos, indígenas e negros seria o principal indicativo de nossa tolerância racial, argumento que omite o estupro colonial praticado pelo colonizador sobre mulheres negras e indígenas [...]” (CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011, p.66).

¹³⁶ BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015, p. 115-116.

sociais, políticas, religiosas, culturais, econômicas, dentre outras, que precarizam vidas e emolduram sujeitos para o reconhecimento¹³⁷.

Não é possível mensurar elenco de forças que precarizam vidas e colocam sujeitos em situação de vulnerabilidade¹³⁸, mas se pode vislumbrar algumas que incluam etnicidade, classe, raça, religião e sexualidade¹³⁹. Porém, persistiria indagação se elas poderiam ser representadas na legislação e se seria possível caracterizar diferenciais de poder que provocassem distinções entre pessoas elegíveis para reconhecimento e outras que não seriam¹⁴⁰. Fazendo interlocução com o feminicídio: qual seria o sujeito “mulher” ao qual se refere a lei penal?¹⁴¹ O sujeito mulher moldado para aparecer perante a lei não é plenamente por ela determinado, e essa condição extralegal se situa fora da norma, porém está implicitamente (e não juridicamente) prevista pela própria lei¹⁴². Em outras palavras, haveria predileção por algum sujeito mulher naquele significante previamente idealizado pelo legislador?

Caso ocorrido no interior do Piauí responde a esse questionamento: mulher adulta, proprietária de prostíbulo, bissexual, é assassinada por cliente, sendo seu corpo violado sexualmente (cadáver) pelo mesmo autor. Era público que a vítima se relacionava com a ex-namorada do autor e que ele tinha ciência desse fato. O autor foi indiciado, denunciado e pronunciado por Homicídio qualificado e Vilipêndio a cadáver. Em Plenário do Júri foi absolvido pelo Conselho de Sentença, deixando o Ministério Público de interpor Apelação. O caso é paradigmático sob diversos aspectos e no tocante à precariedade da vítima torna-se

¹³⁷ BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015, p. 13 e 19.

¹³⁸“En ese sentido, el despliegue del poder es dialéctico, y cada cual ejerce su poder al interactuar. Pero existen, desde luego, los poderosos: poseen elementos del poder por su clase, por su género, por su riqueza económica, social o cultural, por su nacionalidade, etcétera”. (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Los cautiverios de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas. 2. Ed. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 2018, p. 139).

¹³⁹ “Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais possibilidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas” (AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Feminismos plurais. Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019, p.37).

¹⁴⁰ BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015, p. 198-199.

¹⁴¹ BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015, p. 201.

¹⁴²“Comparecer diante da lei significa que uma pessoa ingressou no reino da aparência ou que está posicionada para ser introduzida nela, o que significa, por sua vez, que existem normas que condicionam e orquestram o sujeito que pode aparecer e de fato aparece” (BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016, p.201).

mais singular ainda: prostituta, bissexual, pobre e proprietária de prostíbulo, vida que não valia a pena ser vivida, não passível de luto, vida precária¹⁴³.

Infere-se que o sujeito “mulher” constitui categoria extralegal previamente delineada por forças outras silenciadas pelo texto legal, porque resultante de enquadramento identitário¹⁴⁴. Dessa forma, indaga-se sobre qual sujeito “mulher” a norma se refere e como se dá o seu enquadramento em vida passível ou não de luto¹⁴⁵. O enquadramento binário homem/mulher atribuído à formação dos sujeitos estabelece, estruturalmente, espécie de ação formadora violenta aonde são atribuídos elementos identitários, de forma cogente, para conferir condição de reconhecimento¹⁴⁶.

Quando a “condição de ser mulher” é determinada como condição generalizada de precariedade ou crença de que a mulher se posiciona em campo de vulnerabilidade cujo soberano é o sujeito homem, e esse posicionamento é compartilhado por todos, corre-se o risco de se ter vidas não passíveis de luto, vidas precárias e condição de violável¹⁴⁷. A ideia de que algumas pessoas são consideradas descartáveis¹⁴⁸ em decorrência do fracasso de não terem conseguido ser empreendedores de si mesmos, de não terem se enquadrado no modelo de responsabilidade individual pela manutenção de suas vidas¹⁴⁹, torna suas vidas precárias.

Se por um lado o dispositivo normativo tem por objetivo proteger o sujeito mulher impondo regras mais rigorosas ao assassinato pela “condição de mulher”, por outro reconhece haver traço diferencial que precariza vidas tornando-as passíveis de violações. O enquadramento normativo pressupõe existência de uma identidade do sujeito mulher e, de forma compulsória, estabeleceu o campo em que ela se torna possível ou impossível. Ele não

¹⁴³ BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

¹⁴⁴ O enquadramento legal “[...] pressupõe que os sujeitos já existem, ocupam o espaço público comum e que suas diferenças podem ser reconciliadas se tivermos ferramentas adequadas para uni-los” (BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016, p.232).

¹⁴⁵ BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016, p. 232.

¹⁴⁶ BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016, p. 236.

¹⁴⁷ “[...] nossa capacidade para responder com não violência [...] depende dos enquadramentos mediante os quais o mundo é dado e o domínio da aparência é circunscrito. A reivindicação da não violência [...] me revela menos como um “eu” do que como um ser relacionado aos demais de maneiras inextricáveis e irreversíveis, que existe em uma condição generalizada de precariedade e interdependência, afetivamente estimulado e moldado por aqueles cujos efeitos sobre mim nunca escolhi [...]” (BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016, p. 253).

¹⁴⁸ “Nesse caso, a soberania, é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é” (MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N – 1 edições, 2019, p. 41).

¹⁴⁹ BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2018, p.17.

demonstra, porém, de forma precisa essa “condição”, daí a necessidade de se enquadrar o enquadramento para se revelar eventuais inferências que extravasaram a “moldura”, circularidades e infinitas possibilidades de emolduramentos¹⁵⁰.

Enquadrar o enquadramento equivale visualizar que forças atuaram para forjar aquela moldura e se modelaram determinado cenário a partir de enunciados preestabelecidos ou preconceções de mundo. No caso da violência de gênero, a “condição de mulher” deve deslizar pelas duas coordenadas e verificar que relações de poder decorreram dessas forças que tornou a vida da mulher precarizada para o assassinato.

Porém, é preciso estudar ocasiões em que esse enquadramento oficial possa ser desmontado por ações que reduzam o enquadramento projetado. Indaga-se então se seria possível revelar excessos que “escaparam ao controle” da moldura legal a fim de construir emolduramentos circulares que possibilitem vislumbrar a “condição de mulher” nos fatos da vida, na realidade empírica com interações organizacionais, por meio de concertação de forças orientadas ao campo do feminicídio. Corresponderia à customização, contextualização ou resolução por demanda, desconstruindo a moldura para abrigar marcos sociais, políticos, culturais, religiosos etc. e em seguida novamente refazer a moldura com a expansão do cenário originalmente projetado pela norma jurídica¹⁵¹.

Na perspectiva de delineamento de contornos para a “condição do sexo feminino”, vê-se o quanto a modelagem jurídica reduz um campo cuja complexidade é pautada na perspectiva de gênero e que pode ser traduzida por duas frentes: condição de gênero e posição de gênero, ambas relacionadas à precariedade. A condição diz respeito à satisfação das necessidades essenciais à sobrevivência – saúde, alimentação, moradia – e a posição se refere ao reconhecimento social que têm homens e mulheres na estrutura da sociedade – quem ocupa mais espaços públicos, privados, cargos etc. As duas frentes constituem campos do saber das Ciências Sociais, Antropologia e Psicologia e se referem à denominada Perícia Social, que

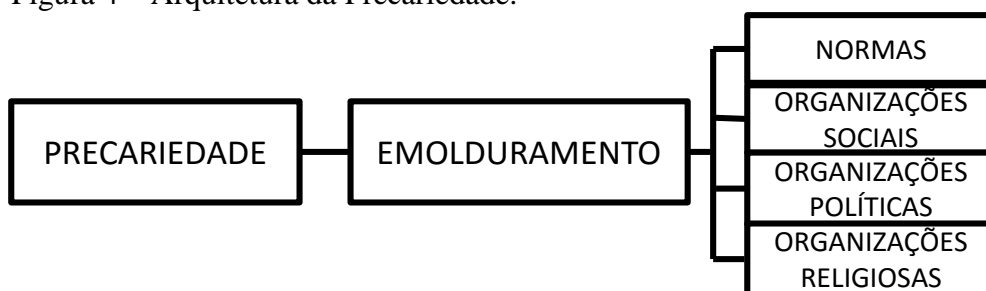
¹⁵⁰ “[...] Algo ultrapassa a moldura que atrapalha nosso senso de realidade; em outras palavras, algo acontece que não se ajusta à nossa compreensão estabelecida das coisas” (BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016, p.24).

¹⁵¹ “Portanto, na heterogeneidade de opressões conectadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto como todo sofrimento está interceptado pelas estruturas” (AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Feminismos plurais. Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019, p.38).

possibilita agregar à seara jurídica inferências conectadas à forças sociais e romper com eventuais modelagens que se pretenda ter como universalizantes ¹⁵².

Dessa forma, entende-se que o campo interativo nominado por Feminicídio pode ser descrito com base em estudos fincados na realidade empírica e normativa resultantes de “enquadramentos” jurídicos, sociais, econômicos e políticos, sem prejuízo de outras categorias. Os enquadramentos possibilitarão demonstrar quando determinados assassinatos de mulheres possuem rubricas que se articulam com ideias de vidas precárias, descartáveis e não passíveis de luto. Reconhecer enquadramentos oficiais resulta aderir à complexidade, a não redução dos fatos em molduras estanques que impliquem, dentre outros efeitos, na impossibilidade de visualizar fenômenos que extravasam o emolduramento. Por conseguinte, molduras estanques impossibilitam abertura de fissuras necessárias à compreensão do campo de tensão no qual o Feminicídio está imerso aonde o sujeito mulher é posicionado na “condição” de vida precária, conforme figura a seguir delineada.

Figura 4 – Arquitetura da Precariedade.



Fonte: elaborada pela autora.

A proposta não pretende esgotar outras vertentes de forças que agenciem cenários de femincídio e venham a se somar para contribuir com fechamento de aberturas do significante “condição de sexo feminino”. A ideia é que o emolduramento assuma modelagem circular para alcançar maior quantidade de unidades discursivas e possibilitar contornos estáveis a significantes abertos na perspectiva da Precariedade.

Mandato da Masculinidade e Precariedade representam, respectivamente, duas categorias analíticas para o feminicídio nas perspectivas de relações de poder e vulnerabilidade. As expressões desse poder e as condições de precariedade da vítima podem

¹⁵²MÉXICO. Procuraduría General de la República. Los servicios periciales con perspectiva de género. Serie género y Procuración de Justicia. Guía metodológica para la elaboración de peritajes antropológicos, psicosociales y socioculturales en casos de feminicidio en México. Ciudad de México, 2018. Disponível em: <<https://violenciafeminicida.consorciooaxaca.org.mx/wp-content/uploads/sites/55/2018/04/GUIA-PERITAJES-WEB1.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2019.

ser representadas por uma terceira categoria analítica ligada à manifestação desse poder materializada em linguagem violenta denominada por “gestos simbólicos”.

2.6. GESTOS SIMBÓLICOS

Nesse tópico o estudo demonstra existência de linguagem específica do feminicídio, dotada de significados próprios que desafiam o campo interpretativo. A análise dos casos da pesquisa demonstra haver regularidades nos comportamentos individuais quanto à presença de signos que adquirem propriedades semânticas relacionadas a atributos dos sujeitos envolvidos. O desafio consiste em visualizar atributos com base na categoria analítica gênero, para reconhecimento de propriedades semânticas contextualizadas à demanda que se está investigando. Agindo dessa forma, o vocabulário violento do feminicídio instalado naquele local de crime estará decodificado para a linguagem jurídica da “condição de sexo feminino”.

2.6.1. O vocabulário violento do feminicídio

O título remete à ideia de que o Feminicídio possui linguagem própria, com alfabeto violento expresso por gestos simbólicos formadores de vocabulário peculiar aos locais de crime. Para se interpretar a “condição de sexo feminino” caracterizadora da qualificadora, é preciso alfabetizar-se na linguagem violenta para desenvolver vocabulário adequado aos locais de crime de feminicídio. Parafraseando grupo de *rock* nacional “O Rappa”, na canção “Doutor, sim senhor!”: “[...] Pra quem não sabe ler, letreiros são somente desenhos [...]”. Da mesma forma, para quem não domina o vocabulário do alfabeto violento do feminicídio, enfrentará dificuldades para ler gestos que ele deixa nos caminhos por onde passa.

A ideia, portanto, é edificar caminho viável, sem prejuízo de outros, que possibilite compreender o termo “condição de sexo feminino” presente na qualificadora Feminicídio, a partir de processo de alfabetização na linguagem do feminicídio, tomando por base gestos simbólicos deixados nos locais de crime.

Para alcançar a capacidade de simbolizar ou de se buscar padrões nos assassinatos de mulheres, a pesquisa propõe agregar a essa trilha, sem prejuízo de outras categorias, ideia de “campo de forças”¹⁵³, delineada por marcadores que possibilitem leituras para a realidade

¹⁵³ Segundo Suely Almeida, “Os sujeitos não apenas se situam em um dado campo de forças, são constituídos por este, ao mesmo tempo em que o re-significam. Nesse sentido, a relevância da estrutura e da gênese dos fenômenos, ou de seu caráter histórico, evidencia-se” (ALMEIDA, Suely Souza de. Femicídio – algemas (in) visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998, p.13-14).

empírica de cada demanda em particular. A ideia, portanto, é viabilizar “chaves de leitura”¹⁵⁴, para o feminicídio tomando por base campo formado por forças raciais, sociais, culturais, religiosas, políticas, econômicas etc.

Entende-se que locais de crime de Feminicídio podem ser considerados campos de força balizados por representações e símbolos específicos e que nesse “campo” atuam forças soberanas na total indiferença em relação à normatividade. São práticas que não remetem a nenhuma norma, mas a forças que impõem padrões de desigualdades de gênero, classe e raça. Os achados em locais de crime de feminicídio no Piauí reportam padrões com linguagem representativa de forças que denotam a condição de sexo feminino e correspondem ao enunciado “gestos simbólicos”. Estudos desenvolvidos em casos de feminicídio ocorridos na *Ciudad Juarez*, México, revelam existência de linguagem própria atribuível ao feminicídio, consistente em alfabeto violento que se instala no corpo da mulher e que se faz necessário conhecer signos discursivos que estariam por detrás desses gestos¹⁵⁵.

Conhecer os gestos demanda capacidade de isolar signos¹⁵⁶ para posterior análise contextual comumente associada à ideia de “excesso”, entendido como aquilo que excede à normalidade e que tem por base enunciado cunhado por “gestos simbólicos”¹⁵⁷, com nuances que reportam a atributos da vítima retirados de forma cruel, arbitrária e violenta pelo autor do assassinato.

Partindo do conteúdo de “excesso” atribuído a gestos simbólicos pretende-se demonstrar que essas intencionalidades representativas e comunicacionais presentes em local de crime de feminicídio possibilitam realizar leituras para interpretação do termo “condição de sexo feminino”, tomando como referência a Teoria do Mandato¹⁵⁸ - exercício do poder masculino nos eixos vertical (*status*) e horizontal (contrato).

¹⁵⁴ Termo cunhado por Rita Laura Segato.

¹⁵⁵ Segundo Segato, “[...] los feminicidios son mensajes emanados de un sujeto autor que solo puede ser identificado, localizado, perfilado, mediante una “escucha” rigurosa de estos crímenes como actos comunicativos” (SEGATO, Rita Laura. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. Buenos Aires: Tinta limón ediciones, 2013, p.31).

¹⁵⁶ “A constituição do signo é, pois, inseparável da análise. É seu resultado já que, sem ela, não poderia aparecer. É também seu instrumento, já que, uma vez definido e isolado, ele pode ser reportado a novas impressões; e aí, desempenha em relação a elas como que o papel de um crivo” (FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p.84).

¹⁵⁷ SEGATO, Rita Laura. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. Buenos Aires: Tinta limón ediciones, 2013.

¹⁵⁸ SEGATO, Rita Laura. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. Buenos Aires: Tinta limón ediciones, 2013.

Dessa forma, nos cenários de assassinatos de mulheres que envolvem corpo da vítima, local do crime e demais vestígios presentes, resta linguagem deixada pelo autor em forma de “alfabeto violento”¹⁵⁹, que se instala através de signos cuja nota essencial é o “excesso”, diferenciando-o dos assassinatos em geral, como latrocínios e homicídios, em especial. Os “gestos simbólicos”¹⁶⁰ são excessos, e possuem assinatura que surpreende o espectador pelos sinais reveladores de forças empregadas além do usual para atingir o resultado morte. Há excessos que extrapolam o necessário para eliminar uma vida, pela veemência ou quantidade de golpes, lesões e amputações de partes do corpo feminino com conotações libidinosas, objetos encontrados no local que expressam ideia de controle, exposição e descarte do corpo em locais simbólicos.

A pesquisa propõe que a escuta rigorosa deve se voltar à análise das ações manifestadas pelo autor nos cenários de assassinatos, sendo representada por gestos que digam respeito especialmente às particularidades biográficas do autor e da vítima, por isso denominados “gestos simbólicos”, linguagem expressa por alfabeto ora vinculado às especificidades dos sujeitos em suas relações interpessoais, ora às suas relações sociais.

A construção do processo histórico - social possibilitará conhecer campos de forças presentes nas ambiências dos feminicídios. A reinserção dos sujeitos na história com base em marcadores sociais e políticos posiciona, reestrutura suas experiências pessoais e possibilita construir lugares plenos de significação¹⁶¹. O estudo propõe inserir no campo de forças do feminicídio, além da categoria gênero, associada à ideia de colonialidade de corpos femininos, a Teoria do Mandato da Masculinidade. Essas inferências possibilitarão identificar “gestos simbólicos” nos casos que serão analisados pelo cotejo das investigações policiais e acervos processuais do sistema de justiça piauiense relacionados a feminicídios ocorridos no período

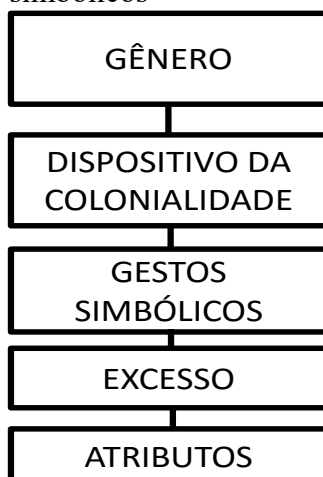
¹⁵⁹ Termo cunhado por Rita Laura Segato para se referir ao Feminicídio como linguagem a ser decifrada. Nesse sentido, a autora adverte que : “[...] La violencia constituida y cristalizada en forma de sistema de comunicación se transforma en una lenguaje estable y pasa a comportarse con El casi-automatismo de cualquier idioma” (SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. Buenos Aires: Tinta limón ediciones, 2013, p.32).

¹⁶⁰ Consistem em “[...] una rubrica, un perfil [...] sendo pouco incidente a presença de uma “[...] fuerza estrictamente necesaria para alcanzar su meta [...]”, havendo sempre “[...] um gesto de más, una marca de más, un rasgo que excede su finalidad racional [...]” (SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementares de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo libros, 2010, p.44).

¹⁶¹ “[...] conjunto de imagens e lugares competitivos e/ou complementares que serão disputados estrategicamente, por homens e mulheres que integram diferentes frações de classe e raças/etnias, em cada contexto histórico. [...] há, nesta perspectiva, ampla diferenciação cultural, política, ideológica, econômica” (ALMEIDA, Suely Souza de. Femicídio – algemas (in) visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998, p.15).

estipulado pela pesquisa. O objetivo é dar contornos objetivos à categoria jurídica “condição de sexo feminino” constante da qualificadora do feminicídio.

Figura 5 – Arquitetura dos “gestos simbólicos”



Fonte: elaborada pela autora.

A figura representa estrutura em cujo topo se posiciona a categoria analítica gênero, entendida na concepção de categoria de análise decolonial¹⁶² pela inserção da categoria “raça” como elemento indissociável ao processo de colonização brasileira. Há de se considerar, portanto, projeto que se instalou no Brasil e particularmente, o de colonização de corpos femininos indígenas, negros e brancos, com formas diferenciadas de tratamento, como já exposto. Os gestos simbólicos não são senão efeito e demonstração material dessa força ou poder colonial instalado pelo Dispositivo da Colonialidade em terras brasileiras ainda latente com manifestações do mandato da masculinidade.

A análise dos casos de Feminicídio ocorridos no Piauí, permite inferências de que os gestos simbólicos do Feminicídio podem ser descobertos pelo enunciado “Excesso” oriundos de acontecimentos resultantes dos campos social, político, econômico, cultural e profissional, sem prejuízo de outros enunciados que viabilizem desenhos para possíveis percursos de vida e biografia dos sujeitos envolvidos: vítima e autor, ou seja, historiografia dos sujeitos.

¹⁶² “Como categoria, o gênero possui maior permeabilidade para a análise das diversas formas com que as pessoas se relacionam. Não se trata, então, da substituição de conceitos, mas de uma outra categoria de análise que permite pensar os corpos possíveis e inteligíveis no ideal branco cis-heteroconforme. Conceitos como o de “mulheres” ou “patriarcado”, podem guardar o risco de manter intactos os corpos inteligíveis e não permitir repensar essa própria inteligibilidade, além de não conterem a discussão de como a raça informa essa inteligibilidade dos corpos” (GOMES, Camilla de Magalhães. *Têmis travesti. As relações de gênero, raça e direito para uma narrativa expansiva do “humano”*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p. 37).

Compreender a história de vida dos sujeitos balizará processos para interpretação e compreensão de gestos que se relacionem diretamente com a ideia de desfazimento daquele sujeito “mulher” no que diz respeito à personalidade e trajetória como ser histórico, social e político, cujas nuances e peculiaridades tendem a ser apagadas pelo autor com a impressão de linguagem própria, escrita por alfabeto violento, cujas letras são cunhadas com base no percurso de vida da vítima. Essa linguagem deixada no local de crime e/ ou cravada no corpo da vítima se desenvolve na superfície de dois eixos¹⁶³: horizontal - casos de feminicídios dissociados da violência doméstica e familiar porque decorrentes de relações entre iguais (contrato), cuja força/ poder é hegemônica, tornando-se invisíveis para aqueles que não conseguem ler e raramente verificáveis pela Polícia, Ministério Público e Justiça. O eixo vertical, das relações entre desiguais (*status*), é sustentado pela força imposta à mulher em relações interpessoais, visualizada pelas instituições e pela população, é o feminicídio mais compreendido no Brasil na atualidade.

Os gestos simbólicos decorrem da impressão da força masculina em elementos significativos de atributos ou potências da mulher (inteligência, beleza, vocações laborais etc.), retirando-lhe a partícula “a” que desafia o mandato de masculinidade, seja no eixo horizontal (aquisição e afirmação do mandato), seja no vertical (manutenção do mandato), convertendo “Atributo” – representativo identitário do sujeito - em “Tributo” – representativo de bem real a ser exarado (coisa). A retirada dos atributos não passa despercebida porque se dá de forma violenta, cruel, comumente marcada pela ideia de “excesso”: excesso e profundidade de golpes, regiões do corpo atingidas, local aonde o corpo foi encontrado, instrumento utilizado, dentre outros, que demonstram a “condição de ser mulher” naquele local de crime¹⁶⁴.

2.6.2. “Excesso” como manifestação dos “gestos simbólicos”

O excesso pode ser compreendido como vozes do silêncio que ecoam através de gestos impactantes deixados pelo autor em locais de crime, nos corpos das mulheres e em

¹⁶³ SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementares de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo libros, 2010, p.249-250.

¹⁶⁴“Todos los hechos sociales y culturales – las relaciones, las instituciones, las normas y las concepciones -, son espacios del poder: el traje y las demás actividades vitales, la sabiduría, el conocimiento, la sexualidade, los afectos, las cualidades, las cosas; los bienes, las posesiones y los territorios materiales y simbólicos; el cuerpo y la subjetividad, es decir, los sujetos y sus creaciones, son espacios del poder. [...] De la esencia que los identifica emanan la explotación y las más diversas formas de opresión con sus cargas diferenciales de subordinación, sujeción, dominio, sometimiento y discriminación” LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Los cautiverios de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas. 2. ed. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 2018, p. 140).

vestígios materiais. Os registros possuem vocabulário com letras de um “alfabeto violento”, a ser interpretado à luz das relações de poder e de controle de corpos femininos.

Pode-se compreender “condição de ser mulher” e “condição de sexo feminino” que caracterizam a qualificadora do feminicídio, como categorias derivadas de relações que se estabelecem independentemente da vontade das mulheres e de suas consciências, em percurso histórico cravado, sem prejuízo de outras dinâmicas, por forças sociais, culturais, econômicas, políticas e jurídicas, que as definem e interpretam em múltiplos contextos e segmentos¹⁶⁵. A condição de mulher pode ser entendida de duas formas: a primeira como condição proveniente de processo histórico tomada na generalidade, em nível mais abstrato como ser social genérico, e a segunda na particularidade, quando se perquire o percurso histórico das mulheres expresso por sua existência social, ou seja, sobre a posição ocupada no nível da concretude, da realidade empírica¹⁶⁶.

Pretende-se verificar em que medida seria possível mensurar a “condição de mulher” com análise de cenários de assassinatos de mulheres pela leitura dos gestos que simbolizam impressões de linguagem deixada pelo autor no corpo da vítima, no local do crime e nos demais vestígios presentes. Essa linguagem corresponde ao que se atribui como “alfabeto violento” que se instala por meio de escritos simbólicos que têm no “excesso” uma de suas marcas, diferenciando-o dos assassinatos em geral porque vinculado à existência social da mulher, à sua historicidade e não como produto de abstrações ou condições genéricas dissociadas do contexto em que vivem.

Por essa razão, entende-se que o “alfabeto violento” extravasa emoldramento normativo genérico do feminicídio e promove fissuras epistemológicas para demonstrar a necessidade de se interpretar o campo jurídico na ótica da complexidade. A violência impressa se dirige à condição de sujeito, de ser social e consciente, argumento que se pretende evidenciar a partir da análise dos documentos que narram locais de crime de feminicídio e

¹⁶⁵ “La condición histórica es el conjunto de circunstancias, cualidades, y características esenciales que definen a la mujer como ser (genérico). Es histórica, en el sentido que le dio Simone de Beauvoir hace más de cuatro décadas [...]” (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Los cautiverios de las mujeres madresposas, monjas, putas, presas y locas. 2. ed. México: Siglo XXI Editores, 2015, p.87).

¹⁶⁶ “[...] cada mujer (cada particular, cada sujeto) sintetiza la condición y la situación específica que la definen. Pero su vida es única porque sólo ella sintetiza de esa manera específica la forma en que pertenece a grupos de adscripción distintos, en esas condiciones particulares, y solo ella hace de su subjetividad una síntesis creativa exclusiva, y los niveles de análisis constituyen la historicidad de las mujeres” (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Los cautiverios de las mujeres madresposas, monjas, putas, presas y locas. 2. ed. México: Siglo XXI Editores, 2015, p.91).

exames cadavéricos para se extrair “gestos simbólicos”¹⁶⁷ representativos e relacionados às particularidades dos sujeitos envolvidos.

Conhecer particularidades dos sujeitos, especialmente da vítima, possibilitará leituras para vestígios deixados nos locais de crime e nos corpos de delito expressivos da subjetividade do autor (intencionalidade, vontade) dando inteligibilidade jurídica ao dolo acrescido dos “gestos simbólicos” representativos da “condição de mulher”, ou seja, componente adicional à simples intenção de matar alguém.

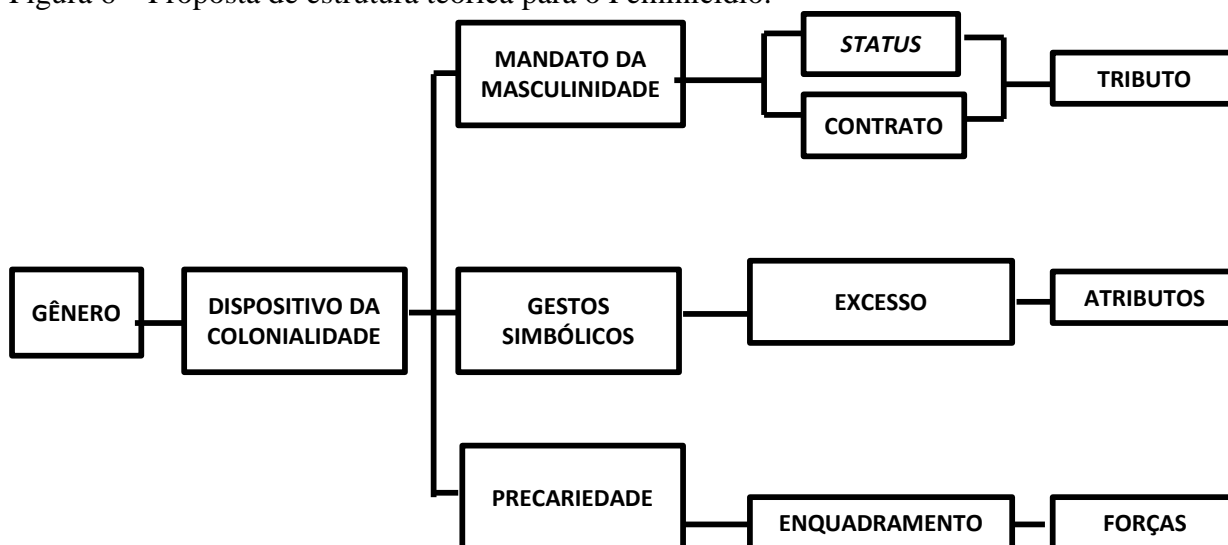
O “excesso”, portanto, constitui enunciado empírico formador de intencionalidade adicional representativa da “condição de sexo feminino” e essa condição vem emoldurada na rubrica do feminicídio, como espécie de dolo grafado por vocabulário por ele reconhecível, como por exemplo, pela identificação de eventos como: uso excessivo de golpes para além do atingimento do resultado morte; profundidade dos golpes denotando intencionalidade manifesta de matar; regiões do corpo atingidas pelos golpes com conotações de exercício de controle comumente ligados à liberdade sexual; local aonde o corpo foi encontrado, demonstrando descartabilidade ou exercício de força; instrumento utilizado para o assassinato e modo eleito para assassinar impondo à vítima sofrimento desnecessário, dentre outros achados nos casos pesquisados.

Entende-se que o posicionamento do sujeito mulher em múltiplos contextos, analisados em suas singularidades, poderá servir de base para se promover aberturas em forma de fissuras na moldura forjada pelo Dispositivo da Colonialidade e permitir ingresso de enunciados dispersos não compreendidos na moldura. A proposta é analisar casos de assassinatos ocorridos no Piauí com emolduramentos circulares para possibilitar leituras que auxiliem a compreensão da “condição de mulher” nos casos em particular tomando-se como paradigmas os enunciados “gestos simbólicos”, “precariedade” e “mandato da masculinidade”.

As três categorias – Mandato da masculinidade, Gestos simbólicos e Precariedade, orientadas pelo gênero e dispositivo da colonialidade, formam estrutura teórica destinada ao fechamento jurídico e operacional de significantes abertos do feminicídio: “condição de sexo feminino”, “menosprezo” e “discriminação”.

¹⁶⁷ Termo cunhado por Rita Laura Segato para se referir a gestos impressos nos corpos de vítimas de crimes de feminicídio caracterizados por propriedades semânticas que simbolizam relações de poder entre agressor e vítima.

Figura 6 – Proposta de estrutura teórica para o Feminicídio.



Fonte: elaborada pela autora.

A figura apresenta arcabouço teórico alicerçado no Gênero como categoria de análise que antecede o Dispositivo da Colonialidade formado pela concertação de três enunciados: Mandato da Masculinidade, Gestos Simbólicos e Precariedade. Serão esses os referenciais teóricos a serem utilizados para análise dos casos da pesquisa empírica, através de decisões organizacionais e falas dos sujeitos entrevistados. Em etapa posterior, as mesmas bases teóricas sustentarão processo de construção de enunciados que apresentem soluções ao problema de aberturas conceituais da qualificadora feminicídio definindo contornos estáveis através de categorias teóricas, jurídicas e operacionais organizacionais interacionais.

A dinâmica prevê que para se alcançar cenários de complexidade e provocar irrupções na estrutura da moldura jurídica, será necessário promover interação entre enunciados “mandato da masculinidade/precariedade/gestos simbólicos”. Os três enunciados são interdependentes, ou seja, para se alcançar a precariedade, faz-se necessário territorializar os casos e os gestos simbólicos resultam tanto do mandato da masculinidade quanto da precariedade da vida.

Os referenciais teóricos desenvolvidos servirão de base para modelagem da Cartografia do Feminicídio no Piauí e para processo de identificação e formação discursiva do feminicídio, salientando que o desenho teórico proposto no estudo não exclui possibilidades outras relacionadas aos assassinatos de mulheres, constituindo tão somente uma das muitas diretrizes possíveis de aplicação aos casos concretos. No plano normativo do Direito o feminicídio se enquadra na tipologia da violência de gênero, não compreendida na inteireza

pelas organizações incumbidas do trabalho jurídico-penal do feminicídio e da violência contra a mulher em geral.

O estudo pretende demonstrar, através do preenchimento de aberturas da “condição de sexo feminino”, que o local por onde ecoam os sussurros do Feminicídio no Piauí está murado e silente às vozes que ecoam por entre enunciados do Dispositivo da Colonialidade: Mandato da Masculinidade, Gestos Simbólicos e Precariedade, energizados pela categoria analítica gênero.

2.7. A LINGUAGEM JURÍDICA

Após se discutir, mesmo que de forma não exaustiva, aspectos fundacionais da norma jurídica objeto dessa pesquisa, pretende-se fazer imersões na análise do conteúdo formal de algumas normas e decisões judiciais internas e internacionais relevantes à compreensão do tema feminicídio. Além de cotejar o conteúdo formal das normas, o estudo propõe problematizar conceitos e práticas jurídicas com repercussão no feminicídio, propondo debate sobre eventuais vacuidades e indiferenças do Direito em relação às especificidades das relações de poder e controle de corpos de mulheres.

2.7.1. Discursos jurídicos penais com repercussão no feminicídio

Neste tópico o estudo busca verificar, sem pretender exaurir o debate, em que medida relações de gênero estão presentes na cultura organizacional e representam fator que dificulta a compreensão do feminicídio na práxis procedimental jurídica, muitas vezes decorrente de cegueira ou exclusão normativa em relação a essa perspectiva ou ainda pela naturalização do posicionamento artificial atribuído à mulher na sociedade. Esses fatores acabam por não instigar o aplicador a ampliar o olhar com visão crítica que lhe possibilite esgarçar conceitos jurídicos ao ponto de alcançar campos por onde circulam relações de poder com notações de gênero para balizar decisões mais ajustadas possíveis ao contexto empírico¹⁶⁸.

A expansão de conceitos jurídicos, como no caso a “condição de mulher”, requer buscar, na Teoria Geral do Direito, caminhos estáveis para que o preenchimento de lacunas

¹⁶⁸ Nesse sentido Soraia Mendes adverte que “[...] os critérios de validade e de controle das teses do jurista dependem da semântica da linguagem do legislador; quanto mais indeterminada e/ou valorativa seja a regra de uso legislativa de um conceito jurídico, tanto mais discricionais e desvinculadas das leis serão não só seu uso judicial senão também sua redefinição e seus usos doutrinários” (MENDES, Soraia da Rosa. E se Goldschmidt fosse feminista? O processo penal brasileiro desde (um)a epistemologia feminista. 2018. 167 f. Tese (Pós-Doutoral em Teorias Jurídicas Contemporâneas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p.65).

não acarrete incoerências e antinomias por ocasião de sua interpretação e aplicação. No caso da perspectiva de gênero, a busca por respostas em campos meta-jurídicos auxiliará no traçado desses caminhos¹⁶⁹. O reconhecimento e posterior preenchimento de lacunas pela ausência de normas e de técnicas apropriadas à compreensão do feminicídio, poderá encontrar assento no paradigma garantista. Por sua vez, a garantia dos direitos humanos das mulheres de usufruírem, com plena liberdade, direito ao desenvolvimento humano vem preconizado em Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos.

No primeiro deles - Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, podem ser vislumbradas ferramentas garantistas como o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal – Artigo III; o direito de ser reconhecida em todos os lugares como pessoa, perante a lei – Artigo VI; direito a igual proteção contra qualquer discriminação – Art. VII; direito de receber dos Tribunais recurso efetivo para os atos que violem direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos.

Ainda no plano internacional, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher de 1979 – CEDAW¹⁷⁰, estabelece princípios a serem observados pela comunidade internacional visando a proteção das mulheres, dentre os quais: adoção de medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher – alínea “b”, Art.2º; proteção jurídica da mulher por meio de tribunais e de outras instituições públicas com vistas à proteção efetiva da mulher contra todo ato de discriminação - alínea “c”, Art.2º; abster-se de incorrer em ato ou prática de discriminação contra a mulher e zelar para que as autoridades e instituições públicas atuem em conformidade com esta obrigação - alínea “d”, Art.2º; adotar todas as medidas adequadas,

¹⁶⁹ “[...] descubrir las antinomias y las lagunas existentes y proponer *desde dentro* las correcciones previstas por las técnicas garantistas de que dispone el ordenamiento, o bien de elaborar y sugerir *desde fuera* nuevas formas de garantía aptas para reforzar los mecanismos de autocorrección. Precisamente, mientras el vicio de la incoherencia asigna a la ciencia jurídica (como a la jurisprudencia) un papel crítico frente al derecho vigente, el de la falta de plenitud le confía además un papel de elaboración y diseño de nuevas técnicas de garantía y condiciones de validez más vinculantes” (FERRAJOLI, Luigi. *Derechos y garantías. La ley del más débil*. Fernández Ciudad, S. L.: Editorial Trotta, 2006, p. 28, 29).

¹⁷⁰ “[...] desde la adopción de la Convención para la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW), comienza a desarrollarse con fuerza una nueva área en el Derecho Internacional de los Derechos Humanos, enfocada en los derechos humanos de las mujeres. Durante la primera fase, este proceso tiene un fuerte énfasis en la discriminación de las mujeres –como lo refleja la propia CEDAW –, la cual es vista como el eje a partir del cual se articula la situación desmedrada de éstas en la mayor parte de las sociedades. Es interesante observar que este eje –la discriminación contra ellas–, de importancia clave en la evolución de los derechos de las mujeres, en la actualidad y con el paso de los años, ha experimentado un cambio sustancial en la forma en que se interpreta y comprende” (VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. *Feminicidio. Naciones Unidas Derechos Humanos. Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos*. México, 2009, p.38. Disponível em: <<http://www.nomasviolenciacontramujeres.cl/wp-content/uploads/2015/09/P.-Toledo-Libro-Feminicidio.compressed.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020).

inclusive de caráter legislativo, para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminação contra a mulher - alínea “f”, Art.2º e derrogar disposições penais nacionais que constituam discriminação contra a mulher - alínea “g”, Art.2º.

Instrumentos não faltam para preenchimento de lacunas jurídicas, mas sim espécie de crise de capacidade regulativa do Direito¹⁷¹. A tradição jurídica hegemônica, parcialmente cega para questões biopolíticas que envolvem perspectivas de gênero – doutrina, jurisprudência, teorias – constitui um dos fatores inibitórios para o desenvolvimento de técnicas que garantam a efetividade dos direitos das mulheres¹⁷².

Parte da Teoria Geral do Direito – TGD - toma como marco para análise de configurações jurídicas das diferenças a distinção entre sexos, e se considerarmos que o termo “condição de mulher” do feminicídio se baseia em diferença que se estabelece entre seres humanos, quatro relações entre direito e diferença podem ser elencadas: 1. Indiferença jurídica das diferenças; 2. Diferenciação jurídica das diferenças; 3. Homologação jurídica das diferenças e 4. Valoração jurídica das diferenças¹⁷³. Ainda que não se vislumbre nestas digressões cotejo da raça de forma explícita como categoria diferencial, resultante do exercício do poder e do conhecimento hegemônico da colonialidade, o estudo considerará gênero, raça e classe em coalizão. Esse processo de tríplice intrusão contemporânea à TGD possibilitará o florescimento de categorias jurídicas com perspectivas identitárias adequadas à compreensão do feminicídio no Brasil.

A primeira relação entre Direito e diferença seria a “Indiferença jurídica das diferenças”, que se estabelece quando há total ignorância pelas diferenças, inexistindo normas para tutelar, reprimir, proteger ou para impor sanções por violações. Como resultado, as forças que se estabelecem resultam do poder hegemônico construído historicamente e, na seara das mulheres, na sua opressão pelos homens, reclusão a ambientes domésticos e sujeição a papéis ligados à maternidade e aos cuidados com a família e a casa.

¹⁷¹ “[...] hay que reconocer que para la mayor parte de tales derechos nuestra tradición jurídica no há elaborado técnicas de garantía tan eficaces como las establecidas para los derechos de libertad y propiedad” (FERRAJOLI, Luigi. *Derechos y garantías. La ley del más débil*. Fernández Ciudad, S. L.: Editorial Trotta, 2006, p. 30).

¹⁷² Referida hegemonia se dera porque a teoria jurídica tomou por base preceitos da Declaração de Direitos de 1789, cujo “[...] modelo normativo de la igualdad había sido pensado con referencia exclusiva al sujeto macho, así como blanco, propietario y ciudadano” (FERRAJOLI, Luigi. *Derechos y garantías. La ley del más débil*. Fernández Ciudad, S. L.: Editorial Trotta, 2006, p. 80).

¹⁷³ Referidos modelos foram desenvolvidos por Ferrajoli para distinguir desigualdades que segundo ele, “[...] no tienen nada que ver con las identidades de las personas sino únicamente con sus discriminaciones y/o con su disparidad de condiciones sociales” (FERRAJOLI, Luigi. *Derechos y garantías. La ley del más débil*. Fernández Ciudad, S. L.: Editorial Trotta, 2006, p. 73-75).

A segunda relação, “Diferenciação jurídica das diferenças”, caracteriza-se pela valorização de algumas identidades em detrimento de outras, em que se universaliza padrões e se exclui outros, dentre os quais a mulher, negra e pobre, estabelecendo-se modelagem universal pautada em sujeitos privilegiados: homem, branco e proprietário. A terceira, “Homologação jurídica das diferenças”, equivale à afirmação abstrata de igualdade, que anula qualquer construção identitária e inclui todos em modelo serial normativo ideal¹⁷⁴.

Por fim, o quarto modelo de configuração jurídica das diferenças, “Valoração jurídica das diferenças”, baseia-se no princípio normativo de igualdade dos direitos fundamentais e ao mesmo tempo em sistema de garantias que lhe assegure efetividade. Diferencia-se dos demais porque não deixa ao livre jogo do poder do mais forte, como no primeiro caso; não privilegia nenhuma diferença, como no segundo caso. Reconhece todos os traços identitários na sua individualidade¹⁷⁵. Este último seria então a chave para se pensar em alcançar técnicas adequadas à compreensão jurídica do feminicídio no Brasil¹⁷⁶.

Na perspectiva normativa procedimental, observa-se que o feminicídio, como crime doloso contra a vida, será julgado pelo Tribunal do Júri, composto por um Juiz togado e sete jurados leigos, esses últimos, incumbidos por julgar autoria e materialidade do fato, nos termos do art. 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal. Os jurados serão sorteados em quantidade que independe da orientação sexual, fato que poderá alterar a dinâmica do julgamento em se tratando de feminicídio, balizado por contextos de relações de poder na perspectiva de gênero. A decisão dos jurados, carecendo de fundamentação teórica, restringe-se à “consciência” individual, e não se conectando a critérios objetivos, ingressa no mesmo

¹⁷⁴ Nesse modelo, “[...] la diferencia femenina no sufre discriminación en el plano jurídico, puesto que em este plano resulta desconocida, ocultada y enmascarada: las mujeres tienen los mismos derechos que los varones en cuanto son consideradas o se finge que son (como los del) varón y se asimilan a ellos en los estilos de vida y en los modelos de comportamiento. Pero, precisamente porque desconocida de derecho, aquélla resulta penalizada de hecho – lo mismo para las mujeres que se asimilan que para las que no se asimilan – por los amplios márgenes de ineffectividad de la proclamada igualdad” (FERRAJOLI, Luigi. *Derechos y garantías. La ley del más débil*. Fernández Ciudad, S. L.: Editorial Trotta, 2006, p. 75).

¹⁷⁵ “Trata-se de um modelo muito interessante, porque não é indiferente verso a diferença, não abandona o indivíduo ao livre jogo da lei do mais forte. Ao contrário, faz valer a lei dos mais fracos que são os direitos fundamentais [...]” (SABADELL, Ana Lúcia. *Violência contra a mulher e o processo de juridificação do feminicídio. Reações e relações patriarcais no direito brasileiro*. Revista EMERJ, Rio de Janeiro, V. 19, n. 72, p. 168-190, jan. – mar. 2016. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista72/revista72_168.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020, p. 183).

¹⁷⁶ Nesse sentido, “[...] las diferentes identidades pueden ser reconocidas y valorizadas en la misma medida en que, partiendo no de la proclamación de su abstracta igualdad, sino del hecho de violación de la norma sobre la igualdad, se piensen y elaboren no sólo las formulaciones normativas de los derechos sino también sus garantías de efectividad” (FERRAJOLI, Luigi. *Derechos y garantías. La ley del más débil*. Fernández Ciudad, S. L.: Editorial Trotta, 2006, p. 76).

campo que deu origem ao feminicídio, permeado por relações de poder que nortearão o veredito¹⁷⁷.

Ainda na seara procedimental, discursos oficiais destinados especialmente ao desenvolvimento das evidências do feminicídio – requisições de laudos, tomadas de depoimentos, interrogatórios, denúncias, defesas, decisões judiciais – delimitam campos de relações de forças igualmente sopesados por relações de gênero. Escolhas (decisões) feitas no decorrer das investigações e processamento do assassinato repercutirão na compreensão do feminicídio em cada um dos casos concretos, podendo conduzir a caminhos de insegurança jurídica. A escassez de conceitos jurídicos balizados pela perspectiva de gênero em virtude de experiências dogmáticas juridicamente excludentes de categorias analíticas de gênero, raça e classe social¹⁷⁸ potencializa cenários de incerteza e instabilidade conceitual à “condição de mulher”.

No caso do feminicídio, a descrição legal sobre o conteúdo mais adequado para compreensão daquilo que representaria juridicamente conduta de “matar alguém pela condição de mulher” demanda esforço hermenêutico em virtude da imprecisão dos termos que não oferecem interpretação unívoca sobre o assunto, nem satisfazem à estrita legalidade do Direito Penal porque não são ofertados conceitos legais à contento para ele¹⁷⁹.

O Direito Penal, do mesmo modo que o Processo Penal constitui campo de produção de desigualdades. O argumento de objetividade e neutralidade da lei produz e reproduz

¹⁷⁷ Processualmente, vê-se que desde a formação do Conselho de Sentença, “[...] a base da qual emerge o sistema de garantias é eminentemente masculina [...]”, e nesse particular “[...] tem um caráter simbólico relevante [...]” (MENDES, Soraia da Rosa. , MENDES, Soraia da Rosa. E se Goldschmidt fosse feminista? O processo penal brasileiro desde (um)a epistemologia feminista. 2018. 167 f. Tese (Pós-Doutoral em Teorias Jurídicas Contemporâneas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018 p.59).

¹⁷⁸ Segundo Soraia Rosa Mendes, “[...] Não vem de hoje a denúncia levada a efeito pela epistemologia feminista e pela epistemologia feminista negra de que mecanismos de exclusão de gênero e raça determinam que tomem relevo os valores, as experiências, os objetivos e as interpretações dos grupos dominantes [...]” (MENDES, Soraia da Rosa. E se Goldschmidt fosse feminista? O processo penal brasileiro desde (um)a epistemologia feminista. 2018. 167 f. Tese (Pós-Doutoral em Teorias Jurídicas Contemporâneas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p.51).

¹⁷⁹ “[...] se a lei satisfaz o princípio jurídico da estrita legalidade, ou seja, oferece ela própria uma denotação relativamente unívoca do conceito jurídico (como é o caso, por exemplo, do furto) resultam aproximadamente verificáveis e falseáveis tanto sua definição doutrinária, com os seus usos operativos. Por outro lado, se a lei não oferece uma denotação adequadamente unívoca do conceito jurídico (como obsceno, p. exemplo) duas situações podem ocorrer: ou a definição doutrinária é uma redefinição meramente lexicográfica que se limita a repetir assertivamente os termos valorativos usados pela lei (p. ex. é obsceno aquilo que atenta contra o sentido majoritário de pudor); ou a definição doutrinária é, em realidade, uma redefinição convencional que precisa normativamente a denotação do conceito legal (p. ex: é obsceno qualquer relação sexual praticada em público). Neste caso a redefinição não é verdadeira, nem falsa, ainda que sejam verificáveis ou falseáveis sobre a base dela nos usos do conceito assim redefinido” (MENDES, Soraia da Rosa. E se Goldschmidt fosse feminista? O processo penal brasileiro desde (um)a epistemologia feminista. 2018. 167 f. Tese (Pós-Doutoral em Teorias Jurídicas Contemporâneas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p.66).

desigualdades, vez que o próprio Direito Penal possui raízes generificadas quando descrevia, por exemplo, crimes sexuais praticados contra mulheres para proteção dos costumes e não do sujeito mulher. O Título - VI do Código Penal só veio a ser modificado sessenta e nove anos após sua vigência quando se nominou Crimes contra a dignidade sexual¹⁸⁰. Nesse espaço de tempo decorreram teses que orientavam conhecimentos, entendimentos, teorias e decisões engendrando figuras como “mulher honesta”, “legítima defesa da honra”, apoiados em falsos valores morais que impunham às mulheres modelos “virtuosos” de comportamento. As que se não se amoldavam ao estereótipo normativo – modelo socialmente aceito - não eram merecedoras de proteção legal¹⁸¹.

Trecho de Recurso em Sentido Estrito interposto em 26.11.18 pela Defesa de Réu em sede de Pronúncia pelo crime de Feminicídio, retirado de Processo em trâmite na Justiça piauiense demonstra invocação de argumentos pautados em figuras construídas sob a égide de costumes que regularam e nortearam dispositivos do Código Penal brasileiro da década de quarenta:

[...] o recorrente agiu movido sob violenta emoção quando a vítima lhe contou que estava traindo o recorrente e ainda pegou a faca para tentar matar o mesmo [...] Ato contínuo o recorrente passou a ser agredido fisicamente, quando a sua então companheira pegou a faca e tentou matar o mesmo, obrigando este agir em legítima defesa, subtraindo a faca que estava na mão da suposta vítima e só então começou a lesioná-la.

Em que pese a atitude do recorrente ser aparentemente reprovável, não há que se olvidar que o mesmo foi injustamente provocado, pois a própria vítima após longa discussão do casal passou a proferir diversas ofensas ao recorrente, chamando-o de corno, dizendo ao mesmo que estava lhe traindo, fato que tirou o recorrente do seu equilíbrio, fazendo com que o mesmo agisse, no entanto, o mesmo não objetivava tirar a vida da sua companheira, mas tão somente lesioná-la para se defender, no entanto, por infortúnio a suposta vítima veio a óbito. [...] o réu [...] em uma suposta reação, teria agido nos fundamentos jurídicos da legítima defesa, principalmente por ter

¹⁸⁰ “[...] a defesa da honra, a defesa do pátrio poder dos homens e da harmonia da família como um bem jurídico a ser preservado, contribuíram para consolidar esse poder masculino de controle sobre as mulheres, que a eles estavam subjugadas. Esses elementos da legislação acabavam por impor a obediência das mulheres aos homens, que tinham autorização legal para corrigi-las ou mesmo o controle sobre suas vidas, em caso de adultério” (FACHINETTO, Rochele Fellini. Homicídios contra mulheres e campo jurídico: a atuação dos operadores do direito na reprodução das categorias de gênero. In: Relações de gênero e sistema penal. Violência e conflitualidade nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Org. AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, p.124).

¹⁸¹ “No Brasil, sob o pretexto do adultério, o assassinato de mulheres era legítimo antes da República. Koerner mostra que a relação sexual da mulher, fora do casamento, constituía adultério – o que pelo livro V das Ordenações Filipinas permitia que o marido matasse a ambos. O Código Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse adultério. Observe-se que, se o marido mantivesse relação constante com outra mulher, esta situação constituía concubinato e não adultério” (BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas, p.1. Disponível em: <file:///C:/Users/Eug%C3%AAnia%20villa/Downloads/Violencia_contra_a_mulher_e_politicas_publicas%20(1).pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020).

reagido a uma injusta agressão, usando unicamente o seu instinto de conservação. [...] os antecedentes da vítima nos levam à concluir que tratava-se de pessoa problemática e com conduta social reprovável (principalmente porque foi encontrada substância ilícitas em posse dela), o que mais uma vez nos permite que se dê uma roupagem de veracidade à versão apresentada pelo réu¹⁸².

Vê-se a invocação da “violenta emoção” em decorrência de ter ouvido da vítima que estava lhe traindo e, dessa forma, caracterizaria outra figura que atestaria o bom caráter do autor que agira “por injusta provocação da vítima”, levando-o ao ato criminoso por essa circunstância de “traição”. No Piauí recebe a nomenclatura popular de “chifre”, como sendo o que a defesa qualifica como “corno”, ou seja, homem que foi traído pela mulher. Ao final, argui que os antecedentes da vítima não eram confiáveis e que, por causa disso, seus argumentos tomam “roupagem de veracidade”, ou seja, persiste o julgamento moral iniciado com o argumento da “traição” e concluído com a desqualificação da vítima como pessoa que não merece ser aceita ou legitimada socialmente. Tais argumentos reforçam existência de relações de poder percebidas entre homens e mulheres e ingressam na dinâmica processual sem balizamentos jurídicos que lhes proporcione mínimo de cientificidade¹⁸³.

Inúmeros outros casos de feminicídio da atualidade apresentam essas particularidades seja por ocasião da alegada motivação/razões que levaram o autor a assassinar a mulher, seja pelos discursos oficiais e até no rito processual, por vezes balizado pelo histórico da vítima, fazendo com que decisões transitem em julgado em razão da ausência de Apelação a cargo do Ministério Público, como se dera em caso analisado por esse estudo em que a vítima era negra, lésbica, profissional do sexo, proprietária de prostíbulo e mantinha relacionamento com a ex-namorada do autor¹⁸⁴.

¹⁸² TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ. Sistema Themis web. Disponível em: <<http://www.tjpi.jus.br/themisweb/modules/consulta/Consulta.mtw>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

¹⁸³ Nesse sentido, pesquisar a realidade empírica significa trazer para o mundo jurídico elementos fáticos dotados de relações de poder sexuado e demonstrar que “El problema jurídico, teórico y práctico, planteado por la diferencia sexual es entonces el de elaboración y la puesta a punto de garantías, que bien podrían llamar *garantías sexuadas*, idóneas para reducir la divergencia que siempre existe entre normas y hechos, entre normatividad y efectividad, entre valores jurídicos y realidad práctica. [...] tanto la identificación de tal divergencia como la de las garantías capaces de reducirla deben partir [...] de los hechos [...] de sus violaciones, es decir, de las discriminaciones sufridas por la diferencia” (FERRAJOLI, Luigi. Derechos y garantías. La ley del más débil. Fernández Ciudad, S. L.: Editorial Trotta, 2006, p. 86).

¹⁸⁴ Elena Larrauri ilustra em quatro categorias, como o Direito Penal atua em relação às mulheres: 1. Constrói o gênero feminino ao delinear o que se pode entender por mulher e aquelas que não se enquadram nessa moldura, serão mais penalizadas ainda; 2. Neutraliza as mulheres porque a norma possui versão masculina e a aparente neutralidade na realidade potencializa a desigualdade; 3. Desvaloriza a mulher porque devem convencer que merecem a tutela do Estado e 4. Desprotege as mulheres ao tomar alguns conflitos como de irrelevância jurídica (LARRAURI, Elena. Mujeres y sistema penal: violencia doméstica. Montevideo: B de F, 2008, p.20).

O autor, além de assassinar a mulher, violou o cadáver com ele praticando sexo. Os responsáveis pela investigação, processamento e julgamento do caso em nenhum momento visualizaram perspectivas de exercício de poder e controle por parte do autor do fato, nem tampouco os jurados – duas mulheres e cinco homens. Tanto a Denúncia quanto a Pronúncia delimitaram o campo jurídico nos termos dos arts. 121, § 2º, II, III e IV e 222 do CP brasileiro, ignorando a qualificadora do feminicídio e, por conseguinte, a “condição de mulher” da vítima. Por ocasião do julgamento em 23.10.18, o autor foi absolvido pelos jurados e o Ministério Público não apelou do veredito, tendo o processo transitado em julgado em 29.10.18. Segue abaixo trecho da Sentença absolutória do caso em comento.

O denunciado (-), vulgo (-), já devidamente qualificado, foi pronunciado, porquanto teria, no dia 19 de março de 2016, por volta das 23h30min, após desentendimento com a vítima, Sra. Malva Branca, dentro do bar de propriedade da mesma, local em que aquele ingeria bebida alcoólica, desferiu contra ela várias facadas, atingindo diversas partes do seu corpo (mama, barriga, tórax) e ainda pegou uma barra de ferro que estava no quintal e golpeou a cabeça e o rosto da vítima várias vezes, que veio a óbito. Aduz ainda a inicial acusatória que com a vítima já morta, o acusado retirou o short e a calcinha da mesma, arrastando o cadáver para um colchão que estava em um quarto do estabelecimento e manteve penetração no cadáver da vítima.

Em plenário, a acusação sustentou e pediu a condenação do réu nas penas do homicídio qualificado e vilipêndio a cadáver. A defesa sustentou a tese de negativa de autoria, homicídio privilegiado e inexistência das qualificadoras. O Conselho de Sentença, por maioria de votos, acatou a tese da defesa em plenário. Sendo esse o Veredito do Conselho de Sentença Soberano, ABSOLVO o réu [...] ¹⁸⁵.

Este trecho demonstra ausência da perspectiva de gênero na dinâmica procedimental que não discutiu a “penetração no cadáver da vítima” como elemento significativo do assassinato e a conformidade do Ministério Público com aquilo que fora decidido pelos jurados, embora em Alegações Finais narrasse detalhadamente cenários de violência de gênero:

(Fulano), já fartamente qualificado, foi denunciado por [...], no dia 19/03/2016, no Bar de propriedade da vítima, localizado às margens da BR [...], na Cidade de Marcolândia - PI, ter discutido com a mesma, em virtude de sua ex-companheira, Sra. (Fulana) estar no recinto se prostituindo. Em razão da discussão, o réu agrediu a vítima com socos e empurrões, derrubando-a no chão e desferindo várias facadas, atingindo mama, barriga e tórax. Após, pegou uma barra de ferro e a golpeou na cabeça, rosto e corpo. Com a vítima já morta, manteve penetração no cadáver ¹⁸⁶.

¹⁸⁵ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ. Sistema Themis web. Disponível em: <<http://www.tjpi.jus.br/themisweb/modules/consulta/Consulta.mtw>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

¹⁸⁶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ. Sistema Themis web. Disponível em: <<http://www.tjpi.jus.br/themisweb/modules/consulta/Consulta.mtw>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

Infere-se que a linguagem adotada na Denúncia desqualifica mulheres no exercício de profissão regulamentada de prestação de serviços de sexo, ao referir-se à ex-companheira do autor de “estar no recinto se prostituindo”, aduzindo que em razão dessa circunstância, registrada de forma pejorativa pelo próprio órgão acusatório, é que o autor passou a agredir a vítima fatal. Vê-se como se dera a construção da “condição de mulher” da vítima pelo Ministério Público nesse caso em particular.

Aliada a essa circunstância, restou evidenciada no processo relação homoafetiva entre vítima fatal e ex-companheira do denunciado, porém nem essa circunstância foi notada por qualquer um dos responsáveis pelo trabalho jurídico penal do caso, fato que poderia explicar violação sexual do cadáver pelo denunciado na perspectiva de gênero.

Restam demonstradas relações de gênero na prática procedimental jurídica pela breve análise do conteúdo de algumas decisões elencadas. O estudo passará a analisar enunciados de normas internas e internacionais que dialoguem com a temática do feminicídio e que por essa razão podem servir como categorias jurídicas para fechamento de aberturas de significantes do feminicídio.

2.7.2. Modelagem das normas internas e internacionais

O estudo se propõe à análise do conteúdo linguístico de tratados, convenções e normatizações internas vigentes que dialoguem com o feminicídio a fim de verificar que categorias jurídicas podem ser adotadas para auxiliar na compreensão do assassinato de mulheres na perspectiva de gênero¹⁸⁷. Em estudos anteriores, argumentou-se que a “condição de sexo feminino” que caracteriza o feminicídio extravasa emolduramento legal da violência doméstica e familiar causando irritabilidade intensa no sistema jurídico¹⁸⁸. Compreender

¹⁸⁷ “Cuando las medidas a favor de los derechos de las mujeres y las niñas se adoptan a través de leyes penales – ámbito en que el principio de igualdad tiende a interpretarse más formalmente–, suelen encontrarse mayores dificultades [...]. La sola interpretación de la obligación del Estado de garantizar los derechos humanos sin discriminación a todas las personas es la que ha permitido fundamentar la constitucionalidad de estas normas especiales en los países en que ha sido cuestionada” (VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. *Feminicidio*. Naciones Unidas Derechos Humanos. Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. México, 2009, p.45-46. Disponível em: <<http://www.nomasviolenciacontramujeres.cl/wp-content/uploads/2015/09/P.-Toledo-Libro-Feminicidio.compressed.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020).

¹⁸⁸ “O recente tipo penal inserto no Código Penal brasileiro pela Lei nº. 13.104, de 10 de março de 2015, previsto nos §§2º e 2º - A, do inciso VI do art. 121, apresenta lacunas que instigam o estudo a indagar o que se pode entender por matar uma mulher “por razões da condição do sexo feminino.” O texto remete a duas situações legais: âmbito doméstico e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A lei impôs desafios às organizações responsáveis pela investigação, processamento e julgamento dos casos de feminicídio, no caso,

como se manifesta a “condição de mulher” prescrita em lei constitui um dos maiores desafios para os responsáveis pelo trabalho jurídico penal do feminicídio por se tratar de significante aberto a inúmeros significados, mas ao mesmo tempo remete à prévia concepção sobre eventuais significados do sujeito mulher tanto pelo legislador quanto pela comunidade que julgará o autor do fato.

Inicia-se o percurso com análise do art. 1º da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW, por trazer em seu conteúdo conceito legal sobre o que se deve compreender por “discriminação contra a mulher”, enunciado presente no inciso II, do §2º- A, do art.121, do Código Penal brasileiro:

Artigo 1º Para os fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

O Brasil é signatário da Convenção e, portanto, pode-se estabelecer vínculos entre o conteúdo do art.1º com o conteúdo do inciso II, do §2º-A, do art.121, do Código Penal brasileiro para auxiliar na interpretação da categoria jurídica “discriminação”, em combinação com o inciso XLI, do art.5º, da Constituição Federal brasileira: “[...] XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; [...]”.

Em seguida, passa-se ao questionamento se seria possível parametrizar ou nivelar modos de visualização de violências praticadas em face das mulheres no Brasil, tomando por paradigma normatividade interna e internacional aplicável ao feminicídio.

Considerando aportes do artigo 2 da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pelo Brasil através do Decreto nº. 1.973, em

Polícia, Ministério Público e Judiciário. Como o feminicídio é crime doloso contra a vida, o desafio torna-se ainda maior porque o julgamento do que vem a ser “condição do sexo feminino” cabe ao Conselho de Sentença, formado por pessoas do povo que julgarão conforme suas consciências e convicções pessoais. A categorização sugere cuidado ao observar os espaços de decisão, bem como a construção de metodologias ou protocolos que pretendem uniformizar os processos decisórios. Sob o enfoque sistêmico, ganha especial relevância as abordagens teóricas que investem na reconstrução e nas ressignificações dos conceitos jurídicos a partir da abertura cognitiva ao entorno, juridicamente inteligíveis pelo argumento heterorreferente. O debate remete à diferenciação interna do sistema jurídico e sugere novas descrições, suficientemente complexas para repensar a igualdade” (VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro; MACHADO, Bruno Amaral. O Mapa do Feminicídio na polícia civil do Piauí: uma análise Organizacional-sistêmica. R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 16, n. 22, p.86-107, jan./jun. 2018, p. 91).

01.08.96¹⁸⁹, o estudo analisará possibilidades de parametrização dos níveis de violência nele presentes tomando por base estudos anteriores da autora.

A Convenção de Belém do Pará preconiza em seu Artigo 2¹⁹⁰:

Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica:

a. ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;

b. ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e

c. perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. (Os grifos são da autora).

Infere-se que as três alíneas que compõem o artigo 2 da Convenção se referem a três grupos de violência qualificadas na perspectiva da categoria gênero: física, sexual e psicológica. A Convenção trata também de qualificar grupos de violência pelo ambiente, agressor e tipologias, de modo que de forma indireta organiza cenários de aplicabilidade de seus postulados conforme seja ela cometida em relações interpessoais, por desconhecidos ou pelo Estado ou seus agentes.

Analisando perfil da autoria e atribuindo-lhe conotações colonialistas, é possível inferir que a alínea “a” representaria relações privadas porquanto a violência está reservada às relações domésticas, cujo controle político se dá historicamente pelo poder que o homem exerce sobre a família, notadamente sobre esposas e filhas. Já as alíneas “b” e “c” representam controle

¹⁸⁹“Sem prejuízo do sistema global, foram se delineando sistemas regionais, com atuação complementar à do sistema global, para garantia da efetivação dos direitos humanos. Nesse sentido, em 1959, fora criada a Organização dos Estados Americanos - OEA - objetivando aproximação salutar entre os estados das Américas, incluindo a garantia dos direitos humanos. É nesse contexto, que se inclui o Sistema Interamericano de direitos humanos, sistema criado para a garantia e a promoção dos direitos humanos nas Américas, fundado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e integrado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Dessa forma, a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher - Convenção de Belém do Pará – constitui-se em instrumento de proteção dos direitos humanos com âmbito regional, numa tentativa de aproximação da real concretude experimentada pelas Américas. No ano de 1994, então, é promulgada a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher – Convenção de Belém do Pará, através do Decreto n.1.973, de 1º de agosto de 1994, dotando o Sistema Interamericano de um instrumento internacional voltado ao problema da violência contra a mulher. Ao contrário das que a precederam, enfrentou a temática da violência contra a mulher de forma explícita, ao concebê-la como um padrão de violência específico, baseado no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher” (VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro. Mulheres violadas sob a capa do gênero: espaço parcialmente visível aos olhos da normalização. XXIII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/UFSC, 2014, Direitos Sociais e Políticas Públicas IV, p.159-188).

¹⁹⁰ CEPIA. Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. Instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos. Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero, vol. 1, Rio de Janeiro, 2001, p. 101.

político exercido sobre corpos de mulheres no plano da comunidade (mulheres desvinculadas do matrimônio, do contrato) e do Estado, respectivamente, editando leis dirigentes de condutas e formas de vida para meninas e mulheres. Esse controle representaria o eixo horizontal, originalmente concebido por ocasião do processo de colonização do território brasileiro. Ambos são representativos do Mandato da Masculinidade: *status* e contrato, vertical e horizontal.

Tabela 3 – Análise do Artigo 2 da Convenção de Belém do Pará

Agressor	Lugar	Fundamento	Alínea
Conhecido, determinado	Ambiente doméstico	Interpessoalidade Verticalidade <i>Status</i>	a
Desconhecido, indeterminado	Comunidade	Público Igualdade Contrato	b
Estado ou agentes públicos	Institucional	Impessoalidade	c

Fonte: VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro; MACHADO, Bruno Amaral. Territórios da violência de gênero: normativa internacional e os casos - Campo Algodoeiro - (México) - Morro do Garrote - (Brasil) adaptado.

Seriam, portanto, três níveis propostos pela Convenção de Belém do Pará para a violência contra a mulher: perfil do autor, ambiência e sinalização da violência. Em breve síntese, o estudo traduz esses argumentos e organiza conteúdo da Convenção na Tabela acima, para então, discorrer sobre possível parametrização de níveis de visibilidade das nuances propostas pela Convenção. Porém, sobre o que se fala no Brasil quando se reporta à violência contra a mulher?

O estudo propõe que para se compreender processo de parametrização dos níveis de visualização de cenários de violência contra a mulher no Brasil, deve ser manejado parte do conteúdo da Convenção de Belém do Pará e compará-lo ao conteúdo de alguns Instrumentos Normativos Internos: Lei nº. 11.340/06 (Lei Maria da Penha), Lei nº. 13.104/15 (Lei do Feminicídio) e Lei nº. 13.718/18 (Lei da Importunação Sexual). O critério de escolha se dera em razão da popularidade das leis nacionais, mas também porque elas exercem, a um só tempo, papel significativo para análise que se quer realizar nas três camadas de violência apresentadas pela Convenção: violência doméstica, pública e institucional e se comunicam na esfera biopolítica.

A Lei Maria da Penha, considerada a norma mais difundida em território brasileiro¹⁹¹ e uma das mais avançadas leis no enfrentamento à violência contra a mulher, deu visibilidade à violência praticada no âmbito das relações interpessoais, representando avanço significativo nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil. Porém, é preciso reconhecer que a mesma lei possui lado oculto, um sujeito oculto¹⁹², diverso daquele previsto na lei: domesticado, docilizado e recluso ao ambiente doméstico, afeto às tarefas de cuidado da família e das atividades domésticas, destituído do exercício de poder político em razão dessa circunstância.

Um sujeito dissociado dos meios de produção economicamente reconhecidos e, portanto, não produtor, alheio ao capital. Esta circunstância o coloca em situação de vulnerabilidade social porque o torna dependente de outro sujeito para a própria sobrevivência. O estado brasileiro reconheceu essa vulnerabilidade e a violência que dela resulta com a Lei Maria da Penha, porém não buscou alcançar cenários outros que deixassem de promover e perpetuar violências no ambiente doméstico: violências estruturais e estruturantes das relações sociais fincadas na colonialidade do poder.

O sujeito oculto da Lei Maria da Penha, portanto, está representado pela mulher que ocupa espaços de poder alheios ao ambiente doméstico, participa da produção do capital e compartilha espaços decisórios. Esse sujeito, em suas relações públicas, extrafamiliares, está à margem da lei, ou seja, não está nela compreendido porque reduzida sua proteção ao ambiente familiar, *verbis*: “Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]” e possui assento no §8º do art.226 da Constituição Federal, igualmente garantidor da família, *verbis*:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

¹⁹¹“Em 2012, foi considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a terceira melhor lei do mundo no combate à violência doméstica, perdendo apenas para Espanha e Chile. É conhecida por mais de 94% da população brasileira, de acordo com a Pesquisa Avon/Ipsos (2011), e na opinião do Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, é uma das mais “belas e alvissareiras” novidades pós-Constituição de 1988, pois “coíbe com severidade, como deve ser a violência doméstica ou a violência contra a mulher no ambiente doméstico” (COMPROMISSO E ATITUDE. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br>>). Acesso em: 11 nov. 2019.

¹⁹² BUTLER, Judith. Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

Portanto, a proteção da Lei Maria da Penha a todas as formas de violência contra a mulher delineia sujeito e *lôcus* para incidência e dessa forma, privilegia ambiente doméstico como espaço “natural” de pertencimento da mulher brasileira, “merecedor” da proteção do estado. Essa naturalização do espaço doméstico deita raízes no processo de colonização em que mulheres ficavam subordinadas ao poder de um homem: pai, marido, que detinha controle sobre bens e membros da família, sendo reservado às mulheres tarefas relacionadas ao cuidado com a educação dos filhos e da casa. Como o espaço público não era ocupado por mulheres desapaixadas de figuras masculinas, não se concebia ocorrência de violências praticadas contra mulheres em razão do “inadequado” exercício de poder peculiar aos homens.

A origem da Lei Maria da Penha reporta provocação da signatária junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos em virtude de tratamento negligente dado ao seu caso pela Justiça brasileira, invocando violação à Convenção de Belém do Pará, notadamente aos deveres impostos aos estados partes a adotarem medidas destinadas a prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Os marcos normativos à época consistiam na Convenção de Belém do Pará e na Lei nº. 10.778, de 24.11.03, que institui notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

Pesquisa realizada em 2001 na perspectiva das mulheres, ou seja, como as mulheres se viam no contexto da violência revela que “O problema existe na prática, instância na qual a igualdade legal se transforma em desigualdade, contra a qual tem sido sem trégua a luta feminista”. Na mesma pesquisa há um certo conformismo por ter que assumir tarefas domésticas ante a condição de ser mulher¹⁹³.

Recente pesquisa promovida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP demonstra aumento na percepção da violência, figurando a região Nordeste em primeiro lugar, mas a violência doméstica permanece a mais visível em razão dos dados apontarem para agressores conhecidos e como local da violência a casa. A pesquisa retrata também a tolerância social à violência contra a mulher como um dos fatores inibitórios ao enfrentamento, ou seja, regras que a própria sociedade engendra e que fortalecem condutas masculinas opressivas¹⁹⁴.

¹⁹³ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

¹⁹⁴ “A tolerância social é um dos fatores – talvez o principal – pelos quais a violência contra as mulheres continua a atingir números alarmantes no Brasil. A alta incidência do assédio contra mulheres em espaços públicos

A Lei da Notificação Compulsória, ao revés da Lei Maria da Penha, representa a integralidade da violência contra a mulher, porém de pouco conhecimento e difusão por parte das autoridades sanitárias, policiais e do sistema de justiça, não provocou mudanças significativas no cenário das políticas públicas:

Art. 1º Constitui objeto de notificação compulsória, em todo o território nacional, a violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.

[...]

§ 2º Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica e que:

I – tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual;

II – tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar; e

III – seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

A Convenção de Belém do Pará, assim como a Lei nº. 10.778/03 fornecem cobertura protetiva aos três níveis de violência contra a mulher e podem ser aplicadas de imediato a qualquer caso concreto desde que se configure hipótese de conduta baseada em relações de gênero. Porém, o aparato das políticas públicas engendrado pelo Estado brasileiro se pautou na Lei Maria da Penha, restringindo a atuação das Delegacias da Mulher para casos de violência doméstica, sexual, agressor determinado ou determinável e Juizados de Violência Doméstica, com regras que se aplicam restritivamente a situações em que o agressor mantenha relações interpessoais com a vítima.

De resto, aplica-se àquela mulher violada em ambientes alheios a esse critério, regras gerais das leis penais e processuais penais, ou seja, penas alternativas ao agressor aplicadas em Juizados Especiais Criminais, da mesma forma como se dava antes da vigência da Lei Maria da Penha: nada mudou para mulheres que circulam e são violadas em espaços de poder diversos do doméstico.

revelada pela pesquisa indica o caráter sistêmico desse tipo de violência, ao tratar da aceitação coletiva desses comportamentos abusivos contra as mulheres por parte da sociedade de maneira geral”(VIEGAS, Roberta e Silva; GREGOLI, Roberta; RIBEIRO, Henrique Marques. Resultado de pesquisa expõe tolerância social à violência contra as mulheres em espaços público. A vitimização de mulheres no Brasil, 2018, FBSP, p.25. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/relatorio-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2deg-edicao>>. Acesso em: 3 fev. 2020).

Com o advento da Lei do Feminicídio em 2015, veio a lume outro cenário para além do doméstico: o “menosprezo”, a “discriminação” e a “condição de mulher”, como categorias que qualificam o assassinato de uma mulher.

Art. 121. Matar alguém:

[...]

Feminicídio

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

[...]

§ 2º - A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

A categoria “discriminação” pode ser conceituada juridicamente com o auxílio do art.1º da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW, como já mencionado anteriormente.

Embora a norma disponibilize novas categorias de análise, além da violência doméstica e familiar, não se consegue vislumbrar casos de feminicídio despartados das relações interpessoais, ou seja, a população brasileira restringe o campo visual da violência contra a mulher como algo privado, restrito ao ambiente doméstico, individual, que incide sobre determinada mulher em face de determinado homem, e não como algo estrutural e estruturante das relações sociais, algo que estratifique seres humanos em *locus* de poder, controle e disciplinamento.

Mesmo a violência interpessoal deve ser pensada na perspectiva das relações fundamentais que energizam essa relação: relações raciais, de classe e contexto exterior que gera tensões internas. Pensar o feminicídio íntimo apenas na perspectiva de gênero reduz a complexidade do campo de forças forjadas historicamente por marcadores coloniais: raça, etnia, religião, dentre outros, daí a proposta do “dispositivo da colonialidade” como “chave de leitura” para o feminicídio no Brasil.

Há de se indagar: por que os feminicídios se repetem em todos os estados brasileiros e são considerados na quase totalidade, com semelhantes referenciais? Por que narrativas de assassinatos de diferentes mulheres são feitas em contextos semelhantes? Ou então: por que determinados assassinatos de mulheres não são considerados *prima facie* feminicídio, como o caso de Marielle Franco?

Casos que se repetem com semelhantes referenciais dizem respeito a assassinatos em contextos familiares, interpessoais e os discursos e falas se caracterizam em grande parte como motivados pelo “ciúme”, pela “inconformidade com o fim do relacionamento”, “traição”, todos eles significantes vazios que sugerem motivações socialmente “idôneas” para justificar o ocorrido, acompanhadas de falas que reportam arrependimentos posteriores ou “no momento, agi sob violenta emoção”¹⁹⁵.

Nos casos em que não se vislumbrou relações interpessoais houve dificuldade para se compreender a incidência do feminicídio para além da perspectiva das relações de poder vinculadas às relações domésticas de verticalidade ou de *status*, mas estruturadas em cenários complexos de controle de corpos femininos pautado na aquisição do Mandato da Masculinidade, em relação de horizontalidade, igualdade e contrato.¹⁹⁶

No eixo do *status*, o homem mantém a mulher moldada a regras que ratificam sua masculinidade perante a sociedade, controlando vontades, desejos e modos de vida, “enquadrando-a” em comportamentos “adequados” ao reconhecimento. A perda do controle pode corresponder ao desfazimento daquele sujeito que rompeu a moldura, porém o objetivo é manter o controle, mesmo que seja preciso impor “castigo” pela “desobediência”.

Ao revés, em suas relações perante os pares, ou seja, entre homens, se opera a lógica do contrato, da igualdade entre partes, aonde será preciso obter o Mandato da Masculinidade com a exação de um tributo: o corpo de uma mulher a ele não vinculado, um corpo a colonizar, a territorializar. Esse corpo ocupa territórios diversos do doméstico e precisa ser capturado e controlado. O caso das meninas de Castelo ilustra essa dimensão, assim como o caso Marielle Franco, guardadas as peculiaridades. No evento de Castelo, a fala de um dos autores foi decisiva para indiciamento no feminicídio, porque deixou antever que a ausência de um homem acompanhando as meninas motivou a apropriação dos corpos delas e posterior desfazimento deles¹⁹⁷.

¹⁹⁵ Narrativas retiradas de estudos anteriores da articulista notadamente: VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro; MACHADO, Bruno Amaral. O Mapa do Feminicídio na Polícia Civil do Piauí: uma análise organizacional-sistêmica. R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 16, n. 22, p.86-107, jan./jun. 2018.

¹⁹⁶ Teoria desenvolvida por Rita Laura Segato.

¹⁹⁷ “O discurso de um dos adolescentes de que elas não estavam acompanhadas por nenhum homem remete à ideia de propriedade, de conquista pela força, colonização, domínio e posterior consumo e extermínio do corpo feminino. Outros trechos explicitam a violência de gênero: “[...] o agressor ao tempo em que xingava as menores, inclusive, dizendo que não gostava de loira porque loira é burra, mas o chefe dele gostava de loira, arremessava a faca no chão [...]”. O relato traduz relação de poder, seja pelo uso da força (faca), seja pela redução da mulher a coisa apropriável. Ou então: “[...] que foi vendada; que lembra que o agressor tocou em seus seios e na sua genitália [...] que o acusado a enforcou [...] que dizia para [...] não colocar a mão no pescoço; que

Por fim, objetivando densificar o debate acerca da visibilidade da violência contra a mulher no Brasil, traz-se a Lei nº. 13.718/18 - Lei da Importunação Sexual, que previu, dentre outros crimes, importunação sexual e estupro corretivo.

A dificuldade para se estabelecer protocolos que perpetuem evidências nos casos de investigação policial e políticas criminais para o crime de importunação sexual demonstram mais uma vez que a violência contra a mulher possui matizes que vão para além da seara doméstica e desafiam a atual dinâmica organizacional para adoção de estratégias voltadas à violência estrutural e estruturante das relações sociais. A redação legal dada ao estupro corretivo, como sendo: “[...] para controlar o comportamento social ou sexual da vítima”, de igual modo estabelece termos que remetem à ideia de controle de corpos, de violação da soberania individual.

Pode-se inferir, a partir da análise dos instrumentos normativos eleitos, que a violência praticada no ambiente doméstico tende a ser mais visível pela sociedade, dada a particularidade, do que aquela praticada na comunidade, salvo quando ganha repercussão na imprensa ou se trate de violência sexual, assim mesmo vai se aferir se o comportamento da vítima não contribuiu para o fato. Haveria, sem que as mulheres se dessem conta, permanente vigilância exercida por elas mesmas sobre corpos femininos¹⁹⁸.

No que pertine à violência tolerada ou perpetrada pelo estado, quase não se tem notícia e nem é evidenciada em noticiários. Trata-se de cenário cujo controle se dá no âmbito político institucional, presente nos Poderes que compõem o Estado e se materializam em forma de Biopolítica ou política da vida – fazer viver e deixar morrer.

A atividade legisferante constitui tarefa exclusiva do Poder Legislativo, podendo ser de iniciativa do Poder Executivo e passível de controle pelo Poder Judiciário. Como o estudo restringe seu alcance a instrumentos legais, notadamente a Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio e Lei da Importunação Sexual em face da Convenção de Belém do Pará, biopoder será tratado nessa perspectiva legal.

lembra que ficou completamente despida [...]”. A dinâmica dos fatos remete a cenário de terror, impresso pelo agudo sofrimento físico e psíquico que durara por aproximadamente 2 horas. Nos relatos dos adolescentes percebemos assunção pelos atos e suposto arrependimento” (VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro; MACHADO, Bruno Amaral. O Mapa do Feminicídio na Polícia Civil do Piauí: uma análise organizacional-sistêmica. R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 16, n. 22, p.86-107, jan./jun. 2018, p.396).

¹⁹⁸ “[...] um controle social poderoso, pois a introjeção de normas sociais por mulheres funcionam como um panóptico. Desta sorte, os maridos não têm com que se preocupar” (SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004, p.41).

Propõe-se demonstrar, sem a pretensão de esgotar o debate, em que medida instrumentos normativos podem ou não servir de ferramenta para o exercício do poder de vida ou de morte em face de vulnerabilidades humanas. Seria possível visualizar sinais de colonialidade no conteúdo de leis cujo objetivo é o de proteger vulnerabilidades? Ou seja, um comando normativo que pretenda implementar medidas acauteladoras em face de determinadas pessoas poderá servir de ferramenta que acentua vulnerabilidades, funcionando como arma de guerra e deixar morrer?

No âmbito normativo, o exercício do poder se dá desde o momento da feitura da lei até sua aplicação ao caso concreto, ou seja, poder legiferante a cargo do Legislativo e poder decisório a cargo do Executivo e do Judiciário. O plano normativo possui modelagem do dispositivo disciplinar consistente na imposição de um dever ser, delineando o que é permitido e o que é proibido.

O plano das decisões corresponde ao dispositivo da segurança e atua na realidade empírica, não na simbólica como a normativa. Ela vai capturar cenários da realidade para alinhá-los a estratégias políticas tendentes à normalização da naturalidade humana.

A Lei Maria da Penha se insere no dispositivo disciplinar porque impõe deveres e no dispositivo de segurança porque estabelece sobre quais mulheres recairão medidas acauteladoras, restringindo alcance da proteção ao âmbito familiar e interpessoal. Porém, há um campo situado fora do ambiente doméstico parcialmente visível aos olhos da normalização onde dois outros níveis de violência não estariam abrigados. Estes, por não estarem compreendidos pela lei, ingressariam no exercício do poder soberano de matar, de expor à morte.

A técnica da normalização estará presente seja do ponto de vista disciplinar, seja do ponto de vista da segurança. No caso em análise, mulheres que não estejam agasalhadas pela Lei Maria da Penha, estariam à mercê de vontades soberanas: decisões administrativas (políticas públicas) ou judiciais (sentenças).

Por sua vez, a vontade soberana deve ser controlada sob pena de se configurarem situações de vulnerabilidade à morte¹⁹⁹. O vazio normativo conduz à necessidade de controle

¹⁹⁹ No mesmo sentido, Judith Butler adverte que o atual modelo biopolítico coloca pessoas em situação de precarização e “[...] a precariedade implica um aumento da sensação de ser dispensável ou de ser descartável ou de ser descartado [...]” (BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2018, p.21).

da atuação dos órgãos incumbidos pela implementação de políticas públicas e aplicação de leis cujos conteúdos possuam significantes abertos, imensuráveis *prima facie* porque dependentes de fatores subjetivos, inferências relacionadas à condição humana, ao bem estar social²⁰⁰.

A lei que atribuiu, com exclusividade, iniciativa da persecução penal em caso de estupro, ao Estado, ou seja, independentemente da vontade da mulher adulta, caberá à Polícia e ao Ministério Público decidirem pela instauração do Inquérito Policial e oferecimento da Denúncia, respectivamente, constitui outra flagrante hipótese de controle de corpos femininos.

A apropriação do corpo feminino pelo estado se dera por completo ao destinar à decisão estatal, por exemplo, zonas cinzentas, ou seja, campos em que imperam decisões soberanas: estupros maritais, corretivos, ginecológicos, dentre tantos que se dão em ambientes reservados e controlados pela imposição de regras sociais estigmatizantes. Efeitos desastrosos para as mulheres: exposição na polícia e na justiça e necessidade de comprovar a violação.

O tratamento dado pela Lei Maria da Penha às mulheres de forma individual ignorando caráter estrutural e estruturante da violência como problema social constitui fator inibitório para transformação dessa realidade porque inibe desenvolvimento de estratégias outras tendentes a enfrentar as raízes do problema.

No Brasil, na década de oitenta, deu-se visibilidade à violência doméstica, sobretudo a partir da criação das delegacias da mulher. Na década de noventa, muito embora se tenha avançado em termos legiferantes com a Convenção de Belém do Pará, não se viu, na prática policial e nos Tribunais, aplicação de suas regras, salvo provocação de Maria da Penha junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos cujo desfecho foi a regulamentação da violência doméstica e institutos afins²⁰¹.

²⁰⁰ A pesquisa empírica da dogmática “[...] tem como objetivo central controlar o espaço de indeterminação das normas jurídicas, ou seja, o exercício do poder pelo soberano. Trata-se de incrementar o controle social sobre o exercício do poder com a finalidade de afastar a arbitrariedade e cobrar racionalidade dos órgãos responsáveis por aplicar as normas jurídicas” (RODRIGUEZ, José Rodrigo; PÜSCHEL, Flavia Portela; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. Dogmática é conflito: uma visão crítica da racionalidade jurídica. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 86).

²⁰¹ “Analisando-a sob a perspectiva da Convenção de Belém do Pará, vê-se que referida lei cuidara tão somente da violência interpessoal, deixando de lado as condutas comissivas e omissivas praticadas na comunidade por agressor desconhecido, bem como aquelas qualificadas no âmbito da violência institucional, reguladas que serão pelo Código de Processo Penal e pelo Código Penal” (VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro. Gênero e biopoder: a “invenção” da violência contra a mulher no discurso policial e nas práticas das delegacias da mulher de Teresina – PI. 2014, 149 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2014, p.47).

Há, portanto, no país, campos que ficam à margem da normalização, mas que podem ser alcançados pela Convenção de Belém do Pará. Esses campos constituem espaços de tensão a serem equacionados por decisões administrativas e/ou judiciais²⁰². O poder soberano restará, portanto, imerso na ideia de poder discricionário das decisões²⁰³.

Em se tratando de terras brasileiras, não se pode deixar de mencionar processo de colonização dos corpos femininos pelos povos que por aqui deixaram suas marcas. No Piauí, a questão da racialidade está presente nas estatísticas criminais quando se destaca que das 109 mulheres assassinadas na rubrica do Feminicídio, no período de 10.03.15 (data da vigência da Lei do Feminicídio) a 31.12.18, noventa (90) delas era negra, correspondendo à taxa de 82,56% das mulheres assassinadas. O dado remete à problematização de se saber por que a incidência de feminicídio é maior dentre as mulheres negras. Será preciso territorializar esses corpos a fim de se compreender a realidade vivenciada por cada uma dessas mulheres e traçar políticas específicas que dialoguem com duas categorias, senão três ou mais: gênero, raça e classe social.

O estudo propõe aplicar o “dispositivo da colonialidade” no plano normativo, possibilitando ampliar debate acerca de cenários de violências praticadas contra mulheres na perspectiva decolonial aplicada ao “dispositivo da soberania”. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará, instrumento normativo internacional adotado pelo Brasil há mais de vinte anos pode ser utilizada como ferramenta para orientar processo de elaboração de contornos estáveis para a qualificadora feminicídio na perspectiva decolonial.

2.7.3. Modelagem das decisões judiciais internas e internacionais

²⁰² “Desde esta perspectiva, es posible concluir que existen tanto en el Derecho Internacional de los Derechos Humanos como en el Derecho constitucional de los diversos países, elementos suficientes para justificar la adopción de normas penales específicas en materia de violencia contra las mujeres. Si bien de ello no se desprende que la adopción de estas normas penales diferenciadas sea obligatoria para que los Estados cumplan con su obligación de garantizar los derechos de las mujeres en este ámbito, sí permite que esta alternativa sea considerada al momento de definir la forma más adecuada para enfrentar el fenómeno en una realidad dada. Derecho Penal” (VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. Feminicídio. Naciones Unidas Derechos Humanos. Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. México, 2009, p.47. Disponível em: <<http://www.nomasviolenciacontramujeres.cl/wp-content/uploads/2015/09/P.-Toledo-Libro-Feminicidio.compressed.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020).

²⁰³ “Para se estar do outro lado da lei, faz-se necessária uma imersão na dinâmica de sua aplicação, a fim de desvelar o instrumental que servirá de base às decisões administrativas e judiciais. É dizer, analisar o comportamento dos sujeitos responsáveis por sua aplicação em concreto, desvelar a racionalidade do plano material” (VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro. Gênero e biopoder: a “invenção” da violência contra a mulher no discurso policial e nas práticas das delegacias da mulher de Teresina – PI. 2014, 149 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2014, p. 51).

O conteúdo das decisões judiciais auxiliará na captura de discursos alinhados com a qualificadora feminicídio dando-lhe inteligibilidade conceitual por ocasião especialmente das sentenças definitivas de mérito condenatórias e absolutórias. Pretende-se verificar quais foram os aportes utilizados pelos magistrados por ocasião das decisões e modelagens das quesitações feitas aos jurados. Em razão disso, o estudo buscou compreender enunciados presentes na atuação de delegados, promotores, defensores/advogados, magistrados e votações de jurados sobre significados atribuídos ao feminicídio. Tomou-se por base conteúdos de falas oficiais constantes de peças investigatórias e processuais criminais. A pretensão foi analisar atual estado da arte do feminicídio no campo das relações organizacionais e propor intervenções que possibilitassem construção de inferências teóricas orientadas à segurança jurídica do processo. Em linguagem metafórica, a tarefa corresponderia ao preenchimento de “buracos” ao longo do caminho do devido processo legal, dando segurança aos passageiros.

A pesquisa pretende sublinhar que o campo da violência contra a mulher é controlado por poder soberano que assume ora matiz disciplinar, no instante que edita comandos normativos, ora matiz de segurança, quando adota decisões políticas e judiciais, seja na implementação de políticas públicas, seja no momento da aplicação da lei pelo magistrado. Há um campo, porém, bastante fluido em que o poder de decidir reina soberano, independentemente de lei.

Propõe-se reconhecer a existência desse campo, sob pena de se colocar grupo de mulheres em situação de maior vulnerabilidade em relação a outras e, com isso, se estar gerando instabilidade para o conceito legal de feminicídio. Por ocasião do processo analítico das decisões organizacionais serão transcritos trechos extraídos dos processos pesquisados que podem exemplificar esses campos de vulnerabilidade decorrentes das aberturas conceituais do feminicídio.

Nesse capítulo desenhou-se arcabouço teórico a ser utilizado para resolver o problema da Tese, sob dois aspectos: 1. auxiliar processo de análise e interpretação de achados empíricos decorrentes das decisões organizacionais e das falas dos sujeitos responsáveis pelo trabalho jurídico penal do feminicídio; 2. auxiliar processo de elaboração de categorias teóricas, jurídicas e operacionais para fechamento de significantes abertos do feminicídio.

Foi proposto “Dispositivo da Colonialidade”, moldado como concertação de forças tendo como núcleo categoria analítica decolonial gênero que irradia, no plano teórico, três enunciados: Mandato da Masculinidade, Precariedade e Gestos Simbólicos.

O Mandato da Masculinidade representa etiologia da violência contra a mulher estruturada em dois eixos: vertical – *status*, e horizontal – contrato. A primeira refere-se à relação entre desiguais havendo subordinação e a segunda entre iguais, havendo pacto. Em ambos os casos incide o poder da masculinidade com territorialização do corpo feminino mediante Contrato (eixo horizontal) ou por Exação (eixo vertical).

Os Gestos Simbólicos referem-se a “excessos” presentes no comportamento do autor deixados no local de crime expressos por espécie de “vocabulário violento” representativo de processo de desfazimento de atributos da vítima²⁰⁴.

Por fim, o enunciado Precariedade diz respeito à condição de mulher, no contexto histórico, social, político ao qual ela estava situada. São marcadores que denotam vulnerabilidades pessoais, como raça, classe social, religião, dentre outros.

Os três enunciados em coesão balizarão leituras para unidades discursivas do feminicídio em falas e discursos oficiais da pesquisa empírica, possibilitando fechamentos jurídicos, teóricos e operacionais para significantes abertos do feminicídio, notadamente a “condição de mulher” problematizada no presente estudo.

No plano normativo, o processo de fechamento de aberturas do significante com base nos enunciados teóricos propostos possibilitará modelar dispositivos legais aplicáveis aos dois significantes abertos: Menosprezo e Discriminação em composição que harmonize instrumentos internos e internacionais expandindo a compreensão do feminicídio para além do ambiente doméstico.

Na seara organizacional, os enunciados promoverão mudanças na operacionalidade dos processos decisórios a cargo das organizações incumbidas do trabalho jurídico penal do

²⁰⁴ “[...] el argumento de fondo que impulsa a la adopción de leyes penales especiales en esta materia es que la violencia contra las mujeres no sólo afecta la vida, la integridad física, psíquica o la libertad sexual de las mujeres, sino que existe un elemento *adicional* que se encuentra dado precisamente por la discriminación y subordinación implícita en la violencia de que ellas son víctimas. Este elemento adicional es el que reconoce el Tribunal Constitucional español, al señalar que el legislador considera que “ciertas acciones son más graves, más reprochables socialmente, porque son expresión de una desigualdad y de una situación de abuso de poder, de una situación de discriminación en que se encuentran muchas mujeres” (VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. *Feminicidio*. Naciones Unidas Derechos Humanos. Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. México, 2009, p.71-72. Disponível em: <<http://www.nomasviolenciacontramujeres.cl/wp-content/uploads/2015/09/P.-Toledo-Libro-Feminicidio.compressed.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020).

feminicídio: Polícia, Ministério Público, Defesa e Justiça. A adoção de enunciados teóricos comuns possibilitará cenários de interação organizacional e estabilidade conceitual para significantes abertos da qualificadora feminicídio.

Uma vez delineado campo teórico, será possível ingressar no Capítulo 3 – O Circuito Cartográfico do Feminicídio no Piauí através da territorialização dos 109 casos assassinatos de mulheres na rubrica do feminicídio ocorridos no período de 10.03.15 a 31.12.18, com mapeamentos e estatísticas que permitam visualizar o atual estado da arte, preparando caminho para o campo empírico.

CAPÍTULO 3

O CIRCUITO CARTOGRÁFICO DO FEMINICÍDIO NO PIAUÍ

O capítulo terá por objetivo apresentar 109 (cento e nove) casos de feminicídio ocorridos no Piauí desde a vigência da lei – 10.03.15 – que alterou o Código Penal brasileiro para incluir a qualificadora Feminicídio no tipo penal do art. 121 – Homicídio – até o dia 31.12.18. O percurso corresponde a três anos, nove meses e vinte dias ou 1.375 dias.

De início, serão apresentados mapas gerais do Piauí na perspectiva dos 109 feminicídios cravados nas cidades em que se deram, bem como nas regiões denominadas “territórios de desenvolvimento”. Pretende-se visualizar o fenômeno de forma situacional e global para possibilitar análises contextualizadas em marcos culturais, históricos e de desenvolvimento econômico dos locais em que ocorreram. Em seguida, o estudo apresenta Mapas voltados a aspectos biográficos das vítimas e autores e a categorias relacionadas ao crime, como: dia, horário, local, instrumento utilizado, *causa mortis* e vínculos subjetivos entre vítima e autor. Almeja-se detalhar 109 feminicídios piauienses para posteriores análises criminal e organizacional.

3.1. CARTOGRAFIAS DO FEMINICÍDIO NO PIAUÍ

A pesquisa apresentará nuances do estado do Piauí com ênfase em cartografias que privilegiem a perspectiva de gênero no campo do Feminicídio. Formulou-se três mapas com base nos 109 casos distribuídos por município e 12 regiões que compõem o estado. O objetivo é possibilitar visualização cartográfica dos assassinatos para posteriores análises de cenários. Em seguida, o estudo se volta ao desenho de tabelas a partir de dados desenvolvidos em consultas feitas aos sistemas operacionais da Polícia (SISBO, SISPROCEP e SIMCVLI²⁰⁵) e da Justiça (Themis web²⁰⁶). As consultas possibilitaram construção de duas dimensões: subjetiva e objetiva. A primeira delas, de natureza subjetiva, diz respeito aos sujeitos

²⁰⁵ POLÍCIA CIVIL DO PIAUÍ. SISBO – Sistema de Boletim de Ocorrência – porta de entrada das ocorrências criminais; SISPROCEP – Sistema de Procedimentos Policiais – diz respeito a aspectos do Inquérito Policial de forma resumida, contendo identificação da vítima e indiciado, tipificação do crime, unidade policial responsável pela investigação, data e horário do fato, modo de instauração e situação do inquérito; SIMVLI – Sistema de Monitoramento de Crimes Violentos Letais – criado pelo Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública, tem por objetivo catalogar dados relacionados aos assassinatos em geral, mas permite recorte na perspectiva de gênero porque, logo na entrada do sistema, o (a) operador (a) deverá, nos casos de vítima do sexo feminino, responder se o caso se trata ou não de feminicídio. Em caso positivo, o sistema, ao final, possui chaves que permitem conhecer eventual vínculo subjetivo entre vítima e autor.

²⁰⁶ THEMIS WEB – sistema do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí que possibilita visualização de peças procedimentais (inquérito e peças processuais judiciais) de forma eletrônica.

envolvidos diretamente no assassinato: autor e vítima. Serão mapeados perfis biográficos de ambos os sujeitos com base em rubricas comuns. A segunda, objetiva, relaciona-se ao assassinato: cenários de crime, cadáver e instrumentos. O percurso tem início com a dimensão subjetiva, apresentando perfil biográfico das 109 vítimas e respectivos autores.

3.1.1. Territorialização do Feminicídio no Piauí

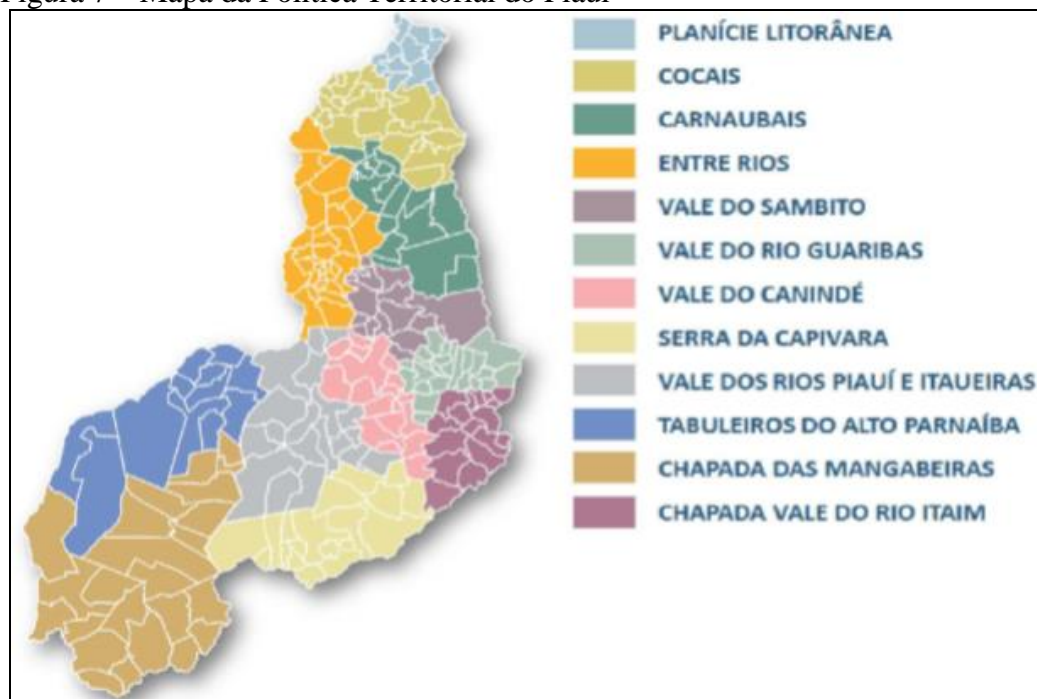
Busca-se apresentar desenhos de mapas do Feminicídio em território piauiense fincando os 109 casos da pesquisa em seus respectivos municípios e regiões internas, possibilitando cartografias e desenhos relacionados às dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas daqueles territórios. A territorialização possibilita percorrer espaços que auxiliem na compreensão da realidade local e construção de processos de contextualizações locais que expliquem diferenciadas nuances do feminicídio.

O Piauí possui 3.118.360 habitantes (IBGE 2010) distribuídos em 224 municípios, dentre eles, a capital Teresina, com população estimada de 861.442 habitantes (IBGE 2018). Localiza-se na Região Nordeste com divisas compartilhadas com os estados do Maranhão (Oeste), Bahia (Norte), Ceará e Pernambuco (Leste) e Tocantins (Sul).

Em 2007 foi implementada estratégia destinada ao desenvolvimento do estado com premissas territoriais, de modo que o Piauí foi organizado em 04 macrorregiões (Litoral, Meio Norte, Semiárido e Cerrados) divididas em 12 Territórios de Desenvolvimento²⁰⁷ (Planície litorânea, Cocais, Entre Rios, Carnaubais, Vale do Sambito, Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras, Vale do Rio Guaribas, Chapada Vale do Rio Itaim, Vale do Canindé, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras).

²⁰⁷. Os Territórios de Desenvolvimento constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas, das ações e da regionalização do orçamento. (PIAUI. Lei Complementar nº. 87, de 28 de agosto de 2007. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.antigoseplan.pi.gov.br/planejamento.php>>. Acesso em: 29 jan. 2018).

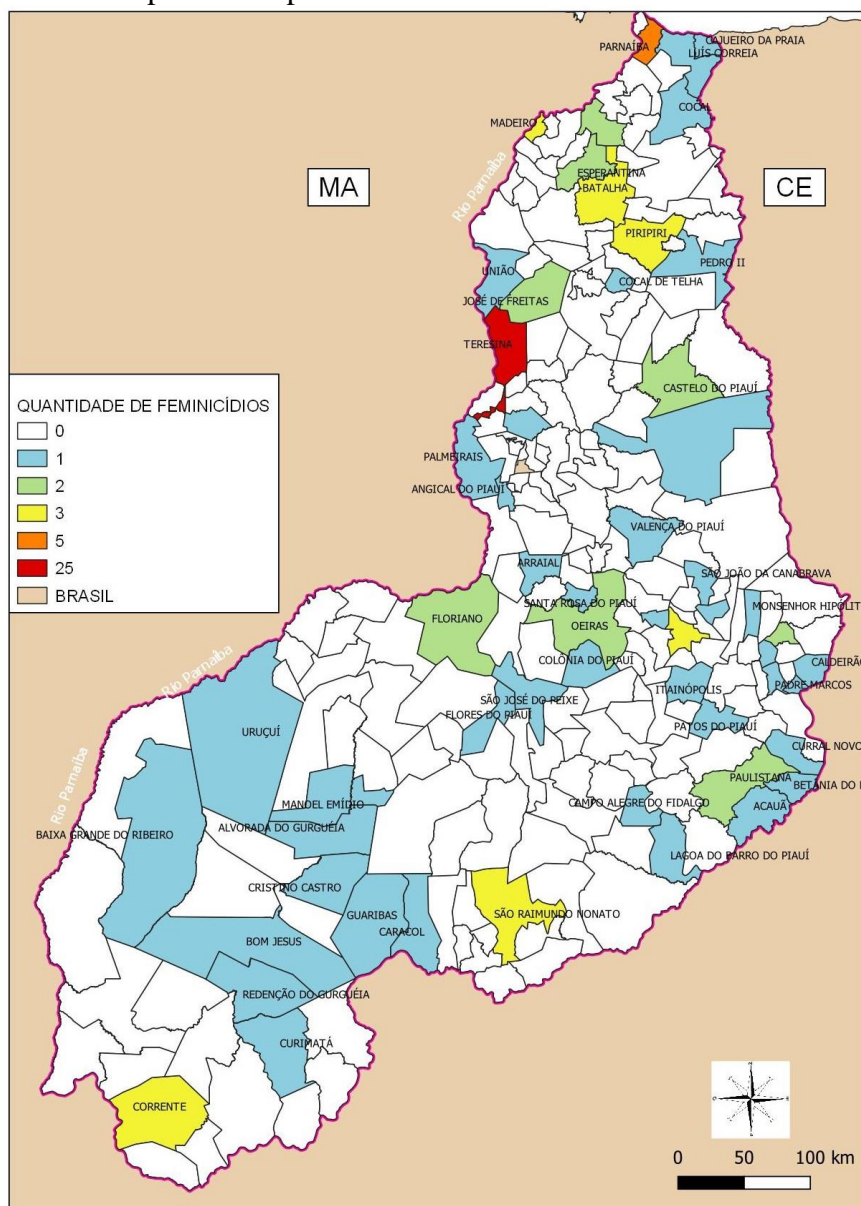
Figura 7 – Mapa da Política Territorial do Piauí



Fonte: <<http://www.cepro.pi.gov.br>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

O estudo cravou casos de feminicídios nos âmbitos municipais e Territoriais. Os 109 casos objeto do estudo se deram em 60 municípios com prevalência em Teresina (26 casos), conforme figuras a seguir. O mapa a seguir ilustra quantidade de feminicídio absoluta por município, qualificadas em 0, 1, 2, 3, 5 e 25 casos.

Figura 8 – Mapa do Feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18 por município

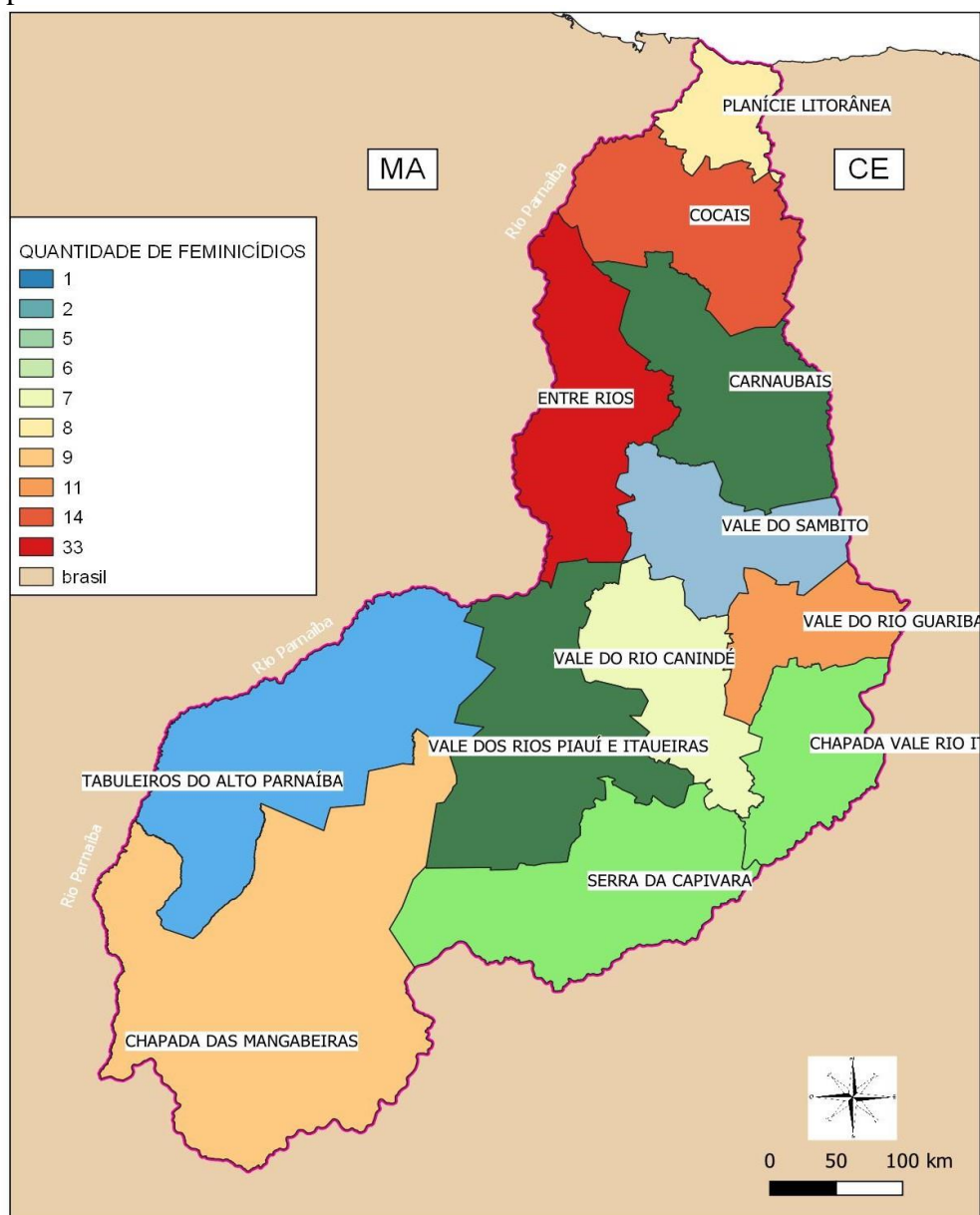


Fonte: elaborada pela autora com base em dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

Os dados demonstram que os casos de feminicídio se deram em 60 dos 224 municípios do estado, correspondendo a 26,78%, ou seja, não foi registrado nenhum feminicídio em 164 municípios (73,22%), no período da pesquisa.

Ao se agregar os municípios nos Territórios de Desenvolvimento, percebe-se maior intensidade dos casos nos Territórios Entre Rios com contribuição relevante da capital, e Planície Litorânea, na cidade de Parnaíba.

Figura 9 – Mapa do Feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18 por Território de Desenvolvimento.



Fonte: autoria da pesquisadora com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

O Estado foi organizado em 04 macrorregiões (Litoral, Meio Norte, Semiárido e Cerrados) divididas em 12 Territórios de Desenvolvimento²⁰⁸, caracterizados como “[...] unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas, das ações e da regionalização

²⁰⁸ PIAUÍ. Lei Complementar nº. 87, de 28 de agosto de 2007. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.antigoseplan.pi.gov.br/planejamento.php>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

do orçamento²⁰⁹”. A tabela a seguir delinea frequências absolutas e relativas dos feminicídios mapeados no período da pesquisa. O Território Entre Rios apresentou maior frequência e Vale do Sambito a menor. Os dados auxiliam no planejamento de políticas públicas de segurança voltadas à prevenção de feminicídio remetendo gestores a pautarem decisões com base em regiões prioritárias, com maior incidência de casos.

Tabela 4 – Distribuição espacial dos Feminicídios no Piauí

Nº	Território	Frequência (%)			Incidência/ município
		Absoluta	Acumulada	Relativa	
1	Entre rios	33	30,28	30,28	7
2	Cocais	14	12,84	43,12	6
3	Vale do Rio Guaribas	11	10,09	53,21	8
4	Chapada das Mangabeiras	10	9,17	62,39	8
5	Planície Litorânea	9	8,26	70,64	8
6	Vale do Canindé	8	7,34	77,98	4
7	Chapada Vale do Rio Itaim	6	5,50	83,49	4
8	Serra da Capivara	5	4,59	88,07	4
9	Carnaubais	5	4,59	92,66	4
10	Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	4	3,67	96,33	3
11	Tabuleiros do Alto Parnaíba	3	2,75	99,08	3
12	Vale do Sambito	1	0,92	100,0	1
Total		109	100,00	100,00	60

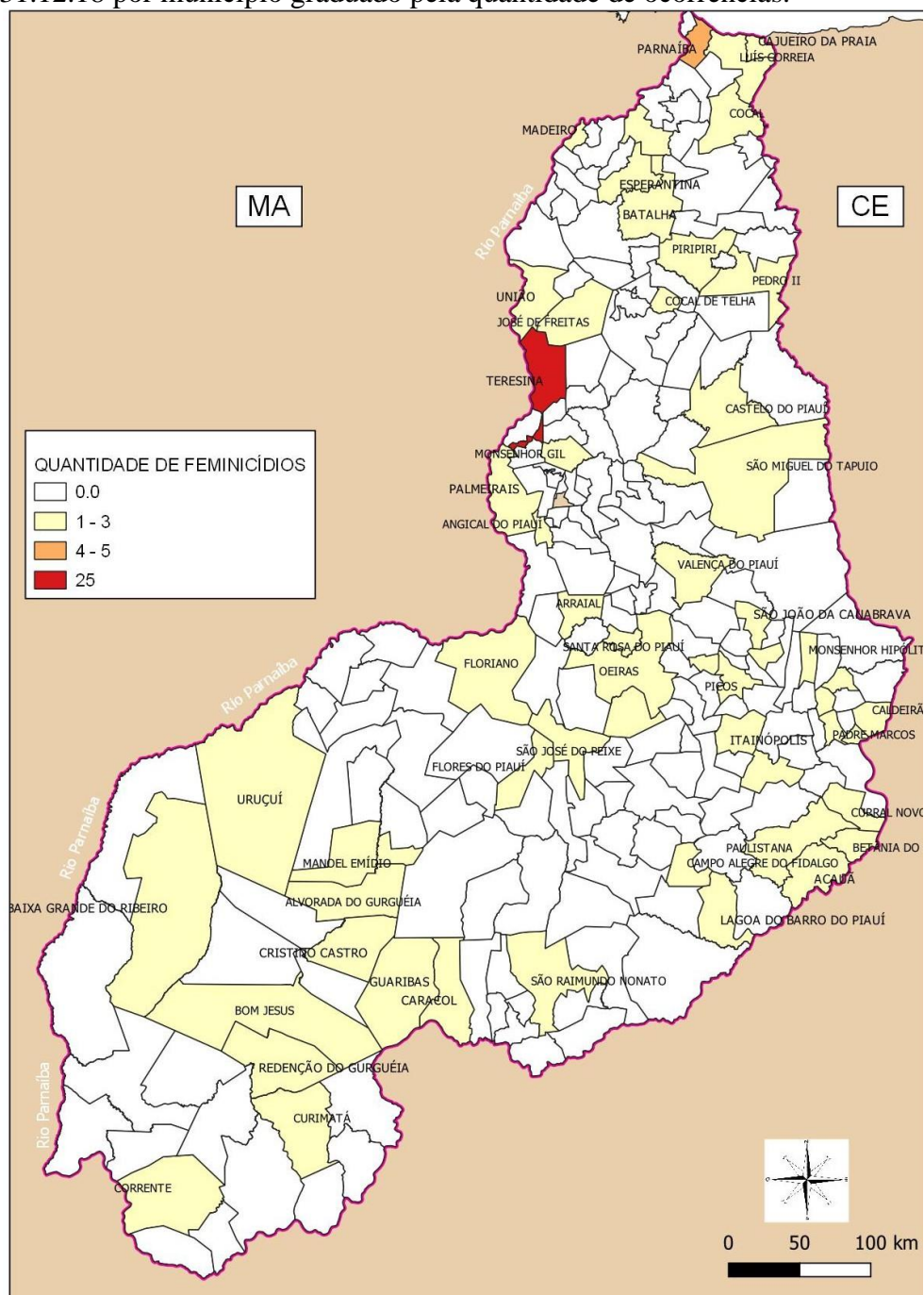
Fonte: elaborada pela autora do estudo em parceria com o Núcleo de Estatísticas e Análises Criminais SSP/PI e considerando os marcos da Política Territorial piauiense da SEPLAN/PI.

O mapeamento da frequência dos feminicídios no Piauí por território de desenvolvimento visa contextualizar inferências locais com as dinâmicas dos feminicídios, tomando em consideração aportes culturais, religiosos, econômicos, políticos, turísticos, dentre outros que possam estar influenciando naquelas dinâmicas. A estratégia permite cravar a pesquisa na realidade empírica piauiense como forma de compreender singularidades/racionalidades regionais para vencer a universalidade da lei. Conhecer a realidade local permite situar a vítima para aplicar os enunciados teóricos do Mandato da Masculinidade, Gestos Simbólicos e Precariedade em cada demanda específica.

Esse processo de contextualização promove fechamento de significantes abertos da “condição de mulher” da qualificadora feminicídio e auxilia nas decisões a cargo dos responsáveis pelo trabalho jurídico penal do feminicídio e dos futuros jurados.

²⁰⁹ Art.1º, §2º, da Lei Complementar Estadual nº. 87, de 22 de agosto de 2007. (PIAUI. Lei Complementar nº. 87, de 28 de agosto de 2007. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.antigoseplan.pi.gov.br/planejamento.php>>. Acesso em: 29 jan. 2018).

Figura 10 – Mapa do Feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18 por município graduado pela quantidade de ocorrências.



Fonte: elaborada pela autora com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

A figura permite visualização dos casos nos municípios graduados pela quantidade de ocorrências. Vê-se acentuada graduação em Teresina cinco vezes acima do que nas demais cidades.

Tabela 5 – Mapa do Feminicídio por município piauiense

Nº	Cidade do fato	Território	Total
1	Acauã	Vale do Canindé	1
2	Água Branca	Entre Rios	1
3	Alvorada do Gurguéia	Chapada das mangabeiras	1
4	Angical do Piauí	Entre Rios	1
5	Arraial do Piauí	Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	1
6	Baixa Grande do Ribeira	Tabuleiros do Alto Parnaíba	1
7	Batalha	Cocais	3
8	Betânia do Piauí	Entre Rios	1
9	Bocaina	Vale do Rio Guaribas	1
10	Bom Jesus	Chapada das Mangabeiras	1
11	Cajueiro da Praia	Planície Litorânea	1
12	Caldeirão Grande do Piauí	Chapada Vale do Rio Itaim	1
13	Campo Maior	Carnaubais	1
14	Caracol	Serra da Capivara	1
15	Castelo do Piauí	Carnaubais	2
16	Cocal	Planície Litorânea	1
17	Cocal de Telha	Carnaubais	1
18	Colônia do Gurguéia	Vale do Canindé	1
19	Colônia do Piauí	Vale do Canindé	1
20	Corrente	Chapada das Mangabeiras	3
21	Cristino Castro	Chapada das Mangabeiras	1
22	Curimatá	Chapada das Mangabeiras	1
23	Curral Novo do Piauí	Chapada Vale do Rio Itaim	1
24	Dom Expedito Lopes	Vale do Rio Guaribas	1
25	Esperantina	Cocais	2
26	Flores do Piauí	Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	1
27	Floriano	Vale dos rios Piauí e Itaueiras	2
28	Guadalupe	Tabuleiros do Alto Parnaíba	1
29	Guaribas	Serra da Capivara	1
30	Itainópolis	Vale do Rio Guaribas	1
31	Joaquim Pires	Cocais	2
32	José de Freitas	Entre Rios	2
33	Lagoa do Barro do Piauí	Serra da Capivara	1
34	Luís Correia	Planície Litorânea	1
35	Madeiro	Cocais	3
36	Manoel Emídio	Chapada das Mangabeiras	1
37	Marcolândia	Chapada Vale do Rio Itaim	1
38	Monsenhor Gil	Entre Rios	1
39	Monsenhor Hipólito	Vale do Rio Guaribas	1
40	Oeiras	Vale do Canindé	2
41	Padre Marcos	Vale do Canindé	1
42	Palmeirais	Entre Rios	1
43	Parnaíba	Planície Litorânea	5
44	Patos do Piauí	Chapada Vale do Rio Itaim	1

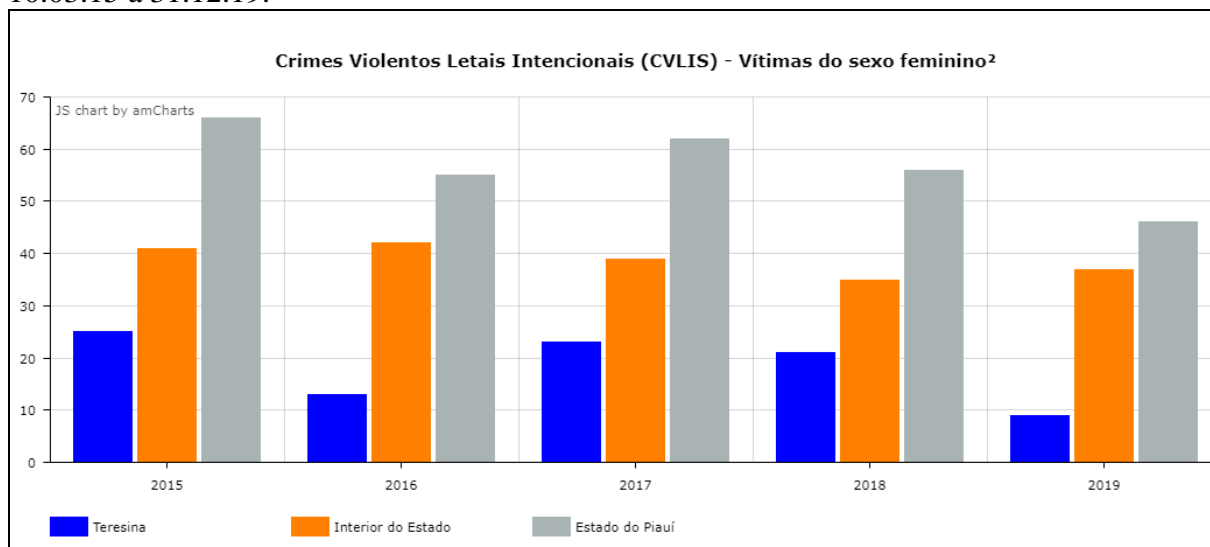
45	Paulistana	Chapada Vale do Rio Itaim	2
46	Pedro II	Cocais	1
47	Picos	Vale do Rio Guaribas	3
48	Piripiri	Cocais	3
49	Redenção do Gurguéia	Chapada das Mangabeiras	1
50	Santa Rosa do Piauí	Vale do Canindé	1
51	São João da Canabrava	Vale do Rio Guaribas	1
52	São José do Peixe	Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	1
53	São Julião	Vale do Rio Guaribas	2
54	São Miguel do Tapuio	Carnaubais	1
55	São Raimundo Nonato	Serra da Capivara	3
56	Teresina	Entre Rios	26
57	União	Entre Rios	1
58	Uruçuí	Tabuleiros do Alto Parnaíba	1
59	Valença do Piauí	Vale do Sambito	1
60	Vila Nova do Piauí	Vale do Rio Guaribas	1
Total		12 Territórios	109

Fonte: elaborada pela autora com base em dados dos sistemas operacionais da Polícia Civil e considerando marcos da Política Territorial piauiense da SEPLAN/PI.

A análise dos casos por município permite inferir prevalência do feminicídio na capital (26), seguida de Parnaíba (5) e das cidades de Batalha, Corrente, Madeiro, Picos, Piripiri e São Raimundo Nonato (3 casos). Teresina é a mais populosa das cidades - 814.230 (IBGE 2010), seguida de Parnaíba – 2º município mais populoso do estado (137.485 – IBGE 2010).

A avaliação do cenário feminicida no Piauí se faz também com base na análise dos casos de Crimes Violentos Letais Intencionais Femininos – CVLI, categoria que reúne crimes de Feminicídio, Homicídio, Estupro seguido de morte, Lesão Corporal seguida de morte, Roubo seguido de morte e Infanticídio cujas vítimas são do sexo feminino.

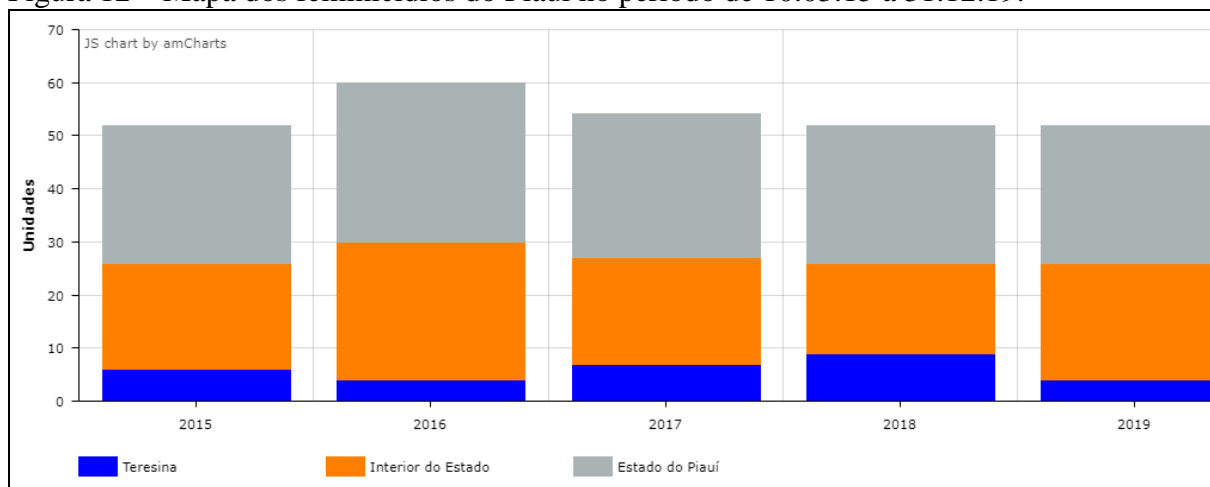
Figura 11 – Mapa dos crimes violentos letais intencionais de mulheres no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.19.



Fonte: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <<http://www.ssp.pi.gov.br/estatisticas/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

A série histórica considerada na pesquisa não considerará o ano de 2019.

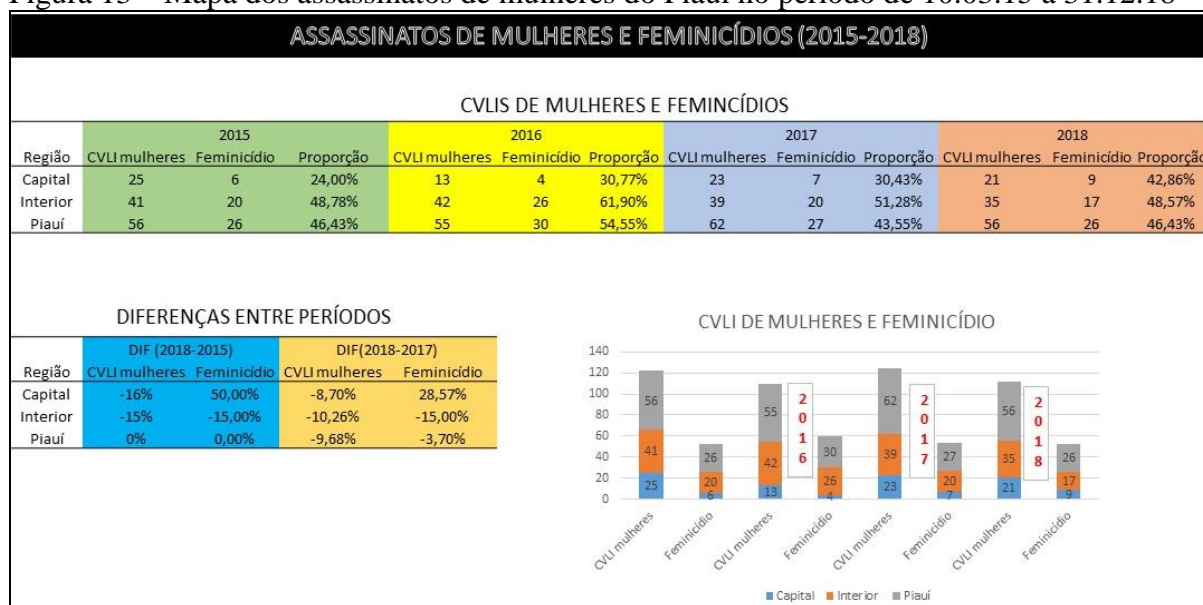
Figura 12 – Mapa dos feminicídios do Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.19.



Fonte: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ. Disponível em: <<http://www.ssp.pi.gov.br/estatisticas/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

A rubrica dos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI – é tomada como paradigma para cálculo da taxa de feminicídio relativamente à quantidade de mulheres assassinadas no período. Assim como a taxa de homicídio representa termômetro para medir índices de segurança, a taxa de feminicídio funciona como termômetro para medir a violência contra a mulher. A série histórica considerada na pesquisa corresponde à data de vigência da Lei do feminicídio – 10.03.15 a 31.12.18.

Figura 13 – Mapa dos assassinatos de mulheres do Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

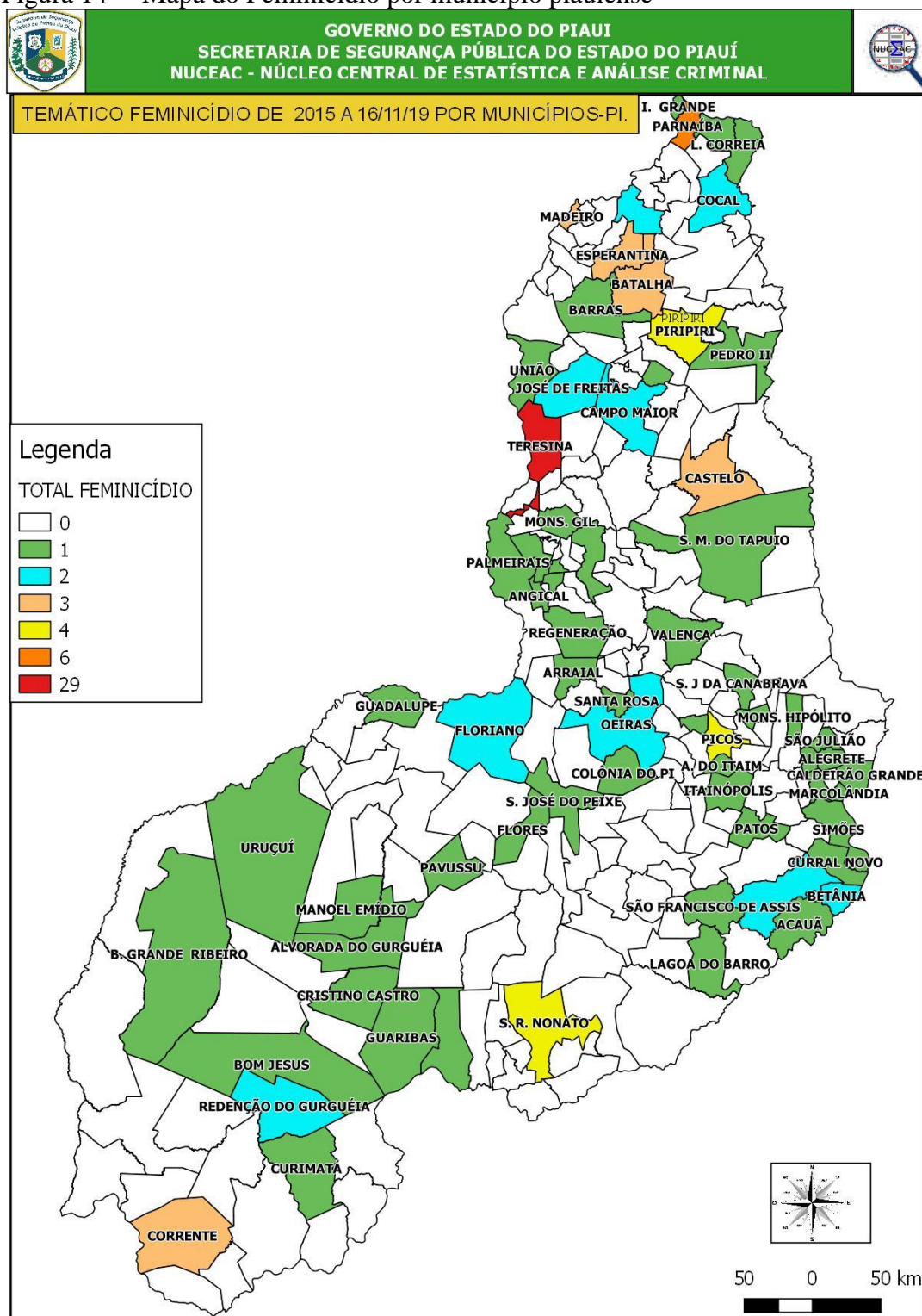


Fonte: Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

No período considerado (10.03.15 a 31.12.18) foram registrados 219 CVLI femininos, dentre os quais 109 foram grafados na rubrica do Feminicídio ou 49,77%. Proporcionalmente, pode-se inferir que os anos de 2015 (26 casos) e 2016 (30 casos) apresentaram maior graduação. O primeiro em razão do período ter sido mais breve, correspondendo a 10 meses e 20 dias – 324 dias e o segundo por apresentar maior número de casos. A análise permite afirmar que no período considerado na pesquisa (2015 - 2018), a evolução temporal dos feminicídios na capital (50%) não acompanhou a dos crimes violentos letais de mulheres – CVLI (-16%), havendo queda no número de casos de CVLI e aumento de feminicídios. Os dados demonstram que a queda nos assassinatos de mulheres não refletiu nos feminicídios na capital. No interior a evolução temporal dos feminicídios (-15%) acompanhou a dos CVLI (-15%). Em ambos os casos, capital e interior, infere-se que os assassinatos de mulheres no Piauí, no período considerado, se deram prevalentemente na rubrica do feminicídio.

O estudo apresenta estado da arte do feminicídio até o dia 16.11.19 como forma de assinalar regularidades e/ ou antinomias após o decurso do tempo eleito para pesquisa.

Figura 14 – Mapa do Feminicídio por município piauiense



Fonte: Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

O atual mapa do feminicídio no Piauí assinala 138 casos de feminicídio no estado desde a vigência da lei até o dia 16 de novembro de 2019, registrados em 69 municípios dos 224 que integram o Piauí, ou 30,80% deles. A análise histórica permite inferir redução de casos na capital no período 2018 - 2019 (9 para 5 casos) e aumento no interior (16 para 24

casos), na mesma proporção da expansão em cidades em que não havia ainda registro de casos, como: Alegrete, Ilha Grande, Jurema, Murici dos Portela, Pavussu, Regeneração, São Francisco de Assis, São Gonçalo e Simões, considerando que em todas estas cidades ocorreu um caso, a exceção de Murici dos Portela em que ocorreram dois casos.

Tabela 6 – Mapa do Feminicídio por município piauiense período 10.03.15 a 31.12.2018.

Nº	Cidade do fato	Território	Total	População feminina	Taxa por 100.000 mulheres
1	Acauã	Vale do Canindé	1	3.290	30,39513678
2	Água Branca	Entre Rios	1	8.647	11,56470452
3	Alvorada do Gurguéia	Chapada das Mangabeiras	1	2.402	41,63197336
4	Angical do Piauí	Entre Rios	1	3.437	29,09514111
5	Arraial do Piauí	Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	1	2.372	42,15851602
6	Baixa Grande do Ribeira	Tabuleiros do Alto Parnaíba	1	5.048	19,80982567
7	Batalha	Cocais	3	12.726	23,57378595
8	Betânia do Piauí	Entre Rios	1	2.902	34,4589938
9	Bocaina	Vale do Rio Guaribas	1	2.220	45,04504505
10	Bom Jesus	Chapada das Mangabeiras	1	11.326	8,829242451
11	Cajueiro da Praia	Planície Litorânea	1	3.421	29,23121894
12	Caldeirão Grande do Piauí	Chapada Vale do Rio Itaim	1	2.826	35,38570418
13	Campo Maior	Carnaubais	1	23.396	4,274234912
14	Caracol	Serra da Capivara	1	5.010	19,96007984
15	Castelo do Piauí	Carnaubais	2	9.354	21,38122728
16	Cocal	Planície Litorânea	1	12.871	7,769404087
17	Cocal de Telha	Carnaubais	1	2.318	43,14063848
18	Colônia do Gurguéia	Vale do Canindé	1	3.073	32,5414904
19	Colônia do Piauí	Vale do Canindé	1	3.732	26,79528403
20	Corrente	Chapada das Mangabeiras	3	12.563	23,87964658
21	Cristino Castro	Chapada das Mangabeiras	1	4.945	20,22244692
22	Curimatá	Chapada das Mangabeiras	1	5.306	18,84658877
23	Currál Novo do Piauí	Chapada vale do Rio Itaim	1	2.338	42,77159966
24	Dom Expedito Lopes	Vale do Rios Guaribas	1	3.348	29,86857826
25	Esperantina	Cocais	2	18.991	10,5313043
26	Flores do Piauí	Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	1	2.147	46,57661854
27	Floriano	Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	2	30.381	6,583061782
28	Guadalupe	Tabuleiros do Alto Parnaíba	1	5.180	19,30501931
29	Guaribas	Serra da Capivara	1	2.185	45,76659039
30	Itainópolis	Vale do Rio Guaribas	1	5.564	17,97268152
31	Joaquim Pires	Cocais	2	6.663	30,01650908
32	José de Freitas	Entre Rios	2	18.563	10,77412056
33	Lagoa do Barro do Piauí	Serra da Capivara	1	2.202	45,41326067
34	Luís Correia	Planície Litorânea	1	13.813	7,239556939
35	Madeiro	Cocais	3	3.772	79,53340403

36	Manoel Emídio	Chapada das Mangabeiras	1	2.512	39,8089172
37	Marcolândia	Chapada vale do Rio Itaim	1	3.945	25,34854246
38	Monsenhor Gil	Entre rios	1	5.228	19,12777353
39	Monsenhor Hipólito	Vale do rio guaribas	1	3.676	27,20348205
40	Oeiras	Vale do Canindé	2	18.599	10,7532663
41	Padre Marcos	Vale do Canindé	1	3.428	29,17152859
42	Palmeirais	Entre Rios	1	6.964	14,35956347
43	Parnaíba	Planície Litorânea	5	75.978	6,580852352
44	Patos do Piauí	Chapada Vale do Rio Itaim	1	3.012	33,20053121
45	Paulistana	Chapada Vale do Rio Itaim	2	10.218	19,57330202
46	Pedro II	Cocais	1	19.053	5,248517294
47	Picos	Vale do Rio Guaribas	3	38.353	7,822073893
48	Piripiri	Cocais	3	31.696	9,464916709
49	Redenção do Gurguéia	Chapada das Mangabeiras	1	4.177	23,94062724
50	Santa Rosa do Piauí	Vale do Canindé	1	2.567	38,95597974
51	São João da Canabrava	Vale do Rio Guaribas	1	2.735	36,5630713
52	São José do Peixe	Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	1	1.815	55,09641873
53	São Julião	Vale do Rio Guaribas	2	2.846	70,27406887
54	São Miguel do Tapuio	Carnaubais	1	8.915	11,21704992
55	São Raimundo Nonato	Serra da Capivara	3	16.430	18,2592818
56	Teresina	Entre Rios	26	433.618	5,996061049
57	União	Entre Rios	1	21.250	4,705882353
58	Uruçuí	Tabuleiros do Alto Parnaíba	1	10.240	9,765625
59	Valença do Piauí	Vale do Sambito	1	10.749	9,303190995
60	Vila Nova do Piauí	Vale do Rio Guaribas	1	1.500	66,66666667
Total			109	997.836	10,92363875

Fonte: elaborada pela autora do estudo com base em dados dos sistemas operacionais da Polícia Civil, Núcleo de Estatísticas e Análise Criminal da SSP/PI e considerando marcos da Política Territorial piauiense da SEPLAN e dados do IBGE – CENSO 2010. (Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/vila-nova-do-piaui/pesquisa/23/27652?detalhes=true>>. Acesso em: 12 jan. 2020).

A taxa de Femicídio por 100.000 habitantes presente na última coluna da tabela acima, é calculada consoante a fórmula: Taxa de Femicídio = Quantidade de feminicídio : População sexo feminino x 100.000.

Uma vez apresentado cenário estatístico relacionado aos casos de feminicídio no Piauí, passa-se a diagramar os mesmos casos considerando nuances subjetivas - desenhos biográficos da vítima e do autor, e categorias objetivas – dinâmicas do fato criminoso.

3.1.2. Perfil biográfico das vítimas e autores

Uma vez delineado campo da cartografia geral do feminicídio no Piauí sob o ponto de vista territorial, o estudo se volta à dimensão subjetiva, apresentando perfil biográfico das 109 vítimas e respectivos autores.

Apresenta-se inferências relacionadas à idade, raça, ocupação, estado civil e gênero da totalidade de vítimas de feminicídio - 109 (cento e nove) e autores no período compreendido pela pesquisa. O objetivo será traçar perfis biográficos que auxiliem na compreensão da dinâmica dos assassinatos privilegiando saberes locais.

Os dados foram organizados por ano, distinguindo capital (C) de interior (I) para permitir análises de contextos relacionados a índices demográficos, sociais, econômicos, acesso a informação, acesso a armas de fogo, locais de crime, perfil das vítimas, autores e modo de atuação. Foi utilizado recurso de sombreamento para casos ocorridos na capital como forma de diferenciá-los em relação aos do interior permitindo visualização rápida.

Apesar de ser valente
Maria era afeiçãoada
Às coisas bem femininas
Só andava perfumada²¹⁰

Os versos se referem à Maria Bonita – Maria Gomes de Oliveira, mulher nordestina, primeira Cangaceira do Sertão, considerada destemida, de acentuada coragem, vaidosa e combatente²¹¹. Descrição de Maria Bonita: “A Rainha do Cangaço [...]: cabelos ao estilo das melindrosas, dedos tomados por anéis e uma profusão de colares no pescoço²¹²”.

Tabela 7 – Mapa geral de categorias biográficas das mulheres assassinadas na rubrica do Feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Ano	Nº	Idade	Pele	Estado civil	Ocupação	Vínculo
2015	1	24	Parda	União estável	Trabalhadora rural	S/vínculo
	2	15	Parda	Solteira	Estudante	Familiar
	3	21	Parda	Não informado	Estudante	Familiar
	4	17	Branca	Solteira	Estudante	S/ vínculo
	5	31	Parda	Solteira	Autônoma	Familiar
	6	3	Preta	Solteira	Criança	Familiar
	7	58	Parda	Solteira	Trabalhadora rural	Familiar
	8	28	Parda	Casada	Doméstica	Familiar Ex-marido
	9	71	N/I	Não consta	Idosa	-
	10	33	Parda	Solteira	Estudante	Familiar
	11	14	Parda	Solteira	Estudante	Familiar
	12	29	Preta	União estável	Do lar	Familiar
	13	56	Parda	Casada	Costureira	Familiar
	14	34	Parda	Solteira	Do lar	Familiar
	15	31	Branca	N/C	Turismóloga	Familiar

²¹⁰ NEGREIROS, Adriana. Sexo, violência e mulheres no cangaço. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p.9.

²¹¹ “Cabocla bonita, [...] valente e decidida como um homem”, participava ativamente dos combates e atirava de carabina a sangue-frio. Lampião, deveras apaixonado, mordida-se de ciúmes da morena” (NEGREIROS, Adriana. Sexo, violência e mulheres no cangaço. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p.91).

²¹² NEGREIROS, Adriana. Sexo, violência e mulheres no cangaço. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p.135).

2016	16	15	Parda	Solteira	Estudante	Familiar
	17	34	Parda	Casada	Trabalhadora rural	Familiar
	18	20	Parda	Solteira	Trabalhadora rural	Familiar
	19	81	Preta	Casada	Trabalhadora rural	Interpessoal
	20	38	Parda	União estável	N/C	Familiar
	21	19	Preta	N/C	Trabalhadora rural	Familiar
	22	21	Parda	Concubinato	Operadora de máquina	Familiar
	23	40	Parda	Casada	Do lar	N/c
	24	30	N/c	N/C	N/C	N/c
	25	39	N/c	Solteira	Doméstica	Familiar
	26	83	Parda	Viúva	Doméstica	Familiar
	27	44	Parda	Solteira	Diarista	Familiar
	28	48	Parda	Solteira	Do lar	Familiar
	29	40	Parda	Solteira	Trabalhadora rural	S/vínculo
	30	17	Parda	Solteira	Secretária	Familiar
	31	37	Parda	Solteira	Aposentada	Familiar
	32	43	Negra	Solteira	Do lar	Interpessoal
	33	33	Parda	União estável	Trabalhadora rural	Familiar
	34	33	Parda	União estável	Do lar	Familiar
	35	21	Parda	Solteira	Desempregada	Familiar
	36	23	Parda	União estável	Desempregada	Familiar
	37	55	Branca	Casada	Do lar	Familiar
	38	42	Parda	União estável	Doméstica	Familiar
	39	14	Parda	Solteira	Estudante	Familiar
	40	47	N/I	N/I	Autônoma	Interpessoal
	41	26	Negra	Divorciada	Garçone	Interpessoal
	42	35 A 64	N/i	Casada	Trabalhadora rural	N/c
2017	43	46	Parda	Casada	Trabalhadora rural	Familiar
	44	57	Parda	União estável	Trabalhadora rural	Familiar
	45	21	Parda	Solteira	Téc. Enfermagem	Familiar
	46	30	Parda	União estável	Do lar	Familiar
	47	45	Negra	Casada	Trabalhadora rural	Familiar
	48	15	Parda	Solteira	Do lar	Familiar (sobrinha)
	49	32	Negra	União estável	N/I	Familiar
	50	37	Parda	Casada	Comerciante	Familiar
	51	35 A 64	N/I	N/I	N/C	Familiar
	52	45	Parda	Solteira	Doméstica	Interpessoal
	53	43	Parda	Casada	Do lar	Familiar
	54	29	Parda	Solteira	Trabalhadora rural	Familiar
	55	18	Parda	Solteira	Estudante	Familiar
	56	50	Parda	Casada	Do lar	N/c
	57	44	Parda	Solteira	Do lar	Familiar
	58	78	Parda	Viúva	Aposentada	Familiar
	59	42	Parda	Casada	Serviços gerais	Familiar
	60	39	Parda	Divorciada	Do lar	Familiar
	61	25	Parda	Solteira	Estudante	Familiar
	62	21	Parda	Solteira	Estudante	Familiar
	63	37	Parda	Solteira	Empregada doméstica	Familiar
	64	35	Parda	Viúva	Do lar	Familiar
	65	20	Parda	Solteira	Estudante	C/vínculo indireto (contratado pelo ex-namorado da vítima)
	66	70	Parda	Solteira	Aposentada	S/vínculo
	67	25	Branca	Solteira	N/C	Familiar
	68	34	Branca	Solteira	Profissional do sexo	Em investigação
	69	48	Parda	Casada	Trabalhadora rural	Familiar
	70	24	Branca	N/C	N/C	Familiar
	71	36	Branca	Solteira	Frentista	Familiar
	72	58	Branca	Solteira	Psicóloga	Familiar

2018	73	39	Parda	Solteira	Do lar	Familiar
	74	-	-	-	-	-
	75	43	Parda	União estável	Serviços gerais	Serviços gerais
	76	23	Parda	União estável	Do lar	Familiar
	77	36	Parda	Casada	Professora	Familiar
	78	54	Preta	Solteira	Do lar	N/c
	79	22	Parda	União estável	Do lar	Familiar
	80	28	Branca	União estável	Do lar	
	81	40	Parda	Casada	Quebradeira de castanha	Familiar
	82	12	Preta	Solteira	Estudante	Familiar Relacionamento amoroso
	83	27	Parda	Divorciada	-	Familiar
	84	27	Preta	União estável	Outra Desempregada	Familiar (companheira)
	85	59	Parda	Casada	Outra Merendeira Servidora pública	Familiar Esposo
	86	26	Preta	Solteira	Desempregada	N/c
	87	40	Branca	União estável	Do lar	Familiar Companheiro
	88	27	Parda	Casada	Trabalhadora rural	Familiar Esposo
	89	38	Parda	União estável	Outra Vendedora	Familiar Companheiro
	90	22	Parda	Solteira	Do lar	Familiar Ex-companheiro
	91	34		União estável	Do lar	Familiar Amante
	92	22	Parda	Solteira	Do lar	N/c
	93	32	Branca	Solteira	Outra Cabelereira	Familiar Namorado
	94	35	Parda	Solteira	Empregada doméstica	Familiar Namorado
	95	30	Parda	União estável	Empregada doméstica Diarista	Familiar Companheiro
	96	28	Branca	Casada	Outra Professora	Familiar (marido)
	97	25	Parda	Solteira	Outra Desempregada	N/c
	98	31	Parda	Separada	Outra Desempregada	Familiar (ex-companheiro)
	99	21	Parda	União estável	Trabalhadora rural	Familiar Companheiro
	100	38	Preta	Divorciada	Empregada doméstica	Marido
	101	33	Preta	Solteira	Do lar	Familiar Companheiro
	102	23	Branca	Separada	Outra Atendente	Familiar Companheiro
	103	23	Parda	Casada	Do lar	Familiar Ex-companheiro
	104	31	Parda	Solteira	Do lar	S/vínculo
	105	19	Parda	União estável	Outra Desempregada	Familiar Companheira
	106	43	Parda	Solteira	Do lar	Familiar
	107	32	Preta	Casada	Do lar	Familiar Companheiro
	108	47	Parda	União estável	Do lar	-
	109	54	Parda	Casada	Do lar	Familiar Marido

Fontes: elaborada pela autora com base nos Sistemas Operacionais da Polícia Civil (SISBO, SISPROCEP, SIMCVLI) e da Justiça (THEMIS WEB).

O mapa geral das mulheres assassinadas permite construir recortes relacionados ao perfil racial, etário, estado civil, ocupação e vínculos com o autor. Os campos pertinentes ao nada consta – N/C correspondem quase na totalidade a processos que correm em segredo de justiça.

Tabela 8 – Mapa da categoria Raça atribuída às vítimas de Feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18.

Ano	Preta		Branca		Parda		N/C		Total		Total Geral
	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	Capital+ interior
2015	-	2	-	1	6	15	-	2	6	20	26
2016	1	3	-	1	3	19	-	3	4	26	30
2017	-	2	1	5	6	12	-	1	7	20	27
2018	2	3	2	3	5	11	-	-	9	16	26
Total	3	10	3	10	20	57	-	6	26	83	109
Total Geral	13		13		77		6		109		109
%	11,92		11,92		70,64		5,50		100		100

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

A categoria de análise Raça foi traçada com base em padrões do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Branca, Preta, Amarela, Parda e Indígena. Como inexisteram registros relacionados aos padrões Amarela e Indígena, não foram eles tabelados. Porém não se pode concluir pela inexistência desses padrões, senão por suas invisibilidades, porque há registros no Piauí de Comunidades Indígenas, consoante pesquisa da Universidade Federal do Piauí – UFPI, porém embora os sistemas operacionais da Polícia Civil piauiense disponham das categorias, não são elas exploradas pela Polícia, especialmente as Comunidades Quilombolas.

A Tabela revela que 70,64% das mulheres assassinadas na rubrica do Feminicídio eram pardas, seguidas das brancas (11,92%) e pretas (11,92%). Se agregarmos as categorias preta e parda à categoria Negra, obtemos o percentual de 82,56% ou 90 mulheres negras. Portanto, a quase totalidade das mulheres assassinadas era negra. A taxa de feminicídios é maior entre as mulheres negras. O dado está em simetria com diagnóstico nacional feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP no Atlas da Violência 2018²¹³.

²¹³“Desagregando-se a população feminina pela variável raça/cor, confirma-se um fenômeno já amplamente conhecido: considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%. Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%” (IPEA E FBSP. Atlas da violência 2018. Rio de Janeiro, 2018, p. 51. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020).

A coluna N/C relaciona-se à impossibilidade de se levantar a cor da pele das mulheres nos bancos de dados consultados, em regra porque os padrões de Exame Cadavérico adotados em cidades desprovidas de Perícia Oficial se diferenciam do formato adotado pelo Instituto de Medicina Legal – IML que prevê campo relacionado à raça e aqueles não.

O padrão “Raça” é atribuído pelo Médico Legista no momento da realização do exame cadavérico e se dá conforme o “sentir” do Legista com base na aparência do cadáver, desprovido de metodologia uniforme. Trata-se de peculiaridade que pode comprometer a compreensão da categoria raça no Piauí, havendo, portanto, necessidade de padronização de quesito em protocolo específico, por não ser mais possível obter-se a autodeterminação.

Tabela 9 – Mapa da categoria Estado civil atribuído às vítimas de Feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18.

Ano	Solteira		Casada		Un est		Concu.		Viúva		Divorc.		N/C		Total		Total Geral
	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	Capital+ interior
2015	4	7	1	4	-	3	-	1	1	-	-	-	-	5	6	20	26
2016	3	10	-	7	-	7	-	-	-	-	1	-	-	2	4	26	30
2017	4	9	1	3	-	4	-	-	1	1	1	1	-	2	7	20	27
2018	4	5	1	5	4	4	-	-	-	-	-	3	-	-	9	16	26
Total	15	31	3	19	4	18	-	1	2	1	2	4	-	9	26	83	109
Total Geral	46		22		22		1		3		6		9		109		109
%	41,28		20,18		20,18		0,92		2,78		5,50		8,26		100		100

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

Em 41,28% (46) dos casos, as vítimas foram registradas como “solteira”, porém ao se imbricar o estado civil com a categoria “vínculo”, vê-se que 33 delas (73,33%) possuíam vínculos familiares com o autor. Portanto, havia relação de proximidade e de confiança entre elas e os agressores. No aspecto criminal, vinculação favorece investigação e processamento judicial dos casos, além de facilitar parcialmente compreensão da qualificadora no âmbito da violência doméstica e familiar como sendo uma das razões legais da condição de sexo feminino.

Tabela 10 – Mapa da categoria Ocupação atribuída às vítimas de Feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18.

Ano	Trab. Rural		Do lar		Estudante		Doméstica		Outra		N/C		Total		Total Geral
	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	Capital+interior
2015	-	6	-	3	3	3	2	1	1	5	-	2	6	20	26
2016	-	7	-	8	-	1	-	3	4	6	-	1	4	26	30
2017	-	2	2	6	2	2	-	1	3	5	-	4	7	20	27
2018	-	2	2	9	-	-	2	1	5	4	-	-	9	16	26
Total	-	17	4	26	5	6	4	6	13	20	-	7	26	83	109
Total Geral	17		30		11		10		34		7		109		109
%	15,60		27,52		10,09		9,17		31,19		6,42		100		100

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

A ocupação que lidera o *ranking* está relacionada às atividades domésticas (30 delas ou 27,52%), dado que desvela dependência econômica em relação ao agressor, tornando-a mais vulnerável à necessidade de permanecer vinculada a ele. A condição de inativa reflete posicionamento da mulher no desempenho de funções sexuais, reprodutivas e de socialização dos filhos constituindo meio de expropriação do acesso ao mercado de trabalho e, portanto, de subsistência material²¹⁴.

Tabela 11 – Mapa da categoria Geração atribuída às vítimas de Feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18.

Faixa etária (anos)	Etapa	Capital				Interior				Total		Total Geral	%
		Série histórica 2015 a 2018				Série histórica 2015 a 2018							
		15	16	17	18	15	16	17	18	C	I	C + I	C + I
< 1 a 11	Criança*	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	0,92
12 a 17	Adolescente**	2	1	-	-	2	2	1	-	3	5	8	7,34
18 a 29	Jovem***	-	3	2	2	8	3	7	9	7	27	33	31,19
30 a 59	Adulta****	3	-	4	7	7	19	10	8	14	44	58	53,21
60 e +	Idoso*****	1	-	1	-	2	-	1	-	2	3	5	4,59
N/C	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	3	3	2,75
Total	-	6	4	7	9	20	26	20	16	26	83	109	100
Total		26				83				109		109	100

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados desenvolvidos a partir dos sistemas de informação da Polícia Civil do Piauí SIMCVLI e SISPROCEP em Fevereiro/2019.

Substratos: * Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90; ** ECA/SINASP -Sistema Nacional Socioeducativo; Estatuto da Juventude - ***Lei nº. 12.852/13; **** Ciclo de vida; ***** Estatuto do Idoso - Lei nº. 10.741/03.

No que pertine à geração, há prevalência da faixa etária de 30 a 59 anos, considerada adulta. Na capital, das 26 mulheres assassinadas, 14 delas eram adultas (53,84%) e no interior,

²¹⁴ A autora adverte que essa condição pode sinalizar indagações sobre: “[...] até que ponto a inferiorização social da mulher decorre de uma necessidade estrutural do sistema capitalista de produção ou de uma mera tradição cultural, na qual a mulher representava um ser submisso, tendo-se em vista o seu emprego racional como meio para a consecução de fins como o confinamento no lar, de uma mão-de-obra que o sistema produtivo dominante não tem capacidade de absorver” (SAFFIOTI, Heleieth. Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1976, p.19-20).

das 83 mulheres, 44 eram adultas (53,01%), ou seja, mais da metade das vítimas de feminicídio no Piauí eram adultas (58 ou 53,21%). O perfil da mulher vítima de feminicídio pode ser traçado da seguinte forma: mulher adulta, negra, solteira e do lar.

O perfil do autor foi desenhado utilizando-se das mesmas categorias empregadas no perfil das mulheres com a finalidade de fazer dialogar dados. As tabelas a seguir delineiam o perfil dos autores. Assinala-se que, de forma oposta a das mulheres, dados biográficos do autor deixam muitas lacunas, embora indispensáveis à individualização para efeitos procedimentais - indiciamento, acusação, defesa e julgamento.

Em relação às mulheres, o Laudo Cadavérico constitui principal documento que norteia perfis biográficos, inexistindo peça procedimental específica para (a) caracterização obrigatória do autor. A carência de dados tem início por ocasião da investigação policial e permanece, em regra, com as mesmas lacunas na fase processual. O mapa, portanto, pode ser considerado parcialmente para efeitos estatísticos considerando os quesitos idade, pele, estado civil e ocupação.

Pode tê corpo de gente
Mas gente mesmo não é
Acho inté que não nasceu
Das entranha de muie²¹⁵.

Tabela 12 - Mapa geral de categorias biográficas dos autores de Feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18.

Ano	Nº	Idade	Pele	Estado civil	Ocupação
2015	1	34	N/c	União estável	Trabalhador rural
		25	Parda	Solteiro	Trabalhador rural
	2	57	Parda	Casado	N/c
	3	63	Parda	Viúvo	Aposentado
		40	Parda	N/C	N/C
	4	15	Branca	Solteiro	Estudante
		16	Parda	Solteiro	Estudante
		17	Parda	Solteiro	Estudante
		16	Parda	Solteiro	Estudante
	5	33	N/c	Solteiro	Comerciante
	6	29	Preta	Solteiro	Ajudante de pedreiro (trabalhador avulso)
	7	39	N/C	Solteiro	Lavrador
	8	N/C	N/C	União estável	Segredo de justiça
	9	-	-	-	-
	10	32	Branca	N/C	Vigilante
	11	-	-	-	Ñ localizado
	12	47	N/C	União estável	Pedreiro

²¹⁵ NEGREIROS, Adriana. Sexo, violência e mulheres no cangaço. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p.10.

2016	13	61	N/C	Casado	Aposentado
	14	37	Parda	Solteiro	Mecânico
	15	46	Parda	Solteiro	Oficial de justiça
	16	18	N/C	Solteiro	Servente de pedreiro
	17				
	18				
	19	34	N/C	Solteiro	Pedreiro
	20	43	N/C	Solteiro	Gesseiro
	21	33	Parda	Solteiro	Pedreiro
	22	49	N/c	Casado	Trabalhador rural
	23	48	Parda	-	Não localizado
	24	N/C	N/C	N/C	Não localizado
	25	56	Parda	N/C	Trabalhador rural
	26	56	Branca	Solteiro	Vendedor autônomo
	27	-	-	-	Segredo de justiça
	28	33	N/C	Casado	Autônomo
	29	35	N/C	Casado	Nivelador
	30	23	N/C	N/C	Vendedor autônomo
	31	66	N/C	União estável	Trabalhador rural
	32	48	N/C	União estável	Vigilante
	33	34	N/C	União estável	Trabalhador rural
	34	51	N/C	Solteiro	Motorista
	35	31	N/C	N/C	Caseiro
	36	16	N/C	União estável	Desempregado
	37	31	N/C	Solteiro	Magarefe
	38	37	N/C	União estável	Garçom
	39	35	N/C	N/c	Trabalhador rural
	40	25	N/C	Solteiro	Trabalhador rural
	41	38	N/C	Solteiro	Servente de pedreiro
	42	N/C	N/C	N/C	N/C
	43	53	N/C	Casado	Soldador
	44	36	Preta	Casado	Trabalhador rural
	45	18	N/C	Solteiro	Desempregado
		20	N/C	N/c	N/c
	46	24	N/C	Solteiro	Trabalhador rural
	47	53	N/C	Solteiro	Músico
	48	25	N/C	Solteiro	Operador maquinas
	49	25	N/C	Solteiro	Auxiliar de mecânico
	50	41	N/C	Solteiro	Trabalhador rural
	51	43	N/C	N/C	N/C
	52	26	N/C	Solteiro	Servente de pedreiro
	53	48	Preta	Casado	Trabalhador rural
	54	37	N/C	N/C	N/C
	55	28	N/C	União estável	Trabalhador rural
	56	34	N/C	N/C	N/C
	57	50	N/C	Viúvo	Comerciante
	58	49	Parda	N/C	N/C
2017	59	35	Preta	União estável	Zelador
	60	44	Parda	Solteiro	Agricultor
	61	23	Branca	Solteiro	Tenente-EB
	62	16	N/C	N/C	N/C
	63	38	Parda	Solteiro	Policial militar
	64	65	N/C	Separado	Trabalhador rural

2018	65	55	Parda	N/C	Aposentado
	66	22	N/C	N/C	Ajudante de pedreiro
	67	30	Preta	Solteiro	Desempregado(a)
	68	47	N/C	Viúvo	Pedreiro
	69	N/C	N/C	N/C	N/C
	70	44	N/C	N/C	Mecânico
	71	26	Parda	N/C	N/C
	72	41	N/C	N/C	N/C
	73	N/C	N/C	N/C	N/C
	74	N/C	N/C	N/C	N/C
	75	47	Parda	Casado	Pedreiro
	76	23	Parda	U estável	Açougueiro
	77	38	N/C	N/C	Trabalhador rural
	78	21	Parda	N/C	Operador de máquina
	79	34	Parda	N/C	Trabalhador rural
	80	N/C	N/C	N/C	N/c
	81	42	Parda	N/C	Trabalhador rural
	82	22	Parda	N/C	Ajudante geral
	83	33	Parda	Solteiro	Diarista
	84	37	Parda	U estável	Desempregado
	85	59	Preta	Casado	Aposentado
	86	37	Preta	U estável	Lavrador
	87	46	Parda	U estável	Carvoeiro
	88	37	N/C	Viúvo	Agricultor
	89	30	Parda	U estável	Desempregado
	90	23	Parda	Solteiro	Trabalhador rural
	91	22	N/C	Solteiro	Auxiliar de padeiro
	92	17	N/C	N/C	N/c
	93	33	Parda	Solteiro	Taxista
	94	25	Preta	Solteiro	Impressor
	95	31	Branca	União estável	Ajudante de pedreiro
	96	31	Branca	N/C	Mecânico
	97	N/C	N/C	N/C	N/C
	98	46	Parda	Divorciado	Vigilante
	99	31	Branca	U estável	Açougueiro
	100	24	Parda	Solteiro	Lavador de carro
	101	66	N/C	Divorciado	Vigilante
	102	25	Branca	Solteiro	Ajudante pedreiro
	103	N/C	N/C	N/C	Foragido
	104	30	Parda	Solteiro	Tatuador
	105	25	Parda	N/C	Pedreiro suicídio
	106	44	Preta	N/C	Trabalhador rural Segredo suicídio
	107	39	Parda	U estável	Trabalhador rural
	108	N/C	N/C	N/C	Segredo
	109	59	Parda	Casado	Estivador suicídio

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia e da Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

Para efeito de análise dos dados pontua-se que a quantidade de autores de feminicídio no Piauí no período da pesquisa supera em 4 a quantidade de 109 mulheres assassinadas,

porque em um dos casos (Madeiro) um só homem assassinou 3 mulheres, e em 2 casos (Castelo e Teresina) figuraram 5 e 2 autores respectivamente. Logo, a totalidade de autores considerada será de 113 e não 109.

Tabela 13 – Mapa da categoria Raça atribuída aos autores de Feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Ano	Preta		Branca		Parda		N/c		Total		Total Geral
	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	Capital+ interior
2015	-	1	2	1	1	11	3	10	6	23	29
2016	-	2	-	-	-	-	5	24	5	26	31
2017	1	1	1	-	3	9	2	10	7	20	27
2018	2	2	1	3	2	9	3	4	8	18	26
Total	3	6	4	4	6	29	13	48	26	87	113
Total Geral	9		8		35		61		113		113
%	7,96		7,08		30,97		53,98		100		100

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

Na tabela 13, mais da metade dos autores de feminicídio, não possuem rubrica de raça nem nos sistemas da polícia e nem nos da justiça, ficando a análise parcialmente prejudicada. Como a categoria raça não é cotejada como elemento jurídico a ser aplicado no trabalho jurídico penal do feminicídio, não se tornou campo obrigatório nos sistemas operacionais, embora na polícia exista campo específico. A lacuna precisa ser preenchida pela Administração Pública como forma de dar visibilidade à categoria raça e orientar políticas públicas que a tome como uma das diretrizes.

Dos 113 autores, foi possível conhecer a raça de 52 deles aonde se vê prevalência da cor parda (35 ou 30,97%) e quando somada à preta (9 ou 7,96%) totalizam 44 autores negros ou 38,94% do total geral e 84,61% do parcialmente visível.

Tabela 14 – Mapa da categoria Estado civil atribuído aos autores de Feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Ano	Soltei		Casado		U est		Concu		Viúvo		Divor.		N/c		Total	Total Geral
	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	Capital+ interior
2015	2	13	1	2	-	3	-	-	-	1	-	-	3	4	6	29
2016	2	9	-	5	-	6	-	-	-	-	-	-	3	6	5	31
2017	3	2	-	1	1	1	-	-	1	1	-	1	2	14	7	27
2018	3	4	1	1	2	4	-	-	-	1	1	1	1	6	8	26
Total	10	28	2	9	3	14	-	-	1	3	1	2	9	30	26	113
Total Geral	38		11		18		-		4		3		39		113	
%	33,63		9,73		15,93		-		3,54		2,65		34,51		100	

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

Embora os dados da categoria “Estado Civil” apresentem elevado percentual lacunoso, pode-se inferir que, assim como com as mulheres, o estado “solteiro” prevaleceu proporcionalmente ao número de autores em que foi possível mapear (74 ou 65,48%).

Tabela 15 – Mapa da categoria Ocupação atribuída aos autores de Feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Ano	Trab. Rural		Pedreiro		Estudante		Vigia		Outra		N/c		Total		Total Geral
	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	Capital+ interior
2015	1	4	1	4	-	4	1	-	2	5	1	6	6	23	29
2016	-	9	1	1	-	-	-	1	3	10	1	5	5	26	31
2017	1	4	-	3	-	-	-	-	4	7	2	6	7	20	27
2018	-	4	1	2	-	-	1	1	5	7	1	3	8	17	25
Total	2	21	3	10	-	4	2	2	14	30	5	20	26	87	113
Total Geral	23		13		4		4		44		25		113		113
%	20,35		11,50		3,54		3,54		38,94		22,12		100		100

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI

A ocupação que mais se sobressaiu, dentre as declaradas, foi a de Trabalhador Rural seguida de Pedreiro. Dentre as que se encontram na categoria “Outra” vislumbra-se autônomos na mecânica, gesso, garçom, soldador, zelador, comerciante, açougueiro, operador de máquinas, auxiliar de padaria, taxista, lavador de carro, estivador e tatuador. Profissões que não exigem tanta qualificação profissional.

Tabela 16 – Mapa da categoria Geração atribuída aos autores de Feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Faixa etária (anos)	Etapa	Capital				Interior				Total		Total Geral	%
		Série histórica 2015 A 2018				Série histórica 2015 A 2018							
		15	16	17	18	15	16	17	18	C	I	C + I	C + I
< 1 a 11	Criança*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 a 17	Adolescente**	-	-	1	-	4	1	-	1	1	6	7	6,19
18 a 29	Jovem***	1	3	1	2	2	6	5	5	7	17	24	22,12
30 a 59	Adulta****	3	2	5	4	13	16	10	10	14	49	63	55,75
60 e +	Idoso*****	1	-	-	1	1	1	1	-	2	3	5	4,42
N/C	-	1	-	-	1	3	2	4	2	2	11	13	11,50
Total	-	6	5	7	8	23	26	20	18	26	87	113	100,00
Total		26				87				113		113	100,00

Dados desenvolvidos a partir dos sistemas de informação da Polícia Civil do Piauí SIMCVLI e SISPROCEP em Fevereiro/2019. Substratos: * Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90; ** ECA/SINASP - Sistema Nacional Socioeducativo; Estatuto da Juventude - ***Lei nº. 12.852/13; **** Ciclo de vida; ***** Estatuto do Idoso - Lei nº. 10.741/03.

Os dados revelam faixa etária adulta prevalente que compreende de 30 a 59 anos (55,75%), correspondendo a mais da metade dos autores. Em seguida vem a jovem de 18 a 29 anos (22,12%). A faixa etária dos autores coincide com a das vítimas. Dos 26 autores da

capital, mais da metade eram adultos (14 ou 53,85%). No interior dos 86 autores, 49 são adultos ou 56,32%.

Os autores de feminicídio podem ser descritos prevalentemente como homens negros, adultos, solteiros e trabalhadores rurais. Tanto autores quanto vítimas possuem perfis semelhantes.

A última parte relacionada às estatísticas criminais refere-se ao fato criminoso e exploração das categorias: local de crime, vínculo existente entre autor e vítima, instrumento utilizado para o assassinato, local, dia da semana e horário. Pretende-se promover diálogos entre perfis da vítima e do autor com dinâmica dos fatos.

3.1.3. Mapa de categorias criminais

Os dados utilizados para mapeamento das categorias criminais foram desenvolvidos por consultas feitas nos sistemas da Polícia Civil – SISBO, SISPROCEP e SIMCVLI e no sistema da Justiça – THEMIS WEB. O primeiro mapa diz respeito ao local em que ocorreram os assassinatos.

Tabela 17 – Mapa do local em que ocorreram os Feminicídios no período de 10.03.15 a 31.12.18

Ano	Residência vítima		Público		Outro		N/c		Total		Total Geral
	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	Capital+ interior
2015	3	10	1	7	-	2	2	1	6	20	26
2016	4	19	1	6	-	1	-	-	5	26	31
2017	4	8	2	9	-	-	-	3	6	20	26
2018	6	13	-	1	2	2	1	1	9	17	26
Total	17	49	4	23	2	5	3	5	26	83	109
Total Geral	66		27		7		8		109		109
%	61,47		24,77		6,42		7,34		100		109

Fonte: autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

Foram eleitas duas categorias principais: residência da vítima e local público por serem utilizadas comumente em pesquisas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP²¹⁶ e no Mapa da Violência 2015²¹⁷ de Julio Jacobo quando tratam de assassinatos de mulheres. Os dados revelam preponderância dos casos nas residências das vítimas (61,47%).

²¹⁶FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2018/>>. Acesso em 02 mar. 2018.

²¹⁷WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 2 mar/2018.

Na categoria “Outro” compreende-se: residência do autor, carro do autor, local de trabalho da vítima, local de trabalho do autor. O espaço público compreende casos de locais próximos à residência da vítima como logradouros, quintais e bares.

As inferências confirmam relações de proximidade entre vítima e autor que denotam confiança, tornando as vidas das vítimas precárias e mais vulneráveis ao cometimento do assassinato. O segundo mapa identifica vínculos entre vítimas e autores.

Tabela 18 – Mapa de vínculos existentes entre vítimas e autores de feminicídio ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Ano	Familiar		Interpessoal		S/ vínculo		N/c		Total		Total Geral
	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	Capital+ interior
2015	6	14	-	1	-	2	-	3	6	20	26
2016	4	19	1	3	-	2	-	2	5	26	31
2017	6	14	-	-	-	2	-	4	6	20	26
2018	8	13	-	-	-	1	1	2	9	17	26
Total	24	60	1	4	-	7	1	11	26	83	109
Total Geral	84		5		7		13		109		109
%	77,06		4,59		6,42		11,93		100		100

Fonte: autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

O vínculo familiar é prevalente e corresponde a 77,06% dos casos, caracterizando-se por relações matrimoniais, de companheirismo, namoro e paternais. As relações interpessoais são predominantemente do tipo profissional do sexo. Os casos mais desafiadores são aqueles em que não se verifica quaisquer vínculos entre autor e vítima, não se enquadrando na modelagem legal da violência doméstica ou familiar mas emoldurados na condição de sexo feminino compreendida pelo menosprezo ou discriminação à mulher. A prevalência de casos com vínculos familiares/ interpessoais (89 ou 81,65%) pode sinalizar “cegueira” em relação a violências perpetradas no eixo horizontal, dissociadas de vínculos subjetivos.

Em seguida, identificou-se instrumentos e armas empregados nos assassinatos das mulheres, com recorte em quatro categorias: arma de fogo, arma branca, instrumento contundente e outros. As categorias foram delineadas com base nos achados empíricos.

Tabela 19 – Mapa dos instrumentos utilizados pelos autores de feminicídio ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Ano	Arma de fogo		Arma branca		Contundente		Outros		Total		Total Geral
	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	Capital+ interior
2015	3	6	2	9	1	3	-	2	6	20	26
2016	3	5	2	12	-	1	-	8	5	26	31
2017	2	8	1	6	3	5	-	1	6	20	26
2018	2	1	5	12	3	4	-	-	10*	17*	27
Total	10	20	10	39	7	13	-	11	26	83	110
Total Geral	30		49		20		11		110*		110*
%	27,27		44,55		18,18		10,00		100		100

* Em um dos casos de 2018 foram utilizadas arma de fogo e arma branca simultaneamente.

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

Quanto ao instrumento utilizado para assassinar mulheres, a arma branca lidera o *ranking* com 44,55%, seguida da arma de fogo (27,27%) com predominância na capital (38,46% dos casos), mas se equipara em termos quantitativos com a arma branca (38,46%). No interior prevalece a arma branca (faca, facão) em 46,99% dos casos. É possível analisar-se o uso da força física com o somatório do montante da arma branca e do instrumento contundente perfazendo 62,73%, ou seja, em mais da metade dos casos está presente elemento ligado à masculinidade: força física que possibilita controle do corpo da mulher, impossibilitando eventuais defesas pela condição de ser mulher. Os dados também possibilitaram identificar dias da semana em que ocorreram os assassinatos, conforme tabela a seguir.

Tabela 20 – Mapa dos dias da semana em que se deram os feminicídios no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Ano	Dom		Seg		Ter		Qua		Qui.		Sex		Sáb		Total		Total Geral
	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	Capital+interior
2015	2	6	1	4	1	1	-	3	-	2	-	2	2	2	6	20	26
2016	1	6	-	6	-	1	1	4	1	4	1	3	1	2	5	26	31
2017	2	4	1	5	1	2	-	3	1	1	1	3	-	2	6	20	26
2018	-	3	1	3	3	2	-	2	2	1	2	3	1	3	9	17	26
Total	5	19	3	18	5	6	1	12	4	8	4	11	4	9	26	83	109
Total Geral	24		21		11		13		12		15		13		109		109
%	22,02		19,27		10,09		11,93		11,01		13,76		11,93		100		100

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

O domingo se destaca como o mais violento dos dias da semana e uma vez aliado à sexta-feira e sábado (final de semana), lidera o *ranking* dos casos de feminicídio – 52 casos ou 47,71%. Uma vez delineados os dias, verificou-se horários dos assassinatos.

Tabela 21 – Mapa dos turnos em que ocorreram os feminicídios no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Ano	Manhã 6 -11:59			Tarde 12 -17:59			Noite 18 -23:59			Madrugada 0:00 -5:59			Total		Total Geral
	C	I	T	C	I	T	C	I	T	C	I	T	C	I	Capital+ interior
2015	1	5	5	-	6	6	5	3	9	-	6	6	6	20	26
2016	-	6	6	1	8	9	1	4	5	2	8	10	4	26	30
2017	2	5	7	-	6	6	2	5	7	3	4	7	7	20	27
2018	4	4	8	2	7	9	-	3	3	3	2	5	9	17	25
Total	7	20	27	3	27	30	8	15	25	8	20	28	26	83	109
Total Geral	27			30			24			28			109		109
%	24,77			27,52			22,02			25,69			100,00		100,00
	52,29						47,71								

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

O período da tarde lidera o *ranking* dos horários em que ocorrem os feminicídios, seguido da madrugada e da manhã, possivelmente como desdobramento da madrugada. O estudo buscou ainda relacionar o instrumento utilizado na prática do assassinato com a região em que ocorreu, capital ou interior, a fim de verificar eventuais peculiaridades locais.

Sob aspecto macro, os dados piauienses se antagonizam com estudos nacionais e estaduais realizados por Waiselfisz²¹⁸ e Sousa e Viana²¹⁹ no tocante à utilização da arma de fogo como instrumento prevalente para prática dos assassinatos de mulheres. É preciso notar que as pesquisas de Waiselfisz²²⁰ e de Sousa e Viana tiveram por foco homicídios de mulheres e não feminicídios. O primeiro analisou casos ocorridos no período de 2003 a 2013, antes da vigência da qualificadora do feminicídio no Brasil e tomou como base dados oriundos do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS)²²¹.

²¹⁸ WASELFSZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015, p. 39.

²¹⁹ SOUSA, Eduardo Sérgio Soares; VIANA, Alba Jean Batista (Orgs). Feminicídios de paraibanas. Estudos de assassinatos de pessoas por questões de gêneros. João Pessoa: Ideia, 2016, p. 130.

²²⁰ Julio Jacobo utiliza como fonte de pesquisa para promover diálogo entre a linguagem jurídica e a linguagem sanitária as causas de óbito estabelecidas pelo Ministério da Saúde CID – 10:

“Dentre as causas de óbito estabelecidas pela CID -10, foi utilizado o somatório das categorias X85 a Y09, que recebem o título genérico de Agressões Intencionais. Sob a legislação do País, correspondem à categoria de homicídios, como denominados modernamente, CVLI: Crimes Violentos Letais Intencionais. Esses crimes têm como característica a presença de agressão intencional de terceiros, cujos danos ou lesões causam a morte da vítima. As categorias da CID-10 possibilitam, também, identificar o meio ou instrumento que provocou a morte, por exemplo, a categoria X91 corresponde a enforcamento, estrangulamento e sufocação; X93, a disparo de arma de fogo de mão; Y04, a força corporal. Nessa mesma classificação, um quarto dígito numérico permite apontar o local onde aconteceu o incidente: residência, rua, instituição, etc.” (WASELFSZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015, p. 9).

²²¹ WASELFSZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015, p. 8.

Sousa e Viana utilizaram como fonte de pesquisa para realização dos procedimentos metodológicos de análise de homicídios de mulheres no estado da Paraíba, Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) da Gerência Operacional de Resposta Rápida (GORR) da Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba (SES-PB), no período de 2006 a 2015, ou seja, antes da vigência da qualificadora do feminicídio²²².

Como inexistia à época das duas pesquisas parâmetros jurídicos específicos para nortear o campo empírico do assassinato de mulheres, foi necessário recorrer a registros da saúde para obter dados qualificados em relação a óbitos de mulheres. Uma vez decorridos cinco anos de vigência da qualificadora do feminicídio no Código Penal brasileiro, procura-se com esse estudo, promover recorte específico retirando assassinatos de mulheres do cotejo de análise, bem como óbitos femininos que não guardem relação com os dois atributos jurídicos do feminicídio: violência doméstica e menosprezo e discriminação à condição de ser mulher.

Ações relacionadas a outras causas de óbitos femininos, mesmo que jurídicas, como roubo qualificado seguido de morte (latrocínio), lesão corporal seguida de morte, estupro seguido de morte, suicídio, instigação ao suicídio, aborto seguido de morte, acidentes ou outro crime violento letal intencional não dialogam com a figura típica do feminicídio, mas são consideradas, na linguagem sanitária, óbitos por causa externa decorrentes de agressão. Elas podem dar visibilidade a óbitos femininos e, por conseguinte, revelar casos em que possivelmente tenha ocorrido feminicídio e até permitir ampliar a compreensão do feminicídio.

A linguagem sanitária pode, por outro lado, vir a comprometer a configuração do feminicídio por reunir, em uma só categoria – homicídio - variadas configurações de *causa mortis* com intencionalidades diversas entre si que não guardam relação com o dolo específico exigido pela norma jurídica. Este estudo, portanto, restringe seu alcance a 109 casos de assassinatos de meninas e mulheres considerados como feminicídio e, partindo dessa premissa, realiza recortes diversos, do mesmo modo que os pesquisadores anteriores, mas com foco no feminicídio.

Infere-se que a categoria homicídio delineada por categorias sanitárias e utilizadas em ambas as pesquisas, são insuficientes para caracterizar a dimensão jurídica dos assassinatos de mulheres, podendo, na generalidade, apenas apontar, de forma evasiva, que se trata de “morte

²²² SOUSA, Eduardo Sérgio Soares; VIANA, Alba Jean Batista (Orgs). Feminicídios de paraibanas. Estudos de assassinatos de pessoas por questões de gêneros. João Pessoa: Ideia, 2016, p. 122.

matada” e não de “morte morrida”, no dizer popular. No entanto, em se tratando de feminicídio, entende-se pela necessidade de se demonstrar presença de outras categorias específicas previstas no plano da normatividade jurídica, notadamente a intencionalidade do autor, ou seja: o dolo.

Considerando a insuficiência dos dados sanitários, o estudo buscou como fonte para a pesquisa, inferências retiradas de cada um dos casos de feminicídios ocorridos em concreto, tabulados um a um, recorrendo-se a inquéritos policiais, peças processuais, laudos, sentenças, acórdãos e demais documentos que integraram procedimentos investigatórios e judiciais dos 109 casos que compõem o acervo do estudo.

A partir dos dados colacionados, realizou-se também análise bivariada entre instrumento e região, cor da pele e região para verificar em que medida local e raça caracterizariam a utilização de determinada arma, meio ou instrumento.

Tabela 22 - Referência cruzada com variável Instrumento e Região

Instrumento			Região					
Instrumento utilizado no crime			Capital		Interior		Estado	
			Frequência a Absoluta (UN)	Frequência a relativa (%)	Frequência a Absoluta (UN)	Frequência a relativa (%)	Total Geral (UN)	Frequência a relativa (%)
Corda			0	0,00	2	2,41	2	1,83
Arma branca			8	30,77	39	46,99	47	43,12
Arma branca			1	3,85	0	0,00	1	0,92
Arma branca e arma de fogo			1	3,85	0	0,00	1	0,92
Arma de fogo			9	34,62	19	22,89	28	25,69
Barra de ferro			0	0,00	1	1,20	1	0,92
Espancamento			4	15,38	2	2,41	6	5,50
Estrangulamento			1	3,85	2	2,41	3	2,75
Outros			1	3,85	1	1,20	2	1,83
Outros meios			0	0,00	7	8,43	7	6,42
Pedaço de madeira			1	3,85	4	4,82	5	4,59
Pedra			0	0,00	3	3,61	3	2,75
Veículo			0	0,00	1	1,20	1	0,92
Não informado			0	0,00	2	2,41	2	1,83
Total geral			26	100,00	83	100,00	109	100,00

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

A arma branca desponta em primeiro lugar no *ranking* dos instrumentos em 47 dos 109 casos da pesquisa ou 43,12% deles, tendo sido 39 no interior no total de 83 e representando 46,99% e 8 na capital de um total de 26 ou 30,77%. A arma de fogo apresenta

discreta prelavência na capital, tendo sido utilizada em 10 dos 26 casos ou 38,47%, e no interior em 19 dos 83 casos ou 22,89%.

O estudo buscou verificar outros elementos que referenciassem utilização da arma de fogo, como profissão do agressor e local do assassinato, resultando na prevalência de local íntimo – residência da vítima (13), residência do agressor (1), carro do agressor (3), totalizando 17 casos ou 58,69%. Foram 7 casos em locais públicos ou 24,14% e os cinco restantes em locais não localizados no sistema.

Quanto à ocupação do agressor, verificou-se não haver prevalência para determinadas profissões, porém chama atenção 4 casos de profissionais ligados a áreas que a legislação vigente assegura porte de arma de fogo, como: Oficial da Polícia Militar (1), Oficial do Exército (1), Oficial de Justiça (1) e um vigilante (1), além de um Caseiro que tem por incumbência vigiar propriedade (1), mas legalmente não tem direito a porte de arma de fogo, senão a posse de arma. Os demais autores poderiam se agrupar em áreas ligadas à construção civil (pedreiros e ajudantes de pedreiro – 4); trabalhadores rurais – 3, seguidos de desempregado (1), aposentado (1), diarista (1), autônomo (2) e os demais não constam dos registros (12).

Quanto ao perfil das mulheres assassinadas por arma de fogo foi possível apurar que 7 delas era estudante, com idade entre 14 a 33 anos; 6 se dedicavam às atividades do lar, idade de 22 a 43 anos; 3 exerciam atividades autônomas – turismóloga, secretária e técnica em enfermagem) idades de 17 a 31 anos; 2 eram trabalhadoras rurais, uma delas com 57 anos e a outra sem informação; 2 eram empregadas domésticas, idade de 28 e 35 anos; 2 desempregadas 21 e 25 anos; 1 era aposentada, com 37 anos; 1 era profissional do sexo, com 34 anos; 1 era empregada doméstica, 28 anos; e as 4 demais não constavam registros de ocupação. A prevalência, portanto, foi de jovens estudantes. Dos 29 casos de feminicídio com a utilização de arma de fogo, registrou-se suicídio do autor após o assassinato em 5 deles ou em 17,24% dos casos, todos no interior, as vítimas tinham entre 33 a 64 anos, os autores um deles era Oficial de Justiça, o outro era Vigilante, 2 eram trabalhadores rurais e o último não consta a ocupação nos registros. Em relação ao local do assassinato, apenas um deles se deu em local público, os demais ocorreram na residência das vítimas ou do agressor.

No tocante às armas brancas do tipo faca foram catalogados 49 casos em que elas foram empregadas para assassinar as mulheres e foram registrados 7 suicídios de autores ou a incidência em 14,29% dos casos, índice inferior ao constatado nos casos em que foram

utilizadas armas de fogo. Pode-se inferir que a arma de fogo constitui fator de risco não apenas para a perda da vida da mulher, mas também para o desfazimento da vida do agressor, demonstrando por outro lado, a intencionalidade radical de ceifar a vida da mulher à custa da própria vida. Foram constatados, portanto, do universo de 109 casos, 12 suicídios, que equivalem a 6,42%, ou seja, foram perdidas 121 vidas na rubrica do feminicídio, 109 mulheres e 12 homens.

Os dados sinalizam que no interior, diversamente do que ocorre na capital, há variedade de meios empregados para prática dos assassinatos, prevalecendo pedaço de madeira e pedra, insumos comumente utilizados pelos habitantes da região no dia-a-dia, para assar alimentos, construir abrigos, cercas e por isso mesmo são encontrados e manuseados, com facilidade, por quem habita aquelas regiões.

No tocante à categoria raça, diagnóstico realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas – PNUD/ONU, na região metropolitana de Teresina, sinaliza para maior incidência de violência em face de mulheres negras, assim como maior índice de desemprego, mortalidade em decorrência de gestação, parto e puerpério²²³. Ainda em Teresina, pesquisa realizada pela Socióloga Wânia Pasinato em 2018²²⁴, corrobora diagnóstico do PNUD ao relatar que mulheres pardas, na faixa etária de 18 a 29 anos e sem religião declarada, declararam ter sido alvo de mais violência do que de outros grupos pesquisados²²⁵.

Com base nessas constatações o estudo buscou analisar a categoria raça na perspectiva do assassinato de mulheres, promovendo interseção entre cor da pele e região, considerando amostra da pesquisa, ou seja, os 109 casos de feminicídio ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18. A tabela abaixo busca dar visibilidade à cor da pele, diluída pela capital, interior e estado, para aferir frequências absolutas e relativas em cada uma das regiões

²²³ “[...] elas vivenciam as piores condições entre as mulheres e, de forma muito recorrente, as piores condições entre a população negra” (PNUD, Mulheres resilientes = cidades resilientes. Região metropolitana de Teresina (PI). Brasília: 2019, p.25).

²²⁴ TERESINA. Prefeitura Municipal. Síntese do diagnóstico sobre a situação da violência contra a mulher em Teresina. Teresina, 2018, p. 22.

²²⁵ “[...] amostra estatisticamente representativa da população de mulheres com idade de 15 a 49 anos: 1000 entrevistas realizadas em 2016”. Há relatos no diagnóstico de que “Fatores como a idade, cor e religião caracterizam as mulheres e suas experiências de violência” e “Quando analisados à luz da questão racial, os dados sobre violência devem levar em consideração os obstáculos para acesso a direitos para mulheres negras e o racismo institucional. Esses obstáculos contribuem para que as mulheres negras vivam as situações de violência de forma mais naturalizada” e, ainda: “A mudança dessa realidade ocorrerá por meio de políticas públicas” (TERESINA. Prefeitura Municipal. Síntese do diagnóstico sobre a situação da violência contra a mulher em Teresina. Teresina, 2018, pp. 15 e 22).

consideradas e a do estado. A ideia foi buscar vínculos entre raça e local como forma de ativar categorias relacionadas a comportamentos social, cultural, étnico, religioso, dentre outras que caracterizassem o contexto local, tendo como diretriz a cor da pele da mulher assassinada, ou seja, tomando por paradigma a cor da pele da vítima cravada na realidade local.

Tabela 23 - Referência cruzada com variável Cor da pele e região

Cor da pele	Capital		Interior		Estado	
	Frequência absoluta (UN)	Frequência relativa (%)	Frequência absoluta (UN)	Frequência relativa (%)	Frequência absoluta (UN)	Frequência relativa (%)
Branca	3	11,54	10	13,25	13	11,93
Parda	20	76,92	57	68,67	77	70,64
Preta	3	11,54	10	12,05	13	11,93
N/I	0	0,00	6	7,23	6	5,50
Total geral	26	100,00	83	100,00	109	100,00

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça em parceria com o Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal da SSP/PI.

Ao se territorializar a raça das 109 mulheres assassinadas, 90 ou 82,57% eram negras (pardas + pretas), 13 ou 11,93% eram brancas e em 6 casos ou 5,50% não foi possível coletar informações sobre a cor da pele. Percebe-se que dos 26 casos ocorridos na capital a incidência foi maior em face das mulheres negras (pretas e pardas somam 23 ou 88,46%) do que na de mulheres não negras (3 mulheres brancas ou 11,54%). O mesmo fenômeno se repete no interior, dos 83 casos, 67 ou 80,72% se deram em face de mulheres negras (57 pardas e 10 pretas); 10 ou 13,25% atribuídos a mulheres brancas e em 6 casos ou 7,23% não foi possível descobrir a cor da pele pela análise dos documentos pesquisados. Nota-se que a frequência de assassinatos de mulheres negras na capital supera a frequência do interior e a do estado.

Verificou-se que das 23 mulheres negras assassinadas na capital, 7 ou 30,43% delas eram jovens (18 a 29 anos) e 14 ou 60,87% eram adultas, de modo que enquanto os diagnósticos do PNUD e da Prefeitura de Teresina sinalizam que a violência é mais reportada por mulheres jovens e pardas, não é sobre elas que recai o maior risco de feminicídio na capital e sim em mulheres negras adultas.

Ao se colocar a categoria raça como paradigma de análise para o feminicídio no Piauí a partir das duas perspectivas propostas: instrumento utilizado para a prática do assassinato e região aonde se dera o fato – capital ou interior, há prevalência do número de casos em face de mulheres negras, adultas e notadamente na capital do estado, sendo mortas a facadas, em

suas residências, por seus companheiros, maridos, namorados ou pessoas com quem hajam mantido relações afetivas. Esse dado poderá balizar cenários de riscos por ocasião de atendimentos de mulheres em unidades especializadas policiais e não policiais voltados à evitação do feminicídio.

A seguir o estudo apresentou mapeamento da situação processual dos 109 casos no âmbito da Polícia e da Justiça no aspecto temporal, de duração do processo (*timeline* processual), situação jurídica do autor do fato em relação à liberdade ou à prisão enquanto aguarda julgamento ou confirmação da condenação em 2º grau de jurisdição.

3.1.4. Mapas do trabalho jurídico penal

O estudo apresenta dois mapas: um deles possibilita visualização da situação processual ou etapa em que se encontra o processo desde o inquérito policial até a sentença e o segundo demonstra situação jurídica dos autores de feminicídio no Piauí no tocante ao *status* de liberdade ou de prisão.

A tabela foi modelada segundo dinâmica processual penal prevista no Código de Processo Penal para processamento e julgamento de crimes dolosos contra a vida, que incluem o feminicídio. O início se dá com a fase investigatória a cargo da Polícia Civil, realizada por meio de inquérito policial (IPL). Em seguida, segue para o titular da ação penal, no caso, o Ministério Público, para que o Promotor de Justiça possa oferecer Denúncia (DEN). Uma vez apresentada Denúncia, segue para o Juiz apreciar admissibilidade da peça acusatória sob o ponto de vista formal, instruindo e dando prosseguimento ao processo, após recebimento da Denúncia até juízo de prelibação, ou seja, após verificar estarem presentes indícios suficientes de quem tenha sido o autor e existência de provas materiais do feminicídio, que se dá através do pronunciamento do acusado (Pronúncia - PRO).

Assim não entendendo, poderá o magistrado impronunciar (IMP) ou absolver sumariamente o réu, desclassificar o delito para outro crime doloso contra vida ou não, ou ainda extinguir o processo sem julgamento do mérito (EXTI) nas hipóteses que a lei admitir, por exemplo, por morte do autor ou prescrição da pretensão punitiva do estado.

Uma vez pronunciado o réu, inicia-se segunda fase afeta à apreciação do Conselho de Sentença, cujos jurados poderão condenar (CON), absolver (ABS) e desclassificar o delito. Portanto, as siglas utilizadas na tabela correspondem respectivamente a: inquérito policial – IPL; Denúncia – DEN; Pronúncia (PRO); Impronúncia (IMP); Condenação (COND);

Absolvição (ABS); Extinção do Processo sem Julgamento do Mérito (EXT); Processo não localizado no sistema *Thêmis Web* (Ñ LOC) e Processo em Segredo de Justiça (SEGR).

Como se trata de espaço dinâmico porque envolve atos processuais permanentes, o estudo fixou o dia 15.02.20 (sábado), final de semana, dia em que a Justiça funciona tão somente para casos atuais e/ou que demandem urgência, como por exemplo realização de Audiências de Custódia e decisões em sede de *Habeas Corpus*, momento ideal para captura e desenvolvimento de dados relacionados aos processos dos 109 casos de feminicídio, para evitar incongruências estatísticas em datas diferenciadas. Portanto, a situação processual de todos os casos foi filtrada em um só dia como estratégia para se estabelecer parâmetro mais estável possível para espaço aberto e dinâmico como é o processo, ressalvados eventuais casos em que alguns atos possam ter sido praticados sem a devida atualização no sistema eletrônico da Justiça pesquisado.

Tabela 24 - Mapa da posição dos procedimentos a cargo da polícia, Ministério Público e Justiça nos casos de Feminicídios ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Ano	IPL		Den		Pro		Imp		Sentença						Ñ loc		Segr		Total Parcial		Total Geral	
									Cond		Abs		Exti									
	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	Cap+ Int			
2015	-	-	-	4	-	4	-	-	1	7	1	1	1	1	2	3	1	-	6	20	26	
2016	-	-	-	2	-	5	-	1	1	8	-	1	-	4	-	3	2	3	4	26	30	
2017	-	2	1	1	3	8	-	1	3	5	-	-	-	-	-	2	-	1	7	20	27	
2018	-	-	1	3	4	1	-	-	1	6	-	1	2	2	1	1	-	3	9	17	26	
Tot parc	-	2	2	10	7	18	-	2	6	26	1	3	3	7	3	9	3	7	26	83	109	
Total geral	2		12		25		2		32		4		10		12		10		109		109	
	2		12		25				48						(-) 22				87		109	
%	2,30		13,79		28,73		2,30		36,78		4,60		11,49		11,00		9,17		100,00		100,00	

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça atualizados até a data de 15.02.20.

Inicialmente deve-se observar que dos 109 casos pesquisados, foi possível acessar no sistema eletrônico da Justiça, 87 deles, ou 79,82%, não tendo sido possível localizar 12 deles ou 11,00% e nem acessar 10 ou 9,17% por estarem na rubrica de restrição imposta por lei, seja porque a vítima é menor de idade, seja porque o autor conta com menos de 18 anos. Ressalte-se que a pesquisa não se utilizou apenas do sistema da Justiça para desenvolvimento dos dados, houve consulta a sistemas informatizados da Polícia Civil (SISBO, SISPROCEP, SIMCVLI), além de consultas aos autos de inquéritos policiais em formato impresso. Porém, no tocante à confecção desse mapa, a dinâmica processual só poderia ser aferida mediante consulta ao sistema da Justiça, porque os sistemas informatizados da Polícia e da Justiça operam de forma isolada e dificultam interações entre trabalho policial e trabalho no ambiente processual fazendo com que um não visualize o outro com facilidade. Trata-se de barreira

tecnológica imposta aos que desenvolvem trabalho jurídico penal não só do feminicídio, mas de todos os delitos.

Analisando os dados da tabela, há sinalização de que as investigações policiais têm dado respostas satisfatórias à elucidação dos feminicídios porque dos 87 casos analisados, apenas 2 ou 2,30% ainda estão sendo investigados no interior. Pode-se inferir que a Polícia entregou à Justiça 85 inquéritos com autoria e materialidade definidas, representando 97,70% de índice de resolutividade em relação aos 87 casos mapeados.

Na fase do trabalho processual deve-se subtrair dos 87 casos mapeados os dois (2) pendentes na Polícia para se aferir a produtividade. São 12 processos que ainda estão na fase da Denúncia dos 85 processos entregues à Justiça ou 13,79% deles, com autores denunciados, aguardando resolutividade de pendências relacionadas à instrução processual, como notificação de testemunhas, laudos periciais, decisões em sede recursal. Portanto, dos 85 inquéritos encaminhados pela Polícia à Justiça, o Ministério Público ofereceu 85 Denúncias ou 100% da demanda e aguarda 2 casos que estão em investigação.

Vinte e cinco (25) processos aguardam segunda fase do Júri para formação do Conselho de Sentença e julgamento final da demanda, correspondendo a 28,73% dos 85 casos, sendo 7 (sete) deles na capital ou 26,92% do total de 26 casos da capital e 18 no interior dos 81 casos ocorridos no interior, excluídos os dois pendentes de investigação, correspondendo a 22,22%. O índice da capital supera o do interior nesse quesito, ou seja, há mais réus pronunciados na capital aguardando julgamento do que no interior do estado. Ainda na perspectiva da primeira fase do Procedimento do Júri, vê-se que 2 acusados foram impronunciados e, portanto, embora não faça coisa julgada material, porque a Impronúncia não possui força de decisão definitiva, de mérito, ela põe termo àquela fase até que surjam novas provas que reacendam o processo e iluminem nova acusação. Portanto, para efeito da pesquisa, buscou-se isolar a Impronúncia para dar visibilidade aos casos em que não se reconheceu indícios de autoria ou materialidade do feminicídio. Dos 85 casos entregues pela polícia, 2 ou 2,35% foram impronunciados, todos no interior.

Ainda na primeira fase do procedimento do Júri, verificou-se que dentre os 85 casos encaminhados pela Polícia, 10 ou 11,49% dos processos foram julgados extintos sem julgamento do mérito, em decorrência de morte natural do autor ou suicídio, após o assassinato da mulher. Dos 10 casos, 3 ocorreram na capital ou 11,54% dos 26 e 7 no interior

ou 8,64% dos 81. O índice da capital supera o do interior em quantidade de sentenças extintivas de punibilidade.

A formação do Conselho de Sentença, próxima etapa após Pronúncia do réu, prepara o Júri para julgamento final da demanda que poderá decidir pela condenação, absolvição ou desclassificação do delito. Como a pesquisa feita no sistema não catalogou, até a data da consulta, nenhuma decisão de desclassificação realizada pelo corpo de Jurados, não foi cotejada essa coluna na tabela. Dessa forma, se elegeu duas modelagens a partir do que foi constatado por ocasião do desenvolvimento dos dados: Sentença Absolutória e Sentença Condenatória.

Dos 85 casos encaminhados pela Polícia à Justiça, registrou-se 32 condenações ou 37,64% e 4 absolvições ou 4,70%, demonstrando potencial condenatório quase nove vezes maior do que absolutório nos casos submetidos a julgamento pelo Júri no Piauí. Dos 26 casos da capital, foram condenados 6 réus ou 23,08% e absolvido 1 réu ou 3,85% e no interior, dos 81 casos, foram condenados 26 réus ou 32,10% e absolvidos 3 réus ou 3,70%. Pode-se inferir que o índice de condenação no interior supera o da capital e o de absolvição é quase paritário.

Ao se analisar nível de resolutividade sob a ótica da prolatação da sentença final – condenatória, absolutória, extintiva de punibilidade e impronúncia, o Poder Judiciário local decidiu 48 casos dos 85 que a Polícia encaminhou, correspondendo a 56,47% de processos resolvidos no período de 4 anos, 11 meses e 4 dias ou 1.794 dias (10.03.15 a 14.02.20), uma média aproximada de 1 processo de feminicídio ultimado a cada 34 dias ou mais da metade dos processos.

Consulta ao sistema informatizado da Justiça também viabilizou conhecer situações jurídicas dos investigados ou acusados de feminicídio no período considerado na pesquisa com base no acervo que foi possível acessar: 87 processos. O resultado da análise das peças processuais possibilitou modelar 5 situações para autores de feminicídio no Piauí: Preso, Solto, Foragido, Morto e Segredo/ Ñ localizado, conforme tabela abaixo. As categorias foram assim definidas: Preso: reúne duas hipóteses: provisório e definitivo; Solto: liberdade provisória e os 2 casos ainda em investigação; Foragido: réu denunciado, pronunciado ou condenado com decreto prisional em aberto; Morto: morte natural, acidental ou suicídio e Segredo e não localizado: processos com acesso restrito por imperativo legal e aqueles em que não foi possível localizar no sistema informatizado da Justiça piauiense.

Tabela 25 - Mapa demonstrativo da situação jurídica dos autores de Feminicídio ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Ano	Preso		Solto		Foragido		Morto		Segr/ñ loc		Total		Total Geral
	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	C	I	Capital+ inter
2015	1	10*	1	3	-	3	1	1	3	3	6	20	26*
2016	1	9	1	6	-	1	-	4	1	7	3	27	30
2017	4	7	3	9	-	1	-	-	-	3	7	20	27
2018	4	8	2	2	-	1	2	2	-	5	8	18	26
Total	10	34	7	20	-	6	3	7	4	18	24	85	109
Total casos	44		27		6		10		(-)22		109		87
%	50,57		31,03		6,90		11,49		-		-		100,00

Fonte: elaborada pela autora da pesquisa com base nos dados fornecidos pelos Sistemas Operacionais da Polícia Civil e Justiça atualizados até a data de 15.02.20.

* Um dos autores assassinou três mulheres em uma única ocasião, na cidade de Madero, motivo pelo qual foi considerada unidade de processo e não de pessoa.

A metodologia utilizada para elaborar a tabela anterior dos processos de feminicídio orientou desenvolvimento da situação jurídica dos autores, sendo adotados como referência de cálculo, 87 casos mapeados pelo sistema informacional, correspondendo à exclusão dos 22 casos não localizados e/ou em segredo de justiça da totalidade de 109 casos pesquisados.

O mapa demonstra que 50,57% dos autores de feminicídio no Piauí no período considerado na pesquisa estão presos e ao se comparar o número de sentenças condenatórias (32) com o de total de pessoas presas mapeadas (44), vê-se, pelo saldo, que 12 pessoas custodiadas ou 32,43%, dentre 37 outras, denunciadas (12) e pronunciadas (25), aguardam presas ou o pronunciamento ou o julgamento final; 27 pessoas ou 31,03% aguardam julgamento em liberdade; 6 ou 6,90% estão foragidas; 10 faleceram (11,49%) e 22 (25,29%) delas não foi possível identificar a situação jurídica no sistema. O índice de pessoas presas na capital é mais elevado do que o do interior, sendo 10 casos dos 24 casos ou 41,67% em Teresina e 40% no interior ou 34 presos dos 85 casos.

O Circuito Cartográfico do Feminicídio no Piauí mapeou 109 casos de feminicídio consumados no período da pesquisa, com prevalência na capital. Outro dado relevante foi de que a evolução temporal dos feminicídios na capital (50%) não acompanhou a dos crimes violentos letais de mulheres – CVLI (-16%), havendo queda no número de casos de CVLI e aumento de feminicídios. Quando se faz referência cruzada entre cor da pele da vítima e região em que ocorreram os casos, a frequência de assassinatos de mulheres negras na capital supera a frequência do interior e a do estado.

Quanto ao perfil da mulher vítima de feminicídio traçado foi de mulher adulta, negra, solteira e do lar e o do autor como homem negro, adulto, solteiro e trabalhador rural. Em

relação ao mapeamento do crime, a arma branca desponta em primeiro lugar no *ranking* dos instrumentos em 47 dos 109 casos da pesquisa ou 43,12%. Os dados revelam preponderância dos casos nas residências das vítimas (61,47%); vínculo familiar prevalente com 77,06% dos casos, caracterizando-se por relações matrimoniais, de companheirismo, namoro e paternais; o domingo se destaca como o mais violento dos dias da semana e uma vez aliado à sexta-feira e sábado (final de semana), lidera o *ranking* dos casos de feminicídio – 52 casos ou 47,71% e a tarde lidera o *ranking* dos horários em que ocorreram os feminicídios.

Em relação à situação processual dos 87 casos de feminicídio mapeados pelo sistema informatizado, apenas 2 deles ainda estão sendo investigados; 25 aguardam a 2ª fase do Júri; 2 acusados foram impronunciados; 10 foram extintos sem julgamento do mérito por morte do autor; 32 foram condenados e 4 foram absolvidos. O mapa demonstra ainda que 50% dos autores de feminicídio no Piauí no período considerado na pesquisa estão presos.

Uma vez tabelados dados relativos à vítima, autor, fato criminoso, dinâmica processual e situação jurídica dos autores, o estudo pretende identificar categorias pertinentes ao feminicídio com levantamento e catalogação de conteúdo de falas dos responsáveis pelo trabalho jurídico penal a ele relacionado: delegado, perito, agente, escrivão, promotor, advogado e magistrado e propor categorias de fechamento para significantes abertos da qualificadora feminicídio, assuntos que serão tratados no Capítulo 4 - O Circuito Organizacional.

CAPÍTULO 4

O CIRCUITO ORGANIZACIONAL

O estudo analisou processos decisórios da polícia e justiça criminal no campo do feminicídio e ao final, propôs cartografia do feminicídio orientada por categorias operacionais jurídicas e hermenêuticas que auxiliem processos decisórios. O circuito teve início com imersão da pesquisadora em campo empírico para conhecer práticas dos sujeitos que estão atuando em investigações, processamento e julgamento de feminicídios na atualidade no Piauí.

Para tanto, foram aplicados questionários mistos e entrevistas semiestruturadas junto a 8 (oito) policiais civis dentre delegadas, agentes, escrivão e peritos; 1 (um) advogado criminalista; 1 (um) promotor de justiça e 1 (um) juiz da Vara do Júri, todos da capital, e realizado um grupo focal com 4 (quatro) dos policiais civis.

4.1. MODELAGEM DO FEMINICÍDIO NA POLÍCIA CIVIL DO PIAUÍ

O campo foi limitado à matéria a ser investigada na pesquisa, ou seja, casos de feminicídio, de modo que as unidades policiais contempladas pelo estudo se restringem à Delegacia de Feminicídio com sede em Teresina/PI, e unidades policiais do interior que hajam investigado feminicídios. A pesquisa tomou por base dois pontos: cultura organizacional e comunicação policial, ou seja, analisou rotinas cognitivas e discursos policiais constantes dos documentos produzidos em sede de investigações de feminicídio.

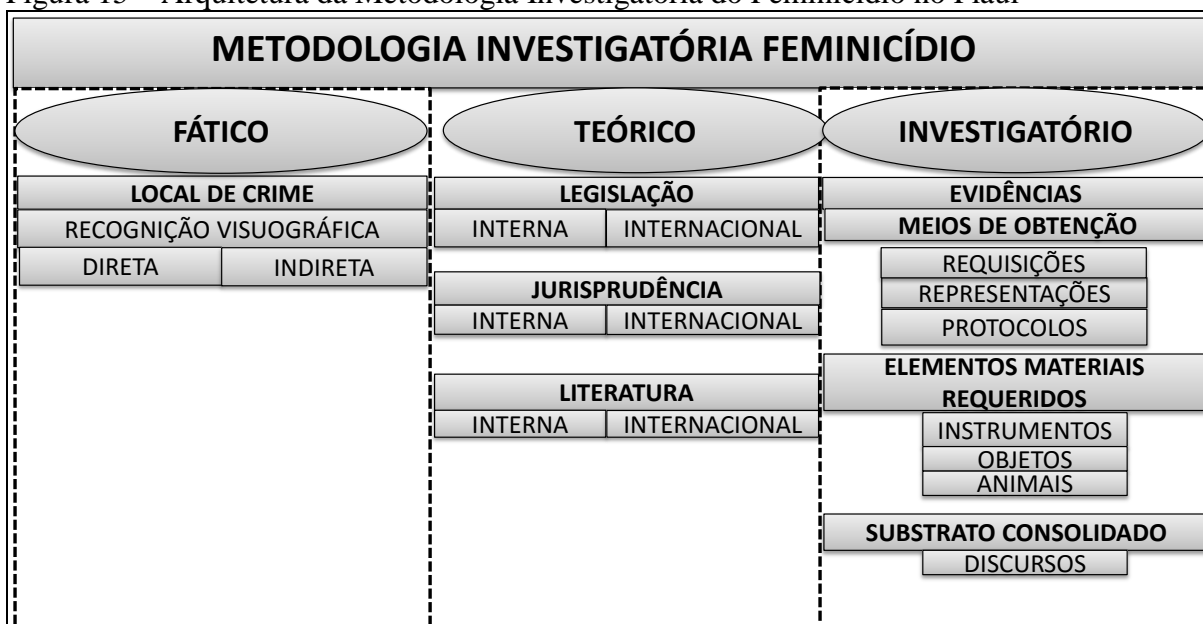
O trabalho da Polícia Civil corresponde à fase investigatória dos assassinatos, restringindo-se à análise do conteúdo dos inquéritos policiais a eles referentes: análise de Autos de Prisão em Flagrante Delito, Despachos de Indiciamento, Requisições Periciais, Interrogatórios, Entrevistas, Relatórios Finais, Relatórios de Reconhecimento Visuográfica e Laudos Periciais. No caso do feminicídio, a Polícia Civil piauiense elaborou em 2015, sob a coordenação da pesquisadora, protocolo de investigação específico para casos de assassinatos de mulheres com base nas Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero, mortes violentas de mulheres da ONU, SPM e SENASP²²⁶.

²²⁶ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ. Gabinete do Secretário de Segurança. Portaria nº. 12.000-372/GS/15, de 14 de setembro de 2015 institui Comissão destinada à elaboração de Plano de Trabalho tendente à aplicação do conteúdo das Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídios), assim como ao Desenho de dinâmica operacional dos atos investigativos a cargo da Polícia Civil. **Diário Oficial do Estado do Piauí**. Poder Executivo, Teresina, PI,

4.1.1. Metodologia investigatória do feminicídio no Piauí

Em estudo anterior²²⁷ foi assinalado que a rotina policial cria regras próprias para o desenvolvimento das atividades investigatórias, produzindo esquemas organizacionais não disciplinados em lei. Dá-se essa circunstância em virtude da discricionariedade que tem o delegado em eleger metodologia aplicável aos casos a serem investigados. Essa peculiaridade gera zonas de incerteza porque operacionalizada a partir de rotinas próprias pautadas e controladas por grupos específicos que determinam o modo de atuação policial, elegendo temáticas e protocolos específicos a serem priorizados pela Polícia. No mesmo estudo foi apresentada metodologia investigatória desenvolvida pela Polícia do Piauí para investigação na perspectiva de gênero a ser adotada aos casos de assassinatos de mulheres. A metodologia vem sendo atualizada com base em estudos desenvolvidos pela autora, conforme se vê das figuras a seguir delineadas²²⁸.

Figura 15 – Arquitetura da Metodologia Investigatória do Feminicídio no Piauí



Fonte: elaborada pela autora.

14 set. 2015. N. 173, p.8. (Disponível em: < <http://www.diariooficial.pi.gov.br/index.php>>. Acesso em: 12 jan. 2020).

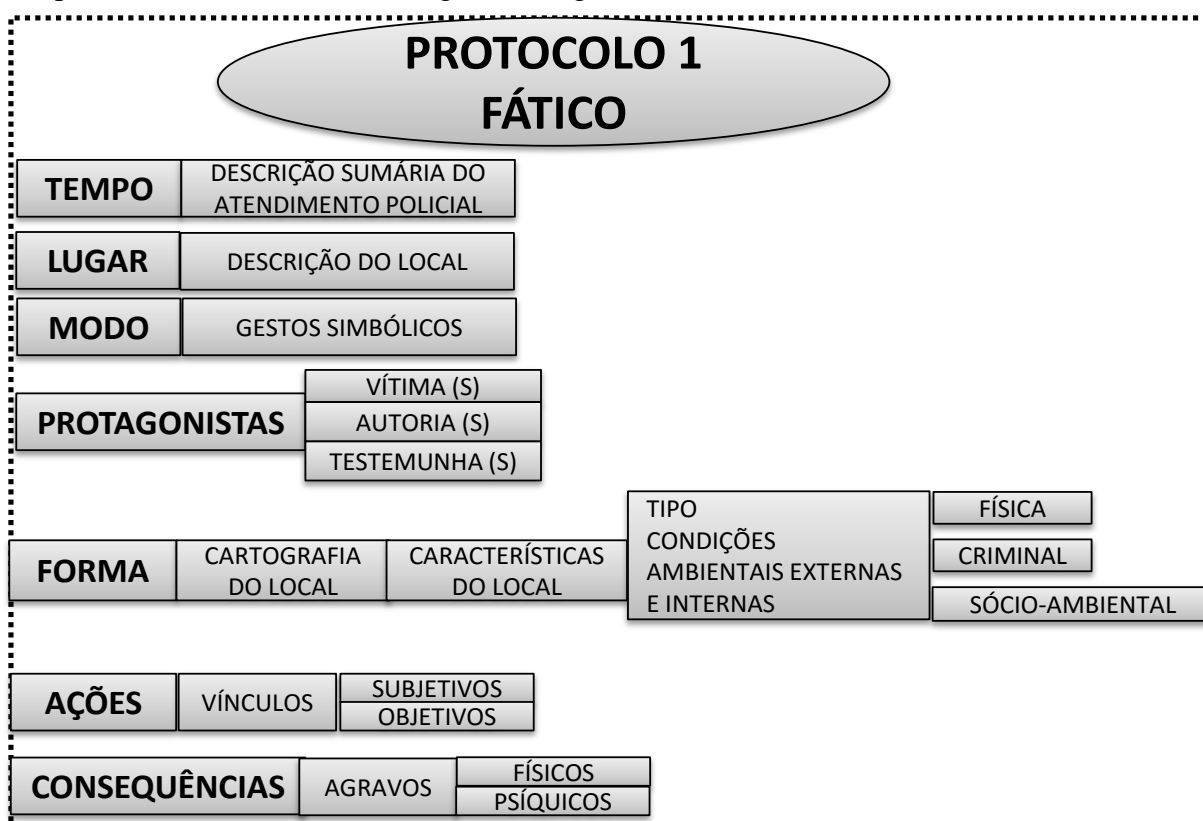
²²⁷ VILLA Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro; MACHADO, Bruno Amaral. O mapa do feminicídio na Polícia Civil do Piauí: uma análise organizacional-sistêmica. R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 16, n. 22, p.86-107, jan./jun. 2018.

²²⁸ Comentamos à época que: “Os componentes apresentam-se como artefatos semânticos que propiciam a abertura cognitiva do sistema policial à complexidade do evento descrito como feminicídio. Cada componente da metodologia proposta sugere a construção de mapa cognitivo orientado pelo gênero, ou seja, o gênero constitui-se em elemento diferenciador da programação, atuando de forma transversal sem que se altere a unidade do sistema” (VILLA Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro; MACHADO, Bruno Amaral. O mapa do feminicídio na Polícia Civil do Piauí: uma análise organizacional-sistêmica R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 16, n. 22, p.86-107, jan./jun. 2018).

A metodologia tomou como paradigma para implementação da perspectiva de gênero, as Diretrizes Nacionais²²⁹ para investigar, processar e julgar assassinatos de mulheres na perspectiva de gênero associada ao protocolo da Polícia Civil piauiense convencional aplicável aos casos de homicídio e o protocolo Latino Americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero, aliando-se metodologicamente ao Protocolo de Bogotá, Protocolo de Reconhecimento Visuográfica da Polícia Civil de São Paulo e Manual de Perícias da Polícia Técnico Científica do Piauí.

Seguindo estrutura recomendada pelas Diretrizes Nacionais, a Metodologia piauiense adotou três dimensões atribuindo-lhes as mesmas terminologias das Diretrizes porém, dando-lhes enunciados próprios da atividade investigatória policial. A dimensão fática foi representada pela Reconhecimento Visuográfica com Perspectiva de Gênero, logo, o então padrão utilizado para os homicídios em geral foi remodelado para atender à nova perspectiva do feminicídio.

Figura 16 – Modelagem geral do Componente Fático da Reconhecimento Visuográfica com Perspectiva de Gênero - Metodologia Investigatória do Feminicídio no Piauí.



Fonte: elaborada pela autora.

²²⁹ BRASIL, Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Diretrizes Nacionais Feminicídio. Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasil/2016.

A Reconhecimento Visuográfica constitui uma das principais ferramentas na investigação dos feminicídios. O Protocolo foi idealizado pela Polícia Civil de São Paulo para servir de método à investigação de homicídios e adotado pela Polícia Civil do Piauí aos casos de mortes violentas. O Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero da Secretaria de Segurança Pública tomou o modelo do Piauí e agregou-lhe perspectiva de gênero. No decorrer das capacitações e com base em estudos em sede de Doutorado, a autora incluiu novas semânticas relacionadas à compreensão do “excesso”, do “gesto simbólico”, proposto pela Antropóloga Rita Laura Segato em estudos desenvolvidos sobre feminicídio.

Figura 17 – Estrutura executiva do Protocolo de Reconhecimento Visuográfica com Perspectiva de Gênero - Metodologia Investigatória do Feminicídio no Piauí.



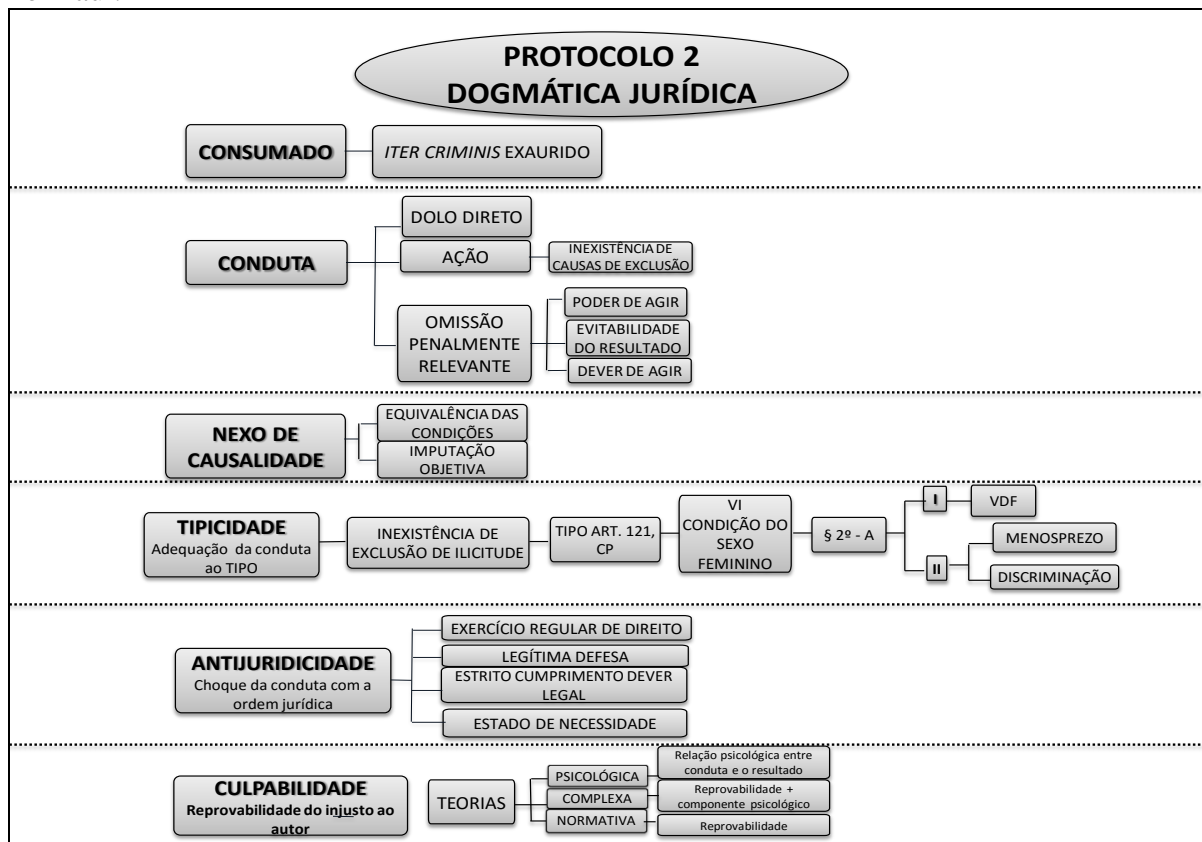
Fonte: elaborada pela autora.

Destaca-se nesse primeiro componente nuances do fato, circunstâncias, exploração dos sujeitos e evidências do local de crime. A descrição do local possui aspectos que retratam situações relacionadas à força, controle, submissão, violência sexual, psíquica, vínculos e gestos simbólicos caracterizados pela ideia de excesso. São também analisados agravos que resultaram da conduta do agressor em relação a familiares, sobretudo filhos, pais e mães. A Reconhecimento portanto, toma perspectiva de gênero para apresentar cartografia que retrate história de vida da vítima, agressor, sinais reveladores de gestos que possibilitem compreender se estão presentes requisitos da “condição de ser mulher” exigida pelo

feminicídio naquele caso concreto. As evidências tomam por base local de crime analisado por policiais civis, no âmbito dos “saberes policiais” com perspectiva de gênero, ou seja, novo “saber das tiras”.

O resultado da análise dos inquéritos policiais, especialmente do interior, revela que nem a Reconhecimento Visuográfica no padrão convencional, nem tampouco na perspectiva de gênero, vem sendo aplicada nas rotinas policiais, salvo nas seis cidades sede de Delegacias da Mulher incumbidas também da investigação dos feminicídios na respectiva região. São elas: Bom Jesus, Floriano, Parnaíba, Campo Maior, Picos e São Raimundo Nonato. Em Teresina, verifica-se aplicação mitigada da Reconhecimento com perspectiva de gênero, vez que equipes de plantão do Departamento de Homicídios, incumbidas de se dirigirem aos locais de morte violenta e de registrarem os locais em formato de Reconhecimento Visuográfica, seguem padrão uniformizado desconsiderando referida perspectiva, salvo quando coincide com plantão da equipe da Delegacia do Feminicídio. Há, portanto, na organização policial civil, resistência à inserção do paradigma de gênero no catálogo das metodologias investigatórias.

Figura 18 - Arquitetura do componente jurídico - Metodologia Investigatória do Feminicídio no Piauí.



Fonte: elaborada pela autora.

Ao Protocolo jurídico inicial foram agregadas categorias jurídicas que possibilitassem indiciamento do investigado na perspectiva de gênero aliado às circunstâncias jurídicas do fato, vez que estudos iniciais dos casos sinalizaram para teses de defesa pautadas ora na desqualificação da vítima, ora na insanidade mental do autor. Era preciso então enfrentar culpabilidade e antijuridicidade como forma de instrumentalizar a acusação com *backgrounds*²³⁰ na perspectiva de gênero.

A primeira fase se dá com a constatação de morte violenta orientada para essa finalidade - gênero e caracterizada pelo exame cadavérico como tal. No segundo momento deve-se investigar, através de evidências – testemunhas, laudos, Reconhecimento, vídeos, fotografias, áudios etc. a conduta do agente no tocante à intencionalidade indagando-se: houve intenção de matar? Ou se o agente atua sem consciência e vontade, nos casos de coação física irresistível, completa inconsciência ou então atos reflexos e ainda movimentos impulsivos ou instintivos, denominados ações em curto-circuito e habituais ou mecânicos.²³¹. Em seguida, propõe-se análise do nexo da causalidade, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Esta pesquisa, na perspectiva da Metodologia Investigatória do Feminicídio da Polícia piauiense, posiciona-se no Protocolo 2 – Dogmática Jurídica, item Tipicidade, vez que problematiza a qualificadora do feminicídio prevista no art.121 do Código Penal brasileiro para propor contornos que lhe dê segurança e estabilidade conceitual por ocasião de sua aplicabilidade. Portanto, não se pretende com esse estudo esgotar a Metodologia Investigatória do Feminicídio, senão restringir o alcance à referida qualificadora.

O resultado dos estudos irradiará efeitos para duas outras dimensões: fática e probatória, fazendo introduzir temáticas voltadas à compreensão do campo fático, qualificando o protocolo da Reconhecimento Visuográfica e a dimensão investigatória com enunciados científicos que auxiliem quesitações orientadas para leituras de corpos de delito relacionados a mortes violentas de mulheres.

²³⁰ Termo cunhado por John R. Searle para expressar “[...] habilidades e práticas de fundo que capacitam os seres humanos a de algum modo se comunicar ou ter estados intencionais” (SEARLE, John R. Consciência e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 247).

²³¹ FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito penal. Parte geral. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p.183.

Figura 19 – Estrutura do componente investigatório - Metodologia Investigatória do Femicídio no Piauí.



Fonte: elaborada pela autora

O Componente Investigatório corresponde à coleta e desenvolvimento dos vestígios do feminicídio. Ao modelo inicialmente proposto foi agregada a categoria Risco para alcançar descendentes e ascendentes da vítima que dela eram dependentes, a fim de subsidiar as organizações incumbidas do trabalho jurídico penal do feminicídio em questões que escapam da moldura legal e irradiam efeitos na realidade vivenciada pelas pessoas atingidas.

4.1.2. Protocolo de mapeamento de riscos na investigação do feminicídio no Piauí

No decorrer dos estudos do Doutorado, a pesquisadora, assumindo cargo de Superintendente do Sistema de Gestão de Riscos da Secretaria de Segurança Pública do Piauí, enquadrou o Feminicídio na Política de Gestão de Riscos do Piauí como Crime de Alto Risco que demanda protocolos e metodologias na perspectiva de Alto Risco, ou seja, crimes cuja pena privativa de liberdade supera quatro anos, não são passíveis de fiança pela Polícia Civil, há possibilidade de representação por Prisão Preventiva e Prisão Temporária, investigação complexa e onerosa. Foi desenvolvido Protocolo para Mapeamento de Riscos na Investigação

do Feminicídio como forma de otimizar atuação da Polícia Civil prevenindo eventos que prejudicassem o bom andamento procedimental das investigações e do processamento dos casos.

A pesquisadora, em parceria com a Delegada do Feminicídio²³², elaborou quatro protocolos de mapeamento de riscos na investigação do feminicídio: 1. quanto à aplicação; 2. processo de coleta dos vestígios em local de morte violenta; 3. exploração do local de morte violenta e 4. atos investigatórios ou investigação de segmento.

Figura 20 – Mapeamento de riscos no âmbito de aplicação



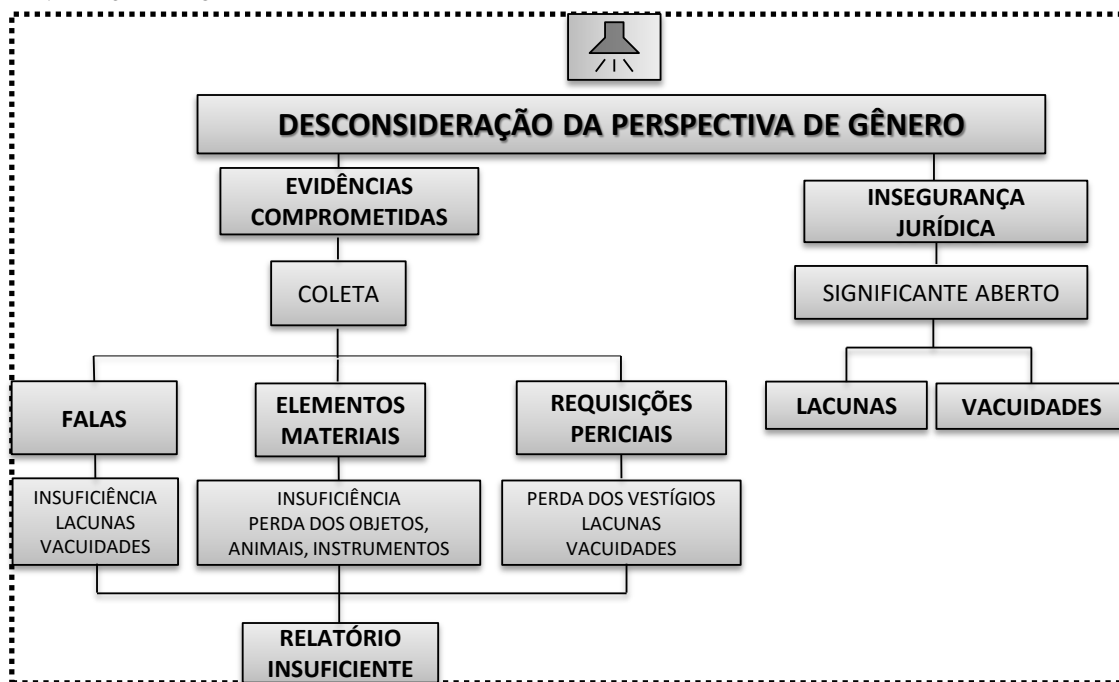
Fonte: elaborada pela autora.

O Protocolo visa alcançar todas as mortes violentas de mulheres – MVI e não violentas – M, para que não se perca vestígios relacionados a evidências não repetíveis, como o caso do Exame Cadavérico e Exame em Local de Morte, cujas quesitações se pautam pela perspectiva de gênero. Uma vez perdido o cadáver pela natural decomposição e desfazimento das evidências do local de morte, não mais será possível recognificação visuográfica do local ou exame direto do corpo de delito.

Os riscos da desconsideração do paradigma de gênero foram investigados no processo de coleta das evidências em local de mortes violentas de mulheres conforme diagrama a seguir.

²³² O Feminicídio foi classificado dentre crimes de Alto Risco no Sistema de Avaliação de Riscos elaborado pela Superintendência do Sistema de Gestão de Riscos da SSP/PI. Nesse contexto, foi demandada proposta para protocolo de mapeamento de riscos no âmbito das investigações policiais do feminicídio. A Delegada do Feminicídio, Luana Alves Rocha Vieira, com base nas atividades de rotina da delegacia, organizou dinâmicas operacionais posteriormente codificadas em quatro protocolos de risco.

Figura 21 – Mapeamento de riscos no processo de coleta das evidências em local de MVLI feminino

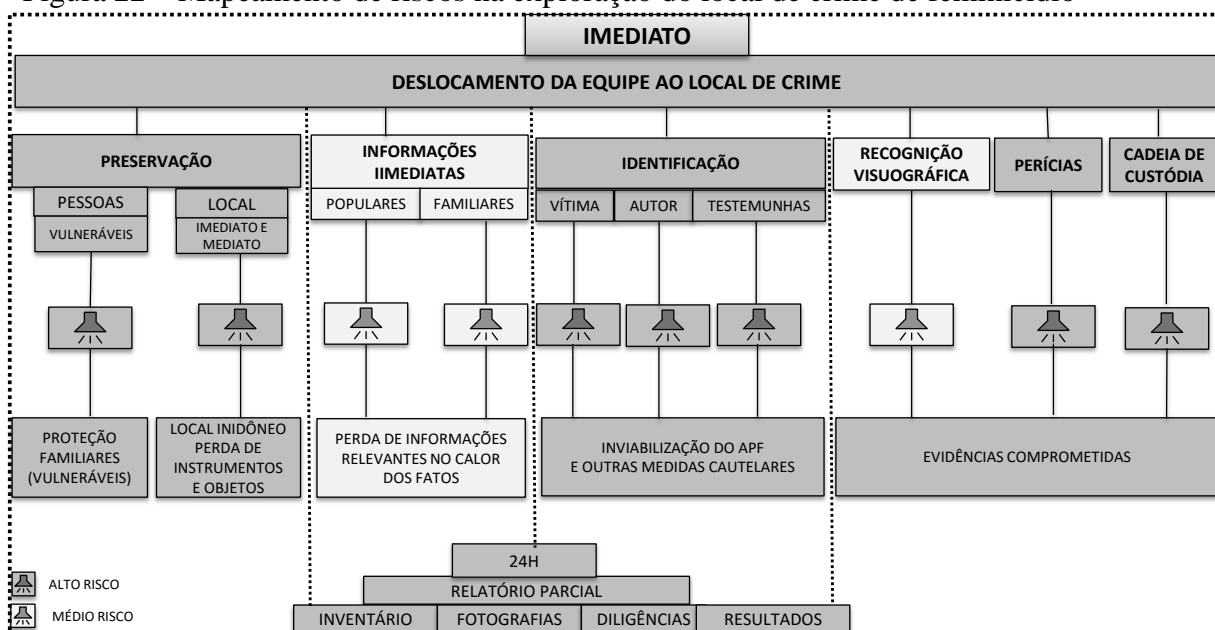


Fonte: elaborada pela autora

Os riscos foram classificados como de alto nível porque a desconsideração da perspectiva de gênero no processo de coleta de vestígios e desenvolvimento de evidências comprometerá indiciamento formal e ocasionará insegurança jurídica pela incapacidade de aglutinar categorias que modelem a qualificadora feminicídio prevista no inciso VI – razões da condição do sexo feminino e §2º, do art.121 do Código Penal brasileiro – condição de sexo feminino. Desconsiderar perspectiva de gênero comprometerá evidências – falas, elementos materiais e perícias e ocasionará insegurança jurídica, porque ensejará lacunas na interpretação de significantes abertos da qualificadora.

A exploração do local de crime demanda esforços diferenciados dos (as) investigadores (as) consistentes na capacidade de desenvolver leituras na perspectiva de gênero para cada unidade discursiva presente no cenário.

Figura 22 – Mapeamento de riscos na exploração do local de crime de feminicídio



Fonte: elaborada pela autora

O mapeamento de riscos na exploração do local de crime aponta necessidade de deslocamento de equipe qualificada na perspectiva de gênero para preservação de pessoas vulneráveis, vez que muitos dos casos de feminicídios ocorrem na presença de familiares, especialmente crianças e idosos; preservação do(s) local (is) imediato e mediato, havendo necessidade de se proteger história da vítima (objetos pessoais). Muitas vezes o local da ação não coincide com o local do encontro do cadáver, assim também deve o local que insere a vítima em seu contexto social, familiar e laboral ser preservado e explorado sob pena de se perder oportunidade de delineamento do campo de forças presente na biografia da vítima, sobretudo quando se tratar de feminicídio em contexto que se difere das relações íntimas.

Outras medidas emergenciais devem ser adotadas de imediato: coleta de informações de vizinhos e familiares que, no momento do calor dos fatos, relatam à polícia com facilidade eventos, mas no momento da inquirição ficam temerosas. Deve ser realizada Reconhecimento Visuográfico do Local como forma de perenizar sensações, sentidos e percepções acerca do campo de forças presente naquele local. As medidas auxiliarão na quesitação das requisições periciais contextualizada ao caso a ser investigado.

O quarto protocolo se refere ao mapeamento dos riscos resultantes da não adoção da perspectiva de gênero por ocasião da investigação policial nos casos de feminicídio.

Figura 23 – Mapeamento de riscos nos atos investigatórios – investigação de segmento



Fonte: elaborada pela autora.

Oitivas realizadas sem o olhar atento à perspectiva de gênero poderão gerar insuficiência, lacunas e vacuidades por ocasião do indiciamento formal do autor do fato. O retardo ou inexistência da Reconhecimento Visuográfica pode ocasionar demora dos atos investigatórios dada a dificuldade de eleição do rumo a seguir. A perícia criminal constitui um dos mais relevantes momentos da investigação policial. Realizada por expertises, pode ser questionada apenas em seus aspectos metodológicos e possui elevado grau de certeza porque pautada em métodos científicos, como é o caso do exame de DNA.

Porém, se as evidências não forem coletadas na forma da lei, preservando-se cadeia de custódia e a substância do material biológico, restarão passíveis de nulidade por ocasião do processo. O Protocolo prevê possibilidade do (a) próprio (a) Delegado (a) inventariar investigação em relato síntese apontando percurso e resultados alcançados e, em seguida, outro momento de sindicabilidade da investigação, realizada por superior hierárquico para verificar qualidade da investigação e propor aperfeiçoamentos permanentes aos Protocolos.

Pode-se afirmar que em termos de protocolos é esse o atual estado da arte do feminicídio na organização policial civil do Piauí. Uma vez apresentada síntese de metodologias e protocolos investigatórios elaborados pela Polícia Civil piauiense para investigação dos feminicídios, o estudo passa a analisar falas de policiais civis, advogado, promotor e juiz que atuam em casos de assassinatos de mulheres na perspectiva de gênero

ocorridos no Piauí desde a vigência da Lei nº. 13.104, 10 de março de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2018, período estabelecido na pesquisa.

4.2. PROCESSO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CATEGORIAS DO FEMINICÍDIO NO TRABALHO JURÍDICO PENAL DA INVESTIGAÇÃO, INSTRUÇÃO, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS FEMINICÍDIOS NO PIAUÍ

O ambiente organizacional²³³ considerado na pesquisa se restringiu às organizações incumbidas pelo trabalho jurídico penal de investigação, instrução, processamento e julgamento do feminicídio no Piauí que corresponde à atividade policial civil, advocacia privada, acusação formal realizada pelo Ministério Público e julgamento pelo Judiciário.

Busca-se identificar, através das falas policiais, de defesa, acusação e judiciais, unidades de discurso relacionadas à qualificadora feminicídio utilizadas na rotina organizacional de cada uma das instituições na tomada de decisões relacionadas aos processos de feminicídio. Em seguida, uma vez transcritas e organizadas as falas, passa-se a classificá-las em códigos ou categorias analíticas com vistas a promover diálogos entre elas e categorias teóricas como forma de costurar enunciados e construir parâmetros que orientem contornos conceituais para o feminicídio, objetivo final deste trabalho.

Inicia-se o percurso identificando previamente os sujeitos que participaram da pesquisa empírica através da aplicação de Questionário misto dividido em três partes compostas por 22 (vinte e duas) questões, sendo 21 (vinte e uma) fechadas e 1 (uma) aberta. A primeira parte versa sobre dados biográficos e profissionais; na segunda parte busca-se conhecer afinidades com a temática do violência contra a mulher e na última parte adentra-se no desempenho da atividade laboral no âmbito do feminicídio.

4.2.1. Anamnese dos sujeitos da pesquisa

As tabelas a seguir apresentam dados demográficos de 11 (onze) sujeitos da pesquisa dentre: 8 (oito) policiais civis, sendo 6 (seis) da Polícia Judiciária - 2 (duas) Delegadas (DP), 3 (três) Agentes de Polícia (AP), 1 (um) Escrivão (EP) e 2 (dois) da Polícia Técnico Científica - 1 (um) Perito Médico Legal (PML) e 1 (uma) Perita Criminal (PC); 1 (um) Promotor de

²³³“As pesquisas centradas no ambiente organizacional [...] investigam a conformidade das ações ao ideário técnico ou institucional. [...] As rotinas estabelecidas incluem formas, regras, procedimentos, convenções, estratégias e tecnologias a partir das quais as organizações operam” (MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p. 34 e 35).

Justiça que atua no Júri (MP); 1 (um) Advogado Criminalista (AD) e 1 (um) Juiz Da Vara do Tribunal do Júri (JUIZ), em que foram relacionadas categorias como faixa etária, sexo, raça, lotação, nível de escolaridade e tempo de serviço na Instituição. O próximo enunciado se referiu à faixa etária dos sujeitos.

Tabela 26 - Faixa etária/raça/sexo/cargo dos profissionais entrevistados

Faixa Etária	Raça		Sexo		Cargo								Total	%
	N	ÑN	F	M	DP	EP	AP	PC	PML	AD	MP	JUIZ		
31 A 35	1	2	2	1	-	1	1	1	-	-	-	-	3	27,27
36 A 40	1	4	2	3	2	-	2	-	-	1	-	-	5	45,45
46 A 50	-	2	-	2	-	-	-	-	1	-	1	-	2	18,18
> 50	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	9,09
Total	2	9	4	7	2	1	3	1	1	1	1	1	11	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar os sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

A pesquisa catalogou a categoria raça em duas rubricas: N (negra) e ÑN (não negra) de modo que todas as pessoas que não se declararam negras foram consideradas não negras (amarela, branca e parda). Dos 11 entrevistados, 7 se declararam pardos, 2 se declararam negros, 1 se declarou amarelo e 1 se declarou branco, havendo, portanto, a autodeterminação da categoria Parda em mais da metade ou 63,64% da amostra. Quase metade da amostra ou 5 (45,45%) estão na faixa etária de 36 a 40 anos sendo que 4 dos entrevistados ou 80% se declararam pardos, brancos ou amarelos e apenas 1 ou 20% se declarou negro e ainda 3 ou 60% deles são do sexo masculino. Os dados sinalizam que esses profissionais detém certo grau de maturidade, não se consideram negros e a maior parte é do sexo masculino. Em seguida, identificou-se o nível de escolaridade dos sujeitos.

Tabela 27– Nível de escolaridade/raça/sexo/cargo dos profissionais entrevistados

Escolaridade	Raça		Sexo		Cargo								Total	%
	N	ÑN	F	M	DP	EP	AP	PC	PML	AD	MP	JUIZ		
Graduado	1	3	1	3	-	1	3	-	-	-	-	-	4	36,36
Especialista	-	5	2	3	2	-	-	-	1	1	-	1	5	45,45
Mestre	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	9,09
Doutor	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	9,09
Total	2	9	4	7	2	1	3	1	1	1	1	1	11	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

No quesito nível de escolaridade, a análise interseccional entre ela, raça, sexo e cargo, permite visualizar prevalência do grau de escolaridade nível Especialização. Da amostra de 11 profissionais que atuam na investigação, processamento e julgamento do feminicídio na

capital, pode-se inferir que 5 deles ou 45,45% são especialistas, todos não negros e desses, 3 ou 60% são do sexo masculino.

Tabela 28 – Tempo de serviço/raça/sexo/cargo dos profissionais entrevistados

Período Anos	Raça		Sexo		Cargo								Total	%
	N	ÑN	F	M	DP	EP	AP	PC	PML	AD	MP	JUIZ		
1 A 5	1	3	1	3	-	1	3	-	-	-	-	-	4	36,36
6 A 10	1	2	3	-	2	-	-	1	-	-	-	-	3	27,27
11 A 15	-	2	-	2	-	-	-	-	1	1	-	-	2	18,18
26 A 30	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	9,09
> 30	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	9,09
Total	2	9	4	7	2	1	3	1	1	1	1	1	11	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

Embora a Tabela 26 sinalize para certo grau de maturidade etária, já não se pode inferir o mesmo no tocante ao tempo de serviço dos entrevistados porque 4 deles ou 36,36% da amostra possui tempo de serviço policial de 1 a 5 anos, denotando início da carreira profissional, sobretudo quando se vê que todos eles são agentes e escrivães de polícia da Delegacia de Feminicídio, ou seja, investigadores responsáveis pela condução da elucidação dos feminicídios; são aqueles que atuam no campo, realizam recognições visuográficas e auxiliam a delegada nas diligências. Dos 4, apenas um se declarou negro, ou 25%. Por fim, identificou-se área de formação dos (as) entrevistados (as).

Tabela 29 – Área de formação/raça/sexo/cargo dos profissionais entrevistados

Curso	Raça		Sexo		Cargo								Total	%
	N	ÑN	F	M	DP	EP	AP	PC	PML	AD	MP	JUIZ		
Direito	-	4	2	2	2	-	-	-	-	-	1	1	4	36,36
Letras/ Espanhol	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	9,09
Biologia	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	9,09
Geografia	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	9,09
Matemática	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	9,09
Ciências da Computação	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	9,09
Medicina e Direito		1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	1	9,09
Direito e Ciências Sociais		1	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1	9,09
Total	2	9	4	7	2	1	3	1	1	1	1	1	11	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

A interseção entre área de formação, raça, sexo e cargo dos entrevistados possibilitou demonstrar prevalência do Direito no campo da investigação, processamento e julgamento do

feminicídio, acentuada com formação adicional do Médico Legista em Direito, ou seja, dos 11 entrevistados, 6 ou 54,55% possuem Bacharelado em Direito, todos se declararam não negros e 4 ou 66,67% são do sexo masculino. Portanto, pode-se inferir, a partir dessa amostra, que o trabalho jurídico penal do feminicídio na capital vem sendo realizado prevalentemente por profissionais não negros, do sexo masculino, especialistas e relativamente maduros.

As entrevistas buscaram explorar também dinâmica das atividades desenvolvidas pelos sujeitos: conhecimento e normas relacionadas à violência contra a mulher, âmbito de aplicação, competências, participação em eventos e condições de trabalho.

Tabela 30 – Conhecimento sobre normas relacionadas à violência contra a mulher

Conceito	Concordo	%	Concordo em parte	%	Discordo	%
Ótimo	2	22,22	0	0	0	0
Bom	7	66,67	1	100	0	0
Regular	1	11,11	0	0	0	0
Insuficiente	0	0,00	0	0	0	0
Total	10	100	1	100	0	0

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

Mais da metade dos entrevistados (66,67%) ou 7 deles consideraram que o nível de conhecimento ou o domínio sobre normas relacionadas à violência contra a mulher era bom. Porém, quando se perquire dentre elenco de nove instrumentos normativos quais conhece e utiliza na atividade relacionada ao feminicídio, há “cegueira” em relação a instrumentos de direito internacional voltados à proteção das mulheres.

Tabela 31 – Instrumentos normativos utilizados na atividade relacionada ao Feminicídio

Instrumento Normativo	Cargo								Total	% 11/100
	DP	EP	AP	PC	PML	AD	MP	JUIZ		
CEDAW	1	-	-	-	-	-	1	1	3	27,27
Convenção Belém/PA	1	-	-	-	-	1	1	-	3	27,27
Constituição Federal	2	1	-	-	1	1	1	-	6	54,55
Código Penal	2	1	2	1		1	1	1	9	81,82
Código de Processo Penal	2	-	-	1	1	1	1	-	6	54,55
Lei nº 11.340/06	2	1	2	1	1	1	1	1	10	90,90
Portarias e Resoluções Ministério da Saúde	-	-	-	-	1	-	1	-	2	18,18
Leis Estaduais	1	-	-	-	1	-	-	-	2	18,18
Portarias e Resoluções Estaduais	1	-	-	1	1	-	-	-	3	27,27

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

A tabela anterior confirma aquilo que fora aduzido anteriormente sobre parcial visibilidade do fenômeno da violência de gênero pelos profissionais que atuam sobretudo no trabalho investigatório, deixando à margem da apreciação do judiciário, cenários que poderiam ser levados à instrução processual e que por razões de desfazimento das evidências, como seria o caso de exames biológicos e cadavéricos, deixam de ser juntados aos autos do inquérito e, por conseguinte, do futuro processo.

A norma mais utilizada pelos profissionais, segundo a amostra, é a Lei nº. 11.340/06 – Lei Maria da Penha, apontada por 90,90% dos entrevistados, restrita aos campos de violência doméstica e familiar e, portanto, de alcance parcial. Em seguida, segue o Código Penal, que prescreve o feminicídio, com 81,82%, seguido da Constituição Federal e Código de Processo Penal, ambos com 54,55%. Os dados sinalizam cenários de feminicídios ocorridos no âmbito interfamiliar, com autor conhecido e, portanto, fundamentados na violência doméstica prevista no Código Penal e descrita na Lei nº 11.340/06. Vislumbra-se, portanto, que a utilização dos instrumentos normativos se dá na mesma medida dos casos ocorridos no Piauí, majoritariamente com agressores conhecidos. Identificou-se também participação dos sujeitos em eventos relacionados à violência contra a mulher.

Tabela 32 - Participação em eventos relacionados à violência contra a mulher

Conceito	Concordo	%	Concordo em parte	%	Discordo	%
Ótimo	3	30	0	0	0	0
Bom	2	20	0	0	0	0
Regular	4	40	1	100	0	0
Insuficiente	1	10	0	0	0	0
Total	10	100	1	100	0	0

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

Os entrevistados consideraram regular suas participações em eventos relacionados à violência contra a mulher. Em seguida, indagou-se sobre condições de trabalho.

Tabela 33 – Condições materiais de trabalho

Conceito	Concordo	%	Concordo em parte	%	Discordo	%
Ótima	0	0	0	0	0	0
Boa	5	55,56	0	0	0	0
Regular	3	33,33	1	100	0	0
Insuficiente	1	11,11	0	0	0	0
Total	9	100,00	1	100	0	0

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

Como um dos entrevistados absteve-se em não responder a questão que tratava das condições de trabalho, a amostra passou a contar nesse quesito com apenas 10 sujeitos. Mais da metade, ou 55,55% (5 pesquisados), consideraram boas as condições de trabalho.

O terceiro e último bloco do questionário versa sobre atuação dos profissionais no campo do Feminicídio, em que se indaga sobre questões relacionadas a gênero e dinâmicas contextuais. O primeiro quesito se relacionou com a quantidade de casos em que atuaram.

Tabela 34 – Quantidade de casos de feminicídio em que atuou

Casos	Sexo		Cargo								Total	% 15/100
	F	M	DP	EP	AP	PC	PML	AD	MP	JUIZ		
4 a 7	-	2	-	-	1	-	-	1	-	-	2	18,18
8 a 10	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	9,09
Acima de 10	4	4	2	1	1	1	1	-	1	1	8	72,72
Total	4	7	2	1	3	1	1	1	1	1	11	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

Os sujeitos entrevistados pela pesquisa majoritariamente atuaram em mais de 10 casos de feminicídio, correspondendo a 8 ou 72,72% deles, sendo que a menor quantidade ainda é expressiva – 4 a 7 casos – porque se trata da capital que no período da pesquisa contabilizou 26 casos no período de três anos, ou seja, no mínimo, atuou em 15% dos casos. Portanto, os profissionais reúnem atributos que justificam serem sujeitos apropriados para pesquisa do feminicídio no Piauí. Dos oito que mais atuaram em casos de feminicídio, 4 são mulheres, ou seja, a participação no processo está paritária. O segundo quesito identificou elementos que chamaram atenção dos (as) entrevistados (as) no desempenho profissional.

Tabela 35 – Elementos que chamaram atenção em casos de crime de feminicídio

Fatores	Sexo		Cargo								Total	% 11/100
	F	M	DP	EP	AP	PC	PML	AD	MP	JUIZ		
Maneira de agir do autor	4	5	2	1	3	1	1	-	1	1	10	90,90
Sofrimento da vítima	2	3	1	1	1	1	1	-	-	1	5	45,45
Veemência dos golpes	2	2	1	-	1	1	1	-	-	-	4	36,36
Marcas da violência	1	2	-	1	-	1	1	-	-	-	3	27,27
Outro:	1	1	-	-	-	1	-	1	-	-		
Atenção dos meios de comunicação social	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	2	18,18
Instrumento utilizado – modo de ação	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-		
Total	11	12	4	3	5	5	4	1	1	2	24	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

A análise dos dados permite inferir que a perícia criminal consegue visualizar mais elementos presentes nos feminicídios do que os demais profissionais, assinalando todas as hipóteses propostas na questão, demonstra habilidades perceptivas relacionadas à complexidade de relações de forças presentes nos feminicídios. O advogado demonstra preocupação com a repercussão do caso no meio social por temor de se vulnerabilizar o' pretenso autor do fato; o magistrado, por sua vez, é chamado pela maneira de agir do autor e pelo sofrimento da vítima. Os policiais em geral só não conseguem assimilar as marcas da violência, salvo a perita e o escrivão, porém no geral, tanto homens quanto mulheres foram quase paritários na quantidade de elementos que lhes chamaram atenção em crimes de feminicídio, sinalizando para categorias comuns aos universos cognitivos masculinos e femininos. Outra questão revelou elementos relevantes por ocasião das análises dos procedimentos realizados.

Tabela 36 – Elementos que chamaram atenção na análise de procedimentos nos casos de feminicídio

Fatores	Sexo		Cargo								Total	% 11/100
	F	M	DP	EP	AP	PC	PML	AD	MP	JUIZ		
Corpo da vítima	3	4	1	-	3	1		-	1	1	7	63,64
Local de crime	-	1	-	1	-	-		-	-	-	1	09,09
Instrumento utilizado	1	-	1	-	-	-		-	-	-	1	09,09
Outro: motivação da pretensão jurídica	-	1	-	-	-	-	*	1	-	-	2	18,18
Total	4	6	2	1	3	2		1	1	1	11	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

* Ao Perito Médico Legal foram-lhe feitas outras indagações, vez que o exame a seu cargo restringe-se ao cadáver.

Para a amostra, o corpo da vítima representou principal elemento para análise dos procedimentos pelos investigadores, acusadores e julgador. Já o advogado elencou categoria jurídica objetiva dissociada da dinâmica dos fatos, associada à pretensão jurídica da acusação, alinhada ao que se pretende atribuir ao autor independentemente da perspectiva da vítima e das circunstâncias do crime.

Ao médico legista, foi apresentada pergunta consistente no exame de cadáver, naquilo que mais lhe chamava atenção ao examinar cadáver de vítima de feminicídio. Todas as alternativas foram assinaladas por ele: áreas atingidas pelas lesões, notações de crueldade e violações sexuais. Com o objetivo de verificar como os sujeitos visualizavam o feminicídio na perspectiva das relações de poder, indagou-se se envolvia apenas relações interpessoais.

Tabela 37 – Femicídio envolve relações interpessoais

Conceito	Quantidade	%
Sim	4	36,36
Não	6	54,54
Não sei	1	9,09
Total	11	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Femicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

Para a indagação sobre se o feminicídio envolveria somente relações interpessoais, 54,54% ou 6 dos sujeitos respondeu que não, embora 36,36% ou 4 deles entendam que sim e um afirmou não saber. Infere-se que haveria certa dificuldade para compreender o feminicídio fora das relações domésticas quando se imbrica o resultado das entrevistas com o debate do grupo focal. Sobre o conceito legal do feminicídio, indagou-se dos sujeitos como julgavam sua compreensão sobre a qualificadora.

Tabela 38 – Conceito legal da qualificadora do Femicídio

Conceito	Quantidade	%
Muito satisfatório	1	9,09
Satisfatório	7	63,64
Insatisfatório	3	27,27
Péssimo	-	-
Total	11	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Femicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

Do mesmo modo como ocorre com a parcial visão do feminicídio incidindo em ambiente doméstico, indagou-se dos sujeitos se o conceito legal do feminicídio era satisfatório ou não. Mais da metade ou 63,64% ou 7 deles responderam que era satisfatório e três afirmaram ser insatisfatório ou 27,27%. Ainda sobre feminicídio, perquiriu-se como os sujeitos julgavam suas habilidades pessoais em questões relacionadas à categoria gênero.

Tabela 39 – Habilidades pessoais em questões de gênero

Conceito	Quantidade	%
Muito satisfatórias	2	18,18
Satisfatórias	8	72,73
Insatisfatórias	1	9,09
Péssimas	0	0,00
Total	11	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

Quanto às habilidades em questões relacionadas à teorias de gênero, os sujeitos responderam estarem satisfatoriamente habilitados nessa questões, assim como os servidores que atuam em suas equipes. Do mesmo modo, indagou-se sobre habilidades em questões de gênero de servidores da equipe.

Tabela 40 – Habilidades dos servidores que atuam na equipe em questões de gênero

Conceito	Quantidade	%
Muito satisfatórias	2	18,18
Satisfatórias	7	63,64
Insatisfatórias	2	18,18
Péssimas	-	-
Total	11	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

Ao final, o questionário ofereceu campo aberto para que o (a) entrevistado (a) se manifestasse livremente. Nessa questão, foram três as contribuições abaixo transcritas.

- a) Umbuzeiro – Destacar a ausência de critérios por parte dos órgãos de persecução penal;
- b) Quixaba – Faz-se necessário que o tema feminicídio seja expandido de maneira cada vez mais formal e técnica. Apesar do tema ser bastante citado midiaticamente, percebe-se que não há uma visão ampla e robusta sobre as características norteadoras dessa qualificadora. Outra necessidade, a nível institucional, são procedimentos padrões a serem executados em cenas de crime (feminicídio), tais protocolos e análises servem como parâmetros para ações internas e melhor compreensão desse tipo de delito;
- c) Jericó – conscientizar também as mulheres dos direitos e riscos em relação aos relacionamentos abusivos.

Pode-se concluir que as entrevistas trouxeram o seguinte perfil das pessoas responsáveis pelo trabalho jurídico penal do feminicídio na capital: profissionais prevalentemente não negros, do sexo masculino, formação em Direito, especialistas e

relativamente maduros, mas boa parte está no início da carreira profissional. No que se refere ao manejo de instrumentos normativos a Lei nº. 11.340/06 figurou na resposta de quase todos os entrevistados (90.90%). Porém, no que pertine aos instrumentos normativos, internacionais de proteção à mulher internalizados no Brasil – CEDAW e Convenção de Belém do Pará, ambas anteriores à Lei Maria da Penha, a recorrência foi de 27,27%, demonstrando aterem-se mais à violência doméstica do que à violência compreendida em sua forma estrutural. Denominei esse fenômeno em estudo anterior por “cegueira” parcial da violência de gênero que pode refletir na compreensão de fatores estruturais ou das mais diversas forças (sociais, políticas, religiosas, institucionais, dentre outras) que incidem e interagem no campo do feminicídio.

Por fim, quanto as atuações nos casos de feminicídio, os sujeitos demonstram experiência pela atuação em mais de dez casos e listam como elementos significativos: autor e vítima, maneira de agir do autor e corpo da vítima. Entendem que no feminicídio prevalecem relações interpessoais e que o conceito legal é satisfatório, assim como suas habilidades e da equipe para lidarem com questões de gênero.

Concluído o primeiro diagnóstico, a pesquisadora seguiu para aplicação de entrevistas junto aos mesmos sujeitos a fim de detalhar pontos previamente estabelecidos na pesquisa.

4.2.2 Arqueologia das falas dos sujeitos

Inicialmente é preciso enfatizar contextos pessoais relacionados à pesquisadora como mulher adulta, branca, divorciada, mãe, avó, cisgênero, heterossexual, católica, teresinense, nordestina, formação em arquitetura /urbanismo e direito, delegada de polícia civil do Piauí há 20 anos, professora do curso de Direito da UESPI há 16 anos, interessada por estudos na área da violência de gênero há 18 anos, tendo implementado inúmeras políticas de segurança pública estaduais nessa área. O dado é relevante porque a pesquisadora já foi menina, experimentou e experimenta a realidade piauiense, de modo que esses aspectos integram seu modo de pensar e de traçar o percurso metodológico para desenvolvimento e valoração dos achados empíricos.

O percurso inclui duas estações: conhecer e analisar manifestações pessoais dos profissionais que atuam na investigação, processamento e julgamento de feminicídios no Piauí realizadas com aplicação de duas técnicas: entrevista individual e grupo focal, estes últimos com policiais civis. A segunda estação é representada pelo estudo de documentos que

lastrearam decisões adotadas nos procedimentos policiais e demais procedimentos a cargo do Ministério Público, Defesa e Juízes por ocasião do desempenho de suas funções.

Foram entrevistadas 11 (onze) pessoas dentre 2 (duas) Delegadas de Polícia Civil, 3 (três) Agentes de Polícia Civil, 1 (um) Escrivão de Polícia Civil, 1 (um) Perito Médico Legal, 1 (uma) Perita Criminal, 1 Advogado Criminalista com atuação em casos de Feminicídio, 1 (um) Promotor de Justiça da Vara do Júri e 1 (um) Juiz da Vara do Júri, todos com atuação em Teresina. Os sujeitos foram definidos pela estreita afinidade com o tema Feminicídio e atuação em fases de investigação, processamento e julgamento de casos de feminicídio no Piauí ou na implementação de políticas de prevenção, estudo e enfrentamento ao feminicídio no estado. A maior parte deles trabalha há mais de 3 anos na temática, ou seja, o grupo atuou na quase totalidade dos casos objeto da pesquisa ocorridos na capital no período da vigência da lei até 31.12.18. A amostra é representativa para a pesquisa por se tratar de grupo homogêneo na perspectiva da temática feminicídio e heterogêneo na fragmentação do trabalho jurídico penal realizado por cada um deles.

Foi adotado modelo de entrevista semiestruturada²³⁴, organizada em 13 (treze) perguntas com exploração de pressuposições teóricas acerca de inferências sobre feminicídio para proporcionar espaços de fala aos entrevistados e surgirem outras indagações, de modo que as entrevistas ganhassem subjetividade na medida em que se ia explorando o pensamento do entrevistado acerca do que estava sendo perguntado de forma planejada. As indagações seguiram padrão que permitissem análises comparativas, mas foram adaptadas às circunstâncias do trabalho desenvolvido por cada um dos entrevistados. Em linhas gerais, buscou-se explorar entendimentos sobre feminicídio, desde ideias pessoais, afirmativas do senso comum e culturalmente radicadas na sociedade como: assassinato por motivos de paixão, ciúme, traição, até perspectivas científicas: relações de gênero, categorias previstas na qualificadora que caracterizam o feminicídio (menosprezo e discriminação) e complexidade na tipificação e investigação. Indagou-se sobre elementos fáticos e jurídicos, dificuldades encontradas para desenvolver o trabalho, lacunas e/ou vazios no conceito legal, interferências do vazio legal no trabalho, insegurança normativa, argumentos relacionados a questões de gênero, influência do sexo dos sujeitos na atuação da investigação, processamento e

²³⁴ Na entrevista do tipo semiestruturada “[...] são feitas *perguntas controladas pela teoria e direcionadas para as hipóteses*. Estas são voltadas para a literatura científica sobre o tópico, ou baseiam-se nas pressuposições teóricas do pesquisador. [...] Na entrevista, as relações formadas nessas questões servem ao propósito de tornar mais explícito o conhecimento implícito do entrevistado. As suposições nessas questões são planejadas como algo oferecido ao entrevistado, podendo este adotar ou recusar, conforme elas corresponderem ou não a suas teorias subjetivas” (FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, p.149).

julgamento, protocolos e metodologias. Ao final, perquiriu-se sobre algum caso que tivesse chamado atenção.

Algumas questões foram adaptadas para o tipo de atividade desenvolvida, de modo que às Delegadas, Promotor, Juiz e Advogado pontuou-se elementos jurídicos como tipificação do Feminicídio; para o Médico Legista, explorou-se o cadáver; à Perita Criminal e investigadores buscou-se marcadores nos locais de crime. Ao final, foi solicitado aos entrevistados que narrassem algum caso de feminicídio que lhes tivesse chamado atenção.

Antes da realização das entrevistas a pesquisadora já havia sido autorizada pelos respectivos superiores hierárquicos das autoridades que iriam ser entrevistadas, no caso, delegadas, agentes, escrivães, peritos, promotor e juiz e no momento da entrevista foi-lhes apresentado motivo da entrevista, finalidade e solicitada assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, integrantes do acervo desta pesquisa. Os contatos prévios foram feitos por telefone, pela própria pesquisadora, e as entrevistas se deram nos locais de trabalho dos entrevistados e, em um dos casos, na residência de uma das entrevistadas. Todas as entrevistas foram realizadas pela pesquisadora.

As 11 (onze) entrevistas tiveram duração total de 5 horas, 19 minutos e 10 segundos, uma média aproximada de 29 minutos por cada entrevistado. As falas foram gravadas em gravador de voz digital, de propriedade da pesquisadora, salvo a de uma das delegadas que preferiu gravar por filmagem, e todos os áudios foram degravados, escriturados e organizados pela própria pesquisadora para comporem o acervo da pesquisa.

Os conteúdos das entrevistas foram analisados²³⁵ individualmente e posteriormente agrupados em categorias e enunciados analíticos para verificar interações organizacionais no âmbito do trabalho jurídico penal do feminicídio e possibilitar chaves de leitura para ele. Cada uma das perguntas foi analisada de modo apartado uma das outras, mas as respostas de cada um dos entrevistados foram agrupadas para verificar recorrência de termos e reunir inferências comuns em categorias e enunciados que as representassem analiticamente²³⁶.

²³⁵ “[...] quando falamos de análise e interpretação de informações geradas no campo da pesquisa qualitativa, estamos falando de um momento em que o pesquisador procura finalizar o seu trabalho, ancorando-se em todo o material coletado e articulando esse material aos propósitos da pesquisa e à sua fundamentação teórica” (MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora); GOMES, Sueli Ferreira Deslandes Romeu. Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. 32ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993, p.81).

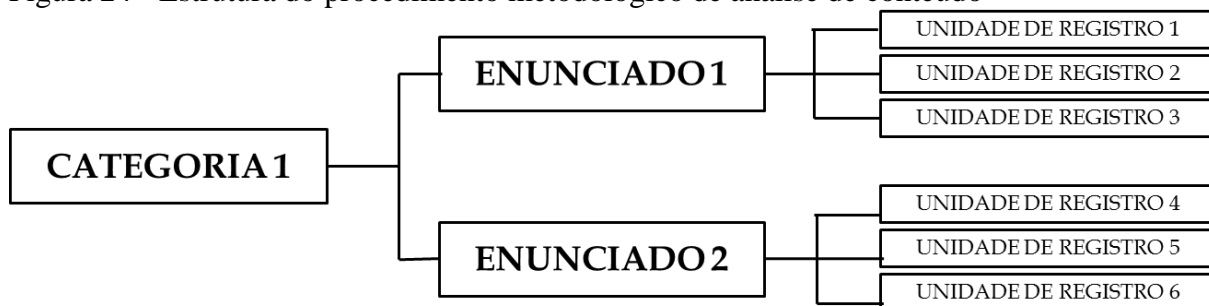
²³⁶ “A codificação é aqui entendida como representação das operações pelas quais os dados são fragmentados, conceitualizados e reintegrados de novas maneiras. Este é o processo central por meio do qual as teorias são

Adotou-se método de Análise temática, elegendo-se o tema Femicídio com vistas a alcançar, por esse núcleo, feixes de relações ou irradiações comunicacionais através das falas dos sujeitos e classificá-las em: CATEGORIA, ENUNCIADO e UNIDADE DE REGISTRO. Utilizou-se o termo “Categoria” para agrupar unidades de discurso dispersas, heterogêneas, porque provenientes de percepções descritivas diversas. Por outro lado, essas mesmas unidades de registro apresentaram homogeneidade por se referenciarem a determinada categoria analítica: “femicídio”, na perspectiva jurídica e policial. Tomou-se a unidade “Categoria” como camada mais profunda e invisível do processo de análise dos discursos e abrigadora do “Enunciado” e “Unidade de Registro”,²³⁷.

Os Enunciados foram organizados por “Unidades de Registro” e considerados camadas intermediárias, compreendidas como necessárias para filtrar discursos dispersos em unidades de registros e agrupá-las em modalidades particulares apoiadas em um mesmo sistema de formação discursiva (discurso jurídico, discurso sanitário, discurso policial etc.), para então, ingressarem na camada “Categoria”.

“Unidades de Registro” corresponderam à descrição dos acontecimentos discursivos extraídos diretamente das falas dos sujeitos entrevistados, sem decodificação, na sua originalidade, ou seja, a camada mais visível do processo arqueológico de descoberta do femicídio na linguagem dos sujeitos responsáveis pelo trabalho jurídico penal.

Figura 24 - Estrutura do procedimento metodológico de análise de conteúdo



Fonte: elaborada pela autora.

Uma vez destacadas, organizadas e agrupadas falas por categorias, enunciados e unidades de registro, o estudo promoveu diálogos entre teorias desenvolvidas e achados empíricos como forma de verificar inferências a respeito do que fora tratado sobre

construídas a partir dos dados” (FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, P. 277).

²³⁷ A análise do conteúdo gerado pela pesquisa empírica tomou por base aportes teóricos de Michel Foucault, a partir de inferências por ele desenvolvidas no âmbito da formação discursiva na obra “A arqueologia do Saber” (FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013).

feminicídio, de modo que se utilizou das teorias para compreender discursos que os entrevistados recorreram sobre a temática tratada nessa pesquisa²³⁸.

4.2.2.1 ENTREVISTAS: ANÁLISE DOS DISCURSOS

Antes de transcrever falas, importa trazer aportes sobre os sujeitos entrevistados para relacionar falas a eventuais padrões enunciativos que digam respeito a características pessoais ligadas à raça, idade, sexo e tempo de atuação profissional.

Tabela 41 – Perfil dos sujeitos entrevistados com pseudônimos.

Nome	Raça	Faixa etária	Sexo	Tempo serviço
Angico	Parda	46 - 50	Masculino	11 a 15 anos
Caroá	Negra	36 - 40	Masculino	1 a 5 anos
Flor de Jitirana	Branca	36 - 40	Feminino	6 a 10 anos
Jericó	Parda	36 - 40	Masculino	1 a 5 anos
Jurema Branca	Parda	31 - 35	Feminino	1 a 5 anos
Malícia	Parda	36 - 40	Feminino	6 a 10 anos
Palma	Amarela	31 - 35	Masculino	1 a 5 anos
Quixaba	Negra	31 - 35	Feminino	6 a 10 anos
Sabiá	Parda	70	Masculino	33 anos
Umbuzeiro	Parda	36 - 40	Masculino	11 a 15 anos
Xique-xique	Prejudicado	46 - 50	Masculino	26 a 30 anos

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

Passa-se a esboçar o conteúdo das entrevistas organizando o trabalho por pergunta e em seguida, desenvolvendo análises contextuais e teóricas sobre cada um dos questionamentos feitos. O método analítico também permitirá analisar falas agrupando unidades discursivas por grupo de falas de mulheres - GF1 (4), grupo de falas de homens - GF2 (7) e grupo de falas - misto GF3 (11), de acordo com os fragmentos.

Na primeira indagação sobre o que os sujeitos entendiam por feminicídio foi possível elaborar 17 unidades de registros organizadas em 3 enunciados – MANDATO DA MASCULINIDADE, PRECARIEDADE e GESTOS SIMBÓLICOS, estruturados pela categoria analítica GÊNERO, conforme tabela abaixo.

²³⁸ “[...] Na pesquisa qualitativa, o pesquisador utiliza os *insights* e as informações provenientes da literatura enquanto conhecimento sobre o contexto, utilizando-se dele para verificar afirmações e observações a respeito de seu tema de pesquisa naqueles contextos [...]” (FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, p.63).

Tabela 42 – Discursos sobre o feminicídio.

Categoria	Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Gênero: Categoria de análise decolonial – análise histórico-social assinaladora de distinções que coloca em questão sujeitos e as diversas relações como se relacionam descentralizando da ideia binária de homem e mulher para problematizar o sexo e tomar como referência o humano.	Mandato da masculinidade	Machismo	2	7,69
	Exercício do poder masculino em 2 eixos:	Domínio possessivo	1	3,85
	- Vertical: relação de subordinação	Dominação	1	3,85
	- <i>status</i> - patriarcado privado – apropriação do corpo da mulher;	Relação de superioridade		
	- Horizontal: relação de paridade – contrato – economia simbólica do poder – expropriação do corpo da mulher.		1	3,85
	Total	4	5	19,23
	Precariedade	Fato de ser mulher	4	15,38
	Decorre da ideia de enquadramento e posicionamento da mulher em condições de precariedade, de vulnerabilidade, em condições de violabilidade.	Frágil	3	11,54
	O sujeito mulher constitui categoria extralegal previamente delineada por forças que emolduram comportamentos e atributos.	Violência doméstica	2	7,69
		Qualidade de ser mulher	1	3,85
		Vulnerável por ser mulher	1	3,85
		Comportamento feminino	1	3,85
		Aspectos históricos e culturais	1	3,85
		Relações interpessoais	1	3,85
		Discriminação	1	3,85
		Situação de mulher	1	3,85
	Total	10	16	61,54
	Gestos simbólicos	Aversão à figura feminina	2	7,69
	Marcas, palavras, gestos, que simbolizam descaso, indiferença, imposição de sofrimento, desvalorização, aversão, ódio, dentre outras manifestações do comportamento humano afetos à área da psicologia e psiquiatria.	Menosprezo	1	3,85
	Algo que excede o jurídico, que excede o necessário e suficiente para se atingir determinado objetivo, no caso, a morte da mulher.	Misoginia	1	3,85
		Crueldade		
			1	3,85
	Total	4	5	19,23
Total geral	3	18	26	100,00

Fonte: elaborada pela autora resultante de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevistas semiestruturadas.

Sobre o que entendiam os entrevistados acerca de feminicídio, foi possível destacar a categoria “Gênero” com 4 recorrências, vista mesmo sem que estivesse expressamente prevista no texto legal. A visão de gênero foi tomada ora como relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres, aonde o poder da masculinidade sufoca o da feminilidade, ora como categoria ligada ao sexo visto como biológico. Gênero, portanto, absorve relações de poder, modelagens de estereótipos comportamentais, construções histórico-sociais, enquadramentos em situações de precariedade e/ou vulnerabilidade social, familiar, jurídica, econômica e política.

O enunciado que mais reuniu unidades de registro disse respeito à ideia de PRECARIEDADE com recorrência de 61,54%, entendida como emolduramento de pessoas por forças sociais, políticas, jurídicas, religiosas, sanitárias, dentre outras, que delineiam comportamentos e traçam contornos de precariedade representada por situações que posicionam a mulher em condições de vulnerabilidade generalizada (social, econômica, jurídica, política, familiar), impossibilitando-a de manter sua própria vida e de manter-se viva.

O enunciado “fato de ser mulher” teve maior número de recorrências talvez pelo próprio núcleo do conceito legal do feminicídio trazer em sua escrita os termos “condição de ser mulher” e “condição de sexo feminino”, fato que pode ter contribuído para ativá-lo nas falas dos entrevistados que lidam diretamente com a figura típica.

Em seguida, com 19,23% de recorrência empataram MANDATO DA MASCULINIDADE e GESTOS SIMBÓLICOS. O primeiro representado pela ideia de domínio e dominação masculina, machismo e relação de superioridade, representativa do exercício do poder vertical, caracterizado por relações de forças desiguais que colocam a mulher em substrato inferior relativamente ao homem e por isso denomina-se *status* e pelo poder horizontal, relações paritárias, com paridade de poderes que se dá entre homens, denominadas de “contrato” porque não se pode firmar acordo entre desiguais. No primeiro há a subjugação da mulher já capturada e subjugada pelo casamento, namoro, filiação ou qualquer outro exercício de poder advindo do patriarcado privado e no segundo se dirige a qualquer mulher dissociada de relações interpessoais, que deve ser capturada para fins de controle e subjugação, daí tratar-se de economia simbólica do poder porque se vai exarar o tributo, considerado o corpo daquela mulher, como forma de adquirir e manter o mandato da masculinidade.

A fim de ilustrar alguns dos aportes catalogados na organização da tabela anterior, o estudo traz trechos de falas e mantém sigilo dos nomes dos entrevistados atribuindo-lhes pseudônimos com nomenclatura de flores da caatinga piauiense: Angico, Caroá, Flor de Jitirana, Jericó, Jurema Branca, Malícia, Palma, Quixaba, Sabiá, Umbuzeiro e Xique-xique. Os trechos mencionam palavras como: gênero, machismo, domínio possessivo, dominação, frágil, crueldade, relações interpessoais, vulnerável por ser mulher e fato de ser mulher, grifadas pela pesquisadora.

Alguns trechos de falas podem demonstrar parte das categorias da tabela antecedente.

O feminicídio ocorre, na minha concepção, quando o agressor ele percebe que ele não tem mais o controle perante a vítima, quando ele entende que tudo o que ele fez, todo o abuso psicológico, o abuso moral todo aquele comportamento em que ele afirmava ter um amor excessivo por essa mulher, em que ele afirmava que isso era ciúme, que isso era excesso de amor, na verdade isso era um comportamento controlador e quando ele percebe que tudo o que ele fez já não adianta mais pra controlar o comportamento daquela mulher [...] (Malícia).

[...] ele nada fez para macular sua honra, quem fez [...], a mulher maculou a própria honra quando traiu o seu marido [...]. E ele, por ciúme, né, sendo dono da... propriedade, a mulher como propriedade dele, então ele matava a mulher não por ela, pelo fato de ser apenas a fêmea, mas porque aquilo ali, sob domínio da violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima (Sabiá).

[...] essas discussões entre marido e mulher, elas têm uma conotação muito, muito às vezes que a gente não percebe, porque muitas vezes você não quer perceber, né, se trata o fato, como um fato de rotina, alguém matou então tem que, né, não sabe, você não entra na, na, nessa psicologia do cidadão, psicologia forense, que nós temos que ter um mínimo de entendimento desse, desse ponto, desse estatuto aí (Sabiá).

A segunda questão objetivou conhecer o que os entrevistados pensavam sobre a afirmativa de que o feminicídio estaria relacionado ao ciúme e/ou à traição. Surgiu nova unidade discursiva na fala de Sabiá relacionada à subjetividade humana: psicologia forense, agregada ao enunciado Gestos simbólicos pela pertinência temática.

Tabela 43 – Discursos sobre ciúme e traição no feminicídio.

Categoria		Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Gênero: Categoria de análise decolonial – análise histórico-social assinaladora de distinções que coloca em questão sujeitos e as diversas relações como se relacionam descentralizando da ideia binária de homem e mulher para problematizar o sexo e tomar como referência o humano.			Possessiva, dono da mulher, controle da mulher, comportamento controlador, sentimento de posse	12	24,00
		Mandato da masculinidade			
		Exercício do poder masculino no eixo Vertical: relação de subordinação – status - patriarcado privado – apropriação do corpo da mulher;	Machismo Mulher como propriedade	8 3	16,00 6,00
			Relação de poder	2	4,00
			Comando ou direção realizado por mulheres	1	2,00
			Condição de ser homem	1	2,00
			Falta de controle do macho	1	2,00
		Total	7	28	56,00
		Precariedade	Honra	4	8,00
		Decorre da ideia de enquadramento e posicionamento da mulher em condições de precariedade, de vulnerabilidade, em condições de violabilidade.	Histórico-Cultural Discriminação	4 2	8,00 4,00
			Preconceito de gênero	1	2,00
			Abuso psicológico	1	2,00
			Abuso moral	1	2,00
		O sujeito mulher constitui categoria extralegal previamente delineada por forças que emolduram comportamentos e	Objeto	1	2,00

atributos.			
Total	7	14	28,00
Gestos simbólicos	Ódio	1	2,00
Categorias sensoriais relacionadas ao comportamento humano com	Violenta emoção	1	2,00
notações de complexidade que	Injusta provocação	1	2,00
interagem com a Psicologia e	Justificativa	1	2,00
Psiquiatria para sua compreensão.	Menosprezo	1	2,00
Algo que excede o jurídico, que	Amor excessivo	1	2,00
excede o necessário e suficiente	Psicologia Forense ²³⁹	1	2,00
para se atingir determinado	Psicologia do cidadão		
objetivo, no caso, a morte da		1	2,00
mulher.			
Total	8	8	16,00
Total geral	3	22	50
			100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas.

O MANDATO DA MASCULINIDADE superou todas as demais pelo fato dos entrevistados discordarem da afirmativa de que o feminicídio se dava em decorrência de ciúme ou traição da mulher. As respostas trouxeram a lume ideias relacionadas à perda de controle sobre a mulher como eixo estruturante da intencionalidade de matar, estando as falas pautadas quase que exclusivamente em assassinatos interpessoais dada a provocação inicial da pergunta: ciúme e/ou traição se dar entre pessoas que mantenham relações de proximidade. Ou seja, a pergunta por si só direcionou o entrevistado para o feminicídio interpessoal. A ideia de controle se vinculou ao homem que perdeu domínio sobre o comportamento de mulher com quem mantinha relações afetivas e em razão disso, ceifou-lhe a vida. No campo teórico corresponde ao regime de *status*, posições diferenciadas de exercício de poder estruturada no eixo vertical.

A PRECARIEDADE figurou em segundo lugar e internamente se destacam as unidades “honra” e “histórico-cultural” como sendo mais recorrentes, falas que se adequam ao que se propõe no enunciado teórico: emolduramentos forjados por forças sociais diversas que colocam pessoas em situação de vulnerabilidade.

O enunciado GESTOS SIMBÓLICOS atraiu falas relacionadas a comportamentos humanos vinculados a situações de ódio, amor excessivo, violenta emoção, injusta provocação, justificativa, menosprezo e psicologia do cidadão. O Excesso está compreendido nele por se tratar de conhecimento que excede o campo jurídico e demanda diálogos com a

²³⁹ “[...] área da Psicologia encarregada de descrever, explicar, prever e intervir sobre o comportamento humano que tem lugar no contexto jurídico, com a finalidade de contribuir com a construção e prática de sistemas jurídicos objetivos e justos” (GOMIDE, Paula Ignez Cunha; JÚNIOR, Sérgio Said Staut. Org. Introdução à psicologia forense. Curitiba: Juruá Editora, 2016, p. 16).

psicologia e a psiquiatria para compreensão de nuances ligadas ao comportamento humano. Destaca-se, dentre as unidades de discurso, mais um campo da ciência que poderá servir de instrumento para compreensão das escrituras simbólicas do feminicídio: Psicologia Forense.

De outro ponto, surge outra categoria empírica, que encontra supedâneo jurídico em qualificadora diversa do feminicídio mas se relaciona à categoria analítica gênero e, por isso mesmo, requer posição de destaque: a Crueldade. O único entrevistado a apontá-la nesse quesito foi o Médico Legista e por isso mesmo, em suas observações de cadáveres femininos, chamou-lhe atenção lesões que denotavam o modo como essas mulheres eram assassinadas: excesso, veemência, intensidade e localização dos golpes.

Gestos Simbólicos abrigaram “excesso” como enunciado caracterizado pela Crueldade, Menosprezo, Aversão à figura feminina e Misoginia, porque nelas se vislumbra potencial desfazimento do sujeito mulher, algo que surpreende o espectador porque assinala forças que superam o necessário para atingir o resultado morte.

[...] tá ligado a um crime de gênero, ao machismo, [...] à questão do domínio possessivo do homem sobre a mulher, [...] algo do gênero feminino [...] aquele teor de dominação que as pessoas têm sobre o outro, o mais frágil, [...] que entende que aquele sexo seja mais frágil [...] (Caroá).

[...] É... Com perspectiva de gênero, de mortes de mulheres [...] Com diversas perspectivas, [...] como a crueledade, violência, normalmente relações interpessoais envolvidas [...] (Angico).

[...] o fato de o homem julgar que, pela sua condição, ele deva se por numa relação de superioridade em relação à mulher (Umbuzeiro).

[...] um homicídio contra uma mulher, quando o seu algoz tem algum tipo de conhecimento, não diria necessariamente um relacionamento, mas algum tipo de... De contato, né, com sua vítima, o que a torna mais frágil e vulnerável por ser mulher né. Então a minha compreensão é de forma básica, digamos sobre o feminicídio é essa. É quando o fato de ser mulher acaba sendo uma facilitadora pra ocorrer aquela morte (Quixaba)²⁴⁰.

Os termos capturados nas falas e grifados: gênero, domínio, dominação, aversão à figura feminina, relação de superioridade, fato de ser mulher, comportamento feminino, qualidade de ser mulher, crueldade, frágil e vulnerável por ser mulher, situação de ser mulher, discriminação, menosprezo, misoginia, aspectos históricos e culturais e machismo, foram agrupados na categoria analítica gênero porque envolvem relações de poder, superioridade, domínio, dominação, subjugação, comportamental, histórica, cultural. A crueldade, como já

²⁴⁰ Trechos de entrevistas realizadas com onze profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas no período de 28.01.20 a 12.02.20, em Teresina/PI.

assinalada, revela forças para além do que seriam suficientes ao atingimento do resultado morte.

Ao se agrupar falas por sexo, infere-se que o GF1 (feminino) se refere ao fato de ser mulher, mas não referencia termos como domínio, dominação, relação de superioridade do homem em relação à mulher como faz o GF2 (masculino). Enquanto a visão feminina evoca circunstâncias de manifestações de irresignação por não ter o controle da mulher, a visão masculina evoca superioridade masculina como elemento impulsionador da violência, posicionamentos que convergem para o enunciado do Mandato da Masculinidade. No geral, o grupo misto - GF3 entendeu pela prevalência do Mandato da Masculinidade com 56% das recorrências.

Os sujeitos discordaram da assertiva de que o ciúme ou a traição seriam elementos motivadores do feminicídio e requalificaram a motivação para relações de poder, comportamento controlador do homem em relação à mulher, perda do controle da mulher, caracterizando o enunciado Mandato da Masculinidade, com mais da metade das recorrências: 28 ou 56%. Alguns trechos das falas dos entrevistados sobre a temática do ciúme e traição merecem destaque para posterior análise em grupamento por sexo em razão de posicionamentos valorativos decorrentes das próprias experiências de vida como mulheres e homens:

O homem começa a criar, ou se achar dono da mulher [...] (Jurema Branca).

[...] eu não associo mais o feminicídio a ciúme, a traição, a fim de relacionamento não. Eu já tô associando feminicídio à falta de controle do macho perante o comportamento feminino (Malícia).

[...] o homem acaba exercendo um certo machismo ou algo cultural, um pensamento de ignorância, um sentimento de posse, e acaba tendo a mulher [...] como [...] um patrimônio seu e perde [...] essa visão da mulher como [...] um ser independente, que tem direito à sua vida, direito a não gostar mais, a não querer mais um relacionamento [...] (Quixaba).

[...] esse homem que antigamente se dizia ciumento na verdade o que a gente tá tratando é com pessoas possessivas que tratam a mulher como suas posses [...] (Flor de Jitirana).

Eu acredito que por ciúmes, [...] e também a questão [...] daquele ato possessivo da pessoa [...] (Caroá).

Eu acho que sim na maioria dos casos quando tem essa relação interpessoal entre marido e mulher (Jericó).

[...] logicamente o ciúme e a traição é... estão elencados entre aquelas possibilidades contidas na previsão legal, entretanto, há outras que independem dessa condição como a simples condição de machismo [...] o fato da relação poder ser afetiva não exclui a possibilidade de outras relações né, decorrentes do machismo definirem o feminicídio pra hipótese (Umbuzeiro).

[...] eu acho que isso é historicamente, [...], não sei desde quando começou isso, mas [...].antigamente, o cidadão dizia assim: “[...] a mulher traiu o marido e ele matava a mulher pra lavar a sua honra. É, [...] o entendimento era errado, porque a honra que estava sendo maculada não era dele, ele nada fez para macular sua honra, [...] a mulher maculou a própria honra quando traiu o seu marido (Sabíá).

Eu concordo que na maior parte dos casos, [...] não na sua totalidade, [...] está relacionado ao ciúme e à traição [...] (Angico).

Não todos, mas [...] são vertentes que estão [...] na maioria dos casos, envolve a maioria dos casos”. (Palma).

[...] eu particularmente, afasto totalmente esta questão [...] do ciúme [...] (Xique-Xique).

Infere-se que a totalidade de falas do GF1, composto por 4 mulheres, discorda da vinculação do ciúme e da traição ao feminicídio e evocam fatores relacionados à sentimento de posse e propriedade em face das mulheres. Já nas falas do GF2, composto por 7 homens, prevalece entendimento contrário ao do GF1 de que ciúme e traição estariam relacionados ao feminicídio com 6 recorrências ou 85,71% das 7 falas, em apenas uma das falas o entrevistado afasta a possibilidade. No geral, as falas do GF3 se agruparam no enunciado Mandato da Masculinidade. Trata-se de achado relevante adequado à violência patriarcal que assegura acesso e controle de corpos femininos em decorrência de pacto contratual sexual (acesso sistemático ao corpo feminino) e social (o direito político dos homens sobre as mulheres), meios pelos quais se constitui o patriarcado moderno²⁴¹.

A terceira pergunta indagou se o feminicídio se daria por razões de gênero. Foram muitas as respostas evasivas, com baixo teor de compreensão, mas a maioria trouxe ideia de homem, mulher, sexo, masculino, feminino, relações de poder, diferenças, fragilidades, vulnerabilidade, corpo, aversão ao feminino, questões culturais, históricas, dentre outras.

Tabela 44 – Discursos sobre razões de gênero no feminicídio.

Categoria	Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Gênero:	Mandato da masculinidade	Diferença	4	4,88
Categoria de análise	Exercício do poder masculino em	Relação	2	2,44
decolonial – análise	2 eixos:	Possessividade	1	1,22

²⁴¹ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004, p. 54.

histórico-social	- Vertical: relação de	Condição	de	1	1,22
assinaladora de distinções	subordinação – status -	Masculinidade			
que coloca em questão	patriarcado privado – apropriação	Poder		1	1,22
sujeitos e as diversas	do corpo da mulher;	Mais forte		1	1,22
relações como se	- Horizontal: relação de paridade	Subjugar		1	1,22
relacionam	– contrato – economia simbólica	Força		1	1,22
descentralizando da ideia	do poder – expropriação do corpo	Igualdade		1	1,22
binária de homem e	da mulher.	Subordinada		1	1,22
mulher para problematizar					
o sexo e tomar como	Total	10		14	17,08
referência o humano.		Mulher		11	1,34
		Feminino		10	12,19
		Histórico/Cultural		8	9,76
		Gênero feminino		5	6,10
	Precariedade	Sexo		4	4,88
	Decorre da ideia de	Homem		4	4,88
	enquadramento e posicionamento	Cultura machista		4	4,88
	da mulher em condições de	Fragilidade		4	4,88
	precariedade, de vulnerabilidade,	Homoafetivo		3	3,66
	em condições de violabilidade.	Fato de ser mulher		2	2,44
	Os sujeitos constituem categorias	Masculino		2	2,44
	extralegais previamente	Condição		1	1,22
	delineadas por forças que	Se identificar		1	1,22
	emolduram comportamentos e	Representação social		1	1,22
	atributos.	Mulher vítima		1	1,22
		Condições físicas		1	1,22
		Vulnerável		1	1,22
		Corpo		1	1,22
		Dependente		1	1,22
	Total	19		65	79,26
	Gestos simbólicos	Aversão à imagem		1	1,22
	Categorias sensoriais relacionadas	feminina			
	ao comportamento humano com	Discriminação		1	1,22
	notações de complexidade que	Menosprezo		1	1,22
	interagem com a Psicologia e				
	Psiquiatria para sua compreensão.				
	Algo que excede o jurídico, que				
	excede o necessário e suficiente				
	para se atingir determinado				
	objetivo, no caso, a morte da				
	mulher				
	Total	3		3	3,66
Total geral		32		82	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas.

A categoria PRECARIÉDADE, relacionada à problematização dos personagens do feminicídio (vítima e autor) como sujeitos sociais e históricos com percursos de vulnerabilidade que tornam suas vidas precárias, se destacou dentre as demais no quesito razões de gênero com 79,26% de recorrências. As respostas disseram respeito a comportamento social, representações sociais sobre sexo e sexualidade, tendo o sujeito “mulher” (11) como unidade mais recorrente dentre as unidades do enunciado, em segundo lugar o “feminino” (10), seguido do “histórico-cultural” (8). O entendimento dos

entrevistados sobre feminicídio centrou-se em oposição binária entre sexos e motivações atreladas a comportamentos estabelecidos socialmente para homens e mulheres cujos estereótipos influenciam diretamente na prática dos assassinatos de mulheres piauienses.

Para se analisar por grupo, transcreve-se alguns dos trechos de falas dos sujeitos:

[...] pelo simples fato de ser mulher (Jurema Branca).

Tudo que se discrimina enquanto se pensa em gênero feminino e qualquer discriminação e menosprezo a esse conceito, deveria ser protegido pela lei do feminicídio (Malícia).

[...] ser por razão de gênero, acaba trazendo essa certa fragilidade da mulher porque há uma certa confusão de igualdade e diferença [...] geralmente no momento em que uma mulher chega a sofrer um assassinato, é a força que é utilizada sobre o corpo da mulher (Quixaba).

[...] na verdade, o que ocorre realmente, é o assassinato por razões de gênero, do gênero feminino (Flor de Jitirana).

Por conta [...] daquele domínio que o homem tem, tenta ter sobre, [...] aquela pessoa, que se acha superior àquele gênero que ele acha que é mais fraco (Caroá).

[...] ele geralmente usa [...] de uma espécie de possessividade sobre aquela mulher [...] (Jericó).

[...] ideia de que ao homem é dado um determinado poder pela sua condição de masculinidade. Então é muito plausível essa relação (Umbuzeiro).

[...] termina com o mais forte é, que o homem, leva vantagem, aí mata a mulher, coisa que às vezes ele nunca nem havia pensado. Então eu acho que essa questão ela tem que ser melhor discutida [...] (Sabiá).

Sim, eu não tenho a menor dúvida, [...] a gente pode observar esse comportamento a contrário sensu, entre pessoas do mesmo gênero e que são homoafetivas [...]. Não é tão comum que a gente encontre companheiros matando companheiros [...]do gênero masculino, quando a relação é homoafetiva, o que demonstra que aquela sensação de força, [...]de ter condições físicas de subjugar, ela é fundamental nesse tipo de coisa[...] (Angico).

Nem sempre na minha, opinião. É um dos fatores também, às vezes, acontece pela questão do gênero, mas tem outros fatores que envolvem o feminicídio (Palma).

[...] ele se dá por questões de gênero [...]essa questão histórica, essa questão cultural [...] (Xique-Xique).

Ambos os grupos GF3 concordam que o feminicídio se dá por razões de gênero, porém o grupo feminino GF1 amplia o conceito biológico de mulher para alcançar outras narrativas expansivas para o humano, problematizando o conceito legal de mulher restrito ao sexo feminino, falas que se adequam à categoria gênero aqui proposta como categoria de análise que possibilita colocar sujeitos em múltiplos contextos com marcadores sociais, históricos, raciais, políticos, culturais, dentre outros²⁴². Também se vê coesão no GF3 no tocante à superioridade da força física do homem em relação à mulher e como essa força é decisiva no momento do cometimento do assassinato.

A quarta pergunta restringiu seu alcance para buscar compreender qual o entendimento que os sujeitos entrevistados tinham sobre menosprezo e discriminação à condição de ser mulher. Como o quesito envolve significantes abertos, problema do presente estudo, percebeu-se dificuldade para elaboração de respostas à indagação de forma direta. As respostas se basearam em narrativas de fatos atrelados à experiência profissional de cada um e assim foi possível catalogar, através das falas, diversas nuances sensoriais, jurídicas, políticas, sanitárias, dentre outras, no esforço teórico de agrupá-las a enunciados teóricos propostos.

Tabela 45 – Discursos sobre menosprezo e discriminação contra a mulher no feminicídio

Categoria	Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Gênero: Categoria de análise decolonial – análise histórico-social assinaladora de distinções que coloca em questão sujeitos e as diversas relações como se relacionam descentralizando da ideia binária de homem e mulher para problematizar o sexo e tomar como referência o humano.	Mandato da masculinidade Exercício do poder masculino em 2 eixos: - Vertical: relação de subordinação – status - patriarcado privado – apropriação do corpo da mulher; - Horizontal: relação de paridade – contrato – economia simbólica do poder – expropriação do corpo da mulher.	Supremacia/ Superior	3	2,40
		Relação/ relacionamento	3	2,40
		Atendê-lo nas exigências	3	2,40
		Machista/ Machismo	2	1,60
		Possessividade	2	1,60
		Subjugar	2	1,60
		Se sobrepor	2	1,60
		Julga	2	1,60
		Inferior	1	0,80
		Não tem mais o controle	1	0,80
		Ordens dele	1	0,80
		Saiu da zona de controle dele	1	0,80
		Submissa	1	0,80
		Ficar só em casa	1	0,80
		Não poder olhar p/ o lado	1	0,80
		Igualdade	1	0,80
		Analisa atos da mulher	1	0,80
		Condena	1	0,80
		Aplica a pena	1	0,80
		Vontade do macho	1	0,80
		Imperando	1	0,80

²⁴² GOMES, Camilla de Magalhães. Têmis travesti. As relações de gênero, raça e direito para uma narrativa expansiva do “humano”. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p.36.

	Não pode ser	1	0,80
	contrariado		
Total	22	33	26,40
	Mulher	20	16,00
	Homem	6	4,80
	Histórica/Cultural	5	4,00
	Viado não tem dono	3	2,40
	Âmbito/situação		
	familiar	3	2,40
	Gênero feminino	2	1,60
	Aspecto Físico	1	0,80
	Aspecto Intelectual	1	0,80
	Mulher casada	1	0,80
	Mulher com		
	compromisso	1	0,80
	Condição de mulher	1	0,80
	Acúmulo de		
	preconceito	1	0,80
	Direito de		
	personalidade	1	0,80
	Questões financeiras	1	0,80
	Questão doméstica	1	0,80
	Divisão de bens	1	0,80
Total	16	49	39,20
	Comportamentos	8	6,40
	Desprezo	3	2,40
	Se ver livre	3	2,40
	Elemento subjetivo	2	1,60
	Xingamento	2	1,60
	Valor	2	1,60
	Não tem mais validade	2	1,60
	Medo	2	1,60
	Criação/ Infância	2	1,60
	Sociopatía	2	1,60
	Psicologia, Psiquiatria		
	Forense	2	1,60
	Traição	1	0,80
	Vida não tem mais		
	importância	1	0,80
	Mutila	1	0,80
	Joga a mulher no lixo	1	0,80
	Mulher em posições		
	expostas	1	0,80
	Ódio	1	0,80
	Brutalidade	1	0,80
	Aspirações	1	0,80
	Impulsividade	1	0,80
	Ira	1	0,80
	Raiva	1	0,80
	Perda de controle	1	0,80
	Agressões	1	0,80
Total	24	43	34,40
Total geral	3	62	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas.

A PRECARIEDADE ocupou o primeiro lugar no *ranking* do mapa relacionado aos enunciados atribuídos ao Menosprezo e à Discriminação contra a mulher com 39,20% das recorrências, destacando-se “Mulher” (20) com maior recorrência dentre as falas dos entrevistados, considerado na pergunta e, portanto, já esperado nas respostas. Merece destaque, embora com apenas uma recorrência, o “Direito de Personalidade” invocado por um dos entrevistados porque se alia à ideia de sujeito emoldurado, despersonalizado, exposto a condições que precarizam sua vida tornando-o passível de violações contínuas até seu desfazimento pela morte. O trecho relacionado a essa categoria segue abaixo.

[...] eu faço uma análise mais em razão de um direito de personalidade, não tô entrando no Direito Civil, eu vou explicar. Eu entendo assim: é quando o agressor, ele realmente entende que aquela mulher, aquele comportamento daquela mulher, já não é mais aceitável pra ele, ele não tolera mais o comportamento daquela mulher e realmente aquela vida já não tem mais valor, aquela existência já não tem mais valor pra ele, então ele chega ao estopim da morte, então eu não analiso o menosprezo em razão de um comportamento social [...] Eu faço já uma análise do comportamento de uma realidade mais concreta: aquele agressor ele realmente acredita que como ele não tem mais o controle daquela mulher, aquela mulher já não vai mais se subjugar às ordens dele, aquela vida já não tem mais importância, já não tem mais nenhuma validade. [...] (Malícia).

Outro achado importante se deu na categoria do Mandato da Masculinidade como vetor de menosprezo e discriminação contra a mulher. Os trechos a seguir ilustram como os entrevistados, a partir de suas experiências, consideraram o poder da masculinidade fator caracterizador dos dois significantes.

[...] o fato de circunstancialmente ela não atendê-lo, a meu ver, e depois disso, resultar na... na morte dela, isso no meu entendimento, isso foi o balizamento que eu utilizei nesse caso concreto para estabelecer esse raciocínio do menosprezo à condição da mulher. Por que [...] ela teria sempre que atender [...] às suas demandas? Por que [...] que o diálogo estava afastado dessa relação? Então aí você vê muito claramente uma questão histórica, cultural do machismo (batidas à mesa), sempre imperando (batidas à mesa) a vontade do macho (batidas à mesa), do homem (batidas à mesa), porque ele não pode ser contrariado, né, então dentro dessa linha de raciocínio que eu busquei é... é... incutir nesse conceito de menosprezo e discriminação à condição de mulher [...] (Xique-Xique).

[...] Por isso que ele mata e aí, em razão da morte, ele mutila, ele joga a mulher no lixo, ele deixa a mulher em posições extremamente expostas, então aquela mulher já não tem mais validade, por que? Porque ela já saiu da zona de controle dele (Malícia).

Durante sua fala, Xique-Xique bateu à mesa, como forma de irresignação²⁴³, na medida em que discorria sobre o Mandato da Masculinidade, sobre a força de um homem em subjugar uma menina adolescente com quem namorava ao atendimento de suas exigências resultando no assassinato dela com um disparo na nuca. Segundo Xique-Xique, esse caso balizou seu entendimento sobre menosprezo à condição de mulher.

Foram destacados outros registros de falas por sexo dos entrevistados para análise de grupo de falas:

[...] eu vejo que esse tipo de menosprezo não só por parte do próprio autor, mas eu diria que grande parte da sociedade, até mulheres[...] (Jurema Branca).

[...] reflexo de como ele acha que a mulher deve ser [...] submissa, de ficar só em casa, [...] não poder olhar pro lado, então [...] esse acúmulo de preconceito em relação à mulher, [...] vai gerando [...] aquela impulsividade [...] da ira, [...] raiva, [...] perca de controle e apenas o resultado final será o feminicídio [...] (Quixaba).

Que subjuga essa mulher; que acha [...] incapaz de conviver com ele em pé de igualdade, então ele tem os direitos dele e a mulher tem outros direitos que não são os direitos dele [...] é como se [...] o homem tivesse muito mais direito e muito mais sabedoria, [...] muito mais condição de avaliar situação e aí ele mesmo [...] analisa os atos da mulher que convive com ele, [...] julga, [...] condena, [...] aplica a pena; [...] como se a mulher tivesse mesmo um grau de inferioridade e vai ser julgada por esse ser que se sente superior (Flor de Jitirana).

[...] entendo é que é uma atitude machista, [...] retrógrada, [...] que ainda tá intrínseco no pensamento dos homens, uma cultura dos homens [...] (Caroá).

[...] ideia de possessividade na mulher, de achar realmente figura, pessoa, é... inferior em alguns aspectos: no aspecto físico, no aspecto talvez até intelectual [...] (Jericó).

Menosprezo e discriminação é exatamente o fato de se considerar um ser em supremacia em relação à mulher (Umbuzeiro).

[...] eu perguntei pra ele: “rapaz, o que que você queria fazer? Por que que você fez isso? Que brutalidade é essa”? Ele disse: “Doutor, eu queria me ver livre dos corpos, eu não queria que eles boiassem, eu queria me ver livre deles, eu queria que deixassem o crime, que não me encontrassem como autor dos crimes”. Então eu acho que [...] isso tem medo, há uma cota de

²⁴³“Uma segunda abordagem desenvolvida a partir da análise de conversação denomina-se análise de gênero. Os gêneros comunicativos são fenômenos socialmente arraigados. Os padrões e os gêneros comunicativos são vistos como instituições da comunicação, cujos interagentes comunicam-se com outros. [...] na estrutura interna dos gêneros comunicativos [...], inclui: Prosódia: entonação, volume, tempo da fala, pausas, ritmo, pronúncia, qualidade da voz [...]” (FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 304-305).

medo, não sei em que grau, há um desprezo pela vida humana, seja ela de mulher, seja ela de homem [...] (Sabiá).

Aquele que se sobrepõe, ou pelo menos pretende se sobrepôr ao gênero feminino, simplesmente por sua condição de mulher e que ele entende como sendo inferior [...] (Angico).

[...] você investigando, você consegue identificar alguns fatores que se ela fosse [...] do sexo masculino, não seria morta daquela forma. Ou até mesmo ela não seria morta [...] (Palma).

Agrupando falas por sexo, infere-se haver coesão no GF3 no que concerne à ideia de vulnerabilidade, excesso de violência ou sinais distintivos dos homicídios em geral e controle comportamental da mulher, respectivamente: Precariedade (39,20%), Gestos Simbólicos (34,40%) e Mandato da Masculinidade (26,40%). O GF1 traduz pormenorizadamente como se dá a relação de poder vertical ou por *status*, notadamente pelas falas de Malícia e Flor de Jitirana, ilustrativas do processo de desfazimento do sujeito pela perda do direito à personalidade. Corresponde à apropriação e posterior destruição da trajetória da mulher como ser histórico, social e político, deixando em local de crime linguagem peculiar, escrita com letras de um alfabeto violento, cunhadas no varal histórico da vítima.

Na quinta questão o estudo buscou indagar dos investigadores da delegacia do feminicídio da capital como era realizada a investigação dos casos de feminicídio, a *expertise* policial no feminicídio. A amostra se reduziu para 4 entrevistados, sendo 3 Agentes de Polícia e 1 Escrivão de Polícia. As percepções se deram majoritariamente no plano pragmático, com relatos de dinâmicas operacionais sobre exploração de locais de crime e execução de protocolos de investigação, de modo que as categorias outrora traçadas serão revisitadas para abrigarem novas dimensões no plano organizacional. Para interpretar falas dos policiais o estudo adentra organização policial na perspectiva da Delegacia do Feminicídio, *lôcus* das atividades dos entrevistados e da polícia em geral.

O estado do Piauí regulamentou o Núcleo Investigativo do Feminicídio três anos após sua criação por Portaria através da Lei nº. 7.116, de 15.0518, criando a Delegacia Especializada em Feminicídio - DEF²⁴⁴ e estabelecendo competências para investigar

²⁴⁴“Art. 1º Fica criado o Departamento Estadual de Proteção à Mulher – DEPM, unidade de execução da Polícia Civil do Estado do Piauí diretamente subordinada aos Delegado (a) Geral de da Polícia Civil, tendo por finalidade o exercício das atividades de polícia judiciária na investigação da materialidade e autoria de atos de violência baseados em relações de gênero perpetrados contra meninas e mulheres.

Art. 2º São unidades que integram o Departamento Estadual de Proteção à Mulher – DEPM:

I – Delegacia Especializada em Feminicídio – DEF;

[...]

Art. 7º. À Delegacia Especializada em Feminicídio – DEF compete:

Feminicídio em todo o estado, ampliando conceito de mulher para alcançar mulheres travestis e transexuais e disciplinando regras de atuação e conduta a serem observadas pelos policiais por ocasião dos procedimentos. A mesma lei determinou aplicação das Diretrizes Nacionais do Feminicídio para investigar, processar e julgar na perspectiva de gênero os casos de mortes violentas de mulheres, Metodologias e Protocolos da Polícia Civil e Convenções e Acordos Internacionais assinados pelo Brasil e incorporados ao direito nacional, que disponham sobre prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher.

A atividade policial diferencia-se da atividade de outros segmentos da Administração Pública quanto à natureza da demanda (criminal), à forma de atuação (uso da força e do poder de polícia), aos riscos (à saúde), à organização (hierarquia e disciplina), à transmissão e circulação de informações (sigilosas), integrando o sistema da Polícia Civil, e, por conseguinte, o da Segurança Pública. A natureza da atividade policial relaciona-se com a Administração Pública em geral, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, movimentos sociais, grupos religiosos, organizações sociais, de saúde, econômicas e comunidade.

I – executar as atividades de enfrentamento ao crime de Feminicídio, consumado e tentado, de autoria conhecida ou desconhecida, sempre que houver o assassinato de mulheres, travestis e mulheres transexuais na perspectiva de gênero;

II – deslocar-se para o local do fato a ser apurado, devendo fazer levantamento circunstanciado na perspectiva de gênero do cenário avaliado, buscando coligar elementos que serão apresentados por meio de relatório de Reconhecimento visuográficas, para nortear as investigações com a identificação dos motivos, local da ocorrência do fato, meios empregados, forma em que foi encontrada a vítima e individualização da autoria, sem prejuízo de outros dados necessários, salvo nos casos em que a ocorrência se processar em cidades do interior, nos quais os levantamentos serão realizados pelo (a) Delegado (a) de Polícia Civil que tenha atribuição na referida cidade, o qual encaminhará relatório e todo o levantamento preliminar alcançado à Delegacia do Feminicídio, para que prossiga com as investigações;

III – Isolar e preservar o local de crime, observando os preceitos legais estabelecidos no Código de Processo Penal, nas Diretrizes Nacionais do Feminicídio, Metodologias e Protocolos Estaduais garantindo a idoneidade para a colheita de vestígios, preservando as evidências capazes de garantir um trabalho pericial que proporcione a máxima exatidão na análise dos vestígios, bem como garantir a manutenção e coleta dos elementos de prova não repetíveis produzidas exclusivamente na fase inquisitiva, salvo nos casos em que a ocorrência se processe em cidades do interior, ocasião em que a garantia do isolamento e da preservação será de responsabilidade dos agentes de segurança pública que tenham atribuições na referida cidade;

IV – aplicar as Diretrizes Nacionais do Feminicídio para investigar, processar e julgar na perspectiva de gênero os casos de mortes violentas de mulheres, conforme o Modelo de Protocolo Latino-Americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero e demais Protocolos Estaduais;

V – requisitar perícias, após a observação do corpo de delito, do local de crime e das informações repassadas pela equipe pericial que atuou no local investigado, em conformidade com as Diretrizes Nacionais do Feminicídio para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero e as Metodologias e Protocolos Estaduais contextualizando os quesitos ao caso investigado;

VI – aplicar, no seu âmbito de atuação, as convenções e acordos internacionais assinados pelo Brasil e incorporados ao direito nacional, que disponham sobre prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher [...]” (PIAUÍ. Lei nº. 7.116, de 15 de maio de 2018. Dispõe sobre a criação do Departamento Estadual de Proteção à Mulher – DEPM, unidade de execução da Polícia Civil do Estado do Piauí diretamente subordinada ao Delegado (a) Geral da Polícia Civil e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Piauí**, Poder Executivo, Teresina, PI, 15 mai. 2018. N. 91, p.2. Disponível em: <<http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php?dia=20180516>>. Acesso em: 18 fev. 2020).

A organização policial estabelece relações de micro e macro poder. Sob a ótica interna de uma delegacia, essas relações limitam-se ao exercício das funções peculiares aos cargos de Delegado (superior orientação), Escrivão (atividades cartorárias) e Agente de Polícia (atividades de investigação), atuando sob o influxo de diretrizes organizacionais internas superiores (legislação interna, estatísticas, planos de gestão e de segurança) e por fatores exteriores (imprensa, atividades pericial, judicial e prisional).

A Delegacia de Polícia é local que abriga servidores armados, pessoas presas, armas e bens relacionados à prática delituosa, no qual são desenvolvidas ações de investigação criminal que estabelecem frequências e probabilidades a partir de casos investigados, desviando a singularidade do crime, sob o olhar dos policiais, para o campo das observações sistemáticas e homogêneas. Porém, é preciso verificar posições ocupadas pelo sujeito em relação a domínios, faculdades de fala, escuta, observação e notações, situações perceptivas que devem se aliar à posição ocupada na rede de informações quanto às possibilidades de comunicação verbal ou à produção de documentos escritos, aptos a ensejarem proposições gerais, estatísticas ou decisões.

A análise de falas, portanto, levará em consideração três importantes dimensões: quem fala – de onde fala e posição que ocupa, para revelar coisas visíveis e invisíveis que delineiam a atividade policial por ocasião da investigação do feminicídio. Os sujeitos são investigadores e um deles é Escrivão de Polícia, todos subordinados à Delegada titular e nenhum deles possui formação jurídica, logo o trabalho jurídico penal do Feminicídio recairá na integralidade à Delegada, ou seja, cabendo-lhe codificar juridicamente investigações policiais realizadas pela equipe.

No aspecto organizacional, falas dos sujeitos serão analisadas no contexto das organizações às quais estão inseridos, tomando-se por base vivências, rotinas, imagens institucionais, interações, dentre outras inferências, mas também por vezes, poderão eventualmente ressurgirem categorias como Gênero, Excesso, em virtude do desempenho das atividades se relacionarem à investigação, processamento e julgamento do feminicídio.

No decorrer do processo de análise dos discursos, mais uma categoria foi revelada para abrigar enunciados próprios da atividade policial denominada Identidade Organizacional,

entendida como sistema social especializado que se auto define através de códigos e programas próprios, adquirindo identidade e se comunicam em situação análoga às pessoas²⁴⁵.

Antes de se iniciar análise dos achados, faz-se necessário conhecer perfil dos entrevistados nesse questionamento com base nos mesmos marcadores anteriormente considerados: raça, idade, tempo de serviço e sexo.

Tabela 46 – Perfil dos (as) entrevistados (as) da Polícia Civil do Piauí.

Nome	Raça	Faixa etária	Sexo	Tempo serviço
Caroá	Negra	36 - 40	Masculino	1 a 5 anos
Jericó	Parda	36 - 40	Masculino	1 a 5 anos
Jurema Branca	Parda	31 - 35	Feminino	1 a 5 anos
Palma	Amarela	31 - 35	Masculino	1 a 5 anos

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidor (a) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

A quinta questão disse respeito à atividade policial investigatória do feminicídio na perspectiva da Polícia Judiciária.

Tabela 47 – Discursos sobre atividade investigatória do feminicídio.

Categoria	Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Identidade organizacional Sistema funcional dotado de códigos e programas próprios que delineia uma organização especializada, no caso a polícia civil ²⁴⁶ .	Ambiente organizacional	Identificar o autor	9	11,84
	Diz respeito à estruturas, formas de comunicação, rotinas, regras, procedimentos, convenções, estratégias, tecnologias, a partir das quais as organizações operam ²⁴⁷ .	Identificar a vítima	8	10,53
	O ambiente organizacional envolve também:	Companheiro, ex-companheiro, ex-namorado, marido	7	9,21
		Protocolo	7	9,21
	- Cultura organizacional: ritos, códigos operacionais, rotinas, práticas institucionalizadas, vinculando-se a valores e crenças compartilhados nas organizações ²⁴⁸ . - Saberes policiais entendidos como representações cognitivas associadas à <i>práxis</i> policial e - Saberes jurídicos decorrentes de conhecimentos jurídicos aplicados na atividade profissional.	<i>Modus operandi</i> ou modo de agir	6	7,89
		Contexto familiar	6	7,89
		Local de Crime	5	6,58
		Corpo da vítima	2	2,63
		Homicídio	2	2,63
		Investigação de segmento	1	1,31
		Investigar testemunhas	1	1,31
		Situação de droga	1	1,31
		Autoria conhecida	1	1,31
		Motivação	1	1,31
		Fatores	1	1,31
		Contexto social	1	1,31
		Razões de gênero	1	1,31

²⁴⁵ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.210.

²⁴⁶ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.34.

²⁴⁷ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.34.

²⁴⁸ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.35.

		Reconhecimento Visuográfica	1	1,31
		Imagem	1	1,31
		Latrocínio	1	1,31
		Feminicídio propriamente dito	1	1,31
		Materialidade do crime	1	1,31
		Violência doméstica	1	1,31
		Ameaça	1	1,31
	Total	24	118	88,15
Gênero:	Gestos simbólicos	Traço do agressor	2	2,63
Categoria de análise decolonial – análise histórico-social	Marcas, palavras, gestos, que simbolizam descaso, indiferença, imposição de sofrimento, desvalorização, aversão, ódio, dentre outras manifestações do comportamento humano afetos à área da psicologia e psiquiatria.	Muita facada	1	1,31
assinaladora de distinções que coloca em questão sujeitos e as diversas relações como se relacionam descentralizando da ideia binária de homem e mulher para problematizar o sexo e tomar como referência o humano.	Algo que excede o jurídico, que excede o necessário e suficiente para se atingir determinado objetivo, no caso, a morte da mulher	Muito disparo	1	1,31
		Número de tiros	1	1,31
		Agressões	1	1,31
		Raiva da vítima	1	1,31
		Sinais da violência	1	1,31
		Traços de desprezo à mulher	1	1,31
	Total	8	9	11,84
Total geral		32	76	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas.

Como já esperado pelo próprio *status* dos sujeitos, o AMBIENTE ORGANIZACIONAL figura em primeiro lugar com 88,15% tendo a práxis policial como maior das recorrências apontadas pelos entrevistados (67,10%) e a visibilidade maior se deu no autor, vítima, contexto das relações familiares, *modus operandi* e local de crime, categorias diretamente associadas ao trabalho desenvolvido pelos sujeitos entrevistados. No plano da Cultura Organizacional merece destaque recorrência do Protocolo de Investigação citado por dois eles e ainda fala de um dos entrevistados rica em atos de força que simbolizam o excesso.

[...] na investigação do feminicídio a gente segue um protocolo. Hoje temos seguindo um protocolo estabelecido pela autoridade policial, certo? Mas sempre esse protocolo [...] (Caroá).

[...] Nós temos um protocolo, né? Não sei se os colegas já falaram aqui na entrevista deles, nós temos aqui um protocolo de local, né. Que que a gente faz a princípio: nós chegamos no local de crime quando é... a reconhecimento [...] (Jurema Branca).

no feminicídio geralmente ele tem uma... na investigação a gente vê a mecânica do crime: como aquela pessoa foi morta, de que forma ele matou essa pessoa, foi de faca, de forma muito violenta, foi rápida e... sem dor, é... verifica o local do crime, se tá muito destruído, foi bagunçado[...] (Caroá).

[...] com a minha experiência, eu percebi que é muito importante perfilar o autor, porque você pode encontrar vários traços pelo autor do crime de feminicídio[...] (Palma).

Na nossa busca pela materialidade do crime, a gente busca isso: que fatores, qual foi a motivação, que fatores levou essa pessoa a matar aquela mulher? (Jericó).

Todos os investigadores têm no máximo 5 anos de experiência profissional na polícia, fato homogêneo no grupo. Dois deles, 1 mulher e 1 homem, enfatizaram utilização de protocolo estabelecido pela delegada, outro assinalou importância do estudo biográfico do autor e o mais recente na delegacia respondeu de forma genérica, talvez por não reunir ainda a mesma experiência que os demais na investigação de casos de feminicídio.

Sobre local de crime o estudo pretendeu investigar se haveriam elementos relevantes para investigar o feminicídio com o mesmo grupo anteriormente assinalado.

Tabela 48 – Discursos sobre local de crime de feminicídio

Categoria	Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Identidade organizacional Sistema funcional dotado de códigos e programas próprios que delineia uma Organização Especializada, no caso a Polícia Civil.	O ambiente organizacional envolve também: - Cultura Organizacional: ritos, códigos operacionais, rotinas, práticas institucionalizadas, vinculando-se a valores e crenças compartilhados nas organizações ²⁵⁰ . - Saberes policiais entendidos como representações cognitivas associadas à <i>práxis</i> policial e - Saberes jurídicos decorrentes de conhecimentos jurídicos aplicados na atividade profissional.	Violência doméstica	3	5,08
		Forma como ela foi morta	3	5,08
		Forma como a vítima é encontrada	2	3,39
		Autoria conhecida	2	3,39
		Evadido	2	3,39
		Ataque epilético	2	3,39
		Relatório de extração de dados	2	3,39
		Tentativa	2	3,39
		Mecânica do crime	1	1,69
		Executada rapidamente	1	1,69
		Perfurações na região torácica	1	1,69
		Local	1	1,69
		Dirigiu o carro em direção a ela	1	1,69
		Celulares	1	1,69
		Traumatismo craniano	1	1,69
		Convulsão	1	1,69
		Humilde o suficiente	1	1,69
		Quantidade de lesões	1	1,69
		Parte do corpo atingida	1	1,69
		Genitália	1	1,69
		Sem roupa	1	1,69
		Roupas íntimas rasgadas	1	1,69
		Vestimentas	1	1,69
		Objetos	1	1,69
		Mensagens e áudios	1	1,69
		Depoimentos	1	1,69
		Imagens	1	1,69
		Homicídio	1	1,69
		Latrocínio	1	1,69

²⁴⁹ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.34.

²⁵⁰ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.35.

		Feminicídio	1	1,69
		Dolo	1	1,69
		Culpa	1	1,69
		Preterdoloso	1	1,69
		Consumado	1	1,69
	Total	34	44	74,58
Gênero:	Gestos simbólicos	Ciúme	3	
Categoria de análise	Marcas, palavras, gestos, que	Agressão	3	
decolonial – análise	simbolizam descaso, indiferença,	Várias facadas	1	1,69
histórico-social	imposição de sofrimento,	Pescoço degolado	1	1,69
assinaladora de	desvalorização, aversão, ódio,	Partes íntimas cortadas	1	1,69
distinções que coloca em	dentre outras manifestações do	Pescoço	1	1,69
questão sujeitos e as	comportamento humano afetos à	Ódio	1	1,69
diversas relações como	área da psicologia e psiquiatria.	Várias perfurações	1	1,69
se relacionam	Algo que excede o jurídico, que	Menosprezo	1	1,69
descentralizando da	excede o necessário e suficiente	Raiva		
ideia binária de homem	para se atingir determinado		1	1,69
e mulher para	objetivo, no caso, a morte da			
problematizar o sexo e	mulher.			
tomar como referência o	Total	10	14	23,72
humano.	Mandato da masculinidade	Possessividade		
	Exercício do poder masculino em 2			
	eixos:			
	- Vertical: relação de subordinação			
	– <i>status</i> - patriarcado privado –		1	1,69
	apropriação do corpo da mulher;			
	- Horizontal: relação de paridade –			
	contrato – economia simbólica do			
	poder – expropriação do corpo da			
	mulher.			
	Total	1	1	1,69
Total geral		45	59	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas.

Pode-se inferir maior recorrência no campo do AMBIENTE ORGANIZACIONAL com 74,58% e das 34 unidades de registros nela agrupadas, 21 foram classificadas no que se pode denominar por Saber Policial (Forma como a vítima é encontrada; Forma como ela foi morta; Mecânica do crime; Executada rapidamente; Perfurações na região torácica; Autoria conhecida; Local; Dirigiu o carro em direção a ela; Celulares; Traumatismo craniano; Evadido; Convulsão; Ataque epilético; Humilde o suficiente; Quantidade de lesões; Parte do corpo atingida; Genitália; Sem roupa; Roupas íntimas rasgadas; Vestimentas e Objetos) e 16 tiveram conteúdo na perspectiva de gênero observável pela: forma como a vítima foi encontrada, geralmente sem vestes, sem roupas íntimas, coleira, na cama; forma como ela foi morta: prevalentemente com golpes de faca em regiões com significado sexual (região mamária e genitália) e a quantidade de lesões encontrada no corpo da vítima. Vê-se que do local de crime o que chamou mais atenção dos policiais foi o cadáver, a centralidade do olhar se dera na mulher, conforme se depreende de dois trechos colacionados abaixo.

[...] partes íntimas cortadas, certo? O pescoço, as perfurações no corpo dela, geralmente na região torácica, em vez da pessoa tá com ódio, quer matar. São geralmente com faca e... são várias perfurações, são vários tiros e... isso aí nos leva a crer que foi um feminicídio [...] (Caroá).

[...] A quantidade de [...] lesões que o corpo da mulher pode ter, [...] a parte do corpo que é atingida, muitas das vezes [...] na genitália, [...] muitas vezes elas estão sem roupa, rasgam as peças íntimas, tudo isso, [...] são elementos [...] que a gente a princípio [...] consegue observar. Via de regra são bem particulares [...] (Jurema Branca).

[...] nos casos de feminicídio no qual eu já atuei aqui, nós já tínhamos a autoria conhecida e praticamente já sabendo que aquele caso tinha uma grande chance de ser um feminicídio [...] (Jericó).

[...] são alguns elementos que colocam a mulher numa situação inferior, até mesmo a vestimenta que ela se encontra no momento em que ela é encontrada, é... objetos tipo uma coleira encontrada num local que não tinha cachorro[...] (Palma).

À exceção de Jericó - mais recente membro da equipe da Delegacia do Feminicídio, os demais policiais elencaram fatores relevantes encontrados em locais de crime de feminicídio com ênfase no Ambiente Organizacional (74,58%) seguido dos Gestos Simbólicos (23,72%) e Mandato da Masculinidade (1,69%).

Seguiu-se quesitação dirigida aos policiais civis sobre dificuldades enfrentadas nas atividades investigatórias do feminicídio, tendo participado 8 policiais civis dentre 2 delegadas, 3 agentes, 1 escrivão, 1 perito médico legal e 1 perita criminal, cingindo-se a pesquisa à organização policial civil. Os aportes prepararam campo do futuro grupo focal realizado posteriormente com 4 deles em que foram retomadas algumas dessas categorias no debate.

Tabela 49 – Perfil dos sujeitos entrevistados com pseudônimos

Nome	Raça	Faixa etária	Sexo	Tempo serviço
Angico	Parda	46 - 50	Masculino	11 a 15 anos
Caroá	Negra	36 - 40	Masculino	1 a 5 anos
Flor de Jitirana	Branca	36 - 40	Feminino	6 a 10 anos
Jericó	Parda	36 - 40	Masculino	1 a 5 anos
Jurema Branca	Parda	31 - 35	Feminino	1 a 5 anos
Malícia	Parda	36 - 40	Feminino	6 a 10 anos
Palma	Amarela	31 - 35	Masculino	1 a 5 anos
Quixaba	Negra	31 - 35	Feminino	6 a 10 anos

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados resultantes da aplicação de questionário para caracterizar sujeitos da pesquisa – servidores (as) da Delegacia do Feminicídio, Perícia Criminal, Perícia Médico Legal, Ministério Público, Justiça Estadual e Advocacia, no período de 29 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020, em Teresina/PI.

O estudo indagou dos entrevistados sobre existência de dificuldades que interferissem em seus trabalhos. A falta de estrutura foi a mais recorrente porém, ao se analisar falas e

organizá-las em enunciados, percebe-se maior dificuldade na comunicação interna e externa, correspondendo a 9 unidades discursivas e 12 recorrências ou 42,86% (Própria vítima nos casos de feminicídio tentado; IML; Feedback com a Justiça; Consciência cultural – familiares e polícia; Delegacias do interior não seguem Protocolo da capital; Demora na expedição de laudos; Local de crime violado e Inexistência de Padrões).

Às vezes nós encontramos dificuldades por exemplo com imagens, é... com o IML, que a gente tem muita dificuldade de [...] laudos (Jurema Branca).

[...] na tentativa, nós temos uma pequena dificuldade porque infelizmente a vítima ainda tem uma certa resistência [...] (Malícia).

Estrutura, estrutura sempre interfere (Quixaba).

[...] a gente ainda vê muitos feminicídios no interior e que nos deixam, nos deixam tristes porque a investigação não ocorre do jeito, não segue o protocolo da capital [...] (Flor de Jitirana).

É a estrutura mesmo[...] (Caroá).

[...] quando se trata do feminicídio tentado [...] a dificuldade foi colocada, por incrível que pareça, pela própria vítima (Jericó).

[...]a gente precisa começar a comparar casos que é pra pegar padrão[...]não temos especialistas nem entre as delegacias, nem entre os peritos, que são os “profiles”[...] (Angico).

A dificuldade é mais estrutural, operacional[...] (Palma).

Não se percebe padrões de dificuldade nas atividades investigatórias que se possa atribuir a determinado sexo.

Tabela 50 – Dificuldades enfrentadas na atividade investigatória do feminicídio

Categoria	Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Identidade organizacional Sistema funcional dotado de códigos e programas próprios que delineia uma Organização Especializada, no caso a Polícia Civil.	Ambiente organizacional	Demora na expedição de laudos	3	10,71
	Diz respeito à estruturas, formas de comunicação, rotinas, regras, procedimentos, convenções, estratégias, tecnologias, a partir das quais as organizações operam ²⁵¹ .	Própria vítima nos casos de feminicídio tentado	3	10,71
		Material Tecnológico	2	7,14
		Efetivo reduzido	2	7,14
		Rádio	1	3,57
		Laboratório DNA	1	3,57
		Comunicação	1	3,57
		Ausência de especialistas	1	3,57
		Viaturas	1	3,57
		Equipamentos	1	3,57
		IML	1	3,57
		Feedback com a Justiça	1	3,57
	envolve também: - Cultura Organizacional: ritos, códigos operacionais, rotinas, práticas institucionizadas, vinculando-se a valores e	Consciência cultural	– 1	3,57

²⁵¹ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.34.

crenças compartilhados nas organizações ²⁵² .	familiares e polícia			
- Saberes policiais entendidos como representações cognitivas associadas à <i>práxis</i> policial e	Delegacias do interior não seguem o Protocolo da capital	1		3,57
- Saberes jurídicos decorrentes de conhecimentos jurídicos aplicados na atividade profissional.	Local de crime violado	1		3,57
- Interações: comunicações internas e externas necessárias à investigação policial.	Inexistência de Padrões	1		3,57
- Fluxos: dinâmica caracterizada por práticas e regularidades procedimentais nas rotinas das atividades policiais.	Imagens	1		3,57
	Necessidade Produtores de perfis	1		3,57
	Necessidade de trabalhar perfis	1		3,57
	Necessidade de mais tempo em local de crime	1		3,57
	Elaborar laudo mais específico para cada caso	1		3,57
	Ampliação do tempo de isolamento de local			
		1		3,57
Total geral	1	22	28	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas.

De modo geral, a falta de estrutura figurou como grande enunciado presente em todas as falas e foi representada por carências materiais diversas. Outra dificuldade apontada disse respeito às interações com famílias das vítimas que não compreendem necessidade de preservação do local do crime – geralmente residência da vítima - por tempo mais longo e em razão disso, muitas evidências ficam comprometidas.

A demora na expedição de laudos e falta de voluntariedade da vítima, nos casos de feminicídio tentado, em auxiliar a polícia na investigação do caso, foram as dificuldades mais apontadas pelos policiais, ou seja, o campo das Interações foi o mais cotejado. Algumas das falas ilustram a recorrência apontada na tabela.

[...] na tentativa, nós temos uma pequena dificuldade porque infelizmente a vítima ainda tem uma certa resistência. Ela inicia o procedimento muito convicta que ela quer processar, que ela tem medo do agressor; no entanto, é... com o decorrer da investigação, essa convicção vai diminuindo [...] (Malícia).

[...] não tem viaturas suficientes, às vezes não tem material tecnológico suficiente e uma grande dificuldade que a gente tem, eu acho que é uma dificuldade geral, é esse feedback com a justiça [...] (Palma).

²⁵² MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.35.

A oitava pergunta buscou verificar se os entrevistados consideravam que no conceito legal do feminicídio haveriam lacunas a serem preenchidas. A pergunta foi dirigida aos 11 entrevistados.

Tabela 51 – Eventuais lacunas no conceito legal de feminicídio

Categoria	Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Gênero: Categoria de análise decolonial – análise histórico-social assinaladora de distinções que coloca em questão sujeitos e as diversas relações como se relacionam descentralizando da ideia binária de homem e mulher para problematizar o sexo e tomar como referência o humano.	Mandato da Masculinidade	Posse	2	9,09
	Exercício do poder masculino no eixo vertical: relação de subordinação – status - patriarcado privado – apropriação do corpo da mulher;	Dominação	1	4,54
	Total	2	3	13,64
	Precariedade Decorre da ideia de enquadramento e posicionamento da mulher em condições de precariedade, de vulnerabilidade, em condições de violabilidade. Os sujeitos constituem categorias extralegais previamente delineadas por forças que emolduram comportamentos e atributos.	Discriminação	3	13,64
		Transexuais	3	13,64
		Gênero feminino	3	13,64
		Menosprezo	1	4,54
		Condição	1	4,54
		Mulher casada	1	4,54
		Marido não aceita separação	1	4,54
		Pegou traindo	1	4,54
		Sexo feminino	1	4,54
		Preconceito	1	4,54
		Motivo torpe	1	4,54
		Motivo fútil	1	4,54
		Violência doméstica	1	4,54
		Total	13	19
		86,37		
	Gestos simbólicos	Misoginia	2	9,09
	Total	1	2	9,09
Total geral		16	22	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas.

Nesse quesito, à exceção de um deles, todos os entrevistados assinalaram como resposta que havia lacuna no conceito legal de feminicídio notadamente na parte do Menosprezo e Discriminação pela condição de ser mulher. Merece destaque omissão apontada em relação a pessoas transexuais e ao termo gênero feminino, que não estão presentes na redação legal.

[...] me parece que a inovação do feminicídio já foi distingui-la do motivo fútil ou eventualmente do motivo torpe. Quer dizer, se a gente quiser criar figura mais ampla, há o risco de se criar legislação penal conflitante, né. Então da forma que tá posta, a discussão me parece que a definição legal já é o suficiente pra acobertar as relações na sua completude [...] (Umbuzeiro).

[...] quando se fala [...] na misoginia, na discriminação, [...] discriminação e... menosprezo, [...] o legislador poderia ter explicado mais, ele deixou muito aberto e isso [...] dá abertura, por ter deixado esse conceito [...] muito fluido, [...] tanto pra polícia agir, mas também pros advogados agirem[...] é uma via de mão dupla, a gente às vezes vai tentar demonstrar essa misoginia,

[...] discriminação e [...] é derrubado [...] porque o outro lado[...] não quer enxergar o que a gente tá tentando explicar no inquérito[...] (Flor de Jitirana).

As falas puderam ser analisadas na perspectiva da categoria Gênero e das subcategorias Mandato da Masculinidade, Precariedade. Duas unidades de discurso jurídico – motivo fútil e motivo torpe – são qualificadoras do crime de homicídio, assim como a violência doméstica constitui um dos elementos caracterizadores do feminicídio, em comum, portanto, o fato de estarem associados ao caput do artigo 121 do Código Penal. O menosprezo e a discriminação são igualmente inferências normativas que caracterizam o feminicídio, do mesmo modo que a violência doméstica. Já a Misoginia, não estando compreendida no campo jurídico, foi agasalhada nos gestos simbólicos representando ideia de aversão à figura da mulher.

Alguns dos entrevistados pontuaram de que maneira lacunas interfeririam em seus trabalhos, outros não, daí se analisar falas no enunciado Interações relacionada às Organizações, vez que as falas estão compreendidas nessa perspectiva. A mais cogitada das unidades de registro foi identificar o que é feminicídio com 28,57% das recorrências e se agregarmos com fala relacionada a “delimitar o feminicídio”, a recorrência se amplia para 42,86%.

[...] eu acho que deveria ser um pouco mais claro, né, esse conceito, um pouco mais claro (Jurema Branca).

[...] com relação à violência doméstica ok, eu entendo que foi até uma [...] alternativa inteligente mas [...]o termo mulher, [...] restringe muito, porque a violência não é contra a mulher, é contra o feminino [...] (Malícia).

Eu acho que [...] poderia ter [...] mais termos explicativos e que embasassem mais o conceito [...] dessa qualificadora (Quixaba).

[...] acho que sim, ainda falta mais (Caroá).

Eu acho assim, que em relação à questão dessa última parte [...] do menosprezo e da discriminação [...] (Jericó).

Eu acho assim, a lacuna existe (Sabiá).

[...]eu acho que sim [...] tanto que do ponto de vista prático [...]porque acho que [...]. há de técnica jurídico-legal[...]nós temos que buscar [...]preencher essas lacunas com habilidades que temos [...] (Xique-Xique).

Me parece que não. Exatamente porque o critério da lei foi o critério [...] de motivação de gênero. Se a gente quiser incluir outros critérios aí, a gente passaria a confundir os homicídios simples ou qualificados com feminicídio.

E me parece que a inovação do feminicídio já foi distingui-la do motivo fútil ou eventualmente do motivo torpe [...] (Umbuzeiro).

Houve parcial coesão do GF3 no sentido de existência de lacunas no conceito legal de feminicídio, falas que se adequam ao problema suscitado na pesquisa de que o feminicídio possui significantes abertos, salvo fala de um dos sujeitos de que a suficiência do conceito se deu pela distinção que o legislador quis dar em relação às qualificadoras do motivo fútil e torpe. No entanto, não será isso que vai ocorrer por ocasião da análise das decisões organizacionais indiciárias, acusatórias, de pronúncia e condenatórias em que se alargará o campo das categorias jurídicas do feminicídio para além do inciso VI do §2º do art. 121 do Código Penal brasileiro em tópico mais adiante.

Em seguida, como consequência de eventuais lacunas no feminicídio, foi questionado aos sujeitos da pesquisa se essas lacunas interferiam no desempenho das atividades.

Tabela 52 – Interferências de eventuais lacunas no trabalho desenvolvido

Categoria	Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Identidade organizacional Sistema funcional dotado de códigos e programas próprios que delinea uma Organização Especializada, no caso a Polícia Civil.	Ambiente organizacional	Identificar o que é feminicídio	2	28,57
	Diz respeito à estruturas, formas de comunicação, rotinas, regras, procedimentos, convenções, estratégias, tecnologias, a partir das quais as organizações operam ²⁵³ .	Convencer o Ministério Público e o Juiz	1	14,28
	O ambiente organizacional envolve também:	Provar o feminicídio	1	14,28
	- Cultura Organizacional: ritos, códigos operacionais, rotinas, práticas institucionalizadas,	Delimitar o feminicídio	1	14,28
	Sistema funcional dotado de códigos e programas próprios que delinea uma Organização Especializada, no caso a Polícia Civil.	Sensibilizar testemunhas	1	14,28
	vinculando-se a valores e crenças compartilhados nas organizações ²⁵⁴ .	Responder a quesitos para qualificar situações		
	- Saberes policiais entendidos como representações cognitivas associadas à <i>práxis</i> policial e			
	- Saberes jurídicos decorrentes de conhecimentos jurídicos aplicados na atividade profissional.			
	- Interações: comunicações internas e externas necessárias à investigação policial.			
			1	14,28

²⁵³ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.34.

²⁵⁴ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.35.

- Fluxos: dinâmica caracterizada por práticas e regularidades procedimentais nas rotinas das atividades policiais			
Total	6	7	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas.

[...] às vezes existem [...] elementos ali que poderiam caracterizar o feminicídio e que passam despercebidos da gente [...] (Jurema Branca).

[...] dá abertura, por ter deixado esse conceito [...] muito fluido,[...], dá abertura tanto pra polícia agir, mas também pros advogados agirem [...] Então é uma [...] via de mão dupla, a gente às vezes vai tentar demonstrar essa misoginia, essa discriminação e às vezes a gente é derrubado pelo outro lado, porque o outro lado, [...] não quer enxergar o que a gente tá tentando explicar no inquérito [...] (Flor de Jitirana).

[...] eu acho que é justamente em busca desses vestígios né? São os vestígios que eu busco na cena do crime, eu vou tentar trazer essa particularidade [...] (Quixaba).

Os sujeitos foram indagados se as leis e normas vigentes dariam suporte necessário à realização de seus trabalhos. O discurso de um deles merece transcrição porque demonstra relevante lacuna a ser considerada por políticas nacionais e estaduais no plano legiferante sob pena de não se atingirem enunciados científicos desejáveis para o feminicídio.

[...] eu nunca abri um livro de criminalística ou de local de morte violenta que tenha particularidade de um local de feminicídio, de morte violenta contra a mulher, eu nunca li, né, eu nunca li a respeito disso. Se tem, eu não tive conhecimento, então, assim, o que eu leio mais sobre o feminicídio são é... são artigos, são portarias, que eu vejo... então por exemplo, se eu leio uma portaria ou uma normativa estadual, algo de órgão que foi feito pra determinado órgão, isso já me traz um conhecimento pra eu aplicar no meu dia-a-dia [...] (Quixaba).

em termos de normatização pra perícia ela é muito pobre a nível nacional.[...] normatização de perícia, [...] é muito esparsa e pouca [...] a lacuna normativa [...] não é só piauiense, ela é nacional. A própria lei federal da perícia, que é a 12.030, [...] só diz que o perito existe, quais são eles e pronto, não diz mais nada (Angico).

Manuais de Criminalística não enfocarem enunciados científicos que possibilitem compreender dinâmicas diferenciadas para assassinatos de pessoas em perspectivas de relações de poder compreendendo contextos de gênero, representa acentuado vazio epistêmico

no campo das regularidades discursivas sobre assassinatos de mulheres²⁵⁵. Muitos dos quesitos formulados nas requisições periciais poderão restar prejudicados em razão dessa lacuna e consequentemente não se estará juntando ao processo enunciados científicos passíveis de auxiliarem na compreensão jurídica do feminicídio.

A pesquisa buscou saber de cada um dos entrevistados e dentro de suas competências, se em suas atividades desenvolviam argumentos que tomassem por base questões de gênero entendidas como condições que colocam a mulher em situação de menosprezo na Reconhecimento Visuográfica, Relatório Policial, Denúncia e Defesa, a fim de verificar que enunciados estão sendo dados ao Feminicídio por ocasião do trabalho jurídico penal. Ao Magistrado foi indagado sobre defesa e acusação.

Tabela 53 – Argumentos com base em questões de gênero

Categoria	Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Identidade organizacional Sistema funcional dotado de códigos e programas próprios que delineiam Organizações Especializadas, no caso Polícia Civil, Ministério Público, Justiça e Advocacia Privada.	Ambiente organizacional	Defesa da família	5	9,26
	Diz respeito à estruturas, formas de comunicação, rotinas, regras, procedimentos, convenções, estratégias, tecnologias, a partir das quais as organizações operam ²⁵⁶ .	Outros depoimentos [...] é mais técnico [...] não deixa muito expressivo/ mais sucinto	5	9,26
	O ambiente organizacional envolve também:	Legítima defesa	3	5,55
	- Cultura Organizacional: ritos, códigos operacionais, rotinas, práticas institucionalizadas, vinculando-se a valores e crenças compartilhados nas organizações ²⁵⁷ .	Questões de ordem técnica	3	5,55
	- Saberes policiais entendidos como representações cognitivas associadas à <i>práxis</i> policial e	Perguntas diferenciadas	2	3,70
	- Saberes jurídicos decorrentes de conhecimentos jurídicos aplicados na atividade profissional.	Discurso de testemunhas	2	3,70
	- Interações: comunicações internas e	Determinadas descrições	2	3,70
		No julgamento	2	3,70
		Relação	2	3,70
		Não consegue colocar no papel	1	1,85
		Fica mais evidente quando acontece em casa	1	1,85
		Detalhes no corpo da mulher	1	1,85
		Violência doméstica	1	1,85
		Aversão à figura feminina	1	1,85
		Defesa da honra	1	1,85
		Padrão	1	1,85
		Tipo de morte	1	1,85
		Discurso do agressor	1	1,85
		Análise do local de Crime	1	1,85
		Vídeos – Histórico de vida	1	1,85
		agressor	1	1,85
		Percepções subjetivas	1	1,85
		Violenta emoção seguida de injusta provocação	1	1,85
		O que tiver mais retórica	1	1,85
		O que tiver mais humildade	1	1,85

²⁵⁵ Episteme entendida como “[...] conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas” (FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 231).

²⁵⁶ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.34.

²⁵⁷ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.35.

externas necessárias à	Esse é acostumado a matar	1	1,85
investigação policial.	Cabe aos intérpretes	1	1,85
Fluxos:	Traz insegurança pro Promotor		
dinâmica caracterizada por	[...] pro Juiz [...] e [...] pros	1	1,85
práticas e regularidades	Jurados		
procedimentais nas rotinas	Início do processo	1	1,85
das atividades policiais.	Colheita da prova	1	1,85
	Instrução processual	1	1,85
	Questões históricas, culturais	1	1,85
	Conhecimento histórico,	1	1,85
	sociológico		
	Processo de exclusão	1	1,85
	Faz parte de um processo	1	1,85
Total	35	54	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas.

Foram selecionados trechos de falas mais recorrentes em unidades de registro Defesa da Família e Outros Depoimentos para ilustrar a forma como os discursos foram originalmente murmurados pelos sujeitos.

[...] creio sinceramente que é sim possível a legítima defesa, por exemplo, da família. Já que a família, lá pro Título VII da Parte Especial do Código Penal, é um bem juridicamente tutelado [...] (Umbuzeiro).

Umbuzeiro sugere ser a Família bem jurídico passível de tutela pelo Estado e, portanto, comportamento da mulher que atente contra a instituição familiar seria passível de constituir argumento jurídico, porém, segundo ele, como a matéria é de competência do Conselho de Sentença, entende que na atualidade, não é forte suficiente para atingir absolvição do réu na perspectiva da legítima defesa da honra com base na defesa da instituição familiar.

[...] A gente tem depoimentos do comportamento dele extremamente grosseiro com outras convidadas que estavam no evento; a gente tem vídeo dele desrespeitando, desacatando uma outra policial [...] (Malícia).

Malícia foca questões de gênero apoiando-se no comportamento do agressor tomando por base fatos contextualizados com o evento que causou a morte da vítima mas também fatos pretéritos desvencilhados tanto da vítima quanto do contexto em que fora assassinada, buscando inferências comportamentais do autor relacionadas à sua personalidade ao lidar com mulheres de forma geral.

[...] muitas vezes, a fundamentação ainda não é feita da forma correta quando a gente vê estudando, quando a gente estuda os relatórios que vêm do interior [...] Isso traz insegurança pro Promotor que vai apresentar a Denúncia, né, pro Juiz que vai Pronunciar, né, e até pros jurados que depois vão julgar a situação [...] (Flor de Jitirana).

[...] ela é focada sempre nisso. Eu, em verdade, trabalho é... da seguinte forma: quando o caso é... tanto do início do processo, na colheita de prova, na instrução processual, porque inclusive as perguntas, as indagações que você tem que fazer pras testemunhas, é... pra peritos, enfim, quem for lá depor, ela sempre tem que estar relacionada a isso, a essa questão do gênero, ela... ela tem que permear o início do processo até o final do julgamento. E no Tribunal do Júri, no julgamento, mais ainda, porque aí você vai elencar as questões históricas, culturais, que culminaram com situações como aquela [...] (Xique-Xique).

Xique-Xique busca argumentar com questões de gênero em todo o percurso processual inserindo-as em quesitações dirigidas a testemunhas, peritos e demais depoentes, além de explorá-las por ocasião dos debates orais em Plenário do Júri introduzindo questões históricas e culturais para compreensão dos jurados sobre a condição de ser mulher caracterizadora do feminicídio.

Explorou-se junto aos entrevistados policiais civis se o sexo dos investigadores influenciava investigações e aos responsáveis pelo processamento e julgamento dos feminicídio – Advogado, Promotor e Juiz – se o sexo dos jurados influenciava julgamentos.

Tabela 54 – Influência do sexo dos investigadores e jurados na investigação, processamento e julgamento do feminicídio

Categoria	Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Identidade organizacional Sistema funcional dotado de códigos e programas próprios que delineiam Organizações Especializadas, no caso Polícia Civil, Ministério Público, Justiça e Advocacia Privada.	Ambiente organizacional	Só inicialmente, a visão dos investigadores hoje é diferente	7	17,07
	Diz respeito à estruturas, formas de comunicação, rotinas, regras, procedimentos, convenções, estratégias, tecnologias, a partir das quais as organizações operam ²⁵⁸ .	Conversar com autores, homem é mais [...] conseguir uma confissão[...] detalhes do crime	5	12,19
		Homem é rígido nos julgamentos morais, são inflexíveis	5	12,19
		Mulheres são mais flexíveis em relação a julgamentos	4	9,76
	O ambiente organizacional envolve também:	Cultura machista	3	7,32
	- Cultura Organizacional: ritos, códigos operacionais, rotinas, práticas institucionalizadas, vinculando-se a valores e crenças compartilhados nas organizações ²⁵⁹ .	Mulheres mais suscetíveis a conversar mulheres.	2	4,88
	- Saberes policiais entendidos como representações cognitivas associadas à <i>práxis</i> policial e	Tem chances deles não terem o <i>feeling</i>	2	4,88
		Não teria coragem de predileção com homens e mulheres no Júri	2	4,88
		Preocupação no sorteio dos jurados	2	4,88
	- Saberes jurídicos	Importante ter pelo menos uma mulher investigadora	1	2,44
		Delegada é importante	1	2,44
		Se colocar no local de mulher e no local de homem	1	2,44

²⁵⁸ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.34.

²⁵⁹ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.35.

decorrentes de conhecimentos jurídicos aplicados na atividade profissional.	Fácil pra uma mulher entender motivo de gênero	1	2,44
- Interações: comunicações internas e externas necessárias à investigação policial.	Forma de pensar, vestir, falar	1	2,44
- Fluxos: dinâmica caracterizada por práticas e regularidades procedimentais nas rotinas das atividades policiais.	Investigação de rua não interfere	1	2,44
	Mulheres machistas	1	2,44
	Trabalhei com a ideia de pai	1	2,44
	Convencimento individual, de cada profissional, pra entender o conceito de gênero	1	2,44
Total	18	41	100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas.

O enunciado mais recorrente disse respeito ao sexo dos investigadores em que os entrevistados assinalaram que apenas inicialmente seria fator que poderia influenciar a investigação mas no decorrer da atuação, aplicação de protocolos e capacitações, o risco se afastava. Em segundo lugar no *ranking* se posicionou a conversa entre homens que equivaleria à reafirmação do Mandato da Masculinidade no sentido da horizontalidade, contrato que se dá entre iguais e que portanto, se compreendem em pé de igualdade. Abaixo alguns trechos de falas servem para exemplificar as unidades.

[...] autores que quando começam a ser ouvidos por... por um delegado do sexo masculino se comportam de uma forma, quando as perguntas começam a ser feitas pelo sexo feminino, ele já muda até a expressão do rosto, a forma de responder [...] (Palma).

[...] sai o ser humano, sai o machismo, e chega o policial especializado em morte de mulher [...] (Malícia).

[...] Eu tenho medo já é de um Conselho de Sentença formado por homens, né, porque aí certamente o julgamento é inflexível (Umbuzeiro).

[...] quando tem homens na maioria, fica mais difícil, mas você tem que trabalhar com outras coisas (Xique-Xique).

O estudo buscou conhecer dos entrevistados casos de feminicídio que mais lhes tivessem chamado atenção no decorrer de suas atuações como forma de explorar campos abertos mas direcionados ao feminicídio. Um dos relatos que mais chamou atenção da pesquisadora e mais recorrente dentre os policiais foi o de uma “Morte Conversada”. Caso ocorrido em Teresina, no ano de 2019, em que o autor divulgou *on line*, pelo celular da vítima, via *Whats App*, dirigindo áudios ao ex namorado da vítima, que ouviu tudo, os momentos dos golpes de faca sofrido por ela e pedidos de clemência para que não a matasse.

Três dos policiais entrevistados citaram o caso como tendo sido marcante em suas carreiras profissionais e por isso, merece destaque e transcrição trechos relacionados às três falas.

[...] foi tipo uma, como se dizia no interior, aquela pisa conversada, foi aquela morte conversada e ele gravou áudios matando ela dizendo pra o amante dela que ia matar ela, falando que ia matar ela. Ela pedindo por favor, que não matasse ela, que não fizesse isso, pelo amor de Deus, chamava ele de “amor, amor, carinho”, gritava e a gente escutando esses áudios aí que ele gravou no celular dela, e isso é... nos comove né, bastante, fico bastante comovido né, com a situação desse caso, com a friedade (*sic*) ele fez isso aí, chegou a chamar a polícia e se entregou (Caroá).

[...] ele pegou uma foto que o rapaz tinha enviado prá ela e quando ela retornou [...] prá sala aonde ela estava, ele começou a efetuar facadas, colocou ela prá fazer um áudio pro rapaz, enquanto [...] ela pedia, suplicava para que ele não fizesse aquilo, ele gravava ela, as facadas, [...] ele... efetuando as facadas é... no corpo dela e ela pedindo clemência , pedindo pelo amor de Deus prá ele não fazer aquilo, [...] ele... gravou tudo. Então é uma coisa assim... horrível de você ouvir, a gente ouve porque é o jeito mas é uma coisa terrível, né? (Jurema Branca).

[...] pegou o celular da vítima, mandou um áudio de WhatsApp pro namorado, pro rapaz que ela tava paquerando, viu algumas conversas e ele mandou um áudio pro rapaz que ela tava se relacionando no momento em que ele estava matando a vítima. Ele batia nela e você ouvia no áudio: ‘Pára, pára!’, e ele agredindo ela, ele deu várias facadas nela e ele mandando áudio de tudo e ela: ‘Pára, pára!’ aí falava um nome tipo: ‘Pára, pai, pára amor!’, alguma coisa assim. Toda a conduta criminosa foi gravada e, no final, o agressor ainda disse ‘Olha fulaninho, tá vendo? Eu matei a vítima. Eu matei a fulana e a culpa é tua’. Então tem toda... e a mulher morreu [...] é um caso que eu não consigo... que eu não consigo assim... entender. Porque todas as mulheres a gente tenta entender o motivo, tenta se envolver no mundo dessa mulher, mas essa eu não sei o que que acontece, o que que aconteceu , qual a história de vida dessa mulher pra ela se submeter ao nível, assim... a uma autoestima tão baixa [...] (Malícia).

A “Morte conversada” foi por mim vivenciada como Delegada de Polícia em caso de Femicídio tentado em localidade próxima à cidade de União, região norte do estado, no qual me dirigi até a residência da vítima para ouvir relato pessoal à época. Tratava-se de moça que sobreviveu a três disparos de arma de fogo e assistiu o momento em que seu namorado, pensando que ela havia morrido em razão de esganadura, porque os disparos por ele efetuados não foram eficientes para causar-lhe a morte, imprimiu força no pescoço da vítima, provocando-lhe desmaio. A vítima, despertando logo após, assistiu o momento em que o namorado efetuou disparo na própria cabeça, vindo a óbito. O relato dela sobre o que sucedera antes da morte dele foi de que ele havia dito: “Acabou, fulana. Se você não é minha, não será de mais ninguém”, após manter relações sexuais com ela, sem que fosse desejo dela, ou seja,

o caso remeteu aos crimes de estupro e tentativa de feminicídio. Esse caso foi paradigmático para se pesquisar em todo cadáver feminino vestígios de relações sexuais recentes.

No decorrer das análises documentais, especialmente laudos cadavéricos e relatórios policiais, verificou-se espécie de “cegueira” da Polícia Judiciária em relação ao trabalho desenvolvido pela Polícia Técnico Científica, especialmente no que diz respeito ao conteúdo dos laudos cadavéricos. Do mesmo modo, a Perícia ignorando quesitações feitas pela Autoridade Policial, respondia a quesitos por ela própria formulados seguindo padrão universal aplicáveis para qualquer espécie de morte violenta, ou seja, verificou-se “cegueira recíproca” ou ausência de interação organizacional pela falta de comunicação entre investigadores e peritos criminais e legistas. Essa constatação levou a pesquisadora a indagar aos policiais em que medida levavam em consideração inferências do laudo cadavérico nas investigações policiais.

Tabela 55 – Dificuldades enfrentadas na leitura dos laudos periciais produzidos na investigação de feminicídios

Categoria	Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Identidade Organizacional Sistema funcional dotado de códigos e programas próprios que delineiam Organizações Especializadas, no caso a Polícia Judiciária e a Polícia Técnico Científica.	Ambiente organizacional	Forma do sangue no local de crime	8	30,77
	Diz respeito à estruturas, formas de comunicação, rotinas, regras, procedimentos, convenções, estratégias, tecnologias, a partir das quais as organizações operam ²⁶⁰ .	Corpo do cadáver (Violência doméstica, Aversão à figura feminina, tipos de lesões, quantidade de lesões, forma como está no chão)	4	15,38
	O ambiente organizacional envolve também:	Termos técnicos	2	7,69
	- Cultura Organizacional:	Não se consegue traduzir	1	3,85
	ritos, códigos operacionais, rotinas, práticas institucionalizadas, vinculando-se a valores e crenças compartilhados nas organizações ²⁶¹ .	Falta de conexão com médicos	1	3,85
	- Saberes policiais entendidos como representações cognitivas associadas à <i>práxis</i> policial e	Estudar mais Medicina Legal	1	3,85
	- Saberes jurídicos decorrentes de conhecimentos jurídicos aplicados na atividade profissional.	Falta de conhecimento técnico	1	3,85
	- Interações: comunicações internas e	Informalidade	1	3,85
		Conexão com Peritos	1	3,85
		Apreensão de material biológico	1	3,85
		Comparação genética	1	3,85
		Apreensão de projéteis	1	3,85
		Comparação balística	1	3,85
		Dinâmica do crime	1	3,85
		Objetos quebrados	1	3,85
			1	3,85

²⁶⁰ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.34.

²⁶¹ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.35.

externas necessárias à
investigação policial.

- Fluxos:
dinâmica caracterizada por
práticas e regularidades
procedimentais nas rotinas
das atividades policiais.

Total geral	16	26	100,00
-------------	----	----	--------

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas.

Nota-se prevalência de recorrências em local de crime notadamente no elemento “sangue”, fenômeno que se pode explicar pelo oferecimento do I Curso Investigatório de Femicídio na Academia de Polícia Civil em 2018, oportunidade em que Perita Criminal, sujeito desta pesquisa, especialista em marcas de sangue, capacitou todos na perspectiva do reconhecimento de sinais de sangue em local de crime de feminicídio e na dinâmica dos fatos a partir daquelas marcas.

[...] em relação ao que foi feito no corpo dessa mulher, se realmente tinha violência doméstica, se tinha realmente indícios, a gente falou aqui né da... da... aversão à figura feminina (Jericó).

[...] a gente percebe a forma como o sangue tá, tá no chão, a forma de figura, que a gente já consegue ver como é que aquele sangue é... chegou àquela forma [...] (Palma).

[...] a forma como o corpo tá no chão, marcas na parede, objetos quebrados, e aí a gente começa a olhar aquilo ali e começa a tentar visualizar como aquilo ali poderia ter acontecido e com a nossa experiência, conversando com os peritos, tem certas marcas que a gente já consegue identificar: se um sangue jorrou, se ele caiu naturalmente, se é um sangue, se tem marcas de sangue diferentes [...] (Palma).

Confirmada, porém, dificuldade de realizar leituras nos laudos cadavéricos quando em uma das falas Malícia aduz sobre necessidade de “[...] estudar mais essa área de Medicina Legal, eu poderia, eu poderia usar mais [...]”, assim como Palma, do mesmo modo assinala que:

[...] enquanto formação, é... a gente não se aprofunda nos termos técnicos, todavia com a experiência, com o tempo de tanto analisar laudo que a gente precisa ler para entender uma lesão, a gente acaba que tirando dúvida com os peritos, acaba que ganhando conhecimento, mas é tudo informal, nada nada formalizado”.

Os laudos cadavéricos, para além de termos técnicos, possuem conteúdos semânticos na perspectiva de gênero quando relatam que o instrumento perfuro cortante estava impregnado de sangue em toda sua inteireza, fazendo crer profundidade do golpe; golpes transfixantes, demonstrando intensidade do golpe; atingimento do coração, denotando gesto

que pode estar relacionado a sentimento, dentre outros que não sendo de conteúdo técnico desafiam o intérprete, no caso Delegado de Polícia, a decodificá-lo na linguagem subjetiva do elemento doloso atribuído ao feminicídio, como menosprezo e discriminação.

Nesse sentido, ainda sobre laudo cadavérico, foi indagado a um dos entrevistados se entenderia pertinente se pensar em campo destinado a Medicina Legal na Perspectiva de Gênero, tendo sido proposta interação organizacional como resposta ao problema:

[...] poderia ter um diálogo dos delegados, dos investigadores com os médicos. Ele explicando termos técnicos, explicando situações [...] em que [...] poderia juntar um laudo com uma investigação [...] pra dar um MEETING²⁶²: ‘ó ele falou isso e no laudo tem a mesma coisa’. [...] mas é uma conexão inicial, pra depois, até quem sabe junto, elaborar um protocolo de feminicídio [...] com o IML²⁶³ [...] (Malícia).

Na perspectiva jurídica buscou-se verificar junto aos sujeitos responsáveis pelo trabalho jurídico penal se consideravam a atividade de tipificação do feminicídio complexa.

Tabela 56 – Complexidade para tipificação do feminicídio

Categoria	Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Identidade organizacional Sistema funcional dotado de códigos e programas próprios que delineiam Organizações Especializadas, no caso a Polícia Judiciária, Ministério Público, Justiça Criminal e Advocacia Criminal.	Ambiente organizacional	Elemento de identificação cultural (gênero)	7	17,95
	Diz respeito à estruturas, formas de comunicação, rotinas, regras, procedimentos, convenções, estratégias, tecnologias, a partir das quais as organizações operam ²⁶⁴ .	Controle da mulher	4	10,26
	O ambiente organizacional envolve também:	Condição de mulher, de sexo feminino	3	7,69
	- Cultura Organizacional: ritos, códigos operacionais, rotinas, práticas institucionalizadas, vinculando-se a valores e crenças compartilhados nas organizações ²⁶⁵ .	Tendência é simplificar: critério objetivo	3	7,69
	- Saberes policiais entendidos como representações cognitivas associadas à <i>práxis</i> policial e	Subjetividade do agressor	3	7,69
	- Saberes jurídicos	Construir pela prática entendimento sobre o que são atos de discriminação	3	7,69
		Abrange hipóteses variadas (relações afetivas e de supremacia de gênero masculino)	1	2,56
		É preciso esticar um pouco mais	1	2,56
		Elaboração de protocolos	1	2,56
		Estudo mais especializado	1	2,56
		Demonstrar como se deu o menosprezo e a discriminação	1	2,56
		Engenharia jurídica	1	2,56

²⁶² Encontro de informações, integração de pessoas, processos para fins de tomada de decisão (ANDRADE, Antônio Rodrigues de; ROSEIRA, Catarina. A informação como elemento de integração entre propósito, processos e pessoas: um estudo em instituições portuguesas. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2018000100107>. Acesso em: 5 fev. 2020).

²⁶³ Instituto Médico Legal, órgão responsável pela realização de perícias em pessoas vivas e mortas.

²⁶⁴ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.34.

²⁶⁵ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.35.

decorrentes de conhecimentos jurídicos aplicados na atividade profissional.
 - Interações: comunicações internas e externas necessárias à investigação policial.
 - Fluxos: dinâmica caracterizada por práticas e regularidades procedimentais nas rotinas das atividades policiais.

Total geral	1	17	39	100,00
--------------------	----------	-----------	-----------	---------------

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas.

As unidades de registros mais recorrentes foram, nessa ordem: “Elemento de identificação cultural (gênero)”, com 17,95%, seguido de “Controle da mulher” e “Discriminação e menosprezo”, ambas com 10,26%. As falas abaixo estampam as unidades.

[...] O gênero é [...] aquele elemento de identificação cultural, é o que me torna um ser social, com aquela condição homem, mulher, transexual, essa é a identificação de gênero. Então pra que se diga que a motivação é de gênero é preciso decorrer [...] dessa identificação que é posta pela sociedade [...] (Umbuzeiro).

[...] já não obedecia as ordens dele? Então a complexidade no meu entender é isso: você tem que analisar o critério objetivo e o critério subjetivo é entender que aquele comportamento masculino, ele foi motivado [...] por uma questão de não aceitação da vida daquela mulher [...] (Malícia).

[...] Essa parte é complexa, porque nesse momento [...] a polícia vai ter que demonstrar exatamente como se deu esse menosprezo e como se deu essa discriminação [...] (Flor de Jitirana).

[...] Eu sempre balizo meu discurso, sustento meu discurso em cima desse menosprezo e discriminação à condição da mulher porque é mais fácil de ser explicado e mais fácil de ser entendido [...] (Xique-Xique).

Vê-se que explicar a rota do feminicídio exige esforços cognitivos meta jurídicos, porque de tudo o que foi assinalado apenas a Discriminação possui conceito legal delineado no artigo 1º da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW, estabelecendo como qualquer ato que promova distinção, exclusão ou restrição e que tenha por objeto prejudicar ou anular o gozo ou exercício pela mulher dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. Logo, o direito ao pleno gozo da vida é direito fundamental e qualquer ato atentatório constituirá Discriminação e, por conseguinte, Feminicídio.

Foi indagado aos sujeitos do Ministério Público, da Justiça e Advocacia Criminal se o Inquérito Policial contribuía nas suas atuações, tendo como resposta ser de fundamental importância o trabalho da polícia “[...] no sentido de resguardar o Ministério Público da prova que ele precisa para obter sucesso de uma eventual e futura condenação[...]” e:

[...] o inquérito tem sido [...] um bom apoio pra denúncia, tanto é que nas instruções, ainda se lê [...] “o que disse na polícia”? “Você tá dizendo agora isso aqui”, quer dizer, ele faz [...] um comparativo entre aquilo que a pessoa tá respondendo, no caso testemunha, [...] do que ele disse lá, “aonde que você falou a verdade”? Quer dizer, serve até de parâmetro [...] nos casos de instrução de processo [...] (Sabiá).

Porém, a fala de um deles, quando se refere a interpretações subjetivas, tece críticas ao delegado:

[...] aqui, acolá a gente vê que [...] a questão do cruel, quando se diz que o cidadão matou com crueldade, [...] a crueldade médica, ela é diferente da crueldade jurídica [...]. O médico diz que é a crueldade porque atingiu o coração, que atingiu a aorta, que atingiu a femoral, isso é crueldade. Não é crueldade. Dentro dos postulados do Direito Penal é... crueldade é o que se faz além pra obtenção do evento morte, ou seja, você vai fazendo o sofrimento do cidadão ser cada vez maior, corta uma orelha, corta um dedo, dá umas lapadas de facão, bota pimenta no, no cidadão, isso é crueldade [...] (Sabiá).

O atingimento de regiões anatômicas anteriores do tronco feminino, em especial a mamária, correspondendo ao Coração, assim como região anatômica anterior pubiana que compreende ao útero, constituem elementos simbólicos do feminino, daí porque nem enunciados jurídicos, nem tampouco enunciados clínicos atinjam discurso mudo do feminicídio expresso por gestos simbólicos. Infere-se que aspectos subjetivos como menosprezo e discriminação não podem ser parametrizados apenas pelo discurso médico formal ou pelo jurídico. A compreensão da crueldade no feminicídio está condicionada a fatores ínsitos ao comportamento humano e não à parametrização médica ou jurídica. A fala de um dos entrevistados perito sobre simbologia do coração, inobstante relatos se reportem formalmente à região torácica é reveladora dessa afirmativa:

Claro, o amor, né? É um órgão que ele serve pra matar a pessoa e tá quebrando o amor que de alguma forma o outro acha que não tem mais por algum motivo, tá? Então o coração é muito simbólico, né, além de ser efetivo pra morte. Nem sempre ele acerta, às vezes tenta acertar, acerta os pulmões, acerta outro, mas tá tentando acertar lá (Angico).

Sobre a atuação nos casos de feminicídio um dos entrevistados pontuou que:

[...] nos casos de feminicídio, acho que... eu não sei se essa cultura do [...] delegado daquele tempo, aquela cultura (batidas à mesa), é diferente da de hoje (batidas à mesa); hoje nós temos delegados aí, HOMENS (ênfase no tom de voz), encarando a coisa realmente como [...] dentro desse modelo do feminicídio aí [...] (Sabiá).

Chama atenção na fala de Sabiá sua reação: duas batidas à mesa e ênfase à palavra homens que enfrentam o feminicídio na polícia, sendo que a delegada do Feminicídio é uma mulher. Indaga-se qual seria a palavra muda e murmurante que anima do interior a voz que escutamos²⁶⁶?

A preocupação da advocacia foi no sentido da publicização do caso na mídia tendo a palavra da polícia como principal vetor, fato que vulnerabiliza futura defesa perante Conselho de Sentença que será constituído por parcela daquela comunidade.

[...] uma autoridade policial, [...] nas regiões interioranas, é alguém portador de extrema legitimidade na sua fala. Quer dizer, aquilo que diz um delegado, dificilmente será objeto de debate em sentido contrário no seio da sociedade [...] esse fenômeno [...] ganhou [...] atenção social, [...] naquilo que [...] Zaffaroni chama de “Criminalidade grosseira”, ou seja, qualquer acusação dessa natureza automaticamente já tem o condão de fazer retirar-se toda a credibilidade que recaía sobre o acusado, né e aí fatalmente quando se fala em direito de defesa, é... se perde muito com essa perspectiva de antecipação pro grande público, porque é essa a leitura que vai sendo formada[...] (Umbuzeiro)

De outro ponto, a pesquisa procurou saber quais elementos fáticos e jurídicos os entrevistados entendiam serem relevantes para tipificar o feminicídio, formular defesa e denunciar na perspectiva da qualificadora.

Tabela 57 – Elementos fáticos e jurídicos relevantes para tipificar, formular defesa e denunciar o feminicídio

Categoria	Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Identidade Organizacional Sistema funcional dotado de códigos e programas próprios que delineiam Organizações Especializadas, no caso Polícia Civil, Ministério Público, Justiça e Advocacia Privada.	Ambiente organizacional	Condição do sexo feminino	8	11,11
	Diz respeito à estruturas,	Julgamento que faz da vítima	6	8,33
	formas de comunicação,	Discriminação	5	6,94
	rotinas, regras,	Discurso do agressor	5	6,94
	procedimentos,	Menosprezo	5	6,94
	convenções, estratégias,	Pretensão jurídica	5	6,94
	tecnologias, a partir das	Local de crime	4	5,55
	quais as organizações	Patriarcado	4	5,55
	operam ²⁶⁷ .	Vínculo emocional	4	4,17
	O ambiente organizacional envolve também:	Violência doméstica – Lei M ^a	4	4,17
	- Cultura Organizacional:	da Penha		
	ritos, códigos operacionais,	Machismo	3	4,17
		Misoginia	3	4,17

²⁶⁶ FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 33.

²⁶⁷ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.34.

rotinas, práticas	Mundo dos fatos	3	4,17
institucionalizadas,	Manifestação do controle	2	2,78
vinculando-se a valores e	feminino		
crenças compartilhados	Manifestação do poder do	2	2,78
nas organizações ²⁶⁸ .	agressor		
- Saberes policiais	Centralidade do agressor é o	2	2,78
entendidos como	masculino		
representações cognitivas	Discursos sobre vestimenta da	2	2,78
associadas à <i>práxis</i> policial	mulher		
e	Comportamento da vítima	1	0,01
- Saberes jurídicos	Costumes	1	0,01
decorrentes de	Questão histórica, cultural	1	0,01
conhecimentos jurídicos	Relação familiar	1	0,01
aplicados na atividade	Relação sexual anterior	1	0,01
profissional.			
- Interações:			
Comunicações internas e			
externas necessárias à			
investigação policial.			
- Fluxos:			
dinâmica caracterizada por			
práticas e regularidades			
procedimentais nas rotinas			
das atividades policiais.			
Total		22	72
			100,00

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura e Advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas.

A Condição do sexo feminino (11,11%) foi a unidade mais recorrente e falada por todos os entrevistados seguida do julgamento que o agressor faz da vítima (8,33%), comentada por três dos cinco entrevistados como sendo elemento fático relevante para caracterizar o feminicídio. Duas falas ilustram os enunciados.

[...] fato dos homens poderem julgar as mulheres [...] elemento fático que eu consigo visualizar [...] o fato de homens poderem nos julgar até homens que nos desconhecem, que não sabem nada da nossa personalidade, que não tem convívio nenhum, porque nos viu na festa ou bebendo, ou com a roupa assim, ou dançando de uma outra forma [...] isso é um elemento fático, esse julgamento masculino [...]. Julgamento masculino baseado no patriarcado e no machismo [...] (Flor de Jitirana).

[...] é a questão [...] da condição [...] do sexo feminino, [...]. Um dos aspectos seria a violência doméstica que a gente pede o auxílio da Lei Maria da Penha [...]. Agora, quando a gente analisa o menosprezo, [...] que analisar principalmente o discurso do agressor, então é... não tem como, o discurso, o local de crime [...] (Malícia).

Merecem destaque falas de entrevistados da perícia médico legal e perícia criminal no tocante ao exame de cadáveres de mulheres vítimas de feminicídio e de locais de crime de feminicídio por se tratarem de formações discursivas que mantêm relações estreitas com

²⁶⁸ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.35.

enunciados jurídicos e por isso constituem importante fonte discursiva voltada ao delineamento de contornos jurídicos para o feminicídio.

As falas se deram em resposta à indagação sobre se consideravam complexo o exame de cadáver e o de local de crime de feminicídio. Sobre o Exame em cadáver:

[...] não é somente descrever lesões [...] e dizer “causa mortis”[...] e [...] responder a quesitos comuns [...] tais como se houve morte, qual a causa, o instrumento, meio e fim, não é só isso; você tem que partir [...] pra [...] detectar comportamentos com base em lesões e outras provas que você conseguiu ver no corpo, inclusive comportamento e causa. [...] ali você vai procurar dados se houve ódio [...] se as lesões demonstram um padrão de ódio, [...] múltiplas lesões em face, [...] isso demonstra um padrão de ódio, se não pessoal, como é aquele familiar que foi traído e que não suporta e quer se vingar daquela pessoa, quer desfigurá-la, né? Às vezes até [...] lesões no próprio órgão sexual [...]. Eu já tive caso em que [...] cortou a vagina e colocou na boca [...] da moça [...] (Angico).

A fala demonstra presença de excesso de atos para se alcançar o resultado morte, caracterizando o enunciado “Gestos Simbólicos”. São marcas, sinais de violência expressiva fincadas no corpo da mulher, cujo padrão se identifica com “atributos” dela, lesões impressas no corpo para lhe retirar identidade de sujeito, história de vida representativa de personalidade construída ao longo de trajetória pessoal. Portanto, laudo cadavérico, embora escrito com linguagem técnica, expressa por enunciados médicos, é passível de integrar espaço composto por conjunto de enunciados que se perfilam para compreender o feminicídio. Do mesmo modo, fala da Perita Criminal sobre local de crime acerca da complexidade:

[...] eu vejo muitas [...] particularidades [...] do feminicídio, uma certa subjetividade que nós não podemos levar ao laudo porque não nos cabe, então nós temos que nos ater à prova técnica de vestígio. [...] raríssimas vezes, eu fui a um local [...] de feminicídio [...] pra não perceber certos detalhes [...] que já são esperados [...] em relação ao [...] “modus operandi” [...] dos criminosos costumam ser o mesmo, por exemplo, na maioria dos casos [...] a mulher [...] foi vítima de [...] instrumento perfuro [...] a ânsia em tirar a vida da mulher leva [...] o seu algoz a pegar uma faca que tem em casa, um pedaço de madeira que tem em casa, e [...] com socos [...] muitas vezes eu percebi no local a mulher [...] com hematomas, com colorações diferentes mostrando que ela já vinha sofrendo agressões físicas prévias; que através da coloração a gente consegue ver sempre que aquelas manchas foram provocadas na mulher, então [...] são padrões, [...] digamos, características comuns. [...] é o desalinho dos objetos no local, [...] eu apenas retrato de uma forma descritiva, eu não posso afirmar, embora sugerisse que ali foi uma cena de ciúme, em busca de um celular ou de uma roupa, ou de alguma faca, ou de alguma coisa. O que eu posso é indicar que há um desalinho no local, mas não cabe a mim dizer o porque desse desalinho, dessa [...], digamos dessa confusão interna naquele ambiente, porque a maioria dos feminicídios que eu fui, foram feminicídios em local fechado e geralmente é dentro de um ambiente (Quixaba).

Sobre elementos que considera relevantes em local de crime Quixaba considerou como sendo o cadáver, detalhando que:

Difícilmente um feminicídio vai ter um golpe único, [...] a maioria dos feminicídios, ele traz golpes próximos à face, não todos, mas dentro do meu universo de experiência, a maioria tinha lesões de defesa, onde a vítima tentava se defender e lesões próximas à face e aos seios, é bem comum, não é que sejam padrões, mas é uma... eu acredito que é algo psicológico da... de agressão, de natureza talvez dessa posse, é o momento em que o algoz está descarregando ali as estocadas na vítima, eu digo estocada porque a maioria, dentro do meu universo, repito novamente, é de estocada, né, com faca, facão. São facadas, são perfurações,[...] muitas vezes aí entra uma questão [...] de subjetividade [...] há um “V” na vítima, [...] eu descrevo no meu laudo que houve [...] uma lesão em forma de “V” com as bordas irregulares, mas eu não posso dizer que isso é um sinônimo de raiva, de ira, porque quando você estoca e você faz aquele movimento de rasgar a vítima, é um movimento de muita raiva, mas isso tem... não cabe a mim explicitar no laudo: “lesões compatíveis com quem tava com muita ira”, isso vai ficar pra os próximos colegas que irão pegar o meu laudo, aí vai para o delegado, vai pro Ministério Público, vai pro juiz e pras... e pro júri futuramente (Quixaba).

Vê-se multiplicidade de discursos envolvendo mesmo objeto: feminicídio. São inúmeros deslocamentos possíveis e através da dispersão dessas unidades discursivas – médicas, técnicas, jurídicas, organizacionais, filosóficas, sociológicas, antropológicas – será possível construir concertação de categorias e enunciados para se obter contorno legal para o feminicídio²⁶⁹, com a introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes, ou sistema de dispersão²⁷⁰.

Através da aplicação de 11 entrevistas semiestruturadas foi possível desenvolver 2 Categorias analíticas: GÊNERO e IDENTIDADE ORGANIZACIONAL, 4 enunciados teóricos: MANDATO DA MASCULINIDADE, PRECARIEDADE e GESTOS SIMBÓLICOS representativos de Gênero e AMBIENTE ORGANIZACIONAL representativo de Identidade Organizacional, além de 194 unidades de registros, conforme tabela a seguir.

Tabela 58 – Mapa geral de categorias, enunciados e unidades de registros resultantes da análise de conteúdo das entrevistas.

²⁶⁹ “[...] efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas [...]” (FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p.31).

²⁷⁰ “Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo: é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações” (FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p.35).

Categoria	Gênero			Identidade organizacional
Total recorrências	6			9
Enunciado	Mandato da masculinidade	Precariedade	Gestos simbólicos	Ambiente organizacional
Total recorrências	46	65	58	194
%	27,22	38,46	34,32	100,00
Total	169			194
%	46,56			53,44
Total geral	363			100,00%

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 11 profissionais da polícia civil, ministério público, magistratura e advocacia piauienses através de entrevista semiestruturadas.

Da categoria analítica Gênero, infere-se que Precariedade foi o enunciado que obteve maior recorrência, seguido dos Gestos Simbólicos e Mandato da Masculinidade. No geral, o Ambiente Organizacional superou a categoria gênero em 6,88% das recorrências, dado justificável pelo ambiente em que se dera a pesquisa, a matéria pesquisada e os sujeitos pesquisados: servidores públicos da Polícia Civil, Ministério Público e Justiça, com exceção da Advocacia privada.

4.2.2.2. GRUPO FOCAL: ANÁLISE DE CONTEÚDO TEMÁTICA

No plano cognitivo, a ferramenta do grupo focal permitiu conhecer como se dá a rotina das comunicações e das relações entre polícia judiciária responsável pela investigação de segmento e polícia científica, responsável pela interpretação técnica das evidências materiais relacionadas ao feminicídio. Ao contrário das entrevistas cujo escopo foi conhecer o que pensa e como age o entrevistado na particularidade, desvinculado das relações cotidianas, o grupo focal permitiu verificar como foram produzidas decisões, que inferências foram levadas em consideração e como diversos sujeitos interagiram na produção do Inquérito Policial.

No plano da realidade organizacional, o grupo focal decorreu por ocasião da realização das entrevistas com policiais civis, ao se constatar não haver interlocução eficaz entre policiais ligados à atividade investigatória e policiais periciais. Esse fato havia sido vislumbrado anteriormente pela pesquisadora por ocasião da análise de peças procedimentais de inquéritos policiais e laudos periciais, especialmente laudos cadavéricos que não eram utilizados na análise da dinâmica do crime e nem tampouco considerava quesitações feitas por ocasião de requisições formuladas pela Polícia Judiciária. A pesquisa constatou, portanto, elevado fator de risco no âmbito interno da investigação policial consistente em *déficit* de interação organizacional, daí a necessidade de colocar responsáveis pelo trabalho

investigatório do feminicídio em diálogo para que se promovesse interação entre eles a partir de temática comum: feminicídio. Por esse motivo, a pesquisadora provocou encontro de policiais civis investigadores e periciais para conhecer a rotina de suas relações e compreender como se dava o fluxo das informações que serviam de base para a tomada de decisões.

Dessa forma, o grupo foi constituído por parte dos sujeitos policiais entrevistados tendo o cuidado de ter ao menos um representante por atividade desenvolvida na investigação do feminicídio. Quatro policiais integraram o grupo focal, sendo 2 (duas) Delegadas de Polícia Civil, uma delas titular da Delegacia do Feminicídio há mais de 2 anos e a outra com experiência em gestão de políticas de prevenção e enfrentamento ao feminicídio, tendo atuado também como Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero da Secretaria de Segurança Pública, Diretora do Departamento de Proteção à Mulher, Coordenadora da Central de Gênero e Delegada Titular da Delegacia da Mulher Zona Sul de Teresina; 1 (um) Escrivão de Polícia Civil atuando na Delegacia do Feminicídio há mais de 2 anos e 1 (uma) Perita Criminal referência em local de morte violenta de mulheres. Os trabalhos tiveram participação de relatora que auxiliou a pesquisadora por ocasião da realização dos debates.

Tratou-se de grupo homogêneo porque todos são policiais civis ligados ao trabalho investigatório do feminicídio ou às políticas públicas de segurança de prevenção e enfrentamento ao feminicídio e heterogêneo porque realizam tarefas distintas para o atingimento da mesma finalidade: estudo, investigação, tipificação, indiciamento, exames em cadáveres, em coisas e em locais de feminicídio.

O local eleito²⁷¹ foi a sala de estudos do Instituto de DNA Forense do Departamento de Polícia Técnico Científica pelos seguintes fatores: local conhecido e de fácil acesso a todos, confortável, desprovido de utensílios, sinais ou quaisquer vínculos que distraíssem a atenção dos sujeitos e tranquilo, sem risco de interpelações externas, comuns aos ambientes policiais.

Data e horário foram estabelecidos após duas tentativas de conciliação entre disponibilidade de todos, tendo sido esse o maior desafio: conseguir reunir 4 policiais civis

²⁷¹ Quanto ao estabelecimento da ambientação, “[...] é importante verificar a sala e reparar em quaisquer materiais (como pôsteres) que possam influenciar o conteúdo da discussão ou mesmo causar ofensa aos participantes” (BARBOUR, Rosaline. Grupos focais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009, p.104).

em um dia útil da semana por aproximadamente 2 horas. A atividade policial não possui rotinas definidas principalmente as relacionadas a demandas como a do feminicídio que exige dos policiais dedicação quase que exclusiva e, na maior parte dos casos, uma vez tendo que atender ocorrência, as diligências só cessam após delineamento da autoria. Portanto, conseguir suspender atividades de 4 policiais para dialogar sobre feminicídio, representou, para a pesquisadora, relevante contribuição ao estudo, porque momentos como esses são muito raros na instituição policial.

Uma vez reunidas as pessoas, a pesquisadora e também mediadora, preparou o local com cadeiras dispostas em círculo, disponibilizou lanche, preparou gravador digital de voz colocando-o ao centro da roda e fez breve explicação sobre o procedimento, apresentando pontos comuns em relação aos membros do grupo, objetivos do grupo focal e expectativas em relação aos participantes dentre as quais a de se envolverem no debate, debater determinados tópicos ou até mesmo resolver problema em conjunto. Por fim, foi lançada tese provocativa consistente em saber se haveria alguma dificuldade, alguma lacuna que precisasse ser preenchida para o desenvolvimento do trabalho policial no campo do feminicídio²⁷².

A essa etapa da dinâmica do grupo seguiu-se a da transcrição, feita pela própria pesquisadora, utilizando-se de símbolos e estruturas linguísticas semelhantes às empregadas na gravação das entrevistas com os mesmos sujeitos. Foi um longo processo de produção de dados qualitativos cuja experiência se revelou como da mais elevada importância para a pesquisadora ao ver que o tempo da gravação não correspondia ao tempo da transcrição nem tampouco ao da compreensão do conteúdo material das falas. Foi preciso desenvolver habilidades para atentar aos detalhes, como: entonações, interrupções, risadas, cruzamento de falas, abrir e fechar de portas. Ao final, estabelecer *layout* compreensível para tudo o que foi falado no intervalo de 1 hora, 37 minutos e 3 segundos, conteúdo que se passa a analisar a seguir.

Após transcrição das falas, a pesquisadora adotou como metodologia para análise do conteúdo, a técnica Análise Temática²⁷³ por se tratar de ferramenta que privilegia um tema central, alinhando-se com o escopo da pesquisa na centralidade da qualificadora penal Feminicídio. Seguiu-se metodologia apropriada à técnica adotada consistente em leitura

²⁷² FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, p.185.

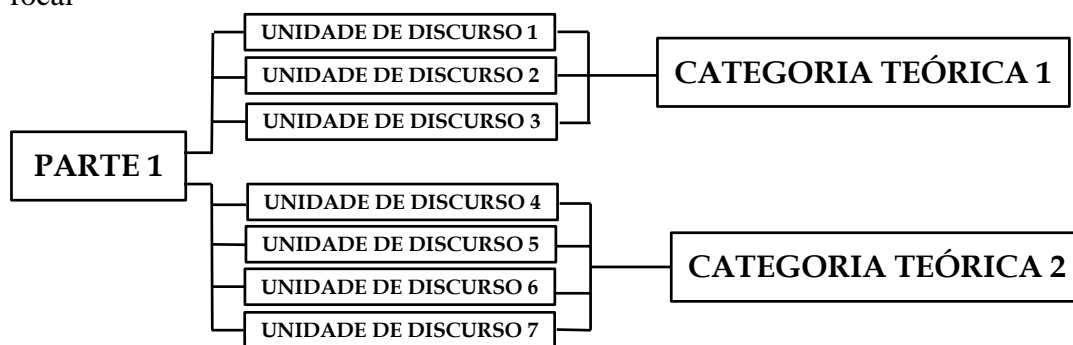
²⁷³ “Na análise temática, como o próprio nome indica, o conceito central é o *tema*. Esse comporta um feixe de relações e pode ser graficamente apresentado através de uma palavra, uma frase, um resumo” (MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora); GOMES, Sueli Ferreira Deslandes Romeu. Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. 32ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993, p.86).

aprofundada e exaustiva das falas com vistas à formação de conjuntos de enunciados. Em seguida decifrou-se particularidades contidas nos enunciados para servirem de diretrizes em processo de classificação e elaboração de conceitos teóricos²⁷⁴.

Do mesmo modo como que se dera nas entrevistas, a análise das falas levou em consideração contextos pessoais²⁷⁵ relacionados à raça, idade, tempo de atuação profissional e sexo dos componentes. O método analítico permitiu analisar falas agrupando unidades discursivas por grupo de mulheres GF1 (3), homens GF2 (1) e misto GF3 (4).

Após leitura das transcrições, foram propostos 5 (cinco) conjuntos denominados “Parte”: 1. Contornos para o feminicídio; 2. Interações; 3. Local de crime; 4. Fluxos possíveis e 5. Contornos para Menosprezo e Discriminação. O processo para formação dos cinco conjuntos consistiu na divisão da transcrição em cinco grandes temáticas e no recorte de fragmentos de falas que caracterizaram cada uma delas, formando unidades de discurso. Em seguida, algumas das partes foram novamente fragmentadas para aglutinar especificidades e possibilitar, ao final, articulação de achados empíricos com bases teóricas que orientaram o estudo. O *layout* do grupo focal resultou na figura abaixo com análises que se seguem.

Figura25- Estrutura do procedimento metodológico de análise de conteúdo – Grupo focal



Fonte: elaborada pela autora.

A Parte I representa momento inicial do debate travado no Grupo Focal ao se propor problematização de significantes abertos no conceito legal do feminicídio para os componentes do grupo. Foi denominada “Contorno para o feminicídio” e dividida em duas alíneas: A) Feminicídio em sentido amplo, compreendido na linguagem legal e B) Feminicídio no plano empírico, baseado em narrativas de casos concretos.

²⁷⁴ MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora); GOMES, Sueli Ferreira Deslandes Romeu. Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. 32ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993, p. 91.

²⁷⁵ “Uma abordagem analítica se apoia no “método de comparação constante”, que envolve [...] constantemente comparar e contrastar os comentários dos participantes, procurando – e buscando explicar – as diferenças entre indivíduos e grupos; distinções que indivíduos ou grupos podem fazer; e justificativas e argumentos sustentados” (BARBOUR, Rosaline. Grupos focais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009, p. 179).

Tabela 59 – Codificação de categorias dos discursos nos debates do grupo focal – Parte I.

Contorno para o feminicídio	Unidades de discurso	Categorias teóricas
A) Feminicídio em sentido amplo: Plano das ideias e da lei.	A lei errou	
	Aspecto jurídico	
	Brecha	Ambiente organizacional
	Fechar algumas janelas na investigação	
	Criatividade pra definir o feminicídio	
	5	1
	Colonização	
	Comportamento violento	
	Cultural	
	Dentro de casa	
	Nunca teve boas intenções com mulheres	Mandato da masculinidade
	Postura afrontosa, agressiva	
	Subjugada	
	Submissão	
	Vínculo	
	Razão histórica	
	Fazem questão de não ver	
	Não enxerga	
	12	1
B) Feminicídio no plano empírico: Baseado em caso concreto narrado por um dos componentes do grupo, ainda não concluído pendente de definição que gerou dúvida para a equipe da Delegacia do Feminicídio.	Condição de mulher	
	Falar do fato anterior	
	Menosprezo	
	Morte de mulher	
	Percurso da mulher	Precariedade
	Problemas familiares	
	Sociedade conservadora	
	Trauma	
	Violência doméstica	
	9	1
	Critério biológico	
	Gênero	
	Gênero feminino	
	Gênero masculino	
	Questão política	Gênero
	Razão do sexo	
	Sexo feminino	
	Subjetividade	
	Transexual	
	Travesti	
	10	1
Total A	36	4
	Submissas	
	Escravidão	Mandato da masculinidade
	Dependência	
	3	1
	Menosprezo	Precariedade
	1	1
	Análise mais aprofundada	
	As informações vão chegando	
	As provas vão moldando a gente	Ambiente organizacional
	Não é a gente que molda a tese	
	A gente tá com a cabeça e a mente aberta	
Total	5	1
Total B	9	3

Total parte I	45	4
----------------------	-----------	----------

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 4 profissionais da Polícia Civil piauiense através da realização de grupo focal.

Foi possível organizar 45 unidades de discurso em 4 enunciados teóricos, sendo um deles a categoria analítica teórica que orienta o presente estudo: gênero, com 10 unidades discursivas e conteúdo ligado a corpo sexuado e subjetividade. As 45 unidades foram organizadas em dois eixos: Feminicídio em sentido amplo, tomado na perspectiva legal e Feminicídio em sentido empírico, atrelado ao plano dos acontecimentos, aos fatos da vida. Deu-se a divisão por questões metodológicas, vez que o conteúdo das falas ora se dirigiam a categorias ligadas ao plano jurídico, ora ao plano operacional. Porém, o plano jurídico obteve mais recorrências de unidades discursivas (36) do que a do plano fático (9).

O Mandato da Masculinidade aparece em primeiro lugar com 15 unidades discursivas que disseram respeito à ideia de controle e submissão da mulher ao poder de comando do homem, mas em uma das falas se capturou a expressão “colonização” atribuindo a sujeição da mulher ao homem desde a época da colonização, desde que por aqui chegaram os europeus.

Em seguida, com 10 unidades discursivas aparece Precariedade qualificada por forças sociais, familiares, psicológicas, que contextualizam o feminicídio e por fim, identifica-se Ambiente Organizacional com 10 unidades de discurso que se adequam à problematização proposta pelo estudo de que o feminicídio possui significantes abertos que precisam ser delineados para proporcionar estabilidade conceitual jurídica.

Tabela 60 – Codificação de categorias dos discursos nos debates do grupo focal. Parte II.

Interações organizacionais	Unidades de discurso	Categorias teóricas
Interferências nas investigações Decisões superiores diversas do entendimento da equipe da Delegacia do Feminicídio e da Perícia que interferiram na dinâmica investigatória e vulnerabilizaram o trabalho policial, assim como interferências externas (imprensa, advogados)	Veio uma ordem superior Fique com esse flagrante É ordem superior Levando pressão: “pegue!” A independência funcional fica um pouco abalada, a autonomia também “Não, olhe, faça até aqui” Fulano, na minha convicção [...] não queria ter matado essa mulher [...] Corre, se ajeita ligeiro [...] que já ligou fulano, cicrano, beltrano. As forças superiores: “Não, volta, fica aí!” A gente não vai querer um problema além dos nossos poderes. Eu não vou nem dizer o que eu tô pensando que é pra não chocar todo mundo, eu vou deixar todo mundo aí a critério. Isso aí acaba interferindo um pouco no nosso trabalho, porque quase que tão exigindo a qualificadora do feminicídio. Tem que ter blindagem [...] tem que ter essa	Ambiente organizacional

blindagem e a gente sente essa interferência
 Acaba que os inquérito vão de acordo com o povo quer.
 Interferência externa.
 Forças exteriores.
 A gente recebeu uma pressão.
 Aí vem gente da própria polícia abrir a boca. pra dizer que é erro na execução.
 Aí a gente dá aquele banho de água fria e a gente: ‘- meu Deus do Céu’!
 [...] esse tipo de interferência, [...] é uma interferência [...] muito delicada [...] porque é você que [...] dá cara à tapa, digamos, você assumiu uma coisa que vai o seu nome [...] e você ter resistência [...] pra ir contra isso [...] é como se você tivesse até cometendo um erro[...].
 Eu não vi os padrões de um feminicídio.
 Você deve chegar tecnicamente no local, com uma folha em branco.
 Eu fui pra uma cena de tentativa de feminicídio, mas quando eu cheguei lá... tecnicamente eu não achei um elemento sequer que me levasse a fazer uma constatação de uma tentativa de feminicídio.
 Ele tem que ter o ‘feeling’.
 Eu fui na minha convicção.
 “Malícia, não siga, se você seguir, você vai passar vergonha com o Promotor. Quando o Promotor for ler esse inquérito e o Juiz, ele vai ver que você não tem nenhum conhecimento básico de Direito [...]”.
 pelas pancadas que eu já tinha levado em outros casos, “não, não pode ser isso, não é isso”, e eu besta lá, “ah, tá bom, desculpa, senhor”, e aí eu disse: “- não, eu vou pela minha convicção, eu vou tranquila, eu vou pela minha convicção”.
 Elas foram necessárias pra quando chegar um caso bomba desse, eu ter forças pra não seguir teoria de ninguém, fui na minha teoria, fiz meu relatório, tranquilamente.
 Quem mais detém conhecimento desse caso é quem trabalha com ele, somos nós, quem mais vai ter conhecimento da perícia de local, é a [...] que fez a perícia dela, pronto. Então hoje eu tenho essa convicção. Então dificilmente hoje alguém vai conseguir interferir em um inquérito da Feminicídio como aconteceu no passado. Então a tendência é que os inquéritos melhorem, a tendência é essa.
 A imprensa especulou muito
 Veio a pressão: veio a imprensa nacional, Fantástico, Jornal
 Tinha advogado pressionando de um lado, [...] advogado pressionando do outro.

Total parte II	31	1
-----------------------	-----------	----------

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 4 profissionais da Polícia Civil piauiense através da realização de grupo focal.

A Parte II foi denominada por Interações Organizacionais e emergiu em decorrência de debate entre policiais proporcionado pela técnica do grupo focal, porque individualmente,

por ocasião das entrevistas, não foi possível vislumbrar cenários organizacionais interacionais. As unidades discursivas prevalentes disseram respeito a interferências nas investigações policiais oriundas da própria organização policial civil.

Há relatos de entendimentos diversos entre investigadores da delegacia do feminicídio e membros da cúpula da Polícia Civil, em que se teve de engendrar mecanismos para superação de entraves para não se vê comprometido trabalho técnico de investigação. Aliada às interferências internas, há relatos de notícias formando senso comum acerca de categorias jurídicas, prejudicial ao entendimento técnico, como ocorrido em 2019 em que se debatia possibilidade de aplicação da figura do “erro sobre elemento do tipo”, mesmo após o autor ter sido autuado em flagrante delito por 1 Feminicídio consumado e 1 Feminicídio tentado em concurso material.

Tabela 61 – Codificação de categorias dos discursos nos debates do grupo focal. Parte III.

Local de crime de feminicídio	Unidades de discurso	Categorias teóricas
A) Sentido amplo Plano das ideias e da lei.	Modus operandi	Ambiente organizacional
	Não posso levar subjetividade pro laudo	
	Mesmo tipo de instrumento	
	Arma branca	
	Arma acessível	
	5	1
	Particularidades	Gestos simbólicos
	Sufrimento das vítimas	
	Peculiaridades	
	Local em que eles preferem dar estocada na	
	Mulher	
	Tronco	
	Peito	
	Pescoço	
	Cabeça	
	Rosto	
	Rosto mais na posição lateralizada	
	Sinal em “V”	
	Muita raiva	
	Como se ele fosse retalhar	
	Ele faz estocada	
	Ele puxa	
	Ele sobe	
	Ele tá descarregando a força dele sobre aquele movimento	
	Tem um processo ali	
	Isso traz [...] traz esse sentimento, [...] vou usar essa palavra: um descarrego tipo assim da...da ira uma tortura psicológica e [...] um tratamento [...] pra mulher assim de uma forma muito cruel	
	O que chama mais atenção o corpo da vítima e toda a trajetória dela durante aquela cena. Você consegue ver no feminicídio uma dinâmica muito mais sofrida	
	Mais lenta, é isso?	
	Lenta. Muito mais. Muito, muito, muito mais.	

	Morte conversada Torturando psicologicamente Relação sexual antes	
	26	1
	Luta corporal. Pelo fato [...] dele conviver com a vítima e também ter mais tempo. A mulher é colocada numa posição Você percebe que ela estava vulnerável Você percebe que a primeira estocada foi em pé [...] e foi nas costas. As demais estocadas no corpo você percebe que ela estava deitada. Isso é um sinal de imobilizar, de enfraquecer ela pra depois terminar a estocada. Percebi que a primeira estocada que foi dada na vítima em pé foi nas costas, após a vítima tá deitada, pela compatibilidade das manchas de sangue na parede. Antes tem os hematomas e colorações diferentes e com os hematomas de coloração diferente você vê que foram violências que já vinham sido cometidas ao longo do tempo. Você percebe que aquela mulher já vinha sendo [...] agredida; você consegue ver que às vezes um hematoma de um [...] soco, mordidas, ou seja, como se a mulher já tivesse [...] ali é simplesmente [...] o estopim, a realização final. Ela já vem numa cadeia [...] de sofrimento muito grande, uma espécie [...] de tortura. Sim, um ambiente fechado. Dentro de casa.	Precariedade
	13	1
Total A	44	3
B) Plano empírico Baseado em casos concretos narrados por componentes do grupo.	Manchas de sangue. Espargimento. Morte de mulher não é uma morte simples não, é um outro mundo. Isso aqui não é mais um homicídio não. Isso aqui é uma morte específica, que tem que ter um estudo específico, tem que ter um tratamento específico, porque é diferente. Ninguém morre assim como essas mulheres tão morrendo É uma história fantástica a que ele conta Depois que teve relação é que aconteceu, [...] Essa é a versão dele. Parece que ele fala que ... que jogou ela no... não sei se foi no bagageiro do carro, alguma coisa assim. Eu tinha em mente o seguinte: ainda que ele tenha lavado, deve ter acúmulo de sangue em algum lugar, algum lugar daquele banco ia ter. Aí eu fui nos lugares assim mais estratégicos: eu tirei a esponja do meio do carro, porque ele ia escorrer do banco, e quando eu virei o banco, tinha escorrimento em grande quantidade embaixo do banco, lá no ferrinho depois que destrava. Hoje eu posso dizer que é da (Vítima), porque fiz o teste de DNA e deu que era da (Vítima). A gente não pode deixar de lado a questão da	Ambiente organizacional

	<p>violência psicológica.</p> <p>Ele já era claro que ele era um cara violento.</p> <p>A gente não tinha luminol, o pessoal que tinha uma emprestou pro estado mas tava meio antigo, vencido e não funcionou. Então eu fui na luz forense!</p> <p>Aí eu pedi pros meninos arrancarem o banco.</p> <p>Tava muito limpo o carro, tava muito, muito, muito limpo. Aí eu falei: não, vocês podem arrancar o banco. “- Eita Rosi!” Eu digo: meu filho, arranque esse banco.</p> <p>E eu disse: vocês parecem que tão é com pena do carro do assassino, gente, que é isso? Aí eles tiraram lá os bancos, aí viraram os bancos</p> <p>Eu não pude falar isso no laudo porque não é técnico e eu não tinha como fundamentar, mas no meu convencimento subjetivo, era a mão dela tentando mudar de posição ou se levantar, mas não conseguiu, caiu, e foi o momento que ele resolveu finalizar.</p>	
	17	1
	<p>Crueldade</p> <p>Ela tava olhando pra ele quando ele passou por cima dela?</p> <p>Ela tava olhando pra ele quando ele passou por cima dela?</p> <p>Ele viu que ela tava viva. Ele viu.</p> <p>Detectou que ela tava viva.</p> <p>Ainda que ela tivesse com os olhos fechados, ele, ele, ele sabia da possibilidade.</p> <p>Tinha uma lesão, um “V” [...] expostos [...] porque depois dele dar a lesão, com certeza no momento da pressão do carro, [...]. fez com que [...] alguns órgãos dela [...] saíssem um pouco. Ou seja, um sofrimento muito grande.</p> <p>Esse suplício, essa saga do sofrimento antes da morte. Isso é muito cruel, assim. É uma coisa terrível em local de crime o que costumamos ver em cena de feminicídio.</p> <p>Ele tinha arrancado um pedaço do seio dela.</p> <p>É muita crueldade.</p>	Gestos simbólicos
	10	1
Total B	27	2
Total parte III	71	3

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 4 profissionais da Polícia Civil piauiense através da realização de grupo focal.

A Parte III decorreu das inúmeras narrativas de elementos relacionados a locais de crime, sendo possível agrupar em sentido amplo e em sentido empírico. Tanto em sentido amplo quanto em sentido empírico, Gestos Simbólicos obtiveram maior quantidade de unidades discursivas com 26 no amplo e 10 no empírico, totalizando 36 unidades das 71 da Parte III, correspondendo a 50,70% das unidades. Os Gestos Simbólicos se referiram a dinâmicas, sinais, signos, regiões afetadas no corpo da mulher, instrumentos utilizado, meio utilizado, local do fato, sofrimento da vítima, crueldades, dentre outros registros.

Em segundo lugar figura Ambiente Organizacional com 22 unidades ou 30,98% que dizem respeito à operacionalidade da investigação: busca da materialidade e autoria do delito, ou seja, o lado objetivo representado pelo instrumento, protocolos, fluxos, interações, saberes policiais, jurídicos, dentre outros. Ao final, foi possível agrupar 13 unidades ou 18,31% no enunciado Precariedade, versando sobre condições de vulnerabilidade da mulher no momento do assassinato, dentre as quais: ser surpreendida em casa, contar com força física inferior à do agressor para vencer golpes, vestígios de violências físicas anteriores, dentre outras.

Tabela 62 – Codificação de categorias dos discursos nos debates do grupo focal. Parte IV.

Proposições organizacionais	Unidades de discurso	Categorias teóricas
Superação de problemas	<p>Vestígios indiretos. Perícia indireta. Fazer análise [...] de foto. A dispersão às vezes ela não consegue essa, essa unidade. Uma criminalística dinâmica como é chamada [...] de interação, de ter informação, é criado um universo pra ser compartilhado. Olhar técnico conseguir, no momento do local, ter mais um pouco de expertise da investigação. Porque às vezes, o colega vai muito avoado. Eu acho que essa é a saída,[...] a gente juntar esses dados [...]e aperfeiçoar essa investigação. É aquela Criminalística Estática que é mais aquele, digamos, em termos populares, cada um no seu quadrado fazendo sua função,[...] ninguém fala com ninguém; não se mete no meu quadrado. Criminalística Dinâmica? É aquela criminalística que vai fazer conexão entre os pontos de atuação de um mesmo processo, de um mesmo procedimento,[...]não tem em nenhum momento [...]essa comunicação; às vezes pode ter entre o agente e o perito no local, só que a visão do perito, por muitas vezes,[...]é mais imediatista, que consegue é... ter uma dinâmica parcial na hora. A Criminalística Dinâmica é ter essa, essa interação Protocolo de Atendimento. Essa interação tem que existir um protocolo Fluxo de [...]informação Protocolo de como é que essa informação, essa informação vai fluir. Tem que sentar. Vamos sentar, os peritos, vamos sentar os investigadores, e assim: gente como é que a gente vai fazer pra esse negócio fluir. Tem que ter um trabalho, de fonte de informação, como é que vai funcionar e como é que funciona: é protocolo, gente, é objetivo. A nossa única saída é essa comunicação, entre os colegas Vamos fazer essa troca de informação. Mais com os peritos, porque eles têm um conhecimento muito específico. Se a (Quixaba) não tivesse orientado como é que faz a apreensão, “- Ó dessa roupa, faça assim, assim, assim”, olha, que eu ia continuar errando. Esse fluxo de informação que surgiu da investigação</p>	Ambiente Organizacional

com a perícia e foi a título de dar rumo a um processo. Um Protocolo, tem que ser assim uma coisa que funcione no piloto automático. [...] todo mundo já sabe o que vai fazer, como é que, como é que a informação que a (Quixaba) pegou vai ser, vai chegar pra investigação; como é que a informação que chegou na investigação a (Quixaba) vai ter conhecimento. E fluir.

Total parte IV	21	1
-----------------------	-----------	----------

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 4 profissionais da Polícia Civil piauiense através da realização de grupo focal.

Os membros do grupo focal, ao tempo em que apontaram dificuldades presentes na atividade investigatória do feminicídio, dialogaram sobre proposições para vencer desafios, daí a reunião de 21 unidades discursivas no enunciado Superação de Problemas constante da Parte IV – Proposições Organizacionais. As propostas se deram na perspectiva da comunicação, fluxo de informações, protocolos integrados, dinâmicos, que promovam interação organizacional como forma de padronizar ações e otimizar interpretações para tomada de decisões.

Merece destaque proposição de Criminalística Dinâmica consistente, segundo Quixaba, em “[...] conexão entre os pontos de atuação de um mesmo processo, de um mesmo procedimento [...]”, ou seja, interação entre o que se está produzindo pela Perícia Técnica com aquilo que se pretende ou já se está investigando na Polícia Judiciária: o necessário diálogo entre ciência (perícia técnica), acontecimento (categorias teóricas) e jurídico (categorias jurídicas) buscando delinear contornos para cenários de feminicídio.

A Parte 5 – Contornos para menosprezo e discriminação tratou diretamente do problema da Tese e revelou haver dificuldade das organizações para estabilizar contornos para o feminicídio.

Tabela 63 – Codificação de categorias dos discursos nos debates do grupo focal. Parte V

Contornos para menosprezo e discriminação	Unidades de discurso	Categorias teóricas
A) Sentido amplo Plano das ideias e da lei.	<p>A gente tem que achar a atividade do agressor que vá se moldar ao menosprezo, né, ou à discriminação.</p> <p>Eu acho que a gente vai ter que trazer mesmo a atividade, o ato né, que demonstrou que ali ele tá menosprezando ou que ali ele estava discriminando.</p> <p>A gente teria que determinar mesmo algumas [...] ações [...] pra ficar uma coisa mais objetiva e menos subjetiva.</p> <p>No meu caso eu não, eu não entro muito nesse, nessa esfera, né? Mas eu imagino que realmente seja bem difícil fazer essa [...] tipificação.</p> <p>não posso utilizar desses termos, entende, eu não posso falar[...] o fulano dos anzóis ... agiu com menosprezo.</p> <p>Quando eu faço interrogatório do suspeito. Aí a gente vê</p>	Ambiente organizacional

	assim todo o machismo dele.		
	4	1	
	Pegar uma vida e um corpo e [...] não ter valor nenhum? Não tem valor, porque ele faz e acontece, [...]e faz isso, e faz aquilo, eu vejo menosprezo. A vida da mulher não valeu nada, o corpo da mulher [...] Ele não teve assim... o menor cuidado com aquele corpo. Aquela corpo não valia nada.	Precariedade	
	2	1	
	Mas quando tu fala assim, quando, quando conta detalhe, essa dinâmica, cheia de crueldade, que eu enxergo. Eu não enxergo a atividade da crueldade, eu enxergo o menosprezo. Eu vi assim um menosprezo quando tu falou sobre a crueldade.	Gestos simbólicos	
	2	1	
	Aquela mulher pra ele, não valia nada, nada. Então a vida dela, se ele matasse, não tinha importância nenhuma, ele só queria se livrar dela, porque a honra dele tava sendo atingida. A vida dela não valia muita. coisa pra sociedade. Ela era garota de programa	Precariedade	
	2	1	
B) Plano empírico Baseado em caso concreto narrado por um dos componentes do grupo focal.	Ele citou que ela começou a ter amiga “cendeia”, “cendeia”. “É uma mulher sem homem, uma mulher sem homem, que não tem homem, largada”. Ciúme, né, posse Nos casos clássicos, normalmente é o cara em casa com a mulher, uma facada e aí é, é subestimada Como é que pode? Usaram de droga, prostituta, transou com ele, não transa comigo, eu ia dar era uma televisão pra ela e ela não aceitou, não aceitou. E ele disse no discurso dele, tem lá: “ – Ah, é cachorra, num sei que, quando eu sair eu vou matar ela”,	Mandato da masculinidade	
	3	1	
	O menosprezo tá aí. O discurso do agressor é o que [...] clareia minha mente Ele ensinou até uns termos pra gente	Ambiente organizacional	
	2	1	
Total Parte V	15	4	

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 4 profissionais da Polícia Civil piauiense através da realização de grupo focal.

A incerteza do conceito do feminicídio também veio estampada pelas falas que retrataram interferências superiores nas investigações de alguns casos, fazendo com que a equipe cumprisse ordens superiores em desalinho com entendimentos próprios, vulnerabilizando trabalho policial e desmotivando equipe da Delegacia do Feminicídio. Termos como: “[...] isso aí acaba interferindo um pouco no nosso trabalho, porque quase que tão exigindo a qualificadora do feminicídio [...]” ou “É ordem superior. Levando pressão: “pegue!”; “Eu não vou nem dizer o que eu tô pensando que é pra não chocar todo mundo, eu vou deixar todo mundo aí a critério”, ou então:

[...] esse tipo de interferência, [...] é uma interferência [...] muito delicada [...] porque é você que [...] dá cara à tapa, digamos, você assumiu uma coisa que vai o seu nome [...] e você ter resistência [...] pra ir contra isso [...] é como se você tivesse até cometendo um erro[...] (Quixaba) .

Algumas falas demonstram vulnerabilidades a que estão expostos profissionais no desempenho das atividades investigatórias dos feminicídios e isso se dá em decorrência da imprecisão da qualificadora, denominada por alguns do grupo ora como “subjetividade”, “aberto”, ora como “brecha”: “[...] essa subjetividade [...] que a lei deixa em aberto, ela complica o nosso trabalho [...]” (Palma) e:

É uma brecha que [...] talvez eles possam se utilizar, [...] mas que eu entendo que pelo[...] nosso percurso da mulher,[...] desde a época da nossa colonização, desde tempos atrás, enfim, que a gente tá subjugada dentro de casa, dentro das nossas próprias casas [...] (Flor de Jitirana).

A colonização foi mencionada explicitamente uma única vez no decorrer da aplicação do método como fator que pudesse auxiliar na construção de contornos à qualificadora do feminicídio, tendo sido entendida como marco histórico-cultural de enclausuramento e subjugação de mulheres em ambientes domésticos por ocasião do processo de conquista e colonização do Brasil, não havendo menção, na fala, à escravização de pessoas.

No decorrer dos debates também restou configurado que o assassinato de mulheres na perspectiva do feminicídio se difere dos assassinatos em geral, em que foi possível apontar 38 (trinta e oito) unidades de discurso representativas de Gestos simbólicos. São ações praticadas pelo autor que excedem mera intenção de matar e por isso mesmo se caracterizam como “intencionalidades adicionais”, com mensagens próprias, linguagem carregada de simbologia, força, sofrimento e “descarrego”, como se vê em uma das falas e em tantas que se passa a descrever: “[...] outro sinal de ira também é o sinal em ‘V’ que [...] subjetivamente demonstra muita raiva, muita ira [...]” e também: “[...] o que chama mais atenção no corpo da vítima é toda a trajetória dela durante aquela cena. Você consegue ver no feminicídio uma dinâmica muito mais sofrida [...]” (Quixaba). Foi possível também pelas falas de Quixaba representar a Precariedade que a mulher se encontrava no momento do assassinato:

[...] percebi que a primeira estocada que foi dada na vítima em pé foi nas costas, após a vítima tá deitada, pela compatibilidade das manchas de sangue na parede, é... no momento [...] do salpico, do espargimento, são em braços que é compatível com braço, ela já tava em outra posição, deitada. [...] Então, isso traz [...] esse sentimento [...] digamos, vou usar essa palavra: um descarrego tipo assim [...] da ira daquele [...] algoz naquele momento [...] (Quixaba).

No campo organizacional, o debate suscitou temática inovadora para a pesquisadora porque até então não contemplava nos estudos interferências nas investigações policiais. As falas dos policiais, na totalidade, deram notícia de ingerências superiores feitas pela imposição do poder hierárquico em decorrência da falta de independência funcional do delegado de polícia. Restou evidente, pelas falas, que as determinações repercutiram diretamente nas decisões adotadas pela Delegacia de Feminicídio nos casos narrados e vivenciados pelos componentes do grupo na medida de cada uma das competências funcionais²⁷⁶.

Trecho de fala de QUIXABA relatando sua chegada em determinado local de morte de mulher em prostíbulo da capital deixa entrever, pela única vez no debate e também por ocasião das entrevistas, a categoria “classe” social como elemento a ser considerado na rubrica do feminicídio:

[...] eu falei pros meninos quando a gente tava voltando, eu falei: “Se essa menina tivesse... se ela fosse da... de... um... um pouco mais de instrução, se ela não tivesse num prostíbulo, isso aqui tinha virado um prato cheio pra mídia”; porque ela tava de calcinha, despida, ela tinha, tinha muito sangue, tinha sangue no local... parecia assim uma cena assim de filme.

A classe foi tomada por Quixaba como elemento a ser considerado por ocasião dos noticiários sobre feminicídio, fala que se adequa à ideia de enquadramento de pessoas pela interação de forças sociais que incluem raça, classe social ocupação, religião, dentre outras categorias.

O Saber Policial, presente em quase todas as falas, explicita como se dá o fluxo de informações, interações organizacionais, problemas enfrentados no decorrer das investigações, carências, cultura organizacional, forma de agir, decidir, protocolos de atuação, descrição de acontecimentos, percepções singulares, vocabulário próprio, relações institucionais, estratégias utilizadas, dentre muitas unidades de discursos que possibilitam organização em conjunto próprio e potencialmente passível de ser revelado pelo diálogo entre esses profissionais, contribuição que o grupo focal deu à pesquisa na seara da ambiência organizacional, notadamente nas Interações Organizacionais.

²⁷⁶“No caso brasileiro, a Polícia Civil orienta-se a partir de diferentes premissas decisórias. A programação condicional, estabelecida pela constituição e legislação, conforma o primeiro referencial para análise organizacional. A diferenciação funcional entre direito e política revela-se tensa na medida em que os vínculos históricos com o Executivo são mantidos e as interferências em casos específicos podem levar a atuações que se afastam da codificação jurídica” (MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, P.84).

Na Parte IV – Proposições Organizacionais, os componentes reconheceram existirem falhas interativas especialmente entre perícia e investigadores e formularam duas importantes propostas para vencer essas dificuldades: a primeira disse respeito à implementação de modelo nominado por “Criminalística Dinâmica” que privilegia diálogos entre as duas polícias com protocolos comuns que promovam fluxo de informações compartilhadas: “[...] uma criminalística dinâmica como é chamada [...] de interação, de ter informação, é criado um universo pra ser compartilhado[...]” (Quixaba).

Após constatação de que havia falhas na comunicação entre perícia e investigadores, surge segunda proposta para elaborar protocolo de atuação integrada com vistas a possibilitar fluxo de informações compartilhadas estabelecendo passo a passo como se operacionaliza dinâmicas interacionais entre polícia judiciária e polícia técnico científica nos casos de assassinatos de mulheres:

[...] tem que ter um Protocolo de como é que essa informação, essa informação vai fluir. Tem que sentar. Vamos sentar, os peritos, vamos sentar os investigadores e [...] gente, como é que a gente vai fazer pra esse negócio fluir? (Malícia).

Ao final, foi retomado questionamento sobre duas categorias presentes na qualificadora Feminicídio - Menosprezo e Discriminação – por eles reconhecidas como “abertas”, “subjetivas”. Todos ratificaram ser de difícil assimilação por ocasião da investigação policial, alinhando-as especialmente ao Saber Policial, representada por 42,86% seguida da Precariedade e Mandato da masculinidade, ambas com 23,81%. Infere-se que Menosprezo e Discriminação situam-se no campo do “saber dos tiras” ou “faro investigatório” desatrelado da ciência e, portanto, pautado em práticas ou experiências havidas em investigações conduzidas ao longo da carreira policial, podendo haver regularidade de pensamento, porém desapartado de critérios objetivos que ofereçam mínimo de estabilidade e segurança conceitual ao feminicídio.

Os resultados de análises do campo empírico representados pela aplicação de questionários mistos e realização de entrevistas semiestruturadas junto a onze sujeitos e do grupo focal com quatro policiais civis demonstram que o Feminicídio é compreendido pela Polícia mais facilmente quando há vínculos interpessoais entre autor e vítima e os policiais partem desse pressuposto ao chegarem em locais de crime com vítimas mulheres. Para os policiais, nesses casos, basta pautar investigações em violências anteriores compreendidas na Lei nº. 11.340/06 – Lei Maria da Penha que estará ele solucionado. A questão de fundo que

norteia o dispositivo legal do feminicídio cujo núcleo se concentra na “condição de ser mulher”, caracterizada tanto pela violência doméstica e familiar quanto pelo menosprezo e discriminação contra a mulher, demonstrou ser de difícil compreensão por policiais, peritos, advogado, promotor e juiz:

[...] eu retiro de cada caso em particular, eu não parto de... de um... de um pensamento único, a cada caso concreto é... você vai manejando esse seu pensamento [...] (Xique-Xique).

[...] eu acho que [...] isso tem medo, há uma cota de medo, não sei em que grau, há um desprezo pela vida humana, seja ela de mulher, seja ela de homem, tá aí os dois casos [...] (Sabíá).

[...] é quando o agressor, ele realmente entende que aquela mulher, aquele comportamento daquela mulher, já não é mais aceitável pra ele, ele não tolera mais o comportamento daquela mulher e realmente aquela vida já não tem mais valor, aquela existência já não tem mais valor pra ele [...] (Malícia).

Porém, um dos sujeitos entendeu ser simples a compreensão do feminicídio com base no menosprezo e discriminação:

[...] eu parto para aquilo que eu entendo que seja mais simples de ser entendido, por exemplo, no parágrafo 2º, é... se fala do menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Eu sempre balizo meu discurso, sustento meu discurso em cima desse menosprezo e discriminação à condição da mulher porque é mais fácil de ser explicado e mais fácil de ser entendido [...] (Xique-Xique).

Ao justificar a simplicidade, aduz que se utiliza de saberes colacionados na prática de seus mais de vinte anos de atuação:

[...] a gente tem que [...] buscar esses [...] atalhos e eles só vêm com experiência da prática do dia-a-dia dos julgamentos; é que a gente busca qual o caminho mais fácil para alguém entender o teu discurso.

A quase totalidade das falas são reveladoras de saberes particulares manejados conforme cada caso em particular, com exceção do discurso de Malícia alinhado à ideia de “direito de personalidade” que se amolda à categoria teórica do enquadramento de pessoas proposta pelo estudo relacionando o fato de que determinadas pessoas são destituídas de identidade própria para se emoldurarem a conceitos prévios de manifestação de poder e controle tornando-as, por isso, precárias.

Há, portanto, nas falas dos sujeitos que participaram da pesquisa qualitativa sinais reveladores de que a compreensão do feminicídio, por ocasião do trabalho jurídico penal de investigação, processamento e julgamento, carece de contornos objetivos, de categorias

teóricas que possam dar suporte a discursos baseados em contextos e situações determinadas que lastreiem decisões organizacionais. Tal carência vem ocasionando cenários de insegurança como demonstrado por ocasião do debate com membros da Polícia Civil no grupo focal.

A tabela a seguir traz mapa geral de categorias, enunciados e unidades de registros construídas como resultado da aplicação do grupo focal com policiais civis. Foi possível catalogar 173 unidades de discurso e organizá-las em 4 enunciados e 2 categorias. Por ser grupo homogêneo, composto por policiais civis, a categoria Ambiente Organizacional liderou *ranking* de recorrências, com 90 unidades discursivas, seguida de Gestos simbólicos (38), Precariedade (27) e Mandato da masculinidade (18).

Tabela 64 - Mapa geral de categorias, enunciados e unidades de registros

Categoria	Gênero			Ambiente Organizacional
	Mandato da masculinidade	Precariedade	Gestos simbólicos	Ambiente organizacional
Quantidade recorrências	3	5	3	8
Total recorrências	11			8
Unidades de discurso	18	27	38	90
%	21,69	32,53	45,78	100,00
Total categorias	83			90
%	47,98			52,02
Total geral	173			

Fonte: elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no período de 28.01.20 a 12.02.20 com 4 profissionais da Polícia Civil piauiense através da realização de grupo focal.

Ainda no campo empírico, o estudo buscou compreender, pela análise dos documentos oficiais relacionados aos 109 casos de feminicídios ocorridos no período demarcado, enunciados e categorias que auxiliassem na compreensão da qualificadora. Identificou-se unidades discursivas empregadas pelos sujeitos que atuaram nesses casos e outros protagonistas, como autores e testemunhas. As unidades receberam a denominação “Discursos Oficiais” por terem sido produzidas por órgãos oficiais – Polícia e Justiça, não sendo falas espontâneas, originais, como as outrora resultantes de entrevistas e debates em grupo focal.

4.2.3. Discursos oficiais

As decisões das organizações piauienses incumbidas da investigação, processamento e julgamento do feminicídio foram problematizadas pela análise de discursos oficiais constantes

de inquéritos policiais e processos criminais a ele relacionados que integram 109 casos objeto da pesquisa.

Na seara policial investigou-se inquéritos policiais e sistemas operacionais a eles pertinentes para coleta de discursos em face de decisões adotadas em registros de ocorrências, autos de prisão em flagrante delito, relatórios policiais, laudos, recognições visuográficas, termos de declarações e depoimentos testemunhais.

Assim como no campo policial, o acusatório será limitado à matéria a ser investigada na pesquisa, ou seja, aos casos de feminicídio, de modo que se restringirão aos processos de Feminicídio no Piauí no período considerado pela pesquisa. O estudo tomará por base discursos constantes de processos judiciais de feminicídio especialmente peças afetas ao Ministério Público: Denúncias, Alegações Finais, Recursos e demais Cotas Ministeriais.

Tem-se por objetivo investigar rotina cognitiva comunicacional entre Polícia Civil e Ministério Público com base na análise do conteúdo dos inquéritos policiais de feminicídio para verificar em que medida inferências constantes dos inquéritos policiais foram ou não consideradas por ocasião do oferecimento da Denúncia.

Do mesmo modo que na acusação, o campo da defesa será limitado à matéria a ser investigada na pesquisa, ou seja, aos casos de feminicídio, de modo que se restringirão aos processos de Feminicídio no Piauí no período considerado pela pesquisa. O estudo tomará por base discursos constantes de processos judiciais de feminicídio especificamente peças produzidas pela Defesa: Defesa Preliminar, Alegações Finais, Recursos e demais manifestações. Pretende-se verificar em que medida transcrições dos discursos da Defesa, constantes dos processos de feminicídio, tomaram ou não por base a perspectiva de gênero. Objetiva-se analisar o conteúdo de documentos produzidos pela Defensoria Pública do Piauí e/ou Advocacia Privada nos casos de feminicídio na perspectiva de gênero: Defesa Preliminar, Alegações Finais, Recursos e demais manifestações a cargo da defesa, restritas aos casos selecionados dos inquéritos policiais analisados.

Tem-se por objetivo investigar rotina cognitiva comunicacional entre Polícia Civil e Defensoria Pública e/ou Advocacia privada com base na análise do conteúdo dos inquéritos policiais de feminicídio sob a ótica da aplicação ou não das categorias suscitadas pela Polícia Civil, ou seja, buscar conhecer em que medida inferências constantes dos inquéritos policiais

foram ou não suscitadas por ocasião das teses de defesa, Alegações Finais, Recursos e demais manifestações.

O campo judicial também será limitado à matéria a ser investigada na pesquisa, ou seja, aos casos de feminicídio, de modo que se restringirão aos processos de Feminicídio no Piauí no período considerado pela pesquisa. O estudo tomará por base discursos constantes de processos judiciais de feminicídio especialmente as peças: Pronúncias, Impronúncias, Desclassificações, Absoluções, Condenações, Decisões relacionadas à decretação de prisões ou outras medidas cautelares.

Pretende-se verificar em que medida transcrições dos discursos dos sujeitos ouvidos nos processos de feminicídio tomaram por base a perspectiva de gênero. Objetiva-se analisar o conteúdo de documentos produzidos pelo Poder Judiciário do Piauí nos casos de feminicídio na perspectiva de gênero: decretação de medidas cautelares, Decisões proferidas na 1ª fase do Júri: Pronúncia, Impronúncia, Desclassificação e Absolução sumária, além do *decisum* final e Decisões em sede recursal nos 1º e 2º graus de jurisdição, todas restritas aos casos selecionados a partir dos inquéritos policiais analisados.

Tem-se por objetivo investigar rotina cognitiva comunicacional entre polícia e Poder Judiciário, com análise dos documentos constantes dos inquéritos policiais de feminicídio sob a ótica da aplicação ou não das categorias suscitadas pela Polícia Civil, ou seja, buscar conhecer em que medida inferências constantes dos inquéritos policiais foram ou não suscitadas por ocasião das decisões judiciais: Pronúncias, Impronúncias, Absoluções Sumárias, Condenações, Decisões relacionadas à decretação de prisões ou outras medidas cautelares e demais decisões.

Decidir corresponde a eleger métodos investigatórios e de processamento para identificação do feminicídio no trabalho jurídico penal. Ou seja, constitui decisão política, na medida em que dependerá sobre quem a Polícia, Ministério Público, Defesa e Judiciário irão colocar o “ponto” ou o “pingo” na letra “i” para desenvolverem a investigação policial e as atividades de processamento e julgamento dos casos de feminicídio. Colocar o “ponto” na

letra “i” representa, no vernáculo popular, “resolver a situação, revelar os fatos”²⁷⁷ e na literatura científica significa diferenciar a categoria e dar significado a ela²⁷⁸.

No contexto da pesquisa, são dois os aspectos que se deve levar em conta ao se colocar o “ponto” na letra “i”. O primeiro diz respeito ao cuidado para não se reproduzir estereótipos de gênero por ocasião da investigação e processamento do feminicídio. Conhecer a biografia da vítima e seus comportamentos, como é o caso de eventual requisição pericial de Exame de Necropsia Psicológica, é necessário, porém corre-se risco de se reproduzir estereótipos que venham a validar “opiniões” pautadas no “senso comum” e, ao final, justificar conduta do autor em virtude de eventual conduta da vítima. O segundo aspecto se refere ao risco de se identificar o feminicídio colocando o “ponto” em bases universalizantes que o transforme em símbolo e artifício, dissociado do contexto social de onde emergiu o fenômeno, ou seja, desativando saberes localizados. A desativação dos saberes locais poderá vulnerabilizar evidências e provas produzidas por ocasião da investigação e na fase processual. Esse fato impossibilitará debates contextualizados à realidade local e ao caso em concreto, colocando o corpo de jurados leigo em campo meramente teórico jurídico afastando-o e até dificultando a compreensão da dinâmica dos fatos a serem por eles julgados.

O “ponto” na letra “i” corresponde ao *point de capiton* desenvolvido por Lacan em que se engendra artifício para dar significados sociais a algo, a alguma coisa, a fim de provocar bloqueios ou blindagens para formulações de outras possibilidades àquele elemento. Colocar o ponto na letra “i” significa delinear a coisa e, ao mesmo tempo, dissolvê-la, porque ao tempo em que se constitui determinada identidade de forma arbitrária e simbólica, na tentativa de dominar e unificar enunciados, forças sociais interagem sobre ela irradiando feixes que atravessam a moldura e esvaziam-na do significado assinalado de forma arbitrária.

Dar-se conta da parcial vacuidade da linguagem jurídica dada ao feminicídio constitui ponto de partida deste trabalho e, por isso mesmo, não se pretende dar identidade a ele, mas delinear contornos que auxiliem intérpretes a decidirem em espaço cognitivo aberto, local aonde sujeitos estejam livres para colocar o ponto na letra “i”, porém cientes de que se trata

²⁷⁷ **Pôr os pontos nos ii.** Explicar-se de maneira clara minuciosa, sem omissões ou disfarces: “- Pois bem, disse ele animando de súbito. Vamos pôr os pontos nos is. Quanto é que vai ficar recebendo”? (HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 1123).

²⁷⁸ Corresponde ao “[...] *point de capiton*, donde aparece un signo arbitrário no solo como esencial para su significado sino que organiza activamente la cosa bajo el signo mismo.[...] El *point de capiton* o “contenedor” sujeta y “materializa” este conjunto ingobernable de significados sociales y ‘bloquea una mayor investigación del significado social’” (BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. Contingencia, hegemonia, universalidad. Diálogos contemporâneos en la izquierda. 2ª ed. Argentina: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A, 2004, p.32).

de signo em constante transformação pelas forças sociais, ou seja, signo que não se deixa rotular por promessas de universalidade.

A universalidade representa perda da particularidade, da diferença e da identidade e dessa forma, se caracteriza pela vacuidade, porque não se autodetermina, em virtude de sua incompletude. Ao se examinar o feminicídio tomando-se em consideração categorias universais dissociadas de particularidades – saberes locais – se está operacionalizando ato simbólico ou “gesto tautológico”²⁷⁹, pois colocar o “pingo” na letra “i” com base em categorias que representem formulações genéricas significa repetir uma mesma ideia, ser redundante, agindo assim, de forma arbitrária.

O termo “gesto tautológico”, designa quando um gesto pelo qual um objeto é formado, definido e subsequentemente animado como uma causa, será sempre obscuro, consistindo em ferramenta que pode ser transposta de qualquer contexto a qualquer objeto, operando como fetiche teórico que repudia as condições de sua própria emergência, ou seja, repudia o campo social do qual se originou e sobre o qual realizou operação performativa simbólica para representar o objeto.

O estudo pretende verificar em que medida o campo das investigações policiais e do processamento e julgamento dos feminicídios define-os tomando por base conteúdos universalizantes desapegados do contexto empírico e, assim, operacionalizam linguagens simbólicas redundantes que se assemelham a “gestos tautológicos”, e com isso instalam espécie de universalidade hegemônica para o feminicídio.

Inicia-se o percurso pela fase investigatória a cargo da Polícia Civil, vez que o Piauí não desenvolveu protocolos de preservação de local de crime na perspectiva de gênero, a cargo da Polícia Militar.

Dos 109 (cento e nove) casos catalogados pela pesquisadora, foram selecionados 26, sendo 6 deles ocorridos na capital e 20 no interior do estado. A seleção tomou por base narrativas presentes nos inquéritos que remetessem à perspectiva da “condição do sexo feminino” tanto nos casos em que havia relações interpessoais quanto naqueles em que inexistiam. O objetivo foi demonstrar que em ambos os casos a “condição do sexo feminino” está grafada e pode ser revelada em cada um deles em particular a partir de “gestos

²⁷⁹ BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. Contingencia, hegemonia, universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda. 2ª ed. Argentina: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A, 2004, p.33.

simbólicos” e remetem à perspectiva de gênero quando contextualizados à dinâmica dos fatos, à personalidade da vítima e do autor.

O percurso envolveu consultas a três sistemas operacionais da Polícia Civil – Sistema de Boletim de Ocorrência (SISBO), Sistema de Procedimentos Policiais (SISPROCEP) e Sistema de Monitoramento de Crimes Violentos Letais Intencionais (SIMCVLI) e um sistema judicial – Themis web. Houve dificuldade para desenvolvimento dos dados porque nem os sistemas da polícia dialogam entre si nem tampouco com o judicial, ou seja, os dados são fragmentados e comprometem interações organizacionais em virtude da compartimentação das informações. Os sistemas da polícia civil servem exclusivamente para notações atuariais dos casos, inexistindo procedimentos eletrônicos. O sistema da justiça, ao contrário, é eletrônico, mas carece de parte relacionada à investigação policial, cujas peças são inseridas por *scanner*. Vê-se necessária construção de sistema comum ao trabalho jurídico penal do feminicídio que contemple também eletronicamente a fase investigatória.

Figura 24 – Painel da tela eletrônica SISBO

Fonte: POLÍCIA CIVIL DO PIAUÍ. Disponível em: < <http://sistemas.pc.pi.gov.br/sisbo>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

O acesso ao SISBO é restrito a policiais civis sendo vinculado a e-mails institucionais e cada consulta é monitorada por setor responsável da Secretaria de Segurança Pública. Como Delegada de Polícia Civil a pesquisadora possui chave de acesso, mas solicitou autorização prévia ao Secretário de Segurança para acessar sistemas da Polícia Civil. O SISBO foi

utilizado de forma residual para localizar dados não obtidos pelo sistema *Themis Web* da Justiça local e assim localizar nos boletins de ocorrência registrados para a infração Femicídio, eventuais autores, vítimas ou circunstâncias do crime que auxiliassem na busca no sistema da justiça. Note-se que o sistema *Themis Web* no código Informações traz peças do inquérito policial escaneadas e, dentre elas, se vê o boletim de ocorrência que deu origem à investigação policial.

Figura 25 – Painel da tela eletrônica SIMCVLI

The screenshot displays the SIMCVLI web application interface. The browser address bar shows the URL: sistemas.pc.pi.gov.br/simcvli/cad_fat_con.php. The interface includes a navigation bar with tabs: Cadastro, Relatório, Manutenção, Principal, and Sair. The main section is titled 'CADASTRO DE FATO' and contains a form for recording a crime. The form fields include: Natureza (dropdown), Femicídio (dropdown), Autor (dropdown), Vítima (dropdown), Instrumento (dropdown), Latitude (text input), Longitude (text input), Data do Fato (text input), Hora do Fato (text input), Motivação (dropdown), Tipo de Veículo (dropdown), Unidade Policial (dropdown), Número do BO (text input), Data do BO (text input), Inquérito Policial (text input), Data do Inquérito Policial (text input), Id do Fato (text input), and Enviado ao SINESP (dropdown). A 'Pesquisar' button is located on the right side of the form. Below the form, there is a pagination bar showing 'Página: 1 de 259' and '2.584 registros'. Below the pagination bar, a table displays details for a specific record. The table has columns for 'Operação', 'Descrição', 'Inserido em', and 'Alterado em'. The 'Descrição' column contains the following information: Número: 1385, Dia da Semana: Quinta-Feira, Latitude: -5.055816, Longitude: -42.831479, Horário: 22:00, Unidade Policial: DELEGACIA DE HOMICÍDIOS, Número do Inquérito: 924/2017, Data do Inquérito: 30/01/2017, and Vítima(s). The 'Inserido em' column shows the date and time '30/01/2017 11:06', and the 'Alterado em' column shows '06/02/2017 11:40'.

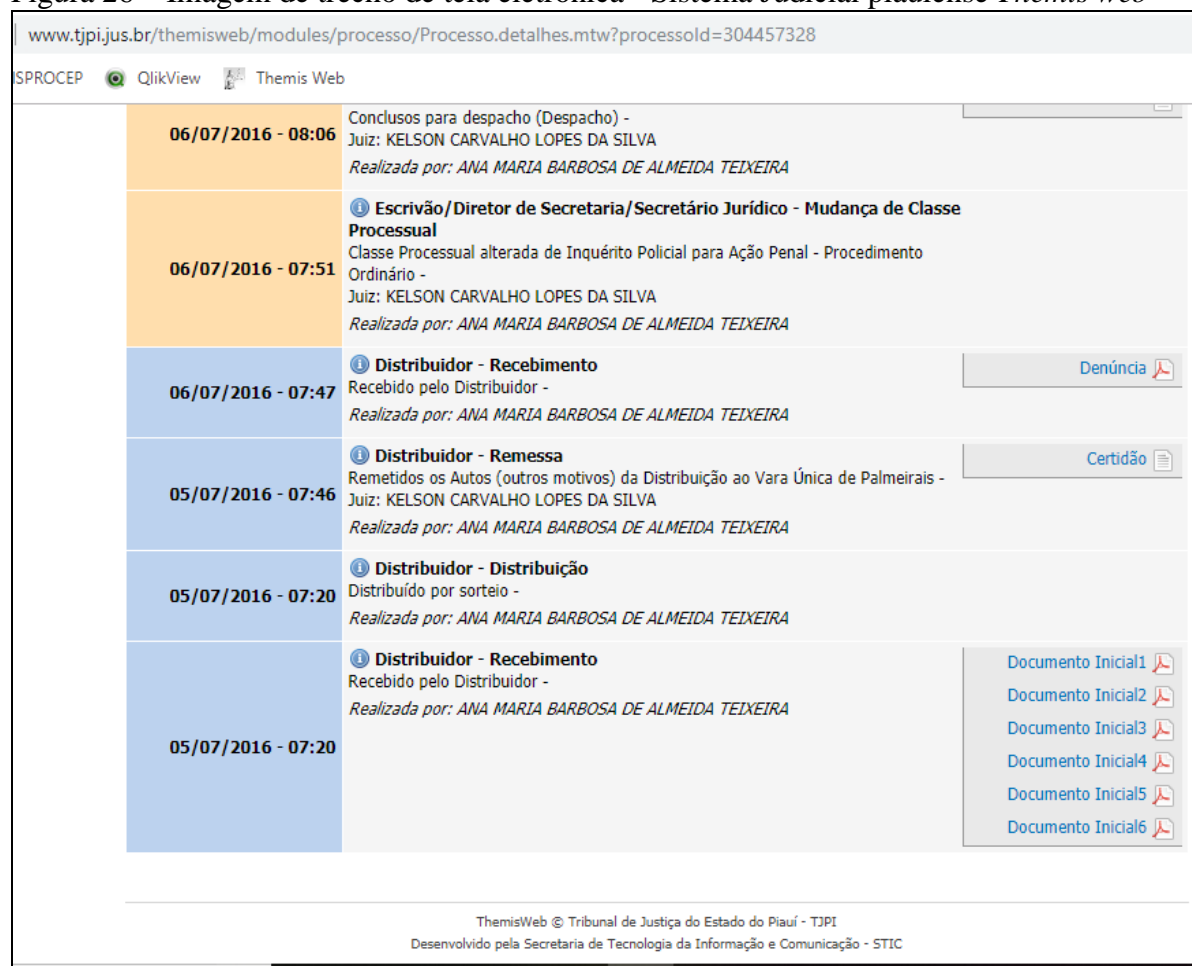
Fonte: POLÍCIA CIVIL DO PIAUÍ. Disponível em: < <http://sistemas.pc.pi.gov.br/simcvli>.>. Acesso em: 4 mar. 2019.

O sistema operacional SIMCVLI é específico para cadastramento de mortes letais intencionais no estado, logo, todas as mulheres assassinadas figuram nesse sistema. Foi utilizado pela pesquisadora com maior regularidade que os demais porque traz informações depuradas sobre dados biográficos do autor e vítima, além de contextualizações mínimas do fato típico, como instrumento do crime, local do fato, hora do fato, se havia vínculo entre autor e vítima. Trata-se de sistema desenvolvido pelo Núcleo de Estatística Criminal da Secretaria de Segurança Pública para monitorar um a um dos assassinatos de pessoas no estado, fornecendo perfis mínimos.

O sistema judicial Themis web por sua vez, embora eletrônico, possui dicotomias internas que dificultam a compreensão do desenvolvimento processual. Explica-se: a

modelagem eleita para disposição das peças procedimentais tomou por base aspecto temporal, ou seja, momento de juntada dos documentos no sistema. Sob o prisma jurídico entende-se pela necessidade de tal medida, porém sob o ponto de vista científico, poderia o sistema aglutinar em módulos específicos peças investigatórias, acusatórias, de defesa e decisórias, para se visualizar cada etapa decisória. O fluxo das peças poderia ser visualizado de forma automática através de *timeline* eletrônica. Ou seja, seriam duas as possibilidades: aferição do prazo procedimental através da *timeline* e consulta às peças procedimentais das organizações incumbidas do trabalho jurídico penal do feminicídio – Polícia, Ministério Público, Defesa e Magistratura.

Figura 26 – Imagem de trecho de tela eletrônica - Sistema Judicial piauiense *Themis web*



Fonte: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ. Disponível em: <http://www.tjpi.jus.br/themisweb/modules/processo>. Acesso em: 4 mar. 2019.

Além da sistemática adotada, percebe-se não uniformidade das categorias eleitas pelo usuário do sistema Themis web ao juntar documentos. Para peças investigatórias adotou-se terminologia “Documento” daí, à medida que se vai anexando peças do inquérito policial se vai numerando em sentido crescente: Documento 1, Documento 2 etc. Recomenda-se

categorizar peças procedimentais do inquérito: oitivas, interrogatórios, laudos, autos de prisão em flagrante delito, representações, relatórios, peças de informação. No mesmo sentido, na fase processual, a Denúncia ora é anexada com o verbete “Petição”, ora como “Denúncia”. Quantos às decisões judiciais em regra vêm grafadas com os termos “Despacho”, “Decisão” e “Sentença”, de modo que o sistema, embora diferencie por cores o trabalho realizado, não mantém uniformidade e nem técnica na eleição das categorias que definem o ato procedimental. Essas circunstâncias, além de dificultarem visualização do trabalho eletronicamente, desconsideram terminologias jurídicas adotadas pelo Código de Processo Penal.

A ausência de modelagem informacional que se adeque à modelagem processual penal dificulta realização de pesquisas tanto por quem busca informações para juntar a demandas a seu cargo para defesa ou formulação de acusação quanto por estudiosos ligados às Academias.

Uma vez organizados e tabelados 109 casos, foram recortados para análise 26 deles ou 23,85% da totalidade, sendo 6 ou 23,07% dos 26 feminicídios ocorridos na capital e 20 ou 24,09% dos 83 registrados no interior. Os critérios orientadores para seleção dos casos tomaram em consideração: 1. busca por equiparação entre capital e interior; 2. gerações das mulheres assassinadas; 3. instrumentos utilizados; 4. locais em que se deram os assassinatos, contextos; 5. casos narrados pelos sujeitos da pesquisa por ocasião de suas entrevistas e dos debates do grupo focal e 6. casos em que se constatou divergências de pensamentos entre polícia e Ministério Público sobre tipificação do feminicídio com vistas a representar síntese do feminicídio no Piauí. Os critérios tomaram como base arcabouço empírico e teórico elaborado pela pesquisa porém, sem prejuízo de outros que possam ser investigados. O recorte, portanto, não pretende exaurir o conteúdo da matéria, apenas revelar aspectos do feminicídio a partir de circuito previamente eleito pela pesquisadora. O *layout* dos casos selecionados e respectivas categorias pode ser representado pela tabela abaixo.

Tabela 64 – Mapa dos casos a serem analisados através de documentos oficiais da Polícia e Justiça piauienses.

Nº	Nome	Idade	Cor da pele	Est Civil	Data Fato	Instrumento	Local	Ocupação	Vínc.
1	Azedinha	15	Parda	S	09/04/15	Arma fogo	Res	Estudante	F
2	Carnaúba	21	Parda	N/I	22/05/15	Branca e martelo	Res	Estudante	F
3	Bromélia	17	Branca	S	27/5/15	Pedra	Púb.	Estudante	S/ V
4	Barriguda	3	Preta	S	08/6/15	Indeterminado	Res	Criança	F
5	Mandacaru	58	Parda	S	13/06/15	Contundente	Púb.	Trab. rural	F
6	Palmatória	56	Parda	CAS	25/08/15	Branca	Res	Costureira	F
7	Ipê roxo	20	Parda	S	04/10/15	Branca	Res	Trab. rural	F
8	Faveleira	38	Parda	UE	08/11/15	Branca	Res	N/c	F
9	Coroa-de-frade	44	Parda	S	04/01/16	Outros	Res	Diarista	F
10	Velame	37	Parda	S	29/02/16	Arma fogo	Res	Aposentada	F
11	Melosa	23	Parda	UE	13/03/16	Branca	Res	Desempreg.	F
12	Malva branca	47	N/I	N/I	20/03/16	Branca	Res	Autônoma	INT
13	Mucunã	42	Parda	UE	23/03/16	Outros	Res	Doméstica	F
14	Urtiga-cipó	15	Parda	S	08/07/16	Branca	Res	Do lar	F
15	Mimosa pudica	44	Parda	S	29/01/17	Contundente	Res	Do lar	F
16	Umarí-bravo	25	Branca	S	03/05/17	Arma fogo	Púb	N/c	F
17	Jurema branca	25	Parda	S	19/06/17	Arma fogo	Carro	Estudante	F
18	Amburana	58	Branca	S	25/06/17	Branca	Res	Psicóloga	F
19	Gravatá	22	Parda	S	24/10/17	Arma fogo	Carro	Estudante	F
20	Flor-de-cera	54	Preta	S	06/11/17	Pedra	Res	Do lar	INT
21	Unha-de-gato	40	Parda	C	27/11/17	Branca	Res	Queb. coco	F
22	Quipá	12	Preta	S	24/12/17	Branca	Púb	Estudante	F
23	Catingueira	32	Branca	S	15/05/18	Branca	Púb	Cabelereira	F
24	Quebra-faca	21	Parda	UE	18/06/18	Branca	Açou	Trab. rural	F
25	Trapiá	23	Parda	CA	31/07/18	Branca	Res	Do lar	F
26	Mureré	31	Parda	S	28/09/18	Contundente estrang.	Freez.	Do lar	S/V

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados oriundos dos Sistemas operacionais da Polícia Civil e da Justiça do Piauí.

Os documentos relacionados aos vinte e seis casos selecionados serão analisados tomando em consideração cada uma das organizações que atuam no processo de investigação, processo e julgamento do feminicídio como forma de verificar linguagens, signos, práticas, enunciados próprios de cada uma delas e ao final, promover interações entre organizações: Polícia Civil, Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário²⁸⁰.

Pode-se distinguir programas condicionais (definidos por tratados, legislações e atos normativos), de programas finalísticos (prioridades organizacionais estabelecidas, planos estratégicos, etc.), de modo que é na rotina das decisões administrativas que novos paradigmas de atuação policial têm início. Em se tratando de organizações policiais, a hierarquia alia-se ao cenário das decisões como sendo relevante fator para alcance e força de

²⁸⁰ MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014, p.36-42

uma decisão, porque quanto mais alto o posto, maior o da decisão. Porém, não basta regulamentar e determinar protocolos de atuação para que uma decisão torne-se eficaz no plano material. É necessário conjugar saberes teóricos e saberes práticos – *expertises* – adquiridos por ocasião de treinamentos e durante atuação na realidade empírica.

O paradigma de gênero, até então invisível à luz dos saberes práticos, ingressa na Polícia Civil do Piauí através de decisão que parte do mais alto posto hierárquico: Secretária de Segurança Pública pela criação do Núcleo Policial Investigativo do Feminicídio incumbido da investigação de mortes violentas de mulheres na perspectiva de gênero e Núcleo de Estudo e Pesquisa em Violência de Gênero, ambos diretamente subordinados ao gabinete do Secretário.

A especialidade demandou, de imediato, alteração em dois sistemas operacionais da Polícia Civil: registro de ocorrências – SISBO e registro de procedimentos policiais – SISPROCEP – para incluir de forma destacada do Homicídio, o verbete “Feminicídio”. Porém, não bastou flexibilizar programa condicional, no caso criação dos Núcleos e o advento da Lei nº. 13.104/15. Havia outro programa que deveria ser considerado: o finalístico. Este seria o mais desafiador deles, porque exigiria mudanças na cultura organizacional, ou seja, demandaria flexibilização na tradicional programação operacional da Polícia.

Pode-se afirmar que o gatilho que disparou a perspectiva de gênero na Polícia Civil do Piauí, sob o ponto de vista finalístico, foi o caso de Castelo do Piauí. O fato ocorreu logo após vigência da Lei do Feminicídio e, ainda, tratava-se de caso que desafiava a Polícia pelo fato da inexistência de relações interpessoais entre vítimas e agressores. De início, a Polícia entendeu tratar-se de Homicídio qualificado por motivo fútil, dando relevo à violência sexual em detrimento da ofensa à vida, ignorando por completo a perspectiva de gênero. Era preciso então destacar profissionais mais familiarizadas com o tema a fim de avaliar o contexto nessa nova programação: a delegada do Feminicídio e uma delegada com atuação na Delegacia da Mulher foram designadas por decisão do Secretário de Segurança para, junto com o delegado de Castelo, comporem Comissão para investigação qualificada na perspectiva de gênero.

Dessa forma, a conclusão foi pelo indiciamento no Feminicídio tentado e consumado, cumulado com estupro e associação para o crime. O indiciamento no feminicídio se dera principalmente em razão da fala de um dos autores de que “[...] não tinham nenhum homem com elas [...]” (*sic*), tomando por base os termos do art.2º alínea 2, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - "Convenção de

Belém do Pará" (1994). Inicia-se novo ciclo nas investigações policiais do Piauí em casos de assassinatos de mulheres que refletiria na tradicional linguagem policial: a perspectiva de gênero.

A Polícia Civil, em regra, pauta investigações de assassinatos tomando por base inferências generalizantes, com códigos orientados à dogmática penal, é dizer: embora contextualizada a morte, é ela direcionada a signos previstos na legislação penal, destituídos de significados e, portanto, carentes de categorias empíricas que preencham vazios de forma contextualizada. Aliado a esse cenário, a Polícia age de forma discricionária na investigação policial e esses espaços de discricionariedade flexibilizam inserção de novos conteúdos às investigações policiais, como é o caso da perspectiva de gênero e possibilitam vencer esquemas invisíveis (patriarcado, controle, custódia) imersos nos espaços sociais e políticos. Referidos espaços não estão ainda assimilados pela polícia, seja porque não integram protocolos operacionais, seja pela dificuldade de apreensão do conteúdo para posterior aplicabilidade na rotina policial através da padronização das comunicações.

A comunicação policial²⁸¹ e respectivas decisões se dão em ambiência própria através de boletins de ocorrência, laudos de exames periciais, recognições visuográficas, autos de prisão em flagrante, indiciamentos formais, representações por medidas cautelares, oitivas e relatórios. Após reunião e organização dos documentos, leitura e catalogação de enunciados, foram construídas unidades de análise tomando-se por base categorias teóricas que orientam a pesquisa e promovem diálogos com enunciados anteriormente propostos em decorrência das entrevistas e grupo focal.

Foram consultadas peças de inquéritos policiais para verificar regularidades, congruências, incongruências, rotinas, racionalidades, estratégias desenvolvidas pela Polícia Civil na condução das investigações dos casos de feminicídio a partir de inferências extraídas dos sistemas eletrônicos da polícia e da justiça, assim como do acervo da Divisão de Estudos

²⁸¹“A comunicação opera a partir de códigos passíveis de “[...] reagir a um ambiente altamente complexo, sem ter de se adaptar a ele”. Os códigos caracterizam-se pela possibilidade de aquisição de biestabilidade, ou seja, pela capacidade de “[...] tomar dois estados [...]” e de se conectarem com ambos os lados de uma distinção. Os códigos, portanto, longe de constituírem um conteúdo comum, são aqui relacionados à possibilidade de “[...] alterar o sentido de ambos os lados da relação codificada [...]” (LUHMANN, 2016, p. 235). Ainda, na análise sistêmica, os programas são definidos como suplementos que viabilizam a operabilidade dos códigos. As decisões da PC-PI podem ser observadas a partir dos programas que orientam seus processos decisórios (legislação, diretrizes internas, prioridades das unidades)” (VILLA; MACHADO. O Mapa do Feminicídio na polícia civil do Piauí: uma análise Organizacional-sistêmica. R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 16, n. 22, p.86-107, jan./jun. 2018, p.95).

e Pesquisas em Violência de Gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí, consultas previamente autorizadas pelas respectivas autoridades superiores.

Na análise, as vítimas serão nominadas por flores da caatinga do sertão piauiense a fim de se preservar suas identidades. Serão analisados seis casos da capital e posteriormente vinte do interior para se verificar eventuais regularidades entre eles ou não.

4.2.3.1. CASOS DA CAPITAL

Os critérios adotados para seleção de seis casos ocorridos na capital foram: antagonismo entre tipificação do fato pela polícia e após pelo Ministério Público por ocasião do oferecimento da Denúncia (Palmatória); dinâmica de um assassinato na presença de filhos (Mimosa Pudica); caso mencionado por um dos sujeitos por ocasião de entrevista (Jurema-Branca); caso em que houve “cegueira” recíproca em questões de gênero (Amburana); caso debatido por ocasião do grupo focal (Gravatá) e o último caso amplamente debatido também no grupo focal, sendo considerado por um dos sujeitos “chave” que abriu sua mente para compreensão de mortes de mulheres (Catingueira).

Pra mode se vê defunto
Num é preciso adoecê
Quarquê intriga é bastante
Pra se mata ou morrê²⁸².

O verso que abre narrativas de casos de feminicídios no Piauí foi tomado de obra contendo histórias do cangaço na perspectiva da personagem Maria Bonita. Há nela passagens de violência atribuída a grupo de Lampião em face de mulheres, que vão de estupros coletivos a feminicídios.

Os 26 casos selecionados foram organizados em tabelas a partir de dois enunciados: Dados da vítima e Documento consultado. O primeiro apresenta dados biográficos e criminais e o segundo organiza trechos de discursos coletados em peças procedimentais relacionados ao caso em análise. O primeiro deles se deu na residência da vítima, na presença dos filhos, prevalecendo-se de relações de confiança e impondo à vítima sofrimento desnecessário para atingimento do resultado morte. A eleição do caso se deu sobretudo em razão da simbologia dos golpes, atingimento do pescoço da vítima, alinhada ao discurso do autor: “[...] até aquele momento não havia feito mal para uma galinha”.

²⁸² NEGREIROS, Adriana. Sexo, violência e mulheres no cangaço. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p.10.

Tabela 65 – Caso nº 1 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Palmatória		Inquérito policial
Idade 56		Laudo Cadavérico:
Estado civil Casada		“[...] foram produzidas por meio cruel, uma vez que há reações vitais em todos os ferimentos, demonstrando que a vítima demorou a morrer (todas as lesões foram provocadas ainda em vida), e também pelo meio escolhido, com traumatismos repetidos, que provocam muita dor, caracterizando sofrimento físico e mental desnecessário para se matar alguém” (p.77).
Cor da pele Parda		Interrogatório:
Ocupação Costureira		“[...] viu a ex-mulher correndo do quarto dela para a rua [...] nesse momento correu atrás [...] foi dando uma facãozada nela e ela meteu a mão no meio [...] acredita que deu dois golpes, no pescoço [...] parou somente quando ela caiu [...] até aquele momento não havia feito mal para uma galinha” (p.63).
Data do fato 25.08.15		Instalado Incidente de Insanidade Mental requerido pelo Ministério Público e pela Defesa do Acusado ²⁸³ .
Horário do fato	23h38min	
Dia da semana	terça-feira	
Local do fato	Residência da vítima	
Instrumento	Arma branca facão	
Região	Capital - Teresina	

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

O registro inicial da ocorrência dá notícia de que o fato não foi somente presenciado pelos filhos da vítima como também eles tentaram impedir o assassinato da mãe, vindo a ser bloqueados pelo autor, no caso pai deles, circunstância que agrava pena porque produz danos psíquicos à família. O laudo cadavérico é explícito em afirmar que o meio utilizado foi cruel, causando sofrimento físico e mental para além do necessário e que a morte foi lenta, corroborando fala de Quixaba sobre análise de manchas de sangue em locais de crime de feminicídio e padrões de golpes na face, pescoço, seios, dentre outros. Nesse caso em particular, a fala do autor em sede de interrogatório policial, ao utilizar o termo “galinha” e uma vez associado ao modo como matou a mulher – dois golpes de facão na região do pescoço – assemelha-se ao abate de uma galinha com a utilização da força física. Percebe-se

²⁸³ Autos principais aguardando em secretaria até decisão acerca de incidente de insanidade mental – despacho datado de 28/01/2020 – réu solto.

que o autor mesmo munido de arma de fogo, optou por utilizar arma branca, meio que impõe mais sofrimento à vítima. O menosprezo resta caracterizado pelo meio empregado, pela associação que o autor fez ao gesto de “matar uma galinha”, ambos caracterizadores dos Gestos simbólicos, assim como o estado de precariedade da vítima que não conseguiu fugir do controle do agressor mesmo se trancando em um dos cômodos da casa.

O segundo caso foi selecionado devido posicionamento divergente entre representantes do Ministério Público piauiense sobre tipificação a ser atribuída ao fato. A investigação policial concluiu pela incidência de feminicídio mas, ao final, o caso foi denunciado como lesão corporal seguida de morte.

Tabela 66 – Caso nº 2 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Mimosa pudica		Inquérito policial
Idade	44 anos	Boletim de Ocorrência: “[...] o companheiro teria agredido a vítima por ter se recusado a fazer relações sexuais, conforme relato de um dos filhos a vítima desmaiou após o companheiro agredir com um tapa no rosto que projetou o corpo da vítima contra a pia da cozinha vindo a ficar inconsciente”.
Estado civil	Solteira	
Cor da pele	Parda	
Ocupação	do lar	
Data do fato	29.01.17	Relatório: “A materialidade foi constituída mediante as declarações dispostas nas oitivas colhidas, das quais se extraiu narrativas fundamentais para nortear as investigações, o laudo cadavérico que identificou a morte por traumatismo crânio encefálico, o levantamento preliminar em local de morte violenta, encaminhado pela Delegacia de Homicídio, as declarações dispostas no interrogatório policial [...]” (p. 57).
Horário do fato	23h30min	
Dia da semana	domingo	
Local do fato	Residência da vítima	
Instrumento	contundente	“[...] restou o entendimento pela prática da figura típica do FEMINICÍDIO (Art. 121, §2º, VI, §2º-A, I, §7º, III do CP), uma vez que durante a avaliação detalhada do <i>iter criminis</i> foi evidenciada a predominância de relações de gênero no que tange a vítima em comento, além disso, deve ser frisado o recaimento da majorante do §7º, III do CP, uma vez que o fato foi presenciado pelo descendente da vítima” (p. 57).
Região	Capital Teresina	
		Interrogatório: “[...] QUE o interrogado nega a autoria do fato, afirmando que MIMOSA PUDICA deve ter tido algum mal súbito. Testemunha: “[...] Que durante o mês de relacionamento, (Autor) chegou a agredir a mãe do informante algumas vezes, a chamando de “vagabunda, rapariga e vagabunda” e em outras ocasiões chegou, inclusive a agredi-la fisicamente; QUE as brigas eram motivadas por ciúmes e quando a mãe do informante se recusava a “deitar” com (Autor); [...] QUE chegou a ver sua mãe com o rosto cheio de hematomas “roxos” e disse para o informante que tinha sido agredida por “AUTOR”; QUE em outra situação ela disse ao informante que “AUTOR” teria lhe dado um tapa no rosto que a fez cair quase desmaiada; [...] QUE viu sua mãe sendo esganada por “AUTOR”, que estava por cima da

mesma e sob a cama do casal; QUE a vítima conseguiu levantar, ocasião em que AUTOR deu tapa no rosto dela, tendo esta, na sequência fática, corrido para o banheiro do lado de fora do quarto, ainda dentro da casa; QUE o agressor a seguiu e chegando dentro do banheiro, AUTOR deu outro golpe na mãe do informante [...] tendo, o referido tapa a projetado em direção a pia da cozinha, local em que esta bateu com muita força na pia da cozinha, sendo que o agressor ainda segurou a cabeça desta e arremessou novamente contra um aparador ao lado da pia; QUE o informante e seu irmão FULANO viram a mãe cair desacordada, espumando pela boca e saindo sangue pelo nariz com um corte sob o nariz; QUE tanto AUTOR quanto quando MIMOSA PUDICA estavam sem roupas; QUE MIMOSA PUDICA não falava nada enquanto era agredida e só gemia um pouco de dor; QUE depois do último golpe FULANO ainda passou a chutar AUTOR enquanto esse se vestia, pois ele estava se vestindo e procurando sua bolsa para fugir do local. [...] QUE na casa, além da vítima e do agressor, estavam o informante, seu irmão FULANO e sua irmã FULANA, a qual tem problemas mentais e não se comunica [...]” (p.17).

Denúncia:

“Depreende-se dos autos que o acusado possuía a intenção de lesionar a vítima sem, no entanto, leva-la a óbito. A conduta inicial (agredir a vítima) foi dolosa. Todavia, o resultado mais grave foi, conforme consta dos autos, culposo. Caracteriza-se, nesse caso, o crime preterdoloso ou preterintencional, ou seja, aquela que se verifica quando a conduta dolosa acarreta a produção de um resultado mais grave do que o desejado pelo agente. O propósito do increpado era praticar um crime doloso, mas, por culpa, sobreveio resultado mais gravoso. [...] incorreu no crime previsto no art.129, §3º (Lesão seguida de morte) do Código Penal, combinado com o artigo 7º, I da Lei nº 11.340/2006”.

Decisão interlocutória:

“Examinando a peça acusatória, em sede de cognição sumária, percebo que a mesma preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Além disso, veio instruída com indícios de autoria e materialidade em desfavor do réu, portanto, RECEBO-A”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

O caso revela cenários de violência narrados pelos entrevistados da polícia civil e por ocasião dos diálogos travados no grupo focal: relatos de violências anteriores, notícia de coação da vítima para que faça relação sexual com autor, notações de repúdio de um dos filhos em relação a eventuais comportamentos atribuídos à mãe em razão de achados no quarto de DVDs com músicas e filmes contendo cenas eróticas. Todas essas inferências constituem dinâmicas que dialogam com categorias teóricas do Mandato da masculinidade – controle sobre o corpo da mulher e posterior imposição de força pela recusa no atendimento de suas determinações. Os denominados gestos simbólicos podem ser representados pelo excesso de golpes narrados pelo filho da vítima com o uso da força física: esganadura ainda

na cama, “tapa” com projeção do corpo em direção à pia da cozinha e, na sequência, contenção do corpo da vítima pela cabeça, arremessando-a novamente contra a pia.

No entanto, o relatório policial caracteriza materialidade e tipicidade do Feminicídio em termos genéricos, descontextualizados à dinâmica dos fatos deixando de explorar unidades de discurso explicitamente colocadas no Laudo de Exame em Local de Morte Violenta, Boletim de Ocorrência e Depoimento de um dos filhos da vítima que assistiu a tudo, embora afirme que “[...] durante a avaliação detalhada do *iter criminis* foi evidenciada a predominância de relações de gênero no que tange a vítima [...]”²⁸⁴, deixa de motivar que relações de gênero foram essas que tangenciaram a vítima.

Esse caso não foi denunciado como Feminicídio, tendo um dos membros do Ministério Público entendido pelo Feminicídio e outro pela Lesão Corporal Seguida de Morte, em discordância com a Juíza da Vara da Violência Doméstica. O fato gerou conflito de competência que mais adiante será analisado por ocasião do campo acusatório.

No aspecto interacional, o Ministério Público leva em conta argumentos trazidos pelo inquérito policial, especialmente narrativas e laudo cadavérico, porém atribui tipificação diversa da que fora aduzida pela Polícia. Houve, porém, *interna corporis*, entendimento diverso entre Promotorias de Justiça em que outro membro declina da competência por entender tratar-se de crime doloso contra a vida requerendo envio dos autos para distribuição, acatando entendimento da polícia sobre a tipificação do fato. Prevaleceu no entanto, em discordância com o que fora proposto pela polícia, competência ordinária e entendimento de Lesão corporal seguida de morte, tendo sido a Denúncia recebida nos termos em que foi proposta, estando o processo em fase instrutória.

O terceiro caso ganhou repercussão na comunidade local pela expressividade da conduta do autor em assassinar namorada e atentar contra a vida de duas amigas da vítima fatal no momento em que se dera o assassinato. Aliado ao cenário da violência, perfis da vítima – jovem, estudante de Direito, e autor – oficial das Forças Armadas, contribuíram para cenário de repercussão. No âmbito organizacional, a Reconhecimento Visuográfica contribuiu na descrição de relações de gênero ainda que dissociada de bases teóricas, conforme narrativa do falante. Esses fatores motivaram eleição do evento para análise.

²⁸⁴ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ. Sistema Themis Web. Disponível em: <<http://www.tjpi.jus.br/themisweb/modules/processo/Principal.mtw>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

Tabela 67 – Caso nº 3 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Jurema branca		Inquérito policial
Idade	25 anos	Termo de declarações de vítima sobrevivente:
Estado civil	Solteira	“[...] Que (AUTOR) ficou alterado e falou “Tu acha que eu sou criança?” Tu acha que não vi que tu dançou com todos os homens de lá?” Que JUREMA BRANCA não teve tempo de falar nada; Que (AUTOR) pegou um objeto que a declarante não identificou de imediato; Que ouviu um barulho e viu faíscas dentro do carro, mas a declarante só notou que eram tiros depois de alguns segundos [...]” (p.17).
Cor da pele	Parda	
Ocupação	Estudante	
Data do fato	19.06.17	Lauda Cadavérico:
Horário do fato	1h	“[...] orifícios de entrada [...] localizam-se NA REGIÃO ESCÁPULO-UMERAL ESQUERDA (com zona de chamuscamento – tiro à queima-roupa) [...]” (p. 33).
Dia da semana	segunda-feira	
Local do fato	Carro do autor	Reconhecimento visuográfica:
Instrumento	Arma de fogo	“[...] apesar da ausência de conhecimentos técnicos ou científicos, mas com base numa análise empírica de trabalhos anteriores e do contexto em que se deu o cometimento do crime, observou-se a conduta machista do autor ao supor que a vítima seria sua, a tratando como propriedade e desqualificando sua conduta para justificar a realização do crime” (p.79).
Região	Capital - Teresina	“[...] a única questão apontada pelas vítimas presentes no momento em que AUTOR desferiu os tiros contra JUREMA BRANCA que o mesmo afirmou que “não era criança” e que “viu que JUREMA BRANCA” dançou com todos os homens da festa”, além de afirmar para FULANO que “JUREMA BRANCA não prestava, pois estava beijando outro em sua frente” e que BELTRANO não era seu amigo”, por tais afirmações a aparente motivação do crime teria sido ciúmes, além do menoscabo à condição de mulher e o sentimento de posse, típica de sociedades eminentemente machistas” (p. 79).

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

O caso remete à categoria do Mandato da Masculinidade em que o homem reafirma seu *status* de masculinidade perante seus pares com exação de tributo representado pelo corpo de uma mulher. Na concepção do autor, Jurema Branca violou dever de obediência ao compartilhar seu corpo com outros homens (dançando com eles). A polícia tenta descrever na Reconhecimento Visuográfica como se dera essa dinâmica estruturada no Mandato da Masculinidade apoiando-se em termos como “ciúme”, “conduta machista”, “propriedade”, mas reconhece carências em bases científicas.

O quarto caso constituiu um dos mais importantes paradigmas para desenvolvimento das três categorias teóricas propostas pelo estudo: Mandato da masculinidade, Gestos simbólicos e Precariedade. Notadamente o uso de uma coleira canina pelo autor do crime

representou “Gesto simbólico” definindo com precisão a “condição de sexo feminino” da vítima por sua biografia: Psicóloga terapeuta do assassino.

Tabela 68 – Caso nº 4 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Amburana		Inquérito policial
Idade	58	Reconhecimento Visuográfica:
Estado civil		“[...] Vítima encontrada na cozinha de sua residência, com vestígios de enforcamento e lesão provocada por instrumento perfuro cortante no pescoço. Havia uma coleira canina e um fio de telefone, ambos em volta do pescoço [...]
Cor da pele	Branca	Solteira
Ocupação	Psicóloga	Lauda Cadavérico:
Data do fato	25.06.17	“[...] a lesão que levou à morte foi justamente aquela do pescoço por secção da artéria carótida e hemorragia com hipovolemia aguda. Tal lesão [...] fora produzida por instrumento corto contundente (aspecto irregular dos bordos de lesão) e NÃO por instrumento com lâmina afiada e reta (como os perfuro cortantes) [...]”.
Horário do fato	do 7h	
Dia da semana	sábado	
Local do fato	Residência da vítima	Interrogatório:
Instrumento	Corto contundente	“[...] se dirigiu até a vítima e deu um corte na veia do pescoço; [...] pegou uma coleira que estava no porta panela de ferro e, em seguida, vestiu a coleira na vítima [...] <u>sente um ódio muito grande</u> [...] <u>sentiu alívio quando matou a vítima</u> [...]”.
Região	Capital Teresina	Relatório:
		“Um detalhe da cena que chama a atenção, pois o agressor envolveu o pescoço da vítima com um fio e uma coleira e, em conversa informal com o perito criminal, foi levantada a tese de que o agressor, por piedade ou arrependimento, tentou estancar o sangue”. “[...] ao ser questionado sobre sua participação, confessou [...]: ‘vocês demoraram a chegar! Pensei que viriam antes! ’e, em seguida, espontaneamente começou a contar detalhes do crime, alegando ter assassinado a vítima para <u>aliviar seu sofrimento</u> , pois, para ele, <u>o ódio que sente diminuiu ao matar a vítima</u> [...]”.
		“[...] relatou que surpreendeu a vítima por trás e deu uma gravata em seu pescoço. A seguir, [...] jogou a vítima no chão, vindo ela a bater a cabeça e, em seguida, relatou que pegou um fio de telefone e tentou estrangulá-la. Ao ver que a vítima não desfalecia, [...] pegou uma faca [...] e cortou a artéria do pescoço da vítima e <u>ficou vendo-a sangrar</u> . Em seguida, ele <u>lavou as mãos</u> na pia da cozinha e saiu pela porta lateral da casa [...]”.
		Fase processual
		Lauda Junta Médica Pericial:
		“No decorrer de sua fala inclui elementos que só poderiam ser descritos por quem estava presente na cena do crime, consciente de toda a sequência e significado dos atos. Quando se sentiu seguro de seu discurso relatou toda a dinâmica do ato [...] com riqueza de detalhes, desprovido de emoções, seguido de tergiversação e auto defesa: ‘ eu não sei de nada, foi uma coisa que tomou conta de mim’. Mesmo assim, a surpresa demonstrada ao ser preso não foi ser descoberta a transgressão do seu ato e, sim, não ser executada por um delegado de projeção social e midiática, na cidade. [...] A

presença de um sentimento de raiva pré-existente é manifestada na declaração do autor quando declara: ‘Senti antes, uma coisa a me levar, uma sensação que não sei explicar. Não foi com intenção de fazer,... eu... fui! Fiz por ódio porque precisava fazer’. [...] à época dos fatos [...] o analisado não apresentava prejuízos no discernimento dos seus atos, considerando os conceitos de certo ou errado, sem demonstrar valores sobre o sentimento ético e altruísmo”.

Alegações Finais Ministério Público:

“A materialidade e a autoria [...] mostram-se [...] provada através das declarações de testemunhas e da confissão [...], auto [...] em flagrante e da RECOGNIÇÃO VISUOGRÁFICA DE LOCAL DE CRIME E MORTE VIOLENTA [...] e LAUDO DE EXAME PERICIAL CADAVERÍCO dos autos”.

“[...] praticou o núcleo do verbo do artigo 121, §2º incisos III e IV do Código Penal Brasileiro [...] foi ele quem desferiu as facadas; [...] jogou a vítima no chão, onde ela veio bater com a cabeça; [...] cortou-lhe o pescoço; [...] vestiu-lhe uma coleira de cachorro; [...] deu um golpe “mata-leão”, no pescoço deixando-a semiacordada; [...] pegou um fio de telefone e tentou enforca-la”.

Alegações Finais Defesa:

“[...] é acometido por problemas mentais [...] sofre com vozes e visões que o atormentam.

Qual, dentre vós é o homem que possuindo cem ovelhas e perdendo uma delas, não deixa no deserto as noventa e nove e vai em busca da que se perdeu até encontrá-la?”

Lucas 15.3- Novo Testamento

Ante o exposto, requer Vossa Excelência digne-se de:

- a) [...] imponha LIBERDADE ASSISTIDA [...].
- b) [...] estar em sua residência.
- c) [...] alvará de soltura”.

Sentença:

“[...] assumiu a autoria do ato [...]. A autoria e materialidade do ato [...] é cristalina e latente de acordo com os fatos apurados nestes autos. Logo, não restam dúvidas de que FULANO foi autor do ato [...] capitulado como Homicídio Qualificado, tipificado no art. 121, §2º. II e IV do CP [...]” o autor deve ficar afastado da sociedade para refletir sobre sua infração, servindo como uma “ducha de água fria” na continuação desses delitos[...] Aplico a medida socioeducativa de INTERNAÇÃO [...]”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

“SÓ AS CACHORRAS”: refere-se a mulher adulta, encontrada morta na cozinha de sua residência, situada em Teresina/PI, profissão psicóloga, solteira, mãe de menina de 11 anos, cujo cadáver apresentou lesão no pescoço, fiação de telefone enrolado no pescoço e coleira canina em seu corpo. A investigação tomou inicialmente como base capitulação legal de Roubo seguido de morte - “Latrocínio”, porque na cozinha da casa havia uma bolsa feminina aberta desprovida do aparelho celular e da carteira da vítima. Porém, ao coligir *timeline* de filmagens de câmeras da rua da residência da vítima, equipe de investigação do

Departamento de Homicídios percebeu que o autor dispensara, logo após saída da casa, tanto celular quanto carteira subtraídos da vítima.

O enquadramento inicial foi superado para viés de homicídio e, somente ao final o Delegado entendeu por homicídio qualificado mas não indicou a qualificadora. O elemento simbólico “coleira canina”, visivelmente encontrado no corpo da vítima, não foi visualizado como gesto simbólico, mas sim como possível instrumento utilizado para minimizar o sofrimento da vítima por ocasião da ação do agente²⁸⁵.

Uma vez identificado e indagado pelo Delegado sobre a coleira, o autor relatou que: “[...] se dirigiu até a vítima e deu um corte na veia do pescoço; [...] pegou uma coleira que estava no porta panela de ferro e, em seguida, vestiu a coleira na vítima [...] sente um ódio muito grande [...] sentiu alívio quando matou a vítima [...]”. Assim, também, declarou como que se dera a dinâmica do fato: “[...] surpreendeu a vítima por trás e deu uma gravata em seu pescoço. [...] jogou a vítima no chão, vindo ela a bater a cabeça e, em seguida, [...] pegou um fio de telefone e tentou estrangulá-la”. Como ela não havia morrido, “[...] pegou uma faca [...] e cortou a artéria do pescoço [...] e ficou vendo-a sangrar. Em seguida, [...] lavou as mãos na pia da cozinha e saiu pela porta lateral da casa [...]”²⁸⁶.

A narrativa não foi explorada pelo Delegado no sentido de investigar os motivos que levaram o autor a “vestir” coleira do tipo peitoral na parte superior da vítima. Outra informação relevante colhida na investigação deu conta de que um primo e vizinho da vítima teria afirmado em depoimento que aquela coleira encontrada no corpo da vítima não era do mesmo modelo da que a vítima utilizava em seus cães. Indaga-se: de onde veio a coleira? Qual a função ou o porquê da coleira? De outro ponto, o Laudo Cadavérico atesta que a lesão que levou a vítima à morte foi provocada por instrumento cortocontundente no pescoço e, analisando imagem do corpo constante da Reconhecimento Visuográfica, vê-se que a coleira não fora colocada no pescoço, mas sim na parte torácica, não se podendo afirmar que servira para minimização do sofrimento da vítima.

Diante das incongruências, pode-se pensar que a coleira teria sido levada pelo autor na mochila, porque não se assemelhava aos modelos que a vítima utilizava em seus cães.

²⁸⁵ Essa inferência consta do conteúdo do Inquérito Policial no campo do Relatório em que o Delegado em um parágrafo específico relata diálogo travado com a Perícia Criminal sobre a eventual função da coleira naquele contexto fático, atribuindo seu uso como forma de mitigar o sofrimento da vítima.

²⁸⁶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ. Sistema Themis Web. Disponível em: <<http://www.tjpi.jus.br/themisweb/modules/processo/Principal.mtw>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

Resultando de ato intencional, fora ela utilizada como linguagem representacional de sua ação consistente na ideia de “controle” e disciplina que uma coleira expressa. Esse gesto só poderia ser reconhecido tomando por base saberes locais, biografia da vítima e concepção de corpo feminino como tributo ou troféu decorrente da ação quando autor relata ter sentido alívio ao matar a vítima. Como à época o autor contava com 16 anos de idade, foi condenado em 21.02.18 à medida de internação, sem direito ao gozo de atividades externas até 15.09.23, tendo a sentença transitado em julgado.

Vê-se, de imediato, que a coleira canina constante da narrativa e encontrada no corpo da vítima, representa “excesso”, algo que excedendo o simples desejo de matar alguém, caracteriza o feminicídio. A coleira, portanto, serve de vetor à compreensão de que haveria algum vínculo entre autor e vítima. O vínculo poderia ter sido percebido no momento em que se dissociasse a utilização da coleira como instrumento eficiente, sob o ponto de vista técnico, para obtenção do resultado morte, vez que a perícia concluíra que ela se dera por secção da artéria carótida mediante instrumento corto contundente. Além da coleira, dois outros elementos podem figurar na esteira dos “gestos simbólicos”: a contemplação do momento da morte e posterior gesto de lavar as mãos.

Os três gestos: vestir coleira, contemplar a morte e lavar as mãos podem simbolizar “atos de fala”²⁸⁷, com propriedades semânticas diferenciadas do contexto para os quais foram pensados comumente. São significados que a mente impõe a entidades aparentemente neutras, intencionalidades carregadas de condições de satisfação, como foi o caso da coleira canina que mais tarde, conhecendo a biografia da vítima e do assassino, demonstrou que ela, na condição de psicóloga, o tinha por paciente. Pode-se inferir que os gestos simbólicos corresponderiam às intenções de significação do falante, auferíveis somente por quem possua “entendimento ilocucionário” para compreender ou reconhecer intenções de significação resultantes do alfabeto/vocabulário violento do feminicídio.

O caso possui riqueza de detalhes mas se pode tomar como núcleo de debate o fato do autor vestir na vítima, provavelmente após a prática do assassinato, uma “coleira canina” do tipo peitoral a título simbólico porque não contribuiu para o evento morte. Ele teria se dado, segundo exame cadavérico, por instrumento corto contundente e o próprio autor declara que “[...] vestiu a coleira na vítima [...]”. Aliada à circunstância da coleira, a fala do autor remete a

²⁸⁷ “[...] o que existe de específico nos atos de fala, o que os torna diferentes de outros tipos de comportamento, é o fato de terem significado” (SEARLE, John R. *Consciência e linguagem*. São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2010, p.242).

subjetividades ou sentimentos que nutria pela vítima: ódio e alívio ao matar. O corpo foi detalhadamente ornamentado pelo autor em linguagem própria não traduzida pela polícia.

O quinto caso selecionado, além da repercussão na comunidade em decorrência das biografias da vítima – jovem, estudante de Direito e autor – oficial da Polícia Militar do Piauí, trouxe enunciados expressivos de Mandato da masculinidade, Gestos simbólicos e Precariedade.

Tabela 69 – Caso nº 5 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Gravatá		Inquérito policial
Idade	21 anos	Laudo de Local de crime:
Estado civil	Solteira	“[...] Não foi visualizado peças íntimas (sutiã e calcinha). A blusa preta encontrava-se com retalhos irregulares em região ventral, compatível de que o tecido foi rasgado por uma força externa [...]”.
Cor da pele	Parda	
Ocupação	Estudante	Interrogatório:
Data do fato	24.10.17	“[...] Que a GRAVATÁ morava com avó e duas primas, e na casa dela não havia nenhum homem; Que no começo do relacionamento com GRAVATÁ ela tinha uma fama muito ruim, e as pessoas comentavam que ela era garota de programa, traficante e se relacionava com pessoas do mesmo sexo (p. 46);
Horário do fato	00h	
Dia da semana	terça-feira	
Local do fato	Carro do autor	Relatório:
Região	Capital Teresina	“[...] os depoimentos [...] demonstram que o indiciado tinha o hábito de puxar sua arma para a vítima, chegando esta por vezes mandar que o indiciado atire, evidenciam que o indiciado tenta trocar de papel com a vítima tentando colocá-la em sua posição [...]” (p. 381).
		“[...] o local onde o corpo foi ocultado, [...] conhecido do indiciado, que teve todo o cuidado de abandoná-lo próximo a um lixão e dentro de uma mata fechada, cujo único objetivo seria o de confundir quem quer que passasse no local onde o odor exalado pelo corpo se confundiria ao odor de lixo, algo que ocorreu pois nenhuma pessoa, a não ser o indiciado conseguiu achar o corpo”. (p.392).
		“[...] indício (AUTOR) pela prática das infrações penais tipificadas nos arts. 121, §2º, incisos II, IV e VI (HOMICÍDIO QUALIFICADO); art. 211 (OCULTAÇÃO DE CADÁVER) e art. 347, Parágrafo único (FRAUDE PROCESSUAL), ambos do Código Penal Brasileiro”. (p.405)
		Fase processual
		Denúncia:
		“A autoria restou evidenciada nas informações prestadas por amigos e familiares que atestam o intenso ciúme do acusado contra a vítima, além da confissão do Denunciado no interrogatório [...] perante a Autoridade Policial [...]. A materialidade está comprovada no Laudo de Exame Pericial Cadavérico e Laudo Necroscópico [...].
		III – DA TIPIFICAÇÃO LEGAL
		<u>[...] pela prática do crime de feminicídio qualificado por motivo</u>

fútil (intenso ciúme da vítima) e recurso que impossibilitou a defesa da ofendida, capitulado no art. 121, §2º, II e IV e VI, §2º-A, II, (menosprezo ou discriminação à condição de mulher), c/c artigo 211 (ocultação de cadáver) e artigo 347, parágrafo único (crime de fraude processual), todos do Código Penal”.

Resposta à Acusação:

“[...] o caso em questão está sendo trabalhado somente com teses, e isso não existe no direito penal. [...] o ora réu não tinha a intensão (*sic*) de ceifar a vida da vítima, tendo o resultado morte[...] advindo de um acidente quando o Acusado tentou retirar a arma de fogo das mãos da vítima.

O [...] réu se defendeu de injusta agressão da vítima, atual e iminente à sua vida, o que caracteriza a legítima defesa [...] fora disparo accidental [...].

A vítima era MUITO AFOBADA e comumente provocava o acusado, sem para tanto temer a qualquer reação do mesmo.

O FEMINICÍDIO é tema novo no direito brasileiro e por essa razão é comum o cometimento de equívocos quando da tipificação desta qualificadora do crime de homicídio.

[...] não há comprovação de que o resultado morte tenha sido oriundo da condição da vítima enquanto mulher [...] não há que se falar em FEMINICÍDIO!

[...] No que tange ao crime de ocultação de cadáver, [...] o mesmo procurou as autoridades e voluntariamente indicou o local onde se encontrava o corpo.

Pronúncia:

“[...] PRONUNCIO o acusado [...] pela prática do crime de homicídio qualificado contra a vítima GRAVATÁ, e crimes conexos de ocultação de cadáver e fraude processual, fatos tipificados no art. 121, § 2º, incisos II e VI c/c §2º-A, inciso I e arts. 211 e 347, parágrafo único, todos do Código Penal Brasileiro”

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

CORPO ENCONTRADO NO LIXO: estudante de 23 anos desaparece e 72h após, seu corpo é encontrado em lixão de povoado próximo a Teresina por indicação do autor do crime. A vítima foi assassinada no carro do autor, após ter tido relação sexual com ele, tendo sido seu corpo deixado por ele em local ermo e coberto por lixo. O cadáver vestia calça jeans e camiseta, mas estava sem calcinha e sem sutiã, além da blusa estar rasgada na altura de um dos seios. O desfazimento do corpo no lixão, após apropriação do corpo feminino pela satisfação sexual, corresponde à ideia de manutenção do mandato da masculinidade e posterior desterritorialização de corpo feminino outrora anexado ao patrimônio do autor pela sua destruição. O autor foi pronunciado, recorreu da decisão e aguarda o julgamento preso.

Este caso foi debatido por ocasião da realização de grupo focal em narrativas que dão conta da realização de perícia no automóvel do autor em busca de vestígios de sangue da vítima:

[...] existe a possibilidade [...] ter matado ela dentro do carro, porque escorreu sangue; quando o sangue ele pinga muito, volta pra cima, pinga em cima. Então na lateral tinha gotas bem redondinhas em cima, não é? Tinha um adesivo que tem no banco e tinha umas gotinhas assim nele. Aí eu falei: ó, isso aqui é gota de ângulo de 90 graus, ou seja, escorreu tanto que escorria, pingava e como aquele espaço era pequeno, do banco, pingava, voltava, pingava, voltava, então isso aqui foi um escorrimento em grande quantidade. Ou ele jogou o corpo dela aqui ou ele matou ela aqui e ela sangrou muito nesse primeiro banco [...] ²⁸⁸.

Ainda por ocasião do grupo focal, há narrativa de que o interrogado se esquivava de falar quando Flor de Jitirana adentrava sala em que estava sendo realizado interrogatório pela equipe da Delegacia de Homicídios:

[...] tentei entrar no interrogatório por três vezes, e todas as vezes que eu entrei na sala de interrogatório, o interrogado, acompanhado de seu advogado, ele baixava a cabeça e parava de responder as perguntas, não queria falar enquanto eu tivesse na sala [...] ²⁸⁹.

Analisando conteúdo do Relatório policial, pode-se inferir que a preocupação do Delegado responsável pela condução da investigação foi de desconstruir discurso do investigado por ocasião de interrogatório através de evidências juntadas aos autos do inquérito. Porém, no que pertine à qualificadora do feminicídio não se vê qualquer discussão acerca de falas, ações e gestos do indiciado, além de sinais inscritos no corpo da vítima como relatos de que estava desprovido de roupas íntimas, mas vestido de calças jeans. Indaga-se qual seria a probabilidade de uma menina de 21 anos vestir calça jeans do tipo *stretch* (colada no corpo) sem calcinha. Quase nenhuma. Essa inferência traz outras do tipo: ela pode ter sido violentada sexualmente; alguém pode tê-la vestido e assim sucessivamente.

Outro gesto que poderia ter sido analisado na perspectiva do menosprezo foi desovar o cadáver em lixão, analisado na perspectiva do Delegado de forma objetiva para iludir odores, mas se analisado na perspectiva subjetiva, traduz-se em gesto simbólico de desfazer-se daquilo que não mais tem utilidade, de “coisa” ou “objeto” imprestável. É gesto simbólico que se alinha ao mandato da masculinidade porque, segundo o próprio autor, no momento que antecedeu o fato a vítima teria lhe solicitado para fazer sexo de uma maneira com a qual ele não concordava e que segundo ele, ela teria dito que houvera feito com outros namorados. Narra também o autor que ela teria dito naquele momento que “ficou” com determinado homem, ou seja, tenta justificar seu comportamento em decorrência de eventual

²⁸⁸ Trecho de fala de Quixaba transcrita em decorrência da aplicação de técnica de grupo focal.

²⁸⁹ Trecho de fala de Flor de Jitirana transcrita em decorrência da aplicação de técnica de grupo focal.

comportamento atribuído à vítima violador do dever de submissão e, portanto, redutor do *status* de masculinidade perante seus pares.

No campo das interações organizacionais, o Promotor tomou por base, para descrever as circunstâncias fáticas do caso, inferências citadas no inquérito policial logo no início da narrativa e na tipificação do delito adotando os mesmos enquadramentos legais atribuídos pela Polícia, tendo o magistrado seguido mesmo entendimento por ocasião da Pronúncia.

Em todos os casos, não se vê discussões sobre a “condição do sexo feminino” em termos teóricos, apenas citações do menosprezo em fórmulas genéricas e enquadramentos jurídicos que reduzem a complexidade de atos praticados pelo autor com gestos que simbolizam mandato da masculinidade e excesso, como jogar o corpo da vítima no “lixo” e insatisfação por não concordar em fazer sexo da forma desejada por ela, além da desqualificação da vítima. O processo está em fase instrutória para julgamento em Plenário do Júri.

O sexto e último caso selecionado dentre os 26 ocorridos na capital, do mesmo modo que os anteriores, ganhou repercussão social pela biografia da vítima – jovem, mas especialmente pela carga de violência empregada pelo autor. A dinâmica demonstra presença acentuada das três categorias teóricas propostas, podendo ser o caso considerado paradigma para estudos de feminicídio no estado.

Tabela 70 – Caso nº 6 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Catingueira		Inquérito policial
Idade	32	Reconhecimento Visuográfica:
Estado civil	Solteira	“A vítima após ser esfaqueada e depois foi atropelada, pois apresentava vísceras exposta, muita perda do couro cabeludo, e ao cadáver marcas de frenagem no rastro de sangue” (p. 14).
Cor da pele	Branca	“Apresentava ainda sinais de atropelamento, compatível com passagem de veículo por sobre o cadáver, com marcas de pneus e frenagem, na área próxima ao cadáver, bem como em partes do corpo da vítima” (p. 17)
Ocupação	Cabeleireira	
Data do fato	15/05/18	
Horário do fato	4h25min	Lauda Cadavérico:
Dia da semana	Terça-feira	“Pela multiplicidade de lesões corporais e pela variedade dos instrumentos que causaram tais lesões, infere-se requintes de crueldade” (p. 39).
Local do fato	Público	Testemunha:
Instrumento	Arma branca faca	“[...] que uma vez viu marcas de dedos no braços da vítima, eram marcas roxas QUE a primeira vez que a CATINGUEIRA terminou com o (AUTOR) foi por causa de agressão QUE o depoente não falava com o (AUTOR), pois via o modo como o suspeito tratava a vítima, era muito “mandão” agressivo QUE no dia a dia o (AUTOR) era um rapaz arrogante e falava muitos palavrões” (p. 61)
Região	Capital Teresina	

Relatório:

“Feminicídio é uma expressão utilizada para denominar as mortes violentas de mulheres em razão de gênero, ou seja, que tenham sido motivadas por sua “condição de sexo feminino. [...] Analisando-se os autos, verifica-se que o crime investigado a condição de sexo feminino envolveu violência doméstica, visto que o agressor e a vítima estavam mantendo uma relação amorosa, inclusive já tendo havido coabitação” (p. 124).

“[...] havendo indícios suficientes de autoria em tese [...] pelo crime de FEMINICÍDIO, previsto no art. 121, §2º, VI, §2º-A, I do CP [...]”.

Lauda em Local de Morte Violenta:

“Considerando as manchas de sangue irregulares por empoçamento, contato e *spatters* (salpicos, borrifos e projeções), encontradas na pista sentido norte/sul, infere-se que a vítima recebeu as estocadas naquela localização [...] Dada a presença de um amarrador de cabelo contrapino de brinco, porção de cabelos e tecido biológico sobre a [...] mancha de sangue, aliados a presença de uma lesão contusa no supercílio direito, lesão na orelha direita e ranhuras no lado direito da face da vítima [...] sugere-se que o algoz lançou a face da vítima (lado direito) sobre a superfície asfáltica pressionando-a pelos cabelos, momento este, em que pode ter ocorrido as estocadas na região occipital [...]” (p.14).

Lauda de Exame Pericial Estupro:

“Pericianda no período menstrual, que limita tecnicamente este exame” (p. s/n).

Fase processual**Denúncia:**

“A autoria restou evidenciada nas informações prestadas por amigos e familiares que atestam o intenso ciúme do acusado contra a vítima, além da confissão do Denunciado no interrogatório [...] perante a Autoridade Policial [...]. A materialidade está comprovada no Laudo de Exame Pericial Cadavérico e Reconhecimento Visuográfica [...].

III – DA TIPIFICAÇÃO LEGAL

[...] pela prática do crime de feminicídio qualificado por motivo fútil (intenso ciúme da vítima), meio cruel e recurso que impossibilitou a defesa da ofendida, capitulado no art. 121, §2º, II, III e IV e VI, §2º-A, I, (violência doméstica e familiar), todos do Código Penal”.

Defesa Inicial:

“Ilícitude das provas apreendidas em busca domiciliar – Ausência de Mandado de Busca e Apreensão – Contaminação de Atos de Prova.

Insanidade mental do acusado:**Dos pedidos:**

- a) [...] que as provas apreendidas ilicitamente na residência do acusado [...] sejam desentranhadas [...] eis que [...] nulas.
 - b) [...] que a denúncia seja rejeitada em virtude da ausência de justa causa [...] o desentranhamento das provas ilícitas ocasiona o esvaziamento dos indícios [...].
 - c) [...] proferir sentença absolutória imprópria [...] aplicando-lhe medida de segurança [...].
 - d) [...] realização de perícia psiquiátrica [...].
-

Justiça:

Agravo Interno:

“CONCEDER a ordem, determinando a nulidade da busca e apreensão feita na casa do paciente, e, por consequência, a exclusão das provas ilicitamente colhidas sem a devida autorização judicial nos autos de origem”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

O caso foi comentado por ocasião da realização do grupo focal como sendo diferencial na mudança de pensamento dos que atuam na Delegacia do Feminicídio:

[...] aí foi que mudou a chave: olha isso aqui não é mais um homicídio não. Isso aqui é uma morte específica, que tem que ter um estudo específico, tem que ter um tratamento específico, porque é diferente. Ninguém morre assim como essas mulheres tão morrendo [...] ²⁹⁰.

Analisando laudo de exame pericial cadavérico constata-se 28 (vinte e oito) ferimentos perfuro cortantes em CATINGUEIRA, fato que ratifica presença de excessos e caracterizam a categoria Gestos Simbólicos proposta inicialmente.

Investigações dão conta de que o autor encaminhava mensagens ao atual namorado da vítima insultando com palavrões e insinuando relações sexuais com ela, reafirmando o *status* de masculinidade. Trechos de bilhete encontrado na residência do autor demonstram inconformidade dele em relação a relacionamentos de Catingueira: “ [...] Fui humilhado, brincaram comigo, me fizeram de besta, cheguei no meu limite. [...] Estava comigo mas também com outros [...]”²⁹¹. As falas das testemunhas, corroboradas com escritos do autor demonstram a irresignação que sentiu ao perceber perda do controle em relação à CATINGUEIRA, fato que coloca em “xeque” seu *status* de masculinidade e a perda do mandato.

No campo organizacional, o Promotor tomou por base, para descrever circunstâncias fáticas do caso, inferências citadas no inquérito policial logo no início da narrativa e na tipificação do delito adotando os mesmos enquadramentos legais atribuídos pela Polícia, tendo o magistrado seguido mesmo entendimento por ocasião da Pronúncia. No entanto, Polícia, Ministério Público e Justiça, inobstante tenham mencionado menosprezo em diversas passagens de seus argumentos para motivar decisões, silenciaram-no por ocasião do emolduramento legal, deixando de lado o inciso II do §2º- A do dispositivo legal, assim como referências à Lei nº. 11.340/06 que conceitua violência doméstica.

²⁹⁰ Trecho de fala de Malícia transcrita em decorrência da aplicação de técnica de grupo focal.

²⁹¹ Trecho retirado de peça de inquérito policial (pp. 109 e 110) constante do sistema operacional da Justiça Themis Web.

O Processo encontra-se em fase recursal aguardando julgamento, do Tribunal de Justiça, de Recurso em Sentido Estrito aviado pelo Ministério Público contra decisão do Juízo de 1ª Instância que colocou em liberdade o acusado.

Os seis casos analisados da capital revelam que na metade deles havia automóvel do autor envolvido, vítimas jovens, mas não se pode inferir que se trata de regularidade ou padrão da capital, porém sinaliza que o carro do agressor pode constituir fator de risco em razão do confinamento em ambiente controlado pelo agressor. A faca foi o instrumento mais utilizado (50% dos casos) seguido da arma de fogo (33,33%) e contundente (16,67%).

4.2.3.2. CASOS DO INTERIOR

As balizas utilizadas para selecionar vinte casos dentre 83 ocorridos no interior se deram em razão de se vislumbrar, por ocasião da análise dos inquéritos policiais, os seguintes aspectos: 1. imperfeições nas investigações policiais; 2. aplicação de protocolos adequados; 3. casos citados pelos sujeitos por ocasião das entrevistas e dos debates do grupo focal; 4. casos emblemáticos no Piauí como o da cidade de Castelo; 5. casos em que houve “cegueira” recíproca” entre os responsáveis pela investigação, instrução, processamento e julgamento de feminicídios no Piauí e 6. casos de suicídio após assassinato da mulher.

O sétimo caso se deu na cidade de Castelo do Piauí com notações de extrema violência sexual, física, psicológica e moral de quatro meninas pela ação de quatro meninos e um homem adulto. O caso foi paradigmático no percurso da pesquisadora instigando-a na busca por enunciados alheios à perspectiva de relações interpessoais.

Tabela 71 – Caso nº 7 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Bromélia		Inquérito policial
Idade	17	Declarações:
Estado civil	Solteira	“[...] passou a mandar que [...] tirasse sua roupa [...] que iria fazer sexo [...] vedou os olhos da informante e de sua amiga [...] com a própria camisa delas, sendo que [...] já estavam despidas [...] mandou todas subirem e sentou todas elas em cima do morro [...] arremessou FULANA e logo em seguida [...], de cima do morro e logo depois arremessou todas as outras. [...] o agressor desceu e atirou pedras contra todas [...] afirma que o mesmo tocou nas suas partes íntimas [...] tocou em todas as outras [...] tentou beijá-la [...]”.
Cor da pele	Parda	“[...] foram amarradas em pares no pé de caju [...] lembra que o agressor tocou em seus seios e na sua genitália [...] a enforcou [...] ficou completamente despida [...]”
Ocupação	Estudante	
Data do fato	27/05/15	
Horário do fato	do 16h30min	
Dia da semana	Quarta-feira	

Local do fato	Público	Decretação Prisão Preventiva: “[...] se tratam (<i>sic</i>) de crimes que envolvem violência contra pessoa e que foram praticados com resquícios de crueldade, o que requer, desde logo, para acautelar o meio social, uma resposta eficaz e imediata do poder público. [...] Os crimes foram praticados sem motivação alguma”.
Instrumento	Contundente	
Região	Capital Teresina	Laudo de Local de Crime: “[...] Ato libidinoso recente pela presença de área avermelhada em sulco interlabial (lesão por ação contundente) [...] vítima com lesão corporal que apontam resistência ao ato [...]” e “[...] presença de pessoa (s) do sexo feminino lesionada (s) nesse local, que corroborado pela existência de múltiplas peças íntimas do vestuário feminino (rasgadas e impregnadas por substância hemática) denotam um quadro compatível com crimes contra a vida e indicativos de violência sexual”. Interrogatório: “[...] depois que usaram drogas e que estupraram as meninas, (maior) passou a espancar as meninas [...] depois as jogou num barranco [...] elas ficaram muito machucadas [...] (maior) disse que era pra matar [...] ela caíram embaixo do morro, e ficaram somente se mexendo, muito machucadas, dentro do matagal [...]”; descenderam para ver como as meninas estavam, e como não tinham morrido, passaram a jogar pedras nas cabeças das duas, mas elas continuaram vivas [...] que não tinham nenhum homem com elas [...]”. Relatório: “[...] a motivação do agressor é a misoginia, o ódio, desprezo ou repulsa ao gênero feminino e às características a ele e, muitas vezes, até um sentimento de propriedade em relação ao corpo, à sexualidade e à alma da mulher [...] situações de barbárie e terror [...] haja vista que as mesmas foram estupradas, espancadas, arremessadas de um barranco e apedrejadas, tendo as agressões sido cessadas no momento em que os agressores imaginaram que haviam alcançado o resultado desejado [...]”. “[...] ocorrência dos crimes de ESTUPRO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, FEMINICÍDIO E FEMINICÍDIO TENTADO (ART. 213, §1º, ART. 288, ART.121, §2º-A E 121-A, §2 C/C ART 14, II do CPB) [...]”. Fase processual Decretação Prisão Preventiva: “[...] se tratam (<i>sic</i>) de crimes que envolvem violência contra pessoa e que foram praticados com resquícios de crueldade, o que requer, desde logo, para acautelar o meio social, uma resposta eficaz e imediata do poder público. [...] Os crimes foram praticados sem motivação alguma”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

O caso foi cotejado em estudo anterior²⁹² em que foram analisadas dinâmicas da investigação policial e comparadas ao caso de Ciudad Juarez no México sob o enfoque

²⁹²“Os adolescentes foram condenados por feminicídio consumado, três feminicídios tentados, quatro estupros e Associação Criminosa. O adulto foi denunciado pelos mesmos crimes, porém, ainda aguarda audiência de instrução e julgamento da primeira fase do Júri. Os relatos expõem evidências de violências de gênero. O discurso de um dos adolescentes de que elas não estavam acompanhadas por nenhum homem remete à ideia de

organizacional e tomando como base ideia do Mandato da Masculinidade²⁹³. Todos foram condenados e o autor adulto teve condenação com pena de cem anos de reclusão. Os adolescentes já cumpriram medida socioeducativa consistente em internação e alguns deles retornaram para a cidade de Castelo, local em que ocorreram os fatos e aonde possuem residência.

O caso de Castelo, como ficou conhecido, foi o mais emblemático caso de Feminicídio no Piauí, seja pela dimensão da violência que alcançou cenário nacional e internacional, seja pela inexperiência das Instituições locais em lidar com qualificadora que havia surgido há pouco mais de dois meses no Código Penal brasileiro. Pela alta complexidade, serviu de paradigma para construção da Metodologia investigatória do Feminicídio no Piauí porque exigiu esforços cognitivos de relações de poder, força e, portanto, relações de gênero, indo para além da tradicional visão do assassinato de mulheres na perspectiva de ambiência doméstica. No Piauí, ficou estabelecido legalmente o dia 27 de maio como sendo o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio²⁹⁴, em alusão ao caso de Castelo²⁹⁵.

O oitavo caso envolveu violência doméstica em face de família compreendida por mulher adulta e três crianças (filhas) enteadas do autor. Cenários de violência física, sexual, psicológica e moral caracterizaram narrativas a seguir.

propriedade, de conquista pela força, colonização, domínio e posterior consumo e extermínio do corpo feminino. Outros trechos explicitam a violência de gênero: “[...] o agressor ao tempo em que xingava as menores, inclusive, dizendo que não gostava de loira porque loira é burra, mas o chefe dele gostava de loira, arremessava a faca no chão [...]”. O relato traduz relação de poder, seja pelo uso da força (faca), seja pela redução da mulher a coisa apropriável. [...] A dinâmica dos fatos remete a cenário de terror, impresso pelo agudo sofrimento físico e psíquico que durara por aproximadamente 2 horas¹⁴. Nos relatos dos adolescentes percebemos assunção pelos atos e suposto arrependimento” (VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro; MACHADO, Bruno Amaral. Territórios da violência de gênero: normativa internacional e os casos “Campo Algodoeiro” (México) - “Morro do Garrote” (Brasil). Revista de Direito Internacional Volume 15, n.2, p. 401).

²⁹³ “Sugerimos que o poder soberano que suspende a lei, na proposta de Agamben, aproxima-se aos dois eixos traçados por Segato: vertical e horizontal. O primeiro atuaria em situações de desigualdade (relação homem/mulher) e o segundo nas situações de igualdade (relação homem/homem). Os dois atuam em conjunto, um retroalimentando o outro em relação simbiótica. O homem afirma-se na masculinidade, tanto com a subordinação da mulher nas relações domésticas quanto nas relações que ocorrem nos espaços públicos. O primeiro caracteriza-se pela dominação privada e o segundo pela pública” (VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro; MACHADO, Bruno Amaral. Territórios da violência de gênero: normativa internacional e os casos “Campo Algodoeiro” (México) - “Morro do Garrote” (Brasil). Revista de Direito Internacional Volume 15, n.2, p. 402).

²⁹⁴BRASIL. Lei nº. 7.210, de 25 de maio de 2018. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 1984.

²⁹⁵ Na região nordeste, há registros históricos da época do cangaço de estupros coletivos como forma de impor reprimendas como a narrativa que segue: “Depois de dar uma surra no marido, voltou-se para a jovem e convocou seus homens a aplicar-lhe um gera – nome que se dava, no sertão, ao estupro coletivo. Por ser o chefe, não pegava fila. Era sempre o primeiro a penetrar a vítima, sem precisar enfrentar o desconforto de entrar em contato com os fluidos dos outros cabras. ‘A mulher foi comida pro velho deixar de ser sem-vergonha’. Ela tava chorando, mas Lampião gostava” e “Na avaliação deles, o estupro ocorria porque ‘as mulheres queriam’ ou então ‘[...] a bicha era das que gosta de homem por sem-vergonhice e não precisou forçar [...]’” (NEGREIROS, Adriana. Sexo, violência, e mulheres no cangaço. Rio de Janeiro: Objetiva, 1028, p. 52).

Tabela 72 – Caso nº 8 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Barriguda		Inquérito policial
Idade	3	Depoimento mãe da vítima: “Que ontem a declarante disse para (autor) que iria embora e por isso ele resolveu trancá-la dentro da casa da (fulana), juntamente com suas ter três filhas e ele; [...] saiu da casa para buscar água e retornou por volta das 20:00 horas, já agressivo e ficou dizendo: ‘essas crianças não iriam dormir, essas vagabundinhas não vão dormir não’ [...] apontou o dedo para a cara de sua filha menor e passou a dizer: ‘essa menina tem que ter medo de mim, essa vagabundinha, cachorrinha, eu vou matar essa menina’; [...] rebolou ela na parede e jogou ela contra a mesa [...] saiu batendo em todo mundo; [...] mandou que a declarante informasse que quem havia feito aquilo seria um barrão (porco) e que caso a declarante contasse para alguém, ele iria matar suas outras filhas [...]”.
Estado civil	Solteira	
Cor da pele	Preta	
Ocupação	Criança	
Data do fato	08/06/15	
Horário do fato	6h34min	
Dia da semana	Segunda-feira	
Local do fato	Residência da vítima	Depoimento de uma das irmãs vítima: “Que seu tio (autor) queria namorar com sua mãe [...], mas sua mãe não quis, por isso ele ficou com raiva [...] Que estava dormindo quando acordou porque seu tio [...] lhe bateu de chinelo; Que [o autor] bateu na sua irmã (a vítima), a chutou e que (o autor) pegou um pau e bateu na (vítima), por que estava com raiva de sua mãe e ainda chutou muito sua irmã (vítima), por isso ela desmaiou e morreu [...]; Que (o autor) discutiu com sua mãe [...], bateu na cara dela, a arranhou, a enforcou e disse que ia matar sua mãe; Que embrulhou uma faca em sua blusa e saiu de casa [...]”.
Instrumento	Contundente (mãos do agressor)	
Região	Interior	
		Depoimento de uma das irmãs da vítima: “[...] Que (a vítima) [...] foi tirada de sua rede (pelo autor), que a jogou no chão, depois jogou (a vítima) na mesa e em seguida jogou sua irmã (a vítima) contra a parede e ficou batendo na cara dela, quando ela ainda estava caída no chão [...]”.
		Lauda Cadavérico: “[...] evidência de equimose biconvexa [...] compatível com mordedura humana, em região anterior de terço inferior de coxa esquerda. [...] A morte se deu por asfixia mecânica por obstrução cervical por mãos de um agressor (esganadura). Além disso há fratura da calota craniana e fratura de vértebra cervical produzidas antes da morte (ilegível) nível de consciência [...] asfixia e meio cruel”.
		Interrogatório: “Relata que [...] chegou em sua casa e teve relação sexual com (a mãe da vítima), mas não a forçou a nada”.
		“Declara que achava (a vítima) chata, pois queria se apegar e se aproximar dela, mas ela não queria, sendo que quando (a vítima) chegou na sala onde estava assistindo televisão, sem qualquer discussão com a vítima ou (a mãe da vítima), bateu em (vítima) com tapas no seu corpo (peito e costas)”.
		Relatório: “[...] Concluo pelo indiciamento de (AUTOR) pelo cometimento de crime previsto no art. 121, parágrafo 2º, VI, c/c parágrafo 2º-A, I e parágrafo 7º, I e II DO CPB (FEMINICÍDIO) [...]” (p. 73).
		Denúncia: “Outro fato que chama a atenção [...] ‘equimose biconvexa [...]”

compatível com mordedura humana, em região anterior de terço inferior de coxa esquerda’, elemento que demonstra que além dos golpes contundentes suportados pela infanta [...] na região craniana, [...] chegou a ser mordida, tamanha fúria e a vontade de eliminar uma criança que o homicida rotulava como “chata”, “vagabundinha” e “cachorrinha”. [...] O menosprezo pela condição da vítima, do sexo feminino, resta evidenciado pelo fato de que antes de mata-la, o acusado disse que ela tinha que teme-lo e propagara uma série de impropérios contra a vítima e suas irmãs [...]. No que tange à motivação do crime, pode-se delinear a torpeza das razões [...] posto que a criança foi morta porque a sua mãe teria se recusado a manter relações sexuais com o acusado [...] O Ministério Público Estadual, com base no artigo 121, §2º, incisos I, III e VI, bem como nos artigos, 129, caput, 147 e 148, §1º, incisos I, IV e V c/c art.69, todos do Código Penal pátrio [...]”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

BARRÃO, PEGA ESSA MENINA QUE TEM MEDO DE CARETA: criança de três anos é assassinada por padrasto (tio) em contexto familiar presenciado pela mãe (e companheira do autor) e duas filhas (enteadas e sobrinhas do autor). As narrativas sinalizam para ideia de controle, autoridade e utilização da força física como reação à rejeição da companheira aonde o companheiro, em represália, passa a imprimir violência física e psicológica em face de três meninas e da companheira, tendo arremessado criança de 3 anos à mesa de jantar, ao chão e em direção à parede da casa, além de esganá-la. A dinâmica dos fatos também envolve saber localizado, próprio do interior do Estado, consistente em porco de grande envergadura denominado “barrão” suscitado pelo autor, após ter assassinado a enteada, como sendo o autor do fato, imposição feita à companheira sob pena de assassinar as outras duas enteadas. Vê-se excesso de golpes, uso de força além do necessário para eliminar uma criança, violência sexual que caracteriza o mandato da masculinidade, controle e autoridade - elementos do patriarcado e territorialização ou anexação de corpos femininos à autoridade do *pater*. O autor foi denunciado por feminicídio em 17.06.15 e condenado à pena privativa de liberdade de 63 anos e 6 meses de reclusão. O processo seguiu em segredo de justiça.

A narrativa contida na Denúncia não se referiu explicitamente ao teor do Inquérito Policial, se utilizou de trechos do Laudo Cadavérico para descrever lesões no cadáver e narra fatos tomando por base depoimentos colhidos na investigação policial. A tipificação foi alargada pelo Ministério Público que entendeu pela inclusão de mais duas qualificadoras: motivo torpe, meio cruel, além de imputar crimes de Ameaça e Cárcere privado praticados

relativamente às irmãs e mãe da vítima. O processo segue em segredo de justiça pela condição de menoridade da vítima que contava, à época dos fatos, com três anos de idade.

O nono caso, a seguir delineado, constituiu importante referência para desenvolvimento das categorias teóricas propostas pelo estudo, especialmente pela “cegueira” das organizações incumbidas do trabalho persecutório de apuração, instrução e julgamento dos fatos na perspectiva de gênero.

Tabela 73 – Caso nº 9 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Malva branca		Inquérito policial
		Depoimento testemunha:
		“[...] começou a conversar com as duas e percebeu que (fulana) ficou enciumada da depoente, jogando piada; Que na hora (a vítima) lhe disse que (fulana) era bissexual (relacionava-se tanto com homem quanto com mulher) e estava enciumado da depoente [...]”.
Idade	47	
Estado civil	Solteira	
Cor da pele	Branca	Depoimento testemunha:
Ocupação	Autônoma Profissional do sexo	“[...] depois que ele (o autor) furou ela, (o autor) foi até o quintal da casa e pegou uma barra de ferro [...] e bateu na cabeça (da vítima) [...] lembra que (a vítima) morreu na cozinha [...] em seguida [...] (autor) arrastou (a vítima) para dentro do quarto que ela mantinha lá para as moças fazerem programa com os rapazes interessados; [...] viu quando ele colocou ela em cima do colchão no chão do quarto [...] já sem roupa [...] viu quando ele baixou a roupa dela, tirou a calcinha e saiu arrastando o corpo (da vítima) dizendo que agora iria fazer sexo com ela. [...] Perguntada se (o autor) sabia que a depoente gostava de mulheres e já tinha se relacionado com (a vítima), respondeu que acha que sabia, tendo inclusive há muito tempo visto a depoente abraçar (a vítima) [...]”.
Data do fato	20.03.16	
Horário do fato	2h	
Dia da semana	Domingo	
Local do fato	Estabelecimento comercial da vítima	
Instrumento	Faca e barra de ferro	Reconhecimento visuográfica:
		“[...] a região genital (da vítima) nos chamou atenção, pois havia sinais de que a mesma teria sido abusada sexualmente por alguém, pois sua vagina apresentava um orifício bem aberto, valendo-se destacar que perto do corpo também foi encontrado alguns preservativos usados”.
Região	Interior	Relatório:
		“[...] Decido indiciar (autor) nas penas do art. 121, §2º, II e IV do Código Penal [...]”.
		Fase processual
		Denúncia:
		“A materialidade resta [...] configurada tendo como arrimo o Auto de exame cadavérico; fotos; o auto de exibição e apreensão; certidão de óbito; e [...] informações inseridas no Inquérito [...] razão pela qual resolve [...] denunciá-lo nas tenazes do art. 121, §2º, incisos II, III e IV; e 212, todos do CP, em concurso material – art. 69, CP”.

Pronúncia:

“[...] pronuncio [...] como incurso nos termos dos arts. 121, §2º, II, III e IV e 222 do CPB, pelos fatos descritos na denúncia”.

Sentença:

“Em plenário, a acusação sustentou e pediu a condenação do réu nas penas do homicídio qualificado e vilipêndio a cadáver. A defesa sustentou a tese de negativa de autoria, homicídio privilegiado e inexistência das qualificadoras. O Conselho de Sentença, por maioria de votos, acatou a tese da defesa em plenário. Sendo esse o Veredicto do Conselho de Sentença Soberano, ABSOLVO o réu [...] das imputações que lhe são feitas”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

O caso é paradigmático por ter havido CEGUEIRA RECÍPROCA entre todas as organizações responsáveis pelo trabalho jurídico penal do feminicídio no que diz respeito às relações de poder explicitamente demonstradas por gestos simbólicos decodificados em linguagem jurídica redutora de complexidade e, portanto, da perspectiva de gênero.

Trata-se de mulher de 47 anos, catalogada pelo IML como pessoa de cor branca. O corpo foi encontrado parcialmente desnudo, desprovido de vestes inferiores, sob cama, em quarto de bar de propriedade da vítima, em 20 de março de 2016, na cidade de Marcolândia/PI, divisa com Araripina/PE. Apresentava lesões no couro cabeludo, região torácica, mama esquerda e abdômen, além de sinais de aparente violência na região ingual e vaginal. As lesões teriam sido provocadas por instrumento perfuro cortante (faca) e contundente (tampa de panela de pressão).

A investigação policial revelou que a vítima era proprietária do bar, orientação sexual lésbica e profissional do sexo. A dinâmica dos fatos foi narrada pelas testemunhas que presenciaram o assassinato, especialmente pela ex-namorada do suposto autor, em cujo depoimento descreve que ele, após discutir com a vítima e assassiná-la, teria arrastado cadáver para “[...] quarto que ela mantinha lá para as moças fazerem programa com os rapazes interessados [...]” e viu quando “[...] ele baixou a roupa dela, tirou a calcinha e saiu arrastando o corpo (da vítima) dizendo que agora iria fazer sexo com ela [...] ele colocou ela em cima do colchão no chão do quarto [...] já sem roupa [...]”. Declarou ainda que se relacionava com a vítima e que o ex-namorado tinha conhecimento desse relacionamento²⁹⁶.

Os responsáveis pelo trabalho jurídico penal do caso (Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário) enquadraram as narrativas do seguinte modo: Art.121, §2º, incisos II, III e

²⁹⁶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ. Sistema Themis Web. Disponível em: <<http://www.tjpi.jus.br/themisweb/modules/processo/Principal.mtw>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

IV e art. 212, todos do CP, em concurso material – art. 69, CP. Embora se contemple narrativas dotadas da perspectiva de gênero, notadamente pelo controle do corpo feminino após sua morte, não se vê das falas do Delegado, Promotor ou Juiz nenhum argumento que ao menos dê visibilidade à violação sexual praticada pelo autor no cadáver.

É possível inferir-se que a ação de assassinar mulher que mantinha relações sexuais com ex-namorada do autor, portanto lésbica, cumulada com atividade laboral de profissional do sexo, sinaliza acentuada demonstração de força do autor em relação à vítima, matando-a e, em seguida, praticando sexo com o cadáver. O alfabeto violento se instalou no quarto aonde a vítima fora encontrada com sinais de violência sexual, porém o gesto não foi compreendido pelos investigadores do caso. O vocabulário jurídico não foi capaz de traduzir vocabulário diferenciado do feminicídio, deixando à margem perspectiva da condição do sexo feminino da vítima: mulher, lésbica e profissional do sexo.

O processo de enquadramento jurídico da categoria gênero na roupagem do “vilipêndio a cadáver” (art.212, CP) corresponde a “enquadramento epistemológico”, cuja moldura pode não se ajustar à complexidade da obra²⁹⁷. Referido emolduramento deixou escapar precariedades que cercavam a vida daquela mulher: condição de lésbica e profissional do sexo, melhor dizendo, deixou escapar a condição do sexo feminino e, por isso mesmo, não foi possível realizar leituras para o feminicídio, por absoluto desconhecimento de seu vocabulário.

O resultado não foi outro senão desconsiderar a vítima como mulher em condições de reconhecimento de ser assassinada na perspectiva do feminicídio, ou seja, a biografia da vítima (lésbica e profissional do sexo) a descredenciou como sujeito passível de ser protegido pela norma, porque excedeu àquilo que se possa compreender como mulher passível de menosprezo e discriminação, não nos termos da lei, mas nos termos dos responsáveis pela interpretação da lei.

²⁹⁷ “O que ‘escapa ao controle’ é precisamente o que escapa ao contexto que enquadra o acontecimento, a imagem, o texto da guerra. Mas se os contextos são enquadrados [...] e se um enquadramento rompe invariavelmente consigo mesmo quando se move através do espaço e do tempo [...], então o enquadramento em circulação tem de romper com o contexto no qual é formado se quiser chegar a algum outro lugar” (BUTLER, Judith. Quadros de Guerra. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016, P.25).

A condição do sexo feminino pode também ser compreendida pelo não reconhecimento do sujeito e pela ausência de liberdade de viver a própria vida²⁹⁸, como sendo território colonizado e dominado por seu colonizador. No caso em análise, o agressor exerceu controle absoluto sobre o corpo da vítima, a ponto de se desfazer (matar) e usufruir (violação sexual) dele.

O “gesto a mais” pode ser visualizado no ato sexual realizado no cadáver sob dois enfoques: o triunfo do mandato da masculinidade ao se apropriar de corpo feminino (mesmo sendo cadáver) e como forma de reafirmar territorialização de corpo feminino outrora conquistado. O caso não foi considerado feminicídio pela Polícia, Ministério Público e Judiciário, sendo reduzida a complexidade da violência de gênero aos enquadramentos jurídicos que impediram visualização das relações de poder presentes naquele cenário e possivelmente a não apresentação dessa perspectiva repercutiu no julgamento em plenário do Júri por não ter sido debatida e nem quesitada contextualmente. O autor foi absolvido por Conselho de Sentença formado majoritariamente por homens - 5 homens e 2 mulheres - em 23.10.18 e o Ministério Público deixou de Apelar, transitando em julgado a decisão logo após a prolação da sentença.

Reelaborando a história de vida da vítima é possível traçar campo de forças com imagens e espaços competitivos disputados naquele local cujos contornos são delineados por relações de gênero: orientação sexual da vítima (lésbica), comportamento social (profissional do sexo e proprietária de bar); raça (embora o IML ateste a cor branca do cadáver, a olhos nus, trata-se de mulher negra) e perfil econômico (trata-se de alguém que recebe pelos serviços, havendo relação de dependência em relação ao autor). Essas forças não foram visualizadas em nenhum momento por aqueles responsáveis pelo trabalho de investigação, processamento e julgamento do assassinato, daí se inferir incidência de cegueira recíproca que culminou com absolvição do pretenso autor.

Sob o aspecto das interações organizacionais, a Denúncia se utilizou da qualificação descrita no Inquérito Policial e narrou fatos descrevendo minuciosamente a dinâmica dos acontecimentos referindo-se aos autos, porém ampliou a tipificação para incluir mais uma qualificadora, a do inciso III - crueldade e vilipêndio a cadáver, porém, em nenhum dos dois reconheceu tratar-se de feminicídio.

²⁹⁸ “[...] o “ser para a morte” é a condição decisiva de toda liberdade humana verdadeira. Em outras palavras, se é livre para viver a própria vida somente quando se é livre para morrer a própria morte” (MBEMBE, Achile. Necropolítica. Arte & Ensaios. Revista do PPGAV/UFRJ, n. 32, dezembro 2016, p.144).

O décimo caso eleito ocorreu logo após evento de Castelo, rico em detalhes porque narrado pela vítima antes de vir a óbito, além de representar perfil de mulher trabalhadora rural, segundo lugar no *ranking* da cartografia piauiense.

Tabela 74 – Caso nº 10 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Mandacaru		Inquérito policial
Idade	58	Termo de Declarações vítima:
Estado civil	Solteira	“[...] eu vou é fazer tudo com você [...] começou a agredir a declarante com socos, tapas, chutes, ao tempo em que tirava a bermuda da declarante e peças íntimas [...] não chame pelo meu nome senão eu te mato [...] abusou da declarante a força mantendo [...] relação sexual de todas as formas, vaginal, anal, de todo jeito [...] além de bater [...] também mordida o seu corpo, e lhe xingava de “vagabunda”, rapariga” e outros nomes [...]”.
Cor da pele	Parda	
Ocupação	Trabalhadora rural	
Data do fato	13/06/15	
Horário do fato	16h30min	Lauda cadavérico:
Dia da semana	Sábado	“[...] laceração do intróito vaginal superior e inferior, [...] sangramento vaginal abundante. Observou-se também edema perianal, ferida de bordos irregulares, [...] em porção lateral esquerda de abertura anal, acompanhado de múltiplas fissuras em mucosa anal
Local do fato	Público	
Instrumento	Contundente	Lauda Preliminar Estupro:
Região	Interior	“Exame ginecológico: mamas simétricas, com aréolas pigmentadas e mamilos normais; há lesões biconvexas, de 5 cm no seu maior eixo e 4 cm em seu menor comprimento, em forma de eclipse, compatível com mordedura humana, com o centro arroxeadado [...] múltiplas fissuras em mucosa anal, compatível com introdução de material cilíndrico-cônico (pênis, por exemplo) [...]”.
		Fase processual
		Denúncia:
		“A materialidade resta incontestável, face documentos de fls. 80 (laudo-exame lesão), 83 (laudo-estupro) e 109 (laudo cadavérico), assim como das fotografias [...]. Trata-se [...] de crime de feminicídio, pois o denunciado teria agredido e assassinado a vítima com menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Assim, o réu praticou o crime de feminicídio (Art. 121, §2º, VI, §2º-A, II, do CP), mediante recurso que dificultou a defesa da vítima (Art. 121, §2º, IV, do CP) e por motivo fútil (Art. 121, §2º, II, do CP), em concurso material de delitos com o crime de estupro (Art. 213, <i>caput</i> , do CP)”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

Mulher adulta e trabalhadora rural, é encontrada em estrada lesionada e levada ao Hospital local. A vítima sobreviveu por sete dias após ter sido violentada sexualmente e lesionada, tendo narrado os fatos à Polícia Civil antes do óbito. A narrativa expõe cenário de terror em que o agressor se apropria do corpo da vítima de forma violenta e passa a satisfazer lascívia sexual, causando-lhe mordidas nos seios e mantendo relações sexuais variadas, além

de esmurrá-la e apedrejá-la especialmente na região da cabeça. Do mesmo modo de casos anteriores, dá-se apropriação e violação do corpo feminino com veemência de golpes e ações excessivas caracterizando “gestos a mais”. O processo encontra-se suspenso porque o autor está foragido desde o dia em que ocorrera o fato - 13.06.15, tendo sido citado por Edital.

O caso se dera logo após evento de Castelo e a pesquisadora teve oportunidade de acompanhar pessoalmente desenvolvimento da investigação e conversar com Mandacaru logo ao chegar à capital para primeiros atendimentos. Chegou ao meu conhecimento numa manhã de domingo, através de “Caçula”, liderança da Marcha das Margaridas no Piauí, que mais uma mulher trabalhadora rural havia sido estuprada no Piauí. Solicitei informações e, em conversa com Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Região de Mandacaru, soube de sua transferência para o Hospital de Urgência de Teresina – HUT. De imediato, contatei Vice-Governadora, aliada das políticas de mulheres, Diretor do IML e Delegada do Feminicídio para deslocamento àquela unidade. Recebemos Mandacaru, realizamos atendimento de urgência, perícias e oitiva quando sua saúde permitiu. Porém, Mandacaru, ao retornar à cidade natal, faleceu sete dias após, em decorrência dos efeitos da violência.

O caso nº 11 representou assassinato de quatro pessoas em culto de Umbanda, sendo três mulheres e um homem. Apenas um deles foi considerado na rubrica do feminicídio – os golpes que atingiram ex-esposa do autor. Os demais foram enquadrados como homicídios qualificados em outra rubrica.

Tabela 75 – Caso nº 11 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Ipê roxo		Inquérito policial
Idade	20	Representação Preventiva:
Estado civil	Solteira	“[...] Esperou o culto de macumba terminar para adentrar e assassinar 4 pessoas [...] primeiro morreu Fulano (pai de santo amigo da família), com uma paulada na cabeça [...]. Logo em seguida ele atacou [...] a Sra. Beltrana, uma idosa de 81 anos, desferindo golpes no pescoço [...] a cunhada do autor [...] foi golpeada com facão diversas vezes, até que morreu na frente do sobrinho e por fim, a ex-mulher correu para fora da casa, porém foi surpreendida pelo autor da chacina e também foi morta [...].
Cor da pele	Parda	
Ocupação	Trabalhadora rural	
Data do fato	04/10/15	
Horário do fato	5h	Laudo cadavérico:
Dia da semana	Domingo	“A) Cadáver apresentando várias lesões corto-contusas, principalmente em região cervical póstero-lateral (degolamento), e ainda lesões sugestivas de lesões de defesa (lesões corto contusas em membros superiores). B) “As lesões no cadáver foram produzidas por meio cruel, uma vez que há reações vitais em todos os ferimentos, demonstrando que a vítima demorou a morrer (todas as lesões foram provocadas ainda em vida), e também pelo meio
Local do fato	Residência da vítima	
Instrumento	Arma branca faca	

Região	Interior	<p>escolhido, com traumatismos repetidos, que provocam muita dor, caracterizando sofrimento físico e mental desnecessário para se matar alguém”.</p> <p>Fase processual</p> <p>Denúncia: “MOTIVO TORPE” É o moralmente reprovável [...] homicídio de esposa por negar-se à reconciliação [...]. “MOTIVO FÚTIL”: É o insignificante, apresentando desproporção entre o crime e sua causa moral. [...] rompimento de namoro; pequenas discussões familiares [...] pela prática dos quatro crimes de homicídio triplamente qualificado, previsto no artigo 121, parágrafo 2º, incisos I, II e IV, do Código Penal [...]”</p> <p>Pronúncia: “a) como incurso no art. 121, §2º, I, IV e VI, do Código Penal em face da morte de IPÊ ROXO; b) como incurso no art. 121, §2º, I e IV, do Código Penal em face da morte de (Mãe de Santo); c) como incurso no art. 121, §2º, I e IV, do Código Penal em face da morte de (Cunhada) e d) como incurso no art. 121, §2º, IV e V, do Código Penal em face da morte de (Pai de Santo)”.</p>
--------	----------	--

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

Esse caso representou chacina ocorrida em Congá situado na cidade de Madeiro, com assassinato de quatro pessoas, sendo três mulheres e um homem. Uma das mulheres era ex-esposa do autor e outra era cunhada. A terceira era Mãe de Santo e o homem Pai de Santo. O Ministério Público não entendeu tratar-se de feminicídio. Por ocasião da Pronúncia, o Magistrado alterou a tipificação para reconhecer a qualificadora do feminicídio em face da esposa do autor. O meio utilizado pelo autor foi considerado pela perícia cruel porque causou sofrimento físico e mental à vítima, elemento comum ao feminicídio. O réu aguarda julgamento preso preventivamente.

O 12º caso remete a violência doméstica e familiar, presenciada por descendentes, histórico de violências anteriores – lesões corporais e estupro conjugal - silenciadas pela vítima à polícia, mas narradas por testemunha por ocasião de investigação policial.

Tabela 76 – Caso nº 12 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Faveleira		Inquérito policial
Idade	38	Testemunha:
Estado civil	Casada	“O autor fechou a porta do quarto aonde dormiam a filha e o enteado com uma corda. [...] Os filhos ouviram gritos, quebraram a corda e ao chegarem no quarto da mãe, viram o autor em cima da vítima desferindo golpes de faca. [...] ele demonstrava ter prazer no momento da agressão”.
Cor da pele	Parda	
Ocupação	Do lar	Testemunha:

Data do fato	08.11.15	“[...] que (a vítima) relatou para a declarante que em agosto deste ano (o autor) a forçou a manter relação sexual com ele, tendo ficado com hematomas de mordidas [...] que (o autor) era quem sustentava a casa e sempre humilhava (a vítima) devido a dinheiro [...]”.
Horário do fato	2h40min	
Dia da semana	Domingo	Testemunha: “[...] que (o autor) sempre acreditava que as pessoas estava ‘arrumando homem para (a vítima)’ [...]”.
Local do fato	Residência da vítima	Lauda cadavérico:
Instrumento	Arma branca faca	Lesão torácica. 29 perfurações pelo corpo. Morte causada por meio cruel. Sofrimento físico. Vítima dormia. Vestia apenas calcinha e as vísceras estavam expostas.
Região	Interior	Relatório: “Decido [...] PELO INDICIAMENTO INDIRETO do indivíduo [...] por haver cometido o crime de Feminicídio Majorado (art.121, §2º, VI, §2º-a, I e7, III, do CP c/c arts 5, 7 e 41 da Lei 11.340/2006) e Lesão Corporal Leve Qualificada pela Violência Doméstica (art.129, §9º do CP).” Denúncia: “ [...] denuncia [...] como incurso no Art. 121, §2º, incisos I, III, IV e VI [...]”. Defesa: “[...] a defesa reserva o direito de se manifestar [...] apenas nas alegações finais [...]”. Pronúncia: “[...] PRONUNCIO o réu [...] como incurso no art. 121 §2º, incisos I, III e IV e VI na forma consumada”. Sentença: “[...] condeno o acusado a pena de 27 (vinte e sete) anos de reclusão , pela prática do crime previsto no art. 121, §2º, I, III, IV e VI, do Código Penal [...]”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

PRAZER DE MATAR: Mulher é assassinada por ex-marido enquanto dormia. O fato foi presenciado pelos dois filhos do casal. Relatos dão notícia de que o marido era responsável pela provisão da mulher e filhos e que a vítima era forçada a ter relações sexuais com ele, tendo resultado hematomas por causa de mordidas no seu corpo. Pode-se listar como categorias de análise do caso: controle de corpos; sentimento de prazer; posição de superioridade e controle do autor em relação à vítima no momento dos golpes; veemência e crueldade dos golpes; elemento surpresa e exposição do corpo da vítima. O caso, além de oferecer inferências de “gestos a mais”, revela violência caracterizada pelo mandato da masculinidade, controle da autoridade - elementos do patriarcado e da territorialização ou anexação do corpo feminino à autoridade do *pater*.

No plano organizacional, acusação narra acontecimentos com base nos autos do inquérito policial e mantém mesmo entendimento da Polícia sobre tipificação do fato, assim como o magistrado na decisão de Pronúncia. Por ocasião da Plenária do Júri, a composição

majoritária feminina na formação do Conselho de Sentença (5 mulheres e 2 homens) talvez tenha influenciado placar de dois relevantes quesitos que margeiam o conceito de feminicídio.

[...]

4º quesito: O réu agiu por motivo de relevante valor moral, consistente na traição reiterada conjugal por parte da vítima?

Resposta: NÃO, por 4 votos a 2, restando prejudicada o restante da apuração.

[...]

8º quesito: O réu agiu contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, vez que o crime se deu no âmbito da violência doméstica e familiar?

Resposta: SIM, por 4 votos a 2, restando prejudicada o restante da apuração.

O quarto quesito focaliza temática decorrente de forças que estabelecem comportamentos condizentes a mulheres “merecedoras” da proteção legal, enquadradas em molduras pré-estabelecidas e quando rompem ou desafiam a moldura tornam-se culpáveis pela própria morte. O oitavo quesito, ainda na mesma perspectiva, diz respeito às condições de vida precária que essa mulher vivenciava na rotina da vida familiar. Percebe-se que o placar foi apertado: 4 votos contra 2 em ambos os casos, restando apenas 1 voto. Indaga-se: dos 7 jurados (5 mulheres e 2 homens), qual teria sido a probabilidade dos votos majoritários?

Nas entrevistas, indagou-se de três entrevistados – Umbuzeiro, Sabiá e Xique-Xique - que atuam na fase processual, se o sexo dos jurados influenciaria o julgamento do feminicídio. Sabiá respondeu que sim, mas Umbuzeiro e Xique-Xique não se arriscaram responder categoricamente nem que sim ou não, porém forneceram pistas com base na experiência pessoal de cada um. Umbuzeiro argumentou que:

[...] a perspectiva de criação da mulher ainda é de [...] ela deve ser uma pessoa de maior compreensão que os homens. Isso também afeta o julgamento dela. Socialmente as mulheres são criadas pra ser mais flexíveis [...] em relação a julgamentos. Então eu creio que é mais hipoteticamente fácil pra uma mulher entender aquele homicídio [...] qualificado pelo motivo de gênero como algo que tem uma justificativa do que o próprio homem. O homem como ele é rígido nos julgamentos morais, ele é inflexível. Eu não teria coragem de selecionar um Conselho de Sentença a partir dessa predileção com homens e mulheres, né. Ao contrário, mulher [...] tende a ter uma perspectiva de maior flexibilidade nos julgamentos, compreender melhor a situação [...] diante da perspectiva, pode ser que outro seja o julgamento independente da condição de gênero, [...] e considerando [...] que a mulher [...] tem [...] maior propensão a flexibilizar julgamentos morais, enquanto o homem não. Eu tenho medo [...] é de um Conselho de Sentença formado por homens [...] porque aí certamente o julgamento é inflexível.

A fala de Umbuzeiro se adequa ao veredito do caso em comento, com julgamento flexibilizado acerca da temática do quesito 4 possivelmente em decorrência de composição

majoritariamente feminina do Conselho de Sentença. Xique-Xique entende que as mulheres tendem a compreender melhor a linguagem do feminicídio, mas traz experiência pessoal de Conselho formado integralmente por homens que julgaram pela condenação:

[...] no caso de feminicídio, o Ministério Público vai [...] recusar, assim como a Defesa, [...] três jurados, [...] vai sempre trabalhar com a ideia de que [...] a maioria do Conselho de Sentença seja mulher. [...] porque se parte do princípio de que a mulher teria um melhor entendimento pelo fato de ser mulher [...] mas na prática, não necessariamente é assim. As mulheres [...] também são muito machistas, culturalmente muito machistas. [...] quantas vezes não ouvi de mulheres dizer assim: “ah, mais ela provocou!”, e é mulher que diz, “mas ela provocou! Eu não diria que o fulano estava certo, mas ela provocou demais!” [...] e pra também justificar o que estou dizendo, eu já tive julgamentos em que a maioria, a maioria não, a totalidade do Conselho de Sentença foi homem. Eu recusei alguns, mas infelizmente a [...] totalidade foi homem, mas o resultado [...] veio condenatório. Isso significa dizer que o discurso que foi estabelecido [...] naquele momento, naquele julgamento, [...] foi aceito, [...] foi assimilado. Eu não estou dizendo que vai sempre ser [...] quando tem homens na maioria, fica mais difícil, mas você tem que trabalhar com outras coisas.

Por fim, Sabiá, ao contrário dos outros, foi enfático ao afirmar:

Com certeza, com certeza (risos). Pode, pode, com certeza. [...] e a preocupação, começa logo no sorteio do jurado. Se o cidadão matou a mulher é claro que a acusação não vai querer 4 mulheres lá. Como ele [...] pode rejeitar, dispensar 3, ele faz isso. O inverso também acontece em relação à defesa [...] isso acontece [...] e a gente tem que seguir a lei porque a lei manda, diz que ele pode fazer, sem dizer porque razão.

Ainda na perspectiva do sexo dos jurados no caso em comento, indagou-se sobre a compreensão dos jurados sobre feminicídio, tendo os entrevistados se manifestado que a compreensão dos jurados ainda é muito reduzida. Umbuzeiro argumentou que:

[...] a questão [...] deveria ser debatida a partir de um prisma técnico, mas a natureza do Júri é de Tribunal popular; me parece que o julgamento [...] entra num combo, num atacado, o jurado não compreende a questão [...] Por que não? Porque a questão [...] seria de difícil compreensão inclusive pra quem se debruça no estudo. Com maior razão, praquela pessoa que não tem conhecimento jurídico algum [...]. Se a gente for, então, julgar a perspectiva dos jurados, a partir de um conhecimento técnico, penso que a gente deveria [...] superar essa perspectiva, já que a natureza do Tribunal é de ser um Tribunal Popular.

A fala de Umbuzeiro se adequa ao problema suscitado pelo estudo de que o feminicídio possui significado aberto e que se faz necessário delinear contornos para sua compreensão. Os argumentos a serem expendidos na Plenária do Júri deverão ter linguagem acessível aos jurados. Termos técnicos, além de não oferecem solução ao problema, como é o caso da “condição de sexo feminino”, não são assimilados por quem atua no Sistema de

Justiça Criminal. Para que jurados compreendam demandas a serem julgadas, termos técnicos abertos devem possuir contornos delineados. Uma vez delineados, serão os termos aplicados por delegados, advogados, promotores e juízes e assimilados satisfatoriamente pelos jurados.

Xique-Xique do mesmo modo manifestou-se pela incompreensão dos jurados:

Ela não foi muito foi assimilada, muito bem assimilada, eu acho que ela fica [...] naquele conceito rasteiro, [...] de dizer [...] “mas hoje a violência contra a mulher tá grande”. Mas tá grande por que? Porque a televisão fala, [...] os portais, a mídia de um modo geral, as redes sociais; se tem notícia dessa violência, mas o entendimento do porque [...] está muito aquém, [...] é... preciso [...] compreensão daqueles que estão [...] divulgando e o que eu falo de compreensão, eu não estou dizendo que [...] tenha que ser jurados doutores pra entender isso não. Não é isso, até porque eu não defendo isso. [...] e como[...] esse conceito ainda não está muito bem assimilado [...] quando [...] vou atuar num caso concreto, [...] parto desse princípio que ele não está bem [...] assimilado.

Sabiá problematizou o conceito com indagações feitas por jurados após a realização das plenárias:

Eu acho que... alguns jurados aqui, [...] a gente tem a preocupação de saber qual é a formação. Rapaz, você é formado em que? Você é formado em Direito? “É, eu sou formado em Direito”. Porque pra esse, eu já tenho um discurso. Pra o outro, o discurso [...] que vai fazer ele entender que feminicídio matou porque é mulher [...]. Até teve um cidadão aqui: “Doutor, doutor, e o sapatão”? A pergunta foi essa. “E o sapatão quando bate numa mulher”?

Pesquisadora: O jurado perguntou?

É, mas isso depois lá. Como é que se aplica isso aí. O feminicídio é um nome de fêmea, feminicídio, é a morte de uma mulher, condição de mulher e quando for uma mulher que tá no papel de homem e mata uma mulher? É ciúme, é poder, arrogância, o que é? Então esse questionamento é, é, de vez em quando a gente ouve falar.

Infere-se, através destes trechos das decisões organizacionais e pelas falas de Umbuzeiro, Sabiá e Xique-Xique, que a compreensão do feminicídio carece de elementos definidores que possibilitem aos jurados conhecer contornos para aquilo que estão julgando.

O 13º caso analisado reporta cenários de violência expressiva que se alinham com as três categorias teóricas propostas, delineando especialmente contornos à categoria jurídica “menosprezo”, cumulada com evidências relacionadas à violência doméstica e familiar.

Tabela 77 – Caso nº 13 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Coroa-de-frade		Inquérito policial
Idade	44	Testemunha:

Estado civil	Solteira	“[...] desde o início do relacionamento (vítima) era abusada fisicamente por (autor); [...] era estuprada constantemente [...]; (autor) a forçava a usar drogas e em seguida praticava os abusos sexuais; [...] várias vezes viu hematomas no corpo de (vítima); [...] certa vez o bico do peito foi cortado a dentadas; [...] a genitália de (vítima) ficava inchada e roxa, ocasião em que nem conseguia usar calcinhas; [...] certa ocasião (vítima) foi estuprada e abandonada no mato por (autor); [...] estava desmaiada e ensanguentada; [...] em sua vagina foi inserida uma moeda [...]”.
Cor da pele	Parda	
Ocupação	Diarista	
Data do fato	04.01.16	
Horário do fato	7h	Interrogatório: “[...] sabe dizer que chegou a agredir (vítima) a empurrando contra a estante/armário que fica ao lado de sua rede quando a mesma estava deitada; [...] não sabe dizer por quantas vezes chegou a agredir (vítima) contra a estante; [...] sabe dizer que é capaz de ter batido a cabeça de (vítima) contra a estante/armário por algumas vezes; [...]”.
Dia da semana	Segunda-feira	
Local do fato	Residência da vítima	Lauda Cadavérico: “[...] Por si só a fratura do pescoço constatada na vítima levaria a morte por imediato entretanto, as manchas equimóticas e a hemorragia cerebral são reações vitais do organismo vivo à injúria (produzidas portanto antes da morte), o que a perícia conclui que: 1.a fratura do pescoço foi embora não única foi a causa determinante para a morte, sendo o evento final da injúria sofrida pela vítima; 2. O traumatismo craniano contribuiu significativamente para a morte e foi produzido antes do evento anterior. Os eventos por sua distribuição e multiplicidade não podem ter sido provocados por um ato único (queda por exemplo)”.
Instrumento	Instrumento contundente	
Região	Interior	
		Relatório: “[...] restou a conclusão de que houve a prática do crime de Femicídio [...] uma vez que durante a avaliação detalhada do <i>inter criminis</i> pode se perceber o absoluto menoscabo e desprezo a condição de mulher, bem como durante o interrogatório pode se perceber a naturalidade com que (autor) descrevia as constantes agressões físicas a vítima, com quem convivia, o que enfatiza a ideia de que desta forma a mesma estaria vulnerável, evidenciando a predominância das relações de gênero hierárquica e desigual”. “[...] verifico [...] a ocorrência do crime de FEMINICÍDIO (art.121, §2º, VI E 121-A, §2º I, do CPB) [...]”.
		Denúncia: “[...] denuncia [...] como incurso nas penas do art. 121, caput, do Código Penal”.
		Defesa: “[...] Requer [...]: a) A desclassificação do delito para lesão corporal seguida de morte; [...]”
		Pronúncia: “[...] pronuncio o réu [...] como incurso nas penas do art. 121, §§2º, VI e 2ºA, do Código Penal [...]”.
		Sentença: “Ante o exposto, em reverência à vontade do Conselho de Sentença [...] condeno [...] como incurso nas penas do art. 121, §2º, VI, do Código Penal [...]. [...] As circunstâncias nas quais os fatos ocorreram estão dentro da normalidade do tipo qualificado. [...] O acusado evidenciava, no seu

relacionamento com a vítima, um sadismo frio e calculista, típico daqueles que apresentam sintomas de psicopatia. Segundo [...], o acusado machucava seus órgãos genitais, e já lhe arrancou o bico do peito. Estuprava-a constantemente. Já teria colocado uma moeda na vagina da vítima. [...] A testemunha [...] ainda declinou que ele a colocou na rede e vestiu nela uma calcinha, “colocando-a num jeito bem bonito”. A frieza demonstrada, o espectro de dominação, tudo isso aponta que o acusado via a vítima como a sua propriedade, como um “objeto” com o qual ele podia fazer o que bem entendesse. Como uma máquina da qual ele tirava o seu sustento e com a qual ele podia satisfazer a sua tara sexual [...] Não há falar sobre comportamento da vítima como fator de diminuição da reprimenda [...] fica a pena fixada em 15 (quinze) anos de reclusão [...]”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

“UM JEITO BEM BONITO” DE MORRER: mulher adulta, parda, assassinada por ex-companheiro com reiteradas pancadas na cabeça contra armário aplicadas quando estava deitada, vindo a óbito no seu quarto. Relatos de testemunha e amiga da vítima dão conta de cenários de terror por ela vivenciados: violências físicas, psíquicas, sexuais, patrimoniais eram constantes na vida de COROA-DE-FRADE. O autor, após emprego da violência e morte de COROA-DE-FRADE, deitou-se a seu lado e só percebeu que estava morta no amanhecer do dia. Assim mesmo, teria arrumado o corpo de “um jeito bem bonito”, vestindo-lhe uma calcinha.

O caso remete às categorias gênero, mandato da masculinidade, precariedade e gestos simbólicos: mordedura dos seios, inserção de moedas na vagina, vestir calcinha para arrumar o cadáver, como se faz com uma “boneca”. Todos gestos de desfazimento do sujeito mulher que refletem exação do tributo, confirmação do *status* de masculinidade e excesso. Na linguagem jurídica se adequa à condição de ser mulher – menosprezo e discriminação.

No plano das interações organizacionais, o representante do *Parquet* considerou teor dos autos do Inquérito na narrativa do fato delituoso, tendo porém adotado a figura simples do crime de homicídio, retirando a qualificadora do feminicídio da Denúncia. A Defensoria Pública pugnou pela Desclassificação do crime de homicídio para lesão corporal seguida de morte e o magistrado pronunciou por feminicídio.

O Conselho de Sentença foi composto somente por mulheres e o veredito foi pela condenação do autor por feminicídio. Chama atenção argumentos utilizados pelo magistrado para dosimetria da pena por serem dotados de elementos meta-jurídicos contextualizados ao caso julgado: “ [...] A frieza demonstrada, o espectro de dominação,[...] aponta que o acusado via a

vítima como a sua propriedade, como um “objeto” com o qual ele podia fazer o que bem entendesse. Como uma máquina da qual ele tirava o seu sustento e com a qual ele podia satisfazer a sua tara sexual [...]”. Referidos argumentos, embora contextualizados ao caso em análise, carecem de embasamentos teóricos que possibilitem dar contornos objetivos “à condição de sexo feminino” do feminicídio.

No 14º caso, a seguir analisado, identificou-se fragilidades na metodologia investigatória, notadamente na incapacidade para visualizar evidências relacionadas à questões de gênero.

Tabela 78 – Caso nº 14 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Carnaúba		Inquérito policial
Idade	21	Interrogatório:
Estado civil	N/I	“[...] lhe considera como sobrinha [...] deu uma martelada na cabeça de Carnaúba [...] tinha conhecimento que a vítima estava grávida [...] nunca manteve relações sexuais com (vítima) [...]”
Cor da pele	Parda	
Ocupação	Estudante	Lauda cadavérico:
Data do fato	22/05/15	Choque hipovolêmico hemorrágico por hemotórax e hemoperitônio traumáticos.
Horário do fato	do 1h	“Foi encontrado também sem vida, feto único, do sexo masculino [...] com cerca de 28 a 34 semanas”.
Dia da semana	da Sexta-feira	Instrumento perfurocortante (p. s/n).
Local do fato	Residência da vítima	Lauda em Local de Morte Violenta:
Instrumento	Arma branca faca e martelo	“[...] A presença de lesões de defesa no seu antebraço e braço, indicam a tentativa da vítima de se proteger dos golpes sofridos [...] lesões perfuro-incisas profundas [...] mesmo inerte e já caída, no piso cerâmico, a vítima continuou a sofrer agressões, sendo contabilizados pelo menos 06 (seis) golpes [...] cujo agente agressor estava posicionado em plano superior à vítima, desferindo golpes de cima para baixo” (p.63).
Região	Interior	
		Relatório:
		“Diante disso, apurada a materialidade e a autoria da infração penal, [...] indício [...] pela prática dos crimes tipificados nos artigos 121, §2º, VI, c/c 125, ambos do CP”.
		Fase processual
		Denúncia:
		“A autoria e materialidade do crime estão sobejamente comprovadas, pelas provas carreadas aos autos. Isto posto, devidamente comprovado pelas provas carreadas aos autos do IP, o Ministério Público do Estado do Piauí denuncia a pessoa de [...] pelo crime capitulado nos art. 121, §2º, VI, c/c 125, ambos do CPB [...]”.
		Resposta à Acusação:
		“[...] seja dada continuidade [...] do incidente de insanidade [...]”.
		Pronúncia:
		“[...] PRONUNCIAR o Réu [...] como incurso nas sanções do art. 121, §2º, VI, c/c art. 125, ambos do Código Penal [...]”.

Sentença:

“JULGO PROCEDENTE a pronúncia, para CONDENAR o réu [...] pela prática do crime de homicídio qualificado (feminicídio), previsto no art. 121, §2º, VI, c/c aborto provocado por terceiro, previsto no art. 125, ambos do Código Penal [...]”

“”Não há registro de maus antecedentes, pois inexistente nos autos notícia de condenação contra o Réu [...]”.

“Não há nos autos elementos para valorar a conduta social, bem como a personalidade do acusado

“Culpabilidade normal à espécie, nada tendo a se valorar”.

“O motivo do crime é próprio do crime.

“As circunstâncias do crime demonstram uma maior ousadia do réu em sua execução e falta de amor ao próximo [...] as circunstâncias em que perpetrada a ação não podem ser mensuradas para agravar a punição do acusado”.

“As consequências do crime são normais à espécie, inerente à sua capitulação legal, nada tendo a se valorar como fator extrapenal”.

“A vítima não colaborou com a prática do delito”.

“Assim, [...] fixo a pena [...] em definitivo em 14 (quatorze) anos de reclusão, e pagamento de 20 dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente a data do fato”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

INVISIBILIDADE DO PODER: menina de 21 anos, grávida de 28 a 34 semanas, assassinada em sua residência por idoso com quem residia e lhe aplicou 32 golpes de faca atingindo diversas partes de seu corpo, ceifando sua vida e a do feto. O autor afirmou imaginar que a menina iria matá-lo e pensou em eliminá-la logo, antes que ela o fizesse contra ele. Narrou que a tinha como sobrinha e que nunca mantivera relações sexuais com ela. No momento dos golpes, o autor estava em plano superior ao da vítima impedindo que esta esboçasse qualquer reação. A veemência e intensidade dos golpes podem ser consideradas “excesso”, ou “algo mais” que caracteriza o feminicídio e contrasta com discurso do autor de ter agido pelo temor de ser assassinado.

O caso de Carnaúba foi citado por Quixaba como sendo dos mais relevantes de sua atividade profissional e dada riqueza de enunciados, segue adiante transcrito com indagações feitas pela pesquisadora:

Quixaba: [...] um dos casos que marcou muito foi o caso da CARNAÚBA. CARNAÚBA é uma jovem de 18 anos que morava com o avô, na cidade de [...]. Ela viajou [...] o avô era adotivo [...] ela é filha adotiva da filha dele. E aí ela foi pro [...] e lá se apaixonou no [...] e voltou grávida com a proposta de cuidar o avô, [...] e o avô dava pelo menos um lar pra ela. [...] a casa tava muito bem alinhada, [...] e que me chamou... me chamou atenção a subjetividade daquela vítima. Então eu acho que é importante pro perito ele ter esse *feeling*, ele ter essa sensibilidade de [...] buscar, além dos vestígios e da técnica, buscar [...] uma relação, buscar uma certa subjetividade que ele não precisa colocar no laudo, [...] mas vai embasar o conhecimento dele, vai

embasar o próprio convencimento, [...] porque o perito, ele também tem que ter o seu convencimento embasado, [...] seguro e [...] nesse caso, eu consegui com facilidade, perceber o perfil da vítima, né, e... e os vestígios foram esplêndidos, assim porque primeira coisa que me chamou atenção: [...] o início da agressão dela foi no quarto do avô, [...] era essas casas de Prefeitura, governo, que é pequenininha, tem a porta da sala, logo que você abre, vê a porta da cozinha, então [...] a agressão foi iniciada no quarto do avô, tinha dois instrumentos sujos com sangue, e [...] tinha um martelo [...] uma faca com fio de cabelo e [...] um movimento de ação do sangue muito grande lá naquele lugar. Então ali você percebeu que houve [...] um embate [...] da CARNAÚBA e a CARNAÚBA correu pra tentar sair [...] da casa; e lá [...] teve mais padrões de manchas de sangue: ela foi mais espancada. Detalhe: CARNAÚBA tava grávida de quase 9 meses, 8 meses de grávida, então ela foi [...] bastante estocada mesmo; e uma coisa me chamou atenção: [...] as manchas de sangue estáticas, paradas, entre o quarto e a porta; [...] a primeira coisa que eu estranhei, eu falei: uma menina que corre em desespero de uma sala pra sair da casa, não pode parar no meio do caminho e pingar sangue estaticamente. A gente consegue perceber quando uma pessoa tá correndo ou tá parada através das manchas de sangue. Então eu logo percebi que aquele sangue não era da CARNAÚBA, o segundo sangue. Eu entrei no quarto da CARNAÚBA: a cama, o travesseiro dela, tava sujo com um pouquinho de sangue, bem pouco; mais uma evidência, porque [...] ela tava com 32 estocadas no corpo. Ela, em nenhum momento, iria parar pra repousar no quarto dela e sangrar um pouco [...]. eu fui pra cozinha e na pia tinha mais 2 instrumentos: uma lâmina de barbear e um canivete, também sujo de sangue. Foi quando eu fui atrás do investigador e falei, e perguntei com quem ela morava. Ele falou: “olha, ela mora com o avô”. Eu falei: tem outra pessoa ferida? Ele tava ferido? Porque alguém fez uma simulação aqui de um corte e essa pessoa ficou parada, próximo ao corpo [...] por algum tempo. Tem as manchas de sangue aqui de outra pessoa próximo ao sangue dela. Ele falou: “olha, ele me disse que um bandido entrou na casa de madrugada, matou a CARNAÚBA e tentou matar ele e deu um leve corte na garganta”. Aí eu falei assim: pois ele é o nosso principal suspeito e essa lesão foi uma autolesão, ele tentou simular [...]. Então o relacionamento de um avô, [...] com a vítima, e uma vítima zelosa, zelosa que eu digo pelas características da casa [...] as roupas, apesar de serem simples financeiramente, a roupa dela muito bem passada, separada, as coisinhas muito limpas, a casinha muito limpa, [...] e assim, foi um dos casos que mais me chamou atenção e que de imediato eu consegui perceber que o autor estava ali convivendo e deitou na cama dela, eu acredito inclusive que [...] isso é subjetivo, eu não falei no laudo, mas eu acredito que após ele ter matado ela, ele simulou pra dizer que alguém feriu ele e ele ficou esperando o dia amanhecer deitado na cama dela, por isso sujou um pouquinho de sangue da garganta dele no travesseiro dela.

Pesquisadora: [...] Esse caso, eu analisei, de [...], e o que me causou estranheza, foi que ele matou ela, ele foi denunciado por feminicídio, e também por aborto. E o que me causou estranheza é que ninguém perquiriu quem era o pai da criança. Isso me causou muita estranheza porque era uma linha de investigação que tinha que ter sido levada pelo delegado. Sempre trago em minhas aulas como um erro da polícia na investigação, que tinha que ter sido feita essa confrontação porque ele alega que nunca havia feito sexo com ela, que tinha ela como filha [...] então esse caso que tu me narraste me chamou muita atenção pelo erro da polícia nessa investigação.

Quixaba: E não tinha estocado na barriga, né? Nenhuma. Eu procurei na barriga dela. Ela foi estocada em pé, ela teve golpes em pé, ela teve golpes

deitada, ela teve golpes virada nas costas mas a barriga dela estava intacta, não teve um golpe sequer na barriga.

Pesquisadora: Isso pode ser representativo?

Quixaba: É... pode ter uma certa subjetividade [...] dentro disso.

Pesquisadora: O que que me chamou atenção na tua fala é que [...] tu falaste assim: [...] a casa tava toda arrumada, a roupa tava passada, tava tudo muito cuidado. Isso que te chamou atenção [...] tem a ver com o que? Por que [...] isso te chamou atenção?

Quixaba: Porque ela era uma adolescente, [...] ela não era uma dona-de-casa, ela não era uma mulher casada, ele não era o marido dela, sabe? Ela era uma adolescente que morava com o avô, então... na sala tava uma cadeira e uma havaiana limpa, junta, como se ela tivesse, até determinado ponto, assistido TV [...] ali na sua cadeira de *fitil*, com suas chinelinhas limpas, isso trazia um pouco do perfil dela, essa organização, sabe? [...] a pia muito limpa, não tinha louça suja, as panelas humildes, simples, mas todas bem limpas. Então trazia um pouco do perfil dela. Pra uma menina que só mora com o avô, [...] ela cuidava muito bem da casa, ela tinha esse perfil [...] não tinha bagunça. A bagunça, [...] pro perito que consegue ter esse *feeling*, [...] vem de dois tipos: [...] bagunça comum, habitual e a bagunça atípica. A [...] comum ou habitual é a [...] da rotina, que você pode ter na casa: [...] louça fora do lugar, [...] roupa [...] que você jogou... habitual. Mas tem a bagunça atípica, [...] bagunça [...] do furto qualificado, que traz a busca, a procura por algo, ou o ódio, a revolta, são duas bagunças diferentes [...]²⁹⁹.

O fato de nenhum dos 32 golpes ter se dado na barriga de CARNAÚBA pode ser considerado elemento representativo da “condição do sexo feminino”, seja por ela ter envidado esforços na defesa do filho que carregava no ventre, seja por iniciativa do autor em não acertar a barriga por motivos que não foram investigados nem pela Polícia nem tampouco no decorrer da instrução e do julgamento do caso. Sequer foram coletadas amostras de material biológico do feto para comparações com amostras do autor do fato ou do namorado a quem se atribuía paternidade da futura criança abortada em virtude do assassinato.

Sob o aspecto das interações organizacionais, o Ministério Público tomou todas as evidências produzidas na fase investigatórias como parâmetro para demonstrar autoria e materialidade do fato na descrição contida na Denúncia. As tipificações se alinham na mesma moldura jurídica desde a investigação policial, acusação, pronúncia e sentença condenatória. O Conselho de Sentença, composto por 4 mulheres e 3 homens, reconheceu, por maioria de votos a materialidade dos dois delitos – feminicídio e aborto, bem como autoria, e rejeitou quesito relacionado à perturbação mental do acusado no momento da prática do delito.

²⁹⁹ Foram retirados da transcrição original termos repetidos, o advérbio “né” e a substituição dos nomes da vítima por “CARNAÚBA” e do autor por “AUTOR”, além de lugares ou situações que possam identificar os sujeitos para manter o sigilo necessário.

O magistrado, no capítulo da dosimetria da pena intitulado Dispositivo da Sentença, cumpre ritual procedimental desartado do contexto empírico submetido à apreciação³⁰⁰. Incompreensível inferir que a culpabilidade do agente e as consequências do crime são normais à espécie, assim como estabelecer que o motivo é próprio do crime e que inexistem circunstâncias a serem mensuradas, diante da dinâmica comprovada: 32 estocadas realizadas em menina de 21 anos, grávida de 8/9 meses vindo a óbito, juntamente com seu filho. Adequadas a esse caso as categorias teóricas Gênero, Mandato da Masculinidade, Precariedade, Gestos Simbólicos e Identidade Organizacional que denotam exercícios autoritários de poder no âmbito interpessoal e institucional.

O 15º caso foi selecionado pela expressão da violência empregada, atingindo enteada e companheira do autor, entendimento diverso de tipificação de condutas entre acusação e investigação, argumentos expendidos pela defesa consistentes na desqualificação da vítima, insanidade mental e embriaguez do acusado para justificar sua conduta e obter absolvição sumária. Outro relevante fator influenciou critério de seleção do caso: ausência de embasamento teórico para fundamentar decisões organizacionais da Polícia, Ministério Público e Justiça no tocante ao “menosprezo”, deixando de ser cogitado por ocasião do Relatório, Denúncia, Pronúncia e Sentença.

Tabela 79 – Caso nº 15 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Azedinha		Inquérito policial
Idade	15	Relatório:
Estado civil	Solteira	“[...] demonstra a intensa raiva que o investigado contra ela nutria [...] alvejou-a quando chegou e quando saiu, atingindo-a em diversas regiões do corpo, como cabeça, abdômen e nádega direita, provocando intenso e desnecessário sofrimento [...] Não aconteceram em sequência, mas de forma intercalada, com intervalos significativos e angustiantes, com evidente instinto de maldade, objetivando impor à vítima um sofrimento desnecessário [...] o meio cruel está visivelmente caracterizado sofrimento lento, duradouro imposto à vítima, foi matando aos poucos, deu um tiro na cabeça [...] retornou e efetuou mais disparos [...] a crueldade não está na reiteração por si só dos disparos, mas na maneira como foram efetuados” (p.85)
Cor da pele	Parda	
Ocupação	Estudante	
Data do fato	09.04.15	
Horário do fato	20h30min	
Dia da semana	Sexta-feira	
Local do fato	Residência da vítima	

³⁰⁰“[...] o apego incondicional, não dialógico e irreflexivo às inferências normativas, em um modelo meramente instrumental nos marcos de uma “epistemologia aplicada” tanto pode quanto efetivamente reverte-se em um exercício autoritário de poder na medida em que a forma de conceber o processo penal *a priori* em sua finalidade distancia-se das experiências, das narrativas, das marcas nos corpos, das histórias das mulheres no sistema de justiça criminal” (MENDES, Soraia da Rosa. Processo penal feminista. São Paulo: Ed. Atlas, 2020, p.58).

Instrumento	Arma de fogo	“[...] as condutas do investigado se enquadram perfeitamente no art. 121, §2º, I, III e IV, do CP, c/c arts. 5º, 7º e 41, da Lei 11.340/2006 [...]”.
Região	Interior	<p>“HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO (motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima) praticado no âmbito da violência doméstica, já que a vítima [...] era sua ex-enteada, com quem coabitou cerca de sete anos (art.121, §2º, I, III e IV, do CP, c/c arts. 5º, 7º e 41, da Lei nº. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha) [...]”.</p> <p>Fase processual</p> <p>Denúncia:</p> <p>“Apurou-se que o indiciado manteve relacionamento conjugal, por cerca de 8 anos (oito) anos, com a genitora das vítimas [...] passou a explorar financeiramente [...] fez com que a mesma contraísse um empréstimo [...] sempre exigia que a sua companheira lhe passasse seus rendimentos e não gastasse com as vítimas, todos estes fatos desgastou a relação conjugal [...]”.</p> <p>“Ante o exposto, [...] denuncia [...] como incurso, duas vezes, no Art.121, §2º, incisos I, IV e VI, uma delas combinado com Art.14, inciso II, do Código Penal, no Art. 306 da Lei 9503/97, no Art.16 da Lei 10.826/2003 [...]”.</p> <p>Defesa:</p> <p>“[...] b) agressão injusta: [...] em nenhum momento o ora acusado teve a intenção de matar ou tentar matar algumas das supostas vítimas.</p> <p>c) [...] no momento dos disparos o acusado estava deitado após sofrer agressão por parte da vítima e esta estava tentando acertar facadas no acusado [...] a vítima estava sob efeito de entorpecente (maconha).</p> <p>d) [...] o acusado defendia sua própria vida [...]”.</p> <p>“Doença mental”</p> <p>“Embriaguez Completa e Fortuita”</p> <p>“Verificação de insanidade mental”</p> <p>“Reconhecimento da legítima defesa [...] com a consequente ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA [...] perturbação mental macomunanda com a embriaguez [...]”.</p> <p>Pronúncia:</p> <p>“[...] PRONUNCIO o réu [...] como incurso no art. 121, §2º, I, IV e VI, do CP, na forma consumada, e art. 121, §2º, I e IV, do CP, na forma tentada, bem como, por porte ilegal de arma de fogo, artigo 14 da lei 10.826/2003 e embriagues ao volante (artigo 306 do Código de Trânsito)”.</p> <p>Sentença:</p> <p>“[...] condenado pela prática do crime previsto no art. 121, §2º, incisos I, IV e VI, uma delas combinado com o art. 14, inciso II, do Código Penal [...] Considerando a culpabilidade do réu com o grau máximo de reprovação, visto que já tinha [...] avisado a mãe da vítima que mataria alguém muito importante; [...] o réu demonstrou personalidade má desejando se vingar da mãe das vítimas; [...] desfavoráveis as consequências do crime, não só como mau exemplo para a comunidade local, como também pelas implicações danosas ao seio familiar da vítima que estava na flor da juventude; [...] o comportamento da vítima não contribuiu para o cometimento da infração [...] pois [...] estava sentada na calçada sem nada dizer</p>

ao réu [...] fixo a pena final do réu 21 anos e seis meses de RECLUSÃO [...].”

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

O Ministério Público historiciza fatos na Denúncia considerando autos do Inquérito Policial mas tipifica uma conduta como feminicídio consumado e outra feminicídio tentado, ambas em relação a duas enteadas do acusado, diversamente do entendimento da Polícia Civil. O Conselho de Sentença, formado por 4 mulheres e 3 homens reconheceu materialidade e autoria do crime de feminicídio, tendo sido o réu condenado à pena de prisão de 21 anos de reclusão em regime inicial fechado. O balizamento adotado pelo magistrado para dosimetria da pena levou em consideração aportes revelados no decorrer da instrução probatória e fatores meta jurídicos como a tenra idade da vítima (15 anos) e reflexo das condutas nas relações afetivas e familiares, levando o aplicador a sopesar contextualmente circunstâncias jurídicas, dinâmica dos fatos e realidade empírica.

As narrativas presentes nas decisões organizacionais se alinham às categorias teóricas desenvolvidas, notadamente precariedade e gestos simbólicos, em passagens, como: “[...] provocando intenso e desnecessário sofrimento [...]” ou “[...] instinto de maldade, objetivando impor à vítima um sofrimento desnecessário [...] o meio cruel está visivelmente caracterizado sofrimento lento, duradouro imposto à vítima, foi matando aos poucos [...]” e ainda: “[...] passou a explorar financeiramente [...] fez com que a mesma contraísse um empréstimo [...] sempre exigia que a sua companheira lhe passasse seus rendimentos [...]”. Os trechos remetem à categoria jurídica “menosprezo”, não suscitada expressamente pelos órgãos incumbidos da persecução penal por ocasião das decisões organizacionais, mas abrangida pelo paradigma jurídico da condição de sexo feminino invocado. Note-se que a Polícia, embora não invoque o inciso VI do §2º do art. 121 do CP, associa à Lei Maria da Penha, restringindo alcance a cenário de violência doméstica.

A dinâmica do 16º caso a seguir analisado possibilitou desenvolvimento dos enunciados teóricos propostos, especialmente pela expressividade da violência narrada pelo autor e descrita em laudos.

Tabela 80 – Caso nº 16 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Melosa		Inquérito policial
Idade	23	Interrogatório:

Estado civil		“[...] não sabendo precisar quantos golpes de faca efetuou, acreditando que teria sido uns cinco [...] que pegou (vítima) em seus braços e a colocou na cama do último quarto da casa, tendo colocado uma toalha no rosto desta; que [...] voltou para cozinha, limpou o chão tirando qualquer vestígio de sangue [...]” (p.11).
Cor da pele	Parda	
Ocupação	Desempregada	
Data do fato	13/03/16	Relatório: “[...] praticou o crime rotulado no art. 121, §2º, inc. IV e VI, Código Penal [...]”
Horário do fato	23h30min	Representação: “[...] crime previsto no art.121, §2º, incisos VI (feminicídio) do Código Penal pátrio [...]”
Dia da semana	Domingo	Defesa: “[...] golpeou a vítima para repelir uma agressão iminente e injusta, agindo em legítima defesa [...]”.
Local do fato	Residência da vítima	Sentença: “ o laudo de necropsia demonstra a existência de 09 (nove) facadas profundas, o que comprova um ataque movido por ódio e não um infortúnio decorrente do exercício de legítima defesa [...]”.
Instrumento	Arma branca faca	
Região	Interior	“[...] Destaca-se [...] a maneira fria e cruel que [...] ceifou a vida de sua companheira, “ (...) pegou ela nos braços e a levou para o quarto do casal, colocando-a por cima da cama, depois foi para a cozinha pegou um pano e passou no chão para limpar o sangue e, em ato contínuo, pegou a faca utilizada no ato [...] levando-a para o banheiro, para limpá-la, e como não havia mais água foi para debaixo da caixa d’água e tomou um banho, retirando o sangue do seu corpo; colocou a faca por detrás do vaso sanitário [...]”.
		“[...] foi cometido por motivo torpe, bem como em razão da condição de sexo feminino da vítima, em contexto de violência doméstica e familiar. [...] Tornou-se corriqueiro os infratores, criminosos, culpabilizarem as vítimas, denegrindo as suas imagens, o afã de justificar o crime, e garantir a total impunidade ou a diminuição de uma pena futura, sobretudo em casos de agressões e assassinatos de mulheres, em geral praticados por seus maridos, companheiros, namorados ou respectivos [...]”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

O caso assemelha-se aos demais no modo de execução – faca, além de excessos (9 facadas) e razões para matar: controle do corpo feminino, estando presentes mandato da masculinidade e gestos simbólicos.

O Ministério Público considerou Auto de Apreensão realizado na fase policial e capitulou o ato infracional restringindo ao inciso VI, retirando a qualificadora do inciso IV. A Sentença pautou motivação em inferências retiradas do interrogatório prestado na delegacia, havendo, portanto, interação organizacional entre Polícia, Ministério Público e Justiça em relação a esse caso.

Os atos praticados demonstram presença de intencionalidade adicional ao simples desejo de matar alguém e se alinha às categorias teóricas propostas no estudo. O trecho: “[...]”

existência de 09 (nove) facadas profundas, o que comprova um ataque movido por ódio e não um infortúnio [...]” denota intencionalidade adicional marcada pela profundidade dos golpes.

O caso nº 17, comentado por um dos sujeitos da pesquisa por ocasião de entrevista, provocou análise em destaque, especialmente em razão dos argumentos de que não havia evidências de morte intencional.

Tabela 81 – Caso nº 17 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Quebra-faca		Inquérito policial
Idade	21	Interrogatório:
Estado civil	União Estável	“[...] estava no açougue desossando um boi, com sua faca, quando QUEBRA-FACA desceu e foi lhe questionar dizendo que o
Cor da pele	Parda	interrogado queria se separar porque estava tendo um caso com
Ocupação	Trabalhadora rural	outra mulher. Que durante a discussão pediu várias vezes que QUEBRA-FACA parasse de lhe provocar: Que “perdeu a cabeça” e
Data do fato	18/06/18	arremessou a faca na parede próximo à mesa onde QUEBRA-FACA estava encostada; Que a faca bateu na parede e resvalou
Horário do fato	13h30min	acertando QUEBRA-FACA”.
Dia da semana	Segunda-feira	Boletim de Ocorrência:
Local do fato	Açougue do autor	“Feminicídio Art.121 §º, VI”.
Instrumento	Arma branca faca	Denúncia:
Região	Interior	“[...] infringiu o art. 121, §2º, inciso II, IV e VI §2º-A, I DO Código Penal c/c o art. 5º III e 7º, I da Lei 11.340/06 [...]”.
		Pronúncia:
		“[...] pronuncio o acusado [...] como incurso nas penas do art. 121, §2º, incisos II, IV e VI, e §2º-A, I, do Código Penal [...]”.
		Sentença:
		“[...] grau de reprovabilidade [...] é normal à espécie [...];
		“[...] os motivos do crime são aqueles inerentes à circunstâncias qualificadora descrita pelo Ministério Público [...]”.
		“[...] as circunstâncias [...] não apresentam nada de extraordinário que permita algum acréscimo na pena [...]”.
		“[...] As consequências [...] são deveras elevadas porque o acusado tirou a vida de sua ex-companheira e com quem tinha uma filha, deixando órfã uma criança em tenra idade [...]”.
		“[...] incide [...] agravantes do motivo fútil e do recurso que impossibilitou a defesa da vítima [...]”.
		“[...] ficando em 15 (quinze) anos e 09 (nove) meses de reclusão”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

Vale transcrição de trecho de entrevista em que Umbuzeiro narra o caso em análise:

[...] Não havia evidências de que o comportamento era feminicida. [...] o que que havia evidência: de que se ocorreu a morte, ele não negou, mas uma morte decorrente de uma imprudência,[...], a própria característica da lesão, [...] foi uma perfuração na região subclave. Uma perfuração que infelizmente acabou atingindo uma veia de alta calibrosidade e houve a hemorragia e não foi controlada. Mas em momento algum se evidenciou a perspectiva de

superioridade de gênero, né. Que seria a perspectiva? Esse seria o grande risco. Quer dizer, o feminicídio é [...] aquela figura penal pra combater aquela pessoa que odeia mulher, pela sua condição de gênero [...], e não aquele comportamento que eventualmente possa decorrer de imprudência [...] uma coisa é aquela pessoa que de fato se demonstra, através de meio de prova desprezo de gênero, aquela pessoa que odeia mulher, como já, houveram vários casos, inclusive televisionados. O que eu me recordo, assisti uma entrevista uma vez, o cara disse pra repórter, né, que se ela continuasse a fazer perguntas, ele iria tomar uma atitude e agredi-la, porque não gostava de mulher. Esse é o comportamento feminicida, diferente daquele comportamento que pode até ser homicida, mas na sua forma culposa ou na sua forma simples [...]. Então é preciso que se trace objetivamente um parâmetro pra que a gente não corra esse risco de, de generalizar demais a questão e eventualmente suprimir qualquer possibilidade de, do exercício da defesa, sempre lembrando que quando se trata de defesa, não se defende o crime, mas sim a pretensão jurídica, então há uma pretensão acusatória, mas também há uma pretensão defensiva e essas pretensões devem ser analisadas a partir de uma vertente [...], de equidistância,[...] no caso do feminicídio, o complicado é que exatamente a sociedade que faz esse julgamento. Já houve um tempo em que isso não era uma desvantagem, era uma vantagem, então até a década de 70, 80, matar uma mulher era um acontecimento socialmente legítimo, então o Júri absolvía qualquer que fosse o fundamento, digamos assim. Hoje não. A perspectiva se inverteu, mas eu acredito que em relação a todas as minorias, não só às mulheres, mas em relação às crianças, outras categorias vulneráveis, idosos e assim sucessivamente.

Umbuzeiro atribui comportamento feminicida a homens que “odeiam” mulheres e que no caso de “Quebra-faca” inexistia referido comportamento. A fala vem justificada por argumentos jurídicos generalizantes do tipo: “[...] morte decorrente de uma imprudência [...]” ou ligados à medicina: “[...] perfuração que infelizmente acabou atingindo uma veia de alta calibrosidade e houve a hemorragia [...]” e ainda: “[...] em momento algum se evidenciou a perspectiva de superioridade de gênero[...]”. Todas dissociadas de bases teóricas que legitimassem os discursos e explicassem que fatores motivaram o autor a arremessar uma faca em direção à vítima.

No plano organizacional o Ministério Público toma em conta inquérito policial para descrever fatos na Denúncia e adota capitulação ampliada incorporando mais duas qualificadoras, entendimento seguido pelo magistrado na decisão de Pronúncia.

Vale registro da dinâmica da votação, nos termos do documento constante do sistema:

- 1º. No dia 18 de junho de 2018, [...] a vítima QUEBRA-FACA foi atingida por golpe de faca, sofrendo as lesões descritas no laudo fls. [...]?
- 2º. O acusado [...] arremessou uma faca contra a vítima, causando os ferimentos constantes do laudo de fls. [...]?
- 3º. O acusado, [...] atingiu a vítima com a faca por imprudência, pois manuseou a mesma com as mãos lisas e em local pequeno?

4º. Assim agindo, o réu [...], quis ou assumiu o risco de produzir o resultado morte?

5º. O jurado absolve o acusado?

6º. O acusado agiu por motivo fútil, consistente em um desentendimento ocorrido entre o casal em razão do fim do relacionamento?

7º. O réu agiu mediante o emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima, agindo de surpresa ao arremessar a faca em face da vítima, não deixando espaço para que a mesma pudesse defender-se?

8º. O crime envolveu violência doméstica e familiar contra a mulher, pois a vítima era companheira do acusado e ambos conviviam na mesma residência?

[...]

QUESITO	SIM	NÃO
1º	04	-
2º	04	-
3º	01	04
4º	04	02
5º	-	04
6º	04	02
7º	04	-
8º	04	01

Os jurados acataram na inteireza tese da acusação para condenar o réu. Todas as qualificadoras— motivo fútil, recurso que dificultou a defesa da vítima e violência doméstica - foram reconhecidas pelo Conselho de Sentença formado majoritariamente por mulheres (5 mulheres e 2 homens).

O caso nº 18 envolveu violência doméstica e familiar cujo assassinato foi presenciado por descendentes e ascendentes. Havia histórico de violência pretérita silenciada por Velame, regularidade constatada em casos de feminicídio no Piauí.

Tabela 82 – Caso nº 18 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí.

Dados da vítima		Documento consultado
Velame		Interrogatório:
Idade	37	“ [...] VELAME é fraca do juízo [...] não recorda de muita coisa do fato, pois estava louca [...] não lembra quantos disparos proferiu contra sua ex- companheira [...] era uma pessoa boa, mas era doida [...]”
Estado civil	Solteira	Depoimento Testemunha:
		“[...] QUE (autor) não aceitava a separação [...]; a mesma não aguentava mais a brutalidade e constantes ameaças ministradas por (autor); QUE sua irmã nunca denunciou (autor) porque tinha medo de morrer; QUE sua irmã já foi trancada dentro de casa porque (autor) tinha ciúmes [...] tudo ocorreu na frente de [...], menor de 06 anos de idade [...]”
Cor da pele	Parda	Relatório:
		“praticou o crime rotulado no art. 121, §2º, inc. IV e VI Código penal)”.

Ocupação	Aposentada	Denúncia:
Data do fato	29/02/16	“[...] prática do crime previsto no artigo 121, §2º, IV, §2º - A, §7º, III do Código Penal c/c art.14 II do mesmo código [...] por ter sido praticado em razão da condição de mulher da vítima (feminicídio)
Horário do fato	17h	Pronúncia: PRONUNCIO [...] por suposta infração ao art. 121, §2º, IV; §2º-A; §7º, III, todos do Código Penal”.
Dia da semana	Segunda-feira	Sentença: “[...] condenar o acusado [...] pela prática do delito tipificado art. 121, §2º, inciso IV, §2º-A e §7º, inciso III, do Código Penal (homicídio qualificado e majorado) [...]”.
Local do fato	Residência da Vítima	
Instrumento	Arma de fogo	
Região	Interior	

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

Trata-se de mulher adulta assassinada por ex-companheiro que adentrando casa de sua mãe (da vítima), com quem residia, efetuou cinco disparos de arma de fogo, na presença de sua mãe e filho e empreendeu fuga. O Promotor considerou autos do Inquérito na formulação da denúncia, magistrado pronunciou o réu por feminicídio e jurados o condenaram por feminicídio. O Conselho de Sentença foi formado por 5 mulheres e 2 homens.

O caso nº 19 reporta caso de violência doméstica com narrativa romantizada do fato feita pelo autor.

Tabela 83 – Caso nº 19 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí.

Dados da vítima		Documento consultado
Mucunã		Inquérito policial
Idade	42	Certidão de óbito:
Estado civil	União estável	“Causas da morte: Asfixia devido ou como consequência de estrangulamento devido ou como consequência de Constrição 1q”.
Cor da pele	Parda	“Vítima de estrangulamento e morte no local”.
		Testemunha:
		“[...] foi ao seu quarto e lá viu sua mãe caída com o fio de ferro enrolado em seu pescoço, já sem vida [...] nunca presenciou o (autor) agredir fisicamente sua mãe mas acredita que ele fazia isso porque já viu manchas roxas nela; QUE ele já tentou agredir fisicamente a declarante e suas irmãs, mas era impedido por sua mãe, ela não permitia [...] acha que sua mãe só ainda estava com ele por temer as ameaças, porque toda vez que ela terminava, ele ligava todo dia dizendo ameaças contra a família [...]”.
		Testemunha:
		“[...] entrou na casa, chegou perto da porta do quarto e viu sua mãe enforcada com o fio do ferro de passar; QUE entrou em desespero e passou a chorar compulsivamente; [...] soube também que foi o

Ocupação	Doméstica	(autor) quem trancou a casa toda, deixando o ventilador ligado [...]”.
Data do fato	23/03/16	Interrogatório:
Horário do fato	18h	“[...] depois de jurar a sua amada de que se mataria, abraçado com ela, o interrogando disse que utilizando as duas mãos apertou a garganta da mesma, que foi caindo aos poucos até ao chão [...] que vendo a sua amada inerte o interrogando disse que pegou o fio do ferro de passar roupas com a intenção de se enforcar com ele no armador da rede, porém lhe faltou coragem e em vez disso pegou o fio e passou em torno do pescoço de Mucunã e apertou; que Mucunã colocou uma secreção pelo nariz e pela boca e naquele momento o interrogando teve a certeza que [...] estava morta [...] que está arrependido [...]” (p.17/18).
Dia da semana	Quarta-feira	Nota de Culpa:
Local do fato	Residência	“[...] pela prática de infração penal de HOMICÍDIO QUALIFICADO , prevista (s) no (s) FEMINICÍDIO ART. 121 §2º, INC VI c/c ART. 5º DA LEI 11.340/2006 [...]”
Instrumento	Outros meios	Denúncia:
Região	Interior	“O denunciado ainda tentou simular um possível suicídio da vítima MUCUNÃ, tendo enrolado no pescoço desta o cabo de alimentação de um ferro elétrico que foi encontrado no local”. “[...] incurso no art. 121, §2º, VI e §2º-A, I, do Código Penal Brasileiro (Feminicídio) [...]”.
		Pronúncia:
		“[...] PRONUNCIO o acusado [...] pelo crime descrito no art. 121, §2º, inciso VI e §2º-A, inciso I, do Código Penal.”

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

O autor, em interrogatório, detalha minuciosamente como se dera o assassinato de MUCUNÃ demonstrando profunda atenção aos últimos momentos de vida de MUCUNÃ.

Sob a ótica das interações organizacionais, verificou-se que a Denúncia considera autos do inquérito policial no início da narrativa dos fatos e tipifica a infração como feminicídio circunscrevendo-o à hipótese do inciso I relacionada à violência doméstica e familiar e do mesmo modo o magistrado ao pronunciar o réu, diversamente da polícia que entendeu pela combinação com a Lei nº. 11.340/06. O processo aguarda julgamento de Recurso em Sentido Estrito pelo Tribunal de Justiça.

O vigésimo caso a seguir analisado se adequou à hipótese suscitada pela Tese de que o feminicídio possui significantes abertos que geram instabilidades conceituais, especialmente quando se trata das categorias “menosprezo e discriminação” descritas no inciso II do §2º- A, do art.121, CP.

Tabela 84 – Caso nº 20 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Mureré		Inquérito policial
Idade	31	Interrogatório:
Estado civil	Solteira	“[...] agarrou no pescoço a MURERÉ para tentar se defender; [...] caíram no chão juntos, tendo o interrogado dado um mata-leão no pescoço da vítima, e segurado por trás; [...] estrangulou a vítima até a mesma parar de reagir; que quando soltou a vítima [...] viu que [...] estava sem sinais de vida; [...] o interrogado não tentou, e nem se relacionou sexualmente com a vítima; [...] não tirou a roupa da vítima; [...] arrastou o corpo da vítima, saindo pelos fundos da sua casa e abandonou o corpo dela [...]; não tentou colocar o corpo da vítima dentro de uma geladeira que se encontra abandonada no quintal da sua casa [...]”
Cor da pele	Parda	
Ocupação	Do lar	
Data do fato	28/09/18	
Horário do fato	11h50min	
Dia da semana	Sexta-feira	
Local do fato	Casa do autor	Boletim de Ocorrência: 1 – Destruição, subtração ou ocultação de cadáver; 2 - Feminicídio (art.121, §2º, VI).”
Instrumento	Contundente	Denúncia: “[...] praticou os crimes previstos nos artigos 121, §2º, incisos III (meio cruel) e VI (feminicídio) e 211 (ocultação de cadáver), ambos do Código Penal [...]”.
Região	Interior	Defesa: “[...] reserva-se ao direito de manifestar-se [...] em sede de alegações finais [...]”.
		Pronúncia: “[...] não permitem acolher, neste momento, a tese defensiva de que o Réu agiu em legítima defesa [...]”.
		“[...] PRONUNCIO O ACUSADO [...] pela prática dos crimes tipificados nos arts. 121, §2º, III e VI, e 211, ambos do Código Penal [...]”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

A Denúncia refere-se ao Inquérito para narrar fatos mas amplia tipificação do fato para incluir mais uma qualificadora, no caso, meio cruel. Considerou as peças: laudo de exame cadavérico, fotografias do corpo da vítima, laudo de Reconhecimento visuográfica de local de crime e formulário de Reconhecimento visuográfica de local de crime para demonstrar materialidade do crime. Quanto à autoria, considerou informações da investigação policial na generalidade. Na Pronúncia, o magistrado manteve enquadramento feito pelo Promotor na denúncia porém, por ocasião das quesitações em plenário do júri, ao formular questão relacionada ao feminicídio circunscreveu à seara doméstica do inciso I, circunstância não identificada nem na acusação nem na Pronúncia, restringindo, portanto, o alcance da qualificadora que ficou aquém do conceito legal e do conteúdo formal da Pronúncia. Eis a quesitação proposta que resultou na retirada, pelos jurados, da qualificadora do feminicídio:

5. O Acusado [...] praticou o crime contra a Vítima MURERÉ por razões da condição do sexo feminino no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher?

Resposta: NÃO.

A qualificadora meio cruel e ocultação de cadáver foram reconhecidos pelo Conselho de Sentença formado majoritariamente por mulheres (6 mulheres e 1 homem), mas o feminicídio, por força de equívocos na formulação do quesito, deixou de ser apreciado na sua inteireza, ou seja, na perspectiva das relações de poder que não se reduzem à esfera familiar e doméstica.

Analisando Razões de recurso de Apelação interposto pela Defensoria Pública e Contra Razões do Ministério Público, verifica-se que a defesa pugna pela nulidade do julgamento sob argumento de que o meio cruel, reconhecido como resultante de asfixia que não restou comprovada nos autos e, em contrapartida, acusação pugna pela manutenção da decisão porquanto alicerçada no acervo probatório. Não se vê por parte da acusação argumentos concernentes ao quesito nº 5 elaborado pelo magistrado e formulado aos jurados, tratando-se de ato que restringiu alcance legal e tendenciou a compreensão dos julgadores para conceito individual de juiz que não o juiz natural. Esse fato é indicativo de possível violação ao princípio da competência para julgamento de crimes dolosos contra a vida – alínea d, inciso XXXVIII, art.5º, da Constituição Federal.

O caso é exemplificativo das incertezas que podem decorrer do conceito legal aberto do feminicídio ocasionando cenários de insegurança porque sujeito a compreensões diversas, adequando-se ao problema do presente estudo.

O caso nº 21 foi destacado para análise pelos critérios biográficos da vítima – adulta, negra, do lar em contraponto com autor: jovem, branco e amigo do filho da vítima. A precariedade das primeiras investigações policiais também representou fator que impulsionou a escolha. A investigação teve início na localidade em que se dera o fato mas foi concluída pela Delegacia do Feminicídio sediada na capital.

Tabela 85 – Caso nº 21 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Flor-de-cera		Inquérito policial Reconhecimento Visuográfica: “Sobre as razões de gênero é imperioso mencionar que a vítima apresentava sinais de violência sexual, o que demonstra a vulnerabilização ante o fato de tratar-se de pessoa do sexo feminino,
Idade	54	
Estado civil	Solteira	
Cor da pele	Preta	

Ocupação	Do lar	além da provável existência de relação sexual anterior ao cometimento do homicídio, por esta razão mostra-se evidente o menosprezo e total desrespeito à condição da vítima, mulher. [...]
Data do fato	06/11/17	Por fim, [...] a vítima apresentava compleição física muito menor e mais franzina que o autor do crime, fato que consubstancia ainda mais a sua vulnerabilidade e incapacidade de resistência”.
Horário do fato	1h	
Dia da semana	Segunda-feira	Relatório: “[...] o fato se desenvolveu a partir de a conduta machista do autor, com a reificação da vítima vislumbrada no corpo de delito a partir do local de crime”.
Local do fato	Residência da vítima	“[...] a motivação salienta a objetificação do autor em face da mulher assassinada [...]”
Instrumento	Pedra	“[...] restou o entendimento da figura típica do FEMINICÍDIO e ESTUPRO (art.121, §2º, VI, § 2º-A, II e Art. 213, caput do CP)”. Laudo cadavérico: “[...] histórico de que a mesma estaria semidespida no momento em que foi encontrada, apresenta lesões: [...] em punho direito e esquerdo com pontos de pressão característico de lesão de contenção [...] característica de esganadura, [...] apresenta lesões que caracterizam a conjunção carnal e possível estupro seguido de morte [...]”.
Região	Interior	Denúncia: “denuncia [...] como incurso nos Arts. 121, §2º, incisos I/II, III, IV e VI/CP e 213, caput/CP [...]”. Defesa inicial: “[...] 1) Rejeição da denúncia[...] por inépcia e por ausência de justa causa [...] 2) [...] revogação da prisão preventiva [...] 4) [...] absolvição sumária [...]”. Pronúncia: “[...] PRONUNCIAR o réu [...] como incurso nas penas do art. 121, §2º, III, IV, V e VI do Código Penal e do art. 213 do mesmo diploma legal [...]”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

O caso foi mencionado por Flor de Jitirana como exemplo de desconsideração em relação ao crime de feminicídio:

Flor de Jitirana: [...] muitas vezes parece claro pra gente que estuda, que tem o conhecimento, [...] que tá no dia-a-dia, pra eles, eles fazem questão de não ver, [...] quem tá do outro lado da mesa faz questão de dizer que não enxerga [...]. Eu [...] me lembro uma vez que [...] fomos acompanhar [...] investigação de um feminicídio lá em [...] e eu acompanhei a delegada Eugênia, e o advogado, eu não sei nem como definir aquele senhor, aquele advogado ele não é bom da cabeça [...] (Risos dos participantes). Enfim, [...] ele disse que não sabia pra que [...] tinham criado esse tal de feminicídio, que o homicídio já resolvia tudo.

Malícia: Pois eu já ouvi um juiz falando isso.

Flor de Jitirana: Pois é, então assim [...] o que pra gente é tão claro e tão necessário, [...] eles fazem questão mesmo de não ver, de deixar claro pra gente que não enxergam aquilo. [...] é por isso que a gente tem que tá preparado realmente pra todas as brechas.

Na perspectiva das decisões organizacionais, o auto de prisão em flagrante foi tomado como parâmetro para narrativa do fato na Denúncia, tendo o feminicídio se mantido constante nas decisões das organizações. O processo aguarda resultado de exame de DNA a ser realizado em material coletado no corpo da vítima para comparação com material do acusado, atualmente em liberdade.

A Reconhecimento Visuográfica possui narrativas que remetem à vulnerabilidades físicas da vítima em relação ao autor, justificando condutas à incapacidade de resistência da vítima. No Relatório há invocação de conteúdos como “reificação”, “objetificação”, “machismo” destituídos de embasamentos teóricos que permitam contextualizar referidos enunciados à dinâmica investigada.

O caso nº 22 foi tomado para análise em razão da biografia da vítima – adulta, trabalhadora rural – constituir regularidade mapeada pela pesquisa e por se adequar ao problema suscitado pela Tese. Um caso típico de feminicídio foi remodelado para qualificadora diversa da “condição de sexo feminino” em decorrência de aberturas que provocaram instabilidade conceitual por ocasião do julgamento.

Tabela 86 – Caso nº 22 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí.

Dados da vítima		Documento consultado
Unha-de-Gato		Interrogatório:
Idade	40	“[...] Que UNHA-DE-GATO chegou a bater no interrogado com a parte lateral da faca, acertando-lhe nas costas; [...] o interrogado conseguiu tomar a faca de UNHA-DE-GATO e desferiu dois golpes de faca, mas não se recorda em que local do corpo atingiu a companheira; [...]”.
Estado civil	Casada	
Cor da pele	Parda	
Ocupação	Quebradeira de castanha	
Data do fato	27/11/17	Relatório:
Horário do fato	12h	“[...] INDICIO (AUTOR) pelo delito de Homicídio qualificado pelo motivo fútil e pela impossibilidade de defesa da vítima e pelo Feminicídio (ART. 121, §2º, II, IV e VI, DO CP)”.
Dia da semana	Segunda-feira	Denúncia:
Local do fato	Residência da vítima	“Diante do exposto, [...] denuncia [...], como incurso nas penas do artigo 121, parágrafo 2º, incisos II e IV e VI, do Código Penal [...]”.
Instrumento	Arma branca	Defesa inicial:
		“ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA [...]”.
		Pronúncia:
		“[...] PRONUNCIO pela infração do <u>art.121, §2º, inciso II, IV e VI do CP</u> [...]”.
		Sentença:
		“[...] JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na denúncia, para CONDENAR o réu [...] como incurso nas penas do artigo 121, §2º, inciso IV, do CP. [...] 16 (dezesseis) anos e 08 (oito) meses [...]”.

Região	Interior
--------	----------

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

Trata-se de caso de mulher quebradeira de coco, atividade tradicional na região norte do estado denominada “Cocais”, alvejada com 4 golpes de faca por seu companheiro, deixando 3 filhos órfãos, todos menores.

O Promotor considerou autos do inquérito policial para narrar fatos atribuídos ao denunciado e o juiz pronunciou o réu nos termos da denúncia, havendo alinhamento de pensamento entre organizações. Porém, não foi esse o entendimento dos jurados, cujo Conselho de Sentença, composto por 4 mulheres e 2 homens, decidiu, em sede de julgamento em plenário, por homicídio qualificado - recurso que impossibilitou a defesa da vítima; deixou de reconhecer a violência doméstica e familiar que faria incidir o feminicídio e ainda, reconheceu o privilégio da violenta emoção:

[...]

4. O acusado cometeu o crime sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, após esta ter dado um pano de faca em suas costas?

[...]

6. O réu agiu mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima consistente em 4 golpes de faca, estando a vítima desarmada e sem oferecer risco algum?

7. O crime envolveu violência doméstica e familiar contra a mulher, pois o acusado convivia com a vítima na mesma unidade doméstica?

[...]

4º QUESITO: SIM 04 X 00 NÃO.

[...]

6º QUESITO: SIM 04 X 02 NÃO.

7º QUESITO: SIM 03 X 04 NÃO.

Há de se questionar formulação dada pelo magistrado ao quesito que faria incidir o feminicídio por duas razões principais: são duas possibilidades que caracterizam o feminicídio: violência doméstica e familiar, cujo conceito não se reduz à ideia de convivência na mesma unidade doméstica - dada pelo magistrado, e a segunda pelo menosprezo e discriminação, que não foram consideradas nas quesitações. O caso remete à necessidade de se apresentar categorias teóricas que delineiem contornos ao feminicídio, sob pena de se perder de vista enunciados jurídicos explícitos mas carentes de conteúdo que viabilizem aplicação aos casos concretos como esse em comento.

O caso de Unha-de-gato foi selecionado devido relevância social e política para o movimento de mulheres do campo. A importância se deu por se tratar de trabalhadora rural,

quebradeira de coco babaçu, atividade tradicionalmente nordestina, afeta ao segmento feminino. As quebradeiras de Coco, estão organizadas politicamente em Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB possuindo identidade de gênero própria, associada ao campo³⁰¹. Organizadas em Movimento, produzem músicas e performances para reconhecimento e identidade do coletivo, como a seguir delineada:

Eu sou quebradeira, eu sou quebradeira, vim para lutar
 Pelos meus direitos, pelos meus direitos vim reivindicar
 Mais educação e saúde pra toda nação
 Eu sou quebradeira, eu sou mulher guerreira e venho do sertão.
 No Tocantins tem quebradeira, no Piauí tem quebradeira,
 Lá no Pará tem quebradeira, no Maranhão estão as quebradeiras (VEIQCB, 2004)³⁰².

O Movimento denuncia situações de precariedade que mulheres quebradeiras de coco vivenciam e reivindica cidadania e reconhecimento do trabalho desenvolvido, enunciados que se alinham com a categoria decolonial gênero.

O caso nº 23 apresenta enunciados que se adequam às três categorias teóricas propostas pela Tese. Narrativas do autor e testemunhas, trechos de decisões organizacionais expõem ideias de controle, precariedade e excesso. Porém, carecem de embasamento teórico.

Tabela 87 – Caso nº 23 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Quipá		Inquérito policial
Idade	12	Interrogatório:
Estado civil	Solteira	“[...] após ser provocado por sua namorada QUIPÁ foi em sua residência, pegou uma faca na cozinha, retornou ao bar [...] e cravou a faca na barriga da namorada [...] em seguida evadiu do local deixando a faca cravada na vítima; [...] perguntado [...] em que consistia as ‘provocações’ feitas pela vítima, o mesmo respondeu que ela ficava dançando forró com outro homem [...] e olhava para o interrogado fazendo careta e beicinho [...] alega ainda que a QUIPÁ dançava sozinha, se rebolando para as pessoas presentes no bar; [...] diz que tomado pelo ciúme e semi-alcoolizado, saiu do bar e foi em sua casa pegar uma faca para matar a vítima; [...] estava com a cabeça quente e quando retornou ao bar, já armado com a faca, encontrou a QUIPÁ sentada em uma cadeira; [...] mesmo assim [...] diz que sem falar nada, cravou a faca na barriga da QUIPÁ [...]”
Cor da pele	Preta	Relatório: “[...] INDICIAR [...] pela prática dos crimes de Estupro de
Ocupação	Estudante	
Data do fato	24/12/17	
Horário do fato	19h	
Dia da semana	Domingo	
Local do fato	Publico	

³⁰¹ BARBOSA, Viviane de Oliveira. Na terra das palmeiras. Gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p.29.

³⁰² BARBOSA, Viviane de Oliveira. Na terra das palmeiras. Gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p.144.

Instrumento	Arma branca	Vulnerável e Feminicídio, previstos no artigo 217-A e artigo 121 §2º, VI ambos do CP [...]
Região:	Interior	<p>Depoimento testemunha:</p> <p>“[...] Autor se aproximou de QUIPÁ e esticou a mão na direção da mesma e disse a seguinte frase: ‘pega ao menos na minha mão’; [...] QUIPÁ Esticou a mão para pegar na mão de Autor e nesse momento a declarante ouviu um barulho estranho e pensou que Autor havia dado um murro em QUIPÁ [...]”</p> <p>Lauda em Local de Crime:</p> <p>“[...] a vítima não tivera chance de defesa”.</p> <p>Denúncia:</p> <p>“[...] agindo com <i>animus necandi</i>, por motivo fútil/torpe, agindo de forma a dificultar a defesa da vítima (dissimulação), por meio cruel e contra mulher por razões da condição do sexo feminino, desferiu um golpe de faca peixeira no abdômen da vítima QUIPÁ [...]”.</p> <p>“[...] denuncia [...] como incurso no Art. 121, §2º, incisos I/II, III, IV e VI, em combinação com os §4º, parte final e §7º, II/CP e no Art.217-A/CP [...]”.</p> <p>Defesa:</p> <p>“[...]”</p> <p>B) Declaração de nulidade do(s) exames(s) periciais formalizado(s) [...]”</p> <p>Pronúncia:</p> <p>“[...] PRONUNCIAR o réu [...] como incurso nas pens do art. 121, §2º, I, II, III e VI em combinação com os §4º, parte final e §7º, II, do Código Penal e do art. 217-A DO MESMO DIPLOMA LEGAL [...]”.</p> <p>Sentença:</p> <p>“[...] reconhecendo a prática de homicídio qualificado, pelo motivo fútil e uso de meio cruel, e estupro de vulnerável”.</p> <p>DOSIMETRIA DA PENA</p> <p>DELITO – art. 121, §2º, II, III, IV e VI, do CP.</p> <p>[...] ter o réu agido por meio modo cruel, [...] consistente em ter o réu deixado a faca peixeira cravada no abdômen da vítima , tendo a vítima se deslocado em direção a saída do bar, momento em que a vítima retirou com as próprias mãos a faca que estava encravada abaixo de seu peito [...].</p> <p>[...] Observou-se que o crime ocorreu na véspera de natal [...] sendo que momentos antes do crime o réu se encontrava bebendo cachaça com a mãe da vítima, tendo dito a ela que no dia seguinte iria lhe dar um ‘natal’, como se (um presente)[...].</p> <p>Ante o exposto, [...] condeno o acusado a pena de 34 (trinta e quatro) anos, 5 (cinco) meses e 10 (dez) dias de reclusão, pela prática dos crimes previstos no art. 121, §2º, II, III, IV, VI, e no art. 217-A, ambos do Código Penal [...]”.</p>

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

UM PRESENTE DE NATAL: o caso recebe essa nomenclatura em razão de fala do autor dirigida à mãe da vítima um dia antes de assassiná-la, como promessa de entregá-la presente de Natal no dia seguinte, dia 24 de dezembro, data em que se dera o fato. QUIPÁ contava com apenas 12 anos e o autor com 22 anos. A fala do autor de que QUIPÁ dançava

com outros homens, se rebojava para chamar atenção, remete ao mandato da masculinidade, à perda do *status* de masculinidade pela condição de liberdade da mulher em relação a outros homens e consequente perda de controle em relação a ela. O fato de deixar a faca cravada no corpo da vítima é significativa de gesto de força e de territorialização, demonstrando poder da masculinidade.

No plano institucional, o Ministério Público baseia acusação nos autos do inquérito policial porém, acrescenta outras qualificadoras ao tipo penal além do feminicídio e o magistrado acompanha os termos da Denúncia na decisão de Pronúncia, mantidas até decisão final pelos jurados.

O caso nº 24 demonstra intencionalidade adicional que caracteriza o feminicídio. Gestos que excedem o necessário para assassinar alguém.

Tabela 88 – Caso nº 24 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Trapiá		Inquérito policial
Idade	23	Laudo Cadavérico: “[...] útero aumentado de volume e com sinais gravídicos [...]”.
Estado civil	Casada	Depoimento Testemunha:
Cor da pele	Parda	“[...] pegou uma faca que estava sobre a mesa, que TRAPIÁ usaria para cortar a carne[...] e passou a lesionar TRAPIÁ; TRAPIÁ chegou a correr para a frente da casa[...] enquanto tentava abrir a porta, TRAPIÁ foi acertada por AUTOR nas costas; TRAPIÁ conseguiu abrir a porta, mas caiu ao chegar no alpendre da residência; [...] após cair ao chão, AUTOR ficou sobre TRAPIÁ e desferiu três golpes na mesma; QUE o menor conta os fatos de forma repetitiva, desde ontem, e sempre conta da mesma forma; [...] além do menor filho da depoente, outras duas crianças, filhas do AUTOR e TRAPIÁ presenciaram os fatos”.
Ocupação	Do lar	
Data do fato	31/07/18	
Horário do fato	8h	
Dia da semana	Segunda-feira	
Local do fato	Residência da vítima	
Instrumento	Arma branca	Depoimento testemunha:
Região	Interior	“[...] ao chegarem ao local, depararam-se com TRAPIÁ ao chão, agonizando; [...] os filhos de TRAPIÁ e um sobrinho da mesma, todos com idades entre 02 a 06 anos, estavam próximo ao corpo de TRAPIÁ chorando [...]”.
		Relatório: “ <u>INDICIAR</u> (autor) pela prática dos crimes de Estupro de Vulnerável e Feminicídio previstos no artigo 217-A e artigo 121 §2º, VI ambos do CP [...]”.
		Denúncia: “TRAPIÁ foi orientada [...] a noticiar os fatos [...] à Delegada [...], mas esta respondia que iria “ <i>morrer de todo jeito</i> ”[...] o medo era tamanho que a vítima deixou de levar suas filhas à escola. [...] AUTOR se dirigiu a casa da vítima [...] acabou por forçar o portão da casa, entrando [...] sem o seu consentimento e a perseguindo [...]”

“[...] a vítima estava grávida [...] o fato já havia se tornado público”.
 “[...] fugiu sem demonstrar a mínima preocupação com o seu estado de saúde, mesmo depois de esfaqueá-la e deixá-la banhada de sangue”.
 “Com tais condutas, o acusado incorreu no crime previsto no art. 121, §2º, I e VI e §7º, I do Código Penal Brasileiro [...]”.

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

O inquérito lastreou o conteúdo da denúncia e o réu encontra-se foragido. Há registros de violências anteriores e representações por medidas cautelares em face de TRAPIÁ. Relato de testemunha informa que a vítima foi orientada noticiar violências anteriores à polícia, mas assim não agiu. Trata-se de regularidade encontrada nos processos de feminicídio do Piauí: o silêncio das vítimas em relação a violências anteriores. O estado de gravidez da vítima constitui fator relevante na análise da precariedade.

O caso nº 25 chama atenção pelos argumentos do autor: “[...] só puxei o cão de leve, foi só brincadeira’ [...]”.

Tabela 89 – Caso nº 25 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Umarí-bravo		Inquérito policial
Idade	25	Laudo Cadavérico: “[...] meio cruel, por disparo de arma de fogo no rosto do cadáver a curta distância [...]” (p.10).
Estado civil	Solteira	Interrogatório:
Cor da pele	Branca	“[...] a última vez que carregou a [...] arma de fogo foi a aproximadamente 09 (nove) meses; [...] era utilizada para caçar veados; [...] pediu para que a mesma voltasse para a casa do casal [...] tendo ela respondido que era melhor dar um tempo na relação marital; [...] afirma ter pego na arma de fogo que trazia consigo e dito: ‘Olha’; [...] afirma ter puxado o cão da arma de fogo levemente, acrescentando: ‘só dei um toque’; [...] afirma que a arma disparou, vindo a atingir a companheira; [...] estava a aproximadamente 02 (dois) metros de distância da companheira; [...] sabia que a arma estava carregada, mas não tinha espoleta; [...] ‘eu sabia que a arma podia disparar, mas eu não estava mirando pra ela. Se eu quisesse atirar nela, mirava e tinha afastado a arma de mim para não me atingir [...] meu rosto e meu peito foram atingidos [...] só puxei o cão de leve, foi só brincadeira’ [...]” (p. 29).
Ocupação	N/C	Relatório:
Data do fato	03/05/17	“[...] pela prática de feminicídio, nos termos do artigo 121, §2º, inciso VI, §2º, inciso I do CPB”.
Horário do fato	11h	Pronúncia:
Dia da semana	Quarta-feira	“Pelo exposto, PRONUNCIO o acusado [...] como incurso nas sanções dos art. 121, §2º, II, III, IV e VI - §2ª-A, I, todos do Código penal [...]”.
Local do fato	Público	Sentença:
Instrumento	Arma de fogo	“Submetido a julgamento, o [...] Conselho de Sentença, em resposta aos dois primeiros quesitos, reconheceu a materialidade e autoria do
Região	Interior	

crime de homicídio. [...] No quinto, sexto, sétimo e oitavo quesitos, admitiu as qualificadoras do motivo fútil, meio cruel, dissimulação com recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima e do feminicídio.

[...] Quanto ao grau de culpabilidade, tenho-a normal ao tipo.

[...] o motivo fútil, consistente no fato da vítima não querer mais reatar o relacionamento.

As consequências foram as do tipo penal.

[...] fixo a pena em definitivo em 28 (vinte e oito) anos de reclusão [...].”

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

Não foi possível localizar a denúncia no sistema operacional *Themis Web*, daí não se poder analisar interações da polícia com o Ministério Público nesse caso. Porém, pelo teor da Pronúncia, vê-se que o magistrado adotou tipificação proposta pelo membro do *Parquet* e que se difere da relatada no inquérito policial porque ampliada com mais 3 qualificadoras, além da do feminicídio. O caso foi selecionado porque se diferenciou em dois aspectos em relação à maioria: emprego de arma de fogo e local público, mesmo em contexto familiar.

Por fim, o caso nº 26 foi eleito dentre os casos de feminicídio seguidos de auto eliminação. A relevância se dá no âmbito da propositura de políticas públicas voltadas à prevenção do feminicídio, vez que se percebe regularidade de casos no estado.

Tabela 90 – Caso nº 26 - trechos de discursos retirados de inquéritos policiais que investigaram feminicídios no Piauí

Dados da vítima		Documento consultado
Fuminho		Inquérito policial
Idade	15	Boletim de Ocorrência: “A noticiante compareceu a esta DRPC informando que [...] assassinou a sua sobrinha menor de idade, FUMINHO, com várias facadas. Que FUMINHO teve um filho com o autor. Que após o assassinato o autor do crime suicidou-se, com disparo de arma de fogo. Que o assassino não aceitava o fim do relacionamento [...]”.
Estado civil	Solteira	
Cor da pele	Parda	
Ocupação	Do lar	
Data do fato	08/07/16	Laudo Cadavérico: “[...]múltiplas lesões [...] com requinte de crueldade [...]”
Horário do fato	9h30min	Termo de Depoimento: “[...] em determinado momento AUTOR começou a desferir várias facadas em FUMINHO [...] foram muitas facadas em todas as partes do corpo; [...] este declarante gritou: [...] rapaz, você está matando FUMINHO; que FUMINHO ainda falou assim: “[...] tu tem coragem de fazer isso comigo”.
Dia da semana	Sexta-feira	
Local do fato	Residência da vítima	Relatório: “Concluo pela EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA MORTE DO AUTOR [...]”.
Instrumento	Arma branca	Sentença: “Pelo exposto, com fundamento no art. 107, I do Código Penal, declaro extinta a punibilidade [...]”.
Região	Interior	

Fonte: elaborada pela autora a partir de acervo do Núcleo de Estudos e pesquisas em violência de gênero do Departamento de Proteção à Mulher da Polícia Civil do Piauí.

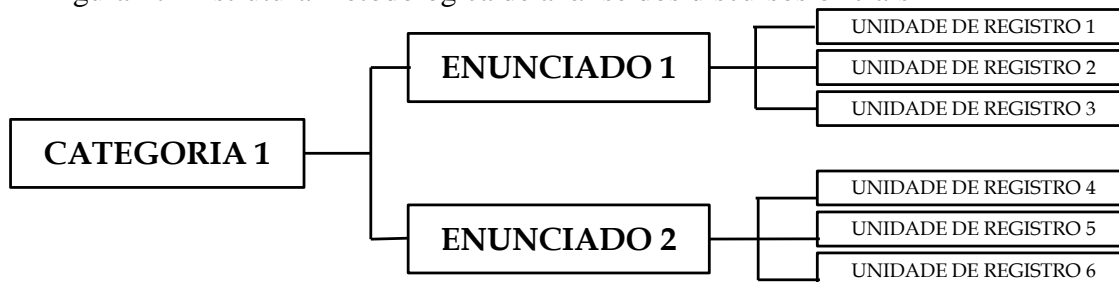
O caso é ilustrativo de feminicídio seguido de suicídio do autor, com recorrência de 10 dentre 87 casos da pesquisa em que foi possível acessar no sistema ou 11,63% do total, sendo 3 dos 20 na capital (15%) e 7 dos 67 no interior (10,45%).

Capturados 26 (vinte e seis casos) e analisadas decisões tomando por base marcos teóricos e falas dos sujeitos entrevistados resultantes do debate do grupo focal, o estudo propõe identificar enunciados para o feminicídio tomando como paradigma esses discursos oficiais entrelaçando-os a categorias e enunciados oriundos do campo teórico e empírico da pesquisa.

4.3 PROCESSO PARA IDENTIFICAÇÃO DE SIGNIFICADOS DO FEMINICÍDIO NO TRABALHO JURÍDICO PENAL DA INVESTIGAÇÃO, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS CASOS NO PIAUÍ

O processo decorre de unidades de discursos desenvolvidas pela decomposição do material previamente selecionado, no caso foram selecionados 26 casos de feminicídio, dos 109 que compõem amostra da pesquisa e em seguida, os casos foram analisados através da divisão em partes consideradas por diferenciação funcional, ou seja, decisões organizacionais a cargo da Polícia, Ministério Público, Defesa e Justiça. Uma vez estabelecidas as Organizações, foram consideradas apenas decisões que dialogassem diretamente com o feminicídio e, assim, passou-se à etapa de captura das unidades discursivas para posterior mapeamento, categorização e análise³⁰³. Passa-se a organizar os discursos oficiais por categorias, enunciados e unidades discursivas para posterior formação discursiva ao feminicídio.

Figura 27– Estrutura metodológica de análise dos discursos oficiais



Fonte: elaborada pela autora da pesquisa.

³⁰³ MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora); GOMES, Sueli Ferreira Deslandes Romeu. Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. 32ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993, pp. 87-88.

O estudo adotou, para análise do conteúdo das decisões organizacionais, mesma estrutura metodológica utilizada na análise de conteúdo das entrevistas e grupo focal. O tema central foi o feminicídio tomado na perspectiva jurídica.

4.3.1 Análise dos discursos jurídicos

A tabela foi construída tomando por base estrutura da qualificadora do feminicídio prevista no §2º do art. 121, inciso VI e §2º, incisos I e II, e as causas de aumento previstas no §7º do mesmo artigo do Código Penal brasileiro. As unidades de registro foram contabilizadas no âmbito das decisões indiciárias (inquérito policial), acusatórias (Denúncia), instrutórias (Pronúncia) e decisórias (Sentença definitiva condenatória), daí superarem o número absoluto de 25 casos analisados.

Os percentuais tomaram em consideração 26 casos pesquisados no sistema *Themis Web* da Justiça piauiense, mas com exclusão do caso de extinção do processo por morte do agente, restaram 25 casos considerados.

Tabela 91 – Mapa de frequências das qualificadoras do art. 121 CP em 25 processos de feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Parágrafo	Inciso	Freq. Absoluta (unidade)	Freq. Relativa (%)	Freq. Acumulada (%)
2º	VI	49	31,01	31,01
	IV	37	23,42	54,43
	II	24	15,19	69,62
	I	15	9,49	79,11
	III	15	9,49	88,61
2º - A	I	13	8,23	96,84
	II	5	3,16	100,00
Total	7	158	100,00	

Fonte: elaborada pela autora resultante de pesquisa em sistema operacional *Themis Web* da Justiça piauiense e análise teórica e empírica de 25 casos de feminicídio ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18, em parceria com Núcleo de Estatística e Análise Criminal da SSP. Acervo da autora.

A metodologia utilizada para análise do conteúdo dos discursos jurídicos foi isolamento da categorização jurídica atribuída ao feminicídio por ocasião da tipificação da conduta nos Relatórios policiais, Denúncias, Pronúncias e Sentenças Condenatórias do acervo considerado e fragmentação das qualificadoras do parágrafo 2º do artigo 121 do Código Penal brasileiro, isolando-as e atribuindo-lhes recorrências individuais. Foi possível organizar 71 decisões adotadas nos 25 processos pesquisados e 158 recorrências.

Tabela 91 – Discursos oficiais da Polícia, Defesa, Ministério Público e Justiça em 25 processos de feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Categoria	Enunciados	Unid. de registro	Rec.	%
Se o homicídio é cometido: §2º	mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;	I	15	9,49
	por motivo fútil;	II	24	15,19
	com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;	III	15	9,49
	à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;	IV	37	23,42
	contra a mulher por razões da condição de sexo feminino;	VI	49	31,01
Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: §2º-A	Violência doméstica e familiar;	I	13	8,23
	Menosprezo ou discriminação à condição de mulher.	II	5	3,16
Total	8	8	158	100,00
A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a 1/2 (metade) se o crime for praticado: §7º	Durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;	I	2	28,57
	Contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;	II	1	14,28
	Na presença de descendente ou de ascendente da vítima.	III	4	57,14
Total	3	3	7	100,00

Fonte: elaborada pela autora resultante de pesquisa em sistema operacional *Themis Web* da Justiça piauiense e análise teórica e empírica de 25 casos de feminicídio ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18. Acervo da autora.

Infere-se que Delegados, Promotores e Juízes tipificam assassinatos de mulheres adotando prevalentemente o inciso VI do §2º do art.121 do CP e a violência doméstica e familiar na compreensão da condição de sexo feminino. Aumentos de pena incidem em maior quantidade por terem sido os assassinatos presenciados por filhos e ascendentes, dado que dialoga com cartografia anteriormente exposta de que a residência da vítima se apresenta como local de maior frequência de feminicídios no Piauí.

Verifica-se também que decisões organizacionais têm expandido tipificação do feminicídio para outras qualificadoras – Incisos I, II, III e IV. O achado se adequa ao problema suscitado de que o feminicídio possui significantes abertos a diversos significados. Os enunciados das qualificadoras empregados nessas decisões corresponderam a: motivo torpe, motivo fútil, emprego de meio cruel e recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

Referidas qualificadoras foram cotejadas pelos enunciados propostos no estudo para conceituar “condição de sexo feminino”: Mandato da Masculinidade, Gestos Simbólicos e

Precariedade. Nos termos da pesquisa, entende-se que eventual invocação dessas qualificadoras, em arranjos combinatórios com o feminicídio, poderá constituir violação ao princípio do *ne bis in idem*³⁰⁴ do Direito Penal. O achado poderá ser objeto de estudo aprofundado para demonstrar que a precisão conceitual do feminicídio, com base nos enunciados propostos, afasta do cenário das decisões organizacionais quatro qualificadoras do tipo penal por restarem substancialmente absorvidas por ela.

Esse pensamento é corroborado pela fala de Umbuzeiro em resposta à indagação sobre possível existência de lacunas na qualificadora feminicídio:

Me parece que não. Exatamente porque o critério da lei foi o critério de, de motivação de gênero. Se a gente quiser incluir outros critérios aí, a gente passaria a confundir os homicídios simples ou qualificados com feminicídio. E me parece que a inovação do feminicídio já foi distingui-la do motivo fútil ou eventualmente do motivo torpe. Quer dizer, se a gente quiser criar figura mais ampla, há o risco de se criar legislação penal conflitante, né. Então da forma que tá posta, a discussão me parece que a definição legal já é o suficiente pra acobertar as relações na sua completude.

Umbuzeiro entende inexistirem lacunas porque o legislador aportou conceitualização legal para o feminicídio em ambiente distinto das demais qualificadoras do homicídio, notadamente para excluí-las do cotejo. Em sua concepção, o inciso VI é suficiente para abrigar enunciados próprios. Sob o ponto de vista exclusivamente jurídico, a expansão da tipificação em direção a outras qualificadoras pode representar violação ao princípio do *ne bis in idem*. Porém, as lacunas problematizadas no estudo dizem respeito a significantes que integram a estrutura interna da qualificadora feminicídio representada pelo enunciado jurídico “condição de sexo feminino”.

Ainda no contexto das decisões organizacionais foi possível organizar unidades de registro com enunciados jurídicos atrelados aos homicídios em geral e ao feminicídio.

4.3.2. Análise de unidades discursivas

³⁰⁴ “O princípio *ne bis in idem* constitui infranqueável limite ao poder punitivo do Estado. Através dele procura-se impedir mais de uma punição individual [...]. O conteúdo penal substancial do *ne bis in idem* exige a concorrência da denominada tríplice identidade entre *sujeito*, [...] *fato* [...] e *fundamento* (necessidade de se evitar a dupla punição, quando o desvalor total do fato é abarcado por apenas um dos preceitos incriminadores), o que implica maior precisão conceitual, que vai além da mera tradução literal do brocardo latino de não ser punido duas vezes pelo mesmo fato. Saliente-se que, no âmbito penal, a identidade fática deve ser obtida por meio da análise do tipo penal em seu conjunto, e não de elementos individualmente considerados” (PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Érika Mendes de; CARVALHO, Gisele Mendes de. Curso de direito penal brasileiro. 13ª ed. São Paulo: 2014, p. 127).

As unidades discursivas foram desenvolvidas com base em parâmetros atribuíveis às competências de cada organização, classificadas em enunciados normativos, teóricos e organizacionais e absorvidas por categorias jurídicas relacionadas ao feminicídio.

Tabela 92 – Discursos oficiais de documentos produzidos pela Polícia, Defesa, Ministério Público e Justiça em 25 processos de feminicídio no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18

Categoria	Enunciado	Unidade de registro	Rec.	%
Homicídio em geral	Normativos	Crueldade	9	4,22
		Impossibilidade de defesa da vítima	3	1,41
		Motivo fútil	1	0,47
	Total	3	13	6,10
	Comunicação	Acautelar o meio social	1	0,47
		Resposta eficaz e imediata do poder público	1	0,47
	Total	2	2	0,94
	De defesa	Incidente de Insanidade Mental	6	2,82
		Proferir sentença absolutória imprópria	6	2,82
		Justificar a realização do crime	3	1,41
		Perdeu a cabeça, estava louco	2	0,94
		Acidente	2	0,94
		Absolvição	1	0,47
		Ilicitude das provas apreendidas	1	0,47
		Legítima defesa	1	0,47
	Total	8	22	10,33
Feminicídio Condição de sexo feminino	Normativos/ procedimentais	Estupro	7	3,29
		Condição de sexo feminino	4	1,88
		Laudo de exame pericial cadavérico	4	1,88
		Violência sexual	3	1,41
		Reconhecimento visuográfica de local de crime e morte violenta	2	0,94
		Confissão	2	0,94
		Laudo estupro	1	0,47
		Violência doméstica	1	0,47
		Fotografias	1	0,47
		Variedade dos instrumentos	1	0,47
	Total	10	26	12,21
	Gestos simbólicos	Atingimento na região do pescoço	14	6,57
		Mordedura humana	6	2,82
		Traumatismos repetidos	5	2,35
		Sufrimento físico e mental desnecessário	4	1,88
		Demorou a morrer	3	1,41
		Muita dor	3	1,41
		Sem roupas	3	1,41
		Vulnerabilidade	3	1,41
		Coleira canina	3	1,41
		Espancada	3	1,41
		Vítima como “objeto	3	1,41
		Relações de gênero	2	0,94
		Meio escolhido	2	0,94
		Vísceras expostas	2	0,94
		Corpo foi ocultado	2	0,94
		Vagabundinha, cachorrinha	2	0,94
		Facadas	2	0,94
		Perda do couro cabeludo	1	0,47
		Lesões profundas	1	0,47

	Situações de barbárie e terror	1	0,47
	Peças íntimas (sutiã e calcinha)	1	0,47
	Não havia nenhum homem com elas	1	0,47
	Apedrejada	1	0,47
	Menoscabo, desprezo	1	0,47
	Bater a cabeça	1	0,47
	Espectro de dominação	1	0,47
	Vítima atropelada por ele	1	0,47
Total	28	72	33,80
Comportamentais Ela	Recusado a fazer relações sexuais	4	1,88
	Dançou com outros homens	3	1,41
	Lesões de defesa	2	0,94
	Resistência ao ato	1	0,47
	Período menstrual	1	0,47
	Negar-se à reconciliação	1	0,47
	Relação amorosa	1	0,47
	Bissexual	1	0,47
Total	8	14	6,57
Comportamentais Ele	Desqualificação da vítima	8	3,75
	Ciúme	7	3,29
	Esganada	5	2,35
	Ódio, raiva	4	1,88
	Tratando como propriedade	3	1,41
	Jogou a vítima no chão	3	1,41
	Chutou	3	1,41
	Conduta machista	2	0,94
	Tapa no rosto	2	0,94
	Enforcamento	2	0,94
	Sentiu alívio ao matar	2	0,94
	Autor ficou em cima da vítima	2	0,94
	Mandão, agressivo, arrogante	2	0,94
	Segurou a cabeça da vítima	1	0,47
	Não havia feito mal para uma galinha	1	0,47
	Tinha hábito de puxar sua arma para a vítima	1	0,47
	Rebolou ela na parede e jogou ela contra a mesa	1	0,47
	Lavou as mãos	1	0,47
	Ficou vendo-a sangrar	1	0,47
	Contou com riqueza de detalhes	1	0,47
	Desprovido de emoções	1	0,47
	Sentimento de raiva	1	0,47
	Prazer no momento da agressão	1	0,47
	Trancá-la dentro da casa	1	0,47
	Sadismo frio e calculista	1	0,47
	Tara sexual	1	0,47
Total	26	58	27,23
Armas utilizadas	Fio	4	1,88
	Perfurocortante	1	0,47
	Barra de ferro	1	0,47
Total	3	6	2,82
Total geral	8	88	213 100,00

Fonte: elaborada pela autora resultante de pesquisa em sistema operacional *Themis Web* da Justiça piauiense e de análise teórica e empírica de 25 casos de feminicídio ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18.

Foi possível desenvolver 88 unidades de discurso do conteúdo das decisões organizacionais e agrupá-las em 8 núcleos de sentido denominados por Enunciados, reunidos em duas categorias jurídicas: homicídio em geral e feminicídio - condição de sexo feminino.

As decisões organizacionais e as falas capturadas nos discursos oficiais revelaram aspectos diretamente relacionados à qualificadora feminicídio e modelagens que ampliam o campo legal a ele destinado, adequando-se ao problema que se propõe nesta pesquisa: delinear contornos estáveis para o feminicídio, enquanto significante aberto, para possibilitar o mínimo de segurança jurídica à tomada de decisões organizacionais.

A utilização de enunciados normativos alheios à qualificadora do feminicídio, como se verifica na impossibilidade de defesa da vítima, motivo torpe, motivo fútil e crueldade, representam qualificadoras dos homicídios em geral, mas são adotadas na tipificação do feminicídio e com maior recorrência a “crueldade” (4,22%). Há, pois, reconhecimento de que o feminicídio se dá por meio cruel. Os três enunciados são tomados pelos intérpretes com adoção da perspectiva de gênero, ou relações de poder entre vítima e agressor, caracterizadas por forças como: inferioridade da mulher no quesito capacidade de reação a agressões físicas, elemento surpresa em razão de relações de proximidade, ciúme do autor em relação a comportamentos da vítima, traição (não no sentido jurídico, mas sentimental), veemência e intensidade dos golpes, sofrimento agudo da vítima, lentidão da morte, meio adotado pelo agressor, são alguns dos exemplos colhidos nos 25 casos analisados pormenorizadamente. Infere-se que as três qualificadoras, inobstante apartadas do núcleo jurídico do feminicídio, podem ser consideradas por ocasião da construção dos contornos jurídicos do feminicídio.

As duas unidades de discurso ligadas à comunicação decorreram de decretação de prisões preventivas. Referem-se à repercussão da ação do autor no meio social devido a dinâmica dos fatos afetar bens relacionados à instituição familiar, com imposição de sofrimento à vítima, filhos e ascendentes, extrapolando emolduramento normativo delineado para prisão preventiva: necessidade e adequação da medida.

Nos enunciados de defesa prevalecem argumentos ligados à insanidade mental do autor para justificar a realização do crime. Dos 25 processos pesquisados (um deles foi extinto pelo suicídio do autor), 6 deles ou 24% foi suscitado pela Defesa na Resposta Inicial Incidente de Insanidade Mental do Acusado com vistas a obter Sentença Absolutória Imprópria na primeira fase do Júri. Portanto, unidades como: Incidente de Insanidade Mental (6), Proferir sentença absolutória imprópria (6), perdeu a cabeça, estava louco (2), justificar a realização do crime (3) formam conjunto de enunciados de defesa para demonstrar que o réu não estava consciente no momento do cometimento do assassinato, com 17 recorrências ou 8,45% do total geral de recorrências e 77,27% dos argumentos da defesa.

No âmbito normativo o Estupro contou com o maior índice de recorrência (3,29%), demonstrando estreita relação entre violência sexual e feminicídio, sobretudo quando se reúne em conjunto enunciados: estupro - violência sexual - laudo estupro, obtém-se 11 recorrências ou 5,16% do total geral e 42,30% do grupo enunciativo ao qual ela pertence: Normativo/procedimental. Os dados sinalizam que a categoria jurídica “estupro” pode ser relevante para elaboração dos contornos do feminicídio.

No campo dos Gestos Simbólicos, a região do pescoço feminino foi a mais recorrente (6,57%) e, portanto, a mais vulnerável à ação do autor, seguida da mordedura humana (2,82%), dos traumatismos repetidos (2,35%) e do sofrimento físico e mental desnecessário (1,88%). Esses quatro enunciados se juntam aos demais para formarem núcleo delineado pela ideia de excesso, caracterizada por ações do autor que excedem o simples desejo de matar uma pessoa e se caracterizam como intencionalidade adicional, com ingredientes próprios relacionados à perspectiva de gênero, mandato da masculinidade e instabilidade do poder hegemônico masculino, podendo representar a categoria jurídica Menosprezo.

Em relação ao comportamento da vítima, o fato de se recusar a fazer relações sexuais com o autor foi a mais recorrente das unidades, com 4 recorrências ou 1,88% e por sua vez, alinha-se à do estupro. Ao se promover seu agrupamento com mais três enunciados: condição de se negar a se reconciliar com o agressor (1), de dançar com outros homens (3) e de ser bissexual (1), obtém-se 9 recorrências ou 4,22% no geral e 64,28% em relação aos 14 comportamentos elencados, formando conjunto possível de nominar-se por “Rejeição” que igualmente desestabiliza o *status* da masculinidade e provoca irrupções na estrutura do mandato da masculinidade e podem corresponder ao enunciado do tipo penal Constrangimento ilegal previsto no art.146 do Código Penal brasileiro.

Foi possível reunir 26 unidades de discurso concernentes ao comportamento do autor com maior recorrência na desqualificação da vítima (8 ou 3,75%), seguida do ciúme (7 ou 3,29%) como formas de justificarem o assassinato. Onze unidades dizem respeito a modos de violência e de execução – esganadura, enforcamento, arremesso, chutes, tapas, puxar a arma, segurar a cabeça, ficar em cima, ter como propriedade, cárcere – correspondendo a 24 recorrências ou 11,29% no geral e 41,38% das 58 elencadas no enunciado. As treze unidades restantes estabelecem gestos e condições psíquicas atribuídas ao autor com 19 recorrências ou 8,9% do total e 32,75% relativamente às 58 do enunciado, relacionadas a inúmeras

modelagens jurídicas: cárcere privado, lesão corporal qualificada (violência doméstica), constrangimento ilegal, ameaça, diretamente relacionadas ao Menosprezo.

Além das categorias e enunciados propostos em decorrência dos conteúdos das decisões organizacionais com decisões lastreadas em dispositivos do Código Penal e da Lei nº. 11.340/06, o estudo propõe que outras categorias jurídicas possam auxiliar na construção de contornos ao feminicídio, embora não tenham sido manejadas pela Polícia, Ministério Público e Magistratura nos casos analisados.

O primeiro deles, seria a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher de 1979 - CEDAW por trazer, em seu conteúdo, conceito legal sobre o termo “discriminação contra a mulher”:

Artigo 1º [...] “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

Ainda na seara de feminicídios quando não se vislumbra violência doméstica e familiar, o socorro poderá vir da Convenção de Belém do Pará nas alíneas “b” e “c” do artigo 2 da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pelo Brasil através do Decreto nº. 1.973, em 01.08.96:

Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica:

[...]

b. ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e

c. perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

Na mesma seara de violência alheia à esfera doméstica e familiar pode-se pedir auxílio à Lei nº. 10.778/03, que estabelece notificação compulsória em todo o território nacional de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde pública e privados representando outro relevante instrumento normativo interno a ser manejado no contorno jurídico do feminicídio:

Art. 1º Constitui objeto de notificação compulsória, em todo o território nacional, a violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.

[...]

§ 2º Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica e que:

[...]

II – tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar; e

III – seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

A norma sanitária poderá ter aplicabilidade no plano jurídico com estabelecimento de protocolos que promovam fluxo de informações e interações entre organizações de saúde e organizações incumbidas do processo de investigação, instrução e julgamento do feminicídio.

Casos como os de Bromélia e Murerê estariam compreendidos na alínea “b” da CEDAW e no inciso II do §2º, art.1º, da Lei nº. 10.778/03 por ambas terem sido assassinadas em contextos dissociados de relações domésticas e familiares, podendo as normativas serem combinadas com o inciso XLI, art.5º, da Constituição Federal brasileira: “[...] a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”.

Conclui-se pela possibilidade de se apresentar como marcos jurídicos para o feminicídio no Brasil: CEDAW, Convenção de Belém do Pará, Constituição Federal brasileira, Código Penal, Lei nº 10.778/03 e Lei nº. 11.340/06. A tabela a seguir propõe *layout* para modelagem jurídica dos contornos do femincídio nos planos internos e internacionais sem prejuízo de outras normativas.

Tabela 93 – Marcos jurídicos para o feminicídio.

Código penal		Internacionais	Internos
Contra a mulher por razões da condição de sexo feminino			
Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:	I - Violência doméstica e familiar;	CEDAW; Convenção de Belém do Pará.	CONSTITUIÇÃO FEDERAL; CP; Lei nº. 10.778/03; Lei nº. 11.340/06
	II- Menosprezo ou discriminação à condição de mulher.	CEDAW; Convenção de Belém do Pará.	Constituição Federal; CP; Lei nº. 10.778/03;

Fonte: elaborada pela autora resultante de pesquisa em sistema operacional *Themis Web* da Justiça piauiense e análise teórica e empírica de 26 casos de feminicídio ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18. Acervo da autora.

Não se pretende, com esta proposta, esgotar outras possibilidades de análise, mas revelar enunciados, com base em inferências retiradas da amostra eleita para o estudo que auxiliem na formação discursiva do feminicídio dando-lhe contornos seguros e estáveis. O

processo de identificação de significados do feminicídio nos casos pesquisados concluiu pela adequação ao problema suscitado de que o feminicídio constitui significante “aberto”. A etapa final do estudo corresponde à proposta de nomeação jurídica para o feminicídio tomando por base marcos teóricos desenvolvidos nos capítulos precedentes: I – O Circuito Metodológico; II – O “Circuito da Morte Violenta” de Mulheres, III – O Circuito Cartográfico do Feminicídio no Piauí e neste Capítulo IV – O Circuito Organizacional.

4.4. PROPOSTA PARA NOMEAÇÃO JURÍDICA DO FEMINICÍDIO

A proposta de elaboração de contornos teóricos e operacionais para o feminicídio não pretende esgotar o assunto, mas apenas contribuir para o debate de que em sendo o feminicídio significante “aberto”, faz-se necessário colocar pingo no “i”, ou seja, dar significado a ele, operacionalizá-lo na realidade concreta: nas investigações policiais, acusações, defesas, pronúncias, debates em plenário, quesitações e sentenças. Colocar o pingo no “i” significa tomar decisões, decisões pautadas nos ditames legais, daí o estudo ter se voltado ao campo das decisões organizacionais. O objetivo, portanto, será o de construir, tomando por base técnicas utilizadas na pesquisa, balizas que orientem processos decisórios das organizações policiais, acusação, advocacia e justiça no campo do feminicídio, sem pretender exaurir o assunto.

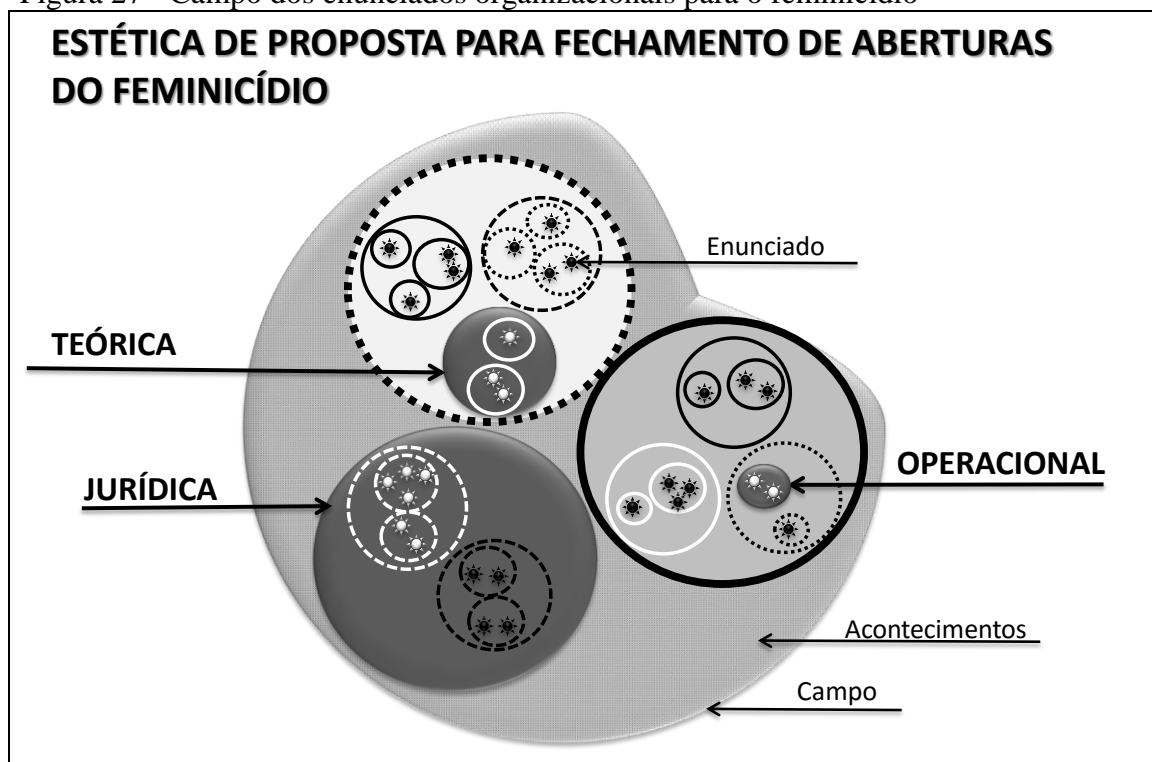
4.4.1. Processos decisórios e polifonia das decisões

Após diagramar rotinas que cercam processos decisórios nos casos de feminicídio e identificar homogeneidades e heterogeneidades enunciativas, o estudo se propõe, sem pretender ser exaustivo, à construção de cenários organizacionais harmônicos que possam auxiliar processos decisórios na perspectiva de gênero.

4.4.1.1. INTERAÇÕES ORGANIZACIONAIS POSSÍVEIS

O estudo se propõe edificar diretrizes para programas operacionais que possibilitem fluxo de informações e comunicação entre organizações policiais, acusação, defesa e judiciais na perspectiva de gênero. Observando como se deu dinâmica organizacional nos 26 processos de feminicídio analisados anteriormente será possível formatar padrões de comunicação que viabilizem formar comunidades de sentido para a unidade feminicídio. Dessa forma, propõe-se que enunciados jurídicos possam agrupar-se em categorias teóricas constituídas por premissas decisórias operacionais representativas de população de acontecimentos/enunciados dispersos.

Figura 27 - Campo dos enunciados organizacionais para o feminicídio



Fonte: elaborada pela autora.

A figura ilustra estética de fechamento para aberturas de 3 categorias jurídicas do feminicídio representadas pelos círculos maiores: violência doméstica e familiar, menosprezo e discriminação. Cada categoria jurídica possibilita ingresso de categorias teóricas - Mandato da masculinidade, Precariedade e/ ou Gestos simbólicos (círculos intermediários) que contextualizam conteúdos de categorias operacionais (círculos pequenos) formadas por enunciados (unidades de discurso) coletados em locais de crime (campo). A título de exemplo, ao se tomar enunciado discursivo: “27 estocadas”, será ele detalhado no Laudo de Exame Cadavérico (categoria operacional), entendido como Gesto simbólico do agressor em face da vítima (categoria teórica) que promoverá compreensão do Menosprezo (categoria jurídica) e, assim, as três categorias delinearão contorno para um dos significantes abertos do feminicídio: menosprezo. O Laudo Cadavérico é categoria operacional interacional, manejada pela Polícia, Ministério Público e Justiça por ocasião do trabalho de indiciamento, acusação, pronúncia e decisão final, representando a materialidade do crime, na perspectiva formal (intencionalidade) e a condição de sexo feminino na perspectiva de gênero (partícula adicional).

A proposta organizou enunciados dispersos – fatos da vida – em padrões comunicacionais normatizados pelas organizações, especialmente as policiais, que capturam

fatos da vida reduzindo-os e interpretando-os com base em padrões operacionais próprios – laudos, recognições, depoimentos. Após decodificá-los em categorias operacionais, identificou categorias teóricas pertinentes – mandato da masculinidade, gestos simbólicos, precariedade. Estas categorias serviram de base para fechamento das categorias jurídicas do feminicídio – violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de ser mulher, assim como de qualificadoras que o tangenciam: impossibilidade de defesa da vítima, motivo fútil e meio cruel.

Para que se operacionalizem interações organizacionais requer-se compartilhamento de saberes e construção de padrões ou protocolos operacionais integrados contemplando maior número possível de enunciados que modelem campo empírico dos acontecimentos, favorecendo investigação, acusação, defesa e julgamento dos casos de feminicídio.

4.4.1.2. FORMATAÇÃO DAS DECISÕES ORGANIZACIONAIS

Corresponde à propositura de códigos operacionais na perspectiva de gênero como forma de estabelecer diretrizes para customização das decisões. Os códigos já existem e estão sendo operacionalizados pelas organizações. O que se propôs foi adotar parâmetros em cada um deles para alcançar categorias teóricas e consequentemente categorias jurídicas.

O processo de customização demandou esforços interacionais dos órgãos incumbidos da investigação, processamento e julgamento dos casos de feminicídio desde a produção de relatórios policiais até decurso final. Ao final, o estudo juntou protocolos desenvolvidos pela Polícia Civil do Piauí sob a coordenação da pesquisadora relativamente à investigação do feminicídio.

4.4.2. Parâmetros operacionais possíveis

Como resultado do conteúdo abordado nos itens anteriores e com base nas categorias operacionais adotadas e categorias empíricas identificadas e analisadas, ofereceu-se parâmetros operacionais jurídicos que possibilitam construção de diretrizes voltadas à capitulação jurídica do feminicídio. Portanto, uma vez reconhecidos padrões operacionais possíveis, passou-se à propositura de cenários paramétricos para eles.

4.4.2.1. CATEGORIAS OPERACIONAIS JURÍDICAS

Nesse tópico se promoveu diálogos entre categorias jurídicas dos instrumentos legais vigentes relacionados ao tipo penal incriminador feminicídio para alcançar definições menos

abstratas. O processo demandou interação entre categorias jurídicas, operacionais e teóricas desenvolvidas no decorrer dos capítulos anteriores.

Tabela 94 – Mapa de propostas de categorias para o feminicídio

Jurídica	Operacional	Teórica
Impossibilidade de defesa da vítima Motivo fútil Meio cruel Estupro Menosprezo e discriminação Violência doméstica e familiar	Laudo cadavérico	Mandato da masculinidade Gestos simbólicos Precariedade
	Laudo em local de morte violenta	
	Laudo DNA	
	Laudo de Exame Sexológico	
	Laudo Toxicológico	
	Laudo Odontológico	
	Laudo de Identificação Papiloscópica	
	Laudo de conteúdo de imagens;	
	Laudo de conteúdo de áudios;	
	Laudo de extração de dados;	
	Laudo de exame de conteúdo impresso;	
	Laudo de Exame Criptográfico;	
	Laudo de Psicologia Forense;	
	Reconhecimento visuográfica;	
	Retrato falado;	
	Depoimentos	
	Interrogatório/Confissão	
Insanidade mental do réu	Registros de violências anteriores em delegacias, unidades de atendimento	
	Registros processuais	
	Reconhecimento de pessoas	
	Rastreamento de celular	
	Interceptação telefônica	
	Reconhecimento de coisas	
	Laudo Junta Médica Oficial	
	Interrogatório	
	Depoimentos	
7	23	3

Fonte: elaborada pela autora resultante da análise de pesquisa teórica e empírica de casos de feminicídio ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18.

Foi possível propor 7 (sete) categorias jurídicas, 23 (vinte e três) categorias operacionais e 3 (três) categorias teóricas orientadas pelo Dispositivo da Colonialidade e pelo gênero como categoria analítica decolonial. As categorias operacionais foram manejadas pela fragmentação de unidades de discurso relacionadas a parâmetros na perspectiva de gênero. Elas serviram de ferramenta para fechamento de aberturas do significante feminicídio ao oferecerem respostas às questões que se formulou a cada demanda investigada.

4.4.2.2. CATEGORIAS OPERACIONAIS ENUNCIATIVAS

Aliada à utilização de conceitos jurídicos como forma de amenizar e dar contornos operacionais ao feminicídio, o estudo apresentou parâmetros enunciativos na perspectiva de gênero que auxiliam o (a) intérprete no momento da decisão. Os parâmetros foram

organizados segundo padrões operacionais utilizados pela Polícia, Ministério Público, Defesa e Justiça nas investigações, processamento, instrução e julgamento dos casos de feminicídio no Piauí.

Tabela 95 – Detalhamento de categorias operacionais para o feminicídio e respectivos enunciados

Operacional	Enunciado
Laudo cadavérico	<ul style="list-style-type: none"> - Compleição física; - Lesões de defesa; - Região das lesões; - Quantidade de lesões; - Intensidade das lesões; - Amputação de membros; - Aparência (vestes, adornos, cabelos etc.); - Mordeduras; - Lesões antigas; - Gravidez; - Menstruação; - Material biológico das unhas; - Material biológico da boca, vagina, ânus; - Lesões em “V”; - Lesões que atingem o coração; - Outros vestígios de acordo com o contexto investigado.
1	16
Laudo em local de morte violenta	<ul style="list-style-type: none"> - Descrição do local do crime e das condições; - Posição do cadáver no local do crime; - Posição da vítima no momento dos golpes; - Manchas de sangue; - Corpo da vítima; - Objetos pessoais; - Adornos e demais objetos do local relacionados à personalidade da vítima e do autor; - Animais de estimação; - Instrumentos, armas e demais objetos que possam ter sido utilizados no evento morte; - Dinâmica comportamental da vítima e autor analisada a partir da Reconhecimento do local; - Elemento surpresa; - Presença de objetos alheios à dinâmica dos fatos com semânticas diferenciadas; - Outros dados de acordo com o contexto investigado.
1	13
Laudo DNA	- Comparações de materiais biológicos coletados em cadáveres, pessoas vivas, locais de crime, objetos, instrumentos do crime e demais corpos de delito.
1	1
Laudo sexológico	<ul style="list-style-type: none"> - Violência sexual - Particularidades da saúde sexual e reprodutiva
1	1
Laudo pericial Odontolegal	<ul style="list-style-type: none"> - Queiloscopia: registros labiais - Arcada dentária
1	2
Laudo de identificação Papiloscópica	- Comparações com materiais coletados em cadáveres, pessoas vivas, locais de crime, objetos, instrumentos do crime e demais corpos de delito.
1	1
Laudo toxicológico	- Violência psíquica

	<ul style="list-style-type: none"> - Vulnerabilidades - Relações de poder e controle - Problemas relacionados com alcoolemia, drogadição - Uso de medicamentos controlados
1	5
Laudo de extração de conteúdo de imagens	- Relações de confiança;
Laudo de extração de conteúdo de áudios	- Perfil da vítima;
Laudo de extração de dados	- Perfil do autor;
	- Dinâmica dos fatos;
	- Relações de poder;
	- Vulnerabilidades;
	- Rejeição da vítima em relação ao autor;
	- Atos de controle da vítima;
	- Atos de ciúme;
Laudo de psicologia forense	- Relações familiares, sociais, religiosas, políticas, econômicas, laborais, amizades, afetivas;
	- Demais informações que auxiliem a compreensão do contexto no qual aquela mulher estava inserida para que se trace que condições podem ser consideradas para reconstrução daquele sujeito histórico.
4	11
Laudo de análise de conteúdo impresso	- Escritos impressos em máquinas, ferramentas tecnológicas.
1	1
Laudo de exame criptográfico	- Escritos em letras de próprio punho
1	1
Reconhecimento visuográfica	- Em tudo semelhante ao exame em local de morte violenta, mas acrescido de elementos do “saber policial”, como: diagramação de testemunhas, informantes, perfil da vítima, da família, linhas de investigação, vestígios simbólicos, comportamentais, sanitários, sociais, políticos, religiosos etc.
1	1
Rastreamento de celular	- Timeline das conversas
1	1
Interceptação telefônica	- Identificação do autor do fato
1	1
Retrato falado	- Reconhecimento de pessoas
1	1
Reconhecimento de pessoas	- Reconhecimento de suposto autor do fato
	- Reconhecimento do cadáver
1	2
Reconhecimento de coisas	- Objetos relacionados com a dinâmica do crime
	- Objetos de uso pessoal
1	2
Depoimentos de testemunhas	<ul style="list-style-type: none"> - Relações de confiança; - Perfil da vítima; - Perfil do autor; - Dinâmica dos fatos; - Relações de poder; - Vulnerabilidades; - Rejeição da vítima em relação ao autor; - Atos de controle da vítima; - Atos de ciúme; - Cenários de traição; - Violências psíquicas; - Violências patrimoniais; - Violências sexuais; - Violências físicas; - Violências morais; - Alcoolemia, drogadição; - Relações familiares, sociais, religiosas, políticas, econômicas,

	laborais, amizades, afetivas; - Orientação sexual; - Demais informações que auxiliem a compreensão do contexto no qual aquela mulher estava inserida para que se trace que condições podem ser consideradas para reconstrução daquele sujeito histórico.
1	19
Interrogatório/confissão	- Podem ser perquiridas relações de poder, controle que tinha em relação à vítima (emocional, econômico, sexual, droga etc.); sentimentos relacionados a ciúme, traição; rotina doméstica etc. Quando não hajam relações interpessoais deve ser explorado o mandato da masculinidade na perspectiva do regime do contrato, ou seja, da necessidade de afirmação da masculinidade perante os pares.
1	1
Registros de violências anteriores em delegacias, unidades de atendimento	- Boletins de Ocorrência; - Inquéritos policiais; - SAMU; - SALVE MARIA; - FORMULÁRIO ESPERANÇA; - 190; - CASA ABRIGO; - Centro de Referência Francisca Trindade; - Centro de Referência Esperança Garcia etc.
1	1
Registros processuais	- Antecedentes criminais, administrativos, medidas cautelares etc.
1	1
23	82

Fonte: elaborada pela autora resultante da análise de pesquisa teórica e empírica de 25 casos de feminicídio ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18.

Foi possível propor 23 (vinte e três) categorias operacionais para fechamento de aberturas de significantes do feminicídio formados por 82 (oitenta e dois) enunciados discursivos pautados nas categorias teóricas propostas pelo estudo: Gênero, Dispositivo da Colonialidade, Mandato da Colonialidade, Gestos Simbólicos e Precariedade.

A proposta não pretendeu exaurir debates sobre possibilidades de fechamento para aberturas da qualificadora feminicídio, senão apresentar e delinear contornos estáveis com categorias e enunciados fincados na realidade empírica cartografada na pesquisa. A metodologia foi aplicada para resolução do problema suscitado inicialmente de fechamento da qualificadora. Porém, como se trata de categoria jurídica de aplicabilidade nacional, resultante do Código Penal brasileiro, e considerando similaridades nacionais, poderá ser replicada em todo território nacional guardadas peculiaridades regionais e locais.

Considerada de significado “aberto”, a qualificadora feminicídio, por não dispor, em seu comando legal, de linguagem técnica e objetiva sobre o que se deve compreender por “razões da condição de sexo feminino”, notadamente - “menosprezo à condição de mulher”, teve seu contorno delineado por categorias jurídicas, teóricas e operacionais propostas.

CONCLUSÕES

A pesquisa respondeu problema relacionado a aberturas no significado do feminicídio e construiu contornos estáveis que promoveram rompimento com sentidos da colonialidade de gênero, fornecendo bases objetivas para interpretação do fenômeno por agentes do sistema de justiça criminal. A hipótese suscitada foi de que o feminicídio, não possuindo contornos legais objetivos, gerava cenários de instabilidade, incerteza e insegurança no plano das decisões organizacionais por ocasião de indiciamentos, acusações e julgamentos dos casos.

O interesse da pesquisadora na área do feminicídio se dera em consequência de estudo realizado em sede de mestrado, após imersão em três delegacias da mulher no período de 2012 a 2014, aonde verificou fragilidades no campo do enfrentamento à violência contra a mulher, dentre elas, invisibilidade dos assassinatos de mulheres no Piauí. O fenômeno se dava pela dispersão das investigações por todas as delegacias distritais e ausência de protocolos e metodologias específicas, dificultando visualizar o fenômeno, preveni-lo e enfrentá-lo a partir de enunciados comuns. Assumindo titularidade da Secretaria de Segurança Pública, a pesquisadora cria, por Portaria, Núcleo Policial Investigativo do Feminicídio e acoplado a ele, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência de Gênero, equipamentos que tiveram a pesquisadora à frente dos trabalhos e a motivou aprofundar investigações sobre feminicídio como forma de contribuir para políticas públicas na prevenção e enfrentamento ao feminicídio de forma qualificada.

O caminho eleito para verificar a hipótese sugerida e resolução ao problema incluiu conhecimento de registros históricos sobre instrumentos normativos e assassinatos de mulheres na contemporaneidade brasileira com repercussão no cenário nacional e norteadores das primeiras políticas públicas no campo da violência contra a mulher. No plano teórico, reunião de estudos que dialogassem com a temática do feminicídio e servissem de argamassa para estabelecer concertação de enunciados científicos com vistas a dar inteligibilidade a conceitos abertos do tipo penal, porém fincados à realidade piauiense dos casos aqui ocorridos e à dinâmica organizacional local, privilegiando-se contextos em que se deram os fatos. Em outras palavras, buscou-se enraizar conhecimento teórico à realidade empírica que se estava observando. O enraizamento demandou mapeamento de casos de feminicídio ocorridos no Piauí no intervalo de tempo eleito com início na data da vigência da Lei nº.13.104/15 – 10.03.15 até o dia 31.12.18. O percurso metodológico instigou pesquisar inquéritos, processos, entrevistar alguns dos responsáveis pelas investigações, processamento e

julgamento desses casos e dialogar com alguns deles através da técnica do grupo focal. Ao final, o estudo reuniu enunciados históricos, teóricos, empíricos e organizacionais para propor resolução do problema: estabelecer contornos jurídicos, teóricos e operacionais interacionais para o feminicídio.

Como registro histórico, apontou-se o feminicídio inaugural como o que surge no mesmo instante do Estado moderno. Marcado pelo não reconhecimento da condição humana das mulheres quando o poder revolucionário, por ocasião da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1.792, nega o princípio da equivalência humana entre pessoas. No Brasil, o feminicídio só veio a ser reconhecido juridicamente, com a vigência da lei que acrescentou o inciso VI ao artigo 121 do Código Penal, não se podendo falar de figura típica em data anterior à essa. A engrenagem jurídica estabelecida em momento anterior à esse, tratava casos de assassinatos de mulheres como sendo de natureza “sentimental”, orientados pelo “ciúme”, “paixão”, “traição”, comumente denominados por “homicídios passionais” e justificados pela “legítima defesa da honra” em decorrência de “injunta provocação da vítima”. O caso “Ângela Diniz” foi precursor da tese da legítima defesa da honra no Brasil, na década de setenta, levada a cabo pelo advogado piauiense Evandro Lins e Silva. A tese se amoldou aos costumes da época para convencer jurados no primeiro momento, mas devido repercussão e insurgência do movimento de mulheres contra a decisão, o segundo Conselho de Sentença condenou o acusado.

O feminicídio era tratado como fenômeno isolado, restrito a determinados casos e não como violência estrutural dotada de padrões, similaridades e estéticas próprias resultantes de relações de poder que deitava raízes em cadeia histórica de forças sociais a moldar comportamentos e atribuir poderes a determinadas pessoas em detrimento de outras. A multiplicidade de casos de assassinatos de mulheres na rubrica analítica de gênero, fizeram com que a comunidade mundial despertasse para o fenômeno ainda na década de setenta com Diana Russel, ao dar visibilidade a assassinatos de mulheres com caráter sexista.

A análise dos processos pesquisados permitiu verificar que na atualidade, persistem teses de defesa com argumentos que desqualificam a vítima para justificar conduta do acusado orientada pelo domínio de violenta emoção ou por motivo de relevante valor social ou moral, com vistas à obtenção do privilégio de redução da pena. Não se viu, pelo teor das entrevistas com os sujeitos pesquisados, através de pergunta feita nesse sentido, registros de teses de defesa da honra por mulheres que assassinaram seus companheiros, enunciado portanto,

relacionado ao sujeito homem, caracterizando paradigma de gênero consistente na regulação de papéis e comportamentos exigíveis socialmente para homens e mulheres. A honra é considerada bem socialmente tutelado para homens, inobstante ser tutelada formalmente para todas as pessoas.

No Piauí, o caso de Castelo, embora tenha sido o quarto caso de feminicídio ocorrido no estado, pela atipicidade, gravidade e repercussão que teve, orientou políticas do feminicídio. Diversamente da tipologia de casos tradicionalmente classificados como feminicídio, como não envolvia violência doméstica, demandou esforços da polícia para demonstrar que aquela violência – quatro meninas estupradas, lesionadas e arremessadas de barranco, vindo uma delas a óbito, configurava feminicídio tentado e consumado na modelagem do “menosprezo” e “discriminação”, tendo que se socorrer, à época, da Convenção de Belém do Pará para motivar indiciamento dos autores.

O desenvolvimento de categorias teóricas demandou esforços para reunir saberes com enunciados que dialogassem com a temática do feminicídio e a realidade local. Dessa forma, se identificou estudos relacionados com ideias de poder, colonialidade e gênero. O objetivo foi alcançar enunciados que possibilitassem dar contornos ao feminicídio e resolução do problema. O percurso promoveu diálogos entre teorias europeias e estadunidenses com notas da colonialidade do poder pela inserção da raça como ínsita à categoria analítica gênero norteadora das relações de poder no campo do feminicídio.

O estudo adentrou campo empírico das decisões organizacionais em duas modalidades: pesquisou inquéritos e peças processuais dos 109 casos relacionados ao período da pesquisa e ouviu responsáveis pelo trabalho jurídico penal do feminicídio em Teresina. Foram acessados sistemas informatizados da polícia civil e da justiça, aplicados questionários e entrevistas junto a policiais civis da delegacia do feminicídio, delegada do Plantão de Gênero, peritos, promotor e juiz da Vara do Júri de Teresina e advogado criminalista, além de grupo focal com parte dos policiais civis entrevistados.

Aliada à pesquisa empírica, o estudo realizou pesquisa teórica para propor enunciados que balizassem achados empíricos e auxiliassem na construção de categorias jurídicas, teóricas e operacionais voltadas ao contorno de aberturas suscitadas pelo problema. Foi possível construir enunciados teóricos alicerçados na proposta do Dispositivo da Colonialidade inspirado no gênero como categoria analítica. O plano teórico aliou estudos sobre genealogia do poder, arqueologia do saber, poder colonial e gênero para construir

arcabouço teórico que iria responder ao problema proposto pela Tese: contornar aberturas do feminicídio.

O Dispositivo da Colonialidade tomou por base estudos decoloniais para demonstrar presença de estratégia biopolítica colonial voltada ao controle e gestão de pessoas com marcadores sociais de raça, gênero, religião e classe. A estratégia impôs formas diferenciadas de controle para mulheres índias, negras e brancas, daí a necessidade de se articular colonialidade de gênero, ou seja, de se tomar gênero como categoria analítica, contextualizada a marcadores sociais.

O Dispositivo irradiou, no plano teórico, três enunciados: Mandato da Masculinidade, Precariedade e Gestos Simbólicos, ferramentas teóricas utilizadas para leitura e interpretação das unidades discursivas exploradas pelo estudo para o feminicídio.

O Mandato da Masculinidade resulta em estrutura formada por dois eixos: vertical e horizontal. No eixo vertical circulam relações de poder desiguais, com subordinação da mulher em relação ao homem, por isso denominada *status*. O homem controla limites de liberdade da mulher para manter-se no *status* da masculinidade. Equivale à manutenção do sujeito mulher como território anexado. No eixo horizontal circulam relações paritárias, entre homens, nominadas por “contrato”. Relação contratual que se estabelece entre partes com direitos iguais. O objeto contratual é aquisição do mandato da masculinidade através do controle de corpo feminino não territorializado, anexado, ou controlado. Ou seja, corresponde a demonstração da potência entre pares, espécie de confraria, compartilhamento de força e reafirmação do mandato. *Status* e Contrato possibilitam compreender feminicídios tipificados no §2º, inciso VI do art.121 e incisos I e II do §2º-A do art.121 do CP. No plano jurídico, o Mandato da Masculinidade auxiliará na compreensão das relações de poder e controle. Assim, também, compreender que a perda do controle equivale à perda do *status* ou do mandato da masculinidade. Em outros termos, equivaleria à *capitis diminutio* da potência masculina, redução do poder da masculinidade, do poder de autoridade.

Foi possível construir o segundo enunciado, Gestos Simbólicos, pela análise de locais de crime de feminicídio em que se percebeu presença de notas diferenciais em relação aos homicídios na generalidade. Era preciso rastrear referenciais teóricos para explicar determinados padrões, vestígios, encontrados no cadáver, em objetos e na dinâmica dos fatos. A “condição de sexo feminino” veio simbolizada por gestos que o autor deixava, consciente

ou não, nos locais de crime. Gestos com potência que não remetiam a nenhuma norma, mas a padrões de desigualdades de gênero, classe, raça, religião etc.

Os “gestos simbólicos” representaram “excessos”, e possuíram assinaturas que surpreenderam o espectador diante da potência empregada para atingir o resultado morte. Os excessos corresponderam a ações que extrapolaram o necessário para eliminar uma vida, pela veemência ou quantidade de golpes, lesões e amputações de partes do corpo feminino com conotações libidinosas, objetos encontrados no local que expressaram ideia de controle ou exposição e descarte do corpo em locais simbólicos. Os excessos se relacionaram a “atributos” das vítimas que as identificavam como sujeitos históricos, sociais e políticos, daí a importância de se adotar gênero como categoria de análise desses parâmetros.

No plano jurídico, o enunciado “gestos simbólicos” auxiliou na compreensão da crueldade e de intencionalidades adicionais que afastam qualquer possibilidade de legítima defesa em decorrência da intensidade e veemência de golpes, e outras semânticas alinhadas à ideia de controle, como: vestir coleira canina no cadáver; atribuir fato a barrão, após arremesso do corpo de uma criança na parede, no chão e à mesa; arremessar corpos em despenhadeiro, após estupro coletivo e apedrejamento; violar cadáver para com ele manter relação sexual; desfazer-se do cadáver em local de lixo, em ponto de prostituição, em freezer, dentre outros gestos que denotaram menosprezo, crueldade e despersonalização do sujeito mulher.

Por fim, o enunciado “Precariedade” auxiliou no contorno de aberturas da qualificadora feminicídio na perspectiva do reconhecimento de vulnerabilidades que contribuíram para o assassinato daquela mulher. Foram vulnerabilidades resultantes de enquadramentos forjados por forças sociais, políticas, religiosas, culturais, econômicas, dentre outras, que precarizaram vidas e emolduraram sujeitos para o reconhecimento. O enunciado propõe que se reconheçam enquadramentos por demanda e que se desconstruam molduras para assinalar relações de poder informadoras da precariedade daquela vida, ou seja, enquadrar o enquadramento para libertar sujeitos emoldurados e traçar limites da “condição de mulher”.

Alguns casos analisados nesta pesquisa demonstraram que as organizações incumbidas pelo trabalho jurídico penal do feminicídio, no desempenho de suas atividades, enquadraram determinadas vítimas como passíveis ou não de serem assassinadas na rubrica do feminicídio. O caso de Malva Branca, profissional do sexo, bissexual, proprietária de prostíbulo, não foi

sequer considerado feminicídio pelo Delegado, Promotor e Juiz. A decisão dos jurados foi pela absolvição. O Ministério Público se conformou com o veredito e não apelou. Malva Branca foi assassinada em seu estabelecimento comercial com golpes de faca e barra de ferro, tendo sido seu cadáver violado sexualmente pelo autor. Caso paradigmático de feminicídio que envolveu relações de poder na perspectiva de gênero nas dimensões da sexualidade, poder de controle, gestos simbólicos e precariedade.

No entanto, aos olhos das organizações e da sociedade, Malva Branca representou vida que não merecia ser vivida, vida não passível de luto e, portanto, não era mulher para se enquadrar no feminicídio, porque não havia nada para ser sopesado nos enunciados jurídicos menosprezo ou discriminação pela condição de mulher profissional do sexo, bissexual, pobre e proprietária de “cabaré”, assassinada neste “ambiente”.

Após concertação teórica, a pesquisa desenvolveu cartografia do feminicídio no Piauí com base em registros de sistemas operacionais da Polícia Civil, Secretaria de Segurança Pública e Tribunal de Justiça do Piauí, devidamente autorizada pelos gestores superiores mapeando 109 casos de feminicídio ocorridos no estado no período de 10.03.15 a 31.12.18. Apurou-se registros de feminicídios em 60 municípios dos 224 que compõem o Piauí, ou 27%, ocupando a capital primeiro lugar no *ranking* de registros com 26 casos ou 24%. Os dados revelaram ainda que no período considerado na pesquisa (2015-2018), a evolução temporal dos feminicídios na capital (50%) não acompanhou a dos crimes violentos letais intencionais de mulheres – CVLI (-16%), havendo queda no número de casos de CVLI e aumento de feminicídios. Os dados também demonstraram que a queda nos assassinatos de mulheres não refletiu nos feminicídios da capital. No interior a evolução temporal dos feminicídios (-15%) acompanhou a dos CVLI (-15%). Em ambos os casos, capital e interior, infere-se que os assassinatos de mulheres no Piauí, no período considerado, se deram prevalentemente na rubrica do feminicídio.

O estudo também traçou mapas de categorias biográficas das mulheres assassinadas e autores. Os dados revelam que a quase totalidade das mulheres assassinadas era negra: 70,64% das mulheres assassinadas na rubrica do Feminicídio eram pardas, seguidas das brancas (11,92%) e pretas (11,92%). Ao se agregar categorias preta e parda à categoria Negra, obtém-se percentual de 82,56% ou 90 mulheres negras.

Quanto ao estado civil das vítimas, o estudo apontou que em 41,28% (46) dos casos as mulheres foram registradas como “solteira”, e ao se imbricar estado civil a “vínculo”, vê-se

que 33 delas (73,33%) possuíam vínculos familiares com o autor. Portanto, havia relação de proximidade e confiança entre vítimas e agressores. No aspecto criminal, vinculação favorece investigação e processamento judicial dos casos, além de facilitar parcialmente compreensão da qualificadora no âmbito da violência doméstica e familiar como sendo uma das razões legais da condição de sexo feminino.

Foi objeto de pesquisa também a ocupação das vítimas, por se tratar de elemento vinculado ao enunciado precariedade. A atividade doméstica liderou *ranking* (30 delas ou 27,52%), significativo de dependência econômica em relação ao agressor, tornando-a mais vulnerável à necessidade de permanecer vinculada para sobrevivência. No que pertine à geração, prevaleceu a adulta - 30 a 59 anos. Conclui-se que o perfil da mulher vítima de feminicídio no Piauí no período considerado na pesquisa é de mulher adulta, negra, solteira e do lar.

O Circuito cartográfico possibilitou alinhar assassinato de mulheres com Dispositivo da Colonialidade ao apontar que 90 das 109 mulheres assassinadas no período da pesquisa eram negras, ou seja, 82,56%. O achado demonstra que mulheres negras são mais vulneráveis ao feminicídio do que brancas. Há prevalência do número de casos em face de mulheres negras, adultas, na capital do estado, sendo mortas a facadas, em suas residências, por companheiros, maridos, namorados ou pessoas com quem hajam mantido relações afetivas. Os dados permitem afirmar que o feminicídio no Piauí tem cor: ele é Negro; tem classe: é cercado de pobreza e não possui voz: ele se instala no silêncio murado das relações interpessoais.

Com relação ao autor, dos 113, foi possível conhecer a raça de 52 deles com prevalência da cor parda (35 ou 67,31%) e quando somada à preta (9 ou 17,31%) totalizam 44 autores negros ou 38,94% do total geral e 84,62% do parcialmente visível (52). Quanto à categoria estado civil, apurou-se elevado percentual lacunoso, mas se pode inferir que, assim como com as mulheres, o estado “solteiro” prevaleceu proporcionalmente (74 ou 65,48%). No quesito ocupação, predominou Trabalhador Rural seguida de Pedreiro. Quanto à geração, é prevalentemente adulto - 30 a 59 anos (55,75%). A faixa etária dos autores coincide com a das vítimas. Conclui-se que o perfil do autor de feminicídio no Piauí no período considerado na pesquisa é de homem adulto, negro, solteiro e trabalhador rural.

A cartografia também se referiu a nuances do crime: local, vínculos, instrumentos, dias da semana e turnos em que ocorreram 109 casos de feminicídios. O local prevalente foi a

residência da vítima com 61,47% dos casos. O vínculo familiar é predominante e corresponde a 77,06% dos casos, caracterizando-se por relações matrimoniais, de companheirismo, namoro e paternais. Quanto ao instrumento utilizado para assassinar mulheres, a arma branca lidera *ranking* com 44,55%, seguida da arma de fogo (27,27%) e predominância na capital (37,03% dos casos), mas se equipara em termos quantitativos com a arma branca (37,03%). No interior prevalece arma branca (faca, facão) em 46,98% dos casos. A força física está presente em 62,73% dos casos, elemento ligado à masculinidade: força física que potencializa cenários de controle de corpos femininos, impossibilitando eventuais defesas pela condição de ser mulher. O domingo se destaca como mais violento dia da semana e uma vez aliado à sexta-feira e sábado (final de semana), lideram *ranking* dos casos de feminicídio – 52 casos ou 47,71%. Quanto ao turno em que ocorreram assassinatos, registros apontam para período da tarde - 12h às 17h59min ou 27,52%. Conclui-se, considerando aportes da pesquisa, que os feminicídios se deram prevalentemente em contextos interpessoais, nas residências das vítimas, tardes de domingo, com emprego de armas brancas.

Ao se referenciar instrumento e região – capital e interior, a arma branca desponta em primeiro lugar no *ranking*. Em 47 dos 109 casos da pesquisa ou 43,12% deles, 39 ocorreram no interior (no total de 83 ou 46,99%) e 8 na capital de um total de 26 ou 30,77%. A arma de fogo apresenta discreta prelavência na capital, tendo sido utilizada em 9 dos 26 casos ou 34,62%, e no interior em 19 dos 83 casos ou 22,89%. Foram constatados ainda, do universo de 109 casos, 12 suicídios de autores após cometimento de assassinatos, representando 6,42%, ou seja, foram perdidas 121 vidas na rubrica do feminicídio, 109 mulheres e 12 homens, no período da pesquisa.

A referência cruzada com variável cor da pele e região permitiu inferir que das 109 mulheres assassinadas, 90 ou 82,57% eram negras (pardas + pretas), 13 ou 11,93% eram brancas e em 6 casos ou 5,50% não foi possível coletar informações sobre cor da pele. Percebe-se que dos 26 casos da capital a incidência foi maior dentre mulheres negras (23 ou 88,46%) do que não negras (3 ou 11,54%). O mesmo fenômeno se repete no interior, dos 83 casos, 67 ou 80,72% recaíram em mulheres negras (57 pardas e 10 pretas); 10 ou 13,25% atribuídos a mulheres não negras e em 6 casos ou 7,23% não foi possível descobrir a cor da pele pela análise dos documentos pesquisados. Nota-se que a frequência de assassinatos de mulheres negras na capital supera a frequência do interior e a do estado. Verificou-se que das 23 mulheres negras assassinadas na capital, 7 ou 30,43% delas eram jovens (18 a 29 anos) e

14 ou 60,87% eram adultas, logo, o maior risco de feminicídio na capital recai em mulheres negras adultas.

Em seguida, mapeou-se 109 procedimentos de feminicídio através de consultas realizadas no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, onde foi possível acessar 87 (79,82%) dos 109 casos da amostra – 12 não foram localizados, mesmo depois de auditorias realizadas pela Central de Inquéritos do Tribunal de Justiça e 10 por estarem grafados na rubrica de “Segredo de Justiça”. Na fase investigatória apurou-se que apenas 2 casos ainda estão em investigação (2,30%). Retirando-se 2 casos ainda em investigação, o total passou a ser de 85 (77,98% de 109) processos. Dos 85 processos, 12 se encontram na fase de Denúncia aguardando julgamento (14,12%); 2 foram Impronunciados ou (2,35%); 25 aguardam a 2ª fase do Júri (29,41%); 10 foram extintos sem julgamento do mérito pela morte do autor (11,76%); 32 foram condenados (37,65%) e 4 absolvidos (4,70%).

Foi mapeada situação jurídica dos 87 autores dos feminicídios, inferindo-se que 50,57% deles estão presos e ao se comparar o número de sentenças condenatórias (32) com o de total de presos mapeados (44), vê-se, pelo saldo, que 12 dos custodiados ou 32,43%, dentre 37 outros, denunciados (12) e pronunciados (25), aguardam presos ou o pronunciamento ou o julgamento final; 27 autores ou 31,03% aguardam julgamento em liberdade; 6 ou 6,90% estão foragidos; 10 faleceram (11,49%) e em 22 (25,29%) dos casos não foi possível identificar a situação jurídica no sistema. O índice de presos na capital é mais elevado do que no interior - 10 casos ou 41,67% (do total de 24) em Teresina e 40% interior (34 do total de 85 casos).

Conhecidos, organizados, mapeados e analisados dados coletados em inquéritos e processos dos 109 feminicídios que compõem a pesquisa, foi possível partir rumo ao campo organizacional. Munida de informações discursivas prévias feitas através de análise documental de cada caso em particular e após elaboração de perfis biográficos e mapas criminais, foi possível adentrar Circuito Organizacional. As informações do Circuito Cartográfico possibilitaram à pesquisadora contextualizar perguntas dos questionários e debates do grupo focal a fragilidades encontradas nos inquéritos e processos analisados.

No Circuito Organizacional identificou-se e se analisou falas, discursos e enunciados que orientaram processos decisórios da polícia e da justiça criminal no campo do feminicídio e, ao final, se propôs categorias operacionais destinadas ao fechamento de aberturas do significativo feminicídio. Iniciou-se o percurso investigando atual estado da arte da atividade policial no campo do feminicídio. Identificou-se protocolos investigatórios desenvolvidos sob

a coordenação da pesquisadora ainda em 2015, após criação do Núcleo Policial Investigativo do Feminicídio e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência de Gênero, tendo sido porém, constatado déficit de aplicação dos protocolos sobretudo no interior do estado. Os protocolos seguiram padrões das Diretrizes Nacionais Feminicídio para Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres, Protocolo Latino Americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero, aliando-se metodologicamente ao Protocolo de Bogotá, Protocolo de Reconhecimento Visuográfica da Polícia Civil de São Paulo e Manual de Perícias da Polícia Técnico Científica do Piauí.

Identificou-se também que a Polícia piauiense desenvolveu Protocolo para Mapeamento de Riscos na Investigação do Feminicídio como forma de otimizar atuação da Polícia Civil para prevenção de eventos que prejudicassem o bom andamento procedimental das investigações e processamento dos casos.

Ainda em ambiência organizacional, o estudo identificou categorias do feminicídio no trabalho jurídico penal da investigação, instrução, processamento e julgamento dos feminicídios no Piauí. A metodologia incluiu análise de falas de policiais, de advogado criminalista, promotor de justiça e magistrado, como unidades de discurso relacionadas à qualificadora do feminicídio utilizadas para tomada de decisões. As falas foram transcritas, organizadas e classificadas em códigos ou categorias analíticas, cotejadas com categorias teóricas e posteriormente foram elaborados enunciados orientadores de contornos conceituais para o feminicídio, objetivo final deste trabalho.

Foram aplicados 11 questionários e realizadas 11 entrevistas junto a 8 policiais civis, sendo 2 delegadas, 3 agentes, 1 escrivão, 1 perito médico legal e 1 perita criminal; 1 Promotor de Justiça da Vara do Júri, 1 Advogado Criminal e Juiz da Vara do Júri. Foi ainda realizado um grupo focal com 4 policiais civis - 2 delegadas, 1 escrivão e 1 perita criminal.

Os questionários possibilitaram conhecer perfil dos 11 entrevistados quanto a aspectos biográficos: faixa etária, nível de escolaridade, raça e sexo; conhecimento sobre normas e participação em eventos relacionados à violência contra a mulher; instrumentos utilizados na atividade relacionada ao feminicídio: condições materiais de trabalho; quantidade de casos de feminicídio que atuou; elementos que chamaram atenção em casos de feminicídio e por ocasião dos procedimentos nos mesmos casos, além de indagações sobre temática do feminicídio: se envolve relações interpessoais, conceito legal, habilidades em questões de gênero e uma questão aberta a manifestações adicionais.

As entrevistas trouxeram os seguintes aportes: amostra de profissionais responsáveis pela investigação, processamento e julgamento do feminicídio na capital: a maioria se declarou não negros, do sexo masculino, formação em Direito, especialistas e relativamente maduros porém, boa parte se encontra no início da carreira profissional. A Lei nº. 11.340/06 figurou na resposta de quase todos os entrevistados (90,90%) como a mais utilizada pelos entrevistados. No que pertine a instrumentos normativos internacionais de proteção à mulher internalizados no Brasil – CEDAW e Convenção de Belém do Pará, ambas anteriores à Lei Maria da Penha, a recorrência foi baixa, de 27,27%, demonstrando aterem-se mais à violência doméstica do que à violência compreendida na forma estrutural. Por fim, quanto as atuações nos casos de feminicídio, os sujeitos demonstraram experiência, com atuação em mais de dez casos e listaram como elementos significativos: autor e vítima: maneira de agir do autor e corpo da vítima. Entenderam que no feminicídio prevalecem relações interpessoais e que o conceito legal e suas habilidades e da equipe para lidarem com questões de gênero são satisfatórias.

Após aplicação do questionário, foi realizada entrevista semiestruturada com os mesmos sujeitos, transcritas pela pesquisadora e analisadas pelo método de análise temática, elegendo-se o tema Feminicídio e alcançando, através desse núcleo, feixes de relações classificadas em: CATEGORIA, ENUNCIADO e UNIDADE DE REGISTRO. As categorias agruparam “Enunciados” e “Unidades de Registro”. Os Enunciados foram constituídos por “Unidades de Registro” sendo considerados camadas intermediárias, funcionando como filtros para discursos dispersos em unidades de registros e de agrupamento de sistemas de formação discursivas (discurso jurídico, discurso sanitário, discurso policial etc.), para ingresso na camada “Categoria”. Por fim, “Unidades de Registro” referiram-se à descrição de acontecimentos extraídos das falas dos sujeitos entrevistados, camada mais visível do processo arqueológico de descoberta do feminicídio na linguagem dos sujeitos responsáveis pelo trabalho jurídico penal.

A categoria gênero ocupou a mais profunda camada que sustentou estrutura formada pelos enunciados: Mandato da masculinidade, Precariedade e Gestos Simbólicos. Gênero entendida como categoria de análise decolonial – análise histórico-social assinaladora de distinções que coloca em questão sujeitos e de como se relacionam diversas forças, tomando como referência o humano. O Mandato da Masculinidade representou viés estrutural da violência contra a mulher formado por dois eixos: Vertical (relação de subordinação – *status* - patriarcado privado – apropriação do corpo da mulher) e Horizontal (relação de paridade –

contrato – economia simbólica do poder – expropriação do corpo da mulher). A Precariedade decorreu da ideia de enquadramento e posicionamento da mulher em condições de precariedade, vulnerabilidade, em condições de violabilidade. Por fim, os Gestos Simbólicos, representaram enunciados sensoriais relacionados ao comportamento humano com notações de complexidade que interagem com a Psicologia e Psiquiatria para sua compreensão. São gestos que excedem o jurídico, excedem o necessário e suficiente para se atingir determinado objetivo, no caso, a morte da mulher.

No âmbito organizacional, foi possível construir a categoria Identidade Organizacional - Sistema funcional dotado de códigos e programas próprios que delineia Organização Especializada, no caso a Polícia Civil e o enunciado Ambiente Organizacional que diz respeito à estruturas, formas de comunicação, rotinas, regras, procedimentos, convenções, estratégias, tecnologias, a partir das quais as organizações operam, envolvendo: Saber Policial (representações cognitivas associadas à *práxis* policial), Cultura Organizacional (forma de comunicação realizada a partir de códigos operacionais, rotinas, práticas institucionalizadas, vinculando-se a valores e crenças compartilhados nas organizações), Saber Jurídico (decorrente de conhecimentos jurídicos), Estrutura (condições materiais, concretas para realização da atividade investigatória), Interações (comunicações internas e externas necessárias à investigação policial) e Fluxo (dinâmica caracterizada por práticas e regularidades procedimentais nas rotinas das atividades policiais).

As falas do grupo focal se adequaram ao problema proposto na pesquisa de que o conceito legal de feminicídio possui aberturas, havendo, portanto, pelas falas dos sujeitos que participaram da pesquisa qualitativa, sinais reveladores de que a compreensão do feminicídio por ocasião do trabalho jurídico penal de investigação, carece de contornos objetivos, de categorias teóricas que possam dar suporte a decisões organizacionais. As falas foram agrupadas em cinco partes: Contorno para o Feminicídio, Interações, Local de Crime de Feminicídio, Proposições Organizacionais e Contornos para Menosprezo e Discriminação e propiciaram agrupamentos de unidades de discurso em categorias teóricas propostas anteriormente.

Por fim, foram analisados 26 processos de feminicídio ou 29,88% dos 87 localizados no sistema informatizado da Justiça piauiense, sendo 6 dos 20 localizados da capital (30%) e 20 (30%) dos 67 localizados do interior. Os critérios orientadores para seleção dos casos foram: equiparação entre capital e interior; gerações das mulheres assassinadas; instrumentos

utilizados; locais em que se deram os assassinatos, contextos, casos narrados pelos sujeitos da pesquisa nas entrevistas e nos debates do grupo focal, além de casos em que se constatou divergências entre polícia e Ministério Público sobre tipificação do feminicídio.

No Circuito Organizacional, verificou-se dois problemas não previstos inicialmente na pesquisa: falta de interação organizacional entre Polícia Judiciária e Polícia Técnico Científica nos trabalhos relacionados a investigação do feminicídio e interferências nas investigações.

Embora Polícia Judiciária e Polícia Técnico Científica possuam protocolos operacionais, eles não se comunicam e policiais raramente trocam ideias sobre dinâmicas dos fatos investigados. A pesquisadora confirmou essa hipótese vislumbrada por ocasião do processo de análise documental dos inquéritos policiais. Relatórios policiais não conversam com laudos cadavéricos e estes não respondem às quesitações formuladas em requisições periciais. Delegados se reportam a laudos cadavéricos de modo genérico e evasivo, sem se debruçarem analiticamente sobre conteúdos. Peritos oferecem respostas padrão, desapartadas de quesitações alinhadas ao protocolo de gênero.

Nas entrevistas e por ocasião dos debates no grupo focal, essa circunstância restou configurada, tendo nascido proposta de instituição de processo integrativo denominado Criminalística Dinâmica. Processo interativo consistente no diálogo entre aquilo que está sendo produzido pela Perícia Técnica com o que se pretende ou já se está investigando na Polícia Judiciária. Equivale ao necessário diálogo entre ciência (perícia técnica), acontecimento (categorias teóricas) e jurídico (categorias jurídicas) buscando delinear contornos para cenários de feminicídio.

O segundo achado não previsto na pesquisa disse respeito a interferências nas investigações de feminicídios, com relatos de entendimentos diversos entre investigadores da delegacia do feminicídio e membros da cúpula da Polícia Civil. Os policiais narraram ter sido necessário adotar mecanismos para superação de entraves a fim de não verem comprometidos trabalhos desenvolvidos pela equipe da delegacia.

Os achados empíricos se adequaram ao problema proposto inicialmente para o estudo de que há significantes abertos no feminicídio, mas pode ocorrer em qualquer pesquisa de campo que se pretenda realizar, que achados abram novos horizontes, como se deu no ambiente organizacional, após realização do grupo focal. Quando a pesquisadora voltou o

olhar para decisões organizacionais e fragmentou a tipificação do feminicídio em enunciados discursivos jurídicos, descobriu outros campos.

A pesquisadora constatou que as decisões organizacionais, ao tipificarem feminicídios, vêm promovendo fechamentos que extrapolam o comando legal da qualificadora. No momento do indiciamento, acusação e condenação, a fundamentação extravasa hipótese do inciso VI, do art. 121 do CP que caracteriza o feminicídio e alcança outras qualificadoras em múltiplas hipóteses combinatórias de incisos I, II, III e IV, gerando cenários de instabilidade jurídica. Está em curso, portanto, no plano das decisões organizacionais, processo de expansão da tipificação do feminicídio no interior do dispositivo legal que o compreende. O dado se adequa ao problema suscitado de que a qualificadora feminicídio possui significante aberto que gera instabilidade jurídica.

A expansão se deu pelo reconhecimento de motivo torpe, motivo fútil, emprego de meio cruel e recurso que impossibilitou a defesa da vítima. Esses enunciados foram cotejados pelos mesmos referenciais teóricos propostos para a “condição de sexo feminino” com base na categoria analítica gênero: Precariedade, Gestos Simbólicos e Mandato da Masculinidade, respectivamente. Há que se discutir em estudos posteriores sobre a possibilidade da “condição de sexo feminino” absorver os quatro enunciados. A tipificação do feminicídio, pautada no inciso VI, em combinação com um ou mais dos incisos do §2º do art.121 do CP, pode representar redundância de qualificadoras, ocasionando incertezas ao conceito do feminicídio, instabilidade na quesitação aos jurados e aumento no *quantum* da pena aplicável. Em termos penais, pode representar violação ao princípio do *ne bis in idem*, por já estarem conceitualmente compreendidas no arcabouço legal do feminicídio.

Ainda no plano das decisões organizacionais, não se identificou aplicação de instrumentos normativos internacionais de proteção à mulher nas fundamentações. O espaço cognitivo ficou restrito ao conteúdo da Lei nº. 11.340/06, que trata da violência doméstica e familiar, para interpretar o significado da “condição de sexo feminino”. Nos casos em que o autor é conhecido da vítima há compreensão de ser suficiente comprovar relação interpessoal para evocar a qualificadora. Nuances de poder que caracterizam feminicídio ficam “acobertadas” por espécie de “silêncio murado” que inibe florescimento de argumentos associados a relações de poder estruturais. Restringe-se arcabouço jurídico a relações domesticizadas, individualizadas, dissociadas de contextos históricos, sociais, culturais e

políticos, fazendo crer tratar-se de violência pontual que recai sobre aquela mulher em particular.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher de 1979 – CEDAW; Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará; Constituição Federal e Leis nº. 10.778/03 e 11.340/06 constituem chaves de leitura para delineamento de contornos jurídicos para o feminicídio. Esses instrumentos contemplam a categoria analítica gênero e os enunciados: Mandato da Masculinidade, Gestos Simbólicos e Precariedade que formam o Dispositivo da Colonialidade.

Sob o ponto de vista procedimental, o estudo aliou categorias teóricas, jurídicas e operacionais em concertação e promoveu cenários interacionais para desenvolvimento do trabalho da Polícia, Ministério Público, Defensoria Pública/Advocacia e Magistratura nos casos de feminicídio. A estratégia tem por objetivo conferir estabilidade conceitual ao feminicídio da investigação ao julgamento final pelos jurados.

O percurso metodológico utilizado para desenhar a concertação identificou e organizou enunciados discursivos – descreveu fatos da vida, acontecimentos, através das narrativas dos sujeitos, na busca de unidades discursivas. Os enunciados discursivos foram agrupados por categoria teórica pela compatibilidade temática. Por fim, categorias teóricas serviram de base para delinear contornos das categorias jurídicas do feminicídio.

Aplicando-se a metodologia ao inciso VI, dos §§2º e 2º- A, do art. 121, do CP, objeto do presente estudo, obtém-se o seguinte mapeamento, sem prejuízo de outros enunciados e metodologias que poderão orientar aberturas da qualificadora feminicídio em sentido estrito ao inciso VI, conforme tabela abaixo.

Tabela 71 – Mapa de categorias jurídicas, operacionais e teóricas para o feminicídio em sentido estrito.

Categorias jurídicas		Categorias operacionais	Categorias teóricas
Código Penal brasileiro		Procedimentos	Enunciados
Art. 121. [...]			
§2º Se o homicídio é cometido:			
§2º-A. Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:			
CEDAW			
Artigo 1º Para os fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.		Laudo cadavérico; Laudo em local de morte violenta; Laudo DNA; Laudo de Exame Sexológico; Laudo Toxicológico; Laudo Odontológico; Laudo Papiloscópico; Laudo de extração de conteúdo de imagens; Laudo de extração de conteúdo de áudios; Laudo de extração de dados;	
Convenção de Belém do Pará		Laudo de análise de conteúdo impresso; Laudo de Exame criptográfico; Laudo de Psicologia Forense; Reconhecimento visuográfica; Rastreamento de celular; Interceptação telefônica; Retrato falado; Reconhecimento de pessoas; Reconhecimento de coisas; Depoimentos; Interrogatório/Confissão; Registros de violências anteriores em delegacias, unidades de atendimento; Registros processuais.	Mandato da masculinidade Gestos simbólicos Precariedade
Artigo 2. Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica:			
a. ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;			
b. ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e			
c. perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.			
Constituição Federal			
Art. 5º. [...]			
XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.			
Lei nº. 10.778/03			
Art. 1º. [...]			
§ 2º Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica e que:			
I – tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual; II – tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar; e III – seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.			
Lei nº. 11.340/06			
Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência			

doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Laudo em local de morte violenta;
Laudo de Exame Sexológico;
Laudo Toxicológico;
Depoimentos;
Interrogatório/Confissão;

Fonte: elaborada pela autora resultante da análise de pesquisa teórica e empírica de casos de feminicídio ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18.

Porém, com a descoberta de expansão da tipificação do feminicídio em direção a outras qualificadoras do §2º do art. 121, o estudo não pode deixar de responder ao problema encontrado e apresentar modelagem que segue, sem prejuízo de outras que possam vir a contribuir no fechamento do feminicídio, considerando as qualificadoras dos incisos I, II, III e IV, do §2º, art. 121, CP.

Tabela 72 – Mapa de categorias jurídicas, operacionais e teóricas para o feminicídio em narrativa expansiva.

Categoria jurídica	Categorias operacionais	Categorias teóricas
§2º Se o homicídio é cometido:	I - [...] por outro motivo torpe; II - por motivo fútil; III - [...] asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel [...]; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;	Laudo cadavérico; Laudo em local de morte violenta; Depoimentos; Interrogatório/Confissão; Laudo de extração de conteúdo de imagens; Laudo de extração de conteúdo de áudios; Laudo de extração de dados; Laudo de análise de conteúdo impresso; Laudo de Psicologia Forense; Reconhecimento visuográfica; Depoimentos; Interrogatório/Confissão; Laudo cadavérico; Laudo cadavérico; Laudo em local de morte violenta; Laudo de extração de conteúdo de imagens; Laudo de extração de conteúdo de áudios; Laudo de extração de dados; Laudo de análise de conteúdo impresso; Reconhecimento visuográfica; Depoimentos; Interrogatório/Confissão;
		Mandato da masculinidade Gestos simbólicos Precariedade

Fonte: elaborada pela autora resultante da análise de pesquisa teórica e empírica de casos de feminicídio ocorridos no Piauí no período de 10.03.15 a 31.12.18.

A presente pesquisa respondeu problema de abertura de significantes da qualificadora feminicídio com enunciados teóricos, jurídicos e operacionais que lhe proporcionasse estabilidade. Porém, é preciso assinalar que embora o estudo tenha se focalizado neste problema, achados empíricos instigaram a pesquisadora procurar adequar em pesquisas futuras, categorias teóricas desenvolvidas a narrativas de Plenários de Júri, local aonde se travam debates entre acusação, defesa, com esgotamento de argumentos persuasivos que irão orientar a consciência de jurados leigos.

Na dogmática jurídica, a pesquisadora propõe seja explorada possibilidade ou não de se somarem ao feminicídio outras qualificadoras relacionadas ao motivo fútil, torpe, meio cruel e recurso que impossibilitou defesa da vítima, analisadas à luz do princípio do *ne bis in idem*. Os achados demonstraram estar em curso processo de expansão da tipificação para além da modelagem a ele atribuída e por conseguinte ocasionando prejuízos e instabilidades cognitivas para o conceito do feminicídio.

Ainda na seara penal, a qualificadora feminicídio possibilita estudos voltados à expansão do significado da expressão “condição de sexo feminino” com enfoque nas mulheres transexuais. A linha “trans” deixou de ser focalizada pelo estudo porque os 109 casos pesquisados versaram sobre mulheres cisgênero e uma delas bissexual. Inexistiu caso de mulher transgênero no período pesquisado que provocasse debate entre os sujeitos da pesquisa e possibilitasse coleta de dados no acervo documental analisado - inquéritos e processos judiciais.

No plano organizacional, propor adequações nos sistemas informatizados espelhados na modelagem processual penal de nominação dos documentos para facilitar acesso às consultas, assim como capacitar servidores para alimentação correta do sistema. Ainda no plano organizacional, propor metodologia integrativa para investigação, processamento e julgamento dos feminicídios com base nas categorias jurídicas, teóricas e operacionais propostas. Os protocolos permitirão interação funcional e fluxo de informações entre organizações incumbidas do trabalho jurídico penal do feminicídio.

Por fim, ainda no ambiente organizacional, o estudo demonstrou haver espécie de “cegueira” dos responsáveis pela investigação, processamento e julgamento de feminicídios

em relação a instrumentos de direito internacional de proteção à mulher. O fato leva à incompreensão do fenômeno da violência estrutural, reduzindo campo visual a ambientes domésticos.

Foram estes os aportes e propostas de políticas públicas que resultaram da conclusão da presente Tese, sem prejuízo de outras.

Eis o que pude historiar
Não inventei o que escrevi
Foi do que pude escutar³⁰⁵.

³⁰⁵ NEGREIROS, Adriana. Sexo, violência e mulheres no cangaço. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p. 10.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer – o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. O que é um dispositivo? & o amigo. Chapecó: Argos, 2014.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Feminismos plurais. Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ALMEIDA, Suely Souza de. Femicídio – algemas (in) visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

ANDRADE, Antônio Rodrigues de; ROSEIRA, Catarina. A informação como elemento de integração entre propósito, processos e pessoas: um estudo em instituições portuguesas. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2018000100107>. Acesso em: 5 fev. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ. Projeto de Lei Estadual nº. 222 de 20.11.19. Institui, em todo o Piauí, O Formulário Eletrônico de Avaliação de Riscos “Esperança Garcia”, como política de Estado permanente de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar praticada contra meninas e mulheres. Disponível em: <http://www.alepi.pi.gov.br/noticiasConteudo_inc.php?idNoticia=9707>. Acesso em: 3 dez. 2019.

ATENCIÓ, Gabriela. El circuito de la muerte. Tripla Jornada nº 61, setembro de 2003: disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2003/09/01/articulos/61_juarez_circuito.htm>. Acesso em: 26 mar. 2017.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Na terra das palmeiras. Gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BARBOUR, Rosaline. Grupos focais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. São Paulo: Editora Vozes, 2017.

BLAY, Eva Alterman. Assassinato de mulheres e direitos humanos. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. Violência contra a mulher e políticas públicas, p.1. Disponível em: <[file:///C:/Users/Eug%C3%AAnia%20villa/Downloads/Violencia_contra_a_mulher_e_politicas_publicas%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Eug%C3%AAnia%20villa/Downloads/Violencia_contra_a_mulher_e_politicas_publicas%20(1).pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BRASIL. Legislação. Convenção de Belém do Pará. Decreto nº 1.973, de 01.08.94.

BRASIL. Legislação. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher de 1979. Decreto nº 4.377, de 13.09.02.

BRASIL, Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Diretrizes Nacionais Feminicídio. Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasil/2016.

BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. Contingencia, hegemonia, universalidad. Diálogos contemporâneos en la izquierda. 2ª ed. Argentina: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A, 2004.

BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CEPIA. Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. Instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos. Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero, vol. 1, Rio de Janeiro, 2001.

COMPROMISSO E ATITUDE. Legislações da América Latina que penalizam o feminicídio. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/legislacoes-da-america-latina-que-penalizam-o-feminicidio/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELUF, Luiza Nagib. A paixão no banco dos réus. Casos passionais célebres de Pontes Visgueiro a Lindemberg Alves. 4ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

FACHINETTO, Rochele Fellini. Homicídios contra mulheres e campo jurídico: a atuação dos operadores do direito na reprodução das categorias de gênero. In: Relações de gênero e sistema penal. Violência e conflitualidade nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Org. AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

FANON, Frantz. Piel negra. Máscaras blancas. Buenos Aires: Editorial Abraxas, 1973.

FERRAJOLI, Luigi. Derechos y garantías La ley del más débil. Fernández Ciudad, S. L.: Editorial Trotta, 2006.

FERREIRA, Maria Mary. Etiqueta, postura e “bom-trato”: a educação da mulher ludovicense na segunda metade do século XIX. In Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro. Org. Maria Mary Ferreira, REDOR, NIEPEM/UFMA REDOR, NIEPEM/UFMA, 2012.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. Ano 13, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Org. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. Nascimento da biopolítica. Lisboa: Edições 70, 2010.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito penal. Parte geral. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, Camilla de Magalhães. Têmis travesti. As relações de gênero, raça e direito para uma narrativa expansiva do “humano”. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

GOMES, Laurentino. Escravidão. Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2019.

GOMIDE, Paula Ignez Cunha; JÚNIOR, Sérgio Said Staut. Org. Introdução à psicologia forense. Curitiba: Juruá Editora, 2016.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1986.

H. S. Alex Trad. Malleus Maleficarum. Brasil, 2007. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/marcospaulo/files/2013/05/malleus-maleficarum-portugues.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

HATHOUT, Hassan. Viagem pela mente de um mulçumano. USA: American Trust Publications, 2014.

HERRMANNSDORFER, Claudia. Balance de la jurisprudencia género sensitive de Tribunales nacionales en 13 países en America Latina y el Caribe. Comité de America Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres – CLADEM. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2014/04/CLADEMbalancelegislaciongenerosensitiva.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

IPEA E FBSP. Atlas da violência 2018. Rio de Janeiro, 2018, p. 51. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. Los cautiverios de las mujeres madresposas, monjas, putas, presas y locas. 2ª ed. México: Siglo XXI Editores, 2015.

LARRAURI, Elena. Mujeres y sistema penal: violencia doméstica. Montevideo: B de F, 2008.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; LIMA, Lorena Costa. A influência do fator gênero nas decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e do Supremo Tribunal Federal brasileiro: (des) protegendo os direitos fundamentais das mulheres. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4aec1b3435c52abb>>, p.14. Acesso em: 10 abr. 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro - dezembro/2014.

_____. Colonialidad y género. Tabula Rasa, Bogotá, Colômbia, nº. 9: 73-101, Julio-diciembre, 2008.

MACHADO, Bruno Amaral. Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n – 1 edições, 2019.

MENDES, Soraia da Rosa. E se Goldschmidt fosse feminista? O processo penal brasileiro desde (um) a epistemologia feminista. 2018. 167 f. Tese (Pós-Doutoral em Teorias Jurídicas Contemporâneas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

_____. Processo penal feminista. São Paulo: Ed. Atlas, 2020.

MÉXICO. Procuraduría General de la República. Los servicios periciales con perspectiva de género. Serie género y Procuración de Justicia. Guía metodológica para la elaboración de peritajes antropológicos, psicosociales y socioculturales en casos de feminicidio en México. Ciudad de México, 2018. Disponível em: <<https://violenciafeminicida.consorciooaxaca.org.mx/wp-content/uploads/sites/55/2018/04/GUIA-PERITAJES-WEB1.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora); GOMES, Sueli Ferreira Deslandes Romeu. Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

MIRANDA, Tomaz; DOMÊNICO, Deivid; FIRMINO, Danilo; MAMA, Sílvio; OLIVEIRA, Ronie; BOLA, Márcio. História pra ninar gente grande. Samba enredo Mangueira – Carnaval 2019.

MONEBHURRUN, Nitish. Manual de metodologia jurídica. Técnicas para argumentar em textos jurídicos. São Paulo: Saraiva, 2015.

MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. Feminismos plurais. Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

NEGREIROS, Adriana. Sexo, violência e mulheres no cangaço. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

NEME, Cristina; SOBRAL, Isabela. Principais resultados. *In: Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 2ª edição, São Paulo: Ministério da Justiça e Segurança Pública/FBSP/DATAFOLHA, 2019.

OEA. Protocolo Latino Americano de Investigación de muertes violentas de mujeres por razones de género. Disponível em: <http://www.hchr.org.mx/index.php?option=com_content&view=article&id=202:modelo-de-protocolo-latinoamericano-de-investigacion-de-las-muertes-violentas-de-mujeres-por-razones-de-genero-femicidios-feminicidios&catid=17&Itemid=278>. Acesso em: 15 jun. 2017.

ONU. Observatório de Igualdade de género de América Latina y el Caribe. Disponível em: <<https://oig.cepal.org/es/indicadores/feminicidio>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

ONU MULHERES. Modelo de protocolo latino-americano de investigación das mortes violentas de mulheres por razões de género (femicídio/feminicídio). Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo_feminicidio_publicacao.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer decolonial: quando as teorias viajam. *Rev. Contemporânea*, v.5, n. 2, p. 411-437, Jul. - Dez. 2015.

PIAUÍ. Lei Estadual nº. 7.268, de 04 de outubro de 2019. Institui, em todo o Piauí o aplicativo Salve Maria, como política de Estado permanente de enfrentamento e combate à violência contra a mulher e atendimento policial de meninas e mulheres em situação de violência flagrancial e não flagrancial. *Diário Oficial do Estado do Piauí* nº 189, de 04.10.19, p.2. Disponível em: <<http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php?dia=20191004>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PIAUÍ. Lei Complementar nº. 87, de 28 de agosto de 2007. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.antigoseplan.pi.gov.br/planejamento.php>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

PIAUÍ. Secretaria de Planejamento. Disponível em: <<http://www.antigoseplan.pi.gov.br/planejamento.php>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

PIERONI, Geraldo. Os excluídos do Reino. 2ª ed. Brasília: Editora UNB, 2006.

PINEDA, Esther. Cultura feminicida: el riesgo de ser mujer en América Latina. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2019.

PNUD, Mulheres resilientes = cidades resilientes. Região metropolitana de Teresina (PI). Brasília: 2019.

PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Érika Mendes de; CARVALHO, Gisele Mendes de. Curso de direito penal brasileiro. 13. ed. São Paulo: 2014.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. *In*: Colonialismo; Modernidad; Capitalismo; Poder Político; Sociedad; Historia; Eurocentrismo; America Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: < http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf> Acesso em: 15 jan. 2020.

REZZUTTI, Paulo. Mulheres do Brasil. A história não contada. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *In*: Mulheres: mobilizações, conquistas e entraves. São Paulo, n. 24, p.99-104, 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. Pesquisa social. Método e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

RODRIGUEZ, José Rodrigo; PÜSCHEL, Flavia Portela; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. Dogmática é conflito: uma visão crítica da racionalidade jurídica. São Paulo: Saraiva, 2012.

RUSSELL, Diana E. H. Definición de feminicidio y conceptos relacionados. Disponível em: <<https://construcciondeidentidades.files.wordpress.com/2015/09/definicion3b3n-defeminicidio-russell.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

SABADELL, Ana Lúcia. Violência contra a mulher e o processo de juridificação do feminicídio. Reações e relações patriarcais no direito brasileiro. Revista EMERJ, Rio de Janeiro, V. 19, n. 72, p. 168-190, jan. – mar. 2016. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista72/revista72_168.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SAMPIERI, RH; COLLADO, C.F; LUCIO, M.P.B. Metodologia de pesquisa. 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHIOCCHET, Taysa. Marcos normativos dos direitos sexuais: uma perspectiva emancipatória. *In*: BRAUNER, Maria Claudia Org. Biodireito e gênero. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2007.

SEARLE, John R. Consciência e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ. Gabinete da Secretária de Segurança. Portaria nº. 064-/GS/2015, de 02 de março de 2015. Teresina, 2015.

Disponível em: <<http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php?dia=20150914>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SEGATO, La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

_____. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. Buenos Aires: Tinta limón ediciones, 2013.

_____. Las estructuras elementares de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo libros, 2010.

SILVA, Camila Ferreira Santos; RODRIGUES, Fernanda Lopes; MOTTA, Diomar das Graças. Etiqueta, postura e “bom-trato”: a educação da mulher ludovicense na segunda metade do século XIX. In FERREIRA, Maria (Organizadora). Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro. REDOR, NIEPEM/UFMA, 2012.

SOUSA, Eduardo Sérgio Soares; VIANA, Alba Jean Batista (Orgs). Feminicídios de paraibanas. Estudos de assassinatos de pessoas por questões de gêneros. João Pessoa: Ideia, 2016.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito. EDUFPI, 2017.

SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.

STREET, DOCA. Mea culpa. O depoimento que rompe 30 anos de silêncio. São Paulo: Editora Planeta, 2006.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ. Sistema Themis web. Disponível em: <<http://www.tjpi.jus.br/themisweb/modules/consulta/Consulta.mtw>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. Feminicídio. Naciones Unidas Derechos Humanos. Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. México, 2009, p.71-72. Disponível em: <<http://www.nomasviolenciacontramujeres.cl/wp-content/uploads/2015/09/P.-Toledo-Libro-Feminicidio.compressed.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020).

VIEGAS, Roberta e Silva; GREGOLI, Roberta; RIBEIRO, Henrique Marques. Resultado de pesquisa expõe tolerância social à violência contra as mulheres em espaços públicos. A vitimização de mulheres no Brasil. São Paulo: FBSP, 2018.

VILLA, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro. Gênero e biopoder: a “invenção” da violência contra a mulher no discurso policial e nas práticas das delegacias da mulher de Teresina – PI. 2014, 149 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2014.

_____. Mulheres violadas sob a capa do gênero: espaço parcialmente visível aos olhos da normalização. XXIII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/UFSC, 2014, Direitos Sociais e Políticas Públicas IV, p.159-188.

_____; MACHADO, Bruno Amaral. O Mapa do Feminicídio na polícia civil do Piauí: uma análise Organizacional-sistêmica. R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 16, n. 22, p.86-107, jan./jun. 2018.

_____. Os desafios impostos pelos diferentes tipos de violência contra a mulher. *In*: Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 2ª edição, São Paulo: Ministério da Justiça e Segurança Pública/FBSP/DATAFOLHA, 2019.

_____; MACHADO, Bruno Amaral. Territórios da violência de gênero: normativa internacional e os casos “Campo Algodoeiro” (México) - “Morro do Garrote” (Brasil). Revista de Direito Internacional Volume 15, n.2.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Eu, Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa, aluna do Curso de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas nível Doutorado, do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Amaral Machado e Coorientação da Professora Dra. Camilla de Magalhães Gomes, gostaria de lhe convidar para participar de minha pesquisa intitulada “O SILENCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES: a nomeação do Feminicídio no campo da linguagem jurídica.”.

O objetivo do trabalho é delinear contornos jurídicos e dar significado a assassinatos de mulheres na perspectiva da “condição de sexo feminino” que orientem a capitulação jurídica do feminicídio no Brasil, para auxiliar processos decisórios das organizações policiais e da justiça criminal no campo do Feminicídio.

A investigação será realizada no primeiro semestre de 2020 na Delegacia do Feminicídio, Promotoria de Justiça, Advocacia criminal e Vara Criminal de Teresina/PI que atuem na investigação, processamento e julgamento de Feminicídios no Piauí. Serão aplicadas entrevistas e questionários junto a Delegadas, Promotor de Justiça, Advogado e Magistrado que atuem nos processos de Feminicídio, objetivando conhecer o perfil e a visão de cada um (a) sobre o crime de Feminicídio.

Caso aceite participar deste estudo, não receberá qualquer tipo de benefício financeiro e não haverá custo algum. Poderá desistir de participar a qualquer momento sem nenhum prejuízo. A análise dos questionários e entrevistas será feita por esta pesquisadora. Os dados fornecidos serão confidenciais e divulgados apenas em Congressos ou Publicações Científicas, não havendo divulgação de nenhuma informação que possa lhe identificar. Esses dados serão guardados pela pesquisadora responsável em local seguro, por um período de 05 (cinco anos).

No caso de surgir alguma dúvida em relação à pesquisa (interesse em saber o andamento da pesquisa ou realizar alguma reclamação), favor entrar em contato comigo Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa, pelo telefone (86)99981.8478 ou pelo e-mail: eugenianogueiravilla@yahoo.com.br ou com meu orientador da Tese Prof. Dr. Bruno Amaral Machado pelo telefone (61) 3966.1305 ou pelo e-mail: brunoamaralmachado@hotmail.com.

Este termo será assinado em duas (2) vias, ficando uma em seu poder e a outra sob minha responsabilidade.

Data: ____/____/____.

Assinatura do (a) Participante

Nome Completo do (a) Participante

 Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa - Orientanda

APÊNDICE B – MODELO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO – DELEGADO (A) DE POLÍCIA CIVIL



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**ENTREVISTA COM OS (AS) RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL
DELEGADO (A) DE POLÍCIA CIVIL**

EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÉGO MONTEIRO VILLA, aluna do Curso de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas – nível Doutorado, do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB, orientada pelo Professor Dr. Bruno Amaral Machado e coorientada pela Professora Dra. Camilla de Magalhães Gomes, desenvolverá pesquisa intitulada “O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES: a nomeação do Feminicídio no campo da linguagem jurídica.”, cujo objetivo é delinear contornos jurídicos e dar significado a assassinatos de mulheres na perspectiva da “condição de sexo feminino” que orientem a capitulação jurídica do feminicídio no Brasil e considerando ser de grande relevância conhecer sua atuação e visão sobre o tema Feminicídio, com base na sua realidade pessoal, bem como outras políticas públicas, dentre as quais instrumentos legais e órgãos que atuam na investigação, processamento e julgamento dos casos de Feminicídio, convido-lhe a responder, de acordo com o seu perfil, as questões abaixo, ressaltando que, por questões éticas, serão resguardadas sua identificação e todas as informações prestadas. No caso de surgir alguma dúvida em relação à pesquisa (interesse em saber o andamento da pesquisa ou realizar alguma reclamação), favor entrar em contato comigo Eugênia Nogueira do Régo Monteiro Villa, pelo telefone (86)99981.8478 ou pelo e-mail: eugenianogueiravilla@yahoo.com.br ou com meu orientador da Tese Prof. Dr. Bruno Amaral Machado pelo telefone (61) 3966.1305 ou pelo e-mail: brunoamaralmachado@hotmail.com. Muito obrigada pela sua atenção

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
ENTREVISTA – DELEGADO (A) DE POLÍCIA CIVIL**

1. O QUE VOCÊ ENTENDE POR FEMINICÍDIO?
2. O QUE PENSA SOBRE A AFIRMATIVA DE QUE O FEMINICÍDIO ESTÁ RELACIONADO AO CIUME E/OU A TRAIÇÃO?
3. O QUE PENSA SOBRE A AFIRMATIVA DE QUE O FEMINICÍDIO SE DA POR RAZÕES DE GÊNERO?
4. O QUE VOCÊ ENTENDE POR MENOSPREZO E DISCRIMINAÇÃO A CONDIÇÃO DE SER MULHER?
5. CONSIDERA COMPLEXA A TIPIFICAÇÃO DO FEMINICÍDIO? POR QUE?
6. QUE ELEMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS ENTENDE SEREM RELEVANTES PARA TIPIFICAR O FEMINICÍDIO?
7. HÁ DIFICULDADES NAS INVESTIGAÇÕES POLICIAIS DOS CASOS DE FEMINICÍDIO QUE INTERFERAM NO SEU TRABALHO?
8. NO CONCEITO LEGAL DE FEMINICÍDIO HAVERIA (M) LACUNA (S) A SER (EM) PREENCHIDA(S)? QUAL (IS)?
9. DE QUE MANEIRA ESSA (S) LACUNA (S) INTERFERE (M) NO SEU TRABALHO?
10. HÁ INSEGURANÇA JURÍDICA NA TIPIFICAÇÃO DO FEMINICÍDIO? QUAL (IS)?
11. OS ARGUMENTOS DO RELATÓRIO POLICIAL ENFOCAM QUESTÕES DE GÊNERO?
12. PELA SUA EXPERIÊNCIA, O SEXO DOS INVESTIGADORES PODE INFLUENCIAR NA INVESTIGAÇÃO?
13. FALE SOBRE A METODOLOGIA INVESTIGATÓRIA DO FEMINICÍDIO.
14. COMENTE ALGUM CASO DE FEMINICÍDIO NO QUAL TENHA PARTICIPADO DA INVESTIGAÇÃO E QUE TENHA LHE CHAMADO ATENÇÃO.

MUITO OBRIGADA PELA ENTREVISTA!

APÊNDICE C – MODELO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO – AGENTE E ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**ENTREVISTA COM OS (AS) RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL
AGENTE DE POLÍCIA CIVIL**

EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÉGO MONTEIRO VILLA, aluna do Curso de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas – nível Doutorado, do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB, orientada pelo Professor Dr. Bruno Amaral Machado e coorientada pela Professora Dra. Camilla de Magalhães Gomes, desenvolverá pesquisa intitulada “O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES: a nomeação do Femicídio no campo da linguagem jurídica.”, cujo objetivo é delinear contornos jurídicos e dar significado a assassinatos de mulheres na perspectiva da “condição de sexo feminino” que orientem a capitulação jurídica do feminicídio no Brasil e considerando ser de grande relevância conhecer sua atuação e visão sobre o tema Femicídio, com base na sua realidade pessoal, bem como outras políticas públicas, dentre as quais instrumentos legais e órgãos que atuam na investigação, processamento e julgamento dos casos de Femicídio, convido-lhe a responder, de acordo com o seu perfil, as questões abaixo, ressaltando que, por questões éticas, serão resguardadas sua identificação e todas as informações prestadas. No caso de surgir alguma dúvida em relação à pesquisa (interesse em saber o andamento da pesquisa ou realizar alguma reclamação), favor entrar em contato comigo Eugênia Nogueira do Régo Monteiro Villa, pelo telefone (86)99981.8478 ou pelo e-mail: eugeniamonteirovilla@yahoo.com.br ou com meu orientador da Tese Prof. Dr. Bruno Amaral Machado pelo telefone (61) 3966.1305 ou pelo e-mail: brunomachado@hotmail.com. Muito obrigada pela sua atenção.

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
ENTREVISTA – AGENTE DE POLÍCIA CIVIL**

1. O QUE VOCÊ ENTENDE POR FEMINICÍDIO?
2. O QUE PENSA SOBRE A AFIRMATIVA DE QUE O FEMINICÍDIO ESTÁ RELACIONADO AO CIÚME E/OU À TRAIÇÃO?
3. O QUE PENSA SOBRE A AFIRMATIVA DE QUE O FEMINICÍDIO SE DÁ POR RAZÕES DE GÊNERO?
4. O QUE VOCÊ ENTENDE POR MENOSPREZO E DISCRIMINAÇÃO À CONDIÇÃO DE SER MULHER?
5. CONSIDERA COMPLEXA A INVESTIGAÇÃO DO FEMINICÍDIO? POR QUE?
6. QUE ELEMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS ENTENDE SEREM RELEVANTES PARA INVESTIGAR O FEMINICÍDIO?
7. HÁ DIFICULDADES NAS INVESTIGAÇÕES POLICIAIS DOS CASOS DE FEMINICÍDIO QUE INTERFIRAM NO SEU TRABALHO?
8. NO CONCEITO LEGAL DE FEMINICÍDIO HAVERIA (M) LACUNA (S) A SER (EM) PREENCHIDA(S)? QUAL (IS)?
9. DE QUE MANEIRA ESSA (S) LACUNA (S) INTERFERE (M) NO SEU TRABALHO?
10. HÁ INSEGURANÇA NORMATIVA NA INVESTIGAÇÃO DO FEMINICÍDIO? QUAL (IS)?
11. OS ARGUMENTOS DA RECOGNICÃO VISUOGRÁFICA ENFOCAM QUESTÕES DE GÊNERO?
12. PELA SUA EXPERIÊNCIA, O SEXO DOS INVESTIGADORES PODE INFLUENCIAR NA INVESTIGAÇÃO?
13. FALE SOBRE A METODOLOGIA INVESTIGATÓRIA DO FEMINICÍDIO.
14. COMENTE ALGUM CASO DE FEMINICÍDIO NO QUAL TENHA PARTICIPADO DA INVESTIGAÇÃO E QUE TENHA LHE CHAMADO ATENÇÃO.

MUITO OBRIGADA PELA ENTREVISTA!

APÊNDICE D – MODELO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO – PERITO (A) MÉDICO (A) LEGAL



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ENTREVISTA COM OS (AS) RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURIDICO-PENAL

PERITO (A) MÉDICO (A) LEGAL

EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA, aluna do Curso de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas – nível Doutorado, do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB, orientada pelo Professor Dr. Bruno Amarel Machado e coorientada pela Professora Dra. Camilla de Magalhães Gomes, desenvolverá pesquisa intitulada **"O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES: a nomeação do Feminicídio no campo da linguagem jurídica"**, cujo objetivo é delinear contornos jurídicos e dar significado a assassinatos de mulheres na perspectiva da "condição de sexo feminino" que orientam a capitulação jurídica do feminicídio no Brasil e considerando ser de grande relevância conhecer sua atuação e visão sobre o tema Feminicídio, com base na sua realidade pessoal, bem como outras políticas públicas, dentre as quais instrumentos legais e órgãos que atuam na investigação, processamento e julgamento dos casos de Feminicídio, convido-lhe a responder, de acordo com o seu perfil, as questões abaixo, ressaltando que, por questões éticas, serão resguardadas sua identificação e todas as informações prestadas. No caso de surgir alguma dúvida em relação a pesquisa (interesse em saber o andamento da pesquisa ou realizar alguma reclamação), favor entrar em contato consigo Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa, pelo telefone (86)99981.8478 ou pelo e-mail: eugenia.nogueira.villa@unb.br ou com meu orientador da Tese Prof. Dr. Bruno Amarel Machado pelo telefone (61) 3966.1305 ou pelo e-mail: brunoamarelmachado@hotmail.com. Muito obrigada pela sua atenção.

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
ENTREVISTA – PERITO (A) MÉDICO (A) LEGAL**

1. O QUE VOCÊ ENTENDE POR FEMINICÍDIO?
2. O QUE PENSA SOBRE A AFIRMATIVA DE QUE O FEMINICÍDIO ESTÁ RELACIONADO AO CÚMPE E/OU A TRAIÇÃO?
3. O QUE PENSA SOBRE A AFIRMATIVA DE QUE O FEMINICÍDIO SE DÁ POR RAZÕES DE GÊNERO?
4. O QUE VOCÊ ENTENDE POR MENOSPREZO E DISCRIMINAÇÃO A CONDIÇÃO DE SER MULHER?
5. CONSIDERA COMPLEXO O EXAME DE CADAVER EM CRIME DE FEMINICÍDIO? POR QUE?
6. HÁ ELEMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS RELEVANTES A SEREM CONSIDERADOS EM CADAVERES DE CRIME DE FEMINICÍDIO?
7. HÁ DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS NOS CASOS DE FEMINICÍDIO QUE INTERFERAM NO SEU TRABALHO?
8. NO CONCEITO LEGAL DE FEMINICÍDIO HAVERIA (M) LACUNA (S) A SER (EM) PREENCHIDA(S)? QUAL (IS)?
9. DE QUE MANEIRA ESSA (S) LACUNA (S) INTERFERE (M) NO SEU TRABALHO?
10. HÁ INSEGURANÇA NORMATIVA NA REALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS DOS CASOS DE FEMINICÍDIO? QUAL (IS)?
11. OS ENUNCIADOS CIENTÍFICOS DESENVOLVIDOS NOS LAUDOS DE EXAME DE CADAVER EM CRIME DE FEMINICÍDIO ENFOCAM QUESTÕES DE GÊNERO?
12. PELA SUA EXPERIÊNCIA, O SEXO DOS PERITOS PODE INFLUENCIAR NA ATUAÇÃO PERICIAL DOS CASOS DE FEMINICÍDIO?
13. FALE SOBRE A METODOLOGIA INVESTIGATÓRIA DO FEMINICÍDIO.
14. COMENTE ALGUM CASO DE FEMINICÍDIO NO QUAL TENHA PARTICIPADO DA INVESTIGAÇÃO E QUE TENHA LHE CHAMADO ATENÇÃO.

MUITO OBRIGADA PELA ENTREVISTA!

APÊNDICE E – MODELO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO – PERITO (A) CRIMINAL



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - Uniceub
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**ENTREVISTA COM OS (AS) RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURIDICO-PENAL
PERITO (A) CRIMINAL**

EUGENIA NOGUEIRA DO REGO MONTEIRO VILLA, aluna do Curso de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas – nível Doutorado, do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB, orientada pelo Professor Dr. Bruno Amarel Machado e coorientada pela Professora Dra. Camilla de Magalhães Gomes, desenvolverá pesquisa intitulada **“O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES: a nomeação do Femicídio no campo da linguagem jurídica.”**, cujo objetivo é delinear contornos jurídicos e dar significado a assassinatos de mulheres na perspectiva da “condição de sexo feminino” que orientam a capitulação jurídica do feminicídio no Brasil e considerando ser de grande relevância conhecer sua atuação e visão sobre o tema Femicídio, com base na sua realidade pessoal, bem como outras políticas públicas, dentre as quais instrumentos legais e órgãos que atuam na investigação, processamento e julgamento dos casos de Femicídio, convido-lhe a responder, de acordo com o seu perfil, as questões abaixo, ressaltando que, por questões éticas, serão resguardadas sua identificação e todas as informações prestadas. No caso de surgir alguma dúvida em relação à pesquisa (interesse em saber o andamento da pesquisa ou realizar alguma reclamação), favor entrar em contato consigo Eugênia Nogueira do Régio Monteiro Villa, pelo telefone (86)99981.8478 ou pelo e-mail: eugeniagnoqueiravilla@yahoo.com.br ou com meu orientador da Tese Prof. Dr. Bruno Amarel Machado pelo telefone (61) 3966.1305 ou pelo e-mail: brunoamarelmachado@hotmail.com. Muito obrigada pela sua atenção.

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
ENTREVISTA – PERITO (A) CRIMINAL**

1. O QUE VOCÊ ENTENDE POR FEMINICÍDIO?
2. O QUE PENSA SOBRE A AFIRMATIVA DE QUE O FEMINICÍDIO ESTÁ RELACIONADO AO CIÚME E/OU A TRAÇÃO?
3. O QUE PENSA SOBRE A AFIRMATIVA DE QUE O FEMINICÍDIO SE DÁ POR RAZÕES DE GÊNERO?
4. O QUE VOCÊ ENTENDE POR MENOSPREZO E DISCRIMINAÇÃO A CONDIÇÃO DE SER MULHER?
5. CONSIDERA COMPLEXO O LOCAL DE CRIME DE FEMINICÍDIO? POR QUE?
6. HÁ ELEMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS RELEVANTES A SEREM CONSIDERADOS EM LOCAIS DE CRIME DE FEMINICÍDIO?
7. HÁ DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS NOS CASOS DE FEMINICÍDIO QUE INTERFERAM NO SEU TRABALHO?
8. NO CONCEITO LEGAL DE FEMINICÍDIO HAVERIA (M) LACUNA (S) A SER (EM) PREENCHIDA(S)? QUAL (IS)?
9. DE QUE MANEIRA ESSA (S) LACUNA (S) INTERFERE (M) NO SEU TRABALHO?
10. HÁ INSEGURANÇA NORMATIVA NA REALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS DOS CASOS DE FEMINICÍDIO? QUAL (IS)?
11. OS ENUNCIADOS CIENTÍFICOS DESENVOLVIDOS NOS LAUDOS DE LOCAL DE CRIME DE FEMINICÍDIO ENFOCAM QUESTÕES DE GÊNERO?
12. PELA SUA EXPERIÊNCIA, O SEXO DOS PERITOS PODE INFLUENCIAR NA ATUAÇÃO PERICIAL DOS CASOS DE FEMINICÍDIO?
13. FALE SOBRE A METODOLOGIA INVESTIGATÓRIA DO FEMINICÍDIO.
14. COMENTE ALGUM CASO DE FEMINICÍDIO NO QUAL TENHA PARTICIPADO E QUE TENHA LHE CHAMADO ATENÇÃO.

MUITO OBRIGADA PELA ENTREVISTA!

APÊNDICE F – MODELO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO
JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO - PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA



**ENTREVISTA COM OS (AS) RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL
PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA**


EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÉGO MONTEIRO VILLA, aluna do Curso de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas – nível Doutorado, do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB, orientada pelo Professor Dr. Bruno Amaral Machado e coorientada pela Professora Dra. Camilla de Magalhães Gomes, desenvolverá pesquisa intitulada “O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES: a nomeação do Feminicídio no campo da linguagem jurídica.”, cujo objetivo é delinear contornos jurídicos e dar significado a assassinatos de mulheres na perspectiva da “condição de sexo feminino” que orientem a capitulação jurídica do feminicídio no Brasil e considerando ser de grande relevância conhecer sua atuação e visão sobre o tema Feminicídio, com base na sua realidade pessoal, bem como outras políticas públicas, dentre as quais instrumentos legais e órgãos que atuam na investigação, processamento e julgamento dos casos de Feminicídio, convido-lhe a responder, de acordo com o seu perfil, as questões abaixo, ressaltando que, por questões éticas, serão resguardadas sua identificação e todas as informações prestadas. No caso de surgir alguma dúvida em relação à pesquisa (interesse em saber o andamento da pesquisa ou realizar alguma reclamação), favor entrar em contato comigo Eugênia Nogueira do Régo Monteiro Villa, pelo telefone (86)99981.8478 ou pelo e-mail: eugenianogueiravilla@yahoo.com.br ou com meu orientador da Tese Prof. Dr. Bruno Amaral Machado pelo telefone (61) 3966.1305 ou pelo e-mail: brunoamaralmachado@hotmail.com. Muito obrigada pela sua atenção.

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
ENTREVISTA – PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA**

1. O QUE VOCÊ ENTENDE POR FEMINICÍDIO?
2. O QUE PENSA SOBRE A AFIRMATIVA DE QUE O FEMINICÍDIO ESTÁ RELACIONADO AO CIÚME E/OU A TRAIÇÃO?
3. O QUE PENSA SOBRE A AFIRMATIVA DE QUE O FEMINICÍDIO SE DÁ POR RAZÕES DE GÊNERO?
4. CONSIDERA COMPLEXA A TIPIFICAÇÃO FEMINICÍDIO? POR QUE?
5. QUE ELEMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS ENTENDE SEREM RELEVANTES PARA INVESTIGAR O FEMINICÍDIO?
6. HÁ FRAGILIDADES NAS INVESTIGAÇÕES POLICIAIS DOS CASOS DE FEMINICÍDIO QUE DIFICULTAM O SEU TRABALHO?
7. NO CONCEITO LEGAL DE FEMINICÍDIO HAVERIA (M) LACUNA (S) A SER (EM) PREENCHIDA(S)? QUAL (IS)?
8. HAVERIA INSEGURANÇA JURÍDICA NA TIPIFICAÇÃO DO FEMINICÍDIO E QUAIS SERIAM ESSAS INSEGURANÇAS JURÍDICAS?
9. OS ARGUMENTOS DA ACUSAÇÃO ENFOCAM QUESTÕES DE GÊNERO?
10. PELA SUA EXPERIÊNCIA, O SEXO DOS INVESTIGADORES PODE INFLUENCIAR NA INVESTIGAÇÃO?
11. HÁ CONTRIBUIÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL NO PROCESSAMENTO E NO JULGAMENTO DOS CASOS DE FEMINICÍDIO? O INQUÉRITO POLICIAL CONTRIBUIU NO SEU TRABALHO?
12. COMO VÊ A COMPREENSÃO DOS JURADOS ACERCA DO FEMINICÍDIO?
13. ALGUM CASO LHE CHAMOU ATENÇÃO DURANTE O SEU PERCURSO PROFISSIONAL, NESSES ÚLTIMOS CINCO ANOS DE VIGÊNCIA DA LEI DO FEMINICÍDIO? O QUE LHE CHAMOU ATENÇÃO?

MUITO OBRIGADA PELA ENTREVISTA!

APÊNDICE G – MODELO DE ENTREVISTA COM RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO
JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO - ADVOGADO (A)



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**ENTREVISTA COM OS (AS) RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL
DEFENSOR (A) E/ OU ADVOGADO (A)**

EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA, aluna do Curso de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas – nível Doutorado, do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB, orientada pelo Professor Dr. Bruno Amaral Machado e coorientada pela Professora Dra. Camilla de Magalhães Gomes, desenvolverá pesquisa intitulada “O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES: a nomeação do Feminicídio no campo da linguagem jurídica.”, cujo objetivo é delinear contornos jurídicos e dar significado a assassinatos de mulheres na perspectiva da “condição de sexo feminino” que orientam a capitulação jurídica do feminicídio no Brasil e considerando ser de grande relevância conhecer sua atuação e visão sobre o tema Feminicídio, com base na sua realidade pessoal, bem como outras políticas públicas, dentre as quais instrumentos legais e órgãos que atuam na investigação, processamento e julgamento dos casos de Feminicídio, convido-lhe a responder, de acordo com o seu perfil, as questões abaixo, ressaltando que, por questões éticas, serão resguardadas sua identificação e todas as informações prestadas. No caso de surgir alguma dúvida em relação à pesquisa (interesse em saber o andamento da pesquisa ou realizar alguma reclamação), favor entrar em contato consigo Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa, pelo telefone (86)99981.8478 ou pelo e-mail: eugeniamonteirovilla@yahoo.com.br ou com meu orientador da Tese Prof. Dr. Bruno Amaral Machado pelo telefone (61) 3966.1305 ou pelo e-mail: brunomachado@hotmail.com. Muito obrigada pela sua atenção.

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
ENTREVISTA – ADVOGADO (A)**

1. O QUE VOCÊ ENTENDE POR FEMINICÍDIO?
2. ALGUNS FALAM DE MOTIVAÇÕES RELACIONADAS AO CÔNIO, TRAIÇÃO. O QUE VOCÊ PENSA SOBRE ISSO?
3. O QUE VOCÊ ENTENDE POR MENOSPREZO E DISCRIMINAÇÃO A CONDIÇÃO DE MULHER?
4. CONSIDERA COMPLEXA A TIPIFICAÇÃO DO FEMINICÍDIO? POR QUE?
5. QUAIS ELEMENTOS ENTENDE SEREM RELEVANTES PARA TIPIFICAR O FEMINICÍDIO?
6. ENTENDE HAVER FRAGILIDADES NAS INVESTIGAÇÕES POLICIAIS QUE DIFICULTAM SEU TRABALHO?
7. O QUE PENSA SOBRE A AFIRMATIVA DE QUE O FEMINICÍDIO SE DÁ POR RAZÕES DE GÊNERO?
8. HÁ CONTRIBUIÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL NO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO? QUAL (IS)?
9. NO CONCEITO LEGAL DE FEMINICÍDIO HAVERIA (M) LACUNA (S) A SER (EM) PREENCHIDA(S)? QUAL (IS)?
10. DE QUE MANEIRA ESSA(S) LACUNA(S) INTERFERE(M) NO SEU TRABALHO?
11. HÁ INSEGURANÇA JURÍDICA NA TIPIFICAÇÃO DO FEMINICÍDIO? QUAL (IS)?
12. OS ARGUMENTOS DA DEFESA ENFOCAM QUESTÕES DE GÊNERO?
13. PELA SUA EXPERIÊNCIA, O SEXO DOS JURADOS PODE INFLUENCIAR NO JULGAMENTO?
14. COMO VÊ A COMPREENSÃO DOS JURADOS ACERCA DO FEMINICÍDIO?
15. ALGUM CASO LHE CHAMOU ATENÇÃO DURANTE O SEU PERCURSO PROFISSIONAL, Nesses últimos cinco anos de vigência da Lei do Feminicídio? O QUE LHE CHAMOU ATENÇÃO?

MUITO OBRIGADA PELA ENTREVISTA!

APÊNDICE H – MODELO DE ENTREVISTA COM
RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO –
MAGISTRADO (A)



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**ENTREVISTA COM OS (AS) RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL
MAGISTRADO (A)**


EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA, aluna do Curso de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas – nível Doutorado, do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB, orientada pelo Professor Dr. Bruno Amaral Machado e coorientada pela Professora Dra. Camilla de Magalhães Gomes, desenvolverá pesquisa intitulada “O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES: a nomeação do Feminicídio no campo da linguagem jurídica.”, cujo objetivo é delinear contornos jurídicos e dar significado a assassinatos de mulheres na perspectiva da “condição de sexo feminino” que orientem a capitulação jurídica do feminicídio no Brasil e considerando ser de grande relevância conhecer sua atuação e visão sobre o tema Feminicídio, com base na sua realidade pessoal, bem como outras políticas públicas, dentre as quais instrumentos legais e órgãos que atuam na investigação, processamento e julgamento dos casos de Feminicídio, convido-lhe a responder, de acordo com o seu perfil, as questões abaixo, ressaltando que, por questões éticas, serão resguardadas sua identificação e todas as informações prestadas. No caso de surgir alguma dúvida em relação à pesquisa (interesse em saber o andamento da pesquisa ou realizar alguma reclamação), favor entrar em contato comigo Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa, pelo telefone (86)99981.8478 ou pelo e-mail: eugenianogueiravilla@yahoo.com.br ou com meu orientador da Tese Prof. Dr. Bruno Amaral Machado pelo telefone (61) 3966.1305 ou pelo e-mail: brunoamaralmachado@hotmail.com. Muito obrigada pela sua atenção.

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
ENTREVISTA – MAGISTRADO (A)**

1. O QUE ENTENDE POR FEMINICÍDIO?
2. O QUE PENSA SOBRE A AFIRMATIVA DE QUE O FEMINICÍDIO ESTÁ RELACIONADO AO CIÚME E/OU À TRAIÇÃO?
3. O QUE PENSA SOBRE A AFIRMATIVA DE QUE O FEMINICÍDIO SE DÁ POR RAZÕES DE GÊNERO?
4. O QUE VOCÊ ENTENDE POR MENOSPREZO E DISCRIMINAÇÃO À CONDIÇÃO DE SER MULHER?
5. CONSIDERA COMPLEXA A TIPIFICAÇÃO DO FEMINICÍDIO? POR QUE?
6. QUE ELEMENTOS JURÍDICOS ENTENDE RELEVANTES PARA TIPIFICAR O FEMINICÍDIO?
7. HÁ FRAGILIDADES NAS INVESTIGAÇÕES POLICIAIS QUE DIFICULTEM SEU TRABALHO?
8. HÁ CONTRIBUIÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL NO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO? QUAL (IS)?
9. NO CONCEITO LEGAL DE FEMINICÍDIO HAVERIA (M) LACUNA (S) A SER(EM) PREENCHIDA(S)? QUAL (IS)?
10. DE QUE MANEIRA ESSA(S) LACUNA(S) INTERFERE(M) NO SEU TRABALHO?
11. HÁ INSEGURANÇA JURÍDICA NA TIPIFICAÇÃO DO FEMINICÍDIO? QUAL (IS)?
12. OS ARGUMENTOS DA DEFESA ENFOCAM QUESTÕES DE GÊNERO?
13. PELA SUA EXPERIÊNCIA, O SEXO DOS JURADOS PODE INFLUENCIAR NO JULGAMENTO?
14. COMO VÊ A COMPREENSÃO DOS JURADOS ACERCA DO FEMINICÍDIO?
15. ALGUM CASO LHE CHAMOU ATENÇÃO DURANTE O SEU PERCURSO PROFISSIONAL, NESSES ÚLTIMOS CINCO ANOS DE VIGÊNCIA DA LEI DO FEMINICÍDIO? O QUE LHE CHAMOU ATENÇÃO?

MUITO OBRIGADA PELA ENTREVISTA!

APÊNDICE I – MODELO DE QUESTIONÁRIO JUNTO A
RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO – DELEGADO
(A), AGENTE E ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL E PERITO (A) CRIMINAL



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**QUESTIONÁRIO JUNTO AOS RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL
DELEGADO (A) DE POLÍCIA CIVIL**

EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÉGO MONTEIRO VILLA, aluna do Curso de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas – nível Doutorado, do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB, orientada pelo Professor Dr. Bruno Amaral Machado e coorientada pela Professora Dra. Camilla de Magalhães Gomes, desenvolverá pesquisa intitulada “O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES: a nomeação do Feminicídio no campo da linguagem jurídica.”, cujo objetivo é delinear contornos jurídicos e dar significado a assassinatos de mulheres na perspectiva da “condição de sexo feminino” que orientem a capitulação jurídica do feminicídio no Brasil e considerando ser de grande relevância conhecer sua atuação e visão sobre o tema Feminicídio, com base na sua realidade pessoal, bem como outras políticas públicas, dentre as quais instrumentos legais e órgãos que atuam na investigação, processamento e julgamento dos casos de Feminicídio, convidando-o a responder, de acordo com o seu perfil, as questões abaixo, ressaltando que, por questões éticas, serão resguardadas sua identificação e todas as informações prestadas. No caso de surgir alguma dúvida em relação à pesquisa (interesse em saber o andamento da pesquisa ou realizar alguma reclamação), favor entrar em contato comigo Eugênia Nogueira do Régo Monteiro Villa, pelo telefone (86)99981.8478 ou pelo e-mail: eugenianoqueiravilla@yahoo.com.br ou com meu orientador da Tese Prof. Dr. Bruno Amaral Machado pelo telefone (61) 3966.1305 ou pelo e-mail: bruncomaralmachado@hotmail.com. Muito obrigada pela sua atenção.

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA OS SUJEITOS QUE ATUAM NA
INVESTIGAÇÃO DOS CASOS DE FEMINICÍDIO
QUESTIONÁRIO – DELEGADO (A) DE POLÍCIA CIVIL**

DATA:
Nº: ____/____/2020

1 QUANTO AO PERFIL

1.1 Faixa etária (anos)
☐ 21 a 25 ☐ 36 a 40
☐ 26 a 30 ☐ 41 a 45
☐ 31 a 35 ☐ 46 a 50

1.2 Gênero
☐ Masculino ☐ Feminino

1.3 Raça
☐ Negra
☐ Branca
☐ Amarela
☐ Parda

1.4 Lotação

PLANTÃO DE GÊNERO	DELEGACIA DO FEMINICÍDIO	OUTRA UNIDADE POLICIAL
()	()	()

1.5 Nível de Escolaridade
☐ Graduação
☐ Especialização
☐ Mestrado
☐ Doutorado

1.6 Cargo na Instituição
☐ Diretoria
☐ Gerência
☐ Coordenação
☐ Outro:

1.7 Tempo de serviço na Instituição

<input type="checkbox"/> 1 a 5 anos	<input type="checkbox"/> 16 a 20 anos
<input type="checkbox"/> 6 a 10 anos	<input type="checkbox"/> 21 a 25 anos
<input type="checkbox"/> 11 a 15 anos	<input type="checkbox"/> 26 a 30 anos



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

2.0 QUANTO A FORMAÇÃO

2.1 Área de formação:

2.2 Quanto ao conhecimento das normas relacionadas à violência contra a mulher, considera seu domínio:

ótimo ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

bom ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

regular ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

insuficiente ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

2.3 Instrumentos normativos que conhece que utiliza na atividade relacionada ao Feminicídio:

☐ Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher

☐ Convenção de Belém do Pará – Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher

☐ Constituição Federal

☐ Código Penal

☐ Código de Processo Penal

☐ Lei Maria da Penha

☐ Portarias e Resoluções do Ministério da Saúde

☐ Leis Estaduais

☐ Portarias e Resoluções do Poder Executivo Estadual

2.4 Considera sua participação em eventos promovidos em face da violência contra a mulher:

ótima ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

boa ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

regular ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

insuficiente ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

2.5 Considera as condições materiais de trabalho:

ótima ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

boa ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

regular ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

insuficiente ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

3.0 QUANTO A ATUAÇÃO

1. Em quantos casos de Feminicídios atuou?

☐ 0 a 3 ☐ 8 a 10

☐ 4 a 7 ☐ Acima de 10

2. Algum (ns) dos (os) caso (s) lhe chamou atenção?

☐ Sim

☐ Não

3. Caso a resposta anterior tenha sido positiva, o que lhe chamou mais atenção?

☐ A maneira de agir do autor

☐ O sofrimento da vítima

☐ A veemência dos golpes

☐ As marcas da violência

☐ Outra:

4. Nas investigações, quando você ia ao local de crime, o que lhe chamou mais atenção?

☐ O corpo da vítima

☐ O local do crime

☐ O instrumento utilizado no crime

☐ Outro:

5. O Feminicídio envolve sempre relações interpessoais?



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

- () SIM
() NÃO
() NÃO SEI

6. O conceito legal da qualificadora do Feminicídio descrito no tipo penal do art.121, CP é:

- () Muito satisfatório
() Satisfatório
() Insatisfatório
() Pessimo

7. Suas habilidades em questões de gênero são:

- () Muito satisfatórias
() Satisfatórias
() Insatisfatórias
() Pésimas

8. As habilidades dos servidores de sua Delegacia em questões de gênero são:

- () Muito satisfatória
() Satisfatória
() Insatisfatória
() Péssima

9. Conhece as Diretrizes Nacionais Feminicídio Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres ?

- () SIM
() NÃO

10. GOSTARIA DE DIZER ALGUMA COISA QUE ACHA IMPORTANTE?

[illegible]

MUITO OBRIGADA POR PARTICIPAR DO QUESTIONÁRIO.



**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA OS SUJEITOS QUE ATUAM NA
INVESTIGAÇÃO DOS CASOS DE FEMINICÍDIO
QUESTIONÁRIO – PERITO (A) MÉDICO (A) LEGAL**

26 a 30 years



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - Uniceub

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

2.0 QUANTO A FORMAÇÃO**2.1 Área de formação:****2.2 Quanto ao conhecimento das normas relacionadas à violência contra a mulher, considera seu domínio:**

ótimo ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo
 bom ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo
 regular ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo
 insuficiente ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

2.3 Instrumentos normativos que conhece que utiliza na atividade relacionada ao Feminicídio:

- ☐ Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher
☐ Convenção de Belém do Pará – Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher
☐ Constituição Federal
☐ Código Penal
☐ Código de Processo Penal
☐ Lei Maria da Penha
☐ Portarias e Resoluções do Ministério da Saúde
☐ Leis Estaduais
☐ Portarias e Resoluções do Poder Executivo Estadual

2.4 Considera sua participação em eventos promovidos em face da violência contra a mulher:

ótima ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo
 boa ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo
 regular ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo
 insuficiente ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

2.5 Considera as condições materiais de trabalho:

ótima ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo
 boa ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo
 regular ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo
 insuficiente ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

3.0 QUANTO A ATUAÇÃO**1. Em quantos casos de Feminicídio atuou?**

- ☐ 0 a 3 ☐ 8 a 10
☐ 4 a 7 ☐ Acima de 10

2. Algum (a:;) (dos) caso (s) lhe chamou atenção?

- ☐ Sim
☐ Não

3. Caso a resposta anterior tenha sido positiva, o que lhe chamou mais atenção?

- ☐ A maneira de agir do autor
☐ O sofrimento da vítima
☐ A veemência dos golpes
☐ As marcas da violência
☐ Outra:

4. Na realização das perícias, ao exame do cadáver, o que lhe chamou mais atenção?

- ☐ Áreas atingidas pelas lesões
☐ Notações de crueldade
☐ Violações sexuais
☐ Outro:

5. O Feminicídio envolve sempre relações interpessoais?

- ☐ SIM



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

- () NÃO
() NÃO SEI

6. O conceito legal da qualificadora do Feminicídio descrito no tipo penal do art.121, CP é:

- () Muito satisfatório
() Satisfatório
() Insatisfatório
() Pésimo

7. Suas habilidades em questões de gênero são:

- () Muito satisfatória
() Satisfatória
() Insatisfatória
() Pésimas

8. As habilidades dos servidores de seu órgão em questões de gênero são:

- () Muito satisfatória
() Satisfatória
() Insatisfatória
() Péssima

9. Conheça as Diretrizes Nacionais Feminicídio Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres ?


- () SIM
() NÃO

10. GOSTARIA DE DIZER ALGUMA COISA QUE ACHA IMPORTANTE?

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

MUITO OBRIGADA POR PARTICIPAR DO QUESTIONÁRIO.

APÊNDICE K – MODELO DE QUESTIONÁRIO JUNTO A
RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO –
MAGISTRADO (A) E PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA

 Uniceub Centro Universitário de Brasília	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - Uniceub PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> EM DIREITO												
MAGISTRADO (A)													
<p>EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÉGO MONTEIRO VILLA, aluna do Curso de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas – nível Doutorado, do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB, orientada pelo Professor Dr. Bruno Amaral Machado, desenvolverá pesquisa intitulada "O silêncio murado do assassinato de mulheres: Feminicídio no campo da linguagem jurídica.", cujo objetivo é delinear contornos jurídicos e dar significado a assassinatos de mulheres na perspectiva da "condição do sexo feminino" que orientem a capitulação jurídica do feminicídio no Brasil e considerando ser de grande relevância conhecer sua atuação e visão sobre o tema Feminicídio, com base na sua realidade pessoal, bem como outras políticas públicas, dentre as quais instrumentos legais e órgãos que atuam na investigação, processamento e julgamento dos casos de Feminicídio, convido-lhe a responder, de acordo com o seu perfil, as questões abaixo, ressaltando que, por questões éticas, serão resguardadas sua identificação e todas as informações prestadas. No caso de surgir alguma dúvida em relação à pesquisa (interesse em saber o andamento da pesquisa ou realizar alguma reclamação), favor entrar em contato comigo Eugênia Nogueira do Régo Monteiro Villa, pelo telefone (86)99981.8478 ou pelo e-mail: eugenianogueiravilla@yahoo.com.br ou com meu orientador da Tese Prof. Dr. Bruno Amaral Machado pelo telefone (61) 3966.1305 ou pelo e-mail: brunomachado@hotmail.com. Muito obrigada pela sua atenção.</p>													
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA OS SUJEITOS QUE ATUAM NO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS CASOS DE FEMINICÍDIO QUESTIONÁRIO – JUIZ													
<p>DATA: Nº: _____/2020</p>													
<p>1 QUANTO AO PERFIL</p>													
<p>1.1 Faixa etária (anos)</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td><input type="checkbox"/> 21 a 25</td> <td><input type="checkbox"/> 36 a 40</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 26 a 30</td> <td><input type="checkbox"/> 41 a 45</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 31 a 35</td> <td><input type="checkbox"/> 46 a 50</td> </tr> </table>		<input type="checkbox"/> 21 a 25	<input type="checkbox"/> 36 a 40	<input type="checkbox"/> 26 a 30	<input type="checkbox"/> 41 a 45	<input type="checkbox"/> 31 a 35	<input type="checkbox"/> 46 a 50						
<input type="checkbox"/> 21 a 25	<input type="checkbox"/> 36 a 40												
<input type="checkbox"/> 26 a 30	<input type="checkbox"/> 41 a 45												
<input type="checkbox"/> 31 a 35	<input type="checkbox"/> 46 a 50												
<p>1.2 Gênero</p> <p><input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino</p>													
<p>1.3 Raça</p> <p><input type="checkbox"/> Negra</p> <p><input type="checkbox"/> Branca</p> <p><input type="checkbox"/> Amarela</p> <p><input type="checkbox"/> Parda</p>													
<p>1.4 Lotação</p> <p style="text-align: center;">JUIZ OUTRA UNIDADE</p> <p style="text-align: center;"><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>													
<p>1.5 Nível de Escolaridade</p> <p><input type="checkbox"/> Graduação</p> <p><input type="checkbox"/> Especialização</p> <p><input type="checkbox"/> Mestrado</p> <p><input type="checkbox"/> Doutorado</p>													
<p>1.6 Tempo de serviço na Instituição</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td><input type="checkbox"/> 1 a 5 anos</td> <td><input type="checkbox"/> 16 a 20 anos</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 6 a 10 anos</td> <td><input type="checkbox"/> 21 a 25 anos</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 11 a 15 anos</td> <td><input type="checkbox"/> 26 a 30 anos</td> </tr> </table>		<input type="checkbox"/> 1 a 5 anos	<input type="checkbox"/> 16 a 20 anos	<input type="checkbox"/> 6 a 10 anos	<input type="checkbox"/> 21 a 25 anos	<input type="checkbox"/> 11 a 15 anos	<input type="checkbox"/> 26 a 30 anos						
<input type="checkbox"/> 1 a 5 anos	<input type="checkbox"/> 16 a 20 anos												
<input type="checkbox"/> 6 a 10 anos	<input type="checkbox"/> 21 a 25 anos												
<input type="checkbox"/> 11 a 15 anos	<input type="checkbox"/> 26 a 30 anos												
<p>2.0 QUANTO A FORMAÇÃO</p>													
<p>2.1 Área de formação: _____</p>													
<p>2.2 Quanto ao conhecimento das normas relacionadas à violência contra a mulher, considero meu domínio:</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td>ótimo</td> <td><input type="checkbox"/> concordo</td> <td><input type="checkbox"/> concordo em parte</td> <td><input type="checkbox"/> discordo</td> </tr> <tr> <td>bom</td> <td><input type="checkbox"/> concordo</td> <td><input type="checkbox"/> concordo em parte</td> <td><input type="checkbox"/> discordo</td> </tr> <tr> <td>regular</td> <td><input type="checkbox"/> concordo</td> <td><input type="checkbox"/> concordo em parte</td> <td><input type="checkbox"/> discordo</td> </tr> </table>		ótimo	<input type="checkbox"/> concordo	<input type="checkbox"/> concordo em parte	<input type="checkbox"/> discordo	bom	<input type="checkbox"/> concordo	<input type="checkbox"/> concordo em parte	<input type="checkbox"/> discordo	regular	<input type="checkbox"/> concordo	<input type="checkbox"/> concordo em parte	<input type="checkbox"/> discordo
ótimo	<input type="checkbox"/> concordo	<input type="checkbox"/> concordo em parte	<input type="checkbox"/> discordo										
bom	<input type="checkbox"/> concordo	<input type="checkbox"/> concordo em parte	<input type="checkbox"/> discordo										
regular	<input type="checkbox"/> concordo	<input type="checkbox"/> concordo em parte	<input type="checkbox"/> discordo										



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO

insuficiente () concordo () concordo em parte () discordo

2.3 Instrumentos normativos que conheço e utilizo em minha atividade relacionada ao Feminicídio:

- () Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher
() Convenção de Belém do Pará – Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher
() Constituição Federal
() Código Penal
() Código de Processo Penal
() Lei Maria da Penha
() Portarias e Resoluções do Ministério da Saúde
() Leis Estaduais
() Portarias e Resoluções do Poder Executivo Estadual

2.4 Quanto a minha participação em eventos promovidos em face da violência contra a mulher, considero minha participação:

- ótima () concordo () concordo em parte () discordo
boa () concordo () concordo em parte () discordo
regular () concordo () concordo em parte () discordo
insuficiente () concordo () concordo em parte () discordo

2.5 Quanto as condições materiais de trabalho, as considero:

- ótima () concordo () concordo em parte () discordo
boa () concordo () concordo em parte () discordo
regular () concordo () concordo em parte () discordo
insuficiente () concordo () concordo em parte () discordo

3.0 QUANTO A ATUAÇÃO

3.1 Em quantos casos de Feminicídios atuou?

- () 0 a 3 () 8 a 10
() 4 a 7 () Acima de 10

3.2 Algum (ns) dos (os) caso (s) lhe chamou atenção?

- () Sim
() Não

3.3 Caso a resposta anterior tenha sido positiva, o que lhe chamou mais atenção?

- () A maneira de agir do autor
() O sofrimento da vítima
() A violência dos golpes
() As marcas da violência
() Outro:

3.4 Nas análises processuais, o que lhe chamou mais atenção?

- () O corpo da vítima
() O local do crime
() O instrumento utilizado no crime
() Outro:

4 Entende que o Feminicídio envolve sempre relações interpessoais?

- () SIM
() NÃO
() NÃO SEI

5 O conceito legal da qualificadora do Feminicídio descrito no tipo penal do art.121, CP é:

- () Muito satisfatório
() Satisfatório
() Insatisfatório
() Pésimo

6 Suas habilidades em questões de gênero são:



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO

- () **Muito satisfatórias**
- () **Satisfatórias**
- () **Insatisfatórias**
- () **Péssimas**


7 As habilidades dos servidores que atuam sob sua chefia em questões de gênero são:

- () **Muito satisfatórias**
- () **Satisfatórias**
- () **Insatisfatórias**
- () **Péssimas**

8 GOSTARIA DE DIZER ALGUMA COISA QUE ACHA IMPORTANTE?

MUITO OBRIGADA POR PARTICIPAR DO QUESTIONÁRIO.

APÊNDICE L – MODELO DE QUESTIONÁRIO JUNTO A
RESPONSÁVEIS PELO TRABALHO JURÍDICO-PENAL DO FEMINICÍDIO –
ADVOGADO (A)



UNICEUB
Centro Universitário de Brasília

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO

DEFENSOR (A) PÚBLICO (A) E/OU ADVOGADO (A)

EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA, aluna do Curso de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas – nível Doutorado, do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB, orientada pelo Professor Dr. Bruno Amaral Machado, desenvolverá pesquisa intitulada “O silêncio narrado do assassinato de mulheres: Feminicídio no campo da linguagem jurídica”, cujo objetivo é delinear contornos jurídicos e dar significado a assassinatos de mulheres na perspectiva da “condição do sexo feminino” que orientem a capitulação jurídica do feminicídio no Brasil e considerando ser de grande relevância conhecer sua atuação e visão sobre o tema Feminicídio, com base na sua realidade pessoal, bem como outras políticas públicas, dentre as quais instrumentos legais e órgãos que atuam na investigação, processamento e julgamento dos casos de Feminicídio, convido-lhe a responder, de acordo com o seu perfil, as questões abaixo, ressaltando que, por questões éticas, serão resguardadas sua identificação e todas as informações prestadas. No caso de surgir alguma dúvida em relação à pesquisa (interesse em saber o andamento da pesquisa ou realizar alguma reclamação), favor entrar em contato comigo Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa, pelo telefone (56)99961.8478 ou pelo e-mail: eugenianogueiravilla@unb.br ou com meu orientador da Tese Prof. Dr. Bruno Amaral Machado pelo telefone (61) 3966.1305 ou pelo e-mail: bruncomaralmachado@hotmeil.com. Muito obrigada pela sua atenção.

**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA OS SUJEITOS QUE ATUAM NO
PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS CASOS DE FEMINICÍDIO
QUESTIONÁRIO – ADVOGADO E/OU DEFENSOR (A) PÚBLICO (A)**

DATA: _____
Nº: _____/2020

1 QUANTO AO PERFIL

1.1 Faixa etária (anos)

<input type="checkbox"/> 21 a 25	<input type="checkbox"/> 36 a 40
<input type="checkbox"/> 26 a 30	<input type="checkbox"/> 41 a 45
<input type="checkbox"/> 31 a 35	<input type="checkbox"/> 46 a 50

1.2 Gênero

☐ Masculino ☐ Feminino

1.3 Raça

☐ Negra

☐ Branca

☐ Amarela

☐ Parda

1.4 Atuação

☐ JÚRI ☐ OUTRA ÁREA

1.5 Nível de Escolaridade

☐ Graduação

☐ Especialização

☐ Mestrado

☐ Doutorado

1.6 Tempo de atuação na área do Juri

<input type="checkbox"/> 1 a 5 anos	<input type="checkbox"/> 16 a 20 anos
<input type="checkbox"/> 6 a 10 anos	<input type="checkbox"/> 21 a 25 anos
<input type="checkbox"/> 11 a 15 anos	<input type="checkbox"/> 26 a 30 anos

2.0 QUANTO A FORMAÇÃO

2.1 Área de formação:

2.2 Quanto ao conhecimento das normas relacionadas à violência contra a mulher, considera seu domínio:

ótimo ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

bom ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

regular ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

insuficiente ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

2.3 Instrumentos normativos que conhece e utiliza na atividade relacionada ao Feminicídio:

☐ Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO

☐ Convenção de Belém do Pará – Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher

☐ Constituição Federal

☐ Código Penal

☐ Código de Processo Penal

☐ Lei Maria da Penha

☐ Portarias e Resoluções do Ministério da Saúde

☐ Leis Estaduais

☐ Portarias e Resoluções do Poder Executivo Estadual

2.4 Considera sua participação em eventos promovidos em face da violência contra a mulher:

ótima ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

boa ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

regular ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

insuficiente ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

2.5 Considera as condições materiais de trabalho:

ótima ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

boa ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

regular ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

insuficiente ☐ concordo ☐ concordo em parte ☐ discordo

3.0 QUANTO A ATUAÇÃO

3.1 Em quantos casos de Feminicídios atuou?

☐ 0 a 3 ☐ 8 a 10

☐ 4 a 7 ☐ Acima de 10

3.2 Algum (ns) dos (os) caso (s) lhe chamou atenção?

☐ Sim

☐ Não

3.3 Caso a resposta anterior tenha sido positiva, o que lhe chamou mais atenção?

☐ A maneira de agir do autor

☐ O sofrimento da vítima

☐ A violência dos golpes

☐ As marcas da violência

☐ Outra:

3.4 Nas análises processuais, o que lhe chamou mais atenção?

☐ O corpo da vítima

☐ O local do crime

☐ O instrumento utilizado no crime

☐ Outro:

3.5 No seu entender, o Feminicídio envolve sempre relações interpessoais?

☐ SIM

☐ NÃO

☐ NÃO SEI

3.6 O conceito legal da qualificadora do Feminicídio descrito no tipo penal do art.121, CP é:

☐ Muito satisfatório

☐ Satisfatório

☐ Insatisfatório

☐ Pessimista

3.7 Suas habilidades em questões de gênero são:

☐ Muito satisfatórias

☐ Satisfatórias

☐ Insatisfatórias

☐ Pessimas

3.8 No seu entendimento, as habilidades dos servidores que atuam sob sua coordenação em questões de gênero são:

☐ Muito satisfatórias

☐ Satisfatórias

☐ Insatisfatórias

☐ Pessimas



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO

4 GOSTARIA DE DIZER ALGUMA COISA QUE ACHA IMPORTANTE?

MUITO OBRIGADA POR PARTICIPAR DO QUESTIONÁRIO.

APÊNDICE M – CARTA DE ANUÊNCIA - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO PIAUÍ

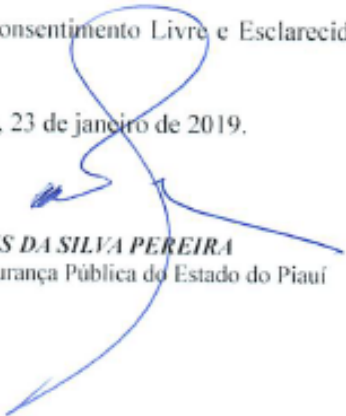


GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

CARTA DE ANUÊNCIA

EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA, aluna do Curso de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas – nível Doutorado, do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, fica autorizada a coletar dados no Sistema de Boletim de Ocorrência – SISBO, Sistema de Procedimento Policial – SISPROCEP, Sistema de Monitoramento de Crimes Violentos Letais – SIMCVLI, Sistema do Plantão de Gênero e Sistema do Aplicativo Salve Maria, bem como aplicar questionários e realizar entrevistas presenciais junto a Delegados que investigaram Feminicídios (art.121, §2º, inciso VI e §2º - A, incisos I e II e §7º, incisos I, II, III e IV, do Código Penal brasileiro) consumados e tentados e acesso a Inquéritos Policiais que investigaram Feminicídio no Estado do Piauí, para subsidiar pesquisa em desenvolvimento intitulada “O FEMINICÍDIO NO CAMPO DA LINGUAGEM JURÍDICA: DESVELANDO O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES NA PERSPECTIVA DE GÊNERO”, de sua autoria, a qual objetiva desenvolver artefatos semânticos na perspectiva de gênero que orientem a capitulação jurídica do feminicídio no Brasil, sendo de grande relevância conhecer, através do acesso aos Sistemas, dos autos de inquéritos policiais e das falas dos Delegados de Polícia, nuances do crime e inferências que venham auxiliar os processos decisórios das organizações policiais e da justiça criminal no campo do Feminicídio. O estudo fica condicionado ao preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE por ocasião da realização dos instrumentos de coleta.

Teresina, 23 de janeiro de 2019.


RUBENS DA SILVA PEREIRA
Secretário de Segurança Pública do Estado do Piauí

APÊNDICE N – CARTA DE ANUÊNCIA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
PIAUÍ

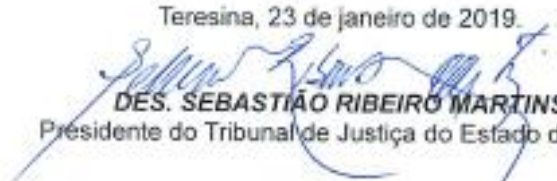


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

CARTA DE ANUÊNCIA

EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA, aluna do Curso de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas – nível Doutorado, do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, fica autorizada a coletar dados no Sistema Themis Web Judicial, inclusive os processos classificados como sigilosos, bem como aplicar questionários e realizar entrevistas presenciais junto a Magistrados do Tribunal do Juri competentes para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, especificamente os Feminicídios (art.121, §2º, inciso VI e §2º -A, incisos I e II e §7º, incisos I, II, III e IV, do Código Penal brasileiro) consumados e tentados e acesso às peças de informação de processos criminais relacionados a Feminicídios ocorridos no Estado do Piauí, para subsidiar pesquisa em desenvolvimento intitulada "O FEMINICÍDIO NO CAMPO DA LINGUAGEM JURÍDICA: DESVELANDO O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES NA PERSPECTIVA DE GÊNERO", de sua autoria, a qual objetiva desenvolver artefatos semânticos na perspectiva de gênero que orientem a capitulação jurídica do feminicídio no Brasil, sendo de grande relevância conhecer, através do acesso ao Sistema Themis Web Judicial e das falas dos Magistrados que atuam no julgamento de crimes dolosos contra a vida, nuances do crime e inferências que venham auxiliar os processos decisórios das organizações policiais e da justiça criminal no campo do Feminicídio. O estudo fica condicionado ao preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE por ocasião da realização dos instrumentos de coleta.

Teresina, 23 de janeiro de 2019.


DES. SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

APÊNDICE O – CARTA DE ANUÊNCIA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO
PIAUÍ



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Procurador-Geral

CARTA DE ANUÊNCIA

EUGÊNIA NOGUEIRA DO RÊGO MONTEIRO VILLA, aluna do Curso de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas – nível Doutorado, do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, fica autorizada a aplicar questionários e realizar entrevistas presenciais junto a Promotores de Justiça que atuam nos processos relativos a crimes de competência do Tribunal do Júri, nas medidas cautelares, inquéritos policiais peças de informação e autos de prisão em flagrante relativos aos crimes dolosos contra a vida nos casos de Femicídios consumados e tentados ocorridos no Estado do Piauí (art.121, §2º, inciso VI e §2º - A, incisos I e II e §7º, incisos I, II, III e IV, do Código Penal brasileiro), para subsidiar pesquisa em desenvolvimento intitulada “O FEMINICÍDIO NO CAMPO DA LINGUAGEM JURÍDICA: DESVELANDO O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES NA PERSPECTIVA DE GÊNERO”, de sua autoria, a qual objetiva desenvolver artefatos semânticos na perspectiva de gênero que orientem a capitulação jurídica do feminicídio no Brasil, sendo de grande relevância conhecer, através das falas dos Promotores de Justiça, nuances do crime e inferências que venham auxiliar os processos decisórios das organizações policiais e da justiça criminal no campo do Femicídio. O estudo fica condicionado ao preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE por ocasião da realização das entrevistas.

Teresina, 28 de janeiro de 2019.



MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES
 Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**ANEXO A – MODELO FORMULÁRIO DE RECOGNIÇÃO VISUOGRÁFICA DA
POLÍCIA CIVIL DO PIAUÍ**



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA**

**FORMULÁRIO DE RECOGNIÇÃO VISUOGRÁFICA DE LOCAL DE CRIME
NA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

INTRODUÇÃO

Este documento tem por objetivo apresentar evidências que permitam ou não comprovar morte violenta de mulheres, meninas, transexual feminino e travestis por razões de gênero a partir do desenho do local de crime utilizando-se a técnica da RECOGNIÇÃO VISUOGRÁFICA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO. A construção desse Protocolo tomou por base informações da Reconhecimento Visuográfica adotada pela Polícia Civil de São Paulo, Delegacia de Homicídios do Piauí, Diretrizes Nacionais Feminicídio - Investigação, Processamento e Julgamento com perspectiva de gênero as mortes violentas de Mulheres - ONU Mulheres, Ministério da Justiça e Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República.

RECOGNIÇÃO Nº _____/20____.

FATO:

I - DADOS INICIAIS DA OCORRÊNCIA

Objetivo: delinear as características do evento; delimitar os horários de informação, atendimento e liberação do local, local específico da ocorrência, equipes informadas, equipes que fizeram o atendimento a ocorrência, para determinar o **HORÁRIO** da ocorrência do fato.

EVENTOS	TEMPO
Data do fato	1)
Hora do fato	2)
Dia da semana (Feriado? Sim ou Não)	
Comunicação a Delegacia de Feminicídio	
Circunscrição do fato	
Chegada à Central de Flagrantes (plantão)	
Saída da Central de Flagrantes (plantão)	
Chegada da equipe da Delegacia de Feminicídio	
Chegada da PM ao local	
Chegada da Perícia Criminal ao local	
Chegada do IML ao local	
Liberação do local para o carro de cadáver	
Chegada da equipe da delegacia da área ou de outra unidade policial	

II - ENDEREÇO DO LOCAL

Objetivo: georreferenciar o local da ação delituosa com precisão para posicioná-lo em ambiente urbano ou rural, contextualizando-o em diversos cenários de análise que vão desde o acesso, condições climáticas, políticas públicas etc.

1) DESCRIÇÃO DO ENDEREÇO:

Logradouro: _____



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

Nº: _____ Complemento: _____
 Bairro: _____ Município: _____
 Pontos de referência: _____

2) DESCRIÇÃO DO AMBIENTE

Nº	QUESITO	RESPOSTA	
		SIM	NÃO
2.1	O local foi isolado?		
2.2	O local é de difícil acesso?		
2.3	Havia possibilidade de prestação de socorro à vítima?		
2.4	Havia possibilidade de presença de pessoas nas proximidades que possam ter presenciado o fato?		
2.5	Havia chances reais de vítima fugir das investidas criminosas e outras possíveis suposições? Quais? _____ _____		

3) IDENTIFICAÇÃO DA(S) EQUIPE(S) DE ATENDIMENTO E EQUIPAMENTOS

3.1. PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Nº	NOME DO (A) SERVIDOR (A)	CARGO	LOTAÇÃO

3.2. VIATURA

Nº	DESCRIÇÃO	CARGA

4. PRIMEIRAS INFORMAÇÕES OBTIDAS

4.1. Sequencia dos levantamentos dos vestígios que nortearão a investigação.

4.2. O local foi preservado? () Sim () Não.

4.2.1. Caso negativo quais os motivos que podem ter contribuído para a inidoneidade do local?

() Presença de pessoas

() Imprensa

() Outros: _____



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

4.2.2. Em caso positivo, a preservação observou o princípio da dignidade humana? Por que? _____

5. GEORREFENCIAIMENTO

5.1 Latitude: _____

5.2 Longitude: _____

6. TIPO DE LOCAL

EXTERNNO	6.1	Logradouro	Rua	Avenida	Quadra	Passoio
	6.2	Pavimentação	Total	Parcial	Nenhuma	_____
	6.3	Acidentes geográficos Outro: _____	Rios	Lagos	Córregos	_____
	6.4	Via Pública/ rua/ avenida / quadra Outro: _____	Asfaltada	Paralelepípedo	Pedregulho	Areia
	6.5	Iluminação pública	Sim	Não	_____	_____
	6.6	Rede de esgoto	céu aberto	canalizado	_____	_____
	6.7	Condições de acesso	Difícil	Fácil	_____	_____
	6.8	Tráfego de veículos	Intenso	Reduzido	Nenhum	_____
	6.9	Perímetro da ocorrência	Zona rural	Zona urbana	_____	_____
	6.10	Estabelecimentos comerciais ou educacionais próximo ao local do crime - bares, restaurantes, fábricas, pontos de taxi, escolas, universidades.	Sim	Não	_____	_____
	6.11	Há evidências que o autor moveu o corpo do local da morte para o local atual?	Sim	Não	_____	_____

INTERNO	6.12	residência térrea	_____
	6.13	sobrado	_____
	6.14	apartamento	_____
	6.15	cômodo isolado	_____
	6.16	comércio	_____
	6.17	outro	_____

B.2 - Piso: ()Cimentado ()Carpete ()Cerâmica ()Madeira ()Granito
 ()Borracha ()Terra.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

B.3 - Qualidade da residência e condições de higiene: ()ruim ()boa ()excelente

7. REQUISIÇÃO PERICIAL DE LOCAL:

()SIM ()NÃO

Se houve requisição pericial de local de crime denota a presença de uma equipe da polícia científica realizando perícia no local da prática delitiva e posterior confecção de laudo pericial em local de crime a ser juntado nos autos do inquérito policial a fim de identificar a materialidade do fato e indícios de autoria.

8. IDENTIFICAR RELAÇÃO INTERPESSOAL

A - Há vestígios que evidenciem algum vínculo ou a presença habitual da vítima e/ou do (a) agressor (a) na residência?

()sim ()não

Sinaliza a existência de relação interpessoal, possibilitando o enquadramento legal da prática do fato na forma qualificada e, no caso do fato ter sido praticado na residência da vítima, desvelar eventual relação de confiança.

B- Há correspondências ou registro da presença das partes envolvidas através de filmagens ou outros meios?

()sim ()não

Possibilita o reforço da existência de uma relação interpessoal, corroborando o enquadramento legal da prática do fato na forma qualificada.

C - Identificar sinais de violência

Vestígios de cárcere privado, violência física, simbólica ou qualquer outra prática de violência através da análise do corpo de delito.

C.1 - Há vestígios típicos que denotem a existência de locais utilizados para cárcere privado, exploração de trabalho escravo ou para exploração sexual?

()sim ()não

Identificar se há cordas, amarras, espaços físicos camuflados na casa, objetos incomuns que podem ser utilizados para práticas sexuais, além de outros vestígios que possam satisfazer o quesito.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

C.2 - Há vestígios típicos que denotem a existência de luta corporal?

☐ sim ☐ não.

Possibilidade de identificação de possível abordagem, além de demonstrar a utilização da força, elemento de controle e domínio do corpo.

C.3 - Há sinais que apontem um desalinho na mobília?

O desalinho da mobília pode denotar que naquele local pode ter havido uma luta corporal.

☐ sim ☐ não

C.4 - Há vestígios típicos que denotem a existência violência simbólica?

☐ sim ☐ não.

Violência simbólica é uma forma de violência exercida sem coação física, que potencialmente causa danos morais e psicológicos, podendo ser identificada como uma forma de coação que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada. Essa violência pode ser identificada, por exemplo, através de maus-tratos a animais domésticos, destruição de objetos pessoais da vítima, plantas ou qualquer outro ato que possa ter lhe causado dor. Em caso positivo descrever no relatório.

C.5 - Há sinais de destruição de objetos e bens ?

☐ sim ☐ não.

Podem ser objetos da vítima, pertencentes à casa ou que sua destruição poderia denotar a prática de violência simbólica. Em caso positivo descrever no relatório.

C.6 - Os bens destruídos identificados pertencem à vítima? É possível afirmar que eram dotados de valor afetivo para a vítima ou que ela dependia deles para realização de estudo, trabalho ou alguma atividade afim?

☐ sim ☐ não.

Podem ser objetos da vítima, pertencentes à casa ou que sua destruição poderia denotar a prática de violência simbólica. Em caso positivo descrever no relatório.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

C.7 - Há sinais de destruição de documentos pessoais da vítima ou de seus dependentes?

☐ sim ☐ não.

Documentos da vítima cuja destruição pode denotar prática de violência simbólica. Em caso positivo descrever no relatório.

C.8 - Há animais na casa? De estimação?

☐ sim ☐ não.

Caso a resposta seja positiva, verificar se o animal estava aos cuidados da vítima e, em caso positivo, se ele sofreu maus tratos. Atingir o animal equivale a castigar a vítima e, portanto, enquadra-se na ideia de violência simbólica.

C.9- Há presença de objetos, instrumentos e/ou outros elementos que possam ter sido utilizados para a realização de atos e/ou fantasias sexuais?

☐ sim ☐ não.

Identificar se há objetos ou instrumentos comuns ou não que podem ser utilizados para realização das mais variadas práticas sexuais, além de outros vestígios que possam satisfazer o quesito. A constatação possibilitará identificar vestígios de violências sexuais. Em caso positivo descrever no relatório.

C.10 - A vítima estava nua, seminua, peças íntimas desalinhadas, ausência de calcinhas, sutiãs?

☐ sim ☐ não

Esse quesito poderá identificar violências sexuais. Em caso positivo descrever no relatório.

C.11 - Há presença de peças íntimas ou objetos quaisquer próximos ao local onde a vítima foi encontrada?

☐ sim ☐ não.

Esse quesito poderá identificar violências sexuais. Em caso positivo descrever no relatório a disposição das mesmas.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

C.12 - Há presença ou vestígios de objetos ou instrumentos utilizados para amarras, mordidas ou qualquer outro objeto similar que denotem controle ou gestos simbólicos?

☐ sim ☐ não.

Em caso positivo devem ser recolhidos pela perícia para exames. Descrever no relatório a disposição dos mesmos.

C.13 - Anotar os principais objetos existentes na cena do crime, se local INTERNO:

Ex. cinzeiros, bebidas, cigarros, copos, equipamentos eletrônicos ou de perfissão, etc.

C.14 - Há vestígios de sangue?

☐ Sim ☐ Não. Onde?

C.15 - Há vestígios de disparo de arma de fogo?

☐ sim ☐ Não. Onde?

C.16 - Há vestígios de material biológico diverso do de sangue?

☐ sim ☐ Não. Onde?

C - Local interno de veículo.

C.1 - Tipo de Veículo:

C.2 - Marca: _____ **Modelo:** _____

C.3 - Cor: _____

C.4 - Placa: _____



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

C.5 – Chassi: _____
 C.6 – Ano: _____
 C.7 – Renavam: _____
 C.8 – Proprietário (a): _____
 C.9 – Endereço: _____
 C.10 – Danos: () Sim () Não.
 Descrevê-los se positivo (ex. perfurações de balas, etc): _____

III - DA VÍTIMA:

Fazer constar todas as informações pertinentes à vítima, desde suas características físicas até os levantamentos psicossociais, inclusive com estado do entorno social, realização de entrevistas semiestruturadas com pessoas próximas a ela e/ou ao agressor, buscar conhecer a situação de vida dela antes de sua morte, destacando seu estado de saúde emocional e físico, buscando saber se apresentava ou não registros anteriores de violência tanto no Distrito da área quanto na DEAM; se havia procurado outras entidades para tratar de ações cíveis, por exemplo, Vara de Família, Centros de Referência locais ou qualquer outro dado relevante referente à sua vida a fim de desvelar eventuais gestos simbólicos no local de crime ou na sua pessoa. Registros em Unidades de Saúde, de Ensino, Assistência Social; Conteúdo de redes sociais (Instagram, Facebook, WhatsApp etc); Cartas, Diários, Agendas, Fotografias, Imagens, Vídeos.

A - REQUISIÇÃO DE EXAME CADAVERÍCO:

() SIM () NÃO

B- IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

B- 1() Não identificada até final do atendimento. Motivo:

B-2() Identificada (Qualificação Completa)

B2.1 Nome: _____

B2.2 Alcunha: _____

B2.3 Apresentação de Documento de Identificação Civil ()

Qual? _____

B2.4 ENDEREÇO:

B2.5 Sexo: () Feminino () Masculino

B2.6 Data de Nascimento: ____/____/____

B2.7 Idade: _____



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

B2.8 Nacionalidade: () Brasileira () outra

Qual? _____

B2.9 Naturalidade: _____

B2.10 Filiação: _____

B2.11 Estado Civil: _____

B2.12 Profissão: _____

B2.13 Fase da vida: () idoso () adulto () adolescente () criança
 () recém nascido () feto

C - Descrição Física

C.1 Etnia: () Ocidental () Oriental () Indígena

C.2 Cor da Pele: () Branca () Parda () Preta () Amarela

C.3 Complexão Física: () Magra () Forte () Gorda () Esportista

C.4 Estatura: () Baixa () Mediana () Alta

C.5 Tipo de Cabelo: () Lisos () Ondulados () Cacheados () Raspado
 () Ausentes

C.6 Comprimento do cabelo: () Curto () Médio () Comprido () Raspado

C.7 Cor do cabelo: () Preto () Loiro () Castanho () Grisalho () Ruivo
 () outro. Qual? _____

C.8 Cor dos Olhos: () Pretos () Verdes () Azuis () Castanhos
 () Barba () Bigode () Óculos () Ponte fixa/móvel () Piercings
 () lentes () tatuagem. Em caso positivo descrever: _____

C.9 Deformidade Sinais /Marcas: () SIM () NÃO.
 Em caso positivo, descrever: _____

C.10 Vestimentas: _____

C.11 Adereços (ex. boné, relógio, pulseiras, etc) _____



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

C.12 Outros dados: _____

D - Perfil psicológico/social da vítima

Fazer constar informações psicossociais, com estudo do entorno social da vítima, realização de entrevistas semiestruturadas com pessoas próximas a vítima e/ou ao agressor, buscar conhecer a situação de sua vida antes da morte, destacando seu estado de saúde emocional e físico, buscando saber se a vítima apresentava ou não registros anteriores de violência e qualquer outro dado relevante ou pertinente às investigações Registros em Unidades de Saúde, de Ensino, Assistência Social; Conteúdo de redes sociais (Instagram, Facebook, WatsApp etc); Cartas, Diários, Agendas, Fotografias, Imagens, Vídeos, que auxiliem na identificação de gestos simbólicos.

D.1- Informações prestadas por (qualificação completa com nome, endereço e telefone): _____

D.2 A vítima residia: () sozinha () familiares () hóspede () Morador de rua

D.3 Último endereço da vítima e telefone (endereço completo): _____

D.4 Último contato da vítima com familiares ou amigos: _____

D.5-Ocupação atual: _____

D.6-Proc. Criminalmente ou Investigada?
 () Sim () Não.

D.7 O que a vítima fazia no local? _____

D.6 Dependências: () Álcool () Cigarro () Entorpecentes () Outros.
 Qual? _____

D.8 Outros dados relevantes (p. ex. ameaça) _____

E - Posição do Cadáver

E.1 Descrição: () Sentado () Decúbito dorsal () Decúbito ventral
 () Decúbito lat. Esq. () Decúbito lat. Dir. () outra . Qual? _____

E.2 Posição do corpo incomum ou não natural (posado, exposto):
 () Sim () Não

E.3 Corpo Completo:

() Sim () Não.

Partes do Corpo encontradas:



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

E.4 O corpo foi encontrado: () Descoberto () Enterrado () Na água
 () Coberto () Carbonizado () Sinais de enforcamento () Sinais de estrangulamento
E.4.1 Sinais de tortura: () SIM () NÃO. Qual?

E.4.2 Sinais de violência sexual : () SIM () NÃO. Qual?

E.4.3 Estado de rigidez: () SIM () NÃO. Hipotermia: () SIM () NÃO

E.5 Material de cobertura no cadáver: () Nenhum () Papel () Plástico ()
 Madeira () Tecido () outro. Qual? _____.

E.6 Outros dados: _____.

F - Provável instrumento do crime:

F.1 () Arma de fogo () Arma branca () Instrumento Contundente () outro.
 Qual? _____

F.2 Lesões aparentes? Quais?

F.3 Outras observações: _____

IV - DAS ARRECADAÇÕES FEITAS NO LOCAL DO CRIME:

Havendo arrecadação de instrumentos, bens, materiais biológicos no local do fato, fazer constar todas as informações relevantes, inclusive respectingo e observando a cadeia de custódia, que diz respeito à preservação das informações coletadas. A cadeia de custódia possibilita documentar a cronologia das evidências, quem foram os responsáveis por seu manuseio, etc. Procedimentos como: colocar lacres em evidências, restringir o acesso apenas aos profissionais responsáveis pela custódia, minimizam a possibilidade da manipulação indevida e, tornam as evidências mais confiáveis.

A - REQUISIÇÃO PERICIAL DE OBJETO:

() SIM () NÃO

B - Armas de fogo.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

B.1 - Quantidade _____

Espécie: () Revólver () Pistola () Fuzil () Metralhadora () outro. _____

B.2 - Qual? _____

B.3 Nº de série: _____ legível () Raspado () adulterado
 () outro.

Qual? _____

B.4 Se municada: nº de cartuchos deflagrados _____ nº de cart. íntegros _____
 cart. Picotados _____

B.5 Inscrição na base: _____

Acabamento: _____

C - Projéteis Arrecadados:

C.1 Quantidade: _____

C.2 Calibre: _____

C.3 Tipo: () nu () semi-encamisado () Camisado **Condição:** () íntegro

() Amolgado

C.4 () Outro Qual? _____

D- Arma branca

(especificar): _____

E- Outro instrumento (especificar): _____

F-Observação: _____

G - Substâncias Entorpecentes (especificar): _____

H - Coletas de impressões papilares:

() Sim () Não

I - Outros objetos: _____

J- Informações pertinentes: _____

V - DA AUTORIA DO CRIME

Fazer constar todas as informações pertinentes ao autor do fato, caso trate-se de autoria não definida apontar dados que possam levar ao alcance da referida autoria.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

A - Autoria:

() Conhecida () Desconhecida

B - Em caso positivo descrever as características físicas, alcunha e se possível nome completo e outros dados que possam individualizar o autor do delito:

C- Perfil psicológico/social do autor

Fazer constar informações psicossociais, com estudo do entorno social do investigado, realização de entrevistas semiestruturadas com pessoas próximas a ele, buscar conhecer a situação de sua vida antes do fato, destacando seu estado de saúde emocional e físico, buscando saber se ele apresentava ou não registros anteriores de violência e qualquer outro dado relevante ou pertinente às investigações; Registros em Unidades de Saúde, de Ensino, Assistência Social; Conteúdo de redes sociais (Instagram, Facebook, WhatsApp etc); Cartas, Diários, Agendas, Fotografias, Imagens, Vídeos, que auxiliem na identificação de gestos simbólicos.

VI - DAS TESTEMUNHAS:

Toda e qualquer pessoa entrevistada que apontar elementos ou informações relevantes deve ser citada, com uma breve qualificação, número telefônico e endereço com ponto de referência que foi encontrada no local do fato ou não durante a realização da reconstrução visuográfica.

VII - INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Deverá ser citada e descrita toda ou qualquer informação pertinente identificada pelo policial que não foi contemplada nos quesitos supramencionados.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

[illegible]

Equipe presente no local do crime:

Elencar toda a equipe que esteve no local de crime

DELEGADO (A):

AGENTES:

PERÍCIA:

ML: _____

EM CASO DE RECUSA DE COMPARECIMENTO DO DEL. DA CENTRAL: (plantão)

NOME: _____

MOTIVO ALEGADO:

Recebimento do Delegado (a) de Policia

Civil:

Local:

Data: / /

Agente de Policia Civil:

Matricula:

ANEXOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

FOTOGRAFIAS

AÚDIOS

VÍDEOS

CROQUIS

CÓPIA DOS DOCUMENTOS PESSOAIS

ANEXO B – MODELO RELATÓRIO RECOGNIÇÃO VISUOGRÁFICA



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA _____

RECOGNIÇÃO VISUOGRÁFICA DE LOCAL DE CRIME – FEMINICÍDIO
Nº _____/20____.

Ao (À) Exmo. (º) Sr. (a).

Nome do (a) Delegado (a)
Delegado (a) de Polícia Civil

NATUREZA DO FATO:

VITIMA:

AUTORIA:

I – DADOS INICIAIS DA OCORRÊNCIA

Especificar as características do evento, delimitando:

1. horários de informação, atendimento e liberação do local;
2. local específico da ocorrência;
3. equipes informadas e equipes que fizeram o atendimento da ocorrência.

OBJETIVO: identificação precisa do local, data e horário da ocorrência do fato para fins de aplicação da lei penal no tempo e no espaço.

EVENTOS	TEMPO
Data do fato	
Hora do fato	
Dia da semana (Feriado? Sim ou Não)	
Comunicação ao NPIF	
Circunscrição do fato	
Chegada à Central de Flagrantes (plantão)	
Saída da Central de Flagrantes (plantão)	
Chegada da equipe do NPIF	
Chegada da PM ao local	
Chegada da Perícia Criminal ao local	
Chegada do IML ao local	
Liberação do local para o carro de cadáver	
Chegada da equipe da delegacia da área ou de outra unidade policial	

II - DO LOCAL

Descrição detalhada do local examinado, apontando o endereço, pontos de referência, as condições de higiene, as informações colhidas em entrevistas locais, relacionando a possível presença de animais, vestígios de sangue, possibilidade de mudança no cenário ou no corpo da vítima, frisando todas as alterações e nuances, supostamente relacionadas ao fato, identificadas preliminarmente no primeiro contato.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

Relacionando, inclusive, as coordenadas do local e os policiais presentes na hora do isolamento e preservação.

OBJETOS OU BENS RECOLHIDOS NO LOCAL

Relacionar todos os objetos encontrados que foram apreendidos e seus encaminhamentos. No caso da existência de arrecadação no local do fato, fazer constar todas as informações relevantes e pertinentes a esta, inclusive respeitando e observando a cadeia de custódia, que diz respeito à preservação das informações coletadas. A cadeia de custódia possibilita documentar a cronologia das evidências, quem foram os responsáveis por seu manuseio, etc. Procedimentos como: colocar lacres em evidências, restringir o acesso apenas aos profissionais responsáveis pela custódia, minimizam a possibilidade da manipulação indevida e, tornam as evidências mais confiáveis.

DA OCORRÊNCIA

Resumo circunstanciado de como a informação alcançou conhecimento da polícia judiciária e quais eram essas informações, além de todos os detalhes do deslocamento e do que foi observado ao adentrar ou chegar no local.

Narrativa das diligências implementadas no local, as entrevistas realizadas, devendo relacionar nomes e uma breve qualificação daqueles que apontarem, em seus discursos, elementos potencialmente contributivos à investigação, as impressões e constatações firmadas com esse levantamento preliminar.

III - DA VÍTIMA

Qualificação da vítima. Fazer constar todas as informações pertinentes a vítima, desde suas características físicas até os levantamentos psicossociais pertinentes a mesma, inclusive com estudo do entorno social da vítima, realização de entrevistas semiestruturadas com pessoas próximas a vítima e/ou ao agressor, buscar conhecer a situação de vida da mulher antes de sua morte, destacando seu estado de saúde emocional e físico, buscando saber se a vítima apresentava ou não registros anteriores de violência, se havia realizado buscas a outras entidades para tratar de ações cíveis, por exemplo na vara de família ou buscas junto aos Centros de Referência locais ou qualquer outro dado relevante referentes a vida desta mulher, os quais poderão ser pertinentes às investigações.

PERFIL PSICOLÓGICO DA VÍTIMA

Descrição de dados referentes aos traços que representam o comportamento da vítima, apontando indícios de sua personalidade (relacionando envolvimento com entorpecentes, vícios, dívidas, relações interpessoais, processos, medicamentos controlados, doenças de qualquer natureza, acompanhamentos psicológicos, relação com a família).

DESCRIÇÃO FÍSICA DA VÍTIMA

Descrição das características físicas da vítima: (anexar fotos)
 Etnia;



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

Cor da pele;
 Complexão física;
 Estatura;
 Tipo de cabelo;
 Comprimento do cabelo;
 Cor do cabelo;
 Cor dos olhos;
 Bigode;
 Barba;
 Tatuagem;
 Deformidade;
 Vestimenta;
 Outras característica (usava óculos, lentes, *piercing*, etc.)

POSIÇÃO DO CADÁVER

Posição do cadáver, estado de putrefação (qual), como estava vestida ou se estava despida, quais as lesões aparentes, se estava coberta ou descoberta. (anexar fotos)

IV – DAS ARRECADAÇÕES EM LOCAL DE CRIME

Relacionar instrumentos, bens, materiais biológicos no local do fato, fazer constar todas as informações relevantes, inclusive respeitando e observando a cadeia de custódia, com respeito à preservação das informações coletadas.

REQUISIÇÕES

Relacionar requisições realizadas (EXAME CADAVERICO, EXAME DE LOCAL DE MORTE VIOLENTA, EXAME PAILOSCOPICO...), ao passo que devem ser relacionadas as equipes que estiveram presentes no local.

V - DA AUTORIA DO CRIME

Apontar qualificação, caso seja autoria conhecida, caso não seja apontar as informações que possam conduzir a identificação de autoria.

VI - DAS TESTEMUNHAS

Catalogar e qualificar, inclusive, apontando número telefônico, das testemunhas ou informantes identificadas.

DAS RAZÕES DE GÊNERO

Apontar elementos que denotem formas de expressão do poder masculino sobre o corpo e desejos das vítimas, indícios de reificação das vítimas, por exemplo:

1. Posse (documentos, imagens, escritos de toda natureza, discurso dos entrevistados ou quaisquer outros meios identificados no local analisado que trouxeram a cognição de que a



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA

- vítima não podia visitar parentes, sair sozinha de casa, usar qualquer tipo de roupa... E que tais limitações e impedimentos eram realizadas pelo agressor);
2. **Controle** (documentos, imagens, escritos de toda natureza, discurso dos entrevistados ou quaisquer outros meios identificados no local analisado que trouxeram a cognição de que o agressor mantinha as portas de casa sempre fechadas, determinava as atividades que a vítima tinha que realizar em casa, família não podia se relacionar com vizinhos, agressor acompanhava a vítima em todas as suas atividades, a fazia achar que estava ficando louca (*gaslighting*), controlava suas conversas telefônicas e participações em redes sociais...);
 3. **Limitação da emancipação** (documentos, imagens, escritos de toda natureza, discurso dos entrevistados ou quaisquer outros meios identificados no local analisado que trouxeram a cognição de que o agressor não permitia que a vítima se divorciasse dele, não permitia que ela trabalhasse ou realizasse as atividades que tivesse interesse, lhe tirando, inclusive, a liberdade de crença...);
 4. **Mulher – objeto sexual** (documentos, imagens e escritos de toda natureza, discurso dos entrevistados ou quaisquer outros meios identificados no local analisado que trouxeram a cognição de que a vítima não podia decidir sob sua liberdade sexual, pois era forçada a atos sexuais desconfortáveis, não podendo decidir, inclusive, quando e quantos filhos desejaria ter, pois era impedida de prevenir uma gravidez ou a obrigada a abortar...);
 5. **Desprezo e ódio pela mulher** (documentos, imagens e escritos de toda natureza, discurso dos entrevistados ou quaisquer outros meios identificados no local analisado que trouxeram a cognição de que houve um sentimento de repulsa a vítima por ser mulher na referida prática, desdém, falta de consideração e apreço, denotando sentimento de desrespeito e antipatia, sinais de ódio aos elementos de feminilidade).

VII - INFORMAÇÕES RELEVANTES

Se existem câmeras filmadoras no entorno e proximidades do local do fato, quem foi a última pessoa que falou com a vítima, ou qualquer outro dado sobre a vítima e pessoas com quem se relacionava e lugares que andou ou andava, hábitos, costumes ou quaisquer outros elementos que possam nortear as investigações.

ANEXOS

Juntar fotos que foram feitas no local, contextualizando-as através de uma legenda circunstanciada, áudios, vídeos, croquis, cópias de documentos pessoais etc.

EQUIPE PRESENTE NO LOCAL

Cidade (PI), data.

 NOME
 CARGO/MATRICULA

 NOME
 CARGO/MATRICULA

Delegado (a) : _____

**ANEXO C – MODELO DE REQUISIÇÃO DE EXAME EM LOCAL DE MORTE
VIOLENTA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO**



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA -----**

Ofício nº 000/aaaa

Teresina, dd/mm/aa

Assunto: Requisição de Realização de Perícia Externa

1. Tipo: EXAME PERICIAL EM LOCAL DE MORTE

2. Vítima: pessoa do sexo feminino e segmento transexual feminino

3. Instituição requisitante: Delegacia de origem

4. Instituição requisitada: Instituto de Criminalística

5. Objetivo: com base na perspectiva de gênero: a) registrar a materialidade dos fatos; b) compreender as circunstâncias em que o mesmo ocorreu e determinando os instrumentos e meios utilizados; c) coletar vestígios e analisar evidências; d) realizar exame perinecropsópico do cadáver quando possível a fim de que o acervo informativo possa indicar a provável dinâmica e a causa jurídica em local em que houve ou possa ter havido morte violenta de menina, mulher e transexual feminina.

6. Quesitações:

- I Qual (is) o (s) local (is) examinado (s)? (mediato, imediato ou relacionado).
- II O local apresenta vestígios que evidenciem o vínculo ou a presença habitual da vítima e/ou agressor (a)?
- III Há registro de presença de pessoas ou animais através de filmagens ou outros meios?
- IV Há vestígios de preparação de suposta cena do crime?
- V Há, no local, vestígios típicos daqueles locais utilizados para cárcere privado, Exploração de trabalho escravo, ou para exploração sexual?
- VI Foram encontrados objetos no local?
 - a) Os objetos se relacionam a subjetividades – sentimentos, afeições etc?
 - b) Como os objetos estão dispostos no local? Objetos de decoração, fotografias, livros, instrumentos de trabalho, equipamentos como computadores, celulares, entre outros que representem valor afetivo para a vítima ou instrumentos de trabalho, além de documentos da vítima, filhos (as) e parentes.
 - c) Houve destruição de objetos? Quais? De que forma?
- VII Há, no local, registros de componentes emocionais como ódio, ira que possa ser imbricada à conduta do (s) agressor (es)?
- VIII Há, no local, componentes de natureza sexual e psicológica?
- IX O local aonde o corpo foi encontrado corresponde ao local onde o crime foi consumado ou tentado?
- X Há vestígios de luta corporal?
- XI A ausência de luta corporal pode ser resultado de confiança e/ou intimidade entre a vítima e o (a) agressor (a), quando este (a) pode aproximar-se sem que a vítima oponha resistência ou procure se proteger?
- XII A violência empregada foi capaz de minar as capacidades de defesa e proteção da vítima?
- XIII Foi observada a presença de animais de estimação na casa? Eles apresentam sinais de maus tratos?



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA -----

- XIV Há presença de objetos, instrumentos e/ou outros elementos que possam ter sido utilizados para a realização de atos e/ou fantasias sexuais?
- XV A vítima estava nua ou seminua? Caso positivo, as peças de roupa estão no local? (devendo ser recolhidas e encaminhadas à perícia especializada). Caso não estejam no local, a equipe policial deverá ser informada para proceder à sua localização.
- XVI Há vestígios de práticas violentas que podem ter provocado lesões através do emprego de instrumentos ou materiais utilizados para encenar fantasias sexuais e subjugar a vítima, como por exemplo, objetos/instrumentos utilizados como amarras, mordanças ou vestimentas?
- XVII Há vestígios de material biológico (esperma, sangue, saliva etc.) nos órgãos sexuais, ou outras partes do corpo da vítima, vestimenta e objetos que estavam no local?
- XVIII Há vestígios de prováveis objetos e locais que tiveram contato com o agressor?
- XIX Houve morte?
- XX A morte foi natural ou violenta?
- XXI Qual o instrumento ou meio que a ocasionou?
- XXII Vincados os fenômenos cadavéricos instalados, em que época se presume ter ocorrido a morte?
- XXIII A morte se dera no local onde o corpo fora encontrado?
- XXIV Foi encontrado no local algum objeto relacionado com o evento morte?
- XXV Há outros dados que possam caracterizar a violência baseada no gênero?

Local, dd/mm/aaaa

Delegado (a) de Polícia Civil

ANEXO D – MODELO DE REQUISIÇÃO DE EXAME PERICIAL CADAVÉRICO



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA -----

Ofício nº 000/aaaa

Teresina, dd/mm/aa

Assunto: Requisição de Realização de EXAME CADAVÉRICO

1. **Tipo:** Perícia em mortos
2. **Vítima:** Pessoa do sexo feminino e segmento transexual feminino
3. **Instituição requisitante:** Delegacia de origem
4. **Instituição requisitada:** Instituto de Medicina Legal
5. **Objetivo:** Tem como finalidade constatar a morte e suas nuances legais, com base na perspectiva de gênero, materializando através da prova técnica.
6. **Quesitação:**
- 6.1 **Identificação da Vítima:** Identificar a vítima pelos seguintes caracteres: Idade, Cor, Altura, Peso, Compleição Física e Documento de Identificação.

- | | |
|-------|--|
| I | Houve morte? |
| II | Qual a causa da morte? |
| III | Qual instrumento ou meio que produziu a morte? |
| IV | Foi produzida por meio de veneno, fogo, asfixia, tortura, ou qualquer outro meio insidioso ou cruel? |
| V | Houve esmagamento, dilaceramento ou outros tipos de lesões? |
| VI | A vítima era capaz de oferecer resistência? Há vestígios de luta corporal? |
| VII | Há vestígios de que a vítima possa ter sofrido cárcere privado, exploração de trabalho escravo ou exploração sexual? |
| VIII | Há vestígios de lesões que podem ter sido provocadas por práticas violentas através do emprego de objetos, instrumentos e/ou outros elementos utilizados para a realização de atos e/ou fantasias sexuais? |
| IX | Há presença dos ferimentos sediados nas áreas dotadas de significado sexual, tais como genitais, seios, boca etc.? |
| X | Há marcas de ferimentos antigos? |
| XI | Há marcas de múltiplos ferimentos? Em caso positivo, eles foram produzidos por um ou mais instrumentos? |
| XII | Há mutilações de partes do corpo da vítima? Em caso positivo, essas mutilações foram produzidas antes ou depois de sua morte? |
| XIII | Há vestígios de material biológico (esperma, sangue, saliva etc.) nos órgãos sexuais, ou em outras partes do corpo da vítima? |
| XIV | Houve violência sexual? É possível a coleta de material genético para Exame de DNA? |
| XV | A vítima estava grávida ou apresenta vestígios de parto recentes? |
| XVI | Há vestígios de drogas lícitas e/ou ilícitas no corpo da vítima? Em caso positivo, se a droga encontrada pode ter causado entorpecimento da vítima antes de sua morte? |
| XVII | Caso a morte não tenha ocorrido na data do exame cadavérico, em que época se presume ter ocorrido a morte? |
| XVIII | Há outros dados que possam caracterizar a violência na perspectiva de gênero? |
| XIX | Há outros dados julgados úteis? |

DELEGADO (A) DE POLÍCIA CIVIL.

ANEXO E – MODELO DE REQUISIÇÃO DE EXAME PERICIAL TOXICOLÓGICO



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA -----

Ofício nº 000/aaaa

Teresina, dd/mm/aa

Assunto: Requisição de Realização de EXAME TOXICOLÓGICO

1. Tipo: Perícia em vivos

2. Instituição requisitante: Delegacia de origem

3. Instituição requisitada: Instituto de Medicina Legal

4. Objetivo: Constatar ou não o estado clínico de embriaguez alcoólica ou de entorpecimento através de outras drogas, materializando através da prova técnica.

5. Material coletado: geralmente sangue.

6. Material submetido a exame: geralmente sangue.

7. Pessoa examinada: vítima (s) e/ou agressor (es).

8. Exames requisitados:

8.1. Toxicológico com pesquisa de alucinógenos: maconha, éter, clorofórmio, cloreto de etila e *ecstasy*.

8.2. Drogas depressivas e sedativas: GHB – Ácido gama-hidroxibutírico, midazolam, diazepam, álcool.

8.3. Estimulantes: Crack, cocaína, maconha, anfetamina, LSD.

DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL

**ANEXO F – MODELO DE REQUISIÇÃO DE EXAME PERICIAL EM MATERIAL
BIOLÓGICO**



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ
DELEGACIA -----**

Ofício nº 000/aaaa

Teresina, dd/mm/aa

Assunto: Requisição de Realização de PESQUISA POR MATERIAL BIOLÓGICO

- 1. Tipo:** Biologia Forense
- 2. Instituição requisitante:** Delegacia de origem
- 3. Instituição requisitada:** Instituto de Criminalística
- 4. Objetivo:** Com base na perspectiva de gênero, pesquisar em objetos, instrumentos e/ou peças de vestuário material biológico, sangue ou sêmen, materializando através da prova técnica.
- 5. Quesitação:**
 - I Quais as características do objeto, instrumento e/ou peça de vestuário submetido (a) a exame pericial?
 - II Qual o estado de uso e/ou conservação do objeto, instrumento e/ou peça de vestuário analisado (a)?
 - III O (a) objeto, instrumento e/ou peça de vestuário submetido (a) a exame apresenta vestígios de sangue?
 - IV Em caso afirmativo, trata-se de sangue humano?
 - V A O (a) objeto, instrumento e/ou peça de vestuário submetido (a) a exame apresenta vestígios de sêmen ou outro material biológico?
 - VI Há outros dados que possam caracterizar a violência baseada no gênero?
 - VII Há outros dados julgados úteis?

DELEGADO (A) DE POLÍCIA CIVIL.